

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

NADJA DA NOBREGA RODRIGUES

**ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: A INCLUSÃO DIGITAL E AS
DESIGUALDADES SOCIAIS**

CAMPINA GRANDE

2018

NADJA DA NÓBREGA RODRIGUES

**ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: A INCLUSÃO DIGITAL E AS
DESIGUALDADES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

CAMPINA GRANDE

2018

R696e Rodrigues, Nadja da Nóbrega.
 Entre discursos e práticas : a inclusão digital e as desigualdades sociais
 / Nadja da Nóbrega Rodrigues. - Campina Grande-PB, 2018.
 443 f : il. color.

 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de
 Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
 "Orientação: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista".
 Referências.

 1. Tecnologias de Informação e Comunicação. 2. Sociedade em Rede.
 3. Inclusão Digital. 4. Cidadania. 5. Inclusão Social. I. Batista, Mércia
 Rejane Rangel. II. Título.

CDU 316.774:004(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO GUSTAVO DINIZ DO NASCIMENTO CRB - 15515

AGRADECIMENTOS

Em um processo de doutorado, os limites entre trabalhar na pesquisa e “continuar vivendo rotinas pessoais e compromissos profissionais” se perpassam, em diversos momentos, e assim, são acionados sentimentos e ações multidimensionais, e multidirecionais. Deste modo, agradecer por esta tese significa referenciar todos aqueles que constituíram as redes acadêmicas, pessoais e profissionais na minha vida, ao longo desses anos. Entretanto, entre os nós de conexões mais intensas, devo citar alguns e lhes dedicar uma atenção especial, em termos de agradecimentos.

Agradeço aos Seres Superiores, pela vida e por todas as bênçãos concedidas.

À minha família, especialmente, pais, filha, noivo, irmãs, cunhados e sobrinhas, pela dedicação, carinho, cuidado e paciência eternamente incondicionais.

Aos amigos próximos, por compartilharem mais uma fase, apesar das minhas ausências.

Ao IFPB, principalmente ao Campus João Pessoa, e à UFCG, por oportunizarem essa parceria através do convênio e, portanto, uma verdadeira experiência na vida.

No IFPB, aos coordenadores da Unidade Acadêmica de Informática e do Curso de Sistemas para Internet, e aos colegas mais próximos (amigos), por terem tornado mais confortável a permanência em atividades laborais, em paralelo ao processo no doutoramento. Aos alunos, por terem motivado os meus dias de trabalho, apesar dos momentos de cansaço. À equipe da PROEXC e aos extensionistas (servidores, alunos e parceiros institucionais) nos núcleos de extensão de que participei, pela abertura para reflexões em torno da construção de novos paradigmas sociotécnicos. Às escolas e comunidades parceiras nesses núcleos de extensão, por dividirem seus espaços sociais, acolhendo-nos como partes de suas vivências.

Na UFCG, aos secretários do PPGCS, por toda atenção e gentileza. Aos colegas de turma, por mergulharmos juntos em teorias e conceitos, e também em angústias e realizações. Aos professores, por reviverem conosco suas experiências nas análises sociais, e nos permitirem “participar delas”, através de seus relatos densos e cuidadosos, ao longo das aulas. À professora Ramonildes e ao professor Gabriel, também por suas contribuições refinadas e elegantes, mesmo diante dos problemas, no acompanhamento da pesquisa. À professora Mércia, por suas orientações precisas e afetuosas, através de críticas, alertas ou elogios, por sua preocupação com o nosso desenvolvimento acadêmico e humano, por seu apoio nas logísticas burocráticas, enfim, pela incansável forma de se dedicar a nós. À banca de avaliação, por compartilharem seus conhecimentos e tornarem possível o fechamento deste ciclo, a realização deste sonho.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar as relações entre paradigmas, discursos, ações e a política pública brasileira de Inclusão Digital (ID), principalmente o uso da internet, no que diz respeito à promoção da cidadania e da inclusão social no mundo físico e virtual. Realizamos um estudo de caso em João Pessoa – PB. Baseadas em conceitos-chave, observamos como as ações públicas de ID promovidas pelos governos e pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) aproximaram os cidadãos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e as contribuições dessas ações para os benefícios idealizados pela cibercultura, referentes à cidadania e à inclusão. Os resultados sugerem que as sociedades contemporâneas se conformam como redes apoiadas por TIC quanto a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; embora as ações e políticas tragam em seus discursos elementos de inclusão, como se esse processo caminhasse no sentido universal, a globalização apresenta-se como processo seletivo de agentes nas redes; a investigação nos portais do governo sugere esforços em ações que corroboram com os discursos, inclusive em conexões com a multidimensionalidade da vida humana, mas existem contradições ocasionadas por discrepâncias e desigualdades nos processos de ID e, portanto, o resultado é o aumento ou a manutenção da exclusão; faz-se importante repensar o ciclo das políticas públicas, com decisões participativas e democráticas, e que envolvam governos, empresas, instituições e cidadãos; as experiências vivenciadas em ensino, pesquisa e extensão no IFPB, relacionando TIC e ID, em alguns momentos, conectaram-se às políticas de governo, e sugeriram que problemas de infraestrutura em alguns lugares não garantem sequer acesso a essas tecnologias, e que ações que desenvolvem a técnica sem conexão com a cidadania, diminuem o alcance dessas tecnologias em termos humanos, restringindo seus resultados sociais; a educação digital efetiva para inclusão requer sentido para TIC, respeito a contextos, qualificação cidadã, relações horizontais com comunidades, protagonismo destas nos ciclos das ações institucionais e políticas de governo.

Palavras-chaves: Tecnologias de Informação e Comunicação. Sociedade em Rede. Inclusão Digital. Cidadania. Inclusão Social.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the relations between paradigms, discourses, actions and the Brazilian public policy of Digital Inclusion (DI), especially the use of the Internet, in what concerns the promotion of citizenship and social inclusion in the physical and virtual world. We conducted a case study in João Pessoa – PB. Based on key concepts, we observed how the DI public actions promoted by the governments and the Federal Institute of Paraíba (IFPB) brought citizens closer to Information and Communication Technologies (ICT), and the contributions of these actions to the benefits idealized by cyberculture, regarding to citizenship and inclusion. The results suggest that contemporary societies conform as networks supported by ICT in social, economic, political and cultural aspects; although the actions and policies bring elements of inclusion in their discourses, as if this process had been moved in the universal sense, globalization presents itself as a selective process of agents in the networks; research in government portals suggests efforts in actions that corroborate with the discourses, including in connection with the multidimensionality of human life, but there are contradictions caused by discrepancies and inequalities in DI processes, and therefore the result is the increase or the maintenance of exclusion; it is important to rethink the cycle of public policies, with participatory and democratic decisions, involving governments, companies, institutions and citizens; the experiences in teaching, research and extension in IFPB, relating ICT and DI, have at times connected themselves to government policies, and have suggested that infrastructure problems in some places do not even guarantee access to these technologies, and that actions that develop the technique without connection with citizenship, reduce the reach of these technologies in human terms, restricting their social results; effective digital education for inclusion requires sense for ICTs, respect for contexts, qualification in citizenship, horizontal relations with communities, and their protagonism in the cycles of institutional actions and government policies.

Keywords: Information and Communication Technologies. Network Society. Digital Inclusion. Citizenship. Social Inclusion.

Sumário

Sumário.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. SOCIEDADE EM REDE, TECNOLOGIAS E MULTIDIMENSIONALIDADE... 33	
1.1 O Campo da Inclusão Digital	34
1.2 Paradigma e Realização da Sociedade em Rede	37
1.2.1) Relações entre Conceitos e Bases da Sociedade em Rede	41
1.2.2) Modos de Desenvolvimento e Modos de Produção	49
1.2.3) Globalização, Identidade e Representação.....	51
1.2.4) Conexões, Ideologias e Críticas	57
1.2.5) Virtualização da Comunicação e do Conhecimento	68
1.2.6) Relações Multidimensionais, Poder e Contrapoder	75
1.2.7) Sistema Político, Estado e Sociedade Civil em Rede.....	82
1.2.8) Perspectivas Locais e Globais, Inclusão e Exclusão	90
2. CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	96
2.1 O Campo da Cidadania e da Inclusão Social.....	97
2.2 Construção da Cidadania no Brasil	103
2.2.1) Constituição e Desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro.....	103
2.2.2) Modernização e Autoritarismo.....	110
2.3 Esfera Pública e Cidadania	113
2.3.1) O Familismo Amoral de Banfield	113
2.3.2) Identidades, Solidariedade e Políticas Públicas	115
2.3.3) Desigualdade e Cidadania	120
2.3.4) Sociedade Civil e seus diversos Estatutos Políticos.....	124
3. POLÍTICA E AÇÕES PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL	129
3.1 Sobre o Nordeste, a Paraíba e João Pessoa.....	135
3.2 Política Pública de Inclusão Digital no Brasil.....	139
3.2.1) Governança da Internet no Brasil e no Mundo	142
3.2.2) Trajetória da Política Pública nos Governos	160
3.3 Ações Públicas de Inclusão Digital no Instituto Federal da Paraíba	189
3.3.1) Trajetória das Ações Públicas de Inclusão Digital.....	192
3.3.2) O trabalho de campo nos cenários de pesquisa na extensão	229
3.3.2.1) Núcleo de Extensão N1	231
3.3.2.2) Núcleo de Extensão N2	231
3.3.2.3) Os primeiros contatos e impressões	232
3.3.2.4) As entrevistas formais	248
3.3.2.5) As relações nos cenários de pesquisa na extensão	266
4. TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA INCLUSÃO: PARADOXOS E FENDAS SOCIAIS.....	339
4.1) Tecnologias e universalidade: a inclusão do próximo bilhão	343
4.2) Políticas para inclusão no Brasil: discursos, ações e contradições	360
4.3) Extensão e inclusão: um olhar sobre processos locais	383
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
6. REFERÊNCIAS	402
ANEXO A – Principais dados dos portais de governo.....	410

INTRODUÇÃO

Vivendo o século XXI, talvez possamos dizer que um dos grandes conceitos contemporâneos seja aquele de “rede”. Mas o que significa viver as tão faladas redes? Hoje podemos perceber que os processos interacionais entre indivíduos ou grupos ultrapassaram os limites territoriais e de comunicação física e já chegaram aos mais longínquos extremos, possibilitados pela rapidez e fluidez dos bits e bytes que trafegam através dos sinais transportados remotamente, quer seja pelos cabos de redes, ou por ondas, em pleno ar. “Redes sociais são, antes de tudo, redes de comunicação que envolvem linguagem simbólica, restrições culturais, relações de poder etc. Para entender as estruturas de tais redes, precisamos de subsídios da teoria social, filosofia, ciência cognitiva, antropologia e outras disciplinas” (CAPRA, 2008, p.22).

Ao pensar em redes, o senso comum sugere que o mundo inteiro está conectado, e que as pessoas conseguem trafegar de um extremo a outro nessas plataformas, que supostamente as conectam de forma “ponto a ponto”. Teoricamente, é isso que se diz ou se pensa, porém o fato de haver nessas redes enorme fendas dá origem a novas formas de exclusão, a um fenômeno que geralmente é pensado como uma “exclusão digital”, e embora traga uma nova caracterização, apresenta, em sua essência, um problema recorrente em sociedades desiguais: a exclusão social, que se traveste de particularidades distintas, mas continua tendo como base a negação de direitos, da cidadania, para alguns, em nome dos benefícios objetivados por quem exerce o poder e a dominação nesses espaços.

Como consequência dessas novas formas de exclusão, surgem estratégias também inovadoras de resistência e luta. Ambas tomam como base de ação, principalmente, as plataformas tecnológicas, através das possibilidades de acesso aos espaços públicos virtuais, para consumo, produção e publicização de informação e conteúdo, e, portanto, de ideologias, que podem lutar em nome da conservação da ordem ou, em diversas proporções, de transformações sociais.

Pensando a inclusão e a exclusão nos tempos modernos, Giddens (1991) nos ajuda¹ a olhar para esses temas em termos de mecanismos de encaixe, desencaixe e reencaixe. Se a modernidade requer o desencaixe, a passagem “do local para o global”,

¹ A construção da tese representou um conjunto de momentos em que refleti e trabalhei de forma colaborativa (como exemplo, com equipes no IFPB e parceiros sociais da extensão), ou me senti parte de um pensamento coletivo (em termos conceituais, por exemplo, corroborando com autores no campo da ID ou das TIC). Em outros momentos, precisei pensar e fazer relatos sobre percepções (e até sentimentos) individuais. Como forma de tratar essas duas perspectivas, de forma complementar, tentarei usar o “nós” e o “eu”, ao longo da tese, na narração da trajetória teórica e em campo.

a expansão das fronteiras, a “negação do tempo e lugar”, esse processo de deslocalização pode ter realizado alguns tipos de “desencaixe e reencaixe humanos²”. As tecnologias e os processos humanos se fundem nos dias atuais, mas a história se faz a partir de continuidades e descontinuidades paradigmáticas e técnicas, de maior ou menor espaço conquistado e concedido a ideais e grupos sociais. Em territórios onde as desigualdades imperam, o pressuposto para manutenção do poder é que uns dominem outros, então, com a globalização, as tecnologias se tornaram elementos estratégicos, mas não possuem o poder de determinar as formações sociais ou o lugar de cada um em qualquer escopo de sociedade, seja ela local ou mundial.

Em outras palavras, no Século XXI, período em que as informações crescem exponencialmente a partir das mídias digitais e o conhecimento têm lugar de destaque nas rotinas humanas, as reivindicações do “acesso para todos” significam que a participação nesse espaço assinala um direito, e que sua construção se parece com uma espécie de imperativo moral, por outro lado, a universalidade passa a depender de questões políticas e técnicas, que limitam povos, ou pela falta de acesso às TIC, ou pela subutilização desses recursos, em termos de conhecimento para ação social. “A área ‘Coberta’ por qualquer rede é ‘universal’, mas apenas onde existem suficientes antenas, relés, repetidores, e assim por diante” (LATOURET, 2011, tradução nossa).

Assim como em outros contextos, a exclusão nos tempos modernos se dá em conexão (ou melhor, desconexão) com conceitos como direitos e deveres, modelos de relações sociais, cidadania. Talvez um dos maiores desafios da humanidade, atualmente, seja repensar esses conceitos para o paradigma da sociedade em rede e, além disso, programar e conformar uma sociedade tão plural a partir dos mesmos pressupostos filosóficos ou de bases conceituais pelo menos similares. Enquanto sociedades mais desenvolvidas refletem sobre os direitos na internet, outras sociedades ainda não conseguem garantir nem os direitos humanos básicos.

Dentro do “mesmo sistema social”, muitas vezes as perspectivas sociais, políticas e econômicas são tão discrepantes que sugerem micros sistemas completamente distintos, desintegrados, e cenários anômicos, que se reflete em permanente conflito entre seus grupos sociais. Nesses cenários, como falar em cidadania? Como pensar a integração? Qual a base das reflexões sobre direitos e

² Os “antes excluídos” socialmente podem ter ou não continuado “excluídos”, nas antigas ou novas formas de exclusão; os “antes incluídos” socialmente podem ter ou não se mantido “incluídos”, e assim, ou mantiveram suas condições de participação ativa na sociedade ou mesmo de dominação desta, ou contribuíram para aumentar o número de excluídos.

obrigações? Qual o papel de cada ator social³ na construção dos conceitos que permitem que a humanidade viva em sociedade? É possível encontrar solidariedade e sentimentos comuns em cenários de extrema desigualdade?

Nos diversos espaços territoriais ao longo do mundo, as populações cresceram e passaram a apresentar tantas disparidades materiais e simbólicas, no sentido de processos sociais e valores, que dentro de uma mesma sociedade, passaram a existir culturas essencialmente distintas. A cultura refere-se, entre diversos aspectos, a uma grande variedade de fatos, como ao nível da tecnologia, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes (ELIAS, 1990). Essa diferença entre valores e práticas sociais entre países, nações ou mesmo grupos sociais pertencentes ao “mesmo espaço social” poderia ser tratada de forma pacífica, em respeito à diversidade humana, entretanto, algumas ideologias “fechadas” e dominantes consideram axiomático que os seus conceitos representam a maneira como o mundo dos homens, como um todo, quer ser visto e julgado.

Assim sendo, visões de mundo se embatem, e algumas delas tentam prevalecer sobre as outras, em termos ideológicos, principalmente quanto a paradigmas ou processos sociais generalizadores, como a globalização. Nesse contexto, de grande amplitude, macro, se as lupas são retiradas, pode-se ter a visão de uma sociedade planetária, que deve encontrar novos modos de se pensar enquanto “coletividade”, em escopos de ação flexível (mundial, regional ou local). Se retirar as lupas ajuda a enxergar um “todo maior”, é importante fazer uso desses instrumentos para acessar os micro contextos, e não correr o risco de simplificar realidades através de generalizações que ignorem detalhes, como aspectos de desigualdade e até mesmo de segregação.

Buscando discutir esses e outros pontos específicos do campo que estuda a Inclusão Digital (ID), esta tese traz estudos que pensam o Brasil e, mais especificamente, a Paraíba, e ainda, neste estado, o município de João Pessoa. Buscando estudar as relações entre ID, Tecnologias de Informação e Comunicação⁴ (TIC), cidadania e inclusão social, essa tese teve se inspirou no exercício antropológico, buscando fazer as observações e procurando compartilhar as situações sobre a ID, sendo desenvolvida, por um lado, através de um escopo mais generalista que abordou o Brasil, e até algumas orientações dadas para a governança da internet no mundo, e, por outro

³ Indivíduo que representa um papel definido (em termos de ideias e ações) nas relações com os demais indivíduos ou grupos em uma sociedade.

⁴ Conjunto de recursos tecnológicos (hardware, software, repositórios de dados e telecomunicações e redes de computadores) que apoiam e mediam os processos informacionais e comunicativos.

lado, através de micro investigações das realidades locais, buscando interpretar a ID na Paraíba e em João Pessoa⁵.

Percorrendo os espaços sociais (físicos ou virtuais) para o desenvolvimento desta tese, tivemos contato com uma diversidade de pessoas e redes sociais, percebendo comportamentos, hábitos, crenças e valores diversos (que se relacionaram às TIC, mas transbordaram as fronteiras dessas tecnologias enquanto artefatos técnicos e assim interagiram com outras instituições e eixos humanos), e buscando o sentido desses elementos para as reflexões sobre ID, inclusão social e cidadania. O que importa ao antropólogo não é apenas reconhecer e registrar a diversidade, mas também a busca de significado de tais comportamentos (MAGNANI, 2008). Fazer etnografia da ID implicou em “observar” o passado e o presente, buscando identificar programas, projetos e ações sobre o tema, e seus resultados na vida política, econômica, cultural e social dos indivíduos, ou seja, suas relações com as reconfigurações das sociedades contemporâneas.

O trabalho de campo foi realizado de 2015 a 2018, através de participações em eventos internacionais e nacionais que discutiram a política pública de ID, de pesquisa nos portais do Governo Federal (GF), Governo Estadual da Paraíba (GE) e Governo Municipal de João Pessoa (GM), disponibilizados na internet, e ainda através de ações de pesquisa e extensão, realizadas no IFPB, onde tenho vínculos laborais. A conexão entre o macro e o micro estudos pôde ser pensada através dos desdobramentos entre a política pública de ID desenvolvida a partir dos três níveis de governo, e das conexões entre essa política e os programas e projetos de extensão do IFPB⁶, que executaram ações de ID junto a indivíduos e grupos sociais, sendo que alguns destes também foram, ou deveriam ter sido, beneficiários de ações de governos.

Esses estudos envolveram levantamento documental e bibliográfico (inclusive na internet), observação sistemática, aplicação de questionários, realização de entrevistas ou conversas menos formais com formuladores, executores e beneficiários

⁵ Perlongher (2008) explica alguns aspectos da antropologia urbana: no caso das cidades a ideia de território único será substituída pela plurilocalidade das “sociedades complexas”; a importância da noção de grupo é diminuída, em favor das “microrredes” relacionais; as relações interpessoais constituem a “unidade local”; a pesquisa centra-se no nível micro; não é pertinente considerar o campo empírico como um plano de constatação de hipóteses rigorosamente preestabelecidas, mas enquanto local de experimentação conceitual.

⁶ A partir das situações sociais podem-se abstrair elementos importantes para a compreensão dessa sociedade, como sua estrutura social, relações sociais, instituições, entre outros (Gluckman, 1987; Foote-Whyte, 2005), sendo possível enxergar, em meio à diversidade de contextos e atores, a validade de generalizações.

das ações e da política pública de ID, proporcionando maior familiaridade com os conceitos tratados, além de potencializar a construção de hipóteses sobre o problema de pesquisa. A partir desses recursos buscou-se descrever o significado das ações de ID no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa, sob a perspectiva dos governos, do IFPB e das comunidades externas, e caracterizar a relação entre discurso, significado e ações, através da relação entre variáveis específicas como ID, cidadania e inclusão social.

Embora não tenha sido prevista a intervenção direta no IFPB, durante o trabalho de campo juntamente às equipes dos programas e projetos de extensão, a gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e alguns extensionistas apresentaram o interesse na ampliação das discussões e ações relacionadas à pesquisa e à práxis de ID na instituição, e assim, passei de “observadora” para “observadora-participante” das ações relacionadas à ID no IFPB.

A pesquisa em ID trouxe diversos tipos de elementos desse campo, como paradigmas, atores, discursos, relações, ações institucionais e a política pública. A participação nos eventos abertos e o trabalho nos portais nos aproximou de elementos importantes para interpretar as práticas propostas para governança de recursos mundiais, como a internet, ou os modelos sugeridos para os ciclos de ações públicas, como políticas de governo, além de apresentar atores sociais, discursos, valores, resultados apontados como importantes, pelo Estado e, portanto, divulgados nos eventos abertos ao público ou na internet, como “atestado” de que essas políticas estavam cumprindo o seu papel inclusivo. Por sua vez, o trabalho de campo no IFPB trouxe os dois lados da moeda das ações de ID, do que se fala, do que se faz de fato, do que “inclui”, do que “deveria incluir, mas exclui”, dos benefícios, das dificuldades, das tensões, das disputas, do público alvo das ações de ID, enfim, das diversas realidades que a sociedade em rede criou efetivamente, mas que passam despercebidas no discurso catedrático de grandes autores legitimados pelo campo da ID, e nos ideais que promovem as propostas generalizadoras de sociedade em rede baseada em TIC.

No dia a dia em campo, foi possível perceber que as ações de ID no IFPB e a política pública de governo se relacionaram em diversos momentos (por diversas vezes, essas linhas, que pareciam ser paralelas, se cruzaram, em conexões que se deram com ou sem sucesso). Estar nesses espaços, exercendo esforços de pesquisa e extensão para compreender o geral e, principalmente, viver a experiência do local, foi o que nos encorajou a corroborar ou discordar de pressupostos teóricos no campo da ID, e esses fatos tentamos trazer como “a carne e o sangue”. Assim como Bronislaw Malinowski já

dizia, há quase um século, o trabalho deve ir além do que se pressupõe que é a regra. Temos que tentar apreender na prática, e os resultados dessa aprendizagem podem retroalimentar processos de inclusão em uma sociedade injusta e desigual, como a brasileira, ou contextos educacionais, como aqueles do IFPB e de instituições que trabalham com ações semelhantes.

Em qualquer escopo (país, estado ou município), a nossa sociedade parece ser composta por inúmeros “mundos”, tão diferentes e próprios, que esse fato dificulta pensar o conceito de nação⁷ e cultura. Transitando entre a Paraíba, e estados vizinhos, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, entre espaços urbanos e rurais, escolas públicas de diferentes níveis de governo, pessoas de gêneros ou faixas etárias distintas, entre artesãs e o alto mundo da moda, pude ter contato com uma diversidade de cenários sociais, culturas, visões de mundo, demandas ou sonhos tão próprios que a multidimensionalidade da ID foi se tornando evidente e, ao mesmo tempo, assustadora⁸.

Na ausência do conceito de nação e do seu significado para a construção e desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um todo maior, há o enfraquecimento ou desaparecimento de uma identidade também maior, tornando-se fragilizados os aspectos de solidariedade e integração. No Brasil, a questão maior não é a diversidade, mas a forma como a falta de respeito com o outro levou a uma crise moral, e como a ausência de comprometimento político dos grupos dominantes leva à queda na efetividade da garantia dos direitos, e assim se perpetuam as desigualdades, a exclusão e as discrepâncias no exercício da cidadania. As fendas podem ser percebidas em diversas variáveis sociais e indicadores ligados a temas centrais como acesso a educação e saúde, participação política, condição econômica⁹.

⁷ Além de possuir um território grande, com particularidades culturais que já poderiam “naturalmente” dificultar a integração nacional, historicamente, o Brasil ainda apresenta como base política a formação do Estado em detrimento da nação, e o beneficiamento das elites, em detrimento do desenvolvimento da solidariedade e do equilíbrio social.

⁸ Recortar um objeto ou tema de pesquisa na cidade requer o cuidado para não cortar os vínculos que este mantém com as demais dimensões da dinâmica urbana (MAGNANI, 2008).

⁹ Passando por escolas públicas, por exemplo, pudemos enxergar instalações de laboratórios de informática em condições favoráveis de aprendizado, em termos de recursos ambientais, climáticos, tecnológicos, mas também constatamos a existência de locais em que os problemas se somam, desde a falta de adaptadores para ligar computadores nas tomadas, até a falta de roteadores ou de cabos adequados para a conexão banda larga através dos projetos de governos que representavam o portfólio de programas de inclusão. Indo aos espaços rurais, ouvimos as pessoas dizerem que encontrar a conexão gratuita ou um “telecentro” era mais raro do que “ganhar um prêmio de loteria”. E esse não era o problema mais grave para eles. Viver o sentimento de “afastamento” entre o campo e a cidade, a ideia de que eles são “desconhecidos” ou “não reconhecidos” pelas metrópoles, talvez fosse o que os levava a sonhar com canais de comunicação e práticas de interação em que se sentissem autores da sua própria narrativa, de uma história que contasse aos grandes centros urbanos quem eles eram, o que pensavam, as suas escolhas, a forma como poderiam intercambiar materiais e símbolos.

Enfim, independentemente do tema escolhido, provavelmente as reflexões levarão às disparidades e assimetrias. Como então governar países e sociedades com tais características? Como lidar com as desigualdades, em nome de uma maior integração nacional e até mundial? Como construir políticas e ações públicas de forma a atender necessidades, anseios, de grupos distintos, desintegrados e sem uma identidade aglutinadora, em virtude do sentimento de não pertencimento gerado a partir de contextos tão díspares ou de tamanhas injustiças sociais?

Em outras palavras, não há unanimidade de visões e identidades, em sociedades polarizadas em termos de acesso a bens públicos e com pouca ou nenhuma abertura ao conceito de democracia advindo da participação popular. Então, como pensar a inclusão nesses cenários? Com relação às tecnologias, mais especificamente, às TIC, a teoria e a prática parecem ser orientadas por um discurso dominante que relaciona essas tecnologias à ideia de inclusão. Em consonância com esse discurso, a ausência dos aparatos materiais nos processos de promoção do desenvolvimento cognitivo e do conhecimento, e das ações sociais, representa o “analfabetismo digital”, a exclusão social contemporânea.

Nesse cenário, o Brasil pode ser visto sob a perspectiva de pelo menos dois mundos¹⁰: aquele em que os indivíduos usam tecnologias, como as TIC, e aquele em essas tecnologias não fazem parte dos hábitos dos indivíduos. “São milhões de brasileiros que nunca utilizaram a internet ou mesmo um computador, e assim permanecem afastados de novas oportunidades de trabalho, novos conteúdos culturais, bem como de novas formas de exercer a cidadania” (BRASIL, 2015, p. 15).

Qual a implicação desse cenário para a vida contemporânea? O final do Século XX e início do Século XXI são constantemente associados a jargões publicitários ou científicos como “era cibernética¹¹”, “mundo tecnológico”, “era da informação”, ou “era do conhecimento”, ou algo parecido e que leva o indivíduo a pensar imediatamente nos pré-requisitos para o sucesso na vida moderna. As tecnologias e a inteligência proporcionada pelo domínio da informação são vistos como aspectos fundamentais para os dias atuais, nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

¹⁰ De forma abstrata, dois mundos, mas o microestudo revelou submundos mais específicos.

¹¹ “A palavra 'cibernética' vem do termo *kibernos*, 'controle' [...] é a área do saber que se dedica a estudar as relações entre informação e controle em um sistema” (MARTINO, 2015, p. 21), estando associada à análise e compreensão, condução e desenvolvimento de um sistema a partir dos dados, informações e conhecimentos derivados a partir de seus componentes, com relação aos objetivos do sistema. Esse processo prescinde de reflexividade, sendo cíclico e contando com informações em circulação.

Há poucas décadas, Giddens¹² (1991) já chamava a atenção para as mudanças que acompanhavam a implantação das tecnologias nos diversos aspectos da vida humana, fenômeno que embora possa não ter sido produzido de forma intencional, traz uma nova configuração social e consequências sócio-técnicas. Bourdieu (1930), por sua vez, ajudou-nos a pensar no campo de disputas sobre as configurações sociais: existem correntes otimistas e pessimistas sobre o mundo em rede apoiado por TIC, que lutam pela sua afirmação ou negação, através de teorias ou ideologias que se embatem buscando coagir pensamento e ação na busca da mudança ou manutenção dos paradigmas sociais; mesmo entre os entusiastas, há diferentes correntes defendendo motivações diversas para a implementação das mudanças (por exemplo, a emancipação cidadã ou o desenvolvimento do capitalismo).

Nem sempre temos a crítica positiva da tecnologia e não devem ser menosprezadas as teorias que se contrapõem à visão que “valoriza os benefícios de uso das TIC”. O “pessimismo” relacionado ao uso dessas tecnologias é geralmente associado à visão de novas formas de exercício de poder, controle, dominação e/ou exploração, que são favorecidos pela incorporação dos seus instrumentos na vida humana, além dos interesses econômicos advindos de um consumo generalizado (desde os mais ricos até os mais pobres), programado e desenfreado de aparatos e artefatos tecnológicos.

Além dos aspectos negativos explicitamente postos por um sistema que é capitalista, como a exploração e as desigualdades, uma base comum de contextos que se baseiam nesse modo de produção, a literatura acessada nos permite dizer que vários problemas passam a ser discutidos a partir do informacionalismo e das redes digitais: declínio da comunicação dos participantes com os membros da família no lar, diminuição do tamanho do círculo social e aumento da depressão e da solidão; isolamento e sobrecarga cognitiva (estresse pela comunicação e pelo trabalho diante da tela); dependência (como exemplo, vício na navegação ou em jogos); dominação (reforço dos centros de decisão e controle, domínio quase monopolista de algumas potências econômicas sobre funções importantes da rede); exploração (como exemplo, os casos de teletrabalho vigiado); bobagem coletiva (como exemplo, acúmulo de dados sem qualquer informação). Essas críticas geralmente foram rebatidas com o discurso de

¹² Além de Giddens, ao longo da tese, acessamos diversos autores que tentaram “explicar” esse mundo em transformação. Por que usar cada um deles? Porque nenhum consegue determinar que a sua visão deve sobrepor as demais. Há disputas, e cada um nos ajudou a pensar algumas perspectivas analíticas.

que as tecnologias refletem o que a sociedade é e, portanto, essas seriam características das relações humanas modernas, antes de serem problemas “causados pela tecnologia”.

Por exemplo, refletir sobre a sociabilidade em tempos de internet requer ponderar as críticas colocadas por pesquisadores, no sentido de enxergar não apenas o empobrecimento da vida social a partir das conexões online, o que resultaria na ruína da solidariedade, no caos das relações humanas. Pensar na sociedade em rede apoiada por TIC pode significar a expansão dos vínculos sociais, em termos de alcance, de volume, de tipos de conexão, de novas perspectivas para os sujeitos individuais e coletivos.

Na internet, por exemplo, os indivíduos desenvolvem seus vínculos em forma de “portfólios pessoais” com base em interesses em comum, e valores, que por serem multidimensionais no mundo físico, também o são através dos vínculos online, conforme pudemos observar e ouvir nos relatos das pessoas com quem interagimos em campo. Através das TIC, pudemos experimentar a dinâmica da sociabilidade na internet, percebendo as formas de conexão social a partir de laços fracos e de laços fortes.

Os laços fortes pude vivenciar com agentes dos programas de extensão P1 e P2, parceiros sociais nas comunidades e alguns nos cursos e demais ações do IFPB nos núcleos de extensão N1 e N2, com quem estabeleci ligações mais próximas, rotineiras, de confiança mútua, durante o período do desenvolvimento da tese e alguns permaneceram como vínculos pessoais, mesmo após o término do trabalho. “A internet e as mídias digitais abriram espaços de interação em comunidade ate então desconhecidos, aumentando as possibilidades de estabelecimento de laços entre seres humanos” (MARTINO, 2015, p. 44). Por sua vez, os laços mais fracos, favorecidos especialmente pela internet, por serem múltiplos, de menor profundidade, e úteis no fornecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a baixo custo, esse foram criados em maior número, e praticamente envolveram indivíduos em todos os espaços por onde andamos, sendo cultivados em grupos ou contatos privados em aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook* ou *Instagram*. “Nesse sentido, a internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais numa sociedade que pareceu estar passando por uma rápida individualização e uma ruptura cívica” (CASTELLS, 2000, p. 221), embora o índice de mortalidade dos vínculos *online* seja alto.

Os vínculos criados em redes sociais, por exemplo, aproximaram-me de algumas pessoas pesquisadas, no sentido de elas se abrirem mais para conversas pessoais ou me permitirem observá-las através de seus perfis *online*. Enfim, a associação entre o mundo digital e o mundo material resulta em diversos projetos,

individuais ou coletivos, que se realizam conforme visões de mundo e objetivos próprios, pertencentes à pluralidade de indivíduos e grupos sociais que atuam na rede.

A partir da reflexão sobre as tensões e disputas provenientes dos diversos objetivos embutidos ou explícitos nos grandes ideais do campo da ID, exercitamos algumas práticas: a identificação da promoção dos “modelos ideais de sociedade”, que sugerem práticas, como uso de artefatos ou ferramentas tecnológicas, como elementos realmente efetivos no combate à exclusão, mas que também promovem objetivos de empresas capitalistas, que necessitam de compradores, recebedores de “produtos e serviços prontos” para um consumo superficial e descartável de tecnologias; a fuga dos discursos que “vendem” a ID, a partir das TIC e da informação, como se sua posse e acesso fossem suficientes para a solução da exclusão e da desigualdade, a ideia de que todos sejam iguais, a promoção da democratização, o empoderamento individual e coletivo, discursos esses que não reconhecem ou exploram os entraves humanos e sociais para que as tecnologias de fato apoiem processos de governança, através de ciclos de decisão e gestão mais participativos e democráticos, e ainda situações de igualdade, através do reconhecimento das diferenças e do trabalho para que elas deixem de existir ou pelo menos se diminuam as distâncias sociais.

Embora acreditemos que os grupos de teorias otimistas e pessimistas sobre as relações entre TIC e processos humanos nas sociedades modernas não se excluem (se complementam), tivemos que fazer escolhas e recortes, pois o campo da ID é vasto para uma pesquisa em um processo de doutoramento e, obviamente, não conseguiríamos dar conta da multidimensionalidade dos seus problemas. Assim sendo, reconhecendo os limites de uma pesquisa, as investigações dessa tese interpretaram as relações entre TIC, cidadania e inclusão¹³. Prosseguindo então na linha de investigação da apropriação cidadã das TIC, perguntamo-nos: para que essas tecnologias ajudem a constituir esses cenários de “era” ou de “mundo”, seus recursos materiais e as ideias que basearam seu uso não deveriam incluir “todos” no cenário que se configura com uma alternativa às visões autoritárias e imperialistas dos tempos mais remotos?

Pode-se pensar que a evolução do ser humano se baseia em tentar resolver, nos dias posteriores, os problemas vividos nos dias anteriores. Nesta linha de raciocínio, as mudanças nos processos humanos (em termos de linha temporal) se baseiam em inovar,

¹³ Essa decisão nos fez optar por priorizar alguns aspectos na pesquisa, mas especificamente, os processos de apropriação das TIC para ações cidadãs e suas contribuições nos processos de inclusão social, deixando em segundo plano, ou mesmo não contemplando, os demais aspectos, como a análise sociológica do consumo dessas tecnologias.

criar ou transformar a sua realidade com base nas suas necessidades. Resolvidos os problemas do “hoje”, no “dia seguinte” o homem vê surgir novos problemas ou desafios, e com estes, novas necessidades, e assim vai caminhando a humanidade, em seu trajeto de transformação social, política, econômica, cultural e técnico-científica. O fato é que os “problemas” da humanidade vão muito além de resolver questões técnicas, como inventar o fogo, a roda ou as TIC. A trajetória humana traz juntamente às técnicas e aos instrumentos, um conjunto de aspectos subjetivos, o que implica em colocar o fogo, a roda e as tecnologias em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, no esforço de repensar paradigmas que discutam conceitos como identidade, integração, inclusão, e relacionem os diversos atores sociais em conformações que viabilizem os modelos mais eficazes de vida em coletividades. Martino (2015) argumenta que as relações entre seres humanos conectados por mídias digitais dão origem a um processo que altera o que se entende por política, arte, economia e cultura, o que reforça a ideia de multidimensionalidade das TIC e da ID.

Nas perspectivas de uso das TIC, seus artefatos podem ser utilizados de forma individual ou coletiva, permitindo a participação e a colaboração em escopo mundial. Pensar no uso dessas tecnologias em pleno Século XXI não é algo raro e a grande maioria das referências que deram base a esta tese vão comentar várias perspectivas das relações entre TIC, indivíduo e/ou sociedade, sejam elas de caráter cultural, político, econômico ou sociotécnico, envolvendo Estado, mercado ou sociedade civil. Enfim, na variada presença de trabalhos sobre o tema, podem ser encontradas muitas vertentes que são legitimadas, enquanto outras podem ser consideradas subversivas (principalmente se criticam os grandes nomes do campo). Foram muitas possibilidades de leitura, e nelas buscamos acessar diferentes visões sobre as potencialidades das TIC em termos de oportunidades, mas também em termos de problemas, do que poderia aproximar ou distanciar as pessoas desses artefatos, das alternativas para viabilizar a efetividade em ID, em busca de um desenvolvimento social mais justo e democrático.

Entre os autores consultados, grandes nomes reconhecidos no campo, pelos trabalhos sobre TIC e ID, têm suas obras mais prestigiadas construídas sobre bases mais teóricas e conceituais (gerais) do que sobre trabalhos que mostrem como foram suas atuações em campo¹⁴. Por exemplo, autores como Lévy (1999), Castells (2000) e Latour (2011), sempre presentes em trabalhos sobre TIC e ID que tenham algum cunho social,

¹⁴ Alguns deles não relataram suas experiências de aproximação de micro-realidades e como, a partir delas, derivaram relações que tentem dar conta do que é geral (macro).

indiscutivelmente nos apresentaram com obras que ajudaram a construir conceitos, mas que pouco contribuíram para que nós pensássemos de forma menos abstrata no lócus de pesquisa¹⁵ e, por isso, algumas das interpretações sobre seus discursos são discutidas ao longo desta tese, a partir do que experimentamos no campo empírico. De qualquer forma, recomendamos essas leituras, pois não se deve estar nesse campo sem que se conheça o que é legitimado, sem que se reconheçam as contribuições das suas visões, mesmo que seja para criticar alguns dos seus pressupostos teóricos.

Sobre a forma como eles nos ajudaram a construir as primeiras ideias e rotas de pesquisa, por serem generalistas, Lévy e Castells tentaram dar conta de “tudo” o que acontece nesse mundo baseado em TIC, e assim eles nos proporcionaram leituras de amplitude maior. Através deles, começamos a pensar nas potencialidades das novas tecnologias, no seu poder para integrar o mundo em rede, em perspectivas mais humanistas, no caso de Lévy, ou com cunho mais político e econômico, no caso de Castell¹⁶. As ideias de Latour nos inspiraram no sentido de começar a exercitar a busca pelos detalhes das conformações sociais em rede, a partir da cada um de seus atores.

Em meio aos “grandes papas da academia”, Martino (2015) trouxe a sua interpretação sobre diversos autores diretamente autorizados para falar sobre o campo de ID¹⁷, mas também a outros autores, o que ampliou a leitura sobre reflexões menos condicionadas. Em geral, trabalhos mais pontuais, como artigos, inauguraram a abertura para leituras voltadas a estudos empíricos¹⁸ e, portanto, a micro realidades que passaram a contribuir com a construção de novas ideias para as ações de pesquisa e extensão. Estas foram contribuições bastante expressivas, já que o campo empírico do IFPB nos trouxe o desafio de realizar a pesquisa na tese, em parte, como uma pesquisa-ação¹⁹, o que significou “por a mão na massa” nas ações de ID, atuar na práxis, colher seus

¹⁵ Por exemplo, quando me vi procurando maneiras de usar tecnologias para pensar os problemas de identidade juntos aos filhos de pescadores que negavam suas origens.

¹⁶ Este autor possui sítio na internet, no qual divulga seus trabalhos (<http://www.manuelcastells.info/en>), o que facilitou o acesso à sua produção científica e às suas ideias.

¹⁷ Entre eles, Castells, Lévy e Latour, e diversos outros, em várias linhas de trabalhos sobre as TIC.

¹⁸ O primeiro artigo acessado foi o de Penteado, Santos e Araújo (2014), que apontou as transformações nas lógicas de ação social e de operação política e econômica para o formato de rede, o que nos fez enxergar possibilidades de transformação nas relações entre a sociedade civil e o Estado, a partir das TIC, em um relato sobre um estudo realizado em São Paulo.

¹⁹ “A pesquisa-ação se distingue da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue da pesquisa científica tradicional, porque altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.[...] A questão é que a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica” (TRIPP, 2005, p. 447). As ações no IFPB tiveram, como elementos norteadores, a inovação, a continuidade, a pró-atividade, a participação, a intervenção e a problematização, a deliberação, a compreensão e a disseminação.

feedbacks e retroalimentar um sistema de concepções e ações que se transformou por diversas vezes, pela necessidade de ouvir “o campo” e de repensar os próximos passos, em uma construção coletiva e, permanentemente, aberta e fluida.

Ainda sobre a base teórica da pesquisa, dois conceitos foram fundamentais: ciberespaço e cibercultura²⁰. O ciberespaço pode ser pensado como o meio de comunicação aberto que surge com internet e suas possibilidades de interconexão mundial, promovendo ubiquidade, virtualidade e velocidade²¹ às rotinas humanas, referindo-se menos à infraestrutura material da comunicação digital, e mais às informações que ela abriga e aos seres humanos que navegam e alimentam esse espaço²². A cibercultura, por sua vez, especifica o conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço, e compõem um sistema organizado em função de um complexo tecnológico bem determinado e de uma organização social operada por meio da internet (enquanto rede de cabos ultramarinos que ligam os diversos países do globo) e da descentralização das formas de acesso, produção e circulação da informação e dos processos comunicativos (possibilitada pelos computadores, celulares e *tablets*)²³ (FERREIRA, 2016).

Na cibercultura, as TIC representam elementos que se destacam tanto material quanto simbolicamente, experimentando novas formas e canais de comunicação, reinventando a vida e, ao mesmo tempo, sendo redefinidos por ela, condicionando aspectos, porém não determinando as suas modelagens²⁴ (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2000; HARVEY, 1994). Pensando não como uma **técnica** em TIC, mas como uma **analista social**, apropriei-me do pressuposto de que o simbolismo é o maior responsável pela viabilização da implantação de um paradigma (ou seja, o sentido dos seus

²⁰ Durante a pesquisa, o primeiro contato com esses conceitos foi durante a leitura de Lévy (1999). Entretanto, uma vez que este é um autor referenciado em diversos trabalhos sobre TIC e ID, pudemos acessar esses conceitos a partir de diversos outros artigos citados nas referências desta tese.

²¹ Ubiquidade é a presença, em todos os lugares, estabelecendo conexões em qualquer espaço e tempo; velocidade é a rapidez de conexão de dados nas mídias digitais, que se articula com a aceleração de inúmeras atividades, processos e acontecimentos na vida cotidiana; virtualidade diz respeito a ideia de que dados das mídias digitais existem de maneira independente de ambientes físicos, podendo se desenvolver livres, a princípio, de qualquer barreira desse tipo (MARTINO, 2015).

²² “É criado a partir de vínculos, e não se confunde com a estrutura física – os cabos, as máquinas, os dispositivos sem fio – que permite essa conexão” (MARTINO, 2015, p. 29).

²³ Mais uma vez, os recursos materiais se colocam como instrumentos para viabilizar os recursos simbólicos, provenientes de paradigmas, como a cibercultura.

²⁴ Se as técnicas tivessem o “poder de determinar” as ações humanas, teríamos um mundo “fechado” em termos de possibilidades de realizações sociais, políticas, econômicas e culturais. Entretanto, o que vemos são as tecnologias se integrando a projetos, utopias, interesses econômicos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variadas.

pressupostos para a vida social), por conduzir às mudanças estruturais e culturais nas sociedades. Diante desses conceitos, passei a questionar: como a cibercultura e o ciberespaço “se encaixam” nas propostas de conformação das sociedades contemporâneas?

A multiplicidade das significações e dos projetos que envolvem as técnicas são particularmente evidentes no caso do digital²⁵: o desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que desejam se desenvolver e até ser potências, ou ter supremacia política e militar; é também uma das questões de competição econômica mundial entre grandes empresas; por outro lado, responde aos objetivos indivíduos ou grupos que procuram aumentar a autonomia dos cibercidadões e suas faculdades cognitivas, encarnando o ideal de cientistas, artistas, educadores e ativistas com perfis diversificados que atuam na rede buscando incluir ou integrar pessoas, melhorar a colaboração entre elas, explorando e dando vida a diferentes formas de inteligência coletiva e distribuída.

Com as TIC, diversos processos sociais passam a ser desenvolvidos em configurações que mesclam o mundo físico e o virtual então, a exclusão digital se coloca como um fator que potencializa a exclusão social. Entretanto, não se deve supor que qualquer tipo de tecnologia existente atualmente (ou em qualquer época) seja capaz de dar conta da cidadania e da inclusão social, sem considerar contextos próprios dos indivíduos em seus respectivos grupos ou subgrupos sociais, uma vez que a cidadania é um valor que se realiza de modo distinto para indivíduos distintos (criança/adulto, homem/mulher, livre/apenado, louco/são, pobre/rico, estrangeiro/natural).

Enfim, diversas motivações advindas de diversos agentes sociais ainda podem ou sufocar o desenvolvimento das tecnologias ou fazer com que se entre em um processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, da política, da cultura, do poder militar e do bem estar social em poucos anos, embora ambas as situações se deem principalmente pela intervenção do Estado (CASTELLS, 2000). No caso do Brasil, fica evidente a força do discurso e das decisões referentes às políticas públicas para a promoção das ações de ID, vislumbrando a cidadania, a inclusão social, o “desenvolvimento” local e nacional.

²⁵ Uma técnica não é nem boa, nem má (já que depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vistas individuais), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, abrindo algumas possibilidades e fechando outras), cabendo aos projetos explorar as suas possibilidades e decidir o que fazer com ela.

Pensar a ID implica em pensar a comunicação, um elemento base da vida social²⁶ (CASTELLS et al., 2011). De forma geral, a exclusão digital pode se dar pela falta de acesso aos canais de comunicação ou pela restrição ao seu uso, o que pode resultar em limitações políticas, sociais, culturais e até mesmo econômicas, em virtude das restrições a diversas oportunidades e parte dos processos de escolha e de autonomia do indivíduo, impulsionados pelos instrumentos técnicos, em uma sociedade cada vez mais conectada e mundializada. Como então “garantir” que todos possam integrar esse novo modelo de conformação de sociedade? Como combater a fenda digital?

A exclusão geralmente está associada apenas à ideia de ausência ou ineficiência de ações do Estado, entretanto, a exclusão digital pode ser uma decisão do próprio indivíduo, por exemplo, em um processo de resistência às imposições hegemônicas modernas, ou mesmo em virtude do receio quanto à incorporação de recursos desconhecidos ao seu dia a dia (novas tecnologias) ou mesmo pela falta de percepção quanto aos potenciais benefícios das TIC na agregação de valor a diversos aspectos da sua vida.

Independente da justificativa para o não pertencimento ao mundo tecnológico, não podemos ler os excluídos digitais como “incompetentes”, pois existe vida além dos bits e bytes, sendo realizada através de atores sociais que lutam por suas concepções e se desenvolvem, conforme vimos em escolas, comunidades rurais, grupos de artesãs, mesmo que estivessem limitados diante da ausência ou ineficiência dos bens digitais. Por outro lado, faz-se importante refletir sobre o que pode significar a sua ausência nos processos que acontecem parcial ou totalmente de forma virtual, ou ainda sobre a forma como o que já fazem no real pode ser ressignificado a partir do virtual²⁷.

Sob essas perspectivas, não seria “justo e correto” impor nenhum modelo como única possibilidade de vida em coletividade. Entretanto, a ID deve garantir o acesso à infraestrutura e aos processos de consumo/produção/publicização de conteúdos de

²⁶ A relação entre pensamento e matéria, individual e coletivo, acontece no momento em que o processo mental produz um processo social, ao cruzar as fronteiras do cérebro individual e interagir com o contexto coletivo, o que acontece através da comunicação.

²⁷ Acessando os portais de notícias dos governos, pudemos ver grupos sociais de mulheres, jovens, indígenas e representantes do MST reivindicando acesso a internet para consumir e produzir informações e conhecimento, assim como em campo pudemos ver novas possibilidades de trabalho para os mesmos professores e alunos que acompanhamos em uma escola pública em área de baixo poder econômico, em momentos antes e depois do uso das TIC. Boa parte das palavras que ouvimos desses atores sociais, sobre suas reivindicações em comunicação, diziam respeito à produção de contracultura frente aos meios de comunicação que promoviam o capitalismo e a manutenção das marcações sociais de privilégio de uns sobre os outros. Se os grupos sociais atuassem na internet, as mídias de massa não seriam os únicos difusores de visões de mundo.

forma associada a ações educacionais que respeitem os contextos próprios de cidadania, com o objetivo de promover as reflexões sobre as TIC e as diversas visões de mundo ao longo do planeta. A lógica que propomos é que sejam dadas a todos as condições de fazer parte desse mundo e que cada grupo ou indivíduo decida se/como deseja integrá-lo.

Em outras palavras, não corroboramos com as grandes teorias, quando elas parecem sugerir que as pessoas são menos competentes ou habilitadas quando realizam processos que não usam TIC. As TIC não são a base única que sustenta a cidadania e os processos de inclusão. Entretanto, elas geram possibilidades para o desenvolvimento de ações que são importantes para o mundo moderno, como auto desenvolvimento, comunicação, tomada de decisão e ação. Acreditamos que a efetividade no uso das TIC requer a consciência sobre objetivos e sentidos de uso de seus instrumentos, para que essas tecnologias sejam aplicadas de forma a potencializar as possibilidades de alcançar esses objetivos.

A clareza sobre os conceitos de ciberespaço e cibercultura apoiou ainda a atuação no sentido de intervir e promover discussões sociotécnicas junto a programas de extensão que trabalharam as ações de ID no IFPB. A ideia de trabalhar esses conceitos se mostrou como uma possibilidade para o ponto de partida nas discussões que associaram a ID a algo além de promover as habilidades técnicas de uso das TIC, ao uso crítico e contextualizado dessas tecnologias junto aos grupos sociais, de acordo com demandas próprias. Acompanhando dois programas de extensão, constatamos²⁸ que um deles trabalhou a técnica, sem ter como base a conexão com os contextos sociais dos beneficiários, o que resultou em menor efetividade para as ações. Já o outro programa tentou relacionar as TIC a ações de comunicação, com cunho cidadão.

Se o discurso da extensão era melhorar a condição de vida das pessoas, o que os seus programas fizeram para alcançar essa missão e como acompanharam e monitoraram as ações com relação a esses objetivos? O que nós identificamos como problemas nas ações do primeiro programa: trabalhando a técnica pela técnica, as perspectivas individuais e coletivas foram ignoradas²⁹. O segundo programa, por sua

²⁸ Considerando que as análises sobre o estudo no IFPB foram realizadas coletivamente, por mim e por representantes da gestão da extensão, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), e pesquisadores/extensionistas (técnicos administrativos, docentes e alunos), gostaria de tratar esses pontos não como sendo meus, mas como impressões coletivas e, por isso, farei alguns relatos na primeira pessoa do plural.

²⁹ Apesar da falta de conhecimento em outras ciências, nas experiências vividas através de observações e entrevistas junto à equipe do IFPB e aos beneficiários, identifiquei contextos que talvez tenham

vez, foi mais criterioso e cauteloso nas ações de uso das TIC, buscando conhecer particularidades de contextos urbanos e rurais, comunitários ou escolares, e manteve-se aberto para pensar as ações e construí-las através de processos coletivos, participativos e contínuos, a partir de demandas sociais, trazendo mais efetividade às suas ações.

Voltando às investigações sobre as correntes teóricas de ID, em busca dos macro discursos do campo, encontramos discursos legitimados que acentuaram a necessidade de relacioná-la a temas como cidadania, direitos, inclusão, entre outros. Como exemplo, pudemos perceber que a base do discurso e da política de ID proposta pelo Governo do Brasil é idealizada como o exercício da cidadania e a promoção da inclusão social. O acesso a esses discursos se deu, pessoalmente, com a minha participação no Fórum de Governança da Internet (IGF), em 2015, e nas reuniões de Agência Nacional de Inclusão Digital (ANID), de 2015 a 2017³⁰. Em ambos os eventos, o discurso que se destacou foi aquele que pensa a inclusão como o combate aos problemas de desigualdade e autoritarismo, e modela os processos de inclusão como participativos, democráticos e de empoderamento social. A propaganda dos eventos ainda de deu como momentos abertos à participação popular, sem custos, onde qualquer pessoa pode se inscrever, participar, debater e apresentar suas contribuições para a agenda e para o ciclo da política pública de ID.

Acreditamos na importância de abertura do diálogo entre Estado, sociedade e mercado, entretanto, para que esses eventos sejam realmente inclusivos, é preciso que eles não sejam realizados apenas com a intenção de tornar legítimas decisões tomadas em bastidores políticos, e também é necessário que as pessoas sejam qualificadas para debates e tomadas de decisão.

Em complemento às ações presenciais, a observação virtual a partir da navegação nas notícias publicizadas nos portais do governo sugeriu o portfólio de ações nos níveis federal, estadual e municipal, e ainda vários tipos de inter-relações, entre elas: conexões entre a política pública de ID e políticas públicas de outras áreas, como educação, proteção e assistência social, segurança; relações entre ações federais, estaduais e municipais; conexões entre a política pública de governo e as ações públicas no IFPB. Faz-se importante ressaltar que acessar os portais dos governos significou para

interferido nas ações de ID, mas que foram ignorados pelos programas, já que suas equipe não os perceberam, ou não os trataram como prioridades nas ações de ID.

³⁰ O IGF é um evento internacional que legitima os processos de governança da internet. Em 2015 foi realizado em João Pessoa. As reuniões da ANID são reuniões nacionais que sempre ocorrem em João Pessoa, local em que a agência tem sua sede. Nesta reunião também são discutidas as iniciativas para as ações de ID, inclusive as políticas públicas relacionadas a esse tema.

esta tese ter acesso tanto aos seus discursos, quanto, ao longo do tempo, a tudo mais que eles consideraram importante divulgar “ao mundo”, através da internet³¹.

Percorrendo esses portais, vimos que os agentes de governo despenderam esforços em ações que corroboraram com os discursos, inclusive em termos de conexões com a multidimensionalidade da vida humana, mas ainda existem muitas fendas que derivam problemas e estes requerem análise e solução: ainda existe muita exclusão, e o processo de ID sugeriu “seletividade” em algumas ações; no sentido da promoção da cibercultura, em termos de cidadania e da inclusão social, a ID se mostrou extremamente complexa, devido ao fato de que as TIC se capilarizam por praticamente todos os aspectos humanos, e as transformações nas rotinas modernas se dão de forma cada vez mais dinâmica; devem ser reforçadas as ações no ciclo das políticas públicas (proposição, planejamento, implementação, monitoramento e retroalimentação), com decisões e ações participativas e democráticas, e que envolvam governos, empresas, instituições e cidadãos, em todo esse ciclo.

Falando sobre o Brasil, mais uma vez, insistimos que os processos de promoção de cidadania nesta sociedade são extremamente complexos. Nesta sociedade, devemos falar sobre que tipos de direitos e deveres, em termos de compromissos cívicos? Para quem eles se direcionam? Quem eles protegem e quem eles auditam? Quem “paga” por uma conta de cidadania, por um compromisso de “coletividade”? Qual o seu custo para cada grupo social? Quais os seus bônus e a quem se destinam? Essas são apenas algumas questões para que se pense em um processo de ID efetivo e não utópico ou mascarado em termos de ganhos e perdas, uma vez que acreditamos na responsabilidade do Estado na democratização das tecnologias³² e de tudo mais que acompanha o mundo virtual voltado para o cidadão, em termos processuais e simbólicos³³. Não temos a pretensão de responder todas elas com essa tese³⁴.

³¹ Obviamente, não esperamos encontrar relatados os problemas ou aspectos negativos da política de ID, ou objetivos inescrupulosos, mas pretendemos colher, através dos discursos e dos dados divulgados, tanto os aspectos qualitativos (valores, conceitos) quanto os quantitativos (volume de notícias sobre os temas de ID, indicadores processuais das ações e resultados em si) referentes ao significado dessas ações para os agentes públicos que as promoviam. Comparando o qualitativo e o quantitativo, pudemos perceber esforços despendidos nas ações e assim nos aproximar do que foi “dito” e do que foi “feito”.

³² “O Estado é um ator estratégico para o desenvolvimento da chamada infraestrutura informacional e da criação de políticas públicas, uma vez que, como os dados apontam, o mercado por si só não é capaz de incluir digitalmente a população” (SCALCO, 2012).

³³ A pauta Estado e sociedade é antiga, mas na perspectiva das TIC, apresenta aspectos inovadores que requerem reflexões sob uma ótica própria que conecta modernidade, ID e políticas públicas multidimensionais.

³⁴ Entretanto, como pesquisadores nesse campo, pensamos que podemos deixar sugestões de análises que poderão ser retomadas por nós ou por outros pesquisadores, em algum momento futuro.

Para este momento, pensando de forma crítica sobre o que pode ser o significado da cidadania no mundo virtual, sugerimos que é o sentido da atuação humana neste meio que faz a diferença para os processos coletivos: é saber “o que fazer” e “como fazer” em termos cívicos que evidencia os benefícios do ciberespaço e orienta o percurso dos cibercidadãos. Sendo um dos entusiastas desses benefícios, Lévy (1999) diz que a inteligência que favorece a cibercultura é ao mesmo tempo um veneno para os que dela não participam e um remédio para aqueles que conseguem controlar a própria deriva no meio de suas correntes.

Ao nos debruçarmos sobre o campo da ID, identificamos como elementos fortes dos projetos, ações e iniciativas contemporâneos ligados à ID³⁵, ao uso da internet e das TIC em geral, três eixos fundamentais de atuação: a garantia da disponibilidade de acesso às TIC (oferta de infraestrutura, como equipamentos e internet, entre outros); o incentivo ao desenvolvimento e à disponibilização de conteúdos de interesse público de acordo com padrões de acessibilidade, usabilidade e inteligibilidade; e a capacitação para ação, tanto da população interessada no uso das TIC quanto dos profissionais que atuam diretamente no atendimento aos cidadãos.

Em primeiro lugar, essas ações devem funcionar, e andar em uma velocidade que diminua os “prejuízos” daqueles que não foram priorizados na “lista de espera pela inclusão”. Ou seja, a internet e a ID estão sendo evidenciadas desde a década de 90, mas a barreira digital³⁶ persiste. A Organização das Nações Unidas (ONU) já apresentou uma correlação entre desenvolvimento humano e TIC³⁷ desde 2001, o Marco Civil da Internet no Brasil já reconheceu a internet com direito desde 2014. E o que estamos esperando para que a ID se dê em todos os espaços e se efetive? O que acontece com as políticas públicas? Em alguns territórios, parece que ou “não chegam”, ou quando chegam, não são sequer analisadas para que sejam fontes de retroalimentação em um ciclo contínuo³⁸.

³⁵ Concordando com Rodrigues e Maculan (2013), acreditamos que a ID é um conceito em evolução. Assim como a fenda ou fratura digital, a ID parte de uma definição cujo elemento central era ter acesso aos recursos tecnológicos, até chegar a um conceito que considera múltiplas dimensões.

³⁶ Vista como as diferenças de acesso a tecnologias e mídias digitais, e, portanto, à cultura desenvolvida nesses ambientes, estando vinculadas a problemas sociais e econômicos (MARTINO, 2015).

³⁷ A ONU declarou o acesso à internet como um direito universal “por entender que o acesso à rede facilita outros direitos – econômicos, sociais, políticos e culturais -, tornando-se uma ferramenta essencial para o acesso à informação, a fim de promover a participação dos cidadãos na construção de sociedades democráticas, uma vez que viabiliza a mobilização população para expressar-se e comunicar-se” (SCALCO, 2012).

³⁸ Nas andanças pelo campo, encontramos comunidades rurais ou sem serviço de internet, ou pagando por serviços de banda larga, pois as opções eram “pagar ou permanecer *offline*”.

Em segundo lugar, essas ações devem ser combinadas com programas educacionais voltados ao desenvolvimento dos indivíduos enquanto cidadãos, de forma que as TIC possam promover a inclusão desses indivíduos no paradigma da cibercultura³⁹. Ou seja, as TIC devem representar os recursos materiais que promovem os aspectos simbólicos dessa nova proposta de conformação social, que como em todos os demais tempos passados, é multidimensional.

Por fim, pelo caráter de multidimensionalidade das ações de ID, que acompanham a diversidade dos processos humanos, em uma sociedade desigual como a brasileira, que sofre de problemas crônicos de educação, trabalho, pobreza, saúde, entre outros, a efetividade dessas ações caminhará na proporção da aproximação entre as políticas de ID e as demais políticas sociais. Pelo que podemos constatar, a exclusão digital se apresenta como uma das evidências das diversas fendas sociais que a sociedade brasileira apresenta⁴⁰. Enfim, nem sempre as pessoas resistem à ID, às TIC, mas algumas vezes pode ser difícil pensar a ID como algo prioritário, ou como um processo simples e natural, quando o contexto dos atores sociais lhes desafia a resolver uma série de outros problemas urgentes, ou não lhes parece trazer muitas perspectivas de mudança⁴¹.

A partir das experiências vividas ao longo do trabalho de campo, alguns entraves foram percebidos nos processos de ID, e citamos, entre eles, alguns elementos que podem contribuir para diminuir a sua efetividade: o idioma desconhecido; o não saber acompanhar a velocidade das mudanças; a falta de um processo educativo mais amplo; uma série de motivações que o indivíduo talvez não tenha; o ambiente escolar ou familiar desfavorável; enfim, acreditamos que várias barreiras não são superadas, suprimidas, apenas porque o indivíduo está com um celular na mão, mesmo que seja um *smartphone*. E esses aspectos não podem ser ignorados por macropolíticas que são “copiadas” de contextos ideais e “coladas” em territórios que possuem cenários sociais distintos.

³⁹ A contrapartida para que as tecnologias propiciem a criação de cidadãos plenos, incluídos digital e socialmente, é representada pela educação cidadã.

⁴⁰ Nós sabíamos que a estratégia de entrar em campo e buscar temas geradores nas comunidades e escolas poderia nos trazer pontos fortes ou problemas. Essas questões aparecerão no capítulo da pesquisa.

⁴¹ A questão da integração entre diversas perspectivas de políticas públicas é algo que foge do nosso controle e não podemos dar conta dessas análises em uma tese de doutorado, entretanto, consideramos importante reforçar a ideia de que a ID requer ações multidimensionais, como forma de não limitar os seus processos. Optamos ainda por deixar essas pistas para o futuro, confiando que poderemos dar prosseguimento a estudos sobre esses temas, no campo das relações entre TIC e sociedade.

Ou seja, a obsessão pelos padrões impostos não pode orquestrar esses processos, mantendo a pseudoimagem de um “todo”, desconfigurando completamente as diferenças espaciais, as distinções temporais, físicas e de desigualdades, pois como aprendemos com Ortiz (1994), a globalização é um fenômeno com fins econômicos e sem força para anular as particularidades históricas e culturais⁴².

Consideramos que os indicadores de sucesso nas ações e políticas de ID estarão diretamente ligados à construção e evolução alinhada dos aspectos ligados aos três eixos de atuação comentados anteriormente (garantia de infraestrutura, conteúdo, qualificação para ação), e à efetividade da inclusão dos indivíduos e grupos sociais, que passarão a ter interesse por tais tecnologias e a confiar que o seu uso poderá apoiar a construção da sua vida social, passando de potenciais usuários de TIC a cidadãos com acesso à informação e com poder para geração de conhecimento para construção de modelos de sociedade que viabilizem os princípios base da cibercultura, ou de outros paradigmas alinhados a suas visões de mundo.

Conforme comentamos anteriormente, considerando que o Brasil é um país de disparidades e assimetrias, o empenho nessas ações se torna essencialmente importante e desafiador, pois a nossa sociedade apresenta problemas evidentes de baixa escolaridade, analfabetismo e desistência escolar, além de uma frágil estrutura de garantia e respeito aos direitos e deveres dos seus cidadãos, o que dificulta análises e ações sobre esses postulados.

Sobre os trabalhos com foco em ID, este tema tem sido objeto de pesquisas em diversas áreas, como Sociologia, Administração, Ciência da Informação, Informática, que são executadas sob suas perspectivas científicas. Para os pesquisadores, o tema é atual e relevante, tendo em vista que ações de promoção da ID ganharam espaço como políticas governamentais no Brasil e em outros países nas últimas décadas. Os trabalhos destacam a importância de serem realizados estudos voltados à avaliação das políticas públicas relacionadas à ID, justificando-se que no Brasil, o processo de avaliação está incipiente, tanto no meio acadêmico como nas esferas de governo (MEDEIROS NETO; MIRANDA, 2010).

⁴² Não se pode criar um padrão do politicamente correto e do humanamente correto, porque “a diversidade cultural e política é a que existe no planeta”. Afirmar um direito num sentido, significa gerar outras formas de opressão e, por isso, deve-se ter a consciência de que “é preciso defender os direitos da mulher em todo o mundo, mas as mulheres de cada cultura é que têm de interpretar isso e mostrar como querem ter esse direito respeitado”, pois mesmo os valores universais são interpretados em cada sociedade, em cada cultura (COLOMBO, 2015).

Há pouco mais de dez anos, Corrêa (2007) nos dizia que a ID ainda não havia se estabelecido como uma política pública, carecendo de articulação política mais forte nos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal. Será que algo mudou? Podemos dizer que o Brasil desenvolve programas e projetos de ID efetivos e que promovem oportunidades para desenvolvimento econômico e social, engajamento político e cultural dos indivíduos envolvidos nessas ações? O Brasil muito já caminhou, em termos processuais, com relação à ID. Por exemplo, já se pode perceber a preocupação com a multidimensionalidade para ações com TIC, e até mesmo que o conceito de ID vem sendo atualizado de alguma forma, inclusive em termos de valorização e respeito ao envolvimento dos atores sociais como agentes desse processo. Entretanto, essas perspectivas têm que ser compreendidas e aplicadas em todos os territórios e não em alguns poucos deles.

Enfim, diante dos recursos públicos e do jogo de enunciações e promessas cívicas envolvidos, acreditamos que a política pública de ID devia ser examinada com relação aos seus pressupostos e efeitos, objetivando dar *feedback* à sociedade e refletir sobre as lições aprendidas para a continuidade dessas ações, e trabalhamos um pouco nesse sentido⁴³.

Já finalizando e resgatando alguns pontos-chave, esta tese se propôs a retratar aspectos referentes às ações e à política pública de ID no Brasil, principalmente na Paraíba e em João Pessoa, e assim contribuir para a compreensão de como a ID vem acontecendo neste país através do recorte em um estado e um município considerados relativamente “atrasados” e “pobres”. No desenvolvimento da tese, buscamos respostas para algumas questões que nos inquietavam e pareceram viáveis em termos de tempo para um processo de doutoramento: Qual o discurso das ações de ID? O que buscam promover? Como as ações de ID têm buscado aproximar as pessoas das TIC? Que conceitos de cidadania e inclusão social utilizam? Como elas se relacionam a esses conceitos? O processo de pesquisa teve o objetivo de investigar as relações entre paradigmas, discursos, ações e a política pública de ID, o uso da internet e a cibercultura, especialmente no que diz respeito à promoção da cidadania e da inclusão social no mundo físico (caracterizado pelo paradigma da sociedade em rede) e virtual

⁴³ O reconhecimento da importância das TIC para o desenvolvimento das sociedades, aliada a essa pressão mundial para que a população seja incluída digitalmente tem acelerado a reflexão sobre como planejar e executar as ações neste sentido, e ainda sobre os resultados dessas ações nas sociedades.

(caracterizado pelas redes sociotécnicas, ou apoiadas por TIC)⁴⁴. Conforme já colocado no início dessa seção, a ideia foi mapear a ID, de forma processual, através de programas e projetos de ID do GF, GE, GM e IFPB.

Os resultados da pesquisa sugerem: as sociedades contemporâneas se conformam como redes apoiadas por TIC quanto aos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; embora as ações e políticas tragam em seus discursos elementos de inclusão, como se esse processo caminhasse no sentido totalizador, a globalização apresenta-se como processo seletivo de agentes nas redes, legitimando a “autoexclusão” a partir de algumas ideologias como aquela que crê na ideia de que acesso e ações de desenvolvimento de habilidades técnicas são suficientes para as transformações em aspectos de cidadania e inclusão social; os discursos de ID, em geral, colocam as suas políticas e ações como um direito de todo brasileiro, como elementos imprescindíveis para o combate às desigualdades, a integração social, a cidadania e a inclusão; a política pública de ID representa esforços em ações que corroboram com os discursos, inclusive em termos de multidimensionalidade da vida humana, mas ainda existem muitos problemas que precisam ser resolvidos⁴⁵; no sentido da promoção da cibercultura, em termos de cidadania e inclusão social, a ID se mostra como extremamente complexa, devido ao fato de as TIC se capilarizarem por praticamente todos os aspectos humanos, e de que as transformações nas rotinas humanas se dão de forma cada vez mais dinâmica, o que requer análise multidisciplinar e multissetorial; devem ser reforçadas as ações no ciclo da política pública de ID⁴⁶, com decisões e ações participativas e democráticas, e que envolvam governos, empresas, instituições e cidadãos, em todo esse ciclo, de forma contínua; as ações de ID não contextualizadas, e que contemplam apenas o acesso à infraestrutura e a qualificação técnica em TIC dos envolvidos, inclusive internet, não são suficientes para promover a cibercultura, a cidadania e a inclusão social, pois elas não apresentam potencial de efetividade nesses eixos⁴⁷; a educação digital efetiva para inclusão requer sentido para TIC, respeito a contextos,

⁴⁴ Estudar a sociedade e seu formato em rede na perspectiva da cibercultura, implicou em observar as transformações propostas por esse paradigma, e a forma como a aplicação das tecnologias se aproximou ou se distanciou dos seus pressupostos, o alcance dessa aplicação, seus resultados e eventuais ajustes necessários, sob as visões de mundo dos seus atores.

⁴⁵ Ainda existe muita exclusão, o que requer urgência na ampliação dos processos de ID para todos os territórios e discussão da priorização dos locais a serem incluídos.

⁴⁶ Proposição, planejamento, implementação, monitoramento e retroalimentação.

⁴⁷ Não promovem a competência informacional e a inteligência coletiva, imprescindíveis à autonomia e à emancipação para os processos participativos e democráticos idealizados pela sociedade em rede, e diminuem o alcance das tecnologias em termos humanos, restringindo seus resultados sociais.

qualificação cidadã, relações horizontais entre instituições e comunidades, protagonismo destas nos ciclos das ações institucionais e políticas de governo.

Pelo que pudemos perceber em campo, os processos educacionais voltados à qualificação cidadã são imprescindíveis para o sentido libertador de uso das TIC (inclusive para o consumo e a produção democrática de conteúdo) e efetividade das ações, uma vez que contribuem para a promoção do desenvolvimento de habilidades de uso e gestão de TIC de maneira autônoma pela população, em prol do desenvolvimento da cidadania, da conscientização em relação à realidade em que se vive, da efetiva capacidade de participar de sua construção e modificação, e da partilha dos seus benefícios, o que implica em estar em relação com o outro, em termos de direitos e deveres, individuais e coletivos.

Buscando contribuir com informações e conhecimentos que representem tanto *feedback* sobre o que já foi feito, quanto insumos para ações futuras, além de apresentar o cenário da ID em seu respectivo recorte, talvez esta tese ainda possa dar suporte a outros trabalhos relacionados, pensando a relação entre o global e o local⁴⁸.

Visando debater conceitos em questão, trabalho de campo e análises realizadas, este trabalho apresenta uma estrutura dividida em capítulos complementares. Os capítulos 1 e 2 apresentam conceitos como sociedade em rede, cidadania e inclusão, sugerindo a multidimensionalidade das TIC, o desenvolvimento do conceito ID (que acompanha a dinâmica de desenvolvimento das sociedades modernas), e os aspectos que sugerem a complexidade de lidar com a garantia da realização da cidadania e da inclusão, em um país onde há extremos de acesso a bens de direito e onde as TIC atualizam a ideia de presença ou “ausência” de políticas e ações públicas, em territórios visibilizados ou até segregados, por governos e instituições sociais em geral. O capítulo 3 apresenta dados referentes à política pública de ID no Brasil e às ações de ID no IFPB, no período que vai de 2007 a 2017, sugerindo alguns cenários: os governos desenvolveram um portfólio de programas, projetos e ações que buscaram aproximar as pessoas das TIC, em ações que envolveram, principalmente, infraestrutura, desenvolvimento de conteúdos e qualificação, através de um discurso voltado à promoção da cidadania e da inclusão social; o IFPB desenvolveu um conjunto de ações

⁴⁸ Foote-Whyte (2005) diz que o método observacional utilizado por ele em seu trabalho de campo pode ser utilizado por pesquisadores que queiram observar grupos parecidos, e que métodos semelhantes já foram utilizados em outros trabalhos. Esse relato reflete uma das grandes contribuições da pesquisa, que é a possibilidade de construir teorias e práticas que ultrapassem as especificidades de um trabalho de campo e, de forma geral, possam ser reutilizadas para outros trabalhos antropológicos.

em ID, através do eixo extensão, algumas delas em parceria com governos, através de política pública, outras de forma mais própria, a partir de iniciativas de equipes extensionistas, desenvolvidas principalmente em termos de processos voltados à educação digital, junto à comunidade externa. Os capítulos 4 e 5 trazem as análises dos dados e as conclusões, através de algumas interpretações: embora o Brasil seja visto (em sua autoimagem e por diversas instituições no mundo) como referência em ID, e alguns aspectos de cidadania e inclusão venham se realizando, em virtude dos seus discursos e ações que subtendem esforços para inclusão de todos, a política pública de ID ainda apresenta aspectos de seletividade e os indicadores apontam fendas que mantêm as desigualdades, afirmando marcadores sociais ao longo de um território que não nivelou indivíduos e grupos sociais; no IFPB, as ações de ID na extensão se alinham com ações dos governos, em diversos momentos (sendo influenciadas por elas, ou até chegando a influenciá-las), e apresentam características diversificadas, dependendo da visão dos extensionistas sobre a associação entre TIC e inclusão, podendo variar desde o desenvolvimento de ações mais voltadas à qualificação técnica até a abertura para o desenvolvimento das TIC com vias a apropriação para ações cidadãs em contextos próprios, sendo estas vistas como mais efetivas para resultados de promoção da cidadania e da inclusão social. Por fim, são apresentadas as referências que apoiaram o desenvolvimento do trabalho, que vão desde autores reconhecidos no campo da ID, até artigos mais específicos, em termos de relatos de experiências sobre processos e ações em ID.

1. SOCIEDADE EM REDE, TECNOLOGIAS E MULTIDIMENSIONALIDADE

Com o propósito de trazer discussões sobre as diversas perspectivas que trabalham os conceitos de informacionalismo, cibercultura, ciberespaço, sociedade em rede, tecnologias e as relações entre esses conceitos e os processos humanos, por um lado, acessamos diversos autores que tentaram dominar esse campo de estudo, com teorias mais gerais, e por outro, buscamos atualizar essas discussões com autores que se concentraram em análises mais específicas, em perspectivas políticas, culturais ou econômicas.

Duas correntes se evidenciam nos debates teóricos sobre os temas propostos, no que diz respeito à relação entre TIC e sociedade: a primeira corrente, posta nas teorias como otimista, vê as possibilidades advindas dessas tecnologias (como exemplo, o autodesenvolvimento e a inteligência coletiva) como aspectos que podem produzir sociedades mais inclusivas e democráticas; a segunda corrente, vista como pessimista, enaltece as estratégias capitalistas associadas à produção e ao consumo de tecnologias, e o “lado obscuro” do ser humano, que se põe em prática na calada tecnológica, em detrimento do que poderia trazer algum tipo de benefício à humanidade.

Entendendo que a associação das TIC aos processos humanos representa um cenário irreversível (pelo menos a curto e médio prazo), essa pesquisa fez um esforço no sentido de refletir sobre algumas possibilidades teóricas postas pelos autores, acreditando que essas duas correntes levantam reflexões importantes sobre os processos e políticas relacionados à ID. O informacionalismo e a cibercultura se complementam como eixos que definem um paradigma social que não está posto, mas é construído a cada dia, a cada ação que tensiona as estruturas em rede na modernidade. Enquanto paradigma, essa nova visão traz pressupostos que propõem construções mais abertas, sustentáveis e justas de sociedade. Entretanto, seus atores e práticas não são neutros, e se colocam no novo cenário com intenções políticas, econômicas, sociais e culturais que podem trazer simbolismos diversos à proposta de “estruturação da sociedade em formato de rede apoiada no uso de TIC nas experiências humanas”, valorizando, em oposição, aspectos como exploração e dominação, ou emancipação e igualdade.

Para pensar a ID como teoria e prática voltada à promoção da cidadania e da inclusão social, partimos pensando essa proposta paradigmática (especialmente a internet) em termos de possibilidades a serem trabalhadas pela sociedade, enquanto alternativa que busca cenários mais participativos e democráticos, mas não deixamos de

lado a concepção de que os paradigmas só se efetivam a partir dos aspectos humanos, que às vezes parecem naturalmente desumanos (pelo menos a olho nu), nos dias atuais. Nesse exercício, seguimos em várias vertentes.

Para citar algumas, podemos dizer que questionamos a ideia dos padrões culturais em geral. Refletimos também sobre a necessidade de conscientização dos indivíduos sobre "direitos humanos" (e talvez seja difícil separar a internet desse processo de conscientização, uma vez que os "direitos" ficam mais claros, assim como os cenários de corrupção, paradoxalmente, através da internet). Também debatemos a crise de representatividade (o que entendemos como reforçar a importância da internet enquanto meio favorável ao empoderamento e às práticas democráticas, a partir das informações e da comunicação). Uma vez que as instituições não mais representam (se é que algum dia representaram) a diversidade social, a participação política do cidadão se faz importante através dos atores individuais ou coletivos (esses, formados com base em identidades ou visões de mundo comuns), agindo em processos políticos cada vez mais descentralizados e, de fato, representativos dos anseios dos seus respectivos grupos.

1.1 O Campo da Inclusão Digital

Não é preciso despende muitos esforços para perceber que um dos temas badalados na modernidade é o uso das TIC, e que um “subtema” é a “necessidade de democratizar o uso dessas tecnologias” em todo o planeta⁴⁹. A partir deles, é possível imaginar ou identificar a vasta publicação de conceitos e ideologias, a partir de “teorias puras” ou de “relatos de experiências” que relacionam tecnologias e aspectos individuais ou coletivos. Nesse sentido, Bourdieu (1968) e seus questionamentos sobre o mundo acadêmico ou a constituição das teorias trouxeram reflexões sobre como nós faríamos acesso a esse universo de proposições e conceitos.

A ideia de Bourdieu de questionar a forma como os pesquisadores buscam se promover a partir das suas teorias trouxe reflexões sobre essas teorias e os respectivos recortes feitos para apresentar evidências de suas comprovações⁵⁰. A pesquisa científica busca se afastar dos automatismos de pensamento, de senso comum, seja “acadêmico” ou “popular”, faz-se com base no empírico, na construção de objetos e utilização de métodos que tragam resultados significativos para a sociedade. Essas reflexões

⁴⁹ “Noções como 'ciberspaço', 'cibercultura' [...] em uso por períodos de tempo iguais ou superiores a dez anos, sugerem que esses conceitos tem algo de interessante para se pensar” (MARTINO, 2015).

⁵⁰ As teorias não devem “competir” como forma de levantar o prestígio científico pessoal de quem as executa, mas se contrapor, quando for o caso, de forma a trazer novas possibilidades teóricas, a partir de evidências empíricas em recortes claros e suas respectivas análises consistentes.

ajudaram a pensar em que campo a pesquisa que propusemos estava situada, e então ela pôde ser localizada no mundo das discussões sobre a relação entre TIC e aspectos humanos, principalmente em termos de escopo coletivo, seja com ênfase em cultura, política ou aspectos sociais de forma mais geral. Mais especificamente, essa tese se preocupou com os aspectos de inserção dos indivíduos e grupos sociais em processos de participação no mundo virtual, através de programas ou ações de ID, fossem esses política pública ou ações institucionais voltadas aos cidadãos em geral.

Bourdieu ainda despertou a atenção para as disputas teóricas em um campo que traz debates e grandes polêmicas em torno de macrovisões sobre o uso de tecnologias, principalmente no que diz respeito à realização de objetivos capitalistas ou à abertura para possibilidades de configurações sociais mais democráticas e participativas. A forma como Bourdieu apresenta essas discussões sobre os campos teóricos e as disputas entre os autores pelo prestígio acadêmico e mérito conceitual sugeriu o exercício da visão crítica sobre “grandes nomes” ou “autores desconhecidos” nas Ciências Sociais e assim buscamos construir objetos menos superficiais, menos enviesados, inclinados à defesa de um ou outro conceito, e mais baseados no que mostrou o contexto de sua interação com ambientes, fatores e agentes, o que reforçou a prática de evitar as visões e análises pré-construídas sobre ele.

O que também se fez importante, nesse sentido, foi olhar os dados provenientes da pesquisa, em seu “minimundo”, e confiar que eles poderiam ter muito mais a dizer do que as grandes teorias sociais, algumas vezes “só pele”, “sem carne ou sangue proveniente dos problemas observados ou vividos em experiências concretas da humanidade”⁵¹. As teorias foram de suma importância para entender o que estava em jogo no campo. O trabalho em campo, por sua vez, ajudou-nos a colher nessas teorias as bases para propor a interpretação sobre algumas relações entre TIC, cidadania e inclusão social.

Referente ao campo em si, em termos de espaço social de relações objetivas, Bourdieu trouxe reflexões, mais uma vez, sobre as disputas, mas dessa vez por poder e contrapoder advindo das potencialidades de uso das TIC nos processos inerentes ao universo humano. Motivando reflexões sobre diversos tipos de capital, muitas vezes

⁵¹ A partir dos dados colhidos e experiências vividas, não temos a pretensão de desqualificar qualquer teoria social escrita por outros, mas apenas dizer que devemos partir dessas observações e vivências para construir uma tese sobre o uso de tecnologias com vias à ID, e que, para fazê-lo, teremos que concordar com visões de mundo já postas ou contrapor conceitos consagrados pelos “peritos” nesse campo, tentando pensar especificidades de um recorte local (micro), e ainda as suas relações com o geral (macro).

ignorados, mas de grande valor nas sociedades modernas, Bourdieu inspira a ideia de que a chegada e o desenvolvimento das tecnologias na sociedade são processos que envolvem capital econômico, mas também social, simbólico⁵² e cultural⁵³. Considerando que os aparatos técnicos se embricam na vida humana, passando a fazer parte dela, para grande parte dos agentes sociais, a influência sobre as construções de visões de mundo, dos papéis sociais e das estruturas para ações individuais e coletivas em uma sociedade sociotécnica passa a ser algo imprescindível para a manutenção e o exercício do poder.

No campo da ID, os aspectos e efeitos sociais dos diversos programas e ações públicos propostos por governos ou instituições, não dependem apenas de seus objetivos e intenções, mas estão de alguma forma relacionados a diversos elementos sociais: estão presos a objetivos e determinações capitalistas, considerando que os aparatos tecnológicos são produzidos e consumidos em termos de regras industriais; estão abertos às possibilidades técnicas promovidas pelas tecnologias, capazes de realizar qualquer paradigma humano, em termos sociais, políticos ou culturais, desde que seja viável em termos de componentes físicos ou lógicos; estão sujeitos às relações de poder e contrapoder estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade civil, e reproduzidas ou transformadas por eles, em processos de luta pelo espaço para novas configurações nessas relações⁵⁴.

Neste campo, podem ser identificadas relações entre diversos agentes sociais e seus objetivos: indústrias que produzem tecnologias, empresas que implantam infraestruturas terrestres ou geoespaciais, produzem conteúdos, capacitam pessoas; pesquisadores ou pensadores que defendem suas visões sobre como pautar a vida humana a partir das tecnologias, propondo teorias, modelos e/ou buscando evidências sobre o que se tem no presente, para que se tenha uma base para as próximas ações (o que queremos no futuro?); governos e outras instituições que representam o Estado, promovendo políticas públicas, leis, regulamentações que definam os direitos e deveres de cada agente envolvido com qualquer tipo de ação relacionada à ID. Obviamente, temos ainda indivíduos e grupos sociais em papéis ativos ou passivos diante dessas

⁵² Conhecimento geral, rede de contatos, por exemplo.

⁵³ O capital cultural pode ser pensado de algumas formas: como princípio de diferenciação (tentativas de classificação em termos de culturas e subculturas, a partir de aspectos subjetivos quanto aos elementos culturais ou educacionais); como elemento de luta política (diversos elementos culturais não são reconhecidos como em posição de igualdade quanto aos elementos “culturais dominantes”).

⁵⁴ Os três aspectos exercem influência uns sobre os outros, ou seja, os três elementos se combinam de maneira que as diferentes possibilidades de associação entre eles dão origem a configurações sociais distintas.

ações e seus cenários próprios. Assim como nos demais campos sociais, no campo da ID, os seus agentes podem travar relações de força, conflitos, disputas, ou processos de negociações, que vão além das fronteiras geográficas, e a partir dessas relações são derivadas as propostas para promover a ID. Abrir a mente para tentar compreender a dinâmica no campo possibilita fugir das análises automáticas e enxergar o sentido dos recortes e serem analisados, em uma teia de elementos relacionados.

Observando o campo, foi possível fugir das unidades fechadas, através do acesso a forças que se dispõem, opõem e compõem, e assim fazer uso de antagonismos, para questionar o que parecia ser uma disposição, uma premissa, algo certo e indiscutível, até ser contrariado por novos conceitos, ou por dados empíricos advindos de vivências e observações próprias. Desse movimento veio o fôlego para nos tornarmos parte desse campo, encontrando um lugar conceitual-empírico a defender, até que um dia novas dinâmicas possam mais uma vez nos levar a novos questionamentos e, quem sabe, a novas concepções.

Assumindo que cada conceito deve refletir as discussões teórico-práticas de sua época, com o objetivo de não trabalhar com anacronismos, respeitamos as concepções dos demais autores, em qualquer tempo, mas trouxemos concepções próprias sobre o que consideramos imprescindível para a efetividade da ID contemporânea: a constituição de ciclos participativos de ações e políticas públicas, baseados em práticas democráticas de garantia de acesso a tecnologias, consumo, produção e publicização de conteúdo, e promoção de processos educacionais contínuos que desenvolvam a técnica contextualizada na multidimensionalidade da existência humana, em prol da formação de cidadãos para o mundo digital e físico.

1.2 Paradigma e Realização da Sociedade em Rede

Pensando como alguém que viveu parte dos Séculos XX e XXI, assim como a maioria dos meus contemporâneos, e até mesmo como gerações anteriores à minha, pego-me fazendo comparações, entre costumes, crenças, práticas, valores, referentes a períodos de tempo que são tão próprios que parecem se mostrar como descontinuidades históricas. Imagine então se comparo os extremos de um espaço de tempo ainda maior?

Nessas reflexões, recordo-me de Elias (1990), e dos seus estudos sobre civilização e cultura⁵⁵, através de um “viajante no tempo”, que se desloca de um período para outro. Se pudéssemos fazer um “viajante no tempo” vir de figurações e *habitus* sociais e individuais anteriores, ele não acharia que a sociedade de hoje se parece perfeitamente com a sociedade de onde veio.

Diversos autores e teorias tentam explicar as mudanças que aconteceram e a forma como elas parecem ganhar força para reconstruir realidades e mundos a cada instante. Giddens (1991) é um dos nomes que se propõem a explicar essas mudanças, inclusive questionando marcos que possam limitar ou quebrar as barreiras entre tempos de “modernidade” e “pós-modernidade”⁵⁶. Mas o que marca cada um desses termos? Modernidade é um conceito relacionado ao desenvolvimento do capitalismo, à revolução industrial, a um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Há continuidades entre o tradicional e o moderno, mas algumas mudanças dramáticas e abrangentes resultaram em uma nova ordem social. No sentido extensional, as mudanças estabeleceram formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, chegaram a alterar diversas características da existência cotidiana dos seres humanos. Já a pós-modernidade está relacionada ao que se vive “além da modernidade”, a um novo tipo de sistema social, tal como a “sociedade da informação” ou a “sociedade de consumo”. Em termos de transformações institucionais, a pós-modernidade sugere que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro em que se enfatizam as informações⁵⁷.

O que levaria a uma separação nítida entre o que foi a modernidade e o que se vive no final do Século XX e início do Século XXI? Não acreditamos que vivemos mudanças tão exacerbadas em termos de trabalho ou de ordem econômica que cheguem

⁵⁵ Em sua obra “O Processo Civilizador”, Elias propõe que se transporte uma pessoa de sua época até tempos passados, como fora de apresentar estruturas diferentes de sociedades e a relação entre estas de forma processual. A proposta de Elias busca entender o conceito de civilização relacionando-o ao desenvolvimento da sociedade na qual é utilizado (LANDINI, 2006).

⁵⁶ Nesta tese, não pretendemos explorar as discussões “modernidade x pós-modernidade”. Apenas deixamos algumas ideias sobre uma possível ruptura com uma ordem anterior. Essas reflexões nos ajudaram a ver como Giddens pensou as transformações no novo mundo, baseado em redes e tecnologias.

⁵⁷ Jean-François Lyotard popularizou a pós-modernidade, caracterizando-a pela evaporação da *grand narrative* (de uma história com passado definitivo e futuro predizível) e pelo reconhecimento das reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 12). Entretanto, segundo Giddens, “um conhecimento generalizável sobre a vida social pode ser alcançado”, e estaremos mais próximos de entender o que estamos vivendo se o traduzirmos como um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas.

a nos desvencilhar do que representa a modernidade. Muitos hábitos mudaram, mas continuamos vivendo um mundo tecnicamente especializado e onde o trabalho continua sendo fonte de exploração para sustentar o capitalismo. Uma diferença é que muito do que era palpável ou visível se tornou virtual ou mais abstrato. Entretanto, se a pós-modernidade está associada a mudanças políticas, sociais e econômicas mais profundas, como supostas previsões associadas a um novo sistema econômico (socialismo) ou a um mundo de plena felicidade e paz, esses aspectos ainda não puderam ser constatados.

As sociedades do final do Século XX e início do Século XXI são caracterizadas por diferentes instituições sociais, advindas de um mundo que enaltece as diferenças e preconiza a democracia, propondo novos valores e modos de interação, baseados principalmente em tecnologias⁵⁸. Como que ansiosos para explicar esse novo mundo, os textos de Giddens reforçaram para esta tese as bases teóricas e correntes literárias que veem o lado bom e o lado ruim das tecnologias, mas somaram a elas a ideia de que, mais do que poderíamos ter feito em tempos passados, hoje podemos nos sentir mais fortes diante “do que queremos para o futuro”, caso nos tornemos ativistas em prol desse amanhã⁵⁹.

Segundo este autor, perguntas como “Que direção as mudanças tomarão no futuro?”, são “a principal preocupação da sociologia, um campo de estudo que consequentemente tem um papel fundamental na cultura intelectual moderna” (GIDDENS, 2005, p. 24). Ele nos informa ainda que a perspectiva que trabalha as oportunidades da modernidade foi mais fortemente enfatizada pelos clássicos da sociologia, por estes acreditarem que os fatores positivos superavam os negativos⁶⁰. Isso talvez tenha como reflexo a ideia massificada de que todos precisam se ajustar aos

⁵⁸ Giddens reforça essas percepções, sugerindo que há uma descontinuidade no desenvolvimento social moderno, o que implica dizer que algumas instituições sociais modernas são únicas, no sentido de serem diferentes em forma da ordem tradicional, sob alguns aspectos. Compreender essas descontinuidades é imprescindível para entender a modernidade. Isso quer dizer que devemos desacreditar no evolucionismo social e na ideia de que a história tem uma forma totalizada, pode ser vista como uma unidade, embora existam períodos de transição histórica sobre os quais podem ser feitas generalizações, e passar a perceber na reflexividade uma nova base para as transformações sociais.

⁵⁹ “O conceito de estrutura social é importante na sociologia. Ele se refere ao fato de que os contextos sociais de nossas vidas não consistem apenas em conjuntos aleatórios de eventos ou ações; eles são estruturados ou padronizados de formas distintas. Há regularidades nos modos como nos comportamos e nos relacionamentos que temos uns com os outros. Mas a estrutura social não é como uma estrutura física, como um edifício que existe independentemente das ações humanas. As sociedades humanas estão sempre em processo de estruturação. Elas são reestruturadas a todo o momento pelos próprios ‘blocos de construção’ que as compõem – os seres humanos como você e eu” (GIDDENS, 2005, p. 26).

⁶⁰ “Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual” (GIDDENS, 1991, p. 16), como o aumento potencial de destruição do meio ambiente, novas versões de regimes políticos antidemocráticos, estratégias inovadoras de guerras – como aquelas nucleares.

novos valores, e talvez por isso as pessoas valorizem tanto esse período, e as suas principais características, como o uso de TIC de forma intrínseca às rotinas humanas.

Essa ideia gera no campo um discurso generalizado de que “as TIC são imprescindíveis à vida moderna”, o que pode ser usado como eixo para ações em prol de objetivos que ou promovam o bem comum ou mesmo sejam oportunistas. Em poucas palavras, podemos dizer que nem tudo na modernidade é feliz, seguro e pacífico, ou, indo mais além, temos mais conflitos e divergências do que puderam imaginar os clássicos. E como as TIC nos trazem notícias de tudo (ou quase tudo) o que acontece no mundo, podemos dizer que em tempos pré-modernos, a “realidade” do mal nos parecia menor, ou pelo menos mais distante.

Mesmo com essas colocações, Giddens parece não pretender nos levar a desacreditar totalmente na história, mas a pensar nos dois lados da modernidade. Vivendo os tempos modernos, temos elementos vivos ou objetos de estudo contemporâneos que nos ajudam a olhar o passado, em termos conceituais ou de experiências narradas/vividas e assim refletir sobre o presente, e ao mesmo tempo, lançar ideias sobre esse presente para que a partir dele sejam construídas perspectivas futuras, que serão repensadas através do modelo de reflexividade (o conhecimento influencia os agentes e é influenciado por eles), usando o conhecimento sociológico sem que se tenha a pretensão de ter controle sobre o desenvolvimento social.

Segundo Cardoso (2000), o maior desafio da análise social talvez seja “encontrar os conceitos que permitam entender a maneira pela qual os diversos níveis de experiência humana, processos econômicos, tecnológicos, culturais e políticos interagem para conformar, em um determinado momento histórico, uma estrutura social específica”. A partir de Giddens, pode-se pensar que a modernidade é multidimensional no âmbito das instituições, que podem ter alcance mundial, e os elementos das suas várias dimensões exercem influência sobre os demais, nas conformações sociais ao longo do planeta.

Ou seja, os sistemas econômicos, políticos, as relações sociais, as condições ambientais, as culturas reais e virtuais, tudo se embrica e, de alguma forma, alguns elementos tensionam os demais nas redes que dão vida aos novos tempos modernos. Nesse contexto, as análises multidimensionais sobre a ID e as TIC se tornam importantes, para que se entendam os entrelaçamentos desse tecido social e se pensem as políticas públicas, uma vez que os aspectos econômicos passaram a ser “apenas”

mais uma referência na complexidade percebida nas conexões de conceitos que influenciam as sociedades do final do Século XX e início do Século XXI.

A partir do pressuposto de que o paradigma da sociedade em rede nos espaços contemporâneos encontra-se debruçado sobre as TIC, podemos entender que a essência que prevê a constituição das ordenações sociais sob essa perspectiva ou paradigma relaciona-se aos fundamentos da cibercultura, em termos de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço, ou seja, do mundo virtual proporcionado pelas redes de computadores. Por sua vez, o paradigma da cibercultura envolve relações entre as TIC e a diversidade de aspectos ligados à vida humana, o que requer, além de análises relacionadas, ações e políticas pensadas sobre essas relações, como forma de buscar a efetividade dos pressupostos dessa nova forma de ver e viver o mundo. Em virtude da dinamicidade contemporânea, esse paradigma sugere revisitar, constantemente, os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos das sociedades modernas e dos seus grupos sociais, com vistas à autogovernança através de modelos mais sustentáveis para vida em coletividade.

Recorrendo mais uma vez ao “viajante do tempo” de Elias, se fosse possível levá-lo ao futuro, talvez percebêssemos que diversas outras figurações teriam que se colocar entre a sociedade de hoje e a sociedade idealizada pela ID, sociedade esta em que predomina o otimismo no uso de TIC⁶¹. Entretanto, considerando que essas tecnologias são uma realidade nas configurações do Século XXI, o paradigma da sociedade em rede e os seus pressupostos devem ser analisados enquanto orientações para a construção de trajetórias mais democráticas, e que atribuam novos simbolismos a conceitos como cidadania e relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

1.2.1) Relações entre Conceitos e Bases da Sociedade em Rede

Os estudos sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e experiência humana, relatam que grande parte das estruturas cognitivas, infraestruturais e sociais, funcionam sob a forma de redes, ou estão sob sua influência direta. Redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos, definida por vínculos fluidos, pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pelas várias dinâmicas entre seus participantes, representando “quase uma *não estrutura*, no sentido de que

⁶¹ A ID e o uso social das TIC originam conceitos em constante transformação, uma vez que acompanham a dinamicidade da vida humana, em termos de problemas ou oportunidades.

parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente” (DUARTE; FREY, 2008, p. 156), no sentido de que podem se expandir de forma ilimitada, integrando ou desintegrando nós, a qualquer momento.

Em uma rede social, o que liga seus membros são os “laços sociais”, motivos pelos quais essas pessoas se conectam (laços de trabalho, afetivos, de proximidade física, entre outros), que podem ser fortes (geralmente amigos e familiares), fracos (conhecidos) e ausentes. A condição de entrada e permanência na rede é compartilhar os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos). Ao longo do trabalho de campo, pudemos identificar diversas redes, com objetivos, naturezas e agentes diversos⁶². “Onde quer que haja vida, vemos redes” (CAPRA, 2008, p. 20).

As redes representam uma forma de organização percebida em outros tempos e espaços e, portanto, uma ideia relativamente antiga nas Ciências Sociais para a compreensão das formas de interação social⁶³. Porém, a propulsão que as TIC (principalmente a internet) conferem aos processos sociais, na perspectiva dos agrupamentos sociais *online*, transformando a dinâmica entre os participantes (que passam a usar as TIC em processos interativos e/ou colaborativos) e o escopo de conexão (com as TIC, as possibilidades de conexão se tornam maiores em virtude de não existirem/diminuírem os limites físicos para interação), agrega um diferencial com relação à amplitude dos processos e à penetração nas estruturas sociais jamais percebido antes, redefinindo aspectos lógicos como dominação e poder, e apresentando temas relevantes para pensar a vida em coletividades. “O paradigma da rede surge como importante elemento associativo nas relações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas do mundo contemporâneo” (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014, p. 208). E quanto mais as mídias digitais se tornam “naturais” à rotina, mais a vida se transforma, “não por conta da mídia em si, mas pelas relações humanas ligadas a ela” (MARTINO, 2015, p. 9).

⁶² Entre estas, algumas se destacaram, uma vez que pudemos nos aproximar e participar de algumas de suas ações, na investigação através do trabalho de campo: redes de agentes públicos e privados em torno do projeto de artesãs famosas (GM, SEBRAE, IFPB, artista famoso internacionalmente); redes de agentes públicos em ações de ensino, pesquisa e extensão em comunidades rurais (governos municipais, escolas rurais, ONG, SEBRAE, IFPB); a Rede Extensão do IFPB; redes políticas no IFPB; redes em torno das ações em uma escola pública estadual (diretores, professores, demais colaboradores da escola, alunos, comunidade de pescadores, IFPB). Em maior ou menor proporção, todas elas se relacionaram a ações sobre uso de TIC, algumas representando essas ações voltadas ao alcance de seus objetivos maiores, como a das artesãs famosas, mas com falhas graves nos processos de ID.

⁶³ Em termos de características e limites, como profundidade ou superficialidade das conexões e das ações desenvolvidas pelos diversos atores sociais.

Na sociedade em rede baseada em TIC, as redes representam os instrumentos apropriados para implementação de diversos aspectos que dão sentido à vida moderna: uma economia capitalista baseada em inovação, globalização⁶⁴ e concentração descentralizada; trabalhadores e empresas voltados para flexibilidade e adaptabilidade; uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo; uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores políticos; uma fonte de reorganização das relações de poder, dos processos sociais e, conseqüentemente, da própria estrutura social. Algumas considerações mais próprias podem apoiar a compreensão das redes e de como seus processos se dão a partir das tecnologias.

Enquanto paradigma, a sociedade em rede influencia a cultura de forma profunda e traz um dinamismo associado a três fatores: a separação do tempo e do espaço (sendo este definido em referência às práticas sociais, às pessoas, as quais se envolvem em relações sociais historicamente determinadas e lhe dão forma, função e sentido); o desenvolvimento dos mecanismos de desencaixe (estes deslocam as relações sociais de contextos locais de interação para extensões indefinidas de tempo-espaço); a reflexividade (GIDDENS, 1991).

Referente a espaço e tempo, considerados bases significativas da sociedade, esses elementos estão sendo transformados, organizados em torno do espaço de fluxos e do tempo intemporal (CASTELLS, 2000; HALL, 1998; MARTINO, 2015). Na modernidade o tempo passou a ser padronizado em escala mundial (por exemplo, houve a padronização mundial dos calendários), e esse “esvaziamento do tempo” é condição para o “esvaziamento do espaço”⁶⁵. Então, a modernidade fomenta relações entre agentes “ausentes”, geograficamente distantes, sem interação face a face. Essa característica da modernidade é crucial para o seu dinamismo, por ser condição para o processo de desencaixe, e porque proporciona os mecanismos de engrenagem para a organização social moderna, que é racionalizada e dinâmica. Com relação aos mecanismos de desencaixe, a criação de fichas simbólicas (meios de intercâmbio circulados em amplo escopo, como o dinheiro), é fundamental para a atividade econômica moderna, e o estabelecimento de sistemas peritos (sistemas especializados

⁶⁴ A globalização não é uma ideologia mas sim um processo objetivo de estruturação de toda a economia, sociedades, instituições e culturas. A economia é global em seu núcleo, mas nem tudo da economia é global, embora trabalhe de acordo com as suas atividades principais, que são o capital e os mercados financeiros, e afete todas as economias.

⁶⁵ “O desenvolvimento do ‘espaço vazio’ pode ser compreendido em termos da separação entre espaço e lugar” (GIDDENS, 1991, p. 26), sendo lugar uma referência à ideia de localidade geográfica.

em que a sociedade confia, como o sistema automobilístico), para apoiar a complexidade das sociedades modernas⁶⁶. A reflexividade, por sua vez, corresponde ao exame e à reformulação constante das práticas, uma característica definidora da ação humana, no sentido do que os seres humanos rotineiramente relacionam “o que fazem”, às “bases do como fazer”⁶⁷.

Nesse contexto de virtualidade e desencaixe, o espaço de fluxos se realiza através de uma estrutura de conexões dinâmicas que ligam e desligam nós e redes conforme seus objetivos, utilizando tanto componentes de microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade, quanto nós “centrais” (no sentido de importantes funções estratégicas) ou “deslocalizados” (espalhados por toda a rede, e com menos visibilidade, porém com potencial para atividades que podem influenciar a rede), e ainda daqueles que organizam (dominam ou tentam dominar) a rede e exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado. De acordo com as práticas sociais ligadas ao espaço de fluxos, o tempo passa a ser “negado”: o tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado, sendo relativizado de acordo com os contextos sociais, e não mais visto de forma cíclica; esse tempo cria um universo eterno, aleatório, incursor, o que Castells (2000) chama de tempo intertemporal. O mundo se acelerou e assim o tempo foi comprimido até “desaparecer” (diluindo as fronteiras entre presente, passado e futuro, dia e noite, horas, minutos e segundos), transformando toda a gama da experiência humana (como o sistema financeiro global, trabalho, guerra e mídia, entre outros). A análise da política pública de ID no Brasil apresenta um grande número de iniciativas (investimentos, acordos, incentivos fiscais) no sentido de expansão das telecomunicações, valorizando a popularização das conexões sem fio, dos dispositivos móveis de comunicação como *smartphones* e *tablets*, das redes *wi-fi*, o que fortalece a objetivação das transformações de tempo e espaço.

Pensando a multidimensionalidade de eixos sociais influenciados pelas redes, e começando pela comunicação, o uso das redes apoiadas por TIC permitem a implementação de algumas estratégias: maior mobilidade, flexibilidade e versatilidade

⁶⁶ Esses mecanismos dependem da confiança em resultados prováveis, de capacidades não individuais, mas abstratas, nas instituições modernas. Fichas simbólicas e sistemas peritos permitem desencaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto, promovendo a separação tempo-espaço.

⁶⁷ “Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material” (GIDDENS, 1991, p. 45-46).

no trânsito da informação e na produção do conhecimento; compartilhamento e troca de informações entre seus participantes, tornando o processo de comunicação mais fluido e dinâmico, rompendo com o modelo hierárquico tradicional da burocracia empresarial ou estatal; cada ponto na rede pode ser produtor e consumidor de informação, quebrando o modelo de centros de difusão de informações, e promovendo uma cultura participativa.

Pensando a economia, seu novo modelo passa a estar visivelmente organizado em torno de redes globais de capital, e o gerenciamento, a informação e o *know-how* tecnológico são elementos imprescindíveis para potencializar aspectos de produtividade e competitividade: muitas das novas empresas de internet atuam como interface entre redes de consumidores e fornecedores; a maioria das grandes empresas está organizada em redes descentralizadas de pequenas unidades, conectadas a redes de pequenos e médios negócios que servem como subcontratados ou fornecedores, e redes similares existem entre organizações sem fins lucrativos e organizações não governamentais (CAPRA, 2008).

Pensando o trabalho, em termos de interação e realização dos processos desse eixo, pode ser percebida a multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais, introduzindo uma nova divisão de trabalho mais baseada nas capacidades (especialidades) de cada trabalhador que na organização da tarefa. Com base material nas TIC, as estratégias do novo capitalismo podem ampliar os seus limites de atuação e controle, em virtude, respectivamente, do “alcance monitorado”, proporcionado pelas características de deslocalização e fiscalização do trabalho mesmo à distância, e da “descentralização gerenciada”, que permite o exercício do poder através do gerenciamento em fluxo da rede. Por outro lado, os novos paradigmas que pedem transparência para dados públicos e de interesse da sociedade ajudam a quebrar o modelo de hierarquia de informações, em ambientes como indústrias, onde os setores mais baixos e medianos como operários recebiam apenas informações parciais, soltas e os altos setores tinham acesso a todo o tipo de informações.

Pensando a educação, em termos de mudanças, na transição entre o Século XX e o Século XXI, as previsões diziam que escolas e universidades seriam as instituições menos afetadas pela lógica virtual embutida na TIC, pois mesmo com o uso quase universal de computadores nas salas de aula dos países desenvolvidos, essas instituições não desapareceriam do espaço físico, devido às suas funções estruturais e às particularidades de funcionamento (CASTELLS, 2000). Quase 20 anos depois, o que percebemos: a “qualidade” das funções educacionais ainda está associada à interação

peçoal; escolas de ensino fundamental e médio, além das funções educacionais, ainda são centros de repositório de crianças (tendo surgido os berçários, cada vez mais frequentes, dentro das escolas); no caso de universidades, embora a Educação à Distância seja vista como estratégia a ser combinada com a presencial, ela não elimina ou supera as atividades presenciais.

Por outro lado, algumas mudanças previstas podem ser percebidas, ligadas principalmente à ideia de constante renovação dos saberes (LÉVY, 1999): as competências profissionais adquiridas no início de um percurso profissional podem estar obsoletas no fim de carreira; a nova natureza do trabalho requer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimento, em um ciclo contínuo; o espaço virtual suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas, favorecendo novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento; como essas tecnologias intelectuais são objetivadas em documentos digitais ou programas disponíveis na rede, elas podem ser compartilhadas, aumentando o potencial de inteligência coletiva⁶⁸ dos grupos humanos, ou seja, o conhecimento produzido de maneira social e coletiva.

Martino resgata as reflexões de Lévy sobre as mudanças na educação, nas relações professor-aluno, quando este afirmava que a internet ameaçava o sistema de ensino: “Naquele momento, a ideia de alunos usando mídias digitais em aula parecia ficção científica – em muitos lugares ainda é. No entanto, a expansão, irregular e ilimitada, do acesso aos equipamentos e conexões se tornou um desafio à humanidade” (MARTINO, 2015, p. 27). No Brasil e no mundo, essa expansão das mídias é resultado, em parte, da política pública que tanto distribui equipamentos de TIC em ações educacionais, como incentiva a compra e venda dessas tecnologias em ações de mercado voltadas ao consumo em massa dos dispositivos de comunicação⁶⁹.

Pensando a política, segundo Castells, se for considerada uma perspectiva histórica ampla, a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana, a partir do momento em que os processos humanos se aliam às TIC, em combinações que ampliam os horizontes das relações entre os diversos atores sociais. Em seu conjunto de obras, esse autor constroi uma visão ampla sobre esses temas, entrando em vertentes políticas, sociais, culturais e econômicas, talvez por

⁶⁸ “[...] sem perder a inteligência individual, todas as pessoas podem, potencialmente, contribuir com algum elemento para constituição de um conjunto de saberes que, sem pertencerem especificamente a ninguém, estão a disposição de todos para serem usados e transformados” (MARTINO, 2015, p. 31).

⁶⁹ A sua “irregularidade” é resultado da priorização dos escopos para implementação da política pública.

pretender ser visto como uma das grandes referências em estudos nessa área⁷⁰. A partir desse autor, abrimos o referencial teórico para pensar, em mais detalhes, a sociedade em rede, as TIC e as múltiplas dimensões envolvidas para compreensão das relações entre esses conceitos.

Ampliando a perspectiva analítica, a visão de rede proposta por Latour (2011) sugere pensar com mais cuidado em conceitos como rede e atores sociais. A partir do momento em que as TIC potencializam todos os tipos de conexões sociais, e os mosaicos de ideias, ações e processos humanos, a rede parece se conformar como a unidade humana, ou pelo menos a confundir as fronteiras entre indivíduo e relações sociais⁷¹. Entretanto, a Teoria Ator-Rede (ANT) persegue a noção de rede no sentido de que investigar uma entidade (agente ou ator social) é estender, abrir e perceber seus atributos e suas conexões, como forma de seguir as associações, desvendando os mecanismos de construção de atores e formação dos grupos, e o conjunto heterogêneo de processos de agenciamento, que envolvem humanos e, a partir das TIC, também objetos materiais que passam a ser agentes, nas mediações sociotécnicas que estão em jogo, principalmente com a internet (LATOUR, 2011; CASTAÑEDA, 2016).

Pensando na política pública estudada, por exemplo, faz-se importante perceber que cada ação pública envolve uma série de nós, como entidades públicas e privadas, decisões, atividades, nas redes e subredes, que certamente consideram os objetivos desses agentes, que nem sempre estão alinhados ao bem coletivo. Entendendo a rede como um conjunto de nós relacionados, as novas representações de redes devem apresentar as relações entre seus nós, que uma vez tensionados, propagam essa tensão por toda ou boa parte da rede.

As análises sociais devem questionar a forma como os estudos são feitos, buscando garantir que esses estudos respeitem as especificidades dos objetos e, ao mesmo tempo, as suas relações. No caso das especificidades, esses estudos não podem deixar de lado dados detalhados (individuais ou específicos), e se concentrar apenas em dados agrupados, que levam à generalização e tornam invisíveis diversas relações sociais que poderiam ser vistas através das micro-observações. Uma vez que as TIC mudaram a forma como dados e informações são gerados, processados e consumidos, a

⁷⁰ De fato, ele é um autor geralmente citado em trabalhos nessas diversas vertentes, porém não é o único, havendo disputas pelo prestígio e por definições conceituais que nem sempre estão claramente de acordo.

⁷¹ “Tome qualquer objeto: no início, parece contido em si mesmo com bordas e limites bem delineados; então algo acontece, uma greve, uma acidente, uma catástrofe, e de repente você descobre enxames de entidades que parecem ter estado lá tudo junto [...] O que era invisível torna-se visível, o que parecia autossuficiente é agora amplamente redistribuído” (LATOUR, 2011, tradução nossa).

teoria social passa a ter a sua disposição dados individuais com referências espaciais (inclusive geográficas) que podem ser analisados “soltos” ou em relações, agrupados ou classificados de diversas formas, dinamicamente⁷². Em outras palavras, grandes contribuições das TIC à teoria social podem estar ligadas tanto ao respeito às especificidades quanto ao estudo das relações entre atores sociais, através do estudo de escopos intermediários, que não sejam dois níveis extremos (indivíduo e sociedade), descontínuos⁷³.

Estudando a ID a nível de Brasil, Paraíba e João Pessoa, por exemplo, podemos ver como foi e continua sendo pensar em vários níveis de ações, macro e micro: é importante pensar em ações mais gerais, por exemplo, lançar um satélite que cubra a dimensão territorial continental do Brasil, para que pontos onde não chega a malha terrestre possam estar conectados a internet; mas é imprescindível pensar que esses mesmos pontos representam grupos sociais com características próprias, como aldeias indígenas ou comunidades quilombolas e, portanto, precisam de ações específicas para que sejam efetivamente incluídos.

Pensar a sociedade em rede a partir de Bourdieu nos leva a tentar penetrar nas transformações da sociedade a partir das conexões de seres humanos e aparatos tecnológicos, e assim refletir sobre o *habitus*⁷⁴ enquanto dimensão de um aprendizado passado e que tende a conformar e a orientar a ação. “[...] na medida em que é produto

⁷² Recursos técnicos como bancos de dados e ferramentas inteligentes e interativas para trabalhar sobre esses dados potencializam as suas análises e a riqueza dos seus detalhes ou relações. Através das tecnologias, a coleta dos dados e suas análises podem ser refinados. No caso das relações ou redes dos objetos, as plataformas técnicas trazem uma vasta gama de informações e ressalta a visão de indivíduos com perfis construídos por longas listas de propriedades, que voluntária ou involuntariamente podem ser acumulados, armazenados, tratados e visualizados, principalmente através da Web. A partir dos pressupostos técnicos, os dados disponíveis possibilitam a análise quali-quantitativa sobre as suas relações, permitindo que ele seja percebido e definido a partir da soma de suas propriedades individuais e dos outros indivíduos necessários para a sua subsistência.

⁷³ Essa revolução prescinde da publicização de dados e é requisito para fazer política (LATOURE, 2011). Pensar sobre as plataformas públicas nos faz questionar a “motivação” do Estado para disponibilizar dados que permitam análises por parte de qualquer nó na rede, o que implica em socializar fatos brutos, que uma vez processados, podem por em questão discursos e decisões, já que diferentes visões de mundo estão acompanhando os processos humanos, e prontas para intervir na reconstrução dos *habitus* e reconfigurações sociais da rede. No mundo ideal, no dia em que os dados públicos estiverem disponíveis na Web, e o cidadão “comum” estiver habilitado em termos técnicos e capacitado em termos políticos, as sociedades terão que se abrir para processos verdadeiramente participativos e democráticos, pois com o acesso ao conhecimento e a consciência da necessidade de distribuição do poder de decisão, ou a sociedade se abre ou talvez não sejam mais possíveis a convivência humana e os espaços coletivos.

⁷⁴ “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 1930, p. 15).

das relações sociais ele [*habitus*] tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (BOURDIEU, 1930, p. 15). Dessa forma, se as tecnologias forem pensadas enquanto elementos técnicos baseados em um modelo padrão global de “informatização” de um *status quo*, o seu potencial de inovação será inibido, e serão reproduzidas as condições de poder e dominação que predominam nas sociedades modernas. Pra que usar celular? Para postar fotos, usar games, conversar nas redes sociais, viver de aparência na linha de tempo de uma rede social? É isso mesmo que nós queremos, padrões lançados por alguns segmentos sociais para que sejam internalizados e reusados pelos demais, que possuem condições objetivas completamente diferentes⁷⁵?

As TIC abrem possibilidades de inovação e ressignificação de processos interacionais e de ação, a partir da quebra dos padrões, novas ideias, visões de mundo, abertura para novas agendas, debates, revelação de conflitos e busca por consensos ou movimentos contrários, subversivos talvez. Esse debate social pode dar início a novas lutas, como já vem acontecendo em questões políticas no Brasil. A sociedade em rede precisa dessa abertura para oxigenar novos movimentos e modelos políticos, democráticos e participativos. O uso das TIC deve ser libertador.

1.2.2) Modos de Desenvolvimento e Modos de Produção

Embora essa tese não pretenda explorar os aspectos econômicos inerentes à sociedade em rede, uma vez que o campo da ID envolve diretamente questões ligadas à produção e consumo de equipamentos, produtos, serviços, envolvendo sociedade em geral, governo, empresas e indústrias, faz-se importante tecer alguns comentários sobre esses temas.

Chamamos a atenção para o fato de que a política pública nessa área, por exemplo, estabelece parcerias com o mercado (através de contratos), concede benefícios (como exemplo, desonera a produção de equipamentos de TIC, oferece subsídios ao setor de telecomunicações, entre outros), o que precisa estar na mente dos analistas sociais que pensam os processos de aproximação da sociedade e das tecnologias, principalmente quando esses processos destacam discursos voltados ao bem estar social.

⁷⁵ Apesar de tantas mudanças, algo parece persistir: mesmo diante das diversas possibilidades técnicas advindas das TIC, persistem as práticas de exclusão, que mantêm as suas bases ideológicas em estratégias de dominação e poder, porém se revigoram a partir dos novos cenários tecnológicos, ignorando os “grupos sociais subordinados” e os “territórios desvalorizados”. Quais seriam as “novas consequências” dessas novas práticas? Algo já conhecido pela humanidade, em cenários de exclusão: a distância social entre os incluídos e os excluídos e todos os problemas advindos desse cenário de afastamento.

Alguns teóricos sugerem a relação entre a revolução no uso das TIC e a implementação do processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. Entretanto, a princípio, a revolução dessas tecnologias seria capaz de potencializar qualquer sistema alternativo de organização social naquele período histórico⁷⁶. O colapso do estatismo estabeleceu uma relação estreita entre o novo sistema capitalista global e a emergência do informacionalismo como a nova base material, tecnológica, da atividade econômica e da organização social. Entretanto, essa “nova estrutura social” se manifesta sob várias formas, de acordo com a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta, trazendo para esta tese o desafio de pensá-la a nível de Brasil, Paraíba e, mais especificamente, João Pessoa.

Assim sendo, ambos os processos (reestruturação capitalista e desenvolvimento do informacionalismo) são distintos, sendo importante entender como eles interagem. No informacionalismo, a produtividade e a competitividade estão na tecnologia de processamento da informação, geração de conhecimentos e de comunicação de símbolos, visando o desenvolvimento tecnológico para acumulação de mais conhecimentos e de maiores níveis de complexidade do processamento da informação, ou seja, sua base é cíclica, e coloca dados e informações como os bens mais preciosos na sociedade. A economia informacional abrange a economia industrial, incorporando conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição. Uma vez que as ações políticas e econômicas são globais, há o aumento da demanda por mais informação e conhecimento, na proporção em que é ampliado o escopo de ação do capitalismo⁷⁷. Enquanto paradigma, as transformações são visíveis e orientam aspectos estruturais em diversas outras perspectivas, a partir de uma economia informacional, global e em rede, que faz uso das tecnologias para realizar seus objetivos: aprofundar a lógica de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar produção, circulação e mercados (realizando a lógica de

⁷⁶ Os modos de desenvolvimento (agrário, industrialismo e informacionalismo), pertencem a um eixo diferente daquele em que se encontram os modos de produção (estatismo e capitalismo). Embora as sociedades possam ser caracterizadas ao longo dos dois eixos (de forma a combiná-los, como exemplo estatismo industrial, capitalismo industrial e assim por diante), para o entendimento da dinâmica social, é essencial manter a distância analítica e a inter-relação empírica entre os modos de produção, que são determinados pelas relações sociais de produção e pela apropriação e uso do excedente, e os modos de desenvolvimento, que são os procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, determinando o nível e a qualidade do excedente.

⁷⁷ Onde há imposição e opressão, excetuando-se os momentos de revolução, os paradigmas sociais surgem como modelos propostos pelos agentes que exercem o poder e pretendem dar continuidade às suas estratégias de dominação. Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade, a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais.

lucros em diversos lugares); e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público (CASTELLS, 2000).

Embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo tenham sido processos complementares, em termos de estratégias, e inseparáveis em todo o mundo, as sociedades agiram ou reagiram de formas diferentes, com relação a esses processos, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições⁷⁸. Entretanto, há características comuns às sociedades informacionais e elas podem ser reconhecidas em processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e de comunicação, baseados em TIC e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob o novo paradigma.

Enquanto alguns aspectos da vida em coletivo podem ser mais facilmente padronizados, em função da globalização (como aspectos econômicos), outros aspectos fundamentais ligados inclusive à subjetividade e que transcendem as questões materiais (como aspectos culturais) apresentam resistência aos padrões exógenos, e continuam exercendo influência sobre as sociedades, contribuindo para a sua diversidade.

1.2.3) Globalização, Identidade e Representação

Ao pensar em cidadania, tende-se a imaginar uma pátria, um país, um Estado. Entretanto, há quem diga que atualmente todos ou a grande maioria são cidadãos do mundo, de uma sociedade em rede abstrata que já não reconhece os limites de tempo e espaço, mas abre as suas fronteiras para deslocamentos físicos ou virtuais, através das tecnologias e do conhecimento sobre tudo o que possa existir.

A ideia de que o mundo está conectado cultural, econômica e politicamente⁷⁹, e que as TIC podem aproximar as pessoas através de hábitos comuns, de processos e de todo tipo de informações disponíveis digitalmente além das fronteiras de tempo e espaço, dá formato à sociedade em rede e apresenta a possibilidade de colocar as pessoas em contato com o que elas muitas vezes nem sabiam que existia.

⁷⁸ A partir desse pressuposto, não devemos considerar que existe uma “sociedade informacional”, já que não há homogeneidade das formas sociais em todos os lugares sob o novo paradigma, mas sim características fundamentais comuns em seus sistemas sociotécnicos, o que implica em pensar em uma “sociedade informacional abstrata”, enquanto modelo/referência de requisitos genéricos.

⁷⁹ Embora as tecnologias tenham capacidades técnicas para interligar o planeta, existem diversos elementos subjetivos no processo de globalização, como exemplo, as questões políticas que selecionam o que vai ser incluído ou excluído, deixando diversos setores de muitas sociedades de fora do processo, enquanto as sociedades escolhidas e seus setores selecionados usufruem dos seus benefícios.

A globalização tem como alguns resultados a deslegitimação de instituições nacionais e o sentimento de desintegração⁸⁰, influenciando o esfacelamento das identidades⁸¹, a partir da ausência de confiança por parte de indivíduos e grupos sociais, no poder de representação das instituições, que passam a ser vistas como entidades exógenas que se afastam do coletivo e do bem público em nome de interesses próprios. Em outras palavras, o sentimento de “não se sentir parte”, a desconstrução de uma identidade maior e mais forte, a falta de identificação com realidades impostas, leva ao refúgio em grupos menores, onde os mesmos valores possam ser compartilhados. Esses valores poderão levar ao isolamento mais ou menos conflituoso, dependendo de fatores como a proporção do sentimento de exclusão, do contraste entre as visões de mundo, da motivação e da força enquanto grupo para contrariar a estrutura e o poder estabelecidos.

Desde o final da década de 1990, ambos os processos têm coexistido⁸²: a globalização e a reafirmação das identidades culturais⁸³. Os sentimentos de negação de um todo, associadas à dinamicidade desse mundo, e as especificidades dos seus submundos, marcados por diferença, divisões e antagonismos sociais, circundam o dia a

⁸⁰ O esfacelamento dos contextos contemporâneos, as desigualdades e os sentimentos de não representação são motivadores de identidades distintas no âmbito do Estado, o que requer dos governos políticas próprias e muito trabalho a fazer, para evitar que ele próprio sucumba. O embate entre a globalização e a ideia de que os processos de construção dos significados são específicos para culturas e identidades, levaram à crise do Estado-nação. A globalização se define como processos que reconstruem espaços e estes, embora possam trazer o discurso de buscar benefícios nacionais, em geral, não falam em nome da nação, mas do Estado e, portanto, distanciam os grupos sociais que não se sentem representados, em meio a uma crise na solidariedade nacional, podendo ainda dar origem a uma descrença no Estado e a uma resistência profunda ao colonialismo político e cultural imposto pela globalização, inclusive pela internet (COLOMBO, 2015).

⁸¹ A identidade representa as referências através das quais um ator social se reconhece e constrói significado, principalmente com base em atributos culturais, estando separadas de outras referências sociais (mais específicas ou mais amplas) do ambiente em que esse ator se encontra, e assim, são organizadas em torno da semelhança e da diferença: eu *sou* alguém porque *não sou* algum outro. Esses limites são fluidos, transformando-se de acordo com as experiências do indivíduo, suas reflexões e sua trajetória de vida (CASTELLS, 2000; CAPRA, 2008; MARTINO, 2015).

⁸² Essa coexistência dos processos não é tão evidente, porque a ideia é que a globalização requer uma cultura global. Entretanto, nos microcenários sociais, diferentes perspectivas surgem e se afrontam: uma delas critica a globalização enquanto tentativa de homogeneização cultural do mundo; a outra valoriza a globalização, sugerindo que os particularismos seriam superados, a fim de fundir em uma espécie de cultura indiferenciada universal, todos os seres humanos. Essa ideia rejeita a construção histórica, religiosa ou étnica de identidades, a fim de afirmar um novo ideal que não deseja reconhecer distinções.

⁸³ A identidade representa um instrumento de organização em coletivos que pode ou viabilizar a vida em sociedade, ou tornar difícil unir pessoas a partir de eixos conflitantes. Castells (2010) distingue três tipos de identidades coletivas: identidade legitimadora; a identidade de resistência; e identidade de projeto. Esses três tipos de identidades seriam diferentes, não sendo fácil passar de uma para outra. Por outro lado, se isso não acontece, as identidades fecham-se em si mesmas. Quanto às identidades legitimadas, elas podem se tornar manipulações ideológicas, uma vez que são reconhecidas pelo Estado e, portanto, têm prioridade sobre as demais, que podem não ser vistas como autênticas. Entretanto, se aqueles que não concordam com o processo existente são marginalizados, eles podem recorrer a identidades de resistência, afrontando a identidade legitimada.

dia nos tempos atuais, rompendo a ideia do determinante, do planejamento prévio, da fixidez, levando o indivíduo a divagar pela sociedade contemporânea, a quebrar a relação entre o “fazer” e o “ser”, a não tem uma identidade fixa ou permanente, mas sim uma identidade que é formada e transformada continuamente, em relação às formas pelas quais ele é representado, sendo ainda definida historicamente e não biologicamente.

Ou seja, nesse mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, de mudanças confusas e incontroladas, onde tudo poder ser visto na internet e “sentido” em qualquer parte do planeta, as pessoas reafirmam os elementos de identidade e estabelecem fronteiras baseadas na diferença, organizando seu significado não em torno do que fazem (o que seria uma identidade mestre “de classe”), mas com base no que elas são, ou acreditam que são, reagrupando-se em torno de identidades primárias, como religiosas, étnicas, territoriais, nacionais, atribuídas ou construídas, e da emergência de identidades pertencentes à base política definida pelos novos movimentos sociais (como feminismo, negritude, movimentos ecológicos, entre outros) e essa passa a ser a fonte de significado social (HALL, 1998; CASTELLS, 2000; CASTELLS, 2008a). “A ação não é mais considerada como simples execução, mas sim como núcleo de significação do mundo; a sociedade não existe como totalidade, mas como intersubjetividade que tem origem na ação primeira do sujeito” (BOURDIEU, 1930, p. 12).

Não devemos dizer que a globalização e seus processos geram resistência de todos os coletivos, mas faz certos grupos sociais resistirem, principalmente se eles não se veem como cidadãos, ou, enquanto minorias, não têm seus direitos representados, e assim o clamor social pode se manifestar em torno de demandas por ações que reconheçam valores diversificados. Ou seja, a desconfiança no sistema não significa despolarização. Ao contrário, os grupos sociais têm se engajado em movimentos de contrapoder que buscam influenciar e interferir nos processos políticos, como forma de direcionar políticas e ações. Isso pudemos ver em campo⁸⁴.

Nesse mundo de tecnologias, as identidades passam pelas mídias, uma vez que os meios de comunicação se articulam com o cotidiano dos indivíduos, redefinindo as percepções humanas sobre processos sociais, políticos, históricos de uma época, e interferindo na maneira não só como as pessoas interagem como o mundo ao seu redor.

⁸⁴ Por exemplo, no IGF, na resistência aos processos de ID, impostos aos pequenos países, não representados no evento, e pudemos ver junto a agricultores, que evidenciam o sentimento de desintegração, ao alegarem que o campo está excluído do ambiente virtual e da vida contemporânea.

A vida social pode ser pensada na perspectiva de um complexo sistema de trocas de informações⁸⁵, sendo o acesso a essas um fator importante para formação de identidades pessoais e de grupo, papéis e relações sociais, espaços e fronteiras entre esses elementos. Nessa perspectiva de produção, publicização e consumo de informações, as tecnologias redefinem a circulação de informações na sociedade, em termos de produtores e consumidores, modificando barreiras e ampliando alcances, embora não signifique iguais condições de poder em torno desses elementos.

“Se a informação é um elemento fundamental para dizer ao indivíduo qual é o seu lugar na sociedade, no momento em que esses controles são radicalmente alterados essa perspectiva tende a se transformar ou mesmo desaparecer – no que diz respeito a saber quem se é e aonde se está, em termos sociais” (MARTINO, 2015, p. 203).

Considerando a pluralidade de identidades como um pressuposto contemporâneo, uma outra pergunta seria: como identidades diferentes se relacionam e convivem, em um mundo fragmentado, mas que ao mesmo tempo tem como referência os padrões de globalização, e os pressupostos genéricos de uma sociedade conectada por redes? Nas sociedades informacionais, a comunicação mediada por computadores gera uma grande quantidade de comunidades virtuais, a princípio organizadas em torno de identidades coletivas. “Assim, redes são, antes de tudo, um modo de pensar. Um modo de ler o mundo e um modo de agir no mundo” (DUARTE; FREY, 2008, p.157).

A perspectiva de padronização dos processos humanos, geralmente associada à globalização, poderia, a princípio, conduzir as ações em todo o mundo com o objetivo de desenvolver a sociedade planetária. Entretanto, indo além das metas econômicas impostas que “unem” fronteiras nacionais e comunicam processos que envolvem finanças internacionais, os aspectos culturais resistem a modelos impostos, embora estejam suscetíveis a influências multiculturais, a partir das evidências de mundialização da cultura. O processo de globalização⁸⁶ interfere sobre a questão da identidade (HALL, 1998), assim como o processo de “mundialização da cultura⁸⁷”, à

⁸⁵ “[...] A *socialização* dos seres humanos pode ser compreendida como o acesso controlado do indivíduo às informações, em um processo que começa na infância, com um baixo fluxo de dados, e vai progressivamente se expandindo até a fase adulta” (MARTINO, 2015, p. 202).

⁸⁶ Os conceitos de Globalização e Mundialização da Cultura aplicados nesta tese fazem referência às considerações de Renato Ortiz, em seu livro “Mundialização e Cultura”, e assim, a globalização considera os aspectos econômicos da sociedade em rede, sugerindo unicidade, e se aplica à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial, e voltada para um mercado mundial. Nesse sentido, tem-se uma economia global, com estrutura única, subjacente a toda economia. As partes (antes internacionais) se fundem em uma mesma síntese: um mercado mundial.

⁸⁷ A ideia de mundialização não sugere unicidade, e estuda um conjunto de valores, estilos e formas de pensar que se estende a diversos grupos sociais. Na mundialização, não há o aniquilamento das outras manifestações culturais. As diversas manifestações coabitam e se alimentam das demais.

medida que áreas diferentes do mundo estão em interconexão umas com as outras, transformando a natureza das instituições e a vida.

Embora esses temas pareçam “paradoxos das sociedades modernas”, estamos diante de um cenário em que a cibercultura é vista como universal, mas não totalizante. Mesmo que pareça haver um padrão de conformação técnica com relação à morfologia da sociedade global, a cultura não pode ser percebida da mesma forma⁸⁸. As relações entre tecnologias e contextos culturais expressam um poder bidirecional de influência, de um aspecto sobre o outro. A proporção da combinação entre o modelo de sociedade que se deseja construir e as possibilidades proporcionadas pelas TIC são determinados pelo confronto de forças dos agentes que se envolvem de forma ativa na disputa de poder⁸⁹. A cibercultura pode ser considerada uma de muitas formas de subculturas (ou seja, expressões culturais subentendidas em unidades culturais mais amplas) que mantém relações de conflito e complementaridade com os sistemas de poder e processos simbólicos mais amplos (FERREIRA, 2016).

Indo mais além, se a cultura não é expressão da coesão social ou de uma consciência coletiva, mas ao contrário, um espaço de dominação, lutas e resistências, em virtude das desigualdades, dos conflitos sociais, das visões de mundo e interesses antagônicos, esse aspecto também influencia a cibercultura, e assim, não há como haver padronização cultural, ou um modelo único de ideias, valores e comportamentos que traduza a relação entre os agentes sociais e as TIC. O que dá vida ao universal? O universal não possui centro e nem linha diretriz, nem conteúdo particular, pois coloca em contato quaisquer dois pontos, seja qual for o conteúdo das entidades relacionadas, o universal não significa o fim de identidades nacionais ou locais, a padronização do mundo através de cidadãos e cultura formatados por modelos genéricos e abstratos, mas sim a ligação do mundo, em termos de virtualidade, tornando possíveis trocas e fusões de ideias, visões de mundo, hábitos, valores e crenças⁹⁰.

⁸⁸ Ou seja, as TIC apresentam uma base comum de padrões e possibilidades técnicas que certamente condicionam algumas transformações sociais, mas não determinam os contextos sociais, uma vez que esses contextos apresentam características que se impõem como requisitos às modelagens sociais.

⁸⁹ Embora a proposta filosófica da cibercultura reconheça um universo intotalizável, em sua teoria, e as capacidades técnicas potencializem a inclusão, a prática em diversas sociedades ainda reflete as condições de inclusão e exclusão seletivas, conectando e desconectando indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com os objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas e de poder.

⁹⁰ Nesse contato de ponta a ponta através da rede, é possível que modelos localizados tenham que se acomodar diante das influências das diversas fontes culturais sobre os cidadãos do mundo, ou seja, da mundialização da cultura.

Mas por que o ciberespaço tende à universalidade? Porque detém a infraestrutura técnica de comunicação e coordenação dos outros grandes sistemas técnicos, o que significa que o desenvolvimento do digital é sistematizante e universalizante não apenas em si mesmo, mas também a serviço de outros fenômenos tecno-sociais que tendem à integração mundial, como finanças, comércio, pesquisa científica, mídias, transportes, entre outros; por outro lado, o valor contido na cibercultura é precisamente a universalidade, a interconexão geral das informações, das máquinas e dos homens, para realização dos seus propósitos coletivos. Por outro lado, as grandes teorias não dão conta da diversidade social, pois as “realidades” são fluidas e dinâmicas. “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 1998, pp. 14). Então, não faz sentido pensar em totalizar.

Perceber as sutilezas que afastam a totalização da universalização é algo que faz toda a diferença no “pensar sobre os direitos”, na efetivação do acesso e da garantia aos bens públicos, por exemplo, na construção da política pública que traz em seu discurso a ideia da “democratização das TIC para a diminuição da desigualdade, a promoção da cidadania e da inclusão social”. A universalização deve ser o motor que amplia as ações para todos os territórios e espaços sociais, respeitando as diferenças de cada um deles. A totalização deve ser uma ideia negada, em virtude de levar à tentação de propor projetos padrões, baseados em cenários que supõem semelhanças mas que são adversos em sua essência, devido a microespecificidades de cada local⁹¹.

A ideia de ser universal, mas intotalizável, pode parecer paradoxal, entretanto, quanto mais se expande o ciberespaço, mais heterogêneo e diversificado ele se torna, dispensando a ideia dos padrões globais totalizantes ou dominantes, multiplicando as singularidades e promovendo a “desordem”⁹². Nessa “desordem” das sociedades contemporâneas, mudanças ocorreram, e elas podem ser percebidas em uma série de campos distintos. Então pensamos que o universal sem totalidade reconhece o pluralismo contemporâneo como pressuposto para o ciberespaço. Se as identidades são plurais e a ação passa a ter um núcleo de significação do mundo, esse pressuposto

⁹¹ Embora esses aspectos pareçam evidentes para a proposição de projetos, não é raro ver instituições “copiando e colando” projetos de um cenário para outro, conforme pudemos perceber no trabalho de campo no IFPB e também é uma prática em políticas de governos. Então, o que parece claro, nem sempre está evidente, o que reforça a necessidade de reflexividade nas ações.

⁹² No ciberespaço, o excesso de domínio e as tentativas de fechamento são difíceis ou abusivas.

requer atenção nos processos de iniciação e desenvolvimento do uso das tecnologias, que devem ser conectados ao contexto local⁹³.

Acreditamos que seja possível coexistir internet, globalização e pluralidade cultural, e ainda assim tentar se caminhar em busca de alternativas mais ou menos democráticas de construção de vida coletiva, mas se por um lado há censura, poder militar e tecnologia a serviço de Estados hegemônicos autoritários, esta dinâmica unilateral gera um mundo bastante diferente: a falta de correspondência entre as estruturas econômicas, culturais e institucionais e os instrumentos políticos, associada à repressão violenta, provoca caos.

1.2.4) Conexões, Ideologias e Críticas

A sociedade em rede pode ser vista sob duas perspectivas distintas e complementares: na primeira perspectiva, é um paradigma, quando se coloca como um pressuposto filosófico ou uma teoria que sugere modelos ou mapas que podem ser usados para orientar comportamentos, para “navegar na vida”; na segunda perspectiva, é um consumidor de tecnologias, sendo apoiado por uma infraestrutura para apoio ao desenvolvimento de ações e/ou do ambiente através do qual essas ações são realizadas. Logo, diversas ideologias circundam o propósito da sociedade em rede, o que resulta em conflitos e disputas de poder por influência nas novas conformações sociais, entretanto algumas dessas bases ideológicas não se excluem, mesmo que pareçam paradoxais.

Embora a relação entre sociedade e tecnologias possa ser estudada sob diversas perspectivas, alguns autores dão ênfase aos aspectos culturais, e à forma como eles influenciam diversas outras perspectivas. As relações entre a cibercultura e os estudos culturais, por exemplo, observam a cultura como um espaço de disputas entre discursos e representações sociais, uma preocupação de importância central para as ciências sociais (THOMPSON, 1995; CAPRA, 2008; MARTINO, 2015; HALL, 1998). Os estudos culturais partem da premissa de que as práticas cotidianas fazem parte da cultura dos indivíduos, grupos e classes sociais, e são elementos fundamentais para constituir a identidade das pessoas e das comunidades.

Sob a perspectiva da cultura, o que representam as redes? As redes sociais são redes de comunicações, autogerativas, que geram produtos imateriais, como

⁹³ Pensando, por exemplo, em uma escola inserida em uma comunidade, onde os alunos sentem vergonha de ser filhos de pescadores, em uma cidade que vive da pesca, o desafio de trabalhar as TIC deve ir além de oferecer acesso a essas tecnologias e ensinar a manipulá-las em termos técnicos, sendo necessário pensar o contexto comunitário e os temas transversais.

pensamentos e significados, que dão origem a outras comunicações, e assim a rede se regenera, formando “ciclos múltiplos de retroalimentação que finalmente produzem um sistema compartilhado de crenças, explicações e valores – um contexto comum de sentido, também conhecido com cultura, que é continuamente apoiada em comunicações seguintes” (CAPRA, 2008, p. 23). Imersos nessa cultura, e em “comunidades de práticas⁹⁴”, os nós adquirem identidade, o que define as fronteiras da rede, um limite que representa expectativas, confiança e lealdade⁹⁵. A base da rede é um corpo de conhecimento compartilhado (informações, ideias e habilidades, valores e crenças) que dá forma ao modo de vida cultural que produz visões de mundo e restrições às ações. Todos os símbolos na rede são permanentemente renegociados entre seus participantes.

Então, a vida social não é apenas uma questão de objetos e de fatos que ocorrem no mundo natural, mas também uma questão de ações e expressões significativas, símbolos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. “Na medida em que essas relações [sociais] são desiguais, marcadas por intervalos de poder, a construção das identidades culturais está ligada a uma lógica de tensões, dinâmicas e disputas pelo direito de ser quem se é no espaço social” (MARTINO, 2015, p. 49).

Como pensar então o surgimento e a base da cibercultura⁹⁶? Desde as invenções do passado até às inovações das sociedades contemporâneas, as tecnologias influenciam a formação das visões de mundo e, portanto, as expectativas de transformação da realidade. O final do século XX representou um marco histórico da humanidade cuja característica é a transformação da “cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se orienta em torno das informações. Nesse contexto, os computadores se popularizam, deslocalizando-se dos

⁹⁴ Capra (2008) usa a expressão “comunidades de práticas” para se referir às comunidades formais ou informais de que fazemos parte, no cotidiano, desenvolvendo atividades, seja no trabalho, na escola, em esportes e lazer, na vida cívica, entre outras.

⁹⁵ Isso quer dizer que as identidades não existem naturalmente, mas são constituídas nas relações sociais.

⁹⁶ Antes de pensar a “cultura” nesse espaço multicultural, consideramos importante acessar bases teóricas que refletem sobre alguns conceitos relacionados, e percebendo as TIC como plataformas abertas a várias vozes, trazemos a ideologia e a utopia como conceitos que se embatem e ao mesmo tempo se complementam na dinâmica das redes, como duas formas diferentes de um mesmo fenômeno: a existência de um conjunto estrutural de concepções, ideias, representações, teorias e doutrinas que orientam as ações (WILLIAMS, 1992; LOWY, 1999; PRADO, 2008). Ideologia seria o conjunto de elementos que orientam para a reprodução da ordem estabelecida; utopia seria uma “ideologia de negação”, tendo uma dimensão crítica ou de negação da ordem existente e orientando para a sua ruptura.

grandes centros institucionais (indústrias, grandes empresas ou instituições de governo), chegando aos diversos processos na vida humana e ampliando as estratégias capitalistas para um mercado maior. Em seguida, esses pontos isolados foram conectados em redes de comunicação e colaboração que chegaram também ao público em geral, principalmente com a criação e o desenvolvimento da internet, ocorridos nas três últimas décadas do século XX. A princípio controlada pelo Departamento de Defesa dos EUA, em seguida a internet expande suas potencialidades, através de uma “contracultura de crescimento descontrolado, quase sempre de associação intelectual com os efeitos secundários dos movimentos da década de 1960 em sua versão mais libertária/utópica” (CASTELLS, 2000, p. 86). A partir das ações da contracultura, foram implementados elementos como o modem, protocolos que interligavam computadores via linhas telefônicas, e redes “concorrentes” da internet, só que baratas, abertas e cooperativas ou comerciais, permitindo a criação de uma infinidade de comunidades virtuais. Em 1990, com a contribuição da contracultura, foi criada a *World Wide Web* (WWW), suas interfaces gráficas e os hipertextos, o que facilitou o uso da internet por usuários comuns e não técnicos, e assim “o povo” passou a ser “convocado” a usar o poder dos computadores em benefício próprio. Através de grupos de pesquisa, foram idealizados instrumentos como o correio eletrônico, popular desde o início da internet até os dias atuais. Em 1992, foi criado o primeiro navegador para internet. Em 1994, esse navegador foi produzido e comercializado, e surgiram os mecanismos de pesquisa, dando mais força à difusão da internet. Em 1995, a internet foi privatizada, cedendo a interesses como pressões comerciais. Embora a princípio não contasse com nenhuma autoridade supervisora, durante o desenvolvimento da internet, diversas instituições (membros em todo o mundo) e mecanismos foram criados, assumindo alguma responsabilidade pela coordenação das configurações técnicas e atribuição de endereços internet. A associação entre as mídias digitais e as redes de alta velocidade resultou no desenvolvimento da internet. Entretanto, a sua expansão se deve também às possibilidades de construção colaborativa, que expandem as suas fronteiras para as conexões provenientes dos seus diversos tipos de usuários (Estado, mercado, sociedade civil, grupos ou indivíduos). Enquanto a primeira versão da web trabalhava com elementos estáticos, como exemplo, as páginas (provenientes, geralmente, de empresas mas também dos usuários em geral), as versões posteriores se caracterizaram por ser dinâmicas, investindo na interatividade, colaboração, produção e consumo de conteúdos pelos usuários, que podem usar espaços comuns, como exemplo, as redes sociais. Uma

vez incorporadas aos processos humanos, as TIC não pararam de se desenvolver. A partir da internet, um leque de oportunidades se abriu para exploração das suas potencialidades, como os primeiros celulares (nos anos 90) e todos os demais recursos idealizados e desenvolvidos em seguida, como as redes sociais atuais, os *games*, os motores de busca, os aplicativos comerciais ou de governo eletrônico, entre tantos outros recursos “indispensáveis à vida contemporânea”. “As alterações na tecnologia pela ação humana não se separam de sua cultura, de sua história e das sociedades formadas. A relação não é de causa e efeito, mas dialética: tecnologias foram e são formadas pela cultura humana” (MARTINO, 2015, p.271).

Em virtude das polêmicas encontradas na literatura sobre TIC, faz-se importante tecer alguns comentários sobre as diversas correntes relacionadas à chegada e ao desenvolvimento dessas tecnologias junto à sociedade em rede. Afinal, sobre o desenvolvimento das TIC, o novo paradigma tecnológico estaria ligado à crise do sistema capitalista ou à necessidade de superioridade militar? Talvez nenhuma das sugestões seja convincente, se pensada de forma isolada, enquanto determinação social⁹⁷. A revolução das TIC dependeu cultural, histórica e espacialmente de um conjunto de circunstâncias muito específicas cujas características influenciaram sua evolução. Em 1970, a disponibilidade de novas tecnologias constituídas foi uma base fundamental para o processo de reestruturação socioeconômica dos anos 80. Na década de 1980, a utilização dessas tecnologias condicionou, em grande parte, seus usos e trajetórias na década de 1990. Por trás do desenvolvimento da internet havia redes científicas, institucionais e pessoais, grupos de pesquisa em tecnologias, com metas e dinâmica praticamente autônomas com relação à estratégia militar ou à indústria de supercomputadores.

Nesse sentido, a internet pode ser vista como o resultado da fusão de estratégia militar, interesses capitalistas, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. Se a princípio a internet havia sido pensada para criar um sistema de comunicação invulnerável a ataques nucleares, o seu desenvolvimento sugere que se tornou difícil separar a pesquisa voltada para fins militares das comunicações

⁹⁷ Segundo Martino (2015), Harold Innis é criticado por interpretações que acreditam que ele sugere algum tipo de determinismo tecnológico, no sentido de que as tecnologias de comunicação seriam responsáveis pelas mudanças sociais. Entretanto, Innis considera que todo processo político é, em essência, multifatorial, não sendo possível reduzi-lo a um ou outro fator.

científicas, comerciais ou pessoais, multidirecionais ao longo do planeta, os objetivos capitalistas e humanos⁹⁸, em diversos territórios desde então conectados.

Embora a revolução das TIC tenha sido construída e realizada a “várias mãos”, consideramos importante destacar os papéis dos agentes sociais no processo de legitimação dessa nova forma de ser e de viver (CASTELLS, 2000; LÉVY, 1999): foi o Estado que iniciou a revolução das TIC nos Estados Unidos e em todo o mundo; os pesquisadores e os empresários inovadores (como aqueles que deram início ao Vale do Silício), trabalhando por motivação própria (inclusive pela contracultura) ou por grandes empresas, por sua vez, contribuíram para a definição de características da revolução e para sua evolução para a forma de dispositivos tecnológicos flexíveis e descentralizados que estão se difundindo por “todas as esferas da atividade humana”; esses empreendedores ainda expandiram os negócios por todo o mundo, aumentando a velocidade da inovação tecnológica e proporcionando uma difusão mais rápida dessa inovação. No Século XXI, as TIC promovem uma prática de produção, publicização e consumo de informações em abundância, e essas informações influenciam as vidas das pessoas. A reflexividade torna-se base para ideologias e ações que podem ser conservadoras ou subversivas, ou seja, as pessoas podem manter os padrões de ação ou mudar de opinião, escolher novas ações. A informação influencia a ação e é influenciada por esta (GIDDENS, 1991; PRADO, 2008).

Indo um pouco além nas reflexões, gostaríamos de trazer algumas impressões: o barateamento dos computadores e a facilidade de uso por pessoas sem especialização técnica transformaram o significado social da informática, levando-a ao alcance de um maior número de pessoas e a uma amplitude maior de possibilidades de desenvolvimento de processos humanos individuais ou coletivos, através do ciberespaço enquanto território vivo, dinâmico, universal e intotalizável, de prática de comunicação interativa, comunitária. “Não há dúvida de que a aspiração original do movimento foi recuperada e usada pela indústria [...] Mas é preciso reconhecer que a indústria também realizou, à sua maneira, os objetivos do movimento [social]”⁹⁹(LÉVY, 1999, p. 125).

⁹⁸ Registros históricos do desenvolvimento das TIC reforçam a ideia de que havia não só esperança, mas também ações, em prol do empoderamento social a partir tecnologias, da contracultura proveniente das periferias até então silenciadas. Prado (2008) fala de arte, contracultura e crítica social exercidos através dos meios de comunicação desde a década de 1970, destacando o uso da internet para desenvolvimento de ações coletivas nesses eixos, a partir da década de 90.

⁹⁹ As novas perspectivas advindas do ciberespaço representam transformações e oportunidades para diversos setores sociais, e assim, qualquer ator pode se beneficiar (devida ou indevidamente) de seus pressupostos. Por exemplo, grandes indústrias de informática podem obter ganhos pela venda de recursos de TIC como hardware, software ou dispositivos necessários às redes de computadores. Entretanto, não

Por que essa discussão é importante? Para que não se fechem as possibilidades sociais abertas e que hoje permitem uma amplitude de conexão e ação pelas TIC, em negação a teorias que possam ter o objetivo de desconstruir as propostas sociais em torno dessas tecnologias. E ver agricultores, pescadores, educadores e adolescentes de comunidades carentes com *smatphones* nas mãos nos faz pensar que essa relação entre ideais sociais não poderia ter sido realizada apenas com o sonho dos pensadores sociais.

Mas enfim, o que mudou em termos de visão de mundo? Em meio às polêmicas relacionadas aos “verdadeiros” objetivos da revolução das TIC, resgatamos o conceito de cibercultura enquanto “movimento social”, e suas “palavras de ordem” que resultaram em transformações na mente e nas ações humanas.

“A cibercultura não é um marco zero na cultura da humanidade, mas traz uma série de particularidades por acontecerem em um espaço conectado por computadores. Em outras palavras, é a cultura – entendida em um sentido bastante amplo como a produção humana, seja material, simbólica, intelectual – que acontece no ciberespaço” (MARTINO, 2015, p.27).

Tem como base material um padrão complexo de subredes interligadas, que não preveem seu fechamento em um sistema, mas sua abertura como redes que potencialmente se ampliam cada vez mais, a partir da sua perspectiva técnica, tendo como características: a informação é sua matéria prima¹⁰⁰; a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias chega a praticamente todos os processos da atividade humana (embora não os determine); a lógica de redes, bem adaptada à crescente complexidade de interação e imprevisibilidade, pode ser implementada em todos os tipos de processos e organizações, de forma flexível (deixando abertos os caminhos para inovação na atividade humana); a flexibilidade também no sentido de que não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações podem ser alteradas, pela reorganização de seus componentes; a crescente convergência de tecnologias para um sistema altamente integrado no qual os elementos individuais desse sistema (técnicos e humanos) muitas vezes ou não são percebidos como partes ou não podem ser imaginados sem os demais.

Nesse contexto, a cibercultura é uma resposta à tradição, uma transformação nas visões de mundo e do próprio mundo, com base em seus pressupostos básicos¹⁰¹

reconhecemos estes como benefícios primários ou unilaterais, e sim como benefícios paralelos ao que esta tese sugere como outro propósito da rede: o autodesenvolvimento humano para realização de formas participativas e democráticas de construção da vida.

¹⁰⁰ As tecnologias agem sobre a informação, e não apenas a informação age sobre a tecnologia, como aconteceu nas revoluções anteriores.

¹⁰¹ Sobre os pressupostos da cibercultura: a interconexão vai além da comunicação “física” e constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, através da comunicação interativa; as comunidades virtuais são construídas sobre as afinidades de interesses, conhecimentos, projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais,

como interconexão, criação de comunidades virtuais¹⁰² e inteligência coletiva. E se, por um lado, atribuímos ao governo e à indústria a implementação da infraestrutura de comunicação através das grandes redes de computadores, podemos atribuir aos idealizadores das novas formas de interação social, a criação do ciberespaço¹⁰³ e da ideologia (ou melhor, utopia) relacionada ao compartilhamento, à invenção coletiva, ao uso cidadão das potencialidades desse novo espaço. E se desde então a internet se constitui como um dos elementos mais evidentes do ciberespaço, um dos grande eixos do mundo informacional, ela é alicerçada por inúmeros outros agentes, que não possuem tanta visibilidade diante dos maiores protagonistas já citados¹⁰⁴. Nesse contexto, a cibercultura é a expressão da aspiração de construção de laços sociais fundados a partir do compartilhamento do saber, da aprendizagem cooperativa, dos processos abertos de colaboração, decisão e construção da vida.

As pressuposições sobre a cibercultura enquanto modelo ideal de sociedade em rede, em virtude de seu otimismo quanto à conformação de uma sociedade qualificada para um uso de TIC de forma democrática, participativa e mais igual, não isolam os fatos da sua condição real de uso nas diversas sociedades ao longo do mundo. Os estudos sobre cultura sugerem que vários fatores influenciam a formação das identidades (como política, religião, poder econômico, gênero, etnia, faixa etária, entre outros). Nesse sentido, e considerando os conflitos existentes entre essas categorias, na formação das identidades, não ha uma cibercultura, mas várias ciberculturas, ligadas a contextos e condições materiais, que dão forma à sua natureza no ciberespaço. “As culturas humanas, com suas características, dinâmicas, conflitos e paradoxos, migram para o ciberespaço, o que implica transformações contínuas” (MARTINO, 2015, p.50). E assim, a cibercultura se realiza a partir de projetos e contextos próprios.

Entendendo o pluralismo das sociedades contemporâneas e, portanto, os diversos tipos de projetos que tentam realizar ideologias próprias na sociedade em rede

visando constituir-se como um coletivo inteligente; a inteligência coletiva é o princípio maior da cibercultura, propagado desde os seus visionários, e coloca em sinergia saberes, aspectos cognitivos, contextos e energias daqueles que estão conectados à rede.

¹⁰² “Como qualquer comunidade humana, associações virtuais se constroem a partir de laços de interesse na troca de informações [...] ganham força não por conta da tecnologia mas pelas intenções, vontades, afetos e conhecimentos compartilhados – interação humana é o ponto de partida e a razão de ser das comunidades virtuais” (MARTINO, 2015, p. 45).

¹⁰³ Enquanto a autoestrada eletrônica corresponde à infraestrutura de telecomunicações, normas de software, cabos de cobre ou fibras óticas, ligações por satélite, entre outros, o ciberespaço é uma certa forma de uso dessa infraestrutura.

¹⁰⁴ É preciso por os holofotes sobre as redes de associações, universidades, bibliotecas, museus, mídias alternativas, grupos sociais e indivíduos, que contribuem para que a teia mundial permaneça viva.

apoiada por TIC, consideramos importante analisar as bases das críticas feitas à cibercultura, de um lado, e os argumentos que as rebatem em defesa dos seus pressupostos, do outro. Uma das críticas proferidas contra a cibercultura é a crítica da substituição. O que consideramos equivocada nessa crítica: é um erro considerar que o virtual substitui o real, ou que as telecomunicações e os laços na rede vão substituir os deslocamentos físicos e os contatos diretos. As grandes invenções técnicas não permitem “apenas fazer a mesma coisa”, de forma mais rápida, com mais força ou em escala maior, mas que se faça, sinta ou organize de outra forma, ou seja, permitem o desenvolvimento de novas funções e a reorganização das funções dos sistemas anteriores, em vez de substituí-las¹⁰⁵. O mundo virtual transborda as suas próprias fronteiras digitais, misturando-se, confundindo-se com os processos reais, sendo percebida a mesma evidência, só que em sentido contrário, no caso do mundo real. Embora acreditemos que existem os falados padrões fechados de comportamento, em um suposto mundo pré-concebido com base em TIC e imposto pela indústria capitalista, também acreditamos que existem ativistas sociais à frente de novas construções no mundo físico, eles também “invadiram” as redes, e as combinações entre o físico e o virtual. Certamente, a cultura é um dos aspectos que comandam e dão forma a essas concepções fluidas e efêmeras do mundo virtual. O ciberespaço inaugura novas formas de conexão (comunicação interativa de todos com todos dentro de espaços informacionais coletiva e continuamente reconstruídos), de conhecimento, aprendizagem e pensamento (navegação fluida em espaços de informação abertos e inteligência coletiva), e de produção artística (hiperdokumentos, ambientes virtuais, criação coletiva distribuída), amplia o acesso às redes sociais, promove a liberdade de expressão, a formação de discursos, a fala e a escuta diretas, evidencia as disputas de poder, potencializa a interação entre os diversos atores sociais. Sendo essas algumas das possibilidades da cibercultura, acreditar que o mundo virtual se volta “apenas” à concretização de objetivos capitalistas pode nos impedir de receber “o novo”, em termos de oportunidade de desenvolvimento humano e movimentos cidadãos.

Outra crítica feita à cibercultura faz referência à dominação. Refletir sobre a dominação nas sociedades contemporâneas implica em descaracterizar aquele modelo

¹⁰⁵ Um novo modo de comunicação ou expressão raramente substitui completamente os anteriores, embora o afete, como a fala e a escrita, a pintura e a fotografia, o teatro e o cinema, o cinema e a televisão. “[...] ‘a computadorização da cultura’ não apenas cria novas ‘formas culturais’ como a cibercultura, os *games* e a realidade virtual, mas ‘redefine as já existentes, como a fotografia e o cinema’” (MARTINO, 2015, P. 212).

de poder centralizado, investido em um Estado explicitamente autoritário e apoiado por forças repressivas que se mantêm nas ruas em nome da ordem. O que se mantém desse modelo é a ideia de que as diversas ideologias provenientes das instituições sociais continuam disputando influência sobre os indivíduos, através dos seus respectivos discursos. Pensando especificamente sobre o poder e a dominação no ciberespaço, não se pode reduzir o seu advento à acentuação das dominações tradicionais “[...] pois o ciberespaço também pode ser colocado a serviço do desenvolvimento individual ou regional, usado para a participação em processos emancipadores e abertos de inteligência coletiva” (LÉVY, 1999, p. 221). As duas perspectivas não são mutuamente exclusivas. Em virtude dos desequilíbrios de poder, em um contexto de globalização e hegemonia econômica, Estados mais poderosos podem exercer (e exercem) mais influência sobre as condições (favoráveis ou desfavoráveis) do desenvolvimento do ciberespaço, mas eles não conseguem determinar o formato desta plataforma que dá voz a minorias e potencializa a visibilidade de identidades postas em segundo plano no espaço físico, abrindo espaços de resistência, diálogo e contra-hegemonia, a partir dos discursos ou mobilizações dos diversos grupos sociais e identidades culturais (MARTINO, 2015; LÉVY, 1999). Nesse contexto, o processo de mudança tecno-social é aberto e indeterminado, trazendo a dinamicidade, a flexibilidade e a reflexividade como marcas características do ciberespaço¹⁰⁶. Enfim, no ciberespaço, a dinâmica de poder se dá na disputa por influência. Os poderes encontram contrapoderes, formas de resistência, que podem se materializar como discursos ou mobilizações. Para interpretar essa dinâmica, recorreremos a Foucault¹⁰⁷: não há relações de poder sem resistência; nenhum esquema utópico pode jamais aspirar a escapar da relação de poder-conhecimento de maneiras não-repressivas. Para Foucault, a única forma de eliminar as pré-concepções implantadas nas mentes dos indivíduos é explorar as qualidades abertas do discurso humano, tomando-as como fundamento, e assim intervir na maneira como o conhecimento é produzido e constituído nos lugares particulares em que prevaleça o discurso de poder localizado. No ciberespaço, é negada a difusão a partir de centros, e incentivada a interação em um universo de informações, onde cada um contribui explorando de forma própria, modificando ou estabilizando. Esses processos incluem

¹⁰⁶ Então, a cibercultura se realiza na dialética da utopia e dos negócios, na qual cada elemento joga com o outro: a cibercultura necessita de infraestrutura, enquanto a infraestrutura só faz sentido na relação com os diversos campos da existência humana

¹⁰⁷ Segundo Harvey (1994), o trabalho de Foucault pretendia cultivar e aperfeiçoar a resistência localizada às instituições, técnicas e discursos da repressão organizada.

reconhecimentos, negociações, mas também conflitos, e podem envolver boas ou más intenções, pois esses são os reflexos da sociedade (diversidade, complexidade, bondade e maldade¹⁰⁸) e não um mundo arranjado, convencionado ou encenado pelas mídias. Torna-se mais difícil executar manipulações em um espaço onde todos podem emitir mensagens (inclusive contraditórias) e se confrontar do que onde há centralidade e seletividade na comunicação.

Ainda sobre as críticas que permeiam a cibercultura, encontramos a “crítica da crítica”, que representa uma disputa de discursos em termos de conexões entre tecnologias e a vida humana: de um lado, coloca-se a essência dos pressupostos da cibercultura, como a inteligência coletiva e a abertura dos discursos; do outro, essas conexões teriam base nos objetivos da indústria capitalista e da dominação. Sobre ser considerado um otimista, Lévy diz que não acredita que a internet resolverá em um passe de mágica todos os problemas do planeta, e sim que a internet se coloca como uma forma diferente das mídias clássicas e que devem ser exploradas as potencialidades mais positivas desse espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. Castells também contrasta aspectos de otimismo e pessimismo em relação às transformações na sociedade e os desafios para as novas formas de conexão e solidariedade, julgando que visões “pessimistas” poderiam reduzir o novo cenário social à crença na individualização e da impotência da sociedade ante seu destino. Em sua obra, “nada contra correntes de destruição” e contesta o ceticismo social e a descrença política, dizendo acreditar na racionalidade, na ação social significativa e na política transformadora, sem se desviar rumo às utopias absolutas¹⁰⁹. Para Martino (2015), quando se fala em mídias digitais, os dois extremos são o “*hype*” (entusiasmo excessivo) e o “*contra-hype*” (desconfiança generalizada), devendo-se trabalhar o equilíbrio entre eles, pois essas mídias não são nem melhores e nem piores do que os indivíduos, comunidades e sociedades que as criaram¹¹⁰.

As reflexões levantadas por esses autores nos levaram a procurar, entre os aspectos otimistas (ou pessimistas) dessas teorias, aqueles que potencializam os

¹⁰⁸ Colombo (2015) apresenta a visão de Castells sobre a relação entre liberdade e internet, que sugere que o que vemos na internet apresenta o que a sociedade é: “não tão boa e angelical como queríamos que fosse”. Martino (2015) relata que comunidades virtuais não são melhores ou piores do que os agrupamentos humanos no espaço físico e que “seres humanos transpõem para as comunidades virtuais seus desejos, vontades e aspirações, das mais sublimes as mais perversas”.

¹⁰⁹ “Entretanto, seria possível existir uma sociedade sem qualquer tipo de sentimento coletivo e de ações em prol de melhorias para o bem comum?” (CASTELLS, 2000, p. 41).

¹¹⁰ Por exemplo, embora existam inúmeras possibilidades de inclusão a partir de internet, a barreira entre conectados e desconectados continua.

aspectos de desenvolvimento da cidadania e da inclusão social, temas importantes para a tese. Assim sendo, posicionamo-nos nessas disputas de discursos: o virtual não deve ser reduzido nem ao impacto social das novas tecnologias e nem ao advento de uma dominação em particular, seja econômica, política ou cultural. Sobre a ideia de que o ciberespaço leva ao totalitarismo, o ciberespaço é mais aberto e receptivo do que o dominador, enquanto dispositivo de comunicação interativa de coletivos humanos e de contato entre comunidades heterogêneas, favorecendo a apresentação da diversidade de grupos sociais e de ideias, respostas, críticas e confrontos, essencialmente “incontroláveis” e universais. Sobre os poderes, a morfologia e dinâmica no ciberespaço ameaça diversos lugares antes estabelecidos e inquestionáveis¹¹¹, o que não sugere a aniquilação de papéis sociais, mas a necessidade de reflexão e transformação de suas contribuições para a sociedade. Sobre a ideia de alteridade na crítica à cibercultura, esta crítica não nos parece falar em nome dos “pobres” e “excluídos”, pois eles estão no mundo virtual, comunicando-se, participando de vários processos antes impensados para quem estava “à margem” da sociedade¹¹², conforme pudemos ver em campo, através da realização de alguns pressupostos da cibercultura¹¹³. Julgamos que a crítica se faz importante, entretanto, enquanto análise das possibilidades que acompanham o movimento da cibercultura, em uma perspectiva ampla, reflexiva, atuante, imaginativa, voltada para o futuro, que acompanha o movimento social, e não enquanto postura conservadora ou que preserva os poderes estabelecidos.

Entre ser otimista ou pessimista, encorajamos a visão das possibilidades positivas de realização dos processos humanos na cibercultura, mas chamamos a atenção para a necessidade de observação das possibilidades negativas de uso do ciberespaço. Acreditamos que as transformações sociais, ao longo da história da humanidade, prescindiram de novas visões de mundo, o que requer esforço para

¹¹¹ Como exemplo, a gestão de limites e territórios, os monopólios, são ameaçados por uma comunicação transversal.

¹¹² Não pretendemos assumir o discurso de que o contato com as TIC resolve problemas de desigualdade, pois vemos a exclusão como um problema multidimensional. Durante esta tese, reforçamos por diversas vezes que são as intenções e os processos humanos e sociais que conduzem desde os “melhores” até os “piores” usos das tecnologias. Entretanto, a análise de alguns aspectos já disseminados e de outros ainda vistos como potencialidades de uso das tecnologias nos levam a acreditar que já estamos vivendo algumas transformações democratizantes e podemos refiná-las, em nome de sociedades mais justas e iguais.

¹¹³ Durante as andanças em campo físico e virtual, pudemos observar a realização de alguns pressupostos da cibercultura: estabelecemos laços em redes sociais online e percebemos o sentimento de inclusão vivido por diversos indivíduos ou grupos sociais, distintos econômica e politicamente, pelo fato de integrarem essas plataformas (embora tenhamos nos deparado com o sentimento de exclusão por parte daqueles que não integram esses espaços sociais) e nelas postarem suas fotos, sua vida, sua visão de mundo.

repensar o *status quo* e desafio para propor algo novo. Observar, analisar e teorizar é um modo de ajudar a construir um mundo melhor. A partir de seus pressupostos que parecem até então ideais (uma vez que parecem inalcançáveis), a cibercultura se propõe a orientar a sociedade mundial, em termos de um modelo abstrato, e ao mesmo tempo, deixa algumas pistas ou sugestões para a criação de modelos específicos, que podem ser adaptados às realidades locais, como forma de respeitar as singularidades de cada território.

1.2.5) Virtualização da Comunicação e do Conhecimento

As novas tecnologias e a cibercultura têm desafiado a antropologia, nas duas últimas décadas, em termos de teoria, método e práticas (TRAVANCAS; NOGUEIRA, 2016; SEGATA; RIFIOTIS, 2016), como exemplo, inovando as formas como os indivíduos se comunicam e se relacionam com a internet, na produção de mensagens e símbolos. A comunicação significa a transmissão de ideias, informações e atitudes de uma pessoa para a outra, enquanto os meios de comunicação representam o sistema de transmissão de mensagens e símbolos, tendo como objetivos entreter, informar ou orientar os indivíduos sobre valores, crenças e códigos de comportamentos que os integram às instituições da sociedade.

Martino cita Harold Innis como um dos primeiros pesquisadores a prestar atenção na importância dos meios de comunicação como elemento central nas transformações sociais. Pesquisando sobre economia política, e buscando um fundamento para as transformações, no sentido de entender as diferenças entre sociedades, esse autor diz que fatores políticos e econômicos são “completados” por um terceiro fator: os meios de comunicação dessas sociedades¹¹⁴. A forma como os meios de comunicação se constituem, em termos de possibilidades técnicas, associada à sua aplicação, em termos simbólicos, por um lado, pode favorecer a concentração do conhecimento nas mãos de poucos, potencializando a reprodução das condições já postas, ou, por outro lado, pode promover a divulgação de informações em grandes escopos territoriais, ampliando a influência dos diversos atores sociais sobre a produção e a disseminação do conhecimento e, portanto, sobre as relações sociais¹¹⁵.

¹¹⁴ Os meios de comunicação utilizados em cada período histórico estão diretamente vinculados à organização de uma sociedade, em termos políticos, econômicos e culturais, e assim, suas características influenciam a produção e disseminação do conhecimento e, portanto, a cultura e as relações sociais.

¹¹⁵ O Século XXI é marcado por sociedades capitalistas, onde há exploração e desigualdade, concentração de riqueza nas mãos de poucos e os grandes conflitos de interesse sociais precisam de um sistema que mantenha a dominação de uns sobre os outros. Segundo Noronha (2016), “o domínio não é

Nas sociedades contemporâneas, as mídias de massa têm um lugar de preeminência. Com as novas TIC, os sistemas de código e comunicação se transformaram¹¹⁶, e através das mídias, das telecomunicações, reconfiguram-se, de forma contínua, nas redes de interação, nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais, nas políticas de governo e na mente humana¹¹⁷. Por apoiarem um sistema universal, essas tecnologias permitem a projeção de um mundo virtual “por inteiro” ao alcance de todos que façam parte da internet, por exemplo, e reforçam a desterritorialização, que representa a capacidade de gerar diversas manifestações em diferentes momentos e locais determinados, sem que se esteja preso a um lugar ou tempo em particular.

Embora essa comunicação não presa a lugar e tempo não seja uma novidade absoluta, uma vez que há tempos as sociedades utilizam meios de comunicação que já traziam essas características, como o telefone e o correio, as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo se ordenem, cooperem, alimentem e consultem memória comum, e isso quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. Pensar na forma como essa comunicação transforma aspectos socioculturais requer considerar a grande elasticidade social de qualquer tecnologia, ou seja, as diversas possibilidades de moldar essa tecnologia para adaptá-la aos contextos e suas necessidades. Idealmente, esse novo cenário seria:

“a imagem do triunfo da democracia na comunicação: qualquer um pode ser, virtualmente, produtor de cultura [...] Ao permitir que qualquer pessoa, provida de equipamentos relativamente simples e baratos como câmeras e gravadores de áudio, crie e publique seu próprio conteúdo, e levando em conta que isso é feito por milhões de pessoas, todos os dias, pela primeira vez chega-se a uma produção em

simplesmente imposto”, apoiando-se em um grau substancial de consentimento popular, sendo exercido a partir de capacidade de autoridade social e moral direcionada à sociedade como um todo.

¹¹⁶ As mudanças na comunicação são providas por recursos técnicos específicos, sendo importante conhecer as suas características e possibilidades sociais (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2000; MARTINO, 2015). A mídia é o suporte ou veículo da mensagem: o impresso, o rádio, a televisão, o cinema e a internet, são mídias. Já o dispositivo informacional qualifica a estrutura da mensagem ou o modo de relação dos elementos de informação. Com o ciberespaço, surgiram dois dispositivos informacionais que são originais com relação às mídias precedentes: o mundo virtual (dispõe as informações em um espaço contínuo) e a informação em fluxo (dados em estado contínuo de modificação, dispersos, mas que podem ser interconectados e percorridos). O dispositivo comunicacional designa a relação entre os participantes da comunicação, podendo ser um-todos (um centro envia mensagens a receptores passivos), um-um (permite o contato ponto a ponto) e todos-todos (todos podem enviar mensagens que podem ser lidas por todos, como na internet). Os processos de comunicação dependem das características do remetente e do receptor da mensagem, e da tecnologia utilizada na comunicação, mas também da cultura.

¹¹⁷ “A relação dos seres humanos com o conhecimento do mundo ao seu redor se transforma completamente quando é intermediada pelas mídias digitais. As percepções, os relacionamentos e a própria atividade mental operam a partir de uma contínua intersecção com o digital. Por conta disso, nosso pensamento, assim como nosso relacionamento com a realidade e com outros seres humanos são, ao menos parcialmente, adaptados à lógica das mídias digitais.

massa, com um grau de difusão além de qualquer delírio capitalista das grandes corporações de mídia” (MARTINO, 2015, p. 128).

Na realidade, também surgem novas potencialidades para a mídia de massa e, portanto, para a sua influência na formação das visões de mundo e na cultura. Qual a implicação desse cenário? As mentes das pessoas são informadas fundamentalmente pelos meios de comunicação. Considerando as interpretações de Ortiz (1983) sobre o pensamento de Bourdieu (1930), a comunicação se dá enquanto “interação socialmente estruturada”, ou seja,

“os agentes da ‘fala’ entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é ‘tu’ que escuta o ‘outro’ como elemento complementar da interação, mas se defronta com o outro numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global”.

Essa parece ser a visão da comunicação em estruturas de comunicação unidirecionais. A partir da comunicação bidirecional, algumas mudanças acontecem, pois, embora ela não seja suficiente para desfazer as relações de poder, essas relações passam a ser influenciadas pelas novas possibilidades técnicas. A internet, por exemplo, passou a fazer parte de um cenário onde as tecnologias são usadas rotineiramente, em diversos aspectos da vida individual e coletiva. Diferentemente da televisão, que se coloca como um centro de difusão, escolhendo o que deve ser comunicado à sociedade, e cobrando “caríssimo” por cada minuto de apresentação de ideias e atores sociais (o que reduz e limita a projeção de ambos através de suas “telas”), a internet potencializa os discursos descentralizados, diversificados, que podem ser difundidos e acessados por quem faz parte da rede, mudando alguns aspectos da economia da informação, já que “com custo próximo ao de um bilhete, qualquer pessoa potencialmente pode disseminar uma mensagem por milhões de *links*” (MARTINO, 2015, p. 112).

Sobre o desenvolvimento da internet e o que nela é comunicado, esta rede conecta usuários no mundo inteiro, cobrindo todos os aspectos da comunicação humana. Os recursos encontrados na web favorecem a exploração dos conteúdos disponíveis na rede através de estratégias de combinação de trechos, que são ligados dinamicamente, enquanto o leitor navega por eles¹¹⁸. A partir dessa interação com os textos, o navegador pode tornar-se autor, criando *links* que tenham sentido para ele e que não sigam uma ordem pré-definida ou que possa ser controlada por outros, produzindo

¹¹⁸ Esse processo é chamado de hipertextualização, e entendido como a conexão ou *link* entre conteúdos, feita através do acréscimo ou modificação de nós em ações de leitura e escrita, dando origem a uma comunicação bilateral (ou multilateral, a partir de possibilidades de conexões “infinitas”), que cruza e fortalece fronteiras *online* e *offline* dentro e entre organizações.

hiperdocumentos abertos e transformando-os em poderosos instrumentos de escrita-leitura coletiva (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2000; HARVEY, 1994; PARK; THELWALL, 2008). Essa característica de descentralização da informação é importante para o enfraquecimento da perspectiva do poder proveniente dos centros de difusão, e para o reconhecimento do pluralismo e da autenticidade de outras vozes em uma sociedade considerada fragmentada. “A vida cultural é, pois, vista como uma série de textos em interseção com outros textos, produzindo mais textos” (HARVEY, 1994, p. 53). Nesses processos, as relações podem se dar entre pessoas que nem se conhecem mas compartilham referências, recriando as mensagens da mídia, e compartilhando ideias espalhadas entre vários meios ou plataformas de comunicação, como um dos aspectos da Cultura de Convergência¹¹⁹.

Enfim, esses processos apresentam as seguintes características: são influenciados pela dimensão cultural, apoiados pelas tecnologias e prescindem da ideia de que os indivíduos devem estar acostumados à linguagem dos meios digitais, para que possam ser produtores e consumidores de mensagens; a efetividade do consumo e produção de símbolos está associada ao desenvolvimento da competência informacional¹²⁰; o conhecimento e as ações na rede podem influenciar as transformações nas condições de vida em sociedade, entretanto, isso acontece de forma indeterminada.

Mesmo que se reconheçam todas as mudanças na comunicação como importantes, principalmente a nova relação entre consumo e produção de mensagens, que altera o circuito emissor-receptor, o uso da internet requer uma análise reflexiva quanto às questões de poder¹²¹, à legitimação dos discursos, às disparidades de alcance e às questões técnicas de acesso e qualidade dos recursos, já que novos mecanismos de poder têm força para criar polos de dominação na rede. O senso comum tende a ver as redes, principalmente a internet, como uma arquitetura tanto horizontal, na qual todos os nós teriam o mesmo peso na construção das ligações e não haveria hierarquia na troca de informações, quanto aleatória, garantindo que quando um nó é desconectado, os outros poderiam continuar funcionando da mesma maneira. Entretanto, as redes

¹¹⁹ A convergência cultural acontece na interação entre indivíduos que, ao compartilharem mensagens, ideias, valores e mensagens, acrescentam suas próprias contribuições a isso, transformando-os e lançando-os de volta as redes (MARTINO, 2015). As mensagens podem ser consensos ou contradições, que se reúnem em virtude das conexões entre os nós da rede.

¹²⁰ Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação.

¹²¹ Deve-se ter cuidado com a ideia de “reapoderamento”, de forma que esse não se converta em um novo “desapoderamento”, e a emancipação em uma nova opressão (BAUMAN, 1998).

apresentam um grande número de espaços desconhecidos, e um pequeno número de nós responsáveis por uma quantidade “imensa” de conexões e, uma vez desconectados, levariam junto inúmeros outros, em uma reação em cadeia, o que aumenta consideravelmente sua importância. Esses nós mais importantes agregam dados e informações, podendo ser pessoas, organizações ou empresas (como exemplo o *Google*, os grandes portais de notícias ou *sites* de jogos *online*) com alto número de conexões, e transitam entre vários grupos sociais (MARTINO, 2015).

Ou seja, qualquer meio de comunicação, inclusive a internet, por si só, não garante que receptores ou produtores anônimos estejam em pé de igualdade, entre si, ou em relação à indústria cultural. Ao contrário, há muitas desigualdades¹²² entre os nós que compõem as redes, e assim sendo, a criação de um lugar no ciberespaço, como um site, não é garantia de visibilidade, mas o número de conexões sim. Não precisamos ir muito longe para ver que a ideia de que na rede “todos são iguais” não se sustenta¹²³. Se fossem garantidas as mesmas condições de infraestrutura e capacidades cognitivas para produção, consumo e publicação, seria mais fácil falar de igualdade em acesso e apropriação e, portanto, em potencialização das suas características democráticas. Porém, há desigualdades importantes na internet: disparidade geográfica na sua difusão; dentro dos países ou regiões, desigualdade social, racial, de gênero, etária e espacial; também em relação a aspectos como escolaridade, renda, rural/urbano. Essas disparidades podem ser atestadas, por exemplo, por indicadores divulgados pelo Governo do Brasil, e também podem ser vistas em campo, sem que sejam exceções, conforme vivenciamos no IFPB¹²⁴.

¹²² Por exemplo, o poder embutido nas ferramentas de busca, que podem condicionar a leitura da consulta aos conteúdos, como forma de atender interesses variados (inclusive financeiros) no *ranking* da páginas. Enfim, quanto mais genérica a opção de busca por palavra chave, mais difícil conseguir se colocar em um bom lugar no ranking, quando se é “pequeno” ou “desconhecido”.

¹²³ Contrariando essa ideia, podemos, por exemplo, comparar o número de acessos a um portal de notícias famosos, e a um espaço alimentado por alguém “desconhecido”, como o canal do YouTube ou o perfil no *Facebook* do Programa P2 do IFPB. Por mais que os membros desse programa se esforçassem em ações de divulgação do espaço e na construção de *links online*, ao longo do trabalho de campo, pudemos ver o trabalho ansioso dessas pessoas acompanhando os indicadores de acesso aos conteúdos postados, que poucas vezes chegaram a centenas de “visualizações” e “curtidas”, o que embora os desanimasse em alguns momentos, não enfraquecia a luta e a resistência, a busca por novos consumidores e colaboradores para os conteúdos reflexivos da Educomunicação.

¹²⁴ Em campo pudemos perceber o empenho de uma escola pública, localizada em um território de baixo poder econômico, para construir conteúdos culturais em forma de materiais educacionais sobre valorização da cultura de pesca, reflexões sobre aborto, racismo e negritude, violência doméstica, temas transversais importantes para o contexto comunitário local, entretanto, as ações de professores e alunos ativistas eram dificultadas pela ausência de componentes técnicos, como a falta de internet no laboratório da escola, o que dificultava levar suas visões de mundo para outros professores e alunos, pais e pessoas da região, potenciais interessados em suas ações. Também pudemos constatar a ausência de internet e de

Com relação à legitimidade dos discursos, a internet não representa o fim da desigualdade nas representações e da exclusão, o que continua acontecendo em termos quantitativos e qualitativos, através do exercício de poder da mídia, que fala pelo capital e pelo Estado.

“Alguns países, por exemplo, estão presentes quase todos os dias no noticiário, enquanto outros raramente aparecem. Mais ainda, alguns povos tendem a ser representados, a partir de pontos de vista negativos, como agressivos, bélicos, ou potencialmente perigosos para todos os outros. Essas representações, por menos relações que mantenham com a realidade, constituem a realidade mediada a partir da qual se conhece o mundo” (MARTINO, 2015, p. 248-249).

Quando fala sobre o “direito à palavra”, Bourdieu nos diz que aqueles que falam “possuem a disponibilidade de exercer um poder sobre outros para quem a palavra foi cassada”, que passam a ser passivos na comunicação. “A assertiva ‘escutar é crer’ pode ser interpretada da seguinte forma: aqueles que escutam compõem os elementos complementares da comunicação, mas, na medida em que a interação implica uma relação de poder, eles representam o polo dominado, pois não possuem direito à palavra” (BOURDIEU, 1930, p. 13-14). Por outro lado, nas sociedades contemporâneas, evidenciam-se as reivindicações pelo uso de TIC, em termos de comunicação e ação. As pessoas querem divulgar suas visões de mundo, constituir contrapoderes, e isso nós podemos presenciar em campo. No ambiente digital, novos fatos estão sendo descobertos diariamente, mais feedback do público está sendo integrado, mais vozes estão sendo ouvidas, mais perspectivas diversas sobre as mesmas notícias estão sendo apresentadas, mais histórias estão disponíveis, arquivadas e pesquisáveis por longos períodos de tempo, mais homens e mulheres de poder estão sendo vigiados mais de perto, e mais pessoas estão envolvidas mais ativamente com as mudanças no mundo (VAN DER HAAK et al., 2012). Através dessas potencialidades, as TIC permitem objetificar uma parte do real em um componente técnico (CASTAÑEDA, 2016).

A internet potencializa a ideia de discursos abertos, narrados por atores sociais diversos, que podem falar ao mundo sem intermediários e opor suas interpretações a outras, competindo por espaço, gerando conflitos ou articulações. Ou seja, vozes antes silenciadas passam a influenciar novas interpretações e a construção da realidade, disputando a legitimidade das narrações que geram o conhecimento necessário para aprendizado sobre o passado e para a criação de prospecções sobre o futuro, sejam

centros de ID em comunidades rurais, o que dificultava a visibilidade dos agricultores e das comunidades em geral, pelos territórios geograficamente vizinhos, e pelo resto do mundo.

personais, sociais ou políticas. Através da internet, esses registros podem ser propagados, a fim de criar uma rede de solidariedade, identificação e denúncia capaz de mudar a narrativa dominante tecida pela mídia corporativa, seletiva quanto a questões. Para essa mídia, não interessa, por exemplo, o campo de lutas e mobilizações que possam desestabilizar os seus interesses.

O que a ID pretende resolver? Dar voz, qualificação, acesso, conteúdo social e político para ações. Durante o período de desenvolvimento da tese, foram acessados diversos projetos que vêm sendo desenvolvidos em várias perspectivas, e que introduzem novas formas de pensar o uso das TIC, como vários que vimos na literatura (e que podem ser acessados através das referências da tese), alguns que foram percebidos nas propostas do governo ou de instituições de ensino e pesquisa (através das notícias acessadas nos portais) e outros que foram iniciados/desenvolvidos no IFPB, através do P2¹²⁵. Essas novas ideias divulgadas pelos projetos ajudam a promover um novo uso para as TIC, novo *habitus* pois tendem a quebrar a ideia “vazia” de uso de TIC, colocando essas tecnologias em contextos sociopolíticos ou culturais. Esses projetos estimulam a reflexividade sobre supostos modelos padronizados de uso de TIC¹²⁶ que atendem “ao capital”, e reforçam o desfazimento de uma suposta “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, na qual a distribuição dos bens materiais e simbólicos se dá de forma desigual e as “escolhas” tendem a reproduzir as relações de dominação. Em outras palavras, a reflexividade deve ser aplicada sobre normas, valores e sistemas de classificações históricos preexistentes que alimentam as representações sociais, deixando o terreno fértil para possibilidades de novas escolhas.

Pensando sobre a diversidade de recursos disponíveis na internet (busca, transferências de arquivos por *upload* e *download*, correio eletrônico, conferências eletrônicas e redes sociais, entre outros), entendemos que estes possibilitam a criação de sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo, facilitados pelo acesso em tempo real, caráter interativo, participativo, impertinente e lúdico desta plataforma. Percebendo as potencialidades da rede, a cada ano mais línguas, culturas e variedades surgem na internet. Reforçando os pressupostos ideais da cibercultura, essa articulação

¹²⁵ Como aqueles em que este programa estimulou a produção e divulgação de conteúdo para internet, em escolas, comunidades ou grupos sociais, com foco em cidadania ativa, além de ter seus próprios canais de comunicação nessa rede, abertos, utilizados para compartilhar sua ideologias através de ativismo político-cultural *online*.

¹²⁶ A ID seria um projeto estruturante, algo do tipo consumo de TIC com apelo a cidadania? É preciso sair dessa “gaiola” e pensar a ID com possibilidades libertadoras.

que dispensa intermediários e fornece abertura para diversas vozes antes silenciadas, possibilita o empoderamento do indivíduo.

Todos esses elementos juntos motivam e promovem o uso da internet, em cenários e perspectivas diversificadas, e creio que por isso tenha sido possível identificar, através desta tese, tantos projetos em prol de comunicar ao mundo pensamentos, ideais, sobre grupos sociais distintos, principalmente voltados a valorização do que ainda é visto como “menor”, e que buscam o empoderamento social de mulheres, comunidade LGBT, negros, indígenas, quilombolas, comunidades rurais, entre tantos outros temas que inquietam analistas ou ativistas sociais.

Como então o digital ressignifica a cultura e transforma seus processos a partir da internet? A cultura digital, fortalecida a partir da internet, apresenta as seguintes possibilidades: capacidade de comunicar ou misturar produtos baseados em uma linguagem comum digital; capacidade de comunicação do local ao global em tempo real e vice-versa; existência de múltiplas formas de comunicação; interligação de todas as redes digitais e seus bancos de dados; capacidade para reconfigurar todas as configurações criando um novo sentido nas diferentes multicamadas dos processos de comunicação; constituição gradual da mente coletiva pelo trabalho em rede através de um conjunto de cérebros sem limite.

Em tempos de transformações paradigmáticas, de desconstrução das identidades aglutinadoras e de valorização de uma lógica mais participativa e democrática possibilitada pela internet, os centros de difusão e a mensagem em mão única não expressam a cultura da era da informação. Em tempos de internet, todos devem poder escolher o que consumir da mídia e poder manifestar suas visões de mundo a partir dela, inclusive os computadores em seu formato em rede já foram inspirados em uma “cultura” bidirecional.

1.2.6) Relações Multidimensionais, Poder e Contrapoder

Nas sociedades contemporâneas, a complexidade das relações entre os agentes que constroem os processos e a vida humana em geral é uma característica evidente. Vivendo o Século XXI, percebemos um tecido social permeado por perspectivas e interesses diversos, e parcialmente orientado por aspectos comuns às sociedades modernas, como aqueles econômicos provenientes do processo de globalização, mas parcialmente orientado por aspectos próprios, como aqueles ligados à cultura. Esses conjuntos de fatores, embricados em sociedades específicas, dão origem à teia de

relações multidimensionais em redes¹²⁷, em contextos de mundo, países, regiões, cidades ou qualquer outro escopo social.

Perceber essa multidimensionalidade nas redes foi algo que nos ajudou a pensar como a política pública de ID e as redes no IFPB conectavam diversos tipos de agentes (comunidade, empresas, organizações públicas, agências reguladoras), interesses, em perspectivas diversas. Uma vez que as políticas públicas se predispõem a “resolver problemas” ou desenvolver ações para um público bem maior, em contextos mais diversificados, a visão da multidimensionalidade se torna indispensável, no sentido de que as ações de ID, por exemplo, penetram ações em saúde, educação, assistência social, relação Estado – sociedade, e nas diversas áreas humanas, sendo imprescindível que se pense nas interfaces entre elas, e nos atores envolvidos, de forma que as ações multidisciplinares se configurem como possibilidades mais efetivas de transformação social, sendo realizadas a partir de teias e conexões eficazes.

Deve-se refletir sobre o lugar de poder nas redes multidimensionais que representam as relações institucionais das sociedades contemporâneas. Se o poder é a capacidade relacional, através da qual, pessoas ou instituições podem impor sua vontade aos outros, vivendo uma sociedade conectada, podemos dizer que o poder está nas conexões¹²⁸ e, portanto, na rede, que embora seja dinâmica, flexível e horizontal, em termos de estrutura, ainda permite a constituição de centros de poder. Esses centros de poder podem trabalhar com alguns propósitos específicos e relacionados: a rede global define padrões para decidir quem pode ser incluído na sociedade global, para impor as regras de inclusão; atores e organizações incluídas nas redes e que constituem o núcleo da sociedade em rede global, atuam sobre coletivos humanos e indivíduos que não estão incluídos nessa rede; o poder também é trabalhado dentro da rede, exercido por umas pessoas sobre as outras, através de formas e processos específicos para cada rede; redes específicas são programadas de acordo com interesses e objetivos de programadores, e para criar alianças estratégicas de rede que preservem o poder dos dominantes

¹²⁷ Em Castells et al. (2011) acessamos um estudo que nos ajudou a perceber a importância do conceito de multidimensionalidade em redes, uma visão que retrata essas estruturas através de vários tipos de conexões entre as suas entidades. A abordagem unidimensional, por sua vez, apresenta visões fragmentadas sobre as redes, a partir de algumas perspectivas ou relações específicas entre agentes.

¹²⁸ Como as conexões em geral são criadas a partir de *objetivos* comuns, a reunião de “nós”, sejam pessoas, grupos, corporações ou mesmo países, não obedece a nenhuma fronteira prévia. Em escala macro, por exemplo, as grandes corporações ultrapassam as fronteiras nacionais na expansão de seus negócios. Ao mesmo tempo, em escala micro, movimentos sociais ultrapassam fronteiras políticas, bem como distâncias locais, conectando interessados em mudanças. Em uma sociedade em rede, o poder é exercido também a partir de redes, é o poder da comunicação (MARTINO, 2015).

(CASTELLS et al., 2011). Ainda deve-se reconhecer o contrapoder, o combate ao exercício de poder nos quatro lugares das redes estabelecidas.

Ou seja, o poder deve ser visto tanto pelo lado dos processos que desejam manter a dominação ou apoderar-se de posições estruturais de dominação, quanto pelo lado dos processos de luta que resistem à dominação e propõem alternativas que valorizem interesses e projetos que estão excluídos ou subrepresentados nos programas das redes. Entendendo que a rede mundial é composta de subredes regionais ou locais, chega-se à ideia de que a desconexão de partes excluídas ou que se excluem por falta de identificação com os objetivos maiores (por exemplo, a globalização), não obrigatoriamente estarão isoladas, podendo estar trabalhando seus próprios objetivos em metaprogramas ou meta-redes (como exemplo, as redes em que se desenvolvem os fundamentalismos)¹²⁹.

Em outras palavras, as relações de poder precisaram se redefinir, através de novas formas e de novos tipos de atores, em função da interdependência imposta pela conformação social em rede. Nessas novas dinâmicas, dois tipos de atores sociais têm importância fundamental para consolidação do poder: os programadores e os comutadores. Ambos operam na interface entre os vários agentes sociais, definidos em termos da sua posição na estrutura social e na estrutura organizacional da sociedade.

A capacidade de programação e reprogramação dos objetivos da rede é decisiva, porque uma vez programada, a rede tem maior capacidade de operar de forma eficiente e se reconfigurar em termos de estrutura e de nós para alcançar os seus objetivos. As formas como as redes são programadas representam processos específicos, diferenciando-se para finanças, poder militar, pesquisa científica, crime organizado, esporte, por exemplo (DUARTE; QUANDT; SOUSA, 2008). No entanto, todas as redes compartilham um traço comum: possuem ideias, visões, projetos e programas, que são materiais culturais. As ideias podem estar relacionadas a subculturas específicas (por exemplo, um tipo de estrutura econômica, religiões, identidades culturais, e similares). Essas ideias são processadas na sociedade de acordo com a forma como elas são representadas no âmbito da comunicação, e chegam aos “eleitores”, “círculos de leitores” ou “pontos” de cada rede, dependendo do nível de exposição desses pontos aos

¹²⁹ A partir de redes, o contrapoder também é exercido. As redes humanas são articuladas através da programação e comutação de redes organizacionais (CASTELLS, 2011; CASTAÑEDA, 2016). A programação é a capacidade de construir e (re) programar as redes para atingir os objetivos específicos de cada rede. A comutação (ou conexão) é a capacidade de conectar redes procurando garantir a cooperação de redes diferentes, ao compartilhar objetivos comuns, combinar recursos, bem como afastar a competição de outras redes, por meio da cooperação estratégica.

processos de comunicação. Nesse cenário, os processos de comunicação são mais eficazes em termos de persuasão e obtêm mais sucesso em convencer as pessoas sobre o fato de que os projetos dos seus candidatos a programadores da rede devem prevalecer sobre os de seus concorrentes.

Quanto aos comutadores, esses atores sociais são responsáveis pelo controle dos pontos de conexão entre as várias redes estratégicas¹³⁰. Então, a programação das redes dominantes da sociedade precisa definir metas compatíveis entre as subredes, enquanto a comutação precisa garantir a conexão dos atores sociais, induzindo a sinergia e limitando a contradição. Uma das bases teóricas discutidas pelos autores envolvidos com trabalhos que estudam os mecanismos de poder na rede é a teoria *gatekeeping*, que investiga os vários processos pelos quais os nós são incluídos ou excluídos na rede¹³¹.

Analicamente, os processos de manutenção de dominação e de contrapoder configuram a estrutura de poder através da sua interação, uma vez que embora sejam distintos, operam na mesma lógica. Trabalhando contra a dominação, a ação coletiva dos movimentos sociais, dos movimentos de resistência, sob suas diferentes formas, visa introduzir novas instruções e novos códigos nos programas das redes. Quanto aos processos de comutação, esses podem ser diretamente afetados por ações de bloqueio aos comutadores. Ou seja, a resistência ao poder também ocorre através de redes que se baseiam em TIC. No contexto das redes, os comutadores são decisivos para a ampliação e a força dos poderes e contrapoderes. Em uma sociedade em rede, a tensão entre os poderes e contrapoderes e suas estratégias interferem na configuração social¹³².

Pode-se citar, por exemplo, como as redes de comunicação de massa e as redes de autocomunicação de massa disputam a influência sobre a mente humana e as visões sociais de mundo, e sobre as decisões de empresas e governos, em resposta a algum tipo

¹³⁰ Um exemplo de comutação pode ser as ligações entre as redes de liderança política, as redes de mídia, as redes científicas e tecnológicas, e as redes militares e de segurança para afirmar uma estratégia geopolítica, ou a conexão entre redes políticas e redes de mídia para produzir e difundir discursos político-ideológicos específicos. Uma vez que na configuração em rede não há um único ponto de poder, sistemas de poder complexos precisam ser negociados e estabelecidos entre as subredes.

¹³¹ A teoria alerta para o papel chave exercido pelos programadores da rede, no sentido de liberar ou não os "nós" para entrar na rede, na imposição através do poder coletivo exercido por algumas redes em detrimento de outras, ou de uma rede sobre unidades sociais desconectadas. Alguns atores sociais podem estabelecer a sua posição de poder, constituindo uma rede que acumula recursos valiosos e, em seguida, através do exercício de *gatekeeping*, barrar o acesso àqueles que não agregam valor à rede ou que ponham em perigo os interesses dominantes nos programas da rede. "No caso da mídia, o *gatekeeper* é a pessoa, ou grupo de pessoas, responsável pela seleção de informações que chegarão ao público" (MARTINO, 2015, p. 265).

¹³² Em suas obras, Castells et al. (2011) e Castells (2011) buscam entender a dinâmica de poder nas redes e apresentam várias reflexões sobre trabalhos relacionados.

de clamor social manifestado na internet. Através delas, e de forma multidimensional, os poderes e contrapoderes tentam ganhar força e se estabelecer, uns sobre os outros, e diante dos atores sociais. “Dependendo da importância da questão, o grau de engajamento *online* pode ser alto o suficiente para se opor a decisões políticas e econômicas, bem como a grandes corporações, a partir da atividade conjunta dos indivíduos conectados” (MARTINO, 2015, p. 114).

Enfim, o poder está distribuído nas redes, embora isso se dê em proporções diferentes. Esse pressuposto requer uma análise multidimensional, de forma que se possa tentar determinar a fonte do poder não como uma entidade única, mas sim como uma teia de interesses e instrumentos de manipulação física e psicológica. Pensando o sistema econômico capitalista, por exemplo, podemos perceber as ações de ID dependentes de mercado, de governos e da mídia (inclusive das relações de poder entre eles) em termos de regulamentações e políticas.

“[...] os próprios governos estão conectados em redes complexas de governança global imperfeita, condicionados pelas pressões de negócios e de grupos de interesse, obrigados a negociar com a mídia que traduz as ações do governo para os seus cidadãos, e periodicamente atacado por movimentos sociais e expressões de resistência que não recuam facilmente para os quartos do fundo no final da história. [...]” (CASTELLS, 2011, p. 775-776, tradução nossa).

Embora concorde com essa explicação de multidimensionalidade, discordamos da ideia de que os governos são “obrigados” a negociar com a mídia ou com o mercado em geral. No Brasil, consideramos que vários governos têm interesse nas negociações com essas partes, em função do estabelecimento das redes de poder político-econômico e riqueza pessoal.

Toda essa explicação sobre poder na sociedade em rede deixa explícita a importância dos processos de comunicação, em virtude das muitas fontes de opressão (de diversas formas, espalhadas e atuando sobre os grupos), assim como muitos focos de resistência à dominação. Embora seja histórica a referência ao poder do Estado através do monopólio da violência, em tempos de TIC o poder se exerce mais pelo enquadramento das mentes, influenciando a forma como as pessoas pensam sobre as instituições e reconhecem o seu lugar e o dos demais, como se relacionam com a cultura e a economia de sua sociedade, o que requer contrapoderes ou revoluções a partir da informação, da geração de consciência crítica¹³³.

¹³³ O processo de globalização vivido pela sociedade em rede informa que a construção de significado opera em um contexto cultural que é simultaneamente global e local, e caracterizado por uma grande diversidade, o que traz um grande número de elementos a ser combinados e processados pelos sujeitos

Através das tecnologias, esses processos se dão nas redes globais e/ou locais de comunicação, que podem ser verticais ou horizontais. A difusão da tecnologia amplifica o poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem, utilizando-a não simplesmente como ferramentas, mas como partes de processos sociais. Sobre o novo sistema de comunicação, tem como características fundamentais: é versátil, diversificado e ilimitado, integrando mensagens e símbolos de todas as fontes; representa um mundo de autocomunicação de massa (construído sobre a internet, favorecendo as redes digitais de comunicação horizontal), onde a diversidade de formatos é a regra, reduzindo a influência dos padrões enquanto fonte de poder; a digitalização amplifica a difusão da mensagem e dificulta o controle¹³⁴, em contraste com o poder tradicional da comunicação de massa, que formata uma “mensagem convincente” para o público, de acordo com sua estratégia corporativa. Entretanto, o controle dos governos (susceptível aos acordos com grupos dominantes) sobre a comunicação e, mais especificamente, a internet, deve ser considerado como potencial exercício de poder e dominação.

Em outras palavras, embora as teorias informem sobre as potencialidades da autocomunicação e da liberdade das redes, especialmente através da internet, não se pode ignorar que o poder para institucionalizar e regulamentar as redes em geral está em mãos do Estado, que ou não atende às expectativas dos seus representados, ou valoriza aquelas de alguns poucos deles. Ainda é preciso estar atento ao poder da comunicação da mídia vertical, impositiva, orientada por valores econômicos de um sistema de produção capitalista que se baseia na exploração, age sobre a desigualdade, manipula a sociedade em torno dos objetivos de alguns poucos que compõem a “elite de dominação”. Enfim, deve-se levar em consideração a influência de alguns atores sociais, principalmente donos e controladores de corporações de mídia, empresas relacionadas e Estado, sobre “o quê é institucionalizado” e “como é institucionalizado”, pois eles detêm os meios financeiros, jurídicos, institucionais, e tecnológicos que articulam e condicionam as decisões¹³⁵.

sociais. Ou seja, os artefatos de comunicação fornecem a base para que a mente humana trabalhe, interpretando esse material para construção do significado.

¹³⁴ O que é positivo, quando se deseja difundir a mensagem, mas devastador quando não se quer fazê-lo.

¹³⁵ Essa percepção não é novidade. Quando novas mídias aparecem, em diversos momentos históricos, novas estratégias para uso desses materiais são estabelecidas, de forma a massificar a visão de mundo dos seus usuários e assim manter a dominação sobre eles. Mas há algo novo com a chegada da internet, e dos pressupostos da cibercultura: as mídias dessa nova era potencializam a descentralização, a comunicação horizontal, a liberdade de opinião e a percepção de ideias contraditórias, o consumo de ideologias adversas às estratégias de dominação; os atores sociais passaram a atuar em uma plataforma tecno-social

Como últimas reflexões sobre a comunicação, Bourdieu nos inspirou a pensar as TIC e, particularmente, a internet, em termos de poder, como a “divisão do campo social em dominantes e dominados”, representado pela distinção entre ortodoxia (práticas que pretendem conservar intacto o capital acumulado) e heterodoxia (práticas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo). Colocando em diálogo, também as ideias de Foucault (citadas por Harvey) sobre as bases do poder, passamos a ter a relação entre poder e conhecimento como um tema central. Segundo Harvey (1994), um exame minucioso da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos revela que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (“discursos”) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares¹³⁶.

Essas reflexões se tornam importantes, particularmente, em cenários que atribuem à ID expectativas de inclusão social e de promoção da cidadania, de forma que se possa observar que conceitos são tratados, e a forma como se pretende garantir que a realidade pretendida se faça. Por fim, faz-se importante analisar a coerência entre o que de fato se fazia necessário, o que foi proposto e ainda o que foi alcançado¹³⁷. Trazendo essas ideias para pensar os processos de ID, exercitamos pensar a base dos discursos dominantes como a “inclusão social” e a ortodoxia como o “consumo de TIC no faz de conta de uma inclusão social”, como exemplo, considerando a ID apenas como o desenvolvimento das habilidades técnicas de uso de TIC, o que convém aos dominantes e é reproduzido em termos institucionais, em diversos espaços sociais que representam mídia, família e até escolas e universidades. Já a heterodoxia, poderia ser representada pelo uso reflexivo e crítico dessas tecnologias, aplicado a contextos políticos, culturais, sociais e econômicos, onde “roubar *wifi*”, poderia ser um exemplo de subversão dos dominados, em forma de resistência.

aberta, permitindo que as formas de resistência individual e coletiva se desenvolvam, amparadas por um discurso que se desenvolve como parte das subculturas, como crítica à cultura dominante e hegemônica, como vozes alternativas aos discursos e narrativas do Estado e da mídia corporativa sobre a história (FERREIRA, 2016). As características que garantem a popularidade da internet junto às pessoas (como “ter liberdade” nas redes sociais) não podem ser destruídas, já que os “interesses financeiros” prescindem de usuários para a rede.

¹³⁶ Foucault rompe com a noção de que o poder esteja situado no âmbito do Estado, dizendo que deve ser feita uma análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos infinitesimais (sua própria história, trajetória, técnicas e táticas), e investigar como cada um deles foi e/ou continua sendo investido, colonizado, transformado, deslocado ou estendido por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global.

¹³⁷ Bourdieu (1930) considerava que a ortodoxia e heterodoxia, embora antagônicas, traziam ao campo, dominantes e dominados que eram “necessariamente coniventes, adversários cúmplices” sobre o campo, e o consenso se fundamentava “no desconhecimento, pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos”.

Generalizando essa divisão para o campo social como um todo, através do acesso a essas tecnologias e seus espaços, como exemplo, as redes sociais, as pessoas e/ou instituições (por exemplo, políticos, representantes de governos e instituições em geral) confrontam discursos e desenvolvem ações, e assim o polo dominado manifesta seu inconformismo através de estratégias heterodoxas que resistem à ortodoxia.

1.2.7) Sistema Político, Estado e Sociedade Civil em Rede

Há algum tempo, atividades importantes das organizações políticas têm sido a construção de redes. Em tempos de TIC, o poder político também é desenvolvido através de redes, tanto em perspectiva técnica quanto ideológica para manutenção da dominação ou exercício de contrapoder. Apesar das inovações técnicas, a política se realiza em um campo com práticas específicas, ou seja, para mudar a política, não basta que se faça uso de tecnologias, tendo-se principalmente que repensar os hábitos e valores dessa instituição, repensar como os atores sociais fazem uso das mídias em processos políticos¹³⁸.

A mídia se tornou o espaço social onde o poder é decidido, inclusive, a política, uma vez que os meios de comunicação são decisivos na formação da opinião pública que determina a decisão política, na mente humana e nas sociedades. Em outras palavras, os sistemas políticos não podem ser pensados sem que se leve em conta os sistemas de comunicação, pois a política é midiática (embora não determinada por ela), tendo a internet como uma das principais plataformas para o desenvolvimento de ideologias de manutenção de poder e contrapoder, objetivando chegar ao público dessa plataforma, cada vez mais expressivo (CASTELLS, 2007; 2008a; MARTINO, 2015). Se as redes de comunicação fornecem a plataforma para a construção de significado para os diversos atores sociais, através da produção cultural, os proprietários das corporações de mídia são parceiros imprescindíveis para os atores políticos, que precisam de acesso à comunicação para construir sua imagem e sua relação com os cidadãos. Em troca, esses atores políticos articulam a diversidade de interesses que apoiam o projeto para maximizar sua autonomia política, e passam a representar os valores e interesses dos seus grupos financiadores (que além da mídia, podem ser organizações religiosas, empresas corporativas, o complexo militar-industrial). Uma vez no poder, eles são os programadores de processos políticos que atendem os interesses

¹³⁸ Como estratégias de dominação, por exemplo, dão-se as relações que se baseiam em troca de interesses de mídia por interesses políticos (ambos motivados pela perpetuação da dominação em nome de benefícios individuais, principalmente econômicos).

dos seus patrocinadores, embora passem a imagem de representação dos seus eleitores¹³⁹. “A política de mídia é o mecanismo fundamental pelo qual o acesso ao poder político e construção de políticas opera¹⁴⁰” (CASTELLS, 2011, tradução nossa).

Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, contrariando esses projetos, outros atores políticos exercem contrapoder, desafiando as instituições com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses, através da dinamicidade dos cenários políticos prospectados a partir de diferentes visões de mundo e na formação das alianças ou disputas em defesa de perspectivas culturais, sociais, políticas e econômicas, e ainda tecnológicas (referente ao uso das TIC nos processos humanos). Na sociedade em rede influenciada por TIC, a arena política está sempre estabelecida: os atores políticos se encontram em constantes debates, e as suas visões de mundo, se antagônicas ou diversificadas, em permanente disputa pela agenda política¹⁴¹.

No Brasil, a participação política da sociedade civil é desenvolvida através de ações coletivas organizadas e realizadas por diferentes agentes, em vários espaços de participação (como conselhos e fóruns sociais) e formas de organização e composição, para a atuação de grupos na defesa de seus interesses, tendo na democracia o seu pressuposto básico e na participação cidadã seu principal instrumento de ação. Sentindo o clamor dos problemas sociais, a sociedade civil pode trazer à arena demandas que contradizem os objetivos dos poderes estabelecidos, dando início a uma batalha ideológica e/ou material pela defesa das suas visões de mundo e por ações que as concretizem de alguma forma. Podemos dizer então que as relações de poder refletem

¹³⁹ Se não há consenso quanto aos projetos políticos, dão-se as coalizões ou competições no jogo por interesses próprios.

¹⁴⁰ Pode-se então dizer que a estrutura de poder político de dominação requer três tipos de construção que devem se complementar: a construção do sentido em que o poder se baseia, produzida pela grande mídia corporativa; atores políticos que projetem as expectativas de dominação através do Estado, de políticas institucionalizadas e legitimadas; a constituição e atualização de todas as demais construções que apoiem esses projetos de poder.

¹⁴¹ No contexto de forças sociais antagônicas e, portanto, das disputas de poder entre os atores sociais e políticos, a sociedade civil representa o movimento de reunião em torno de valores e interesses comuns e da luta conjunta pela defesa da cidadania (PENTEADO, SANTOS E ARAÚJO, 2014; SCHERER-WARREN, 2006); por outro lado, o Estado e o mercado são agentes prioritariamente voltados às racionalidades de poder, da regulamentação e da economia; salienta-se que o mercado exerce poder e influência sobre as decisões tomadas pelo Estado, especialmente em contextos de instituições que respiram a política em forma de troca de favores, de benefícios e interesses próprios. Para que esses atores possam interagir, surge o conceito da esfera pública como o espaço de comunicação de pensamentos e projetos que emergem da sociedade e que são dirigidas aos tomadores de decisão nas instituições da sociedade. “As relações entre sociedade civil e governo e sua interação através da esfera pública definem a política da sociedade” (CASTELLS, 2008b, tradução nossa).

os conflitos sociais provenientes da diversidade e da contradição das ideias e dos processos que envolvem as relações humanas e afetam a pluralidade de atores sociais¹⁴².

Seguindo a lógica das conexões contemporâneas, a sociedade civil organizada (associativismo local, articulação interorganizacional, mobilizações na esfera pública e grupos de apoio financeiro) tende a agir no formato de rede, articulando-se com outras redes de movimentos sociais e atuando por meio da formação de parcerias¹⁴³. O movimento social se dá a partir da identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, que por sua vez definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. A compreensão, o julgamento e a retificação da “realidade” implicam na necessidade de acesso a informações e, preferencialmente, apropriação destas para que se possa conhecer, avaliar e transformar essa realidade¹⁴⁴.

Com o crescimento populacional e a complexificação das estruturas sociais, tornaram-se mais diversificados e numerosos os relacionamentos sociais. Esses aspectos sugerem que as ações coletivas sejam desenvolvidas de forma cada vez mais sistemática, e realçam a importância de essas redes se manterem abertas para reconfigurações do mundo dinâmico, como forma de criarem vínculos fortes no sentido de atuarem em contato com a estrutura do Estado, interferindo na formulação e na implementação das políticas públicas, influenciando ou constringendo as tomadas de decisão através das conexões e tensões entre os nós (PENTEADO, SANTOS E ARAÚJO, 2014). Se a lógica das redes ajuda a entender a forma como a sociedade civil organizada se articula e atua, social e politicamente, caracterizada por uma arquitetura reticular, capilarizada (penetrando as instituições, infiltrando-se na sociedade e aumentando a sua abrangência), flexível (configurando-se e se reconfigurando de forma dinâmica, buscando se adaptar às necessidades da rede) e com capacidade para a formação de parcerias (devido às características anteriores e em função da propensão ao

¹⁴² Talvez a sociedade brasileira esteja “cada vez mais política”, em virtude das crises nos sistemas tradicionais de democracia representativa, que se dão no Brasil e no mundo (COLOMBO, 2015). Um elemento propulsor dessa crise é a percepção de que grande parte da classe política no Brasil está separada da cidadania, envolta em práticas de corrupção, sendo esse cenário cada vez mais evidente, já que as pessoas têm mais acesso à informação. Esse contexto afasta a sociedade civil e os seus representantes políticos.

¹⁴³ Assim sendo, a ação coletiva representa não atores e agentes que agem em contextos específicos, mas fluxos contínuos que mobilizam conjuntos compostos por pessoas e objetos que se inter-relacionam, formando um ator-rede (CASTAÑEDA, 2016).

¹⁴⁴ Enquanto articulação em rede, os principais objetivos da sociedade civil são: aumentar sua visibilidade e sua capacidade de atuação e arrecadação; ampliar assim seu poder de influência para produzir conquistas na esfera pública e contribuir para o desenho e a implementação de políticas públicas; configurar uma nova lógica de atuação mais institucionalizada e organizada em rede.

trabalho interativo e colaborativo em nome de interesses comuns), por sua vez, as tecnologias potencializam os efeitos sociais nessas redes, atuando como ferramenta e espaço para as práticas políticas, abrindo novas possibilidades para a construção da relação Estado-sociedade civil, ampliando os mecanismos de democracia, principalmente de práticas participativas.

Na sociedade da informação e do conhecimento, surgem as redes sociotécnicas que se realizam principalmente a partir da internet, através de um conjunto de tecnologias, práticas e contextos, que permitem estabelecer novas conexões e associações na composição de coletivos políticos heterogêneos, sendo capaz de acelerar, viabilizar ou facilitar uma ação coletiva. Nesse contexto, a ação coletiva deve se voltar, de um lado, para a produção de códigos culturais e, de outro, para inserir novas informações, práticas e atores-rede no sistema político¹⁴⁵. As TIC permitem reconfigurações de formas de ação coletiva, novas modalidades de mobilização, engajamento e participação, e potencializam a reprogramação das redes (mudanças sociais) a partir dos novos símbolos produzidos.

Refletindo sobre a forma como a internet redefine as relações entre Estado e sociedade civil, Pentead, Santos e Araújo (2014) sugerem que as redes sociotécnicas podem representar uma inovação das relações políticas, que deixam de possuir uma estrutura burocrática, centralizada e autoritária, definindo uma estrutura mais permeável à intervenção cidadã, e, portanto, menos rígida, mais descentralizada e democrática. Ou seja, falar em TIC e na forma como elas permitem a aproximação entre Estado e sociedade civil sugere muito mais a ressignificação dos valores e processos humanos, das mudanças nas construções culturais, uma vez que em termos técnicos as TIC viabilizam a abertura política e ampliação da esfera pública, que em muitas discussões passa a ser mundial. A internet possibilita a configuração de uma esfera pública em rede, que amplia as possibilidades de comunicação dialógica e formação de opinião. Disponibilizando um espaço de comunicação virtual de todos para todos, com acesso a um vasto banco de dados, a internet pode orientar a ação de redes sociais, organizações governamentais, empresas privadas e cidadãos comuns, que criam formas de integração da esfera pública com a privada, sustentadas pela infraestrutura comunicacional das TIC, a partir da qual seus membros produzem um sujeito coletivo que atua por meio de

¹⁴⁵ Considerando a teoria ator-rede, as redes (bem como seus programadores e conectores) podem ser analisadas como um conjunto complexo de interações entre atores sociais, como indivíduos e grupos, e objetos materiais, com destaque para as tecnologias da internet.

ações, programas e projetos compartilhados, e ampliam a capacidade de participação social, democratizando a gestão dos espaços públicos¹⁴⁶. De forma geral, através das TIC, a sociedade pode se articular e caminhar no sentido de desenvolver a inteligência coletiva e a competência informacional e assim revisitar (e talvez redefinir) elementos importantes para a dinamicidade das conformações sociais¹⁴⁷.

Sob outra perspectiva de análise do uso das TIC nas teias *online*, as relações de poder político têm sido alteradas através das trocas de significados e de constituição de poderes, na emergência da autocomunicação, ou seja, do uso da internet e das redes sem fio como plataformas para comunicação digital. “A possibilidade de uma comunicação autônoma e horizontal, que dificilmente é controlada por governos e empresas, representa uma nova dinâmica na relação entre governantes e governados e implica uma nova realidade para o exercício de pressão por parte da sociedade civil” (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014, p. 230). As redes de comunicação podem ser usadas como parte da estratégia de desenvolvimento de ações *online*, oferecendo possibilidades diversas para instrumentalização dessas ações, que podem ir desde geração e divulgação de informações (por exemplo, via internet) com vistas à qualificação do cidadão e a transparência para as ações do poder público, até a abertura para participação do cidadão no debate e nas decisões no ciclo das políticas públicas.

Nas redes apoiadas por tecnologias, o acesso à informação (narrativas, opiniões e pontos de vista) proveniente da autocomunicação transforma uma gama de processos humanos. “Saber o que está acontecendo é uma das premissas básicas da democracia: escolher e votar dependem, em alguma medida, do conhecimento dos problemas que os cidadãos têm dos problemas e questões de uma região ou de um grupo” (MARTINO, 2015, p. 114). As novas tecnologias também transformam a forma como são construídas as imagens, os “valores de representação”. Segundo Lima (2016), no ciberespaço as informações “tomam uma dimensão completamente diferente da que pode ser percebida na televisão, pois o ciberespaço permite a interação dos atores políticos envolvidos”.

Há então um paradoxo no manuseio das imagens a partir dos meios técnicos: se por um lado essa interação facilita na construção das imagens que os atores políticos

¹⁴⁶ Ressaltamos que as redes de poder construídas em torno dos Estados e sistemas políticos continuam a desempenhar um papel importante na construção global de redes de poder.

¹⁴⁷ Em nome do princípio de transparência, cada vez mais instituições, governo e cidadãos geram e disponibilizam informações na internet, permitindo que os processos públicos sejam fiscalizados, monitorados e julgados com relação aos valores sociais e leis vigentes. Por exemplo, diversos movimentos e mobilizações sociais são articulados para brigar por algo que a sociedade não aceita, sendo organizados através das plataformas das redes sociais na internet.

pretendem passar para a audiência (eleitores), por outro lado a interação maximiza os efeitos da desconstrução dessas imagens. Essa “liberdade” dada aos discursos concorrentes, somada ao aumento da capacidade de difusão e de ampliação das pessoas que os contrastam, graças aos recursos técnicos, como a internet, potencialmente produzem conflitos ideológicos que podem levar à negação de representação e, portanto, à valorização de mecanismos mais diretos de legitimação política. Existe uma relação direta entre mídia, mídia política, política do escândalo e crise de legitimidades política (CASTELLS, 2008a).

Em virtude das possibilidades técnicas de conexão, novos modelos de interação entre Estado e sociedade podem ser construídos, considerando a gestão participativa e outras ações de representação direta. Nesse novo espaço, a participação não depende da presença física do cidadão em um lugar específico, mas de dispositivos móveis de conexão, como *tablets* e *smartphones*, que já integram o cotidiano, e assim a cidadania atravessa o mundo material e digital, as “esferas públicas ágeis”, onde postagens de textos, áudios e vídeos, “curtidas” ou “descurtidas”, sejam em portais institucionais ou redes sociais, apresentam postos de vista sobre práticas e modos de vida, convergentes ou divergentes, delineando novas formas de engajamento cívico em torno de questões públicas. Carvalho (2016) observa que uma das formas mais tradicionais de visibilidade de diferentes lutas políticas é tomar as ruas, mas isso não quer dizer que a “rua” esteja desassociada das tecnologias¹⁴⁸.

De forma ampla, a grande popularidade da internet enquanto TIC talvez advenha das possibilidades que inaugura em termos de aspectos sociopolíticos: os mecanismos comunicacionais da internet criam a oportunidade para que grupos possam se engajar na vida pública, defender seus interesses, afirmar suas identidades coletivas, participar do debate público, promover e organizar manifestações (virtuais ou presenciais) e criar mecanismos de controle social (transparência das ações públicas e *accountability*).

Essas possibilidades sinalizam várias perspectivas de benefícios sociais: o fortalecimento da democracia; o surgimento de autocomunicação de massa, sem intermediários da grande mídia, o que permite uma maior participação dos cidadãos, promovendo os movimentos sociais e as políticas alternativas; a constituição de uma

¹⁴⁸ Embora haja na literatura sobre TIC uma grande discussão sobre a internet, no sentido de separação espacial de um universo *offline/real/presencial* de um universo *online/virtual* à distância, concordamos com o autor, acreditamos que os avanços contínuos das tecnologias e das possibilidades de acesso à internet constroem um cenário que não se separa do físico.

arena de debates, publicações e militância; o desenvolvimento das “políticas da multidão contra o império”; o movimento ambientalista, o movimento para os direitos humanos, o movimento feminista, o movimento pela paz, e vários outros movimentos de base política e cultural, assim como os movimentos da sociedade civil na busca por soluções para problemas sociais crônicos, como fome, miséria e violência, têm se organizado em torno de redes; a atuação em rede pode se dar através de redes permanentes ou não, motivadas por interesses específicos, com estrutura maleável e não-hierárquica, podem envolver ações políticas globais e locais¹⁴⁹. A internet favorece o contato com opiniões, a realização dos processos coletivos e ainda faz com instituições em geral e até o governo, voltem atrás em decisões tomadas, a partir do momento em que os cidadãos virtuais/físicos se mobilizaram contra ações autoritárias e/ou que não envolveram a consulta à sociedade.

Sobre o dilúvio de vozes que poderia levar à cacofonia, ele também pode aumentar a chance de ser ouvido e de reunião em torno de interesses comuns e, de criação de polos de convergência, que podem ser mais fortes à medida em que atuarem com aspectos de qualidade (em termos de simbolismo e visibilidade) e quantidade (em termos de recursos, principalmente nós e vínculos) para ação política.

O poder da mídia corporativa é inquestionável, no sentido de influenciar a formatação das mentes em prol de “engajamento cívico” nas mídias e no mundo real, sendo desenvolvido, na internet, principalmente, nos grandes portais de informação. Por outro lado, espaços como as redes sociais parecem ter se tornado um ambiente particularmente utilizando para discussões políticas, e assim as informações circulam por caminhos alternativos às mídias corporativas, sendo produzidas sob outras perspectivas e visões de mundo, e trazendo a possibilidade de escolha para os consumidores (em alternativa àquelas produzidas pelas mídias de massa), que passam a se reunir em torno do que lhes é comum.

“A atividade *online* de pessoas interessadas em expor ideias, defender suas causas ou simplesmente opinar a respeito de fatos políticos do cotidiano mostra uma vitalidade inédita para o debate político. Mais do que partidos e governos, esse engajamento com questões políticas a partir do uso de mídias talvez seja um dos principais horizontes da democracia” (MARTINO, 2015, p. 108).

Através das TIC, a democracia tem, como uma de suas principais características, a possibilidade de todas as pessoas participarem dos processos de decisão, ao contrário dos regimes autoritários, onde um indivíduo ou grupo toma as

¹⁴⁹ A esse respeito podem ser consultados Castells (2007, 2009b), Carvalho (2016), Castañeda (2016), Leitão e Gomes (2016), Capra, (2008), Martino (2015), Souza e Quandt (2008), Duarte e Frey (2008).

decisões e as impõe à maioria. Na internet, as possibilidades democráticas aumentam, na medida em que qualquer pessoa pode participar de discussões e influenciar decisões coletivas, embora não se possa garantir que o fato de estar *online* seja suficiente para despertar interesse ou consciência política com relação aos problemas coletivos. Diante de tantas possibilidades de temas na rede, a participação política talvez não seja aquela de maior interesse das pessoas quando se conectam. Entretanto, quando se ampliam os limites da definição de “política”, pode-se ver mais claramente a internet como um espaço de participação democrática¹⁵⁰.

Nesse conceito amplo de política, que vai além da política partidária, e se conforma através da defesa de causas, interesses e estilos de vida, a internet apresenta um potencial de engajamento cívico considerável, inclusive, pela redefinição do conceito de “espaço”, que uma vez distribuído no “universo *online*”, reduziu os custos e esforços de fala/escuta/debate na mídia, e permitiu a horizontalidade da política, nas diversas “esferas públicas *online*” que se mantêm em torno das discussões gerais ou específicas. Quanto à política partidária, os posicionamentos na internet são visíveis, diariamente, a partir do acesso às redes sociais, em espaços abertos ou mais fechados, o que atribuímos principalmente ao momento político ímpar que o Brasil vive¹⁵¹.

Na visão mais ampla sobre a política, nesta tese, a literatura acessada e o campo trouxeram manifestações tanto no sentido de ações e projetos institucionais como pessoais desenvolvidos com o objetivo de reforçar a abertura nos debates públicos para temas e causas que se ligam à pluralidade de identidades culturais em um país de tantas particularidades históricas, como o Brasil¹⁵². Diante desses aspectos, o campo mostra uma sociedade política engajada em causas de interesse público e ações coletivas diversas, com agenda política mais autônoma em relação aos meios de comunicação. Entretanto, ainda existem assimetrias nos processos de comunicação, mesmo que essas desigualdades tenham sido atenuadas com a internet, em virtude da articulação desta plataforma com a democracia, através dos pressupostos de circulação de informações e a produção de conhecimento para a ação social.

¹⁵⁰ “Política, nesse sentido amplo, diz respeito às possibilidades de ação no espaço público [...] . O fato de ser alguém no espaço público, nessa perspectiva, já pode ser pensado como um fenômeno político na medida em que decidir quem se é, isto é, ter uma identidade é um elemento de ação política. Questões referentes a gênero, etnia, preferências de todos os tipos, classe social e faixa etária tornam-se políticas quando debatidas no espaço público” (MARTINO, 2015, p. 109).

¹⁵¹ A mídia e poder lutam pelo enfraquecimento da esquerda, atacando seus representantes e simbolismos.

¹⁵² Essa abertura traz novas vozes e suas respectivas visões políticas às redes sociais (como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*), aos grupos de debate (grupos no *Facebook* e no *WhatsApp*), aos canais de conteúdo (como *YouTube*), que podem ser acessadas pelos demais atores nas redes de mídias digitais.

No Brasil, embora se reconheça a internet como um facilitador de novas ações democráticas, ainda se tem muito que avançar em novas experiências e ampliar os mecanismos de participação de forma a integrar mais o cidadão ao debate político (em termos de alcance de pessoas, aspecto quantitativo, e também de profundidade, aspecto qualitativo) e fomentar uma cultura ainda mais participativa, a partir do que já se pôde ver quanto às relações construídas entre a sociedade e os governos federal, estadual e municipal.

1.2.8) Perspectivas Locais e Globais, Inclusão e Exclusão

Cada revolução tecnológica tem suas características e seu próprio ritmo de difusão em estruturas sociais, políticas e econômicas. Na revolução das TIC, a difusão foi muito rápida no sentido de alcance e redefinição das rotinas em torno do mundo. Esse cenário trouxe, juntamente aos aparatos tecnológicos, uma nova economia capitalista, e novos pressupostos para inclusão.

É um novo tipo de capitalismo, caracterizado por estruturas em redes e transformações empresariais, nova base produtiva, globalização de mercados e insumos, novas fontes de capital e mão de obra, em um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, baseado na informação e no conhecimento, e na contínua transformação tecnológica, que torna os equipamentos constantemente obsoletos e força a contínua atualização de indivíduos e instituições na busca de informações, realização de processos e de produtos, sendo todos esses aspectos baseados em TIC. Nesse cenário, as redes representam um componente adicional e essencial à nova economia.

Potencializando a amplitude de interações e processos, as TIC tornam possível a interligação dos quatro cantos do planeta, a comunicação sem fronteiras, a cooperação ao longo de todo o mundo, o compartilhamento de dados e informações referentes a todo e qualquer tema. Entretanto, essa lógica de reestruturação social baseada em fluxos e no virtual, assim como qualquer modelo social, pressupõe questões inerentes aos seres humanos, como limitações materiais e físicas, disputas de poder, desigualdade, sistemas de inclusão e exclusão que representam uma oposição de quem está na rede contra quem não está.

A partir da perspectiva em rede e do processo de globalização, que se arrasta ao redor do mundo, incluindo nós ou excluindo agentes das teias de poder e dominação política e econômica, faz-se importante avaliar aspectos como culturas e estruturas que dizem se conformar ao longo dos quatro cantos do planeta, em uma sociedade global,

sem fronteiras, onde a transformação espacial é uma dimensão fundamental para a nova estrutura social. Podemos pensar, inicialmente, em uma rede global, que é formada por diversas subredes em países, e outras em escopos menores, para os microterritórios. Entretanto, estudar a arquitetura em rede requer a compreensão dos aspectos de exclusão, devendo-se entender como se dão os processos humanos diante das inúmeras potencialidades técnicas, sem que sejam ignorados os fatores que ainda deixam de fora uma parte da população mundial. Por exemplo, conhecer detalhes sobre como é pensada a política pública de ID é algo importante para que sejam compreendidas tanto as redes que atuam no ciclo da política em si, quanto para que sejam aplicadas ações efetivas nas micro-realidades, o que contribui para diminuir a exclusão.

O novo modelo econômico não se caracteriza como uma economia planetária, pois embora os seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estrutura reais são seletivos de acordo com os interesses da rede. A sociedade em rede apresenta perspectivas locais, que podem ser ou não integradas ao modelo maior e assim a economia global está caracterizada por uma assimetria fundamental entre países, territórios, grupos ou indivíduos quanto a questões estruturais para participação nesse modelo de sociedade ou para usufruir dos seus benefícios¹⁵³.

Em termos técnicos, a globalização só poderia acontecer com base nas novas TIC. Essas tecnologias tornaram possível a interligação do mundo, a eficiência na gestão e na logística, a flexibilidade na avaliação de dados e informações, tendo a internet como eixo tecnológico para a empresa global em rede. Em termos políticos, os governos (especialmente dos países ricos) foram os agentes decisivos para impulsionar essas transformações¹⁵⁴. Uma vez constituída a economia global, ela não pode ser politicamente desfeita com facilidade, devido às dependências dos agentes com relação às suas conexões: uma rede de segmentos interconectados, juntos, tem um papel decisivo na economia de cada país (e de muitas pessoas); qualquer ponto que se

¹⁵³ A consequência da concentração de recursos, dinamismo e riqueza em certos territórios é a segmentação cada vez maior da população mundial, acompanhando a segmentação da economia global, e, por fim, levando a tendências de aumento da desigualdade e da exclusão social ao longo do planeta. Nesses termos, o sistema global revalida, continuamente os seus objetivos, pressupostos e suas partes constituintes, e assim as posições nas redes podem transformar-se com o passar do tempo, por meio da reavaliação e (des) valorização, o que faz com que países, regiões e territórios estejam sempre expostos a um sistema dinâmico, seletivo, exclusionário e que induz a sua própria instabilidade.

¹⁵⁴ Os governos deixaram os mercados livres e/ou apoiaram o processo de globalização através de políticas que não só permitiram que suas estratégias fossem desenvolvidas, como as incentivaram, através do discurso em prol do “desenvolvimento” dos países, mas com interesses particulares em jogo. Esses interesses influenciaram a velocidade e o formato de globalização, e assim esse processo se deu como uma fonte de riquezas para as elites dominantes de todo o mundo, sendo construído politicamente.

desconecte é completamente ignorado, e os recursos (capital, informações, tecnologia, bens, serviços, mão de obra) continuam a fluir no resto da rede; a desconexão acarreta a devastação da economia e o bloqueio do acesso às fontes de desenvolvimento, o que resulta, praticamente, na inexistência de alternativa individual para países, empresas ou indivíduos.

O discurso da globalização econômica era convincente, mas assim como aqueles de outros períodos históricos, planejava sacrifícios e grandes esforços coletivos (desproporcionais, em termos de grupos sociais), em função da colheita de frutos no futuro: “[...] o capitalismo global, alimentado pela tecnologia da informação, se tornaria a fórmula mágica, que finalmente uniria a prosperidade, a democracia e, no fim da linha, um nível razoável de desigualdade e redução da pobreza” (CASTELLS, 2000, p. 182). Na sociedade em rede “real”, a nova tecnologia não elimina (ou tem demorado muito para eliminar) as disparidades, a começar por apresentar uma expansão muito desigual, em todo o planeta, e dentro dos países.

O ponto de reflexão é que as tecnologias são aplicadas em contextos humanos, reproduzindo suas ideologias e, na maioria das vezes, seus modelos de poder e dominação. A nova economia afeta a tudo e a todos, mas é inclusiva e exclusiva ao mesmo tempo: os limites entre a inclusão e a exclusão variam em todas as sociedades, dependendo das instituições, das políticas e dos regulamentos. Essa “economia informacional”, embora tenha alcance mundial, é caracterizada por culturas e instituições específicas, devido ao seu desenvolvimento em contextos (nacionais, regionais, locais) diferentes. Enfim, essas características lhe associam a uma estrutura de referências multiculturais, embora exista uma matriz cultural comum que constitui e desenvolve o novo sistema econômico e se baseia nas novas práticas institucionais legitimadas, fundamentadas na reestruturação lógica a partir das novas características do capitalismo informacional apoiado pelo paradigma em rede e pelas TIC.

Acompanhando essa nova lógica estrutural e as possibilidades oferecidas pelas novas TIC, as instituições e organizações se reconstruíram, em formatos opostos aos modelos rígidos e verticais, como forma de se adaptar a um ambiente em constante mudança. Essas mudanças foram incentivadas pelas TIC e incentivaram as TIC, ao mesmo tempo¹⁵⁵, interagindo com questões culturais, políticas e econômicas¹⁵⁶. Enfim,

¹⁵⁵ A ideia legitimada da “necessidade de utilização de redes” pelas instituições levou à difusão dos computadores pessoais e das redes de computadores.

a organização em rede materializa a cultura do informacionalismo. As instituições em rede, por sua vez, representam a concretização da visão econômica da globalização baseada nesse modo de desenvolvimento associado ao capitalismo, mas também realizam as visões sociais e políticas das redes. As fronteiras se tornam invisíveis ou frágeis, diante das possibilidades técnicas advindas do uso das TIC.

Embora as sociedades apresentem características que podem ser bastante distintas, em virtude de fatores históricos e/ou institucionais específicos, a interconexão ao redor do mundo favorece os aspectos comuns, a difusão e a similaridade cultural. As culturas e as instituições de cada lugar dão forma às subsociedades em rede, através da interação entre sociedade e tecnologias, essas em constantes transformações. Assim, as redes e as sociedades vão se adaptando, e se reconfigurando, nessa linha temporal em que a demanda e a oferta de produtos e serviços de TIC influenciam as estruturas sociais e, ao mesmo tempo, são influenciadas por elas. De que forma? Através de “espírito” e “matéria”, de valores, de redes de telecomunicações, computadores fixos ou móveis conectados a servidores dispostos em qualquer lugar do mundo, softwares diversificados e sofisticados, conexões online estendidas para qualquer espaço e tempo, da produção e consumo de informações, e de uma cultura do efêmero, multifacetada, diversificada em alinhamento com as novas sociedades e que pode preservar ou desafiar o poder e a dominação, a partir da união de tecnologias, ideologias e conexões humanas.

Acreditando que ao longo de cada fase histórica podem ser percebidos seus próprios contextos de exclusão, como então pensar o encaixe nessa nova forma de coletividade? Como levar o mosaico social para a rede? Não se pode aspirar a uma representação unificada do mundo contemporâneo, logo, deve-se chegar a uma ideia e uma prática de justiça que não estejam ligadas à ideia de consenso (HARVEY, 1994). Acrescentamos que os significados estão limitados pelos contextos experimentados em cada espaço ou lugar. Essas considerações são importantes para pensar a ID. Em sociedades baseadas em TIC, os excluídos digitais se confundem com os excluídos

¹⁵⁶ Nos diversos contextos organizacionais, as TIC possibilitam a produção e recuperação descentralizada de informações, e a integração simultânea em um sistema flexível de elaboração de estratégias, transformando as redes em componentes fundamentais, e as tecnologias em elementos imprescindíveis para que esse cenário flexível e adaptável se configure. Com as novas TIC, os sistemas de computadores que antes se limitavam às redes locais, passaram a apoiar redes remotas, que além de conectar pessoas, permitem que elas cooperem independentemente da sua localização. Um aspecto complementa o outro: a inovação em negócio se une à inovação em computação, potencializando as transformações organizacionais. Pensando a rede como um conjunto de nós, de pontos que se interligam, pode-se dizer que esses componentes são relativamente autônomos, no sentido de que têm uma natureza própria e definem suas conexões, por um lado, mas dependem da rede como um todo. Esses nós podem fazer parte de diversas subredes, com objetivos próprios.

sociais, comprometendo sua cidadania. Portanto, uma forma de combater a ideia de deixá-los à margem da sociedade e de uma vida que se configura também no mundo digital, talvez possa ser representada pelas ações de ID, dando a todos as possibilidades de acessar as redes culturais (inclusive contraculturais), políticas, econômicas, construir e compartilhar suas visões de mundo e seus valores, e desenvolver ações para se posicionar diante dos demais, fazer suas escolhas e protagonizá-las¹⁵⁷.

Pensando em efetividade, a dimensão de garantia da infraestrutura de acesso e contato com as TIC não é suficiente para a inclusão e não garante a negação da exclusão. A ID requer o refinamento das suas ações, no sentido de apropriação das TIC na sociedade em rede. Segundo Gaige (2016), a popularização da internet bem como o modo como os diversos grupos vem se apropriando dela é um fenômeno que precisa ser estudado. Acreditemos que essa apropriação não se dá de forma homogênea, em virtude das diferenças de contextos educacionais, capacidades cognitivas, oportunidades de manuseio de TIC (inclusive dos seus diversos tipos), entre outros aspectos que apoiam as experiências de convivência humana junto a essas tecnologias. Então, cada indivíduo traça a sua própria trajetória na relação com as tecnologias, mas algumas características desse contato podem ser generalizadas, de acordo com alguns classificadores sociais.

Ao mesmo tempo em que abre possibilidades de participação, de práticas democráticas, a cibercultura gira em torno do pressuposto de competência informacional, de inteligência coletiva, que se liga à dimensão da qualificação para ID, e se coloca como um desafio para diversos cenários, uma vez que ao longo dos territórios do mundo os problemas para que esses aspectos sejam garantidos tornam-se diversificados, assim como os conceitos de exclusão. Em outras palavras, não basta estar na frente de uma tela para superar uma situação de exclusão (geralmente associada à ideia de inferioridade), sendo preciso estar em condições de participar dos processos de valorização da cultura, de competências, recursos e projetos locais, através de coletivos de aprendizagem e ação mútua. Na cibercultura, as políticas contra as desigualdades e a exclusão devem visar o desenvolvimento da autonomia e evitar novas dependências provocadas pelo consumo de informações ou serviços concebidos em uma ótica puramente comercial ou imperial e que têm como efeito, muitas vezes, desqualificar saberes e competências dos grupos sociais e das regiões desfavorecidas.

¹⁵⁷ Os excluídos digitais e sociais são potenciais alvos da manipulação política e econômica, já que sobre eles agem o poder e a indústria cultural, grande braço do capitalismo, enfraquecendo ou impossibilitando a luta política através da uniformização da consciência, do esfacelamento da possibilidade de crítica.

Na dimensão de conteúdos na rede, um dos principais significados da emergência do ciberespaço é o desenvolvimento de uma alternativa às mídias de massa. Contrapondo-se a essa estrutura centralizadora e seletiva, o mundo virtual concebe espaços que podem ser ocupados por qualquer cibercidadão ou cibergrupo, potencializando aspectos como: o fim dos monopólios da expressão pública (qualquer grupo ou indivíduo pode ter os meios técnicos para dirigir-se, a baixo custo, a um imenso público internacional); a crescente variedade dos modos de expressão (textos, documentos, filmes, vídeos, entre outros); a disponibilidade de instrumentos de acesso (instrumentos de filtragem, navegação e orientação de conteúdo); desenvolvimento das comunidades virtuais e dos contatos interpessoais (o que dificulta o dogmatismo e a manipulação unilateral da informação).

Na dimensão de interações e ações coletivas, os processos no ciberespaço requerem contribuições e decisões dos diversos atores sociais, em cenários participativos e democráticos. A cibercultura valoriza a participação em comunidades de debate, argumentação e decisão, encorajando uma forma de reciprocidade essencial nas relações humanas, dando continuidade aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da modernidade, enquanto valores realizados através de dispositivos técnicos concretos.

2. CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Em virtude da importância dada à cidadania e à inclusão social no discurso sobre ID no Brasil e, portanto, às expectativas geradas em torno das transformações potencialmente trazidas aos incluídos digitalmente, torna-se necessária uma reflexão analítica sobre as principais ideologias e estratégias objetivas envolvidas no processo histórico de gênese e mudanças na sociedade brasileira.

Sendo assim, pensar a sociedade do Século XXI, extremamente desigual, requer uma volta ao passado “recente”, buscando entender as ligações sociogenéticas nas relações entre seus agentes, e como elementos culturais, sociais, políticos e econômicos podem ter interagido entre si, ou ainda, em relação com aspectos técnicos, nas sucessivas reconfigurações sociais, e as influências deixadas por essas relações, observando, principalmente, a trajetória da cidadania no Brasil, desde os tempos de autoritarismo estatal até as possibilidades de construção de “modelos democráticos” apoiados por TIC.

Refletir sobre a forma como as tecnologias podem apoiar a promoção da cidadania e a inclusão social implica compreender que conceitos de cidadania e inclusão permeiam a sociedade brasileira, a partir de contextos e visões de mundo diferentes, e que heranças esses conceitos trazem de tempos passados. Ou seja, o que é global e o que é local? O que é novo e o que se repete? Por que houve/não houve mudanças? Os trabalhos referenciados neste capítulo possibilitam resgatar bases desses conceitos e trazem interpretações sobre como eles foram se relacionando com os cenários sociopolíticos vividos pelo Brasil. Essa visão nos faz refletir principalmente sobre como os problemas na nossa sociedade foram deixando um rastro de desintegração e exclusão social. Indo mais além, os autores trazidos para nossa reflexão usam as bases desses conceitos para tentar explicar o Brasil, e através dessas reflexões entendo que este país foi construído sobre estratégias e ações autoritárias e de interesses particulares, em detrimento do sentimento de solidariedade e de pertencimento a uma identidade maior.

Qual seria a relação desse cenário com a ID? Os resultados de todo um passado de desigualdades e de negligência com os grupos sociais que não representaram a elite brasileira levaram a diversas dificuldades no sentido de governar uma sociedade anômica. Em tempos de incorporação das TIC aos processos humanos, a ID traz em seu discurso o resgate à cidadania e a promoção da inclusão a partir da ideia de que todos podem participar dos processos contínuos de reconstrução da sociedade brasileira.

Assim sendo, esse fato requer de nós, enquanto pesquisadores, uma postura crítica no sentido de análise da relação “discurso – ação – resultado”.

2.1 O Campo da Cidadania e da Inclusão Social

A cidadania é um tema bastante discutido na teoria social e política, sendo analisado a partir de perspectivas diversas, que buscam inter-relacionar as particularidades do conceito à época em que os estudos foram desenvolvidos e as características genéricas da cidadania. Nas ciências sociais, os conceitos são derivados das práticas, passando aos formatos teóricos, e assim podem ser reaplicados, em termos de avaliações sistemáticas, críticas e comparações lógicas.

Essa perspectiva alimenta a visão de que teoria e prática representam um subsistema que, nesta tese, representa a articulação da cidadania com contextos sociais, em termos de elementos práticos e teóricos, gerando resultados que são importantes para ajustes tanto na prática quanto na teoria, em um ciclo contínuo que acompanha as redefinições de um sistema maior, o sistema social.

Devido à importância desse conceito, a literatura sobre cidadania procura identificar as suas bases, assim como as mudanças associadas às novas perspectivas de relações entre indivíduos, e desses para com o Estado, ao longo do tempo. Reis (1998) é uma autora que desbrava o processo de desenvolvimento do conceito de cidadania no Brasil, em termos teóricos, o que nos ajudou a pensar em formas de incorporar, à tese, a discussão sobre aspectos relacionados a esse tema. Por exemplo, esta autora identifica a base comum das diferentes perspectivas que abordam o conceito de cidadania: as raízes históricas do conceito, em termos de valores e objetivos incorporados ao longo do tempo¹⁵⁸; a referência imediata à inclusão que circunscreve a noção de cidadania (as reivindicações de cidadania são reivindicações de inclusão); a constante dualidade de cidadania como *status* (o *status* de cidadão confere ao indivíduo a tutela do Estado, quanto à garantia dos seus direitos e a cobrança dos seus deveres) e como identidade (ideia de pertencimento a um todo único e, portanto, requer objetivos em comum com o

¹⁵⁸ As raízes históricas do conceito encontram-se nas religiões da Antiguidade, de onde a cidadania herdou a ideia abstrata de “igualdade”, e se relacionou aos elementos “liberdade”, “virtudes republicanas” e “lealdade” (o conceito de “igualdade” ganhou relevância política no contexto da *polis*), que passaram a ser aplicados no sentido de uma comunidade. Outra forma de ver o conceito de cidadania é a partir das ideologias associadas ao desenvolvimento do capitalismo e à institucionalização do Estado-nação, que buscam encontrar uma forma de integrar a sociedade em nome do desenvolvimento do Estado e da nação.

grupo em questão)¹⁵⁹; a tensão entre virtudes cívicas e prerrogativas do cidadão como consumidor de direitos¹⁶⁰.

O acesso a essas reflexões, particularmente, os “pressupostos de inclusão” e a “dualidade entre *status* e identidade” associados ao conceito de cidadania, apoiou a pesquisa desde as primeiras interpretações sobre a inserção das TIC nos processos humanos e as relações entre o discurso e as práticas de ID, inclusive como elementos de interação entre Estado e sociedade. Por algum tempo, uma abordagem específica do conceito de cidadania se tornou plenamente corrente nas ciências sociais, representando um marco do início de uma nova era para este conceito¹⁶¹: o desenvolvimento da cidadania era visto por Marshall como uma sequência evolutiva, partindo dos direitos civis, passando pelos políticos e por fim chegando aos sociais, acompanhando a lógica da fragmentação institucional na era moderna¹⁶². Prosseguindo nos conceitos, encontramos outros modelos de análise, como aquele proposto por Reis, e que nos chama a atenção, uma vez que esta autora se concentra em tentar explicar o Brasil. O modelo se coloca como aplicável a sociedades capitalistas avançadas ou atrasadas e sugere: todo Estado-nação tem de optar entre a imagem de nação como uma coleção de indivíduos ou como um indivíduo coletivo, ou seja, entre a forma liberal ou autoritária de desenvolvimento capitalista¹⁶³.

Ao invés de proceder com críticas anacrônicas a teorias passadas, e reconhecendo o que surge de novo nas discussões sobre as sociedades, a ciência precisa acompanhar as reconfigurações sociais, debruçando-se sobre o passado enquanto base processual e ao mesmo tempo propondo novos espaços analíticos, a partir de trabalhos de campo que permitam micro-reflexões e debates acerca de teorias generalizáveis¹⁶⁴, e

¹⁵⁹ Segundo Reis, o *status* de cidadão é a noção mais comum do conceito de cidadania na literatura de ciência política. No caso do Brasil, a existência de grupos sociais separados por privilégios que geram polos de riqueza e pobreza podem ajudar a entender essa prevalência.

¹⁶⁰ Referente às virtudes e prerrogativas, pode ser vista uma tensão entre duas imagens do cidadão: uma afirma o ideal republicano, vendo o cidadão como detentor de virtudes voltadas para a esfera pública; a outra concebe a cidadania como o direito de gozar de prerrogativas.

¹⁶¹ Pronunciada em 1949, a conferência de Marshall (1950) sobre cidadania e classe social fez com que esse autor passasse a ser citado sempre que a cidadania está em jogo nas ciências políticas e sociais.

¹⁶² Quanto às críticas sofridas por essa visão, uma delas sugere que a narrativa do processo histórico que derivou esse conceito não pode ser generalizada. Outras críticas: à tendência evolucionista associada ao “progresso da democracia” e à visão desse processo como uma sequência de direitos; ao modo como relaciona classe e cidadania; o fato de que não leva em conta o impacto das disputas internacionais, as questões de gênero e das minorias, a migração internacional, as relações entre cidadania e direitos humanos, a globalização, entre outros pontos da teoria apontados como negativos.

¹⁶³ No modelo autoritário, a ênfase no indivíduo coletivo implica em obstáculos aos direitos civis e políticos, enquanto os direitos sociais passam a ser vistos como concessões de autoridades benévolas.

¹⁶⁴ Tanto devem ser consideradas as explicações contextualizadas e localizadas, como as teorias que reconhecem aspectos mais gerais, como forma de se propor bases iniciais de análise e que inclusive

potencialmente intervenções, caso sejam necessárias. Nesse sentido, os modelos propostos por Marshall e Reis nos ajudam a confrontar perspectivas que levantam aspectos distintos e que não obrigatoriamente se excluem. Ambas as teorias pretendem definir o que deve estar associado à cidadania.

Mesmo desenvolvendo alguns estudos fora do Brasil, talvez Reis tenha mais evidente o estereótipo deste país, e assim suas observações tenham levado à definição de uma teoria que considera aspectos que ajudam a explicar contextos como o brasileiro, no momento em que fez suas reflexões. Esse é um ponto chave para pensar o Brasil, sendo importante que nos perguntemos se algo mudou desde o momento em que desenvolveu os seus estudos.

Buscando novas questões importantes para a discussão sobre o conceito de cidadania, acompanhamos outras dimensões examinadas no final do século XX pela ciência política, como as questões de gênero. No Brasil, diversos estudos sobre gênero e ações relacionadas a esse tema contribuíram para a mudança em ideologias e para a formulação de políticas concretas, em meio a um fenômeno de universalização que se manifesta através dos movimentos multilocalizados e multitemáticos, no sentido da igualdade, e faz com que a cidadania alargue constantemente sua abrangência de reflexão e ação. Ou seja, no momento em que a sociedade se manifesta, reivindicando novas perspectivas analíticas, os conceitos são provocados e chamados a novas reflexões e definições.

Outra dimensão relevante da cidadania diz respeito às questões das minorias, trazendo o desafio de conciliar a ideia universalizante que a cidadania adquiriu em sua conceituação moderna com a reivindicação do direito a preservar diferenças. Nesse contexto, parece que a discussão deve se dar de forma relacionada ao conceito de equidade¹⁶⁵, como forma de avaliar as condições normativas (inclusive direitos) e a isonomia (igualdade perante as leis), entretanto “tratando de forma desigual os desiguais”, como forma de se “aplicar uma justiça mais justa”.

proporcionem estudos comparativos que podem, por sua vez, contestar essas teorias generalizadoras. O objetivo de construir “grandes teorias” (generalizáveis) não pode levar à simplificação das realidades em nome da paixão dos pesquisadores pelas abstrações teóricas. Não se deve totalizar o que é particular.

¹⁶⁵ Esse tema pode ser considerado polêmico, pois não há unanimidade quanto à ideia de que por a luz sobre as diferenças seja uma forma de se aproximar da igualdade. Enquanto alguns apoiam a afirmação das diferenças como meio de garantir a igualdade e “resgatar direitos negados no passado”, sugerindo a defesa da ação afirmativa, dos sistemas de quotas, das políticas sociais direcionadas, outros criticam essas estratégias, ou porque afirmam que elas enfraquecem a luta contra a desigualdade e diluem a solidariedade entre os grupos, ou mesmo porque mantêm os seus preconceitos e concordam com a preservação das “escalas sociais de direitos”.

Essas iniciativas apresentam os esforços de expansão do conceito (através da formulação de “tipos alternativos de cidadania”), o que parece estar em maior sintonia com as sociedades contemporâneas, que são diversificadas e complexas e reivindicam mudanças de reconhecimento a partir de suas identidades plurais. Então podemos nos perguntar, enquanto cidadãos: seria suficiente reconhecer as diferenças e nada fazer para que elas sejam respeitadas enquanto necessidades próprias e que podem requerer regulamentos e políticas específicas? O posicionamento quanto a ações no sentido de adotar políticas públicas que realcem as diferenças em nome da igualdade poderá se dar a partir de diversos vetores, como o paradoxo do sujeito individual e do sujeito coletivo (inclusive levando em conta o “sacrifício que se está disposto a passar”, em nome do “nivelamento” quanto aos critérios de igualdade), o interesse em resolver a desigualdade (que varia de acordo com os objetivos de cada indivíduo ou grupo social), entre outros, além da própria formatação da política, que pode ter, por exemplo, um caráter temporal breve ou imprevisível (o que, nesse caso, dá forma a ações clientelistas).

Nesse contexto, o conceito de cidadania articula toda uma rede de significados e esperanças, e requer atenção para o intercâmbio entre particularidades históricas e conceituações abstratas, na busca da compreensão das suas relações com os aspectos contemporâneos e da proposição de políticas que sejam efetivas.

Refletindo sobre marcos históricos, mais precisamente, sobre o final da década de 80 e desenvolvimento da década 90, Reis diz que os processos democratizantes ocorridos em países do chamado Terceiro Mundo influenciaram a forma como esse conceito se redefiniu, fazendo com que as dimensões civis e políticas tivessem sua importância renovada, diante dos direitos sociais, que por um tempo parecem ter tido maior ênfase¹⁶⁶. A abertura do conceito para novas perspectivas teórico-práticas também tornou possível a sua discussão em ideologias e conjunturas políticas mais diversificadas.

Se antes a teoria da cidadania era vista como parte de um discurso que se baseava na teoria das classes, por sua vez, no final do século XX, a defesa da cidadania passou a ser associada aos movimentos sociais, à solidariedade e à sociedade civil.

¹⁶⁶ Recordamos que, na década de 90, ocorreu o a comercialização da internet, o que resultou na disseminação em maior escala das TIC em geral, as quais ultrapassaram as fronteiras das grandes instituições de pesquisa e de governo, chegando a ambientes empresariais, espaços públicos e residências. Talvez existam relações entre o conhecimento advindo da internet, as possibilidades promovidas pelas tecnologias e as reivindicações cidadãs nos eixos políticos e civis, em um processo de gênese de incorporação das TIC nos aspectos humanos, e que pode ter sido o início do que hoje vemos acontecer, por exemplo, nas redes sociais que usam a internet como base para todo tipo de ação, inclusive política.

Segundo essa autora, ainda no final da década de 90, os debates em torno do conceito de cidadania também alimentam as disputas entre comunitarismo (atenção ao apelo às virtudes cívicas, às metas comuns e à responsabilidade coletiva) e individualismo (busca por seus próprios interesses e, portanto, talvez menosprezo pelo interesse público e esquiva das obrigações públicas). Dessas disputas surgem diversas questões e algumas hipóteses, que parecem ser mais evidentes nas sociedades em que as desigualdades são latentes, tendo alguns indivíduos em situação de fartura e outros indivíduos passando a optar por estratégias de sobrevivência¹⁶⁷.

As críticas aplicadas às diversas formulações do conceito de cidadania, dadas a partir do entendimento dos processos históricos em seus diversos contextos localizados, deram origem ao ciclo científico de análise do conceito corrente (que é visto como não acabado), observação das práticas e proposição de nova formulação de conceito, o que deverá continuar acontecendo, de forma que a ideia de cidadania continue acompanhando a dinâmica de figuração dos atores sociais, ao longo do tempo. Para Reis, duas bases continuam influenciando o conceito: a busca da cidadania está ligada a um impulso de emancipação e de inclusão (participação no legado social); a exigência de novas formas de cidadania constitui um indicio nítido do dinamismo do conceito. Vivendo em sociedades complexas, onde a referência de classe social não mais demarca os grupos de indivíduos (ou não tem exclusividade na marcação destes), que passam a se perder nas fronteiras das comunidades sociais, uma vez que possuem identidades plurais, o referencial inspirador do conceito utópico de cidadania parece acompanhar essa complexidade, sendo então moldado sob perspectivas que privilegiam determinadas visões sociais, em detrimento de outras.

Em termos mais amplos, diante das reconfigurações de mundo, uma pergunta parece inquietar permanentemente as questões sociais: como “atualizar” o conceito de cidadania? O mundo se expandiu, complexificou-se, trazendo a necessidade de especialização e de uma maior interação entre os indivíduos, e sendo constantemente tensionado, principalmente em virtude das mudanças sociais proporcionadas pelos novos hábitos nas perspectivas multiculturais e de novas estratégias de comunicação, de

¹⁶⁷ “Qual a base em que se fundamenta a cidadania – a inclusão em uma categoria de status e a obtenção de prerrogativas ou o compartilhamento de uma identidade e a participação numa comunidade de ideais e sentimentos?” (REIS, 1998, p. 40). Com relação às sociedades extremamente desiguais, como o Brasil, o esfecelamento do sentimento que une os indivíduos em torno da ideia de nação desafia o conceito de cidadania a ir além das dificuldades de integração em um território extenso e com inúmeras diferenças topográficas, sendo importante refletir sobre as disparidades sociais, culturais, políticas e econômicas. Pelo menos em curto prazo, parece caber ao Estado a responsabilidade de garantir que os direitos e os deveres sejam respeitados.

fluxo informacional, de posicionamento político através do compartilhamento de opiniões e visões, de envolvimento para participação em decisões, de acompanhamento e controle de ações. A proposta “pura” da sociedade em rede se configura um novo paradigma, como uma nova forma de construção do mundo, onde as possibilidades de configuração das sociedades são dinâmicas e talvez até certo ponto imprevisíveis.

Nesse cenário, esta tese considera, como uma das suas constatações, a necessidade de atualização do conceito de cidadania, que deve passar, por exemplo, pela avaliação dos direitos e deveres na internet, e da conexão desses, com os demais direitos e deveres, de forma multidimensional, algo impensado em tempos onde as TIC não existiam, ou não haviam se difundido nas proporções em que vejo nos tempos atuais. Torna-se importante proceder com a sua revisão analítica, a partir das novas formas de vivências, através das novas relações sociais já percebidas.

Enquanto os paradigmas sociais contemporâneos sugerem o fortalecimento do sujeito coletivo, da solidariedade, através da emancipação, da participação, da responsabilização dos atores sociais pela conformação da sociedade em rede, instigando a interconexão de longo alcance, a formação de comunidades fortes, o autodesenvolvimento como parte da inteligência coletiva que apoia a possibilidade de “nivelamento social”, de “redistribuição ativa”, sociedades como a brasileira parecem caminhar lentamente para se libertar de cenários políticos ultrapassados, travando uma “guerra fria” de todos contra qualquer um, em batalhas que se estabelecem a cada desvio moral ou ao simples fato de se estar no lugar errado, na hora errada, e por isso se tornar vítima de uma sociedade anômica.

Que conceitos de cidadania orientam a sociedade brasileira? O cenário brasileiro parece indicar uma dificuldade de formular conceitos ou teorias relacionados aos pares “sociedade-Estado”, “indivíduo-cidadania”, uma vez que esses temas passam a ser discutidos em termos de ausências, incompletudes e disfunções. Por entender que as TIC entram na vida humana para promover um conjunto de possibilidades de ações nos eixos cultural, social, político e econômico, perguntamo-nos: será que as mudanças idealizadas se realizam em todo ou em partes no Brasil? Nessa discussão, o Brasil pode ser colocado em relação a um debate maior, que vem sendo promovido em todo mundo, a respeito das reconfigurações sociais a partir das TIC, especialmente da internet, debate este que tentamos permear ao longo desta tese.

2.2 Construção da Cidadania no Brasil

A análise de um conceito em um determinado contexto específico requer o cuidado com a observação dos fatos que permeiam o seu processo histórico. Assim sendo, analisar o conceito de cidadania no Brasil implica em entender como se deu a construção e o desenvolvimento das relações entre Estado e sociedade, de forma processual.

2.2.1) Constituição e Desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro

Segundo Reis, apesar da incontestável internacionalização do mundo contemporâneo, o Estado nacional ainda constitui a forma típica de articulação entre a autoridade e a solidariedade na sociedade moderna. Embora os processos históricos agreguem aspectos particulares à construção de cada Estado nacional, a tentativa de compreender os aspectos convergentes dos cenários possibilita a identificação das bases comuns e a formalização dos conceitos de Estado e de nação, além das relações entre eles.

Observando as dependências conceituais entre Estado e nação, propomos a associação do Estado a um poder central forte, que detém a legitimidade do monopólio da violência para manter a ordem e a integração através da ideia de nação (já que a legitimidade envolve obediência motivada, que se traduz em aceitação e compromisso). Da mesma forma, a definição da nação requer a noção de Estado: o conceito de nação é uma comunidade de sentimento que normalmente tende a produzir um Estado próprio que a represente.

A partir dessas visões, podemos construir a ideia de que a consolidação do Estado se dá de forma “menos violenta” se for legitimada pelo conjunto de sentimentos que introjetam nos indivíduos a sensação de pertencimento a um “todo”, por quem deve zelar o Estado, ou seja, a “nação” ajuda a estruturar a sociedade para a atuação do Estado, a partir do momento em que reúne um grupo de pessoas com valores comuns e um sentimento específico de solidariedade perante outros grupos¹⁶⁸.

A partir dos conceitos teóricos sobre Estado, nação e sobre a relação entre eles na concepção dos Estados nacionais, podemos proceder com a análise das relações entre sociedade e Estado, no que diz respeito à conformação dos pressupostos dos diversos tipos de cidadania. A “cidadania” relaciona entre si os indivíduos que pertencem a um Estado nacional, e estes com relação ao Estado, a partir de ideologias particulares que desenvolvem níveis próprios de autoridade e solidariedade, e através de processos

¹⁶⁸ Quando Reis sugere a “constante atualização da legitimidade do Estado”, entendemos que o Estado nacional é um processo histórico contínuo e, portanto, um conceito teórico-prático inacabado, que necessita sempre de novas reflexões.

políticos, econômicos e culturais peculiares a essa sociedade. Essas peculiaridades dão origem aos diferentes modelos de cidadania que podem regular os direitos a que se qualificam os membros dos Estados nacionais diversos, assim como as obrigações a que eles estão submetidos, e que não necessariamente equilibram a consolidação da autoridade do Estado, por um lado, e a incorporação dos cidadãos à arena política, por outro, o que traz implicações definitivas para o sentido e a amplitude da cidadania¹⁶⁹.

Por exemplo, o nível de engajamento político de uma sociedade exerce influência sobre a definição dos seus pressupostos de cidadania. Se a participação política da sociedade não se efetiva em defesa das suas visões de mundo, e a definição de cidadania fica a critério do Estado, em sociedades extremamente desiguais e onde o poder desse Estado se direciona ao estabelecimento de parcerias com o mercado em nome de interesses particulares, a sociedade passa a viver espectros mais restritos de cidadania.

Reis apresenta sua visão sobre a dinâmica do Estado nacional no Brasil a partir da dimensão ideológica. Qual a importância dessa análise? As ideologias exercem papéis fundamentais no desenvolvimento (ou não) dos sentimentos coletivos e que podem fazer com que os indivíduos ou grupos se sintam incluídos em um determinado contexto ou excluídos dele¹⁷⁰. Acreditamos ainda que as ideologias, por vezes, são “construídas” tendo como base estratégias de manipulação para alienação e dominação, escondendo os seus reais objetivos atrás de propostas que fingem estar alinhadas ao beneficiamento de uma suposta “maioria de interessados”.

Através do resgate da história dos processos políticos no Brasil, podemos pensar sobre como o conceito de cidadania se aproximou ou se afastou de processos autoritários e solidários, estimulando ou oprimindo a inclusão, a formação de uma identidade nacional e a integração social. Nessa missão, fazemos uso da interpretação de Reis sobre o processo de construção e desconstrução das ideologias de nação no Brasil, sua influência no fortalecimento do Estado e dos atores beneficiados em cada etapa, e as suas implicações sobre a cidadania.

Sob o império, as características do território brasileiro fizeram com que a construção do Estado se tornasse muito mais relevante do que a da nacionalidade. A

¹⁶⁹ Essas discussões configuram o paradoxo da nação: a nação constitui ao mesmo tempo uma coleção de indivíduos e um indivíduo coletivo e, portanto, toda sociedade deve encontrar uma maneira de organização com vias a resolver esse paradoxo.

¹⁷⁰ A construção da nação como ideologia política do Estado nacional envolve uma representação “ideal” de como a sociedade deve ser organizada.

construção do Estado se baseou na aliança entre a autoridade central e os proprietários rurais dos grandes latifúndios, deixando fora da arena política não apenas os escravos, mas a ampla maioria da população livre. O fim da escravidão e a queda da monarquia não introduziram muitas mudanças na política. Entretanto, entre as elites começaram a surgir disputas relativas a ideologias competitivas na construção do Estado nacional¹⁷¹. Promulgada em 1891, a primeira Constituição republicana consagrou a vitória da facção civil, sancionando o liberalismo político e econômico. Entretanto, a economia no Brasil nunca foi livre¹⁷², mas controlada pela máquina do Estado, que serviu (e ainda serve) às classes dominantes.

No nível político, as principais conquistas eram: garantiam-se liberdades, tais como direito de associação, de pensamento e de expressão; assumiam-se compromissos com os princípios democrático-liberais, através da afirmação de igualdade de todos os cidadãos perante a lei, da oportunidade de competição pacífica pelo poder político e da garantia de um governo eleito pelo voto majoritário; afirmava-se a proteção contra atos arbitrários do governo e protegia-se a vida privada a partir da lei; na esfera pública, a cidadania deveria estar apta a controlar o Poder Executivo através de um corpo legislativo eletivo. No nível econômico, era reservado ao Estado apenas o papel limitado de executor das políticas monetária e fiscal, visando combater as ineficiências do Império centralizador. Como código regulador das relações entre o Estado e a sociedade, essa constituição estabeleceu a princípio uma representação da nação como uma coleção de indivíduos. Rapidamente, mesmo os defensores do liberalismo passaram a defender uma representação da nação predominantemente como um indivíduo coletivo¹⁷³.

Nesse sentido, o processo de construção do Estado se adiantou significativamente em relação àquele de construção da nação. Analisando esse período, supomos que no Brasil o conceito de nação serviu como instrumento para introjeção de

¹⁷¹ Enquanto o exército (ator do golpe que tirou do poder o imperador) lutava para organizar a sociedade de “cima para baixo”, priorizando a autoridade sobre a solidariedade para promover o progresso científico do Estado nacional, os defensores do liberalismo (especialmente os grandes cafeicultores) sustentavam o modelo que favorecia as iniciativas sociais sobre as do Estado, a descentralização, tendo a autoridade apenas o papel de garantir a propriedade e a liberdade de iniciativa.

¹⁷² Ou seja, embora o liberalismo seja visto como uma alternativa ao controle do Estado sobre a economia, no Brasil, a ideia de “deixar livre” acaba sendo uma ideologia que serve para dominação.

¹⁷³ Ocultando seus interesses econômicos privados (problemas no cenário econômico desfavoreciam a postura liberal), os cafeicultores invocaram motivações nacionalistas e proclamaram o Estado com ator privilegiado para promover a prosperidade da nação. Esse projeto autoritário poderia ser chamado de a ideologia do Estado (autoritária), contrastando com a ideologia liberal.

um sentimento nacional manipulador que serviu aos interesses da parceria entre Estado e elites, enquanto os demais grupos sociais permaneciam fora da arena política¹⁷⁴.

Depois da revolução de 1930, o regime Vargas levou à frente um projeto modernizante de cima para baixo, tendo como prioridade tanto a construção do Estado como da nação. Nesse contexto, a ideologia autoritária encontrava agora respaldo não apenas dentro do aparato do Estado, mas também em amplos os setores da sociedade anteriormente excluídos da arena política. Junto aos relatos de Reis sobre esse período, inserimos a ideia da modernização no governo Vargas, relacionada à industrialização, e que essa era uma ordem internacional¹⁷⁵. O governo de Vargas foi um governo impositivo, inclusive pela forma como procedeu para sua afirmação, através de golpe militar, e assim, portanto, necessitou da autoridade para se estabelecer e se manter no poder. Assim sendo, os 15 anos da ditadura Vargas consolidaram um padrão autoritário de interação entre o Estado e a sociedade.

Por outro lado, também nesse período, a sociedade assistiu à criação de leis que buscaram garantir direitos aos trabalhadores. Reis atribui à intensa manipulação de recursos simbólicos e à efetiva introdução de direitos trabalhistas, a criação da imagem de Getúlio como uma autoridade paternal que promove a paz, a prosperidade e a nacionalidade, assinalando a consolidação de uma ideologia autoritária, encoberta pela ideia do Estado nacional. Não discordando de Reis, mas reconhecendo diferenciais importantes desse período, destacamos a importância política de Getúlio Vargas sob dois aspectos.

O primeiro deles diz respeito ao poder atribuído a ele para a formatação do Estado nacional, a partir da sua habilidade de comunicação, de construir discursos que envolviam a sociedade, despertando nela a ideia de inclusão. Os discursos de Vargas se dirigiam aos “brasileiros e brasileiras”, aos “trabalhadores e trabalhadoras”. Tendo construído sua trajetória na elite, e legado militar, ao iniciar seus discursos dirigindo-se aos trabalhadores, Vargas construiu a percepção de que a nação tinha que integrar os trabalhadores, algo jamais feito no Brasil. O fato de ele usar o rádio como instrumento para difusão deste tipo de discurso, fez com que ele ganhasse popularidade junto a

¹⁷⁴ Ou seja, a história do Brasil ajuda a confundir os conceitos de Estado e nação, no sentido de associação com autoridade e solidariedade. Afinal, como os brasileiros explorados em nome de objetivos escusos que levavam à manutenção do poder entre poucos e ao aumento das desigualdades poderiam ser solidários? As pessoas não sabiam o que estava acontecendo, e por isso a ideologia tinha um papel fundamental para convencê-las e orientá-las na legitimação das ações seguintes.

¹⁷⁵ O processo de industrialização não representou a oposição de um grupo agrário e outro industrial, inclusive, alguns proprietários de terras com perfis mais dinâmicos passaram a compor a elite que esteve à frente do processo de industrialização. Ou seja, o capital para a industrialização foi proveniente do café.

muitos desses trabalhadores que o ouviam. Esse período então se destaca como um momento em que a comunicação já se estabelecia de maneira muito forte, e as tecnologias influenciavam a modelagem do Brasil, através das relações entre governante e governados. O segundo aspecto diz respeito ao combate à corrupção e à ampliação dos direitos políticos e sociais, como exemplo, o voto secreto, o ensino primário obrigatório, o voto feminino e muitas das leis sociais e trabalhistas brasileiras, todos esses sendo vistos como aspectos que influenciam diretamente o conceito de cidadania.

Entre a queda de Vargas em 1945 e o golpe de 1964, o país experimentou novamente formatos “liberais” de política. Entretanto, persistia a ideologia autoritária, pois nenhuma imagem alternativa de nação ganhava espaço. A legislação social varguista permanecia como o instrumento mais avançado de afirmação da cidadania. A autoridade predominou sobre a solidariedade, sendo desvalorizados os laços horizontais de solidariedade, a partir do populismo e da sua ênfase na relação direta entre o líder e seus seguidores. A crise que precedeu o golpe militar de 1964 reflete os problemas com que se defrontava a representação autoritária da nação. Desde o final da década de 1950, os desafios políticos e econômicos corroíam a legitimidade do Estado: as pressões para a incorporação das camadas marginais no campo ameaçavam as elites agrárias; a inflação alienava as classes médias, as demandas do operariado urbano colocavam em questão a função da tutela do Estado. Sob essas circunstâncias, abalada a legitimidade do poder público, os dilemas econômicos do capitalismo autoritário encontraram suporte no aparato militar, dando origem à ditadura.

Em seus estágios iniciais, o regime militar alienou o cidadão da arena pública, suprimindo direitos e garantias constitucionais básicos. As escolhas políticas se travestiam de questões de ordem técnica. Claramente, essas eram afirmativas ditatoriais, mas para efetivá-las não bastava apenas o monopólio da violência, e assim sendo, recursos de natureza ideológica foram também utilizados¹⁷⁶. O Estado então partiu para a reativação de um projeto de construção da nação, voltando-se a enfatizar a ideia de fortalecer o indivíduo coletivo, a pátria e de que todos deveriam aceitar os sacrifícios necessários à construção do “Brasil Grande”.

Por um período de tempo considerável o Estado nacional foi “anunciado” pela mídia de massa como se o simbolismo pudesse adquirir vida própria sem encontrar

¹⁷⁶ Inicialmente, a ameaça de desordem social e do comunismo foram os argumentos principais da legitimação, mas, o vazio desse tipo de argumento colocou a necessidade de buscar novos apelos ideológicos logo em seguida.

ressonância no cotidiano da população. Em meio à ditadura, durante o período de desenvolvimento conhecido como “milagre econômico”, graças à prosperidade econômica do período 1967-74, a esse simbolismo foi atribuída alguma credibilidade e legitimidade, sendo ocultado o padrão perverso de distribuição dos custos da construção do “Brasil Grande” entre as classes sociais. Com o fim do “milagre econômico” o Estado tentaria a legitimação através dos argumentos políticos, sendo a “liberalização” cada vez mais relevante para justificá-lo. O vocabulário oficial veiculado através dos meios de comunicação reforçam essa ideia: o discurso partiria da ideia de uma “descompressão política” (1975), passaria para a “liberalização” do regime, e finalmente (nos anos 80), chegaria à “democratização”, dando-se então os processos de abertura política do final do Século XX.

Afinal, quem saiu ganhando com o regime militar? O Estado, que se expandiu no interior do país, as grandes empresas privadas e estatais, e o capital estrangeiro que entrou como investimento no Brasil. Já com relação à construção da nação, o regime autoritário foi menos efetivo, embora algumas ações tenham se dado no sentido de incorporar novos setores sociais à nação: a expansão dos sistemas de comunicação e transporte propiciou a amplos segmentos da população um sentimento de pertencimento a um todo territorial mais amplo; a expansão do poder público pelo interior significou por um lado maior controle social e taxação, mas por outro a provisão de direitos sociais mínimos, uma vez que populações até então privadas de quaisquer serviços públicos passaram a contar com bens de cidadania tais como educação pública, assistência médica e pensão por aposentadoria.

Retomando a história do Brasil, percebemos como o processo de definição da cidadania vai se colocando com relação aos conceitos de nação e Estado. Enquanto processo, as etapas vão se ligando sócio-geneticamente, e as heranças vão se fazendo presentes de alguma forma¹⁷⁷. Consideramos importante entender de que forma as ideologias apoiaram os modelos de cidadania ao longo do tempo, caso desejemos refletir sobre as bases que devem apoiar novas ideologias que visem à construção da nação, e assim, um novo padrão de cidadania, baseado em solidariedade. Os modelos democráticos se revigoram, uma vez que têm no apoio das tecnologias as possibilidades

¹⁷⁷ Por exemplo, a expansão do poder público pelo interior do país sob o regime militar parece guardar semelhanças com as ações referentes às massas urbanas sob o autoritarismo varguista: a antecipação dos direitos sociais em relação aos direitos cívicos e políticos revigorava o mito da autoridade benevolente que conduz a sociedade para o progresso, o que talvez tenha sido importante para manter os regimes autoritários pelo tempo em que eles se deram.

de redefinição das suas bases e de busca por novas ideologias participativas para organização da sociedade.

O resgate histórico feito por Reis, desde o império até o final do século XX nos leva a sugerir que o Brasil viveu um processo em que o autoritarismo se apoiou em grande parte do tempo em uma ideologia que favoreceu os interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes, de forma mascarada, e ainda associou a imagem de ator benevolente ao Estado. A inexistência da participação política por parte de grande parcela da população brasileira deste período parece ter conformado uma sociedade que esperou que um dia o “Grande Brasil” e a “boa tutela” do Estado pudessem resolver os problemas de seu indivíduo coletivo e das desigualdades econômicas e sociais, que castigavam parte da população através da restrição ou mesmo ausência dos bens básicos de cidadania. O fim da ideia de nação e a perpetuação das ausências de bens de cidadania evidenciaram, para grande parte da sociedade, o sentimento de exclusão.

Como forma de propor mudanças aos modelos autoritários de cidadania, podem ser experimentados modelos baseados em solidariedade, em integração, em que os sentimentos e os pressupostos da nação sejam endógenos, e não artificiais. Não vemos como viabilizar esses modelos sem a participação política dos grupos sociais, através de estratégias efetivas de representação, ou, principalmente, de suas próprias vozes. Assim sendo, ideologias e ações democráticas de consolidação política do Brasil devem ser construídas através de modelos sustentáveis de interação entre Estado e sociedade, com vistas à concepção de sentimentos nacionais, mesmo que se tenha diversidade e adversidade.

Na visão de Reis, as perspectivas de democratização no Brasil estavam amplamente condicionadas à consolidação de mecanismos institucionais que criassem as bases para uma consciência crescente dos direitos humanos, pois a consciência desses direitos e sua efetivação caminhavam lado a lado, e juntas contribuía para converter o processo de construção da nação em uma ideologia e uma prática democratizantes. Tomando como base essas ideias, acrescentamos que a garantia dos direitos também é de fundamental importância para a construção da cidadania com base em pressupostos democráticos.

A consciência dos direitos pode ser desenvolvida a partir de processos educacionais eficazes, enquanto o seu exercício depende não apenas desses processos, como também das possibilidades criadas pelo Estado. A garantia dos direitos, por sua

vez, depende muito mais de uma estrutura viabilizada pelo Estado, enquanto representante dos interesses coletivos e da moral vigente em uma sociedade.

2.2.2) Modernização e Autoritarismo

Buscando teorizar sobre mudança social, Reis analisa alguns aspectos que ajudam a entender as convergências e divergências de cenários distintos rumo a processos de modernização, o que nos ajuda a pensar algumas etapas do processo histórico de desenvolvimento da cidadania na América Latina na conformação do “padrão de modernização” predominante na região, e mais precisamente, no Brasil.

Variações ocorridas no passado nas combinações das várias opções políticas, econômicas e culturais dão origem a aspectos importantes na moldagem do futuro de uma sociedade. Ou seja, diferentes combinações desses elementos podem gerar contextos sociais diferentes. Assim sendo, os estudos comparativos dos processos históricos e sociológicos, dos relacionamentos entre os seus elementos, apresentam as bases analíticas para refletir sobre presente e futuro das sociedades, e tendências convergentes não suprimem a necessidade de se levar em conta as divergências históricas. Então, perguntamo-nos: que heranças sociopolíticas, econômicas ou culturais o Brasil traz de contextos gerais e que características são próprias? Houve mudança?

Em seu estudo, a preocupação de Reis era investigar as implicações atuais, para a solidariedade social, das articulações variáveis e de longo prazo entre mercado e autoridade no passado. Para ela, comparações daquela natureza certamente contribuem para o aprofundamento de conhecimento da mudança social em geral e para a avaliação dos caminhos que se abrem para as diferentes sociedades¹⁷⁸. Uma das questões discutidas no estudo é como a sociedade pode regular o controle do Estado, e a sugestão é que ela tem que estar permanentemente mobilizada. Uma vez institucionalizada, essa mobilização equivale a uma forma de democracia consolidada, no entanto, todo o problema se resume em como alcançar essa consolidação.

Discussões teóricas sobre a democratização sugerem que se estabelece algum tipo de pacto entre interesses divergentes para regular o jogo político. Então, o que é essa mobilização? Como se dá? Que tipo de jogo político está em ação? Com as TIC, as possibilidades de produção e consumo de informações, de comunicação e de tomada de

¹⁷⁸ Reis desenvolve o seu estudo analisando pontos convergentes e divergentes das transições em países do “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo” (nomenclatura original usada para a classificação utilizada no estudo), rumo à modernização, acreditando que opções passadas afetaram diferentes projetos de solidariedade social. Buscando trazer essas análises para o contexto do Brasil, faremos alguns recortes a fim de realizar uma interpretação local.

ação aumentaram consideravelmente. Mas será que esses recursos estão sendo aplicados em seu potencial para efeitos de mobilização? Por exemplo, estar em uma rede social criticando um agente político de um partido contrário é mobilização? Caso seja, isso é suficiente para o exercício de direitos e deveres políticos? As grandes teorias geralmente se prendem a fatores estruturais para dar suas explicações. Entretanto, os contextos sociais locais ajudam a entender as relações entre essas grandes teorias (e suas precondições estruturais) e as escolhas dos indivíduos ou grupos na construção dos processos sociais. As mudanças podem estar relacionadas a uma ruptura cultural, geralmente associada à sociedade civil, quando esta se empodera diante dos demais atores sociais, resultando em uma mudança quanto aos papéis assumidos por cada um deles¹⁷⁹.

Entendendo que comunidade e solidariedade não implicam em relações fraternais, Reis relata suas observações: nas sociedades do final do Século XX, com exceção de períodos instáveis ou breves, não havia o predomínio da solidariedade, mas combinações particulares de critérios de mercado e autoridade, que conferiam maior ou menor espaço à solidariedade¹⁸⁰. No caso do Brasil, embora acreditemos que a sociedade civil deveria subordinar o mercado e o Estado, especialmente para que as desigualdades fossem suprimidas, ou pelo menos diminuídas, através da história, o bem coletivo nem sempre foi visto como o elemento norteador dos processos sociais¹⁸¹. O predomínio do capitalismo conduzido pelo Estado e a ideologia prevalente que o colocou como o “tutor”, e tentou a ele ligar os cidadãos, contribuiu para enfraquecer os laços sociais¹⁸². Além desse fator, a extensão da pobreza e a desigualdade persistente parecem ser aspectos culturais que, geralmente, ou “não incomodam, porque se

¹⁷⁹ Pensar no Brasil e nas mudanças que já podem ser observadas nos leva mais uma vez a pensar em como as TIC vêm possibilitando as ações da sociedade civil, que parece tentar ocupar um espaço político cada vez maior.

¹⁸⁰ O papel subordinado da solidariedade pode ser atribuído às escolhas de valor das sociedades modernas, já que mercado, o Estado e a sociedade são os três princípios alternativos da regulação moral sobre a vida social, e nem sempre os objetivos coletivos estarão guiando os processos de valor.

¹⁸¹ Embora interpretemos os governos de esquerda como tempos históricos em que muitas políticas públicas se voltaram para o bem estar social e diminuição das desigualdades no acesso a bens de cidadania.

¹⁸² Em países com processos democráticos mais consolidados, houve mais espaço para a sociedade civil, e para noções de cidadania muito diferentes daquelas desenvolvidas na América Latina, onde a opção do Estado pelo mercado inibiu a solidariedade social.

tornaram comuns¹⁸³” ou “são cultivados como fontes para desenvolver políticas públicas¹⁸⁴”, combinando individualismo econômico e valores sociais hierarquizados.

Segundo Reis, desse contexto deriva uma cultura política peculiar, que funde impotência e cinismo e se assemelha ao familismo amoral de *Banfield*¹⁸⁵, e seus efeitos como elevados níveis de violência, gritantes quando se fala do Brasil. Talvez essa tenha sido (e continue sendo) a base para o ataque ao estatismo em contextos de sociedades em processos de desenvolvimento: a irresponsabilidade burocrática, a corrupção governamental, as ineficiências do mercado e a violação dos direitos dos cidadãos.

Os estudos de Reis sugerem reflexões sobre onde queremos chegar com esta tese, em virtude do caráter intervencionista das ciências sociais¹⁸⁶, quando busca, por exemplo, orientações que possam guiar os atores nos processos de mudança social. Consideramos que pesquisas na área devem fazer um esforço de teorizar para a ação, e assim consideramos cenários atuais e históricos, aspectos processuais que pudemos conjugar ou contrapor ao que vimos em campo. Assim sendo, esta tese estabeleceu seu macrocenário a partir de discursos e ações públicas de ID, principalmente de governos, mas seus microcenários foram desenvolvidos em uma pesquisa-ação, realizada através do IFPB, e com trabalho de campo voltado a indivíduos, grupos e comunidades atendidos em ações de extensão, principalmente na grande João Pessoa.

Reis publicou os resultados dos seus resultados na década de 90, mas suas análises cabem aos dias atuais. Por quê? Devemos iniciar essas considerações dizendo que o período da pesquisa (2007-2017) se deu principalmente quando o Brasil passou por governos de esquerda que utilizaram mecanismos voltados ao estabelecimento de um maior equilíbrio social (em termos de combate às desigualdades), utilizando, por exemplo, políticas distributivas e equitativas. Com relação à época pesquisada por Reis, o estudo de campo também revelou mudanças nas relações entre os atores sociais, sendo aberto mais espaço à sociedade civil, que tem usado as TIC como instrumentos de poder político e contracultura. Entretanto, a sociedade civil não subordina os demais agentes e a economia continua sendo monopolizada pelo Estado.

¹⁸³ Relativamente invisíveis até que se dêem em cenários diretos de violência física ou emocional.

¹⁸⁴ E a partir delas obter benefícios como prestígio político, diante de eleitores fragilizados por condições de vida adversas, ou desviar recursos e realizar outras ações em contextos de corrupção.

¹⁸⁵ Teoria que fala sobre a solidariedade em um estudo realizado na Itália, e que nesta tese será tratada em comparação ao Brasil.

¹⁸⁶ Embora pareça um pouco teórica, Reis defende a ideia de que a teoria está sendo instada para passar pelo mundo empírico, por marcos históricos, em busca de continuidades ou mudanças.

Segundo Reis, a partir de um esforço sistemático e rigoroso para apreender o que é diferente e o que não é em sociedades que parecem lutar pelas mesmas metas democráticas, talvez se consiga compreender melhor a mudança social e, como consequência, ajudar a alcançar estas metas. Acreditamos que a consciência da necessidade de engajamento da sociedade civil nas decisões políticas e na (re) construção da cultura, juntamente com padrões mais democráticos oriundos de maior participação social dos diversos atores, foram responsáveis por novas modelagens sociais, especialmente na transição dos processos autoritários para processos políticos mais abertos. A intensa aplicação das tecnologias nos dias atuais sugere que esses aspectos sejam refinados, no sentido de buscar promover os novos modelos de cidadania e inclusão, que, no caso do Brasil, desafiam os seus formatos históricos.

2.3 Esfera Pública e Cidadania

Pensar os conceitos de Estado, nação e cidadania envolvem o entendimento de um contexto específico. As variações de combinações de relacionamentos entre esses conceitos, e sua aplicação prática, têm como resultado a diversidade de conformações sociais históricas e na atualidade, e ainda ideais ou utópicas.

2.3.1) O Familismo Amoral de Banfield

Em suas pesquisas, Reis aplica a noção de “familismo amoral” elaborada por Banfield, a uma reflexão sobre os problemas da solidariedade e da integração social¹⁸⁷ em contexto de elevada desigualdade. Os principais resultados do seu trabalho a levam a afirmar que a esfera pública parece estar se retraindo nas grandes cidades brasileiras, aproximando-se de certa maneira ao fenômeno descrito por Banfield em um pequeno povoado rural do sul da Itália¹⁸⁸.

Banfield observou que o senso de identidade dos habitantes deste povoado se limitava ao âmbito de suas famílias imediatas, e então criou a expressão “familismo amoral” para dar conta de uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongavam fora do ambiente familiar, e assim as pessoas não agiam de modo conjunto em função do bem comum¹⁸⁹.

¹⁸⁷ A solidariedade pode ser vista como os sentimentos de integração experimentados pelos indivíduos como membros de grupos sociais, e a inclusão como o processo pelo qual grupos antes excluídos conquistam a solidariedade da comunidade ou da sociedade.

¹⁸⁸ Banfield realiza sua pesquisa na década de 1950, em um povoado italiano. Nesta tese, o familismo é pensado a partir da interpretação de Reis sobre o Brasil, em termos de solidariedade e integração.

¹⁸⁹ A falta de confiança generalizada levava os membros da comunidade a considerar o recuo para a esfera privada como sua escolha mais racional: as pessoas não eram capazes de adiar a satisfação de

Refletindo sobre as características do familismo amoral, em comparação com outros cenários, Reis sugere que algo mais deve estar contido no problema, pois nem toda situação de escassez acarreta uma restrição da solidariedade. Outras experiências de privações evidenciam o aumento da solidariedade. Esse contraste torna importante a busca por outras condições que possam explicar porque razão, em determinadas situações de escassez, não se desenvolvem sentimentos de confiança mútua. A partir desse tipo de situação, Reis pretende chamar a atenção para as implicações de “amoralismo” em sociedades que se caracterizam por estruturas de elevada desigualdade.

Algumas questões norteiam as suas discussões, sendo importantes fontes de investigação, uma vez que a solidariedade e a integração são pressupostos para o equilíbrio da vida social, sendo ambos prejudicados por contextos onde impera o amoralismo: até que ponto é possível esperar que se generalize uma confiança mútua, típica dos sentimentos comunitários, em sociedades nacionais nas quais prevalecem graves disparidades nas oportunidades de vida da população? Se a noção de “concidadão” não encontra ressonância no dia a dia das pessoas, por que razão deve-se esperar que se desenvolva uma identidade comum e uma disposição para participar de atividades destinadas a promover projetos coletivos? Se a pobreza e a desigualdade generalizadas constituem dois dos mais evidentes problemas sociais dessa época, pensar o familismo como um referencial analítico pode ajudar a avançar na compreensão do que está acontecendo nos lugares onde esses problemas persistem em larga escala?

Essas reflexões parecem fundamentais para que Reis explique o déficit de cidadania no Brasil¹⁹⁰ no Século XX através da dificuldade de as pessoas que sofrem com as desigualdades serem solidárias. Elas não conseguem acessar a ideia de solidariedade porque estão em meio a um conflito, lutando pela sobrevivência, enquanto outras vivem em “fartura”. Será que esse cenário persiste no Brasil, e, mais precisamente, em João Pessoa, lócus da pesquisa? O período posterior às análises de

necessidades a fim de obter maiores benefícios por meio de ações políticas ou de atividades conjuntas, porque acreditavam ser mais urgente defender seus interesses materiais imediatos ou o de seus parentes próximos. Quais as consequências dessa forma de pensar e agir? A lógica familista privada acabaria com a cooperação generalizada, tornando impossível a vida social.

¹⁹⁰ Entendendo que as teorias devem passar pelo mundo empírico, e os relatos históricos ajudam a identificar os pontos convergentes e divergentes ao longo dos processos sociais, Reis nos ajuda a entender como o Brasil talvez tenha sido, em comparações com o que se viu na Itália, por exemplo. Reis então passa a ser uma intérprete do exercício de pensar o Brasil a partir do familismo amoral. De forma semelhante, o Brasil desenhado por Reis pode ser comparado aos dias de hoje.

Reis inauguram os treze anos de governos da esquerda (2003 – 2016), que trazem mudanças importantes e talvez um melhor encaminhamento dessas questões.

Nesse cenário, as TIC representam tecnologias de inclusão e o seu uso é motivado como uma forma de diminuir a distância entre as pessoas e reconectá-las em diversos aspectos da vida humana. O uso da internet é estimulado para inaugurar o mundo de comunicações e ações ¹⁹¹. Vivendo o Século XXI, ainda nos deparamos com os mesmos problemas (desigualdades, violência generalizada, alastramento da corrupção e da falta de escrúpulos na política, e outras manifestações de ausência da solidariedade), mas vemos as TIC como parte dos processos sociais, transformando as possibilidades de comunicação e ação (importantes para o associativismo), e vemos pessoas reunidas em grupos maiores ou menores, lutando por suas concepções, principalmente na internet.

2.3.2) Identidades, Solidariedade e Políticas Públicas

Buscando desenvolver sugestões de respostas para seus questionamentos, Reis reflete sobre as tendências da exclusão social na América Latina e suas consequências para a construção da identidade social, o que utilizaremos como base para pensar o Brasil. A construção de uma arena pública na América Latina esteve historicamente associada ao processo de desenvolvimento e modernização sob a liderança do Estado, cabendo a este a responsabilidade de integrar o território nacional, promover o desenvolvimento econômico e forjar uma identidade coletiva baseada em uma certa noção de cidadania.

Se a gênese do relacionamento entre Estado e sociedade se dá a partir de modelos autoritários, como no caso do Brasil, e ao longo do tempo não são desenvolvidos modelos alternativos com ênfase na identidade social “natural” e na solidariedade, o conceito de cidadania nasce e permanece restrito, limitado quanto à inclusão social e à participação política. A interação entre fatores culturais, políticos ou

¹⁹¹ Não podemos negar que o movimento de expansão das TIC (internet, computadores portáteis, *smartphones*, entre outras) tenha sido uma ordem mundial, mas por corroborar com a ideia de que não há determinismo tecnológico, entendemos que houve um incentivo a esse cenário de acesso às TIC, o que poderia não ter se configurado caso outras opções políticas tivessem sido feitas. Esta tese investiga relações entre as TIC e a promoção da cidadania e da inclusão social, pensando em cenários históricos e atuais, através dos quais esses conceitos se realizam, e alguns fatos se evidenciaram, sugerindo aspectos de transformação sociotécnica. Como exemplo, podemos dizer que o celular proporcionou a grande parte da população brasileira um acesso à comunicação que eles nunca haviam tido antes. O fato de se poder gravar qualquer coisa faz com que as pessoas que têm dificuldade na escrita e, portanto, vergonha de escrever, não se sintam incomodadas ao transmitir suas mensagens de outras formas. Pensando no volume de mensagens que são trocadas em aplicativos de comunicação, mesmo em linguagens não perfeitas, mesmo com erros de grafia ou fala, as pessoas se libertaram e passaram a se comunicar do “seu jeito”, sentindo-se parte de um campo de comunicação, produzindo e consumindo informações e ações. Talvez esses representem cenários de inclusão que não permitam retrocesso.

econômicos sugere a concepção particular de sociedade civil que se formou na América Latina, e salientava a relação direta entre cidadão e autoridade estatal, ao mesmo tempo em que segmentava as demandas sociais e eliminava a livre competição dos grupos e seus interesses sociais, a partir do momento em que o indivíduo coletivo reunia os propósitos gerais da sociedade (“acima dos individuais”), legitimando os planos e ações do governo.

Apesar das desigualdades, o crescimento econômico e o ideal nacionalista tornaram viável certo tipo de solidariedade social, embora os sacrifícios enfrentados por essa ideologia fossem distribuídos de forma desigual entre os grupos sociais. A invocação da comunidade em forma de apelo à esperança em dias melhores no futuro, contida na noção de Estado-nação, agiu no sentido de definir uma identidade abrangente¹⁹² e impedir a emergência de identidades concorrentes.

Nesse sentido, a noção de sociedade civil, entendida na maior parte da América Latina, inclusive no Brasil, sob o estereótipo de “indivíduo coletivo não plural” deslegitimou e deixou pouco espaço para que interesses autônomos e específicos se afirmassem ao longo da história. A definição de uma identidade política coletiva (para diluir a divergência dos interesses sociais) subordinou a sociedade civil ao Estado, contrariando teorias sociológicas que sugerem colocar a solidariedade acima da autoridade e, portanto, a sociedade civil acima do Estado.

Esse cenário resultou em negligência com relação a graves problemas de integração social, uma vez que uma identidade nacional desnaturalizada não tem forças para incluir os diversos segmentos, em sociedades com extremos de desigualdades. Enfim, a crise ideológica do Estado-nação como núcleo básico da solidariedade deu-se em todo o mundo, evidenciando a perda de competência do Estado nas dimensões econômica, administrativa e ideológica.

De forma geral, a ausência de solidariedade e integração, a falta de confiança da sociedade no Estado e a negligência do Estado para com a sociedade são fatores que atribuem à própria sociedade a responsabilidade de atuar onde existem lacunas de governo. Quanto mais os laços são desvalorizados e a desconexão se amplifica, maior o comprometimento da vida em coletividade. Na América Latina, boa parte do discurso

¹⁹² Embora as desigualdades estivessem visíveis no cotidiano, estampadas nas diferenças nos padrões de consumo e nas oportunidades efetivas de vida, no preço que estava sendo pago pelos diferentes grupos sociais em nome de um projeto que favoreceria “a todos”, essas esperanças em um futuro melhor para a nação constituíram a base para sentimentos de participação comunitária. O desenvolvimento dirigido pelo Estado, o *pater familias*, o tutor benevolente, garantiria tanto a incorporação da população situada na base da sociedade, quanto o fortalecimento de uma comunidade nacional de interesses.

referente à sociedade civil lhe associa ao altruísmo e à boa vontade (a uma “solidariedade fraternal” inspirada em um ideal comunitário baseado na religião), relegando a defesa de interesses próprios a uma forma de egoísmo ilegítimo. Essa ideia leva a entender que as pessoas que não têm suas necessidades básicas atendidas devem ficar dependentes da caridade dos abastados, promovendo um populismo da elite¹⁹³.

Segundo Reis, parece faltar às pessoas solidariedade cívica, preferindo-se adotar uma definição restrita de moral, que se assemelha ao familiarismo amoral de Banfield¹⁹⁴. Nesse contexto, as grandes massas da população que precisam lutar desesperadamente para assegurar sua sobrevivência imediata não encontram incentivo para associação, porque elas não podem adiar a satisfação das necessidades, ao passo que o *ethos* dominante confia às elites esclarecidas a responsabilidade de zelar pelos pobres¹⁹⁵. Falando de Brasil, um país historicamente marcado pelas desigualdades e que em poucos momentos teve a atenção de políticas públicas que buscaram combater esses problemas, a elite apenas protegeu os seus interesses e assim, essa “ausência histórica” foi sentida pelos que sofriam as suas consequências.

Reis dizia que a corrente contrária à integração social era muito forte no momento em que ela desenvolvia os seus estudos, e a distância entre os setores sociais se ampliava. A dificuldade em torno de desenvolver a solidariedade, principalmente em territórios muito amplos, e que conformam sociedades altamente diversificadas e extremamente desiguais, como a brasileira, aliada talvez a objetivos que sejam

¹⁹³ Entretanto, quando alguns indivíduos realizam ações de fraternidade, representando instituições ou em nome de iniciativas particulares, apoiadas ou não pelo Estado, essas ações pontuais não devem implicar obrigatoriamente em solidariedade social. Os objetivos dessas ações podem variar desde convencer a população desassistida a continuar passiva na condição de desigualdade até a integração dessas pessoas de fato, o que precisa de análise cuidadosa.

¹⁹⁴ Algumas evidências das teorias de Banfield no Brasil, seriam: associação espontânea e colaboração entre os mais pobres: iniciativas de “*self-help*”, estratégias familiares, cooperação com vizinhos, mantidas na esfera privada e definidas em termos limitados. Essa restrição de espaço social não seria uma estratégia exclusiva dos mais pobres. Nos setores mais ricos parecia estar crescendo a tendência para limitar o espaço da comunidade, devido à ameaça do contexto social (pobreza e desigualdade, violência e insegurança). Considerando os extremos sociais no Brasil, o Estado é incapaz de garantir a ordem, a segurança e o bem-estar, e então as pessoas adotam medidas de proteção privada. E quanto mais aumenta a pobreza e a desigualdade, maior a distância entre os grupos sociais e o medo de utilizar o espaço público, levando-os a evitar toda interação fora de seu círculo mais próximo, visto como espaço de confiança. O familismo amoral também assombra as elites, mas com a diferença de que o Estado, detentor do poder, serve aos seus objetivos, embora não seja capaz de lhes garantir a “liberdade no espaço social”.

¹⁹⁵ Esse cenário gera uma crise de confiança e um ciclo vicioso: de um lado, a luta (talvez a princípio conformada, porém em alguns momentos revoltada) de uns para continuar vivendo “como dá”, ou esperando que a boa vontade dos poderosos faça por eles algo que mude a sua trajetória ou eles mesmo buscando por conta própria resolver os problemas de uma sociedade desigual, segundo suas próprias noções de justiça social; do outro lado, os abastados mantêm ou procuram prosperar suas condições de poder, dando aos pobres o necessário ou quase nada para mantê-los quietos, através de campanhas midiáticas de redistribuição dos bens de cidadania, sem que se tenha a pretensão de que esses se autodesenvolvam e criem seus caminhos de emancipação social, econômica e política.

incompatíveis com uma sociedade mais forte com relação à sua preponderância sobre o Estado, fazem com que a arena política se restrinja ao Estado e aos grupos dominantes, com pouca ou nenhuma participação e influência dos demais grupos sociais. Estes, por sua vez, estarão tão mais afastados da “sociedade em que vivem” quanto mais forem fortes os sentimentos de não pertencimento a ela, tendo então que “se virar” para sobreviver.

Embora as estatísticas apontassem o progressivo estreitamento dos espaços de confiança mútua na América Latina, Reis sugere que esse cenário não é incompatível com uma tendência contrária, citando movimentos de igrejas e de mulheres, associações de moradores, considerados manifestações autônomas promissoras enquanto benefício da sociedade como um todo, por constituírem ações independentes do Estado. Entretanto, esses movimentos não garantem que uma sociedade civil forte está emergindo na América Latina, com participação política decisiva e inclusão efetiva e, mesmo que a sociedade civil seja forte, ela não garante aos seus membros oportunidades iguais de incorporação na arena pública.

Quando acessamos essas colocações de Reis, chegamos a pensar se ela própria não está questionando a força da relação entre o cenário brasileiro e o familismo amoral. Se por um lado parecia haver um tipo de retração de grupos localizados nos polos sociais, também é sugestivo que a sociedade buscava algumas estratégias de fortalecimento comunitário a partir de identidades mais amplas. Embora essas associações de pessoas pareçam um tipo de reação à negligência do Estado, isso não significa que elas fossem resistentes à ampliação do seu escopo de pertencimento.

A partir do Século XXI, com a chegada dos governos de esquerda no Brasil, algumas mudanças ocorreram: durante quase 14 anos, as pessoas vivenciaram experiências e sentimentos de inclusão¹⁹⁶. Então, nos perguntamos se vale a pena manter o familismo amoral para pensar o Brasil. Reis diz que podemos usar a teoria porque o Brasil é um país que teve um processo de formação lacunada do Estado, dificuldade de integração, muita desigualdade econômica. O que vimos em campo nos fez pensar que a ideia de isolamento não se dá de forma generalizada, em todos os

¹⁹⁶ Com o processo de expansão das esquerdas, as classes sociais mais baixas puderam mudar hábitos, inclusive de consumo, adquirindo bens ou vivenciado o mundo das TIC juntamente às demais, sendo diminuída a distância entre elas.

espaços sociais, e não compromete a associação, a atuação comunitária entre os “pares sociais”¹⁹⁷.

Neste século, o Brasil viveu e ainda vive cenários de desintegração, exclusão e violência explícita, o que pode levar ao senso comum de que tudo está a cada dia pior. Entretanto, duas linhas de ação podem ter influenciado mudanças na solidariedade social e nas conformações políticas: por um lado, talvez essa visão de ineficiência em termos de tutela do Estado tenha motivado os grupos sociais em direção à ampliação dos laços de confiança e conformação de uma sociedade civil que luta pelo reconhecimento de necessidades de grupos ou do bem comum; por outro lado, os governos de esquerda despenderam esforços e recursos no combate a alguns dos nossos mais sérios problemas. Se somadas, as linhas de ação sugerem que a sociedade brasileira conseguiu se perceber em identidades e grupos maiores, em uma sociedade civil que busca influenciar as decisões e ganhar espaço diante do Estado e do mercado, e que o Brasil avançou na direção de políticas públicas que, por exemplo, observaram com mais cuidado a educação e deram continuidade ou ampliaram a atenção a questões de pobreza e desigualdade¹⁹⁸ (como distribuição de renda e cotas), o que pode ser percebido através da melhoria de diversos indicadores sociais¹⁹⁹.

Por fim, gostaríamos de reforçar que esses debates envolvem transformações em aspectos culturais, políticos e econômicos, e que estas não podem ser separadas das novas tecnologias, fundamentais aos processos de efetivação da ampliação das associações humanas, para produção de informações e conhecimento para articulações e ações, em um “pacote de possibilidades técnicas” que favorecem as iniciativas de grupos e da sociedade civil²⁰⁰ como todo, e aproximam os atores sociais.

¹⁹⁷ Em campo, pudemos conhecer cooperativas de artesãs que produziram e comercializaram bijóias a partir de escamas de peixe, para diversos lugares do mundo, de agricultores, grupos de professores e alunos, todos atuando em conjunto buscando se projetar para além de suas fronteiras comunitárias, buscando nas TIC uma forma de se mostrar ao mundo. O material do campo nos leva a discordar de Reis. Mesmo sem a provisão dos bens que deveriam ser garantidos pelo Estado, era visível o esforço conjunto para atuar e desenvolver ações em prol de seus grupos ou comunidades.

¹⁹⁸ Diversos grupos sociais se sentiram mais valorizados, e mais incluídos, diante da possibilidade de ingressar em instituições de ensino superior, por exemplo, ou de poder adquirir eletrodomésticos, o que antes parecia “coisa de rico”, sendo ampliados os limites da solidariedade e o sentimento de pertencimento a uma comunidade maior.

¹⁹⁹ Já foram feitos alguns comentários sobre supostos problemas morais dos governos de esquerda, mas acreditamos que os indicadores têm autonomia para revelar o que foi bom, em termos de mudanças, sem que seja preciso estar sempre contrapondo o melhor e o pior desses governos.

²⁰⁰ O fortalecimento do conceito de sociedade civil se dá por volta dos anos 80, quando a abertura política para a sociedade se dá de forma mais efetiva, conformando modelos participativos baseados na influência das disputas e alianças dos diversos atores sociais, em torno do reconhecimento dos seus princípios e objetivos enquanto elementos norteadores da vida social. A partir da década de 90, esses modelos devem

Diante de tudo o que foi posto, acreditamos que as desigualdades contribuem para a restrição da solidariedade, muito mais do que a pobreza em si. Ou seja, em cenários como o Brasil, não temos escassez de recursos para todos, mas um desnivelamento que exclui e gera polos sociais, e essas condições não conseguem sustentar uma solidariedade social e cívica, e assim, novos modelos sociopolíticos precisam ser pensados.

Vivendo a modernidade, entendemos que não há como aglutinar as expectativas e os sentimentos dos diversos grupos sociais através de uma identidade imposta. Quando a pobreza é avassaladora e a desigualdade é excessiva, a solidariedade social se expressará de modos diversos, pois os valores e crenças compartilhados, que mantém as pessoas unidas, certamente revelarão diferenças entre grupos e setores. Para desenvolver a solidariedade, em sociedades como o Brasil, é preciso pensar no problema da exclusão, que parece comportar um “*apartheid*” social entre diversos grupos, um mosaico onde as partes parecem não se unir.

Entretanto, se, por um lado, a diversidade em um território tão cheio de peculiaridades econômicas e sociais é algo inegável, e em parte provém de questões históricas e culturais, por outro lado, a conformação social de discrepâncias com relação à distribuição de bens públicos e garantias de condições de cidadania é algo que talvez possa ser revertido com alternativas políticas e sociais.

2.3.3) Desigualdade e Cidadania

As evidências de pobreza e desigualdade são preocupações frequentes nos estudos das ciências sociais, em virtude das discrepâncias culturais, políticas e econômicas, que excluem e impedem o desenvolvimento do sentimento de pertencimento social em maior amplitude, para parte das pessoas. “No caso da produção das cidades, o Estado foi sempre destacado como um dos principais responsáveis pelas dinâmicas ressaltadas pela literatura, seja por suas ações, seja por suas omissões” (MARQUES et al., 2012, p. 84). No Brasil, diversos períodos históricos trazem discursos políticos oficiais proferidos por seus representantes, em nome de nobres intenções, como o combate à pobreza e a redistribuição social. O que se fez a respeito desses temas?

Na década de 90, a norma classificatória costumeira definia “pobre” como aquele cuja renda não é suficiente para satisfazer as necessidades básicas de

ser compreendidos em relação à incorporação das TIC nos processos humanos, já que essas tecnologias inauguram novas possibilidades de comunicação, articulação e tomada de ação.

alimentação, habitação, vestuário e educação, e “indigente” como aquele cuja renda não satisfaz sequer as necessidades nutricionais²⁰¹ (REIS, 1998). Acessando essa norma, podemos entender o que era a concepção de pobreza neste período e, portanto, como o seu combate poderia ser pensado em termos de proposição de políticas pública: a pobreza estava associada ao baixo acesso a recursos econômicos e, portanto, o seu combate significava repensar a provisão de renda e, a partir desta, “os demais aspectos” da vida humana. Já as desigualdades parecem ter sido historicamente observadas com relação às oportunidades providas em um espectro mais diversificado de bens de cidadania, evidenciando um enorme fosso entre os extremos sociais, cujos contrastes se manifestam de maneiras diversas, como na expectativa de vida e nas taxas de alfabetização, na participação política e na consolidação da democracia²⁰².

Já no final do Século XX, o conceito de pobreza foi atualizado, indo além da privação socioeconômica: as múltiplas dimensões da pobreza vão além dos níveis materiais de sobrevivência, considerando os indivíduos que não têm acesso a importantes benefícios das sociedades modernas como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social. O aumento da amplitude do conceito de pobreza traz consigo a necessidade de ampliação das ações relacionadas ao seu combate, o que passa a requerer uma observação tanto da dinâmica da renda como das suas demais dimensões, ampliando os requisitos para a melhoria das condições de vida do cidadão, e, assim, outros aspectos associados a bens e serviços de cidadania e que dignificam o indivíduo devem ser providos pelo Estado.

Na primeira década do Século XXI, Marques et. al (2012) estudam a pobreza através dos processos de transformação vivenciados pelos espaços urbanos habitados pela população mais pobre nas grandes cidades²⁰³, provocados por mudanças sociais na economia e no mercado de trabalho, por alterações nas composições sociais dos grupos que habitam esses espaços, pela sua atuação política em ações coletivas de diversos

²⁰¹ No Brasil, cerca de 1/3 da população (42 milhões de pessoas) era classificada como pobre, e 12% (16,6 milhões), como indigente, ambas concentradas principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Quanto às desigualdades, a sociedade brasileira era mais desigual do que países muito mais pobres que o Brasil e, em 1991, este país apresentou a distribuição social mais desigual do mundo.

²⁰² Os extremos sociais foram percebidos nas diversas perspectivas humanas e, ainda assim, ao longo do tempo, persistem os sinais de concentração de renda, terra e riqueza, e de desproporcionalidade de acesso a saúde, educação, habitação, entre outros. Essas impressões complexificam o conceito de desigualdade, diante daquele de pobreza, requerendo o refinamento de suas análises, inclusive em termos qualitativos (vai além do “ter ou não ter”, do “quanto” se tem, marcando ainda o “como” se tem).

²⁰³ Os autores apresentam pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo que investigaram esses novos espaços sociais e os processos que os conformam, dando ênfase à interação entre as políticas de Estado, a segregação e as desigualdades sociais nessas cidades.

tipos, pelas profundas alterações por que passaram as políticas estatais no processo de consolidação da democracia, e porque esses espaços urbanos se transformaram em vista de seu duplo caráter de produtos e produtores de ação social e política.

De acordo com a “nova pobreza” (multidimensional), neste período, tem-se a redução da proporção de pobres e indigentes, embora com variações sazonais importantes. Os processos responsáveis pela dinâmica da pobreza são bastante complexos e envolvem tanto o mercado de trabalho quanto as políticas estatais (MARQUES et al., 2012): quanto ao trabalho, tem-se uma queda expressiva no emprego formal entre 1990 e 2003, quando a informalidade abarcou mais da metade da população ocupada, mas o crescimento é retomado e por volta de 2010-2011, o Brasil atingiu o pleno emprego; observa-se uma melhora substancial nas condições de vida dos mais pobres a partir do avanço nos serviços prestados pelo Estado (aumento das coberturas de água, luz, esgoto e coleta de lixo), um aumento de serviços educacionais e de saúde (embora pareçam persistir importantes diferenciais de qualidade), criação de políticas para grupos sociais específicos (como os programas de transferência direta de renda)²⁰⁴.

Apesar de os indicadores da nova pobreza sugerirem melhorias no cenário brasileiro, deve-se ter cuidado com os macroestudos, e assim as pesquisas devem levar em consideração a heterogeneidade da pobreza²⁰⁵ e a ideia da várias periferias²⁰⁶. Outro aspecto importante sugerido pela pesquisa é que políticas voltadas às camadas mais pobres podem ter sua base na força e projeção dos movimentos sociais frente à administração da época. Nesse aspecto, a pesquisa reflete um momento particular: desde 2003, o Brasil havia sido constituído um governo de esquerda, que se renovou por mais um mandato, sendo sucedido por mais um governo de esquerda, todos voltados à distribuição de renda e combate à pobreza, o que permitiu a continuidade das políticas

²⁰⁴ Outros aspectos também contribuíram para a diminuição da pobreza multidimensional: as ações para acesso a bens duráveis tais como fogão, geladeira, televisão, máquina de lavar, entre outros; as mudanças sociodemográficas, associadas à diminuição no tamanho da família, disponibilizando mais recursos para o consumo de bens e serviços.

²⁰⁵ Ao longo do território brasileiro, ou em uma mesma cidade, há áreas segregadas, contribuindo para ciclos de reprodução da pobreza, enquanto há áreas marcadas por intensa privação socioeconômica que possuem maior acesso aos benefícios gerados pelo Estado.

²⁰⁶ Consideramos importante essa visão das periferias, pois ela condiz com o que Giddens nos informa sobre o processo de descentramento: não podemos mais operar com a ideia de centro e periferia. Dependendo dos recortes e das questões em análise, podemos ter lugares ou situações que podem ser pensados como periféricos, mas que em outras dimensões não seriam classificados como periferias.

públicas e dos seus objetivos por um tempo maior, potencializando os seus resultados e efeitos²⁰⁷.

O estudo da pobreza requer atenção com os conceitos multidimensionais e as heterogeneidades do tecido social, políticas públicas que atendam as especificidades de microrregiões e de seus grupos diversificados de atores sociais e particularidades, estando todos esses aspectos expostos à dinamicidade das suas multidimensões. Mas onde entram as tecnologias? Primeiramente, as TIC e as novas propostas de análise de dados permitem que se tenha uma percepção mais apurada da complexidade da distribuição dos grupos sociais no espaço, e da maior heterogeneidade das situações de pobreza²⁰⁸.

Em termos de direitos, aproveitamos para por mais um desafio na conceituação da nova pobreza nas sociedades modernas: se essa pobreza está relacionada à privação de aspectos que promovem melhorias na condição de vida sob diversas perspectivas, entendendo que a cibercultura se coloca como um paradigma importante para o autodesenvolvimento e a inteligência coletiva nas sociedades contemporâneas em rede, o que se pode dizer sobre a privação dos benefícios associados aos recursos tecnológicos? Se a tecnologia passou a integrar os indicadores mundiais de desenvolvimento humano e em discussões internacionais os programas de ID estão voltados às populações que são tomadas como carentes, evidenciam-se as relações entre TIC e combate à pobreza e desigualdades²⁰⁹.

Na análise da política pública de ID, observamos dados referentes a mais de 10 anos de ações do governo, que se somaram a ações de mercado e da sociedade civil, buscando promover o uso das TIC no Brasil. O período estudado corresponde quase totalmente ao espaço de tempo em que governos de esquerda estiveram à frente das políticas federais, e uma macro-análise sugere o esforço quali-quantitativo dos atores sociais na implementação dos processos de ID sob o discurso do combate à exclusão e às desigualdades (o que parece corroborar com os dados de Marques et. al. que indicam

²⁰⁷ A história do Brasil é permeada por episódios de descontinuidade administrativa e destruição das capacidades instaladas, em virtude do caráter competitivo das políticas de governo. Essa característica pode afetar diretamente a efetividade de ações interrompidas ou desviadas de seus objetivos centrais.

²⁰⁸ As mudanças nos paradigmas que orientam as análises e a disponibilidade de novos instrumentais e métodos permitem um olhar mais pormenorizado dos fenômenos sociais no espaço. Em lugar das macroexplicações, surge a necessidade de trabalhar as especificidades da sociedade contemporânea, extremamente diversificada, complexa e dinâmica.

²⁰⁹ Embora acreditemos que as TIC não devem representar uma imposição à vida moderna, reconhecemos que as pessoas devem ter acesso às possibilidades de incorporação dos seus recursos aos processos sociais, sob pena de serem excluídas de bens de cidadania, em perspectivas políticas, econômicas ou culturais, e assim serem alocadas às periferias digitais.

melhorias nos indicadores sociais), embora esses problemas ainda persistam, inclusive em termos de acesso às TIC.

2.3.4) Sociedade Civil e seus diversos Estatutos Políticos

Algo que parece ligado à sociedade brasileira é a imagem de despolitização de parte da população, principalmente daqueles que são carentes ou se encontram em alguma dimensão de pobreza. Entretanto, o que caracteriza uma sociedade politizada? As reflexões feitas por Lavallo et al. (2012) nos ajudam a atualizar o conceito de sociedade civil no Século XXI, o que nos permitirá proceder com o exercício analítico, a partir dos diversos desenhos do que poderia ser uma sociedade politizada.

Cremos que não seja possível aprisionar a descrição do que seja uma “sociedade civil politizada”, quando o próprio conceito de sociedade civil²¹⁰ talvez não possa ser normatizado. Tomamos então a liberdade de pensar na abertura desses dois conceitos, que passam a considerar os contextos (interesses, práticas e atores envolvidos nos processos históricos referentes à construção e à reprodução da sociedade civil) muito mais do que possíveis pressupostos de normatização a que eles deveriam ser submetidos.

Nesse sentido, consideramos que não seja prudente estabelecer escalas políticas associadas a um menor ou maior grau de ação ou evolução política²¹¹ dos atores, pois elas parecem neutralizar o conteúdo político de algumas conformações da sociedade civil, privilegiando alguns formatos de ações políticas em detrimento de outros, desprezando ainda a ideia de que a identidade da sociedade civil se relaciona com os contextos e processos históricos relacionados a ela, o que talvez a torne única. Entender o estatuto das sociedades civis requer esforços de compreensão das suas gêneses e de busca por explicações que justifiquem as suas diferentes conformações. Referente às questões genéticas, a compreensão dos contextos e processos históricos torna possível conhecer o campo legitimado e a dinâmica de construção das relações entre os atores, os espaços abertos e o poder de influência de cada um deles nas questões políticas²¹².

²¹⁰ Pouco se sabe a respeito das disputas pela construção dos atores da sociedade civil, dos conflitos entre esses atores pelo acesso a recursos públicos, das ambições e divergências quanto à forma e aos alcances de sua incidência sobre o Estado, bem como dos fatores que subjazem às suas capacidades de atuação política (LAVALLE ET AL., 2012).

²¹¹ Nessa visão escalar, as práticas dos atores poderiam ser vistas como “pré-políticas”, “menos ou mais políticas”, em uma escala que tomaria por base algum instrumento referencial ou tipo de normatização.

²¹² “Por conseguinte, não existe um estatuto político da sociedade civil, passível de dedução teórica, mas diversos estatutos, ou, de modo mais incisivo, diversas sociedades civis cujo estatuto não é dado, mas requer explicação” (LAVALLE et al., 2012, p. 187).

Sendo assim, cada estatuto político leva consigo características que justificam o tipo de democracia a que se relacionam, não se devendo proceder de forma comparativa com relação a graus de politização²¹³, uma vez que os contextos associados a esses estatutos são diferentes. Falando especificamente sobre o Brasil, sua sociedade civil mostra as marcas de uma ativação societal contra a ditadura que cedeu passo a reformas institucionais que prolongaram o protagonismo dos novos atores da sociedade civil, consolidando sua presença em domínios de agência específicos, nas áreas de políticas públicas²¹⁴ (LAVALLE et al., 2012).

Analisando dados de suas pesquisas²¹⁵, tivemos acesso a revelações teórico-práticas sobre estatutos políticos de organizações civis no Brasil e modelos de relação entre Estado e sociedade civil, em termos de construção de pautas políticas e de outros aspectos da relação entre esses atores políticos. Os resultados dessa pesquisa sugerem as seguintes interpretações: em momentos de abertura política para participação da sociedade, as organizações civis se fortalecem quali-quantitativamente²¹⁶; os diversos tipos de organizações civis acompanham a natureza dos agrupamentos sociais em determinado momento histórico, seus respectivos interesses (não podendo ser desconsiderada a influência do trabalho de base dos contrapoderes) e escopos de solidariedade, não sendo mutuamente excludentes (fazer parte de um não implica em

²¹³ Sociedades civis cujos atores se orientam para benemerência, filantropia, prestação de serviços e assistência sustentada com recursos públicos são uma construção política tanto quanto sociedades civis em que os atores privilegiam o debate público, a incidência em políticas públicas, o exercício de *advocacy* e a linguagem dos direitos enquanto práticas políticas. Embora difiram no seu estatuto político, essas sociedades civis não são nem mais nem menos politizadas, uma em relação à outra.

²¹⁴ Lavallo et al. alargam o conceito de sociedade civil de modo a contemplar redes de solidariedade, ações individuais em público, irrupções espontâneas e desorganizadas, iniciativas informais ou iniciativas institucionalizadas e estabilizadas organizacionalmente (em formato de associações), e propõem a necessidade de distinção entre sociedade civil como movimento (por exemplo, manifestações) e como instituição (organizações civis).

²¹⁵ As pesquisas foram realizadas em 2002, sendo desenvolvidas com o objetivo de encontrar padrões de sociedades civis em momentos de transição política, através da análise dos processos históricos de construção política no México (Cidade do México) e no Brasil (São Paulo), vistos na literatura como dois contextos de transição democrática, ambos caracterizados pelo protagonismo de sociedades civis emergentes e autônomas. Nesta tese, tivemos contatos diretos com associações de moradores, ONG e outras representações sociais, em campo, inclusive para realização de trabalhos de ID, e ainda através de eventos como o IGF e as reuniões da ANID, e trazer essas reflexões e dados para a pesquisa nos ajudou a pensar sobre como essa organizações se articulam politicamente, inclusive com o apoio das TIC.

²¹⁶ São incrementadas em termos de quantidade, e em geral acompanham as orientações do trabalho de base orientado pelo ativismo político de contrapoder – no momento da pesquisa, o ativismo foi orientado pela esquerda, perante a rarefação da esfera pública.

não poder fazer parte de outro); as demandas podem estar ligadas aos poderes Executivo e Legislativo, nos três níveis da estrutura federativa²¹⁷.

A pesquisa revelou organizações civis fundadas como iniciativa de indivíduos, da Igreja Católica, dos sindicatos e dos partidos políticos (principalmente do Partido dos Trabalhadores), outras fundadas por influência de organizações civis existentes, e representou o esforço frequente de participação de outros atores institucionais na fundação de organizações civis e, portanto, de constelações mais diversificadas de entidades no universo das organizações civis, distribuídas nos seguintes tipos: Associações Locais (de Bairro e Comunitárias), Organizações Orientadas Tematicamente (ONGs e Pastorais), Entidades de Coordenação (Coordenadoras e de Foros), Entidades Assistenciais, entre outras.

Referente aos elementos motivadores da criação de organizações civis, em geral, esses interesses podem ser muito diferentes: construir representação perante o Estado, contribuir com a formação política e emancipação de determinados segmentos da população ou públicos, promover valores morais, preservar o patrimônio histórico de certa localidade, procurar o reconhecimento legal ou a institucionalização de iniciativas ou práticas informais, entre outros.

No momento da pesquisa, esses elementos motivadores corresponderam tanto a padrões tradicionais de ações coletivas (demandas de infraestrutura urbana e serviços básicos, como educação e saúde, e também por altruísmo, assistência aos desvalidos, fraternidade e filantropia) quanto a padrões mais recentes ou emergentes (englobaram a tematização pública de “novos” problemas e esforços que buscaram influenciar a formulação de políticas públicas e a definição da agenda pública, como processos de diferenciação e especialização funcional), o que sugeriu mudanças nas motivações para a fundação de organizações civis a partir da conexão entre o investimento na construção de uma nova constelação de atores e o surgimento de um novo domínio de agência, que pareceu estar substituindo algumas das motivações mais antigas e persistentes na construção de atores sociais.

A pesquisa sugere que as capacidades das organizações civis estejam fortemente condicionadas pela diversidade, permanência e volume das apostas políticas realizadas no passado por atores relevantes, entendendo-se por capacidade de atuação

²¹⁷ No momento da pesquisa, as demandas foram encaminhadas aos poder Executivo, nos três níveis da estrutura federativa (prefeitura, governo estadual e governo federal) e, ao poder Legislativo, dirigidas à Câmara dos Vereadores e à Assembleia Legislativa do Estado.

não a produção de resultados desejados, mas o engajamento dos atores na formulação de reclamos ou exigências perante o poder público. A partir da pesquisa, entendemos a construção política como as relações que se dão em torno de manutenção ou renovação nos domínios de agência e nas constelações de atores, e na capacidade das organizações civis de disputar a agenda e as decisões públicas. Esse cenário requer investimentos políticos por parte de diversos atores constituídos na criação e suporte de organizações civis não alinhadas diretamente com o sistema político, o que permite a definição de um novo pacto social e, nele, as obrigações do Estado perante a cidadania²¹⁸.

Faz-se importante, ainda, entender os aspectos que se colocam como novos na relação entre sociedade civil e Estado, diante das possibilidades políticas abertas pelas TIC e pelas promessas advindas dos programas de ID. Os modelos participativos e democráticos vêm influenciando os discursos e algumas práticas dos governos brasileiros e, nesse contexto, a produção e consumo de informação e os processos de comunicação e ação nos contextos sociais e políticos podem ser apoiados pelas tecnologias, que aumentam as possibilidades de transferência de um modelo de gestão feito pelo Estado, para um modelo onde as decisões sejam tomadas pela sociedade civil.

Esta tese traz entre os seus relatos diversos momentos em que podem ser vistas a atuação política da sociedade civil e as realizações das relações entre a sociedade civil e o Estado. Entre esses relatos, estão: a narração do IGF e das reuniões da ANID, momentos em que os atores sociais (incluindo mercado) estiveram reunidos para debater a ID e questões relacionadas a esse conceito, como pobreza, desigualdades e exclusão; as impressões sobre as influências dos grupos sociais (entre eles, movimentos do campo, da juventude ou de mulheres) sobre o ciclo de políticas públicas propostas pelos governos; algumas percepções sobre como as redes sociais entram em jogos políticos na disputa entre poder e contrapoder; nos espaços concedidos para participação social nas decisões do governo, desde reuniões presenciais para realização de rodadas que implementam orçamentos participativos locais até estratégias de governo eletrônico que potencializam a decisão popular nas várias etapas do ciclo de políticas públicas.

Nesse aspecto, tivemos acesso a materiais que nos informaram, por um lado, como acontecem as reuniões presenciais sobre o orçamento participativo municipal em

²¹⁸ Em outras palavras, a abertura política do Estado para participação da sociedade permite que os grupos organizados através das organizações civis criem alianças e/ou passem a disputar o debate e a agenda pública, o que pode levar à ampliação e/ou à diversificação dos investimentos em bens e serviços debatidos através da esfera pública. Essa dinâmica de constituição de espaços públicos pode ainda abrir espaço para a criação de novas organizações civis, em novos domínios de agência que porventura surjam de necessidades “emergentes”, de acordo com a dinâmica societária.

João Pessoa e, por outro, como a sociedade civil se organiza e realiza ações a partir internet para pressionar o governo municipal de São Paulo, em uma “versão digital” de pressão social sobre o poder do Estado. Enfim, esta tese se relaciona às tecnologias a partir de duas perspectivas: enquanto aspectos “pelos quais” a sociedade luta, quando reivindica a ID de “todos”; enquanto aspectos “através dos quais” a sociedade luta, quando faz uso crítico dessas tecnologias para influenciar as transformações sociais.

3. POLÍTICA E AÇÕES PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Este capítulo apresenta o lócus de pesquisa e o desenvolvimento da tese, a partir da explanação das ações desenvolvidas em campo e das interpretações sobre os dados colhidos ou produzidos através dessas ações.

A escolha do tema de pesquisa, “Inclusão Digital”, foi relativamente simples, em virtude de ser um campo que me motiva há algum tempo, já tendo sido trabalhado em projetos institucionais. Enquanto campo teórico-prático, a ID chama a atenção por seu alcance, em um mundo que encontra novas formas de unir tecnologias e aspectos humanos ou sociais, envolvendo diversas instituições, em diversas perspectivas (social, cultural, política e econômica, ou então puramente técnica), a cada dia que passa.

Pelo menos em discursos, a ID vem sendo bastante trabalhada, embora seu conceito seja dinâmico, e não haja consenso ideológico e de ações entre todos que dizem agir em seu nome. Em outras palavras, é necessário enxergar as diferenças entre as ações que buscam “apenas” aproximar as pessoas das TIC, e aquelas que buscam impulsionar a apropriação dessas tecnologias pelos sujeitos individuais e coletivos com foco na autonomia, na emancipação e nas transformações sociais, sendo estas consideradas como as legítimas ações de ID, no contexto desta tese.

O trabalho na tese se inspirou no exercício antropológico, buscando fazer as observações e procurando compartilhar as situações sobre a ID no Brasil e, mais especificamente, em João Pessoa, com o objetivo de investigar as relações entre paradigmas, discursos, ações e a política pública brasileira de ID (principalmente em João Pessoa), o uso da internet e a cibercultura, no que diz respeito à promoção da cidadania e da inclusão social no mundo físico (caracterizado pelo paradigma da sociedade em rede) e virtual (caracterizado pelas redes sociotécnicas, ou apoiadas por TIC). Para alcançar esses objetivos, desde 2014, foram formalizadas ações de pesquisa envolvendo a política pública de ID, implementada pelos governos, GF, GE e GM, e, no período de 2015 a 2018, a essas ações foram somadas vertentes de pesquisa e extensão no IFPB, onde tenho vínculos laborais.

Nas sociedades contemporâneas a ID parece estar por toda parte, o que pode a princípio sugerir diversos contextos e objetos de pesquisa. Em um primeiro momento, optamos por estudar a ID em João Pessoa, o que sugeriu o primeiro recorte, trabalhar junto ao GM. Em um segundo momento, decidimos estudar a ID no IFPB, mais precisamente na PROEXC, a partir do Programa P1, que estava em evidência no sítio do

IFPB na internet, e chamava a atenção da equipe desta pró-reitoria em termos de “necessidade de revisão e atualização de suas ações”. Revisitando esses recortes, decidimos trabalhar a política pública de ID através dos governos e as ações institucionais de ID no IFPB. Enfim, escolhemos contextos que pareceram desafiadores para um trabalho antropológico, e ao mesmo tempo, estratégias viáveis de ação no sentido de permitir, o mais breve possível, a entrada em campo. Embora possam parecer dois cenários distintos, o IFPB e os governos foram estudados de forma relacional.

Referente à primeira fase da pesquisa, a busca por conhecimento teórico, esta tese adentrou o campo da ID, através de diversos autores e pesquisadores, por reconhecer que os fatos só poderiam ser selecionados e articulados à luz da teoria, de bases científicas propostas por um corpo considerável de conhecimento acumulado e aprimorado e que originariam as hipóteses que deveriam ser testadas a partir dos fatos percebidos no campo (Clifford, 1998; Evans-Pritchard, 2005; Foote-Whyte, 2005). Sem as ideias sugeridas pela imersão nessas bases, o trabalho correria o risco de ser aleatório ou conduzido por senso comum. Fundamentadas por essas bases e com base no que percebemos no campo, pudemos nos posicionar, com relação ao que concordamos ou discordamos, o que é legitimado no trabalho antropológico (Foote-Whyte, 2005).

A segunda fase da pesquisa, voltada ao planejamento dos seus aspectos operacionais em campo, pudemos experimentar através dos momentos em que tive que preparar as minhas idas a todos os espaços sociais por onde andei, como o IGF, as reuniões da ANID, mas, principalmente, ao IFPB e aos espaços escolares e comunitários ligados aos seus programas de extensão, inclusive quando tive que fazer as malas e viajar para Pernambuco e para o Rio Grande Norte, encarando as estradas de barro em busca dos parceiros de pesquisa, e ainda quando me “mudei” para Lucena, nos dias em que juntos com outros parceiros, realizamos o ENEX. Talvez esse tenha sido o momento mais “antropológico”, pois, como sugeriu Damatta (1978), tive que planejar uma diversidade ainda maior de aspectos para ir ao campo, entre estes, onde e como iria comer, dormir, viver, além de outras questões, como superar o medo e realizar todos esses aspectos em meio às rãs, em um ambiente “dominado” por elas.

Referente à terceira fase da pesquisa, buscando “transformar o familiar em exótico”, precisamos desconstruir visões que tínhamos sobre o conceito de ID, sobre o IFPB e as formas de fazer extensão, para poder reconstruí-las, com base na objetivação e no inventário das práticas identificadas a partir dos fatos do campo. Por outro lado, buscando “transformar o exótico em familiar”, mergulhamos nas teorias sociais, em

busca de naturalizar, em mim, a sua forma de investigar relações entre atores, e as suas definições sobre cidadania, inclusão e políticas públicas, e assim experimentei essa nova forma de perceber o mundo no trabalho reflexivo sobre os fatos colhidos em campo (inclusive no IFPB), buscando investigar os enigmas da ID em termos de significação para promoção da cidadania e da inclusão social.

Reconhecendo que após a volta do campo começaria a “fase mais difícil da pesquisa” (Evans-Pritchard, 2005), caso o pesquisador busque dar uma contribuição original para o conhecimento através da proposição de novas ideias, procedemos com a organização dos dados e a análise das relações entre ID, cidadania e inclusão social.

As opções metodológicas utilizadas no campo foram baseadas em trabalhos antropológicos reconhecidos pelas Ciências Sociais (Caldeira, 1988; Clifford, 1998; Geertz, 1989b, 1989a; Foote-Whyte, 2005; Perlongher, 2008; Evans-Pritchard, 2005; Magnani, 2008; Berreman, 1931): 1) observações livres (para colher impressões ou descrições), inclusive das pessoas em ação, organizadas desde o início do projeto (delimitando cenário, atores, *script* ou regras); 2) escrita de relatórios detalhados nos cadernos de campo ID no IFPB (2015, 2016, 2017), registrando o máximo de informações possível, sobre os comportamentos concretos, isentos de julgamentos morais, contemplando inclusive informações que pareceram irrelevantes, a princípio, mas que em algum momento talvez fossem importantes para a compreensão de aspectos comportamentais; 3) entrevistas profundas (prolongadas), conversas informais e questionários mais resumidos; 4) valorização da polifonia na escrita etnográfica, dando espaço para outras vozes, utilizando citações de depoimentos, trechos de conversas, autoria coletiva nas ações, visando à representação adequada da autoridade dos informantes e do ato simbólico, e à construção colaborativa do conhecimento; 5) construção dos padrões referentes aos objetos de estudo com base não nas pessoas em geral, e sim nas pessoas em particular, observando o que elas faziam, como viviam, participando dos momentos coletivos; 6) organização dos dados da pesquisa, que se tornaram volumosos, e foram categorizados e indexados; 7) esforço intelectual na elaboração de uma “descrição densa” em oposição a uma “descrição superficial”, que nos permitisse representar as estruturas significantes e, ao leitor, compreender a visão proposta, mas poder ter interpretações próprias, derivadas do acesso às minúcias dos registros; 8) publicação de tudo o que foi possível (respeitando os limites estruturais de uma tese), considerando que o que não fosse publicado poderia “estar perdido para sempre”; 9) exposição ao longo do texto de relatos pessoais sobre o trabalho de campo e

os caminhos que fizemos ao longo da tese, buscando quebrar o silêncio quanto às experiências pessoais, mostrando que as pesquisas não são perfeitas, muitas vezes passam por várias mudanças e que apesar dos erros, confusões e envolvimento pessoais, é possível produzir um estudo de mérito, e dividindo com outros pesquisadores maneiras como procedemos, problemas e dificuldades, lições aprendidas, como forma de motivar esse tipo de registro nos trabalhos antropológicos.

Para que se entenda a dinâmica em que se desenvolveu a tese, apresentamos, de forma relacionada, alguns aspectos metodológicos da pesquisa: quanto ao caráter e aos objetivos, a pesquisa foi exploratória-descritiva, buscando investigar e relacionar variáveis como ID, cidadania e inclusão social²¹⁹; sobre os procedimentos técnicos, a pesquisa foi documental (utilizando como fontes primárias documentos institucionais de governos e do IFPB), bibliográfica e referencial (utilizando fontes secundárias que abordaram políticas públicas, inclusão digital, cidadania e inclusão social), de levantamento²²⁰ (envolvendo a interrogação direta dos agentes do IFPB e parceiros, e a busca de informações nos portais de governo), participante (a partir da observação e interação com agentes do IFPB e parceiros nas ações de ID); a pesquisa realizou estudo de caso desenvolvido principalmente no IFPB (mas considerou suas relações interinstitucionais) e com base em ações de governos²²¹, tendo como campo empírico os governos (GF, GE e GM) e o IFPB e, como respectivos lócus principais de pesquisa, a internet (mais precisamente, os portais dos governos) e a Região Metropolitana de João Pessoa²²² (mais especificamente, espaços sociais ligados às atividades de extensão no IFPB); quanto à abordagem do problema, a análise foi quali-quantitativa²²³ (em termos

²¹⁹ Os aspectos exploratórios envolveram levantamento documental e bibliográfico (inclusive na internet), aplicação de questionários e realização de entrevistas ou conversas informais com interessados na política pública e nas ações de ID, e proporcionaram maior familiaridade com os conceitos tratados na pesquisa, como políticas e ações públicas, inclusão digital, cidadania e inclusão social, além de potencializar a construção de hipóteses sobre o problema de pesquisa. Os aspectos descritivos utilizaram técnicas padronizadas de coleta de dados como preenchimento de planilhas, aplicação de questionários, realização de entrevistas e observação sistemática, buscando descrever o significado das ações de ID sob a perspectiva dos governos, do IFPB (através das perspectivas dos seus diversos agentes, como os formuladores e executores das ações de ID) e das comunidades externas, e caracterizar a efetividade dessas ações, através da relação entre variáveis específicas como ID, cidadania e inclusão social.

²²⁰ As técnicas envolveram observação sistemática, aplicação de questionários e realização de entrevistas, e os instrumentos para coleta e geração de dados foram formulários em geral (inclusive para coleta na internet), diário de campo, questionários e roteiros de entrevistas.

²²¹ O estudo de caso foi desenvolvido sobre as ações públicas de ID desenvolvidas pelo IFPB e, principalmente, pelo GM, buscando pensar os contextos locais (com foco em João Pessoa), de maneira a conhecê-las e interpretar as suas relações com a promoção da cidadania e da inclusão social.

²²² No trabalho de campo, algumas ações do IFPB envolveram territórios fora da Paraíba, conforme será apresentado. Essas foram ações pontuais, embora tenham influência sobre os resultados da tese.

²²³ Diversos autores ressaltam a importância dos dados quantitativos, usados principalmente para “complementar” aqueles qualitativos (Clyde-Mitchell, 2010). Segundo Queiroz (1988), técnicas

documental, bibliográfica e processual), buscando tanto definir indicadores de ID como, ao mesmo tempo, interpretar os dados colhidos, com base nas evidências contextuais.

Esclarecendo a investigação das relações entre as ações de ID desenvolvidas pelos governos e o IFPB, as conexões entre esses agentes sugeriram o contexto processual de desenvolvimento da política nacional de ID (proposta GF), e a forma como essa política se relacionou com ações do GE e GM. Por ser instituição pública, o IFPB foi diretamente influenciado pelas ações governamentais, sendo percebidas evidências de parceria entre esta instituição e os três governos, nas ações de ID, o que reforçou a proposta de investigação da “cadeia de ID”: GF, GE, GM e IFPB. Através dessa cadeia, interpretamos como as ações públicas de ID promovidas por esses atores sociais aproximaram os cidadãos das TIC, principalmente da internet, e as potenciais contribuições dessas ações para a promoção dos benefícios idealizados pelas teorias da cibercultura, referentes à cidadania e à inclusão.

No percurso dessas fases e etapas, o acesso aos autores referenciados nesse trabalho foi imprescindível para repensar teorias, conceitos e práticas. Entre eles, ressaltamos Bourdieu e suas contribuições para reflexão sobre aspectos importantes para um trabalho em ID, revigorando-nos diante dos desafios na rotina enquanto pesquisadores. Primeiramente, esse autor incitou reflexões no sentido de que os objetos de pesquisa não estão isolados e devem ser construídos e analisados relacionalmente, e ainda que é preciso desconstruir as pré-concepções sobre o objeto, provenientes de um senso comum baseado em *habitus* e disposições sociais enraizadas, de representações oficiais, “conservadoras de uma visão parcial do objeto e que mantém o *status quo* que beneficia os dominantes em detrimento de melhorias na vida de outros grupos sociais” (BOURDIEU, 2003).

O campo da ID se apresenta sobre várias visões, e assim, se os seus processos têm o propósito de inclusão social e promoção da cidadania, eles requerem uma rede de

qualitativas podem coexistir tranquilamente com técnicas quantitativas. Os dois conjuntos de técnicas não são opostos, sendo empregados em determinados tipos de pesquisa, ou em determinados momentos de uma mesma pesquisa. “A técnica quantitativa serve principalmente para se conhecer a intensidade de um fenômeno, o quanto se espalha por um grupo ou camada, como atinge grupos e camadas diferentes” (QUEIROZ, 1988, pp. 35). O trabalho etnográfico foi a base para a coleta de dados, sendo esses destinados à análise quali-quantitativa: a observação participante, as entrevistas e os questionários, somados à navegação nos portais, e apoiados pelos dados e conceitos provenientes dos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental foram a base tanto para a interpretação do significado das ações de ID enquanto processo, de acordo com a percepção dos seus interessados, no que diz respeito à relação entre a execução dessas ações e a promoção da cidadania e da inclusão social (análise qualitativa), quanto para a interpretação, através de números, do alcance da execução da política pública de ID e das ações no IFPB a identificação das regularidades (ou irregularidades) e indicadores representativos da relação entre as política pública de ID e a promoção da cidadania e da inclusão social (análise quantitativa).

políticas que viabilizem o acesso às TIC, mas, também, a produção de conteúdos culturais e a qualificação para ação política. Esses pressupostos não são atendidos apenas a partir da garantia do acesso público a tecnologias ou de linhas de financiamento para a compra de aparatos tecnológicos, e assim, requerem ações de agentes interligados através de objetivos e programas maiores.

Em termos de campo, Bourdieu (1968) reforçou a ideia de autonomia dos projetos de pesquisa²²⁴, o que nos levou a sair da noção mais “simples” de ID, enquanto ações técnicas em informática, e passar a tratá-la enquanto objeto “complexo” e conectado à multidimensionalidade da vida humana. Pensar a ID a partir das ciências sociais representou a ação no sentido de contrariar o estereótipo comum de que “caso o indivíduo tenha contato com/use a TIC, ele está inserido²²⁵”, e passar a fazer perguntas que deveriam ser respondidas pelas referências conceituais, teóricas e práticas, e pelo campo da pesquisa: Que discursos sobre a ID estão sendo divulgados? Que visões sobre as tecnologias estão sendo transmitidas? O que se fala sobre as suas potencialidades? As pessoas estão tendo acesso às TIC? Que tipo de uso estão fazendo? Que sentimentos elas têm produzido? De inclusão? De solidariedade?

Esta tese considerou importante dar voz a novos atores sociais, na apreensão dos cenários voltados à ID, como forma de contrapor seus relatos aos dados do governo ou de representantes de instituições públicas que promovem a ID. Por se tratar de um país com problemas de corrupção, de falta de confiança nos dados oficiais do governo, de discursos encomendados, consideramos necessário ver mais de perto a perspectiva de alguns grupos de atores envolvidos nas ações, e não apenas confiar nos indicadores brutos da ID (dados publicados por fontes primárias e considerados como sendo os dados oficiais). Através dessa proposta, buscamos, ainda, questionar criticamente os estereótipos e as macroteorias voltadas à ID.

Para romper com as construções enviesadas dos objetos, Bourdieu nos sugeriu que “estar alerta é já importante, mas não basta. Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento” (BOURDIEU, 2003, p. 36), e assim partimos para a análise da “evolução da ID”, buscando reconhecer, principalmente, a sua transformação enquanto conceito, através do estudo processual das ações públicas dos governos e do IFPB e, assim,

²²⁴ No sentido de não ficarmos presos a pré-concepções (de senso comum ou “científicas”) e buscar os recursos (inclusive metodológicos) que nos ajudassem a ter nossa própria direção/definição conceitual.

²²⁵ O trabalho de investigação científica pode ser instrumento para a crítica de estereótipos e preconceitos (Velho, 2005).

fizemos ao campo novas perguntas: Qual foi/é a política pública de ID nacional? Como ela se desdobrou/desdobra em ações locais? Como essa política influenciou/influencia as ações de ID no IFPB? Nesse sentido, seguimos rumo a percorrer as notícias nos portais de governo e a analisar o passado e presente da ID no IFPB, investigando elementos culturais, práticas, valores, e os atores envolvidos nas ações e na política pública no campo, a história social da emergência dos problemas, a sua constituição progressiva, o trabalho coletivo para reconhecer esses problemas como legítimos ou não (geralmente não consensual, sujeitos a conflitos e lutas).

Entendendo que problemas são socialmente produzidos, em esforços coletivos, os objetos de pesquisa foram investigados através de eventos, reuniões, comissões, associações, movimentos, deliberações, projetos, programas e até leis ou decretos, pensando a ID como oportunidades e, a exclusão digital, como exclusão social e restrição da cidadania, ou mesmo enquanto impossibilidade de viver em plenitude a vida moderna.

Bourdieu ainda nos informou que os problemas tomados como “certos”, reconhecidos publicamente, em um universo social, são aqueles que têm mais probabilidades de receber mais atenção das instituições sociais (principalmente da ciência e dos governos), obtendo privilégios materiais ou simbólicos sobre os demais. Isso pudemos reconhecer através do volume de notícias e políticas de governo referentes às TIC e do grande número de projetos desenvolvidos no IFPB em períodos em que houve grande ênfase do governo para estímulo a ID.

Considerando a ID um tema que interage diretamente com outros, como pobreza e desigualdades, foram desenvolvidas análises quali-quantitativas. Dados quantitativos não bastam quando a desigualdade é latente. Juntando aos dados, a revisão conceitual sobre temas como inclusão digital, cidadania, inclusão social, políticas públicas, pudemos nos posicionar no campo a partir de base científica para concordar, discordar ou propor novas interpretações sobre a efetividade da ID no Brasil e em João Pessoa, em termos de promoção da cidadania e da inclusão social.

3.1 Sobre o Nordeste, a Paraíba e João Pessoa

Esta tese reconhece que o Brasil é um país de território extenso, e de ampla diversidade econômica e cultural, em virtude principalmente de processos históricos e estratégias políticas que se deram (se dão) no desenvolvimento deste país. Tendo como lócus de pesquisa o IFPB e os portais dos governos, ambos com foco principal nas ações

desenvolvidas em João Pessoa, capital da Paraíba, estado do Nordeste brasileiro, entendemos que precisávamos ter acesso a algumas particularidades desses territórios, de forma que essas características nos ajudassem a perceber contextos locais e a proceder com as análises sobre os objetos de estudos propostos.

Começamos a perceber o contexto de estudo²²⁶ através das informações sobre a Região Nordeste, uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Entre as regiões, esta possui a segunda maior população (mais de 49 milhões de habitantes, quase 30% da população brasileira, ficando atrás apenas da região Sudeste), o terceiro maior território e o maior número de estados (nove no total, sendo eles Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe). Como nas demais regiões brasileiras, a população nordestina é mal distribuída, estando concentrada na faixa litorânea e nas capitais (por volta 60,6%), sendo esta distribuição influenciada também (mas não apenas) pelo clima semiárido, que dificulta a permanência das pessoas nos lugares que apresentam essa característica. Em termos de rural-urbano, 73,9% dos nordestinos estão em áreas urbanas, sendo o processo de urbanização dessa região visto como mais lento com relação às regiões mais desenvolvidas do país.

Atualmente, a Região Nordeste representa a terceira maior economia do Brasil, registrando uma participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 13,4% em 2011, ficando entre a Região Sul (16,2%) e a Região Centro-Oeste (9,6%). Ainda assim, é a região com o mais baixo PIB per capita. Outros dados são: as maiores economias são, respectivamente, Bahia, Pernambuco e Ceará; já os estados nordestinos com maior PIB per capita são Sergipe, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, seguidos por Ceará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Piauí. De forma geral, a Região Nordeste possui características de clima quente a maior parte do ano, muitas praias, além de culturas diversificadas, com tradições diferentes (a cultura nordestina é particular e típica, e ao mesmo tempo variada, sendo essas características atribuídas às heranças dos índios nativos, da colonização portuguesa e da escravidão dos africanos), o que desperta o interesse turístico e ainda movimenta a economia.

²²⁶ As principais fontes utilizadas para apresentar o Nordeste, a Paraíba e João Pessoa foram os portais do GE (<http://paraiba.pb.gov.br/>) e do GM (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>), os Indicadores Demográficos do Brasil 2012 (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a04b.htm>), e o portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<http://www.ibge.gov.br/>), sendo ainda consultada a Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/João_Pessoa, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paraíba>, https://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Nordeste_do_Brasil), enciclopédia online reconhecida por sua amplitude de conteúdo, mantido através da colaboração dos usuários de internet em todo o mundo.

Sobre a Paraíba, é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizando-se ao leste da Região Nordeste, limitando-se com Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, além do Oceano Atlântico, e possuindo área de 56.468,435km², dividida em 223 municípios. Alguns dados do censo de 2010 revelaram: sua população era de 3.766.528 habitantes, sendo a 13^a unidade mais populosa da federação, concentrando cerca de 2% da população brasileira e apresentando densidade demográfica de 66,70 habitantes/km²; 2.838.678 habitantes viviam na zona urbana (75,37%), um percentual acima da média do Nordeste, e 927.850 na zona rural (24,63%), 1.824.379 pessoas eram do sexo masculino (48,44%) e 1.942.149 do sexo feminino (51,56%); dos 223 municípios do estado, apenas 4 possuíam população superior a 100 mil habitantes (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos), 6 entre 50 e 100 mil habitantes (Bayeux, Sousa, Cajazeiras, Cabedelo, Guarabira e Sapé), 20 entre 20 e 50 mil, 56 entre 10 e 20 mil, 68 entre 5 e 10 mil, 69 com até 5 mil; entre 2000 e 2010, registrou um crescimento populacional de 9,51%, inferior às médias do Nordeste (11,29%) e do Brasil (12,48%).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Paraíba é considerado médio, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD). Segundo relatório de 2013, com dados relativos a 2010, o seu valor era de 0,658, estando na 23^a colocação a nível nacional e em 6^o a nível regional, sendo superado pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia, e à frente do Piauí, Maranhão e Alagoas. No fator educação, este estado atingiu o índice de 0,555, segundo o PNUD, ficando, em todo o país, à frente apenas do Maranhão, do Pará e de Alagoas. Quanto ao analfabetismo, ficou com a terceira maior taxa, com 20,2% de sua população considerada analfabeta, mais que o dobro da média nacional (9,02%), de acordo com o censo de 2010.

A economia da Paraíba está em 19^o lugar no ranking do país e em 6^o na região Nordeste (ficando atrás de Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, e à frente de Alagoas, Sergipe e Piauí). De acordo com dados relativos a 2014, seu PIB era de R\$ 52.936 milhões e o PIB per capita de R\$ 13.422,42, proveniente principalmente de serviços de “Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social” (R\$ 15.728 milhões), seguidos por “Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas” (R\$ 7.209 milhões), “Atividades imobiliárias” (R\$ 4.812 milhões), “Indústrias de transformação” (R\$ 3.588 milhões) e “Construção” (R\$ 3.175 milhões). As maiores economias da Paraíba são João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Patos.

Um dos destaques da Paraíba é a área de Ciência e Tecnologia, que juntamente com Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, são referência no Brasil. No caso da Paraíba e de Pernambuco, esses estados são referência no mundo como polos de tecnologia e produção de software. Entretanto, essa é uma característica pontual em algumas cidades, e no caso da Paraíba, o destaque vai para uma cidade de interior que fica a pouco mais de 100 km da capital, a cidade de Campina Grande. O destaque tecnológico de Campina Grande é atribuído a uma base acadêmica sólida construída a partir de instituições de ensino, principalmente nas áreas de Engenharia Elétrica e Computação, e que foram conquistando parcerias ao longo dos anos.

A capital e município mais populoso da Paraíba é João Pessoa, a terceira capital mais antiga do Brasil, considerada o principal centro financeiro e econômico do estado. Destaca-se como uma cidade que oferece boa qualidade de vida e por ser a segunda cidade mais verde do mundo. João Pessoa possui uma área total de 210,45 km² e está localizada na porção mais oriental da Paraíba, limitando-se ao norte com o município de Cabedelo, através do rio Jaguaribe, ao sul com o município do Conde e pelo rio Gramame, a leste com o Oceano Atlântico, e, a oeste com os municípios de Bayeux, pelo rio Sanhauá, e Santa Rita, pelos rios Mumbaba e Paraíba, respectivamente.

Em 2003, a Lei Complementar Nº 59 criou a Região Metropolitana de João Pessoa e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, na forma prevista no art. 24 da Constituição do Estado da Paraíba. A região foi integrada inicialmente pelos Municípios de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Conde, Lucena, Mamanguape e Rio Tinto, chegando, em seguida, a 11 municípios. Os municípios têm uma área de 2.321,5 km² e embora o território de João Pessoa represente apenas 9,08% de toda área, a população deste aglomerado urbano encontra-se concentrada na capital. Em termos de região, é a 8ª cidade mais populosa do Nordeste e a 24ª do Brasil, possuindo, no último censo, 723.515 habitantes, o equivalente a 19,2% da população estadual, e densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/km², a maior da Paraíba. A Região Metropolitana de João Pessoa teve uma população estimada de 1.253.930 pessoas em 2016.

Na virada do século XXI, João Pessoa chegou a ser considerada a capital menos desigual do Nordeste, embora ainda estivesse muito longe de chegar à igualdade. De acordo com o censo de 2010, apresentou um IDH de 0,763 (estando acima do IDH da Paraíba) e uma taxa de analfabetismo de 14%. Em 2014, tinha um PIB per capita de

R\$ 22.366.71, ficando na posição 1.450 em termos de país²²⁷, e em 5º lugar no estado. Em 2015, tinha 66.1% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Quanto a esse aspecto, em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 199 de 223 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4.667, no total de 5.570 municípios brasileiros. João Pessoa é considerada a maior economia da Paraíba, sendo as duas atividades econômicas preponderantes na cidade a administração pública e o comércio. A cidade possui um parque industrial diversificado, tido como o maior do estado, formado por diversos segmentos (como alimentos, automobilístico, bebidas, bentonita, cimento, concreto, couro, metalúrgico, móveis, ótica, papel, pisos cerâmicos, química, têxtil, tecnologia da informática, dentre outros), destacando-se algumas indústrias de renome internacional. O setor terciário do município responde pela maior participação na formação da renda da população, seguido pelo setor secundário, sendo o agropecuário praticamente inexpressivo, devido à inexistência de área rural. Em 2003, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor de serviços respondia por 83% do total, o secundário, por 16%, e o setor primário, por menos de 0,001%. Alguns detalhes sobre esses indicadores no aglomerado urbano de João Pessoa mostravam diversificação na atividade agrícola (com produção de cana de açúcar, coco da baía, mandioca, abacaxi, batata, entre outros itens), atividades industriais concentradas no Distrito Industrial (onde estavam 155 indústrias), 11.625 empresas sediadas no município (em todas as áreas de atividades) e 36 agências bancárias.

3.2 Política Pública de Inclusão Digital no Brasil

As possibilidades técnicas e paradigmáticas associadas às TIC, em especial, a internet, fizeram surgir “uma nova sociedade de indivíduos que, cada vez mais conectados, produzem serviços e se beneficiam do conhecimento e das inúmeras informações disponíveis na rede” (GOV.BR, 2015).

Neste contexto, abrimos o discurso do GF sobre ID, o qual associa as tecnologias à garantia de que o cidadão exerça a sua “participação política efetiva” na sociedade do conhecimento, através de iniciativas que disseminem e facilitem o uso das TIC orientadas ao “desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico”, de forma centradas nas pessoas, “em especial nas comunidades e segmentos excluídos”. Mas afinal, o que é proposto, em termos de política pública

²²⁷ Apesar de ser uma capital, João Pessoa não ocupa posição entre os 100 maiores municípios, em relação ao PIB per capita e população.

nacional, para levar a ID do cidadão²²⁸ brasileiro além dos discursos e buscar consolidar as suas ações? Navegando nos portais (GF²²⁹, GE²³⁰ e do GM²³¹), pudemos acessar uma visão inicial dos programas, projetos e ações que compunham as principais ações de ID voltadas a esse fim.

Sobre os programas e projetos referenciados pelo GF, a primeira iniciativa identificada, o [Banda Larga nas Escolas](#)²³², tinha ligação com iniciativas educacionais, e conectava escolas públicas urbanas à internet, por meio de tecnologias que propiciavam qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País. Ainda referente à educação, mas com foco em infraestrutura específica, o [Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais](#), apoiava os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais (televisão, DVD, equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados à acessibilidade), para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, e o programa [Um computador por Aluno](#), promovia a adoção intensiva de TIC nas escolas por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Contemplando a infraestrutura educacional, mas indo um pouco mais além, o [ProInfo Integrado](#), promovia o uso pedagógico da informática na rede pública de Ensino Fundamental e Médio, articulando a distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e a promoção da capacitação de professores, técnicos, gestores e agentes educacionais.

Uma iniciativa de maior alcance em termos de público alvo e de perspectivas humanas era o [Casa Brasil](#), que levava às comunidades localizadas em áreas de baixo IDH computadores e conectividade, priorizando ações em tecnologias livres aliadas à cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular. Iniciativas que pareceram semelhantes foram os [Telecentros](#), espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para uso, e que promoviam desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de ID aos cidadãos, através da oferta de cursos e atividades, além de funcionarem como espaço de integração, cultura e lazer.

²²⁸ Esta tese faz um recorte nos programas e projetos de ID do GF, concentrando-se naqueles mais diretamente voltados ao cidadão.

²²⁹ Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>.

²³⁰ Governo da Paraíba. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/>>.

²³¹ Prefeitura de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>>.

²³² Essa seção foi construída visando a interação com os portais de governo e, assim, cada programa ou projeto apresenta um *link* que redireciona à sua página específica na internet.

Diversos programas ou projetos eram voltados à perspectiva de desenvolvimento da comunicação a partir das TIC. Referente à qualificação e, ao mesmo tempo, reparo de computadores para uso público, os [Centros de Recondicionamento de Computadores](#) eram parte do projeto [Computadores para Inclusão](#) (uma rede nacional de reaproveitamento de equipamentos de informática, formação profissional e inclusão digital). Essas iniciativas promoviam a formação de jovens de baixa renda, através da recuperação de computadores que eram doados para outros programas de ID, e ainda a conscientização sobre o descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos. Outra iniciativa voltada à qualificação eram as [Redes Digitais da Cidadania](#), que promoviam a formação no uso das TIC e a qualificação para o uso da internet em espaços públicos de acesso livre, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em uma série de linhas temáticas como gestão pública, microempresas, trabalhadores e cultura. Ainda referente ao desenvolvimento da comunicação em largo alcance, as [Cidades Digitais](#) modernizavam a gestão, ampliavam o acesso aos serviços públicos e promoviam o desenvolvimento dos municípios brasileiros por meio da tecnologia. O programa atuava na infraestrutura (construção de redes de fibra óptica que interligavam os órgãos públicos locais e oferta de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos), conteúdo (disponibilização de aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras) e qualificação técnica em TIC (capacitação de servidores municipais para uso e gestão da rede).

Iniciativas voltadas à comunicação porém direcionadas a contextos específicos também foram identificadas: programa [Inclusão Digital da Juventude Rural](#), voltado à capacitação de jovens de áreas rurais (agricultores, indígenas e comunidade quilombolas) de todo o país no uso das TIC (uma vez qualificados, os jovens atuavam como produtores e multiplicadores de informações e representações locais); [Programa GESAC](#), oferecia gratuitamente conexão à internet em banda larga (por via terrestre e satélite) a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, sendo voltado a comunidades em estado de vulnerabilidade social e que não tinham outro meio de ser inseridas no mundo das TIC; projeto [Territórios Digitais](#), parte do “Programa Territórios da Cidadania”, instalava Casas Digitais em comunidades rurais, buscando a inclusão social a partir da ID, ampliando o exercício da cidadania a assentados da reforma agrária, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Iniciativas com características mais próprias também foram identificadas em programas ou projetos da política nacional de ID: como forma de expandir a

infraestrutura de TIC, o [Projeto Cidadão Conectado - Computador para todos](#) oferecia condições facilitadas para aquisição de recursos de informática (computadores e software) que atendessem à demanda do usuário e permitissem o acesso à internet; ligado à inovação, o [Programa de Inclusão Social e Digital](#) promovia a ID com foco no social, proporcionando o desenvolvimento de competências, o acesso à tecnologia e o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia, permitindo o desenvolvimento local e social a partir da ID, de forma completa e multidisciplinar. Referente à proposição de políticas de ID, a [Oficina para Inclusão Digital](#) evento anual de discussão de políticas públicas, estratégicas e diretrizes de ações que promoviam a apropriação das tecnologias digitais pela população, reunia tanto agentes públicos quanto a população para o debate da configuração em vigor e de novas propostas para a política de ID no país.

No portal do GE, não foram identificados espaços que apresentassem definições sobre as ações que este governo implementava como desdobramentos da política pública de ID no Brasil. Sobre os programas e projetos referenciados pelo GM, identificamos: a [Estação Digital](#), que implementava a ideia dos Telecentros; a [Casa Brasil](#), que implementava o projeto definido pelo GF; a **Rede Metropolitana** (Jampa Digital)²³³, que se assemelhava à proposta das Cidades Digitais propostas pelo GF; a [Semana Municipal de Ciência e Tecnologia](#), evento que integrava a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; a [Estação virtual](#), uma plataforma de ensino a distância, que ofertava cursos em diversas áreas, incluindo capacitação técnica em TIC; o [Centro de Recondicionamento de Computadores](#), que implementava o projeto definido pelo GF.

Tendo acessado essas informações iniciais sobre a política pública de ID do Brasil, e compreendendo a essência dos seus programas, projetos, ações, e as conexões entre eles, seguimos para os próximos desafios: viver o IGF, as reuniões da ANID, navegar nas notícias sobre as ações do GF, do GE e do GM e nos preparar para investigar as relações entre esses elementos e as ações institucionais do IFPB.

3.2.1) Governança da Internet no Brasil e no Mundo

A cada novo paradigma social e tecnologias advindas de seus fundamentos ou associadas a estes, reconstruir as “micro-sociedades locais” ou a “macro-sociedade mundial” a partir de grandes extensões territoriais, e extremas diversidades culturais, políticas e econômicas, além das topográficas, certamente não é uma tarefa fácil. Entretanto, a partir do momento em que as possibilidades de comunicação interligam os

²³³ Para esse projeto não foi encontrado nenhum *link* de navegação.

quatro cantos do planeta, a humanidade parece estar refinando constantemente os seus conhecimentos a partir do compartilhamento dos erros e acertos, das “boas práticas” provenientes das lições aprendidas, e que já sugerem algumas evidências da formação da inteligência coletiva a partir das redes apoiadas por TIC.

Talvez vislumbrando o caminho que parece inevitável das construções políticas a partir de processos democráticos que envolvem a participação direta dos cidadãos, nas diversas etapas do ciclo das políticas públicas, modelos de espaços políticos têm sido propostos segundo o discurso da necessidade de inclusão dos diversos atores políticos nos debates, e da pretensão de ser cada vez mais democráticos. Um exemplo importante dessas “plataformas interativas de construção e análise de políticas públicas” pode ser representado pelas reflexões em torno das ações públicas que envolvem a internet, imprescindível para a conformação do paradigma de sociedade em rede baseado em TIC, nos dias atuais.

Para debater sobre os principais aspectos relacionados à internet, anualmente se realizam eventos que buscam aproximar *stakeholders* (interessados) nas discussões sobre o tema, de abrangências locais, como exemplo, as reuniões da Associação Nacional de Inclusão Digital (ANID²³⁴), ou globais, como o Fórum de Governança da Internet (IGF). Durante a pesquisa para a tese, tive oportunidade de frequentar as reuniões da ANID dos anos 2015, 2016 e 2017, e em 2015²³⁵, pude participar da 10ª edição do IGF, todos realizados na cidade de João Pessoa²³⁶.

Em novembro de 2015, foi realizado o IGF. A semana de 09 a 13 de novembro foi uma semana diferente para a pesquisa sobre ID. No trabalho de campo, deparei-me com um oceano de reflexões sobre a governança da internet nos quatro cantos do mundo. Mesmo sem entender direito o que esse evento significaria, inscrevi-me, tendo acesso às suas ideologias, experimentando a vivência em suas estruturas²³⁷.

²³⁴ A ANID é uma ONG cujo objetivo é promover os direitos à inclusão digital e social no Brasil através do acesso à internet. Sobre a ANID. Disponível em: <<http://www.anid.org.br>>..

²³⁵ Os relatos sobre esses eventos encontram-se em Rodrigues (2015q, 2017t), Rodrigues e Batista (2015).

²³⁶ Uma vez que a ANID tem sede em João Pessoa, as reuniões foram realizadas nessa cidade. Ao longo dos anos, o IGF fora realizado em outros países e em 2007 e 2010, no Brasil. Os eventos tinham características parecidas: discutiam a governança da internet e a ID para inclusão social, de forma multissetorial; tinham muitos desdobramentos anteriores, mas conclamavam a sociedade para “acertar os detalhes” das ações de governança. O que mudava de um para o outro era o alcance (um era nacional e o outro internacional) e o tamanho do evento (a reunião da ANID era um evento mais simples, o IGF era um evento muito grande e que envolvia muitos recursos materiais e simbólicos). Assim sendo, optamos por relatar a minha participação no IGF como forma de apresentar o relato vivido nessas plataformas.

²³⁷ O evento possuiu dois importante sítios na Internet: o primeiro, o sítio oficial do IGF, concentrando informações sobre todos os IGF realizados: Internet Governance Forum. Disponível em:

“O Fórum de Governança da internet (IGF) é um fórum multissetorial, democrático e transparente, que viabiliza debates sobre questões de políticas públicas relativas a elementos importantes da governança da internet. O IGF fornece uma plataforma facilitadora para discussões entre todos os setores do ecossistema de governança da internet, incluindo entidades credenciadas pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), bem como outras instituições e indivíduos com especialidade comprovada e experiência em assuntos ligados a governança da internet.”

O IGF se apresenta como um espaço para unir pessoas de vários grupos de interessados, como iguais, nos debates sobre questões de políticas públicas relacionadas à internet, visando informar e inspirar aqueles com poder de decisão política em ambos os setores público e privado, que passam a conhecer as demais visões e aspirações sobre a governança da internet. Nas suas reuniões anuais, representantes dos quatro cantos do mundo podem discutir, trocar informações e partilhar boas práticas sobre como maximizar as oportunidades da internet e chamar a atenção para os riscos e desafios que surgem. “O IGF é também um espaço que dá a países em desenvolvimento a mesma oportunidade que as nações mais ricas para se envolver no debate sobre governança da internet e facilitar a sua participação nas instituições e acordos existentes”, uma vez que o envolvimento de ambos é necessário para o desenvolvimento futuro da internet.

O IGF foi estabelecido pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI)²³⁸ em 2006, e desde então, tornou-se o fórum multilateral global líder em questões de políticas públicas relacionadas à governança da internet. Sobre a sua composição, o IGF se coloca como um fórum aberto e que não tem membros²³⁹. Sobre a viabilidade financeira do IGF, este é financiado através de contribuições voluntárias.

O relato das situações sociais do IGF parte do princípio de que nesse evento a sociedade em rede é discutida sob o escopo mundial, conformando uma comunidade única, que respeita as diferenças culturais, políticas e sociais de cada localidade do globo terrestre, mas que se afirma como sujeito coletivo, sob a ideologia de concepção de um ambiente virtual inclusivo e democrático, a partir da internet. As situações sociais retratadas buscam apresentar a estrutura do ciclo das políticas públicas de governança da internet observadas no evento, sob os seguintes aspectos: em um primeiro momento, a estrutura idealizada nos discursos que afirmam o multilateralismo, o multissetorialismo e a participação cidadã como estratégias colaborativas

<<http://www.intgovforum.org/cms/>>; o segundo, o sítio construído para o evento no Brasil, apresentando informações referentes à 10ª edição do evento: IGF 2015. Disponível em: <<http://igf2015.br/pt-BR/>>.

²³⁸ A CMSI consistiu em eventos organizados pela ONU, sobre a Sociedade da Informação, ocorridos em 2003 e em 2005. Uma das metas principais era diminuir a exclusão digital global.

²³⁹ O IGF conta com uma secretaria criada para apoiar o fórum, e com um grupo de conselheiros, representando todos os grupos de *stakeholders*, para ajudar na convocação para o IGF.

imprescindíveis ao ciclo de políticas públicas democráticas e inclusivas de governança da internet; em um segundo momento, o sistema representado pelas dinâmicas e fluxos oriundos das relações entre a estrutura vigente e os diversos grupos de *stakeholders* das políticas públicas de governança da internet, considerando os ambientes para a realização do evento (emails, sítio na internet e espaço físico dos eventos).

Em termos de estrutura proposta, o IGF representou um momento ímpar para ouvir de perto os discursos políticos em torno da ID e suas respectivas ideologias²⁴⁰. Como forma de conhecer a linha ideológica e técnica do discurso de ID no Brasil, foram observados os discursos proferidos por seus representantes oficiais, nacionais e locais, nas cerimônias de abertura e encerramento do evento, além dos textos escritos em alguns relatórios de compilação do evento.

Na abertura, como discursos nacionais, puderam ser ouvidos dois pronunciamentos. Por não ter ido ao evento, o discurso da Presidenta da República do Brasil²⁴¹ foi apresentado em forma de vídeo, e fez referência a diversos aspectos: ressaltou a importância do evento para o aprofundamento dos grandes temas que preocupam governos e organizações da sociedade civil, empresários, cientistas e pesquisadores que trabalham no desenvolvimento da internet global; ressaltou requisitos importantes para a construção da internet, “A internet só é possível em um cenário de respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão, à neutralidade da rede, à diversidade, a universalidade, à segurança, e à proteção da privacidade e dos dados de todos”, e ressaltou o grande desafio do evento, “a ampliação do acesso à internet para aqueles que ainda estão desconectados, especialmente os que vivem em países em desenvolvimento”. Sobre a importância do IGF, considerou o evento como um dos importantes fóruns para continuar a trajetória de construção da internet global que permita o desenvolvimento sustentável e inclusivo, em virtude da constante busca de consenso entre os vários setores ou partes interessadas.

“Alguns temas requerem deliberação em nível multilateral. Neste caso, todos os países devem ter a possibilidade de participar em igualdade de condições [...] Uma internet submetida a arranjos intergovernamentais que excluam os demais setores não seria democrática, tampouco são aceitáveis arranjos multissetoriais sujeitos à supervisão de um ou de poucos estados. Assim, a complementaridade entre estes dois conceitos, e multissetorialismo e multilateralismo decorre do reconhecimento

²⁴⁰ Em um evento que se propõe a reunir representantes dos altos escalões da política mundial e de todos os setores sociais, para refletir sobre a internet e planejar as ações de ID no mundo, talvez uma parte desses discursos tenha vindo carregada de simbolismos e de estratégias políticas.

²⁴¹ Pronunciaram-se: a Presidenta, Dilma Rousseff; o Ministro das Comunicações, André Figueiredo; o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho; o coordenador do CGI.br, Virgílio Almeida; o subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia, José Antônio Marcondes de Carvalho.

dos diferentes papéis e responsabilidades que devem ser desempenhados pelos atores que participam do ecossistema da internet. No Brasil, a exitosa experiência com o modelo multisetorial e pluriparticipativo implementado pelo nosso comitê gestor nos inspirou a construir e aprovar o Marco Civil da internet.”

O segundo discurso nacional²⁴² foi proferido pelo Ministro das Comunicações, que reafirmou o desafio do IGF 2015: pensar na inclusão dos países menos desenvolvidos, e que ainda não estavam incluídos na sociedade da informação, discutir sobre as opções de políticas públicas para conectar o próximo bilhão de usuários. O Ministro explicou brevemente alguns aspectos relacionados à forma como o Brasil regulava o uso da internet: “O Marco Civil da internet, que tem por fundamento valores como o respeito à liberdade de expressão, os direitos humanos e o desenvolvimento da personalidade, claramente anuncia que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania.” Falou como o país desenvolvia políticas públicas para conectar a sociedade e apresentou dados sobre a evolução da penetração da internet na sociedade brasileira:

“No Brasil, tivemos grandes esforços para promover o acesso a internet para todos. No nosso Programa de Banda Larga, temos algumas renúncias fiscais para equipamentos internet e também para a construção da rede de banda larga. Temos incentivado os provedores locais [...]. Estamos prestes a lançar um satélite geoestacionário para cobrir as áreas remotas do país, e de um cabo submarino para melhorar nossa conectividade, internacionalmente falando. Como um benefício deste grupo de ações, tivemos um impacto notável. [...] Portanto, estes números²⁴³ significativos mostram o crescimento econômico, aumento da produtividade, integração nacional e acima de tudo, inclusão digital e social da nossa população.”

O discurso local foi proferido pelo Governador da Paraíba, que expressou a importância do IGF enquanto agenda para o Brasil e o mundo, e revelou que a escolha de uma cidade que não está entre os principais centros do mundo sinalizava a importância de construção de uma internet aberta e atenta à distribuição da riqueza ao longo das regiões e comunidades, especialmente as menos desenvolvidas. Para o Governador, o fato de o Brasil sediar pela segunda vez o evento sinalizou o reconhecimento por parte dos outros atores do mundo, do protagonismo do Brasil no debate global sobre Governança da internet, através de um modelo que requer envolvimento de todos os níveis de Governo, agências legislativas e segmentos da sociedade na promoção do desenvolvimento sustentável. O Governador apresentou ainda indicadores que refletiram números²⁴⁴ crescentes de uso da internet na Paraíba,

²⁴² Todos os demais pronunciamentos foram feitos ao vivo, *in loco*.

²⁴³ Em seu discurso, apresentou alguns dados: de dezembro de 2010 a agosto de 2015, as assinaturas de banda larga aumentaram de 34 para 208 milhões de assinaturas, e, na banda larga móvel, passaram de 15 para 25 milhões; Em 2015, mais de 97 milhões de brasileiros tinham acesso à internet em casa.

²⁴⁴ Na Paraíba, 33 por cento dos cidadãos acessavam internet 7 dias por semana, mais do que em estados maiores, gastando em média seis horas e 26 minutos por dia navegando, superando a média nacional de quatro horas e 59 minutos, e ainda estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

tendo esta, percentuais que até superavam os de outros estados brasileiros, mesmo economicamente mais fortes. A ênfase do Governador se fez em nome de outro desafio: expandir a forma como os governos se relacionam com os cidadãos, democratizando a política através da consulta popular para planejamento, implementação e acompanhamento de ações. Se fazia necessário “democratizar o uso, também na expansão dos instrumentos de Governo para o melhoria dos serviços públicos.” Referente ao combate à exclusão digital, o Governador relacionou a internet à direitos humanos, a necessidade e também a sonhos.

“É preciso envolvimento e ainda mais esforços para outros desafios, entre eles a continuidade da luta pela democratização das comunicações, abrindo para um número maior de pessoas a oportunidade de compartilhar um maior número de conteúdos informacionais que circulam no mundo, dando condições iguais de desenvolvimento individual e coletivo, algo que quebra outra lógica, inclusive, a de que apenas poucos privilegiados podem se vangloriar de serem detentores exclusivos da informação, seja como produtores ou difusores, como se a informação pudesse ser ainda um bem exclusivamente individual e intransferível. Essa é, aliás, uma caminhada que necessita de uma pisada firme, em um momento em que a sociedade está cada vez mais vulnerável a retrocessos conservadores, onde somente uma população empoderada diminui os riscos de subtração dos direito mais fundamentais, nada mais importante de que todos poderem externar as suas necessidades e sonhos. O acesso à informação é condição básica para qualquer projeto democrático de sociedade.”

Outro discurso importante na abertura do evento foi feito pelo coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br²⁴⁵), uma das principais instituições responsáveis pela realização do IGF. O discurso do coordenador iniciou com indicadores referentes ao número de usuários da internet (3,2 bilhões), sendo esse ainda inferior ao número de pessoas desconectadas, ou *offline* (4 bilhões). O coordenador fez uma breve retrospectiva sobre as conquistas do IGF: o reconhecimento da natureza *multistakeholder* da internet mudou a natureza dos processos de governança da internet global; a expansão das discussões do IGF, com a inclusão de questões sociais, econômicas e políticas; a realização de reuniões IGF em áreas menos centrais do mundo, o que ajudou a disseminar rapidamente os conceitos e as ideias inovadoras de internet para o mundo em desenvolvimento; o lançamento dos jovens na iniciativa IGF 2015, buscando fortalecer a participação e a liderança desses durante o evento. Propondo-se a ir além das discussões tradicionais de governança da internet, colocou a todos o que ele chamou de questões fundamentais, e reforçou que com seus múltiplos pontos de vista, sua natureza *multistakeholder* e sua ampla diversidade e

²⁴⁵ CGI.br. Disponível em: <<http://www.cgi.br>>. O CGI.br é uma instituição de composição multissetorial para tratar da governança da internet, composta por 9 representantes do setor governamental, 4 do setor empresarial, 4 do terceiro setor, 3 da comunidade científica e tecnológica e 1 representante de notório saber em assuntos de internet.

representatividade, o IGF fornecia o espaço ideal para desenvolver uma resposta para o desafio que a evolução da internet apresentava.

“O que devemos fazer para que a evolução da internet faça real diferença nas vidas de bilhões de cidadãos do mundo nas economias em desenvolvimento e países menos desenvolvidos? O que precisamos fazer para que a internet do futuro contribua de forma eficaz para reduzir a discriminação e desigualdades econômicas e sociais, que afligem principalmente o mundo em desenvolvimento? Sabemos que o acesso à internet é essencial, mas não suficiente [...] o acesso ao atual universo de informações é essencial, mas não suficiente [...] conectar pessoas é importante, mas não suficiente. [...] A questão central é: o que precisamos fazer? Eu não sei as respostas. Mas sabemos algumas pistas. Sabemos que a internet do futuro tem de fazer a diferença em saúde, educação, emprego, segurança das populações, em todo o mundo, particularmente no mundo em desenvolvimento [...] tem que contribuir efetivamente para a preservação do meio ambiente. Sabemos também que os benefícios concretos da internet ainda não alcançaram uma escala global que a tecnologia permite [...] não são distribuídos de forma justa. Nós precisamos discutir uma ambiciosa parceria público e privada que faça a uma diferença real para as populações desfavorecidas”.

Outros discursos impactantes foram proferidos no encerramento do evento. Em nome da Paraíba, o Governador discursou, reforçando a importância do IGF enquanto ciclo de intensa e rica articulação “Porque precisamos continuar avançando pela via da discussão participativa e multissetorial”. Embora o Brasil ainda tivesse uma caminhada muito longa a fazer, era importante reconhecer o passo que havia sido dado.

“Nós demos, o Brasil deu grandes passos nessa área, o Brasil é uma referência para o mundo, do ponto de vista de gestão, de governança e do ponto de vista da ousadia de poder incluir todos aqueles e não considerar a internet simplesmente uma questão de Estado propriamente dito. A internet é muito mais do que isso, pertence a sociedade, pertence à academia, e precisa pertencer, penso eu, ao povo”.

Em seu discurso, o governador ainda expôs o que seria a sua visão sobre as contradições do mundo pós-moderno apoiado por tecnologias:

“O futuro da democracia no mundo ela passa também pela capacidade da inclusão digital dos mais variados segmentos populacionais. Eu tive a oportunidade de expor [...] uma certa contradição que o planeta ainda vivencia. Nós temos um nível de tecnologia acumulado extremamente forte e convivemos com coisas de dois séculos passados. É inconcebível olhar para os semiáridos do mundo e perceber a falta [...] da produtiva convivência do ser humano com aquela região. É preciso usar a tecnologia, é preciso tornar acessível a tecnologia para que as pessoas possam ser mais [...] possam viver mais felizes. Nós não podemos observar migrações pelo mundo afora que sinceramente envergonham a humanidade [...] seja por guerras, seja pela fome. E quem controla um nível de tecnologia como esse, como particularmente os países desenvolvidos e uma grande parte dos países em desenvolvimento, não tem o direito, penso eu, sinceramente, de impor à humanidade ainda um estágio como esse. É preciso acordar o mundo para um problema que pode se alastrar muito mais e eu acho que a comunidade acadêmica [...] tem uma grande contribuição a dar a tudo isso [...] sem perspectiva de igualdades básicas é impossível se pensar em paz, é impossível se pensar em justiça. E me parece que as grandes invenções do homem, da humanidade, deveriam servir em primeiro lugar para fomentar a paz e a justiça. [...] Estejamos todos comprometidos com esta causa”.

Ainda no encerramento, o discurso do Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia trouxe algumas estatísticas: milhares de pessoas ao redor

do mundo puderam acompanhar os trabalhos do IGF remotamente, por meio da internet, enquanto mais de dois mil e quinhentos representantes de governos, ‘sociedade civil’, setor privado, organismos internacionais, organizações internacionais e comunidades técnica, acadêmica, puderam intercambiar perspectivas sobre diversos tópicos como o direito à privacidade, economia digital, abertura, inclusão digital, segurança, cibernética, entre vários outros, presencialmente, ao longo dos cinco dias de evento. Em seu discurso, o IGF “[...] representou, sobretudo, uma grande celebração do multissetorialismo”, dando uma “[...] clara demonstração de que a comunidade global é capaz de se organizar coletivamente e de promover o debate que influenciará o futuro de uma democrática governança da internet”, avançando no lançamento de relatórios sobre as opções políticas para conectar o próximo bilhão, na apresentação de boas práticas e das coalizões dinâmicas, e assim demonstrando que “[...] o IGF pode evoluir no sentido de produzir *outputs* tangíveis e que pode dessa forma ter impacto mais substancial sobre a evolução futura na internet inclusive em matéria de políticas públicas”.

Em termos de dinâmica (realização da estrutura idealizada), uma vez que o IGF 2015 foi realizado na cidade de João Pessoa, pude participar do evento e vivenciar sua proposta enquanto “modelo democrático de deliberação”. O evento teve como tema principal “Evolução da Governança da internet: Capacitar o Desenvolvimento Sustentável”²⁴⁶. Os primeiros aspectos observados foram os procedimentos para participar presencialmente do evento. Os interessados se candidatavam a vagas limitadas, sendo que a participação de fato dependia da aprovação ou não das suas inscrições pela ONU. A inscrição era feita em um sítio que trazia apenas informações em língua inglesa. Após receber a confirmação de sua inscrição, algumas pessoas que tiveram suas inscrições aprovadas receberam emails (em língua inglesa) provenientes da Universidade de Stanford, dizendo que eles haviam sido selecionados aleatoriamente para participar de uma pesquisa piloto sobre democracia deliberativa na governança *multistakeholder*, de uma deliberação sobre o acesso à internet para o próximo bilhão²⁴⁷.

²⁴⁶ Entre os subtemas estavam: A economia da internet; Inclusão e diversidade; Abertura de acesso; Reforçando a cooperação multissetorial; A internet e os Direitos Humanos; Recursos críticos da internet.

²⁴⁷ A ideia era discutir “o aumento do acesso à internet em todo o mundo”, e então se fazia importante ouvir a opinião de “diversos setores diferentes e localizações geográficas para assegurar a representação da comunidade IGF”. Os *outputs* da pesquisa seriam recomendações do grupo para a composição de políticas públicas (locais ou globais) para aumentar o acesso à internet no mundo.

O IGF reuniu pessoas dos quatro cantos do mundo²⁴⁸, sendo realizado em cinco dias e apresentando ampla e diversa programação relacionada às discussões sobre ideologias, processos, direitos, deveres, leis, regulamentação e instituições e demais aspectos envolvidos na definição e uso de uma internet cada vez mais global, e mais eficaz na construção de relações entre os seus *stakeholders*, em nome de uma sociedade justa e de iguais oportunidades para todos os indivíduos. Os participantes puderam submeter propostas para trabalhos do evento, como workshops.

O evento se apresentou através de diversos canais de informações, como salas apoiadas por videoconferências para participações remotas de pessoas que não puderam estar fisicamente presentes, além de redes sociais. Todo o evento foi transmitido em tempo real, através de vídeos que foram produzidos nas salas e se tornaram disponíveis, mesmo após o seu encerramento. Além das publicações feitas pelos organizadores do evento, diversos participantes depositaram suas postagens nas redes sociais e na internet, também em texto e vídeo, compondo bases de informações que puderam ser construídas e acessadas pela comunidade interessada.

Sobre a programação, esta foi montada a partir de sessões, fóruns, e workshops baseados nos subtemas do evento. Desde as 9h até às 18h, todos os dias da semana, os participantes puderam discutir sobre a governança da internet, ou pelo menos ouvir diversas visões e compor opiniões sobre os temas, em diversos ambientes²⁴⁹ montados para o tipo de proposta que o evento apresentou. Visitando as salas, deparei-me com

²⁴⁸ O que inspirou observações antropológicas, estando eu imersa em algo jamais vivido. Representantes de todos os continentes e de diversos países puderam ser percebidos, em meio a uma mistura de idiomas, estereótipos e outros traços culturais que distinguiram essas pessoas desde os corredores, até os espaços de lazer e especialmente nas salas de deliberação. Por ser um evento da ONU, as regras foram diferenciadas: diariamente, procedimentos de segurança foram utilizados (com exceção dos veículos autorizados para trânsito livre, os demais foram estacionados em vagas distantes do pavilhão do evento; detectores de metal e máquinas de raio x monitoraram pessoas e bagagens, o que rendeu filas enormes, deixando “os gringos” sob a temperatura escaldante da cidade onde o sol nasce primeiro, dentro de ternos “bem cortados” ou não, de trajes finos ou despojados, na espera pelo passe livre ao evento); sobre as filas, a entrada dos convidados “Vips” era diferenciada daquela dos “demais participantes”; o evento foi acompanhado pela polícia especializada da ONU, vista com frequência no evento.

²⁴⁹ Dez salas chamadas “*workshop room*” apresentaram a seguinte estrutura: uma mesa central acomodou especialistas no tema a ser discutido e representantes de grupos de *stakeholders* (governo, sociedade civil, comunidades acadêmica e técnica ou indústria); assentos acomodaram o público que assistiria o debate; em algumas salas, as mesas de discussão foram tão espaçosas, que os presidentes das sessões convidaram ouvintes da sala para sentar-se nelas e expressar sua opinião sobre o tema discutido; ao lado da mesa de debates havia microfones para que a plateia pudesse argumentar ou fazer perguntas; havia telões em cada sala, transcrevendo a fala dos participantes, em inglês, ou traduzindo para esse idioma o que era falado em outra língua. A “*main meeting room*”, apresentou estrutura semelhante, porém maior, e recebeu as discussões consideradas de maior interesse dos participantes, contando com a tradução simultânea em sete idiomas (Português, Inglês, Espanhol, Francês, Russo, Chinês e Árabe), e uma intérprete de Libras.

diversos cenários que envolveram questões relativas ao idioma do evento, o Inglês²⁵⁰. Além dos ambientes de debate, o IGF contou com ambientes de exposição, onde alguns *stakeholders* (entre eles, CGI.br, empresas e ONGs do Brasil e do mundo) puderam se apresentar de forma mais própria e interagir mais diretamente com as pessoas que visitavam suas instalações. Para dar a cara da Paraíba ao evento, elementos folclóricos e estereótipos nordestinos e paraibanos foram apresentados em forma de teatro, música e dança, em momentos de descontração, geralmente no início da manhã, dando as boas vindas de cada dia. A culinária local esteve em foco. Tudo estava incluído no pacote da inscrição, que foi gratuita.

Foram inúmeros os temas debatidos nas salas que reuniam os participantes do evento, como a questão da representação²⁵¹, direitos humanos, e diversos outros que entraram em pauta na discussão sobre como redefinir a internet do Século XXI. Nem todos os grupos estavam presentes nas discussões, muitos deles não tinham sequer condições materiais de se deslocar ou participar em videoconferências. Outros sequer apresentavam condições políticas de entrar nas discussões²⁵². Nesses contextos, era muito difícil conectar-se aos governos, pois eles não acreditavam que a sociedade civil deveria entrar no processo deliberativo. “Isso apaga os sonhos das pessoas que querem contribuir, pois elas não sabem como defender sua posição”. O IGF continuava acreditando que as pessoas deveriam ser convencidas a tentar contribuir e pregou isso em todas as sessões em que relatos de dificuldades foram evidenciados.

²⁵⁰ Houve dificuldade na formulação de perguntas ou na arguição em inglês, e até questionamento sobre o porquê de se usar esse idioma, “um desrespeito”, já que o evento era no Brasil; um presidente de sessão citou a inviabilidade financeira de utilizar tradução simultânea em todos os ambientes do IGF.

²⁵¹ Em uma sessão, enquanto a mesa debatia alternativas para “incluir o próximo bilhão”, uma senhora magra e de cabelos brancos, usando jeans, na plateia, disse vir de um pequeno país (não consegui lembrar de já tê-lo estudado nas aulas de Geografia), ainda considerado “excluído” em termos de internet, e completou: “Antes de planejar a nossa inclusão, pergunte-nos se queremos ser incluídos. Caso desejemos, pergunte-nos de que forma gostaríamos que isso fosse feito”. Toda a sala se manteve em silêncio por alguns instantes. A questão da representação saía do debate teórico e se materializava no IGF. Foi então que alguém da mesa disse “Pára tudo!”, levantou os problemas de continuar a discussão de inclusão sem antes discutir a questão da representação no IGF (um problema que vinha sendo discutido, entretanto, vê-lo verbalizado daquela forma talvez fosse algo inesperado). E assim a questão da representação ganhou destaque nas disputas pela oratória, em um evento de tema e subtemas interligados de forma tão complexa. Quanto à inclusão do próximo bilhão, o IGF disse: “Não devemos pressupor que sabemos o que eles querem, precisamos ouvi-los. Não podemos falar por eles, devemos incluí-los no debate”.

²⁵² Como aqueles pertencentes a países onde o regime político era uma ditadura, onde o Estado não permitia qualquer expressão de opinião popular sobre qualquer assunto. Ainda existiam aqueles países onde os direitos humanos não eram respeitados, então como discutir “direitos na internet”? Diversos discursos apresentaram cenários de total controle e de abuso de poder na manipulação da internet, como o caso em que essa rede foi “derrubada” para evitar manifestações populares *online* e *offline*. Enfim, o IGF não era bem visto ou não era prioridade, em alguns lugares do mundo.

Algumas sessões comentaram a importância da equidade a partir da internet, sendo definida por alguns participantes como uma “igualdade melhorada”, no sentido social, político, econômico, cultural, de gênero e idade, de capacidades, em nome da justiça, da imparcialidade, negando a unilateralidade, por exemplo, dos países que criaram a internet, ou que chegaram “antes” no mundo online. Se os sistemas sociais “reais” não produziam igualdade, talvez a tendência fosse que esse fato se refletisse no mundo digital, e assim alguns sistemas criados na internet fugissem de princípios e valores idealizados para a comunidade global *online*, como igualdade e democracia. A visão da equidade a partir de diversos *stakeholders* do IGF se fazia importante nas deliberações do fórum, como forma de considerar a sua diversidade.

Como obter maior participação do cidadão? Se o Estado representava o poder, em nome do país, o cidadão ficava em outro nível, muitas vezes nulo em termos de participação política. Fazia-se necessário buscar alternativas para o equilíbrio de poder. A entrada da sociedade civil no IGF, através de grupos pequenos ou grandes, informais ou profissionais, de múltiplas filiações, trouxera novas reflexões e perspectivas aos seus comitês, ampliando as oportunidades de inserir suas opiniões e posicionamentos nas discussões que iam desde fundamentos de direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos, individuais ou coletivos) até a construção de políticas públicas. Considerava-se ainda que a diversidade de grupos resultava em pressões diferentes em nome das visões envolvidas na busca do consenso²⁵³.

Alimentando uma identidade que contemplava a inovação política, o IGF mais uma vez sugeriu a criação de alianças entre os cidadãos, com foco na formação de redes. Para que as pessoas pudessem participar do IGF, elas deveriam passar por processos de qualificação, de forma a poderem opinar e participar das deliberações com mais propriedade nos temas e segurança. Essa qualificação se fazia ainda mais importante nos países em desenvolvimento, de forma que eles pudessem influenciar os processos de construção de acordos, respeitando as suas convicções e as suas percepções de prioridades. Mecanismos para empoderar os países em desenvolvimento e seus cidadãos precisavam ser desenvolvidos e/ou utilizados.

Diversos países não vinham conseguindo manter a representatividade nas deliberações, mas se fazia importante que eles mantivessem comitês, de forma a dizer o que era necessário para incluí-los. Obviamente, sempre haverá o risco de *gaps* de

²⁵³ Embora consenso nem sempre seja possível, o IGF acreditava que era importante almejá-lo.

representação, especialmente com relação aos grupos que estiverem mais distantes das TIC e da internet. O trabalho em rede, entretanto, deveria diminuir as dificuldades de representação e o risco de as vozes dos países menores ou em desenvolvimento serem caladas diante das vozes dos países maiores ou desenvolvidos. Para conectar as pessoas que não estavam na internet, era preciso que elas falassem à mesa, era preciso levá-las ao IGF. O IGF trazia para si o desafio de abordar as diferenças e trabalhar a partir delas. Por fim, as estratégias de governança da internet global construídas pelos *stakeholders* no IGF precisavam ser respeitadas nos quatro cantos de mundo, de forma que as deliberações no fórum não se perdessem, e as negociações não fossem feitas “em paralelo”, às escuras.

E nesse sentido, em busca de entender como a internet era tratada principalmente com relação às questões sociais, culturais e políticas (embora também econômicas e técnicas), visitei diversas salas de deliberação, com temas que incluíram relações entre vários elementos²⁵⁴, buscando entender a importância de cada ator no modelo *multistakeholder*. A proposta do IGF se mostrou como interessada em gerar oportunidades de reflexões entre os *stakeholders* para deliberações a partir de consensos. Cabia ao governo promover a discussão, e aos *stakeholders*, conhecer o processo e se engajar nele de forma ativa, reconhecendo onde poderiam influenciá-lo. As pessoas deveriam ser qualificadas com o propósito de que a estrutura de atores fosse expandida. O IGF se propunha a fazer isso, chamando as pessoas para o debate, disponibilizando material para qualificá-los e oferecendo assento nas mesas de discussões e nos grupos de trabalho. As regras de participação deveriam ser claras e os processos estabelecidos visando uma contribuição construtiva nos debates (“se o governo fala noventa minutos e a sociedade civil fala cinco minutos, assim não dá para contribuir”). A inclusão de diversos atores e a abertura para discussão propiciariam o fortalecimento da confiança e dos relacionamentos entre os atores.

Em processos que buscavam o “consenso”, era importante empoderar todas as vozes, buscar o equilíbrio de poder entre elas. E todo esse esforço em reunir pessoas dos quatro cantos do mundo em discussões amplas e profundas deveria resultar em ações, com responsabilidades distribuídas entre todos, de acordo com o poder de envolvimento de cada um, na elaboração, aplicação e monitoramento de regulamentos,

²⁵⁴ Entre eles: acesso à internet e direitos humanos; economia digital, trabalho e práticas multissetoriais; impacto da sociedade civil na governança da internet global; políticas públicas e melhores práticas para conectar o próximo bilhão; coalizão sobre direitos e princípios de internet; indicadores e elaboração de políticas baseadas em evidências; democracia, representação e modelo *multistakeholder*.

leis, políticas e TIC que atendessem aos desafios propostos, respeitando os objetivos e metas estabelecidos pelas coalizões. O que o IGF e os seus participantes esperavam dos *stakeholders* era o compromisso com os planos de ação que resultavam das deliberações, que sugeriam direitos e deveres²⁵⁵, o que reforçava ainda mais a importância da representação.

Em outros momentos, foi citada a importância das comunidades técnicas e acadêmicas em diversos aspectos, como no trabalho técnico especializado, ou no trabalho estatístico de coleta de dados quantitativos, e especialmente qualitativos, para aperfeiçoar as políticas da internet. Foi dito ainda nas sessões que diversas pesquisas estavam preenchendo o *gap* dos dados que atores como o governo muitas vezes não haviam colhido, mas que se faziam importantes para dar rumo às políticas públicas voltadas à internet. Nesse contexto, se fazia importante ainda que os *stakeholders* interagissem de uma melhor forma, compartilhando não apenas os dados, mas também utilizassem de transparência da apresentação das metodologias utilizadas para sua coleta e produção, de forma que esses dados pudessem ser utilizados para os processos de tomada de decisão. Enfim, a orientação com relação aos dados partiu da ideia de que deveria haver uma melhor comunicação entre quem produzia os dados e quem usava os dados, ou seja, os dados deveriam ser coletados e postos nas mãos de quem faz política, e isso deveria acontecer em fluxo contínuo, ou seja, antes, durante e depois da implementação dessas políticas.

Uma vez que os subtemas do fórum eram interligados de forma complexa, alguns desses subtemas voltaram na discussão sobre a Democracia 3.0, que discutiu formas de governo e representação política, questionou o voto enquanto alternativa de representação e sugeriu como hoje é possível enxergar a sociedade através das TIC, e a forma como essas TIC podem mudar a interação entre os atores políticos, especialmente entre o governo e a sociedade civil. O IGF colocou a necessidade constante de repensar o conceito de democracia. Existiam muitos desafios na concepção de modelos democráticos que acompanhassem a evolução temporal da sociedade. “Só porque você

²⁵⁵ Por exemplo, foi citado como a Coalizão Dinâmica para Direitos e Princípios de Internet (rede internacional aberta de pessoas e organizações que trabalham para defender os direitos humanos no ambiente *online* e em todo o âmbito da elaboração de políticas para a internet) deu origem à “Carta de Direitos Humanos e Princípios para a internet”, documento produzido a partir do IGF e traduzido para 21 idiomas. Esse documento teve sua importância reconhecida a partir do momento em que seus princípios começaram a servir de base para a elaboração de leis e regulamentações. Se a internet se propôs a ser uma rede de escopo global, tornou-se importante pensar em direitos e princípios universais, embora fosse importante respeitar as particularidades de cada país. Os países tinham liberdade para formular suas leis e regulamentos, desde que respeitassem a carta, como o Brasil, que nela baseou o Marco Civil da internet.

pode votar, eleger líderes, isso realmente significa que você tem Democracia? [...] Quando falamos de abordagem multissetorial, como podemos medir ou como vamos pensar sobre isso, se é democrático ou não?”.

Outro tema debatido foi a aproximação das pessoas das TIC, as capacitações humanas como ações essenciais para diminuir as disparidades digitais. Aspectos como fome, pobreza e abuso dos direitos humanos deveriam ser combatidos de forma efetiva, e os princípios e valores do paradigma da sociedade em rede apoiada na internet tinham como desafio a promoção dessa sociedade mais democrática, justa, igual e humana, uma vez que os dados indicavam que a internet ampliava, além da renda, ainda resultados em educação e saúde, trazendo benefícios individuais e coletivos. Nesse contexto, o desafio da inclusão do próximo bilhão de usuários à internet incluía desde a conscientização de que a internet existe, e de sua importância individual e coletiva, até as ações de desenvolvimento de habilidades e capacidades para desenvolvimento autônomo a partir das TIC, passando ainda por questões de infraestrutura (disponibilidade) e acesso econômico (capacidade de pagar pela infraestrutura e serviços) para todos, além de desenvolvimento de conteúdo para a rede (conhecimento).

Alguns temas discutidos enquanto estratégia para a inclusão ainda não apresentavam consenso até o IGF 2015, como a taxa zero, que representa a prática em que operadores de redes móveis e provedores de serviços de internet não cobravam os clientes finais pelos dados utilizados em aplicações específicas ou serviços de internet através das suas redes. Se as aplicações ou serviços com taxa zero, por um lado (lado dos que são contra essas iniciativas), poderiam contrariar o princípio de que todos os dados deveriam ser tratados da mesma forma na rede (neutralidade), por outro lado (lado dos que são a favor dessas iniciativas), poderiam incentivar o uso daqueles que se mantinham fora da internet por justificativas como “não posso pagar” ou “não tenho interesse” ou “não vejo valor em estar conectado”, de forma subordinada às leis. Enquanto estratégia, a taxa zero aumentaria a base de usuários e daria mais valor à rede. Entretanto, não podiam ser negados os interesses capitalistas em torno das infraestruturas física e lógica necessárias ao desenvolvimento dessa estratégia. Inquestionavelmente, o tema trazia consequências sociais e econômicas. Segundo alguns argumentos, esse tema, assim como outros, buscava o consenso entre atores com objetivos talvez muito distintos com relação à inclusão das pessoas na rede. Visões diversificadas entre governo, idealistas do paradigma da sociedade em rede, empresas

que desenvolvem infraestrutura e serviços e usuários finais vinham gerado impasses que ainda precisavam ser amadurecidos.

Como resultados do evento, diversos tipos de documentos apresentaram as saídas geradas pelos grupos de trabalho, sendo publicados a partir do sítio do IGF e se tornando acessíveis na internet. A partir do sítio do evento, pôde ainda ser encontrado o seu principal resultado: a compilação do IGF 2015, “Opções políticas para conectar o próximo bilhão online”. As contribuições apresentaram o que cada *stakeholder* trouxe para discutir no evento: políticas, iniciativas e ideias assumidas ou defendidas por representantes dos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil, a fim de promover a conectividade, considerando as experiências locais, nacionais e regionais. Sobre o documento de contribuições do Brasil:

“A partir do reconhecimento da interdependência entre os elos da cadeia de valor²⁵⁶ na economia da informação, o Ministério das Comunicações tem trabalhado no seu desenvolvimento no Brasil por meio de uma série de políticas, organizado no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga [...] A união de forças dos diversos elos do ecossistema digital é importante para a eficácia das políticas destinadas à expansão dos serviços de telecomunicações e realização plena dos benefícios do uso de TIC”.

O documento apresentou um resumo das iniciativas do Ministério das Comunicações nos elos relevantes na cadeia de valores da economia digital: o primeiro elo foi representado pelos terminais de acesso (equipamentos) usados diretamente pelas pessoas, empresas e instituições para acessar a internet; o segundo, pela infraestrutura física que suporta a prestação dos serviços de telecomunicações; o terceiro, pelas plataformas de armazenamento, hospedagem e processamento de informação, que tornam aplicações e conteúdos digitais disponíveis; o quarto, pelas aplicações e conteúdos digitais, disponibilizados por meio de serviços, como redes sociais, plataformas de vídeo, motores de busca, agregadores de notícias, entre outros.

A expectativa era que a lista completa das contribuições do IGF pudessem servir como recursos robustos sobre os temas tratados no evento e também como entrada para outras instâncias e processos relevantes relacionados a políticas públicas da internet. A síntese das suas recomendações, que se autotitulou “O Caminho Adiante” fez referência a um exercício único na história do IGF, enquanto processo, por se tratar de “uma tentativa de mobilizar os benefícios inerentes à resolução de problemas complexos através de uma diversidade de perspectivas - cada um com sua própria

²⁵⁶ A princípio, cada elo da cadeia de valor poderia ser abordado por diferentes tipos de políticas, como investimento público direto, parcerias público-privadas, incentivos fiscais, pesquisa e desenvolvimento e assim por diante e, por isso, antes de as iniciativas terem sido implementadas, combinações de elos e políticas haviam sido estudadas, buscando atender a especificidades locais, nacionais ou regionais.

contribuição para a solução”, colocando o IGF como “uma oportunidade única para a comunidade manifestar os benefícios de uma abordagem multissetorial na luta contra os desafios pela frente, e uma chance de mostrar a capacidade do IGF para produzir resultados tangíveis de uma maneira eficiente e eficaz”.

Por tratar de diferentes perspectivas, em cenários muitas vezes distintos, associados a realidades específicas, diversas sessões trataram problemas locais e soluções próprias. Por outro lado, além das especificidades refletidas através das contribuições de IGF nacionais e regionais, foram identificadas algumas recomendações comuns para ações multissetoriais: referente à implantação da infraestrutura, é necessário muito mais investimento e cooperação público-privada para reforçar redes nacionais no mundo em desenvolvimento, e, em particular, nas populações rurais, buscando aumentar sua conectividade²⁵⁷; referente ao aumento da usabilidade, é importante garantir a disponibilidade e a capacidade dos usuários para utilizar aplicações, estimular o desenvolvimento de conteúdos e serviços locais²⁵⁸ em todas as línguas, e implementar estratégias para garantir o acesso às pessoas com deficiência; para capacitar os usuários online, deve ser dada ênfase à promoção dos direitos humanos e à capacitação de jovens, mulheres e meninas, idosos e pessoas com deficiência²⁵⁹; para garantir a acessibilidade e resolver a exclusão digital é necessário intensificar esforços e investimentos para aumentar a oferta e reduzir o custo do acesso²⁶⁰; esforços futuros de conectividade precisam garantir que aqueles que fiquem conectados tenham acesso a toda a internet global e aberta²⁶¹.

Para a comunidade IGF, como a internet continua a permear quase todos os aspectos da sociedade moderna, a importância de resolver o problema do fosso digital aumenta, já que a rede tem mostrado o seu potencial para funcionar como um fator essencial para o progresso econômico e social, mas também pode agravar as desigualdades econômicas e sociais entre aqueles que estão conectados e aqueles que

²⁵⁷ Segundo o IGF, o desenvolvimento de infraestrutura é importante para o crescimento socioeconômico.

²⁵⁸ Segundo o IGF, as políticas que promovem a criação de conteúdo local devem ser incentivadas.

²⁵⁹ Segundo o IGF, o acesso à internet é essencial para o desenvolvimento humano e facilita o exercício de uma série de direitos e liberdades humanas, incluindo liberdade de expressão e acesso à informação, direito a reunião e associação pacíficas; conceber pontos de acesso público, por exemplo, bibliotecas públicas e centros comunitários, e promover nesses espaços a alfabetização digital e atividades de produção de conteúdo local, também vão garantir melhores condições de acesso e uso da internet.

²⁶⁰ Segundo o IGF, aumentar o acesso à internet é essencial se os países desejam desenvolvimentos sociais e economias inclusivas baseadas no conhecimento; muitos dos desafios para melhorar esse acesso requerem tanto políticas quanto métodos inovadores para transformar estas estratégias em realidade.

²⁶¹ Segundo o IGF, o acesso deve ser universal, equitativo, seguro, acessível e de alta qualidade com base em direitos humanos e no Estado de direito, respeitando a privacidade e a liberdade de expressão.

não estão. “É por isso que a questão de conectar o próximo bilhão não pode esperar”. Segundo a comunidade IGF, o evento de 2015 significou um passo adiante para alcançar os objetivos traçados para a governança da internet, e poderia ser ligado aos esforços de outros fóruns e inspirar novas colaborações na comunidade em geral.

Viver o IGF nos levou a várias reflexões. Diante de tudo o que pode ser levantado sobre os processos históricos na relação entre Estado e sociedade no mundo, entendemos que a inclusão social e a promoção da cidadania só se dão com “representação política”, pela disputa na defesa de interesses próprios. Mas, o que acontece nas sociedades? Falando especificamente sobre o Brasil (porém podendo generalizar para diversos cenários no mundo), pode ser que muito se fale sobre ser feita a vontade de povo, mas isso acontece? Os grandes problemas de interesse comum vêm sendo combatidos a partir de revisão dos atos públicos a partir dos conceitos morais ou ideologias que se confrontam mas que têm sua origem na sociedade civil, como o combate à corrupção, mas e as questões dos grupos sociais, das minorias? Será que estão sendo tratadas as especificidades inerentes às questões colocadas pela complexidade das sociedades modernas?

Torna-se importante dar voz a todos, para que se montem as disputas ou alianças de acordo com as necessidades e os interesses divergentes ou comuns. Os indivíduos que estão representados por grupos que tem voz ativa estão na disputa na sociedade baseada por tecnologias, já que as TIC aumentaram as chances de qualificação do cidadão e dos grupos sociais, além do poder de comunicação e de proposição de mudanças, e o acompanhamento dessas mudanças. Ou seja, o poder do povo aumentou com o aumento da participação política da sociedade civil, caso esse “povo” esteja representando.

Entretanto, parte da população pode encontrar-se politicamente “nula”, sem se sentir representada, sem voz ativa. Talvez essa população sobreviva, isolada do mundo tecnológico ou usando-o “superficialmente”, como lazer ou fuga da realidade, mas não para estudar, para autodesenvolvimento, para fortalecimento da cidadania, e provavelmente também não conhece o poder proporcionado pelas TIC para a emancipação, na concepção da sociedade em rede. Talvez essa população não encontre espaço nessa proposta de mundo que vem sendo construída e que exclui, sem piedade, apesar dos esforços para incorporar “o próximo bilhão”. Então se criam vários mundos, a partir da falta de integração e de solidariedade entre indivíduos do mesmo território,

um dia visto como uma potencial nação, porém que jamais caminhou de fato nesse sentido, pela falta de espaço político para todos os indivíduos.

Então, parece-nos que a sociedade em rede, na sua essência paradigmática, só pode se dar se essas pessoas se sentirem parte do todo, se houver abertura para elas e se for desenvolvida a confiança necessária para integrar todos em subredes locais, na rede nacional e, quem sabe um dia, na rede mundial. Deve-se preparar essa população para a integração social e política, não esquecendo as questões culturais e econômicas. Uma parte desse trabalho está nas ações de ID com vias a participação cidadã e inclusão social. O fortalecimento dessa rede deve se dar com base na formação de interconexões e comunidades, no autodesenvolvimento para a inteligência coletiva, o que deve levar à qualificação cidadã com vias a conformação de um novo modelo de democracia.

Nesse novo modelo, as coalizões poderão trazer aos debates públicos todo e qualquer ator ou grupo social, que representará seus interesses e sua visão de mundo diante dos demais, na disputa pelas configurações sociais, pela influência nas decisões públicas, em nome do bem comum. Talvez esse diálogo pareça inalcançável para um futuro próximo, entretanto, talvez essas ideias possam significar muito mais do que um sonho, quem sabe a chance para construir uma versão mais autêntica da humanidade.

Diante das bases da cibercultura e das perspectivas democráticas, o IGF se mostrou como um exercício de qualificação e participação política cidadã, através de pressupostos que visam a solidariedade e a integração mundial (multilateralismo) e intrassocial (multissetorialismo), com vias ao desenvolvimento da comunidade planetária apoiada por TIC, principalmente pela internet. A princípio, os discursos sobre a ID no IGF alargaram as perspectivas de ação rumo à inclusão política, cultural e econômica dos diversos povos e grupos sociais ao redor do mundo, mas de fato, muitos desafios ainda terão que ser vencidos para que as práticas reflitam um equilíbrio de poder, e de recursos intelectuais e materiais, para que se materializem construções democráticas mais autênticas e endógenas.

Em outras palavras, a estrutura proposta como modelo democrático ainda não trouxe todas as partes sociais ao ciclo das políticas públicas de ID, embora represente uma abertura importante para a legitimação da participação dos diversos setores sociais. As partes que levaram representantes ao evento puderam expor suas visões de mundo aos quatro cantos do planeta e disputar a agenda, embora tenha sido evidente a desproporção de poder, em termos de visibilidade e de tempo de oratória dada a cada tipo de voz.

O IGF deixou aos participantes diversos pontos polêmicos ainda sem consensos, quer seja por questões técnicas, ou por barreiras sociais, culturais, políticas ou econômicas, afirmando a complexidade e a dinamicidade da sociedade em rede apoiada por TIC e da governança da internet e, portanto, a necessidade de trabalhos cooperativos intranacionais, a partir de setores sociais, e internacionais, a partir de países. Certamente, tanto os pontos convergentes, como os pontos divergentes, se apresentam como importantes para pensar a dinamicidade das sociedades modernas em pleno Século XXI, especialmente de aspectos como o ciclo de políticas públicas, e da influência das TIC e da internet nas conformações da comunidade mundial.

3.2.2) Trajetória da Política Pública nos Governos

A navegação nos portais teve como objetivo investigar as notícias enquanto processo de desenvolvimento da política pública de ID no Brasil, através dos diversos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo GF, GE e GM, durante o período que vai de 2007 a 2017²⁶².

Em outras palavras, essa proposta nos permitiu observar o geral e perceber os cenários de ID no Brasil e na Paraíba como macrocenários de investigação que podem ter influenciado as ações de ID propostas pelo GM e pelo IFPB, sendo estas as fontes de investigação para os microcenários. Apesar de o GM e o IFPB terem sido considerados como microcenários de investigação, as principais contribuições da tese foram derivadas do IFPB, lócus de pesquisa em que pude me aproximar dos atores sociais e desenvolver atividades de observação participante, entrevistas e conversas formais e informais, inclusive interações através das TIC e dos seus canais, como as redes sociais.

Os portais foram investigados no sentido de observar as informações postadas pelos governos, em seus respectivos espaços de notícias, referentes aos programas, projetos e ações em ID, como forma de mapear pouco mais de uma década no andamento da política pública²⁶³, na perspectiva do que os agentes públicos divulgaram sobre suas ações, e assim investigar alguns aspectos: através dos programas, projetos e ações de ID do GF em andamento no período pesquisa, pudemos entender a conjuntura da ID (principalmente valores e elementos motivadores explícitos associados às ações

²⁶² Os portais são recursos técnicos construídos para ter parte da sua estrutura mantida dinamicamente. Algumas páginas são “(des) ligadas” ou mudam seus conteúdos com frequência. Visando realizar a análise processual da ID, acessamos as notícias, que possuem natureza estática e mantêm registros históricos.

²⁶³ A proposta inicial era mapear as notícias desde 2006 (período que os informantes apontaram como a data das primeiras ações de ID no IFPB), já que a proposta era interpretar as relações entre o micro e o macro. Entretanto, as notícias mais antigas disponíveis nos portais constam com o ano de 2007.

de ID) em cada época; através dos programas, projetos e ações de ID do GE e do GM em andamento no período pesquisa, pudemos mapear as relações entre eles e o GF; acessando as notícias dos governos pudemos, ainda, interpretar algumas relações entre seus programas, projetos e ações e aqueles desenvolvidos pelo IFPB, em cada época; para cada lócus de pesquisa, pudemos interpretar as relações entre seus programas, projetos e ações, e os pressupostos identificados pela tese como a base para ações de ID no contexto de desenvolvimento da sociedade em rede apoiada pela cibercultura.

A metodologia para desenvolvimento da investigação dos portais teve como etapas: o acesso aos sítios oficiais do GF, GE e GM, iniciado em janeiro de 2015 e finalizado em janeiro de 2018 (o que tornou viável também o acesso às notícias referentes ao ano de 2017); nos portais, foram utilizados os canais de busca por informações²⁶⁴, para o filtro “inclusão digital”²⁶⁵; para cada notícia encontrada, foi feito o *download* imediato de sua página correspondente, sendo todas as páginas mantidas em máquina local para análise *offline*²⁶⁶. Ao todo, foram encontradas mais de 800 notícias somando-se aquelas dos três portais²⁶⁷. Com base nas informações encontradas, podemos dizer que as notícias dos portais permitiram o acesso ao desenvolvimento da política pública de ID desde 2007 a 2017, fomentando um mapeamento da última década (pouco mais que isso) no andamento das suas ações, na perspectiva do que os agentes públicos julgaram importante divulgar.

A essas informações, pudemos somar a base teórica proveniente tanto de autores referenciados nas seções anteriores desta tese, quanto de outros²⁶⁸, que discutiram as TIC, a ID e a política pública nacional voltada à promoção destes temas, retratando estudos realizados sobre ID no Brasil, e apresentando os benefícios das tecnologias como pontos que tornam imprescindível os processos de ID como potencializadores da cidadania nas sociedades modernas, e revelando diversos fatores que representam alguns problemas da exclusão digital. Ambos os grupos de autores

²⁶⁴ GF, na opção: “Buscar no portal”; GE, na opção: “Busca”; GM: na opção: “Pesquisar”.

²⁶⁵ O termo foi usado entre aspas, para obter exclusivamente notícias com o texto “inclusão digital”.

²⁶⁶ Apesar de sua estrutura estática, as notícias poderiam ser modificadas ou retiradas da web a qualquer momento, logo, consideramos prudente mantê-las localmente, para análise em momento posterior.

²⁶⁷ Os portais do GF e do GE não apresentaram notícias referentes ao período 2006-2008; o portal do GF apresentou pouco mais de 400 notícias referentes ao período 2009-2017; o portal do GE, por volta de 100 notícias referentes a 2009-2017; o portal do GM, pouco mais de 300 notícias referentes a 2007-2017.

²⁶⁸ Entre eles, Balboni (2007); Bezerra (2016); Börzel (2008); Buzato (2007); Costa (2007); Corrêa (2007); Feliciano (2008); Ferreira (2007); Gonçalves (2011); Helou et al. (2011); Jambeiro e Silva (2004); Mattos e Chagas (2008); Medeiros Neto e Miranda (2010); Mendonça (2007); Mesquita (2011); Rodrigues (2002); Rodrigues e Maculan (2013); Rodrigues et al. (2011); Mori (2011); Sousa (2011); Winkler (2005).

contribuíram com a base reflexiva para análise das políticas de governo e influenciaram nossas reflexões sobre as ações públicas de ID no IFPB.

Entre os pontos importantes levantados por esses estudos e que contribuem para a promoção da ID e dos seus benefícios, destacamos que diversos atores sociais, como governos, empresas, entidades nacionais, internacionais e supranacionais têm elaborado e executado políticas de ID, sob diferentes conceituações e variadas dimensões, em termos de alcance técnico e/ou humano. Entre os pontos que representam entraves à ID ou aspectos negativos à promoção de uso das TIC nas sociedades, destacamos que esta nova realidade está longe de ser idêntica entre as diversas regiões do mundo, de cada país, e efeitos assimétricos são vistos entre diferentes camadas sociais da população²⁶⁹.

Tomando como base a história e o presente da sociedade brasileira, muito ainda há de ser feito em ações que visem à integração e ao bem estar social e procurem reduzir os efeitos das suas dicotomias, o que requer a ampliação do escopo e o aprofundamento de ações sociais com foco em perspectivas prósperas para o futuro. Enquanto o acompanhamento do escopo, através de indicadores, traz as medidas quantitativas dessas ações, a análise qualitativa dos seus refinamentos possibilita perspectivas de alinhar essas ações às especificidades dos seus contextos associados.

Vivendo em um mundo onde a informação e o conhecimento são imprescindíveis para as rotinas pessoais e institucionais, as tecnologias têm um papel importante nas reconfigurações sociais no sentido de combate à exclusão e às desigualdades, uma vez que, nas sociedades modernas, o conceito de exclusão passa a se relacionar à ausência de condições efetivas para viver em sistemas sociais, nos quais se possa ter qualidade de vida, e não na pura ausência de acesso a bens e serviços. Apresentadas essas reflexões iniciais, seguimos na apresentação das ações de ID desenvolvidas com base na política pública nacional, no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa.

Os principais eixos e a classificação das ações

Uma forma de pensar a política pública de ID do Brasil, é vê-la como diversos programas e projetos que objetivam coexistir e se articular a partir de quatro eixos principais (BRASIL, 2015).

²⁶⁹ Detalhes sobre os pontos citados nos estudos serão tratados junto à apresentação e à análise dos dados.

O primeiro eixo diz respeito à implantação de infraestrutura de banda larga nas diversas regiões do país, disponibilizando acesso à internet, sendo representado, principalmente, pelo Programa Nacional de Banda Larga. O segundo eixo, diz respeito à disponibilização de acesso público e gratuito à internet pela implantação dos centros públicos, os Telecentros, e concentra a maioria das ações de inclusão, sendo representado, principalmente, pelos Telecentros e Programa Gesac. O terceiro eixo, diz respeito à implantação de redes metropolitanas de alta velocidade em prefeituras, fornecimento de aplicativos de governo eletrônico e disponibilização de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos, sendo representado pelo Programa Cidades Digitais. O quarto eixo, diz respeito ao apoio a atividades e projetos de formação e capacitação que visem à promoção do uso das TIC; este eixo é representado por diversas ações, entre elas, o programa Redes Digitais da Cidadania, que apoia projetos de universidades em áreas temáticas relacionadas ao uso de TIC, e o Projeto Computadores para a Inclusão, que apoia projetos de instituições que executam ações de formação (como a oferta de oficinas, cursos e treinamentos) e de trabalho técnico em acondicionamento e manutenção de equipamentos de informática.

Com base nesses eixos, mas considerando algumas especificidades das notícias nos portais, definimos categorias²⁷⁰ próprias para esta tese, de forma a catalogar e analisar as informações postadas sobre as ações do governo. 1) A categoria “Infraestrutura” tratou a promoção de infraestrutura pública ou privada (itens de TIC implantados de forma independente de outros itens, ou de forma “isolada”, em espaços públicos ou privados – software, hardware, redes, dados). Por exemplo, foram considerados nessa categoria, como itens de “infraestrutura pública”, aqueles implantados em espaços públicos específicos, como disponibilização de internet ou criação de laboratórios de informática (hardware, software, repositórios de dados e/ou redes) em escolas municipais, mercados públicos e praças da cidade. Por sua vez, foram considerados como itens de “infraestrutura privada”, por exemplo, ações como incentivo à aquisição de itens de TIC por pessoas físicas ou jurídicas, ou grupos sociais; 2) A categoria “Centros Públicos” tratou a promoção de centros públicos de acesso a TIC, através de espaços onde foi disponibilizada “infraestrutura completa” em termos

²⁷⁰ Para o tipo de análise feito na tese, fez mais sentido repensar os eixos de ações, pois consideramos importante descer o nível de generalização dos quatro eixos. Por exemplo, fez mais sentido colocar o item “disponibilização de internet”, seja em escola ou em uma praça, como um item de “infraestrutura”, mas colocar o item “disponibilização de aplicativo de gestão de escolas públicas” em “governo eletrônico”, do que juntar “internet de uma praça” e “aplicativo de governo eletrônico” em uma macrocategoria “redes metropolitanas”.

de tecnologias, em sua maioria, laboratórios de informática abertos ao público em geral, com máquinas (hardware), sistemas operacionais e aplicativos (software) e internet (rede), além de pessoas capacitadas para apoiar os usuários desses espaços. 3) A categoria “Qualificação” tratou a promoção de formação e de qualificação multidimensional (em TIC e em áreas temáticas diversas), seja para agentes do governo ou para o cidadão em geral, em espaços/contextos específicos ou nos centros públicos. 4) A categoria “Governança Digital” tratou instrumentos e ações para promoção do governo eletrônico, como a implantação de itens de TIC voltados à administração pública, seja para ações internas ou voltadas ao cidadão, como software, hardware, redes, dados, aplicativos de consumo ou produção de informações, em geral, informatização das unidades de governo. 5) A categoria “Ciclo de políticas públicas”, tratou a promoção de ações de governança no ciclo da política pública de ID (“planejamento”, “implementação”, “monitoramento, avaliação e controle”, “retroalimentação”), em processos realizados por agentes do governo ou em processos participativos, caracterizados por alguma abertura do Estado para interação com mercado e, principalmente, sociedade civil.

As notícias apresentam intenções, ações, resultados quali-quantitativos, pontos em debates, propostas em análises, dados sobre o que já havia sido feito e estava planejado ou previsto²⁷¹. Uma vez que já haviam sido acessadas as informações apresentadas sobre os principais programas e projetos nos portais, e através deles, também havia sido feito o *download* das notícias, fizemos uso de quadros para retratar essas notícias de forma agrupada por “programa, projeto ou área temática”²⁷² e, para cada grupo, apresentamos as principais ações e discursos identificados, em ordem cronológica, associando-lhes ainda as categorias de que trataram e os principais indicadores divulgados sobre essas ações, conforme pode ser visto no ANEXO A²⁷³. As

²⁷¹ O período pesquisado referiu-se aos governos: dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016 – atual); dos governadores Cássio Cunha Lima (2007-2009), José Maranhão (2009-2010) e Ricardo Coutinho (2011 – atual); dos prefeitos Ricardo Coutinho (2005–2010), Luciano Agra (2010-2012) e Luciano Cartaxo (2013 – atual).

²⁷² Acessando as notícias, algumas delas tratavam temas que dificultavam relacioná-las a um programa (por exemplo, noticiavam dados sobre vários programas, ou nenhum deles, especificamente). Para alguns casos, criamos macrotemas que ajudaram a relacionar notícias de acordo com propósitos mais amplos (por exemplo, “Integração com Políticas Educacionais”). Os dados contidos nelas, por sua vez, foram alocados de acordo com o que trataram (por exemplo, se uma notícia falou sobre compra de computadores e governo eletrônico, os dados foram divididos e retratados nos dois quadros específicos).

²⁷³ Em virtude de o trabalho no portal ter resultado em diversos quadros (devido ao número de programas, projetos e ações da política pública de ID), e de eles trazerem muitos dados (consideramos importante apresentar elementos que permitissem a interpretação da política de ID), para deixar a leitura da tese fluir, optamos por representá-los em anexo, deixando o resumo das nossas observações sobre eles nesta seção.

nossas principais observações, que representam algumas análises iniciais, referentes aos elementos “programa, projeto ou área temática” também foram agrupadas e serão apresentadas nessa seção.

Narrativas sobre educação e trabalho

As ações de ID do GF relacionadas a questões educacionais e de trabalho foram percebidas através de programas e projetos desenvolvidos nas seguintes dimensões: informatização nas escolas públicas; desenvolvimento de tecnologias educacionais; funcionamento de escolas em tempo integral e desenvolvimento de oficinas de ID nestas; desenvolvimento de programas educacionais ou voltados à inserção no mercado de trabalho com ações específicas em ID. As nossas principais considerações (algumas análises iniciais) sobre as ações desenvolvidas com base nesse tema podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais observações sobre ações de educação e trabalho no GF

- 1) Em termos de políticas nacionais, percebemos ações de ID como parte de diversos programas voltados à educação, estes trazendo em suas concepções não apenas a formação escolar, mas também a preocupação com trabalho e renda, e com o desenvolvimento da integração social e da cidadania dentro das comunidades, em territórios urbanos ou rurais (para estes sendo dada uma atenção especial à interação dos jovens com o ambiente comunitário), o que sugere a interdisciplinaridade nas ações de ID.
- 2) O GF investiu em infraestrutura, mas ressaltou a importância da capacitação de professores e alunos, sendo “idiotice²⁷⁴” investir no primeiro aspecto e ignorar o segundo. Além de serem vistas como elementos imprescindíveis diante das reconfigurações culturais nas sociedades modernas, as tecnologias eram vistas como elementos motivacionais nos processos educativos, que apresentavam indicadores a ser melhorados, como aqueles do ensino médio, considerado o “nó” da educação brasileira.
- 3) O GF apresentou algumas ações enquanto “respostas” às demandas dos governos locais, o que sugere a comunicação bidirecional entre as instâncias de governo.
- 4) O discurso do GF valorizou a ideia de que o Brasil podia viver o sentimento de integração (o que atribuímos aos indicadores que apontavam mudanças sociais importantes, como diminuição da pobreza multidimensional e desigualdades), e que a educação tinha um papel importante para promover o futuro do país, convidando toda a sociedade para construir um grande movimento em prol dessas perspectivas, o que sugeriu abertura para construção de um governo participativo. Em termos de ação, pudemos perceber a participação de representantes da sociedade civil, como movimentos sociais, na construção de ações de ID e dos conceitos de cultura digital, sugerindo a importância da comunidade no ciclo da política pública de ID.
- 5) Criado em governo de esquerda, o Proext se mostrou como uma estratégia para motivar a realização de ações de extensão com foco em ID, por instituições de ensino. Uma vez que a extensão se mostra como o caminho para aproximar essas instituições da comunidade, a ação do GF representou um direcionamento não apenas para a idealização da ID, mas ainda para o fortalecimento da realização de suas ações junto a essas comunidades.
- 6) Entre as programas, projetos e ações de ID propriamente ditas, pudemos ver que a proposta do GF foi que essas ações de alguma forma se conectassem, como exemplo, a oferta de infraestrutura em TIC, a qualificação através de cursos nessas tecnologias e a produção de conteúdos que poderiam ser utilizados em sala, o que sugeriu a preocupação com várias perspectivas de desenvolvimento da ID nos espaços educacionais.
- 7) Buscando dados mais locais, encontramos a Paraíba desenvolvendo o ProJovem Prisional, o que sugeriu que este estado tentou se encaixar nas atividades de ID, acompanhando as propostas multidimensionais do GF.
- 8) Sobre os beneficiários das ações, os discursos apresentados pelo GF sugerem que a sociedade reconhece

²⁷⁴ Essa foi a expressão utilizada pelo representante do GF, na notícia.

a “necessidade” da ID e de apropriação das TIC para mudança na cultura, em termos de nova “mentalidade” e novos hábitos.

9) As ações educacionais revelam uma teia de agentes que precisavam garantir a infraestrutura de máquinas, internet, softwares educacionais e ainda as habilidades cognitivas para o autodesenvolvimento e continuidade de ações.

10) Entre os resultados identificados, evidenciamos: em termos qualitativos, o desenvolvimento do Nordeste, como resultado do avanço do sistema educacional; em termos quantitativos, embora sejam importantes, os indicadores diretos são restritos a momentos pontuais, o que dificulta analisá-los em termos processuais²⁷⁵.

11) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A – Quadro 56.

Fonte: Próprio autor (2017).

Além dessas, outras ações educacionais foram desenvolvidas através do “Banda Larga nas Escolas” e do “Prouca”. As ações de ID especificamente relacionadas ao Banda Larga nas Escolas não apresentaram destaque em relação às demais ações educacionais. As principais considerações sobre esse tema são vistas no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais observações sobre ações do Banda Larga nas Escolas no GF

1) As ações do Banda Larga nas Escolas estiveram integradas à expansão das demais ações educacionais, promovendo a conexão das escolas públicas brasileiras à internet.

2) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 57.

Fonte: Próprio autor (2017).

As ações de ID especificamente relacionadas ao Prouca foram desenvolvidas nas seguintes dimensões: desenvolvimento de projetos de ID mais gerais ou específicos, voltados por exemplo, à zona rural e às comunidades quilombolas. Durante o período ainda foram identificadas ações com o intuito de reestruturação do programa. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais observações sobre ações do Prouca no GF

1) De acordo com o discurso proposto pelo GF, a distribuição dos computadores portáteis nas escolas públicas através do Prouca ia além do consumo de equipamentos, sendo posta a valorização da disseminação da infraestrutura privada enquanto democratização das TIC junto a pessoas em condição econômica desprivilegiada, e estímulo ao uso dessas tecnologias de forma aplicada às estratégias educacionais.

2) O discurso do GF também trouxe, entre as ações do Prouca, a preocupação com a preparação das pessoas para a vida em uma sociedade onde as TIC permeiam os processos humanos, e a necessidade de avaliação das mudanças sociais e de comunicação associadas ao uso dos computadores nos processos educacionais.

3) Entre as ações no Prouca, evidenciamos uma delas, em virtude de termos identificado um efeito local dessa ação, no estudo de caso no IFPB²⁷⁶. Em 2011, quando o GF e o CNPq lançaram edital para financiar projetos no Prouca e também em outras linhas de ID, esses editais trouxeram uma restrição aos pesquisadores, que só poderiam submeter projetos caso tivessem título de doutor. Esse foi um problema que prejudicou as ações de ID no IFPB, já que a equipe que trabalhava com essas ações não tinha esse título.

4) No Prouca e ao longo de outras ações do GF, pudemos perceber que as questões educacionais voltadas ao campo (e a outras comunidades) envolveram a educação contextualizada, o que sugeriu a conexão entre disciplinas curriculares e contexto social dessas comunidades, algo que consideramos importante para potencializar a efetividade das ações de ID, e que explicaremos através do estudo de caso no IFPB.

²⁷⁵ Em diversos quadros, os indicadores encontrados dificultaram as análises relativas, em termos processuais. Entretanto, optamos por apresentá-los, de forma que se possa ter a visão absoluta dos números sobre ID no Brasil ao longo do período estudado.

²⁷⁶ As observações que envolvem o IFPB poderão ser melhor entendidas a partir dos relatos sobre o estudo de caso nessa instituição.

- 5) Através do Prouca e de outros programas e/ou projetos, pudemos ver diversas ações do GF de incentivo à indústria de TIC, como forma de aumentar a produção, visando a distribuição massificada de infraestrutura²⁷⁷, com o discurso de democratizar o acesso a essas tecnologias e os seus respectivos benefícios.
- 6) Sobre os beneficiários das ações, os discursos apresentados pelo GF no Prouca e em diversos outros programas e projetos sugerem que a distribuição de *tablets* deslocou o uso das TIC dos ambientes institucionais formais (como postos de trabalho), incorporando essas tecnologias no dia a dia dos brasileiros, nas suas várias dimensões.
- 7) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 58.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, encontramos como desdobramento dessas ações federais, algumas iniciativas estaduais, relacionadas a questões educacionais e de trabalho, desenvolvidas nas seguintes dimensões: debate com a sociedade para tomada de decisões sobre ações educacionais (que incluíam tecnologias), funcionamento de escolas em tempo integral e suas oficinas em ID, desenvolvimento de programas educacionais ou para profissionalização com ações específicas em ID, informatização nas escolas públicas e implantação de banda larga nessas escolas, recebimento de tecnologias educacionais de empresas, distribuição de *notebooks/tablets* entre professores e alunos da rede estadual de ensino. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 4.

Quadro 4 – Principais observações sobre ações de educação e trabalho no GE

- 1) O GE trouxe em seu discurso os papéis dos demais atores sociais nos processos de ID: a responsabilidade das empresas nas parcerias para levar a internet às escolas públicas na Paraíba; a influência dos professores na construção de propostas que iriam além da técnica pura, voltadas à reflexão sobre a inserção das tecnologias nos processos humanos.
- 2) Em termos de Educação, a Paraíba apresentou um plano abrangente com ações em diversos eixos, sugerindo a valorização da cultura e da cidadania, e da ID enquanto um dos eixos que seria integrado aos demais. Seguindo a ideologia de gestão participativa, as ações educacionais no estado trouxeram as comunidades escolar e local para gestão das escolas e para os debates no Orçamento Democrático Escolar, o que sugere os objetivos de fala e escuta ativas, integração social e busca da melhoria na qualidade dos serviços através do conhecimento advindo dos contextos locais.
- 3) Entre as ações do GE, destacam-se as oficinas ofertadas em “cultura digital” e “educomunicação”, do Mais Educação, como ações importantes para a ID. Vemos a cultura digital como uma base importante para debate e ação, partindo dos debates teóricos de que a sociedade em rede se constitui por “diversas culturas digitais”, que convivem no ambiente técnico, dialogando com os elementos locais. Por sua vez, a educomunicação se faz importante a partir dos elementos motivacionais quanto ao seu uso em contextos próprios, a partir dos temas geradores comunitários, conforme discutido no estudo de caso no IFPB.
- 4) No período pesquisado, foram identificadas diversas parcerias entre o IFPB e cada um dos governos estadual e municipal, para ações de qualificação, em várias áreas, inclusive ID, o que sugere a continuidade nas relações entre essas instituições ao longo dos anos.
- 5) Em geral, os governos desenvolveram ações de EAD, acreditando que o uso das plataformas digitais trazia, entre os seus benefícios, a ampliação e a diversificação do número de pessoas atendidas em ações de qualificação, que poderiam participar dessas ações de acordo com contextos próprios. Aprender sobre as TIC significava desenvolver as novas habilidades necessárias para lidar com o conhecimento na vida moderna.

²⁷⁷ Conforme comentado em seções anteriores, essa tese não tem o intuito de explorar o debate conceitual ou prático sobre os aspectos econômicos que envolvem as TIC, logo, apontamos alguns fatos sobre essas questões apenas para que seja possível identificar como elas levaram as tecnologias aos programas de ID.

6) Ao longo do período estudado, o GE realizou eventos para discutir as boas práticas para a ID (inclusive na perspectiva da educação), e os eventos tiveram transmissão online, seguindo as sugestões de “inclusão” propostas por eventos maiores, como o IGF, e assim puderam chegar aos interessados no mundo físico ou virtual.

7) Quanto aos beneficiários das ações, destacamos os discursos apresentados pelo GE quanto às práticas de gestão compartilhada, que aproximam os atores sociais, ampliando o sentimento de inclusão, importante em contextos de escolas públicas. Nesses contextos, consideramos particularmente importante a gestão em parcerias com os diversos interessados, como forma de realizar processos educacionais próprios, efetivos, e reforçamos as mudanças que as tecnologias potencializam, a partir das possibilidades de integração, de comunicação entre os diversos atores sociais, para decisões e ações de interesse público. Aproximando-me de diretores, professores e/ou alunos de escolas municipais e estaduais, no estudo no IFPB, pude entender a complexidade de lidar com problemas em estrutura, aspectos humanos, contextos comunitários.

8) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 59 .

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre GF, GE e GM, encontramos como desdobramento dessas ações de mais amplo escopo, algumas iniciativas locais, relacionadas a questões de educação e de trabalho, desenvolvidas nas seguintes dimensões: realização de eventos para debate com a sociedade e tomada de decisões sobre ações educacionais e ID, informatização nas escolas públicas da rede municipal de ensino e implantação de banda larga nessas escolas, funcionamento de escolas em tempo integral com oficinas em ID, desenvolvimento de outros programas educacionais com ações específicas em ID. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 5.

Quadro 5 – Principais observações sobre ações de educação e trabalho no GM

1) O GM investiu em diversas perspectivas de ID na educação, implantando sistemas, adquirindo tecnologias, qualificando profissionais de forma continuada, o que sugere a preocupação com atualização dos conceitos relacionados a essas ações e a “necessidade” de adequação das escolas às “novas exigências sociais e tecnológicas”. Era preciso trabalhar de forma transversal, inserir a ID em um contexto maior, que nesse caso tinha como objetivo disponibilizar as tecnologias para melhorar a qualidade do ensino público: a ideia dos gestores era que a capacitação fosse feita de forma continuada, acompanhando as novas perspectivas de aplicação de TIC como instrumentos pedagógicos; a entrega dos computadores simbolizava principalmente o compromisso do educador com as novas propostas pedagógicas a partir da ID; recursos como a robótica eram usados enquanto elementos que exercem fascínio entre crianças, jovens e adultos, por proporcionarem o encanto com o hardware, concretizando as experiências do mundo virtual. As qualificações dos profissionais de educação tinham um duplo significado: beneficiar esses profissionais em seus processos de ID; transformar esses profissionais em agentes ativos na ID de outras pessoas (através dos professores, o GM qualificou alunos e comunidades em geral, em ações educacionais nas escolas públicas). O GM desenvolveu a EAD enquanto estratégia para ampliar as ações de qualificação.

2) Como estratégias para integração, inclusão e desenvolvimento, o GM abriu as escolas em turnos opostos e finais de semana, com atividades voltadas à comunidade escolar, mas também às comunidades no entorno da escola, potencializando a apropriação dos seus espaços enquanto lugar público e a ampliação do sentimento de pertencimento a grupos sociais mais amplos. A informatização nas escolas ainda contribuiu para iniciativas de Governo Eletrônico, já que a infraestrutura instalada permitiu a gestão informatizada nas escolas e a troca de informações com o GM.

3) O discurso do GM nas ações educacionais sugeriu o uso das TIC voltado ao desenvolvimento e com visão multidisciplinar, o que potencializa os resultados de suas ações. Essas tecnologias eram pensadas como imprescindíveis à vida moderna, sendo enfatizada a sua importância para os processos de trabalho, e direcionadas ações no sentido de preparar as pessoas para que tivessem melhor condição de entrar e permanecer no mercado de trabalho. Em seu discurso, o GF ainda ressaltou a ideia de oferecer essas tecnologias como condição de igualdade entre os alunos da rede pública municipal de ensino e aqueles das demais escolas públicas ou privadas.

4) Os debates em torno da relação entre educação e TIC, inclusive em eventos públicos, proporcionavam o compartilhamento de conhecimento e experiências sobre perspectivas diversas, como aspectos pedagógicos,

mas também, cidadania e desenvolvimento humano.

5) Sobre as oficinas do Mais Educação, a perspectiva da transversalidade se mostrava interessante, sugerindo que a ID poderia ser trabalhada de forma contextualizada, a partir da relação das TIC com os demais macro-campos e com conteúdos trabalhados em sala de aula, nas disciplinas escolares. Percebemos entre seus temas tanto a Educomunicação quanto a ID. A vivência no IFPB mostrou uma forma de trabalhar essas áreas em prol da cidadania e da inclusão social, o que foi considerado um caso de sucesso.

6) Identificamos uma parceria entre o IFPB e GM para capacitação de mulheres através do Pronatec, onde as ações de ID estavam entre uma série de outros temas desenvolvidos visando combater a exclusão social e, especificamente, preparar essas mulheres para a inserção no mercado de trabalho.

7) A ênfase na ID para os processos de profissionalização sugere uma ligação entre o conceito de cidadania e a sua realização através do trabalho. Essa conexão também foi percebida no IFPB.

8) Quanto aos beneficiários das ações, segundo a narrativa das notícias, a escola integral representou uma mudança nas vidas dos alunos, dando sentido ao “tempo livre”, estimulando a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento de novas práticas sociais. De forma geral, as TIC representaram mudanças “significativas” nas práticas educativas dos professores e monitores, motivação dos alunos para as aulas e melhores resultados em aprendizagem.

9) Entre os resultados identificados, os indicadores dizem que, em 2010, as escolas do Brasil conectadas à internet eram 56%. Na Paraíba, esse número chegou a 95%, sendo metade delas na rede municipal em João Pessoa, o que botou esse estado e essa cidade acima da média nacional.

10) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 60.

Fonte: Próprio autor (2017).

Plano Nacional de Banda Larga

As ações de ID relacionadas ao PNBL foram bastante evidenciadas no GF, tanto nas notícias que falavam diretamente sobre esse tema, quanto em outras notícias, pois o PNBL se encaixava como um conjunto de ações que davam suporte a diversas outras, já que os pressupostos da ID prescindiam de internet de qualidade. As principais ações referentes ao PNBL foram: ampliação do alcance da banda larga em termos de infraestrutura, tanto conexões no Brasil quanto em relação a territórios internacionais; cooperação com agentes nacionais e internacionais, para desenvolvimento do PNBL. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 6.

Quadro 6 – Principais observações sobre ações do Plano Nacional de Banda Larga no GF

1) O PNBL representou um macroplano que se dividiu em projetos e ações, e se integrou com diversos outros, compondo uma rede de agentes sociais e propostas para promover a ID no Brasil, nas perspectivas de garantia de infraestrutura, produção de conteúdo, governo eletrônico e qualificação humana, principalmente para a população de baixa renda e com mais dificuldades de acesso, como as comunidades rurais.

2) Os desafios do programa eram muitos, envolvendo indústria, grandes projetos que variavam desde pensar novos modelos de negócio, popularizar os celulares até utilizar satélites para conexão de áreas isoladas. Um dos grandes problemas apontados foi que a qualificação da população não acompanhava a velocidade de expansão da infraestrutura de ID. Ao longo de todo o trabalho de campo no IFPB, vivenciamos problemas da proposta de qualificar em TIC para preparar as pessoas para o exercício da cidadania nas sociedades digitais. A complexidade experimentada nesses processos foi relatada no estudo de caso no IFPB.

3) No acompanhamento do PNBL, pudemos identificar a abertura do GF para ouvir mercado e sociedade em geral quanto às contribuições para construção do plano, o que reforça a abertura dada para diálogo com os demais atores sociais.

4) Embora a ID da população de baixa renda tenha sido pensada também em termos de posse de telefones celulares e novos planos de acesso à internet, os centros públicos eram espaços indispensáveis para a efetividade da ID, em virtude de sua vitalidade e dinâmica, que envolviam diversos atores e atividades comunitárias, além de qualificação e apoio técnico especializado, aspectos potencializadores para as ações

coletivas.

5) Desde 2011, o PNBL inseria as populações mais carentes. Em termos regionais, em 2013, pudemos ver o Nordeste e o Norte como prioridades para as ações deste programa. Na ID, assim como em diversos outros aspectos no Brasil, havia uma “cultura de priorizar o que era mais conveniente”, e assim, pudemos entender a lógica proposta para os acordos dos governos com as empresas de telecomunicações: primeiramente, seriam atendidos os territórios mais “facilmente conectáveis” (também os mais “rentáveis”); esgotados esses territórios, algo como um compromisso social e ético (ao nosso ver, de contrato) movia as empresas rumo aos demais lugares, onde o investimento para conexão poderia até ser maior, caso houvesse alguma dificuldade infraestrutural (e sugerimos, os lucros seriam menores). Esse fato ilustra discussões feitas nesta tese sobre temas como conexões de redes (em termos de objetivos das redes, programadores e comutadores), aspectos de exclusão, segregação e inclusão (prioridades de conexão e acesso a oportunidades do mundo em rede), apresentando algumas dinâmicas que materializam a ID e o acesso as TIC, e a forma como verdadeiramente se dão esses processos.

6) As notícias fazem menção a processos de avaliação do PNBL, através de pesquisas que foram até a população, observaram os ambientes e ouviram seus relatos, como forma de aprimorar as política pública de ID. O programa apresentou preocupação com aspectos quantitativos, em termos da ampliação dos número de incluídos, mas também qualitativos, em termos de questões técnicas de acesso, como velocidades de conexão.

7) Esse quadro se relaciona diretamente com outros, já que a implementação dos aspectos do PNBL se realizam por meio de outros programas. O PNBL era macro, uma referência mais para gestão, definição de questões de regulamentação, debates com empresas, mas a execução da implantação das conexões se dava através dos outros programas, mais operacionais e proviam, por exemplo, infraestrutura e qualificação (como o Telecentros.BR, o Gesac, o Computador para Todos, por exemplo).

8) O discurso do GF colocava o Brasil como referência em TIC e ID, o que pude presenciar ao participar do IGF e que foi reforçado por discursos de outros países, acessados neste mesmo evento, conforme relatado em espaço específico na construção desta tese.

9) Em 2017, o discurso do GF sugeriu uma “crítica” às iniciativas do governo anterior, quando disse que sua prioridade seria o atendimento dos ainda excluídos da internet, em detrimento do desenvolvimento de novas tecnologias para aqueles já conectados. A estratégia do discurso nos leva à ideia de que quanto mais se oferece aos já incluídos (não só em ID, mas em qualquer bem de cidadania), mas eles se afastam dos excluídos. Embora concordemos com os argumentos da teoria enquanto fonte de problemas de desintegração, uma vez que contribuem para a constituição dos polos sociais, devemos considerar: primeiramente, ficaria difícil para qualquer novo governo estabelecer um simbolismo de distinção que pudesse “concorrer” imediatamente com o sentido de inclusão proporcionado pelos governos de esquerda, que tiveram tempo no governo e usaram esse tempo para despender esforços em diversas perspectivas em prol da inclusão social da população mais pobre, o que poderia levar esse novo governo ao “ataque desesperado” ao anterior; em segundo lugar, o que vimos de políticas propostas pelo governo anterior não sugere que a sua prioridade fosse pensar em novas tecnologias, em detrimento da inclusão dos espaços excluídos (embora tenhamos levantado o problema da priorização dos espaços, há evidências de ações em direção a “todos os espaços”); em terceiro lugar, sendo comuns os cenários de descontinuidade política vividos pelo Brasil, os argumentos do novo governo poderiam ser uma justificativa para mudanças nos planos para a ID, advindos de objetivos diversos, que poderiam inclusive ter interesse em estancar ou desacelerar o cenário de conquistas sociais até então posto. Uma vez que o período pesquisado se deu até 2017, esta tese só tem evidências para levantar suposições sobre o novo discurso.

10) Para todo o período pesquisado, os indicadores apresentaram as discrepâncias espaciais de acesso às TIC, fossem em termos “urbano-rural”, fossem em termos “Sul (Sudeste-Sul)- Norte (Nordeste-Norte)”. Em 2015, o crescimento da banda larga móvel no norte e nordeste talvez tenha se relacionado ao fato de terem sido barateados os planos de acesso à internet.

11) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 61.

Fonte: Próprio autor (2017).

Cidades digitais

As ações de ID do GF relacionadas às Cidades Digitais foram desenvolvidas através de programas e projetos nas seguinte dimensões: seleção das cidades que participariam do programa, debate e parcerias com empresas para desenvolvimento do programa,

funcionamento das Cidades Digitais, participação da sociedade civil no ciclo dessas ações. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 7.

Quadro 7 – Principais observações sobre ações das Cidades Digitais no GF

- 1) As cidades Digitais representaram um programa “guarda-chuva” com várias ações em longo prazo que deveriam se capilarizar por toda a cidade, cobrindo diversas perspectivas de ação como acesso à infraestrutura e a diversos serviços públicos, governo eletrônico, oferta de centros públicos, qualificação de servidores públicos e da população em geral, entre outros. Sua proposta de integração espacial através das TIC era vista como um processo com fins de democratização de gestão e de oportunidades, e de desenvolvimento econômico e social para os pequenos municípios brasileiros, o que se daria principalmente a partir da implantação e do desenvolvimento de uma cultura digital que envolvesse prefeituras, empresas, instituições em geral e cidadãos.
- 2) Nesse e também em outros programas do GF, foram abertas consultas públicas, e existiam canais como telefones e e-mails em várias notícias para que as pessoas/instituições interessadas pudessem entrar em contato. Pelo que vimos em campo, embora as pessoas não costumem usar email para comunicação com o Estado, consideramos que esse canal era importante, pois o programa abria possibilidades de diálogo com empresas e cidadãos para sugestões, avaliações.
- 3) Seguindo uma lógica que pareceu privilegiar os territórios mais excluídos (e não a lógica de consumo de serviços de TIC), o programa usou como critérios para seleção dos municípios os menores IDH, as maiores dificuldades de acesso à internet e populações pequenas. Propondo-se a ser um programa sustentável, as propostas dos municípios foram avaliadas, considerando algumas capacidades, como de gerência e técnica, de sustentação e de expansão da rede (o que incluiu a disponibilidade de servidores públicos para treinamento, infraestrutura local, estabelecimento de parcerias para manutenção e operação do projeto e densidade domiciliar de acesso à banda larga). Juntos, esses aspectos representaram que uma rede complexa composta por diversos atores sociais seria necessária para implementar o programa.
- 4) Entre as propostas aprovadas na primeira fase do programa, encontramos a Paraíba, com 9 entre as 49 cidades aprovadas em todo o Brasil, o que por um lado nos animou, ao ver que esse estado despendia esforços para disputar espaço nas ações de ID propostas pelo GF, mas por outro reforçou o estereótipo de pobreza e desigualdade no estado, em virtude dos níveis de IDH dos seus municípios selecionados.
- 5) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 62.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, encontramos como desdobramento dessas ações federais, algumas iniciativas estaduais, desenvolvidas nas dimensões de implantação da infraestrutura para o programa. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 8.

Quadro 8 – Principais observações sobre ações das Cidades Digitais no GE

- 1) As ações trataram da seleção do GE para participar do projeto das Cidades Digitais do GF e de alguns aspectos sobre a implantação do programa.
- 11) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 63.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre GF, GE e GM, em ações semelhantes às Cidades Digitais²⁷⁸, em parceria com o GF, o GM desenvolveu o Jampa Digital, nas dimensões de implantação, desenvolvimento e avaliação de ações. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 9.

Quadro 9 – Principais observações sobre ações do Jampa Digital no GM

- 1) Assim como as Cidades Digitais, o Jampa Digital se conectou com programas e projetos locais, para que todas as suas dimensões de ações pudessem ser contempladas (por exemplo, os processos de capacitação da

²⁷⁸ João Pessoa não atendia aos critérios priorizados pelas Cidades Digitais, já que esse programa tinha como objetivos desenvolver cidades pequenas e com mais dificuldade para execução de projetos de ID.

população contaram com o apoio das Estações Digitais). A proposta do Jampa Digital sugeriu que cada habitante da cidade e cada instituição estivessem conectados, através de uma grande rede que interligaria todos esses pontos e promoveria conteúdo público.

2) O discurso do GM sobre o Jampa Digital sugeriu mudanças nas posições dos atores políticos, que deveriam interagir através de processos dialógicos, e nestes, o cidadão deveria se tornar um sujeito ativo na gestão do município.

3) Através das plataformas técnicas, o Jampa digital apoiou a atuação de gestores, fortalecendo princípios da Administração Pública como transparência e permitindo a participação cidadã, por exemplo, em ações como fiscalizações.

4) O Jampa Digital também representou motivo de orgulho e uma das ações de ID do GM que se tornaram referência nacional e até fora do Brasil, trazendo a este governo a distinção de uma gestão eficiente em termos de política pública de ID, e ainda de um governo que promovia a cidadania, através do acesso aos bens necessários aos novos modelos de sociedade. Talvez esses discursos/fatos que colocaram João Pessoa como referência em política pública de ID tenham influenciado a escolha do local de realização do IGF 2015, conforme dito pelos representantes do GF e do GE (na época do IGF, Ricardo Coutinho deixara o GM e passara a governar o Estado da Paraíba).

5) O Jampa Digital começou pela orla. Isso nos fez pensar: por que não pelo centro da cidade, onde existem tantas repartições públicas, centros comerciais, tanta movimentação de pessoas, enquanto a orla aglomera bem mais pessoas no final de semana, sobretudo em atividades de lazer? Retomamos a reflexão de que um aspecto a se analisar na ID é a “ordem” em que os processos se dão, “a priorização dos locais a incluir” pois faz toda a diferença ser incluído “antes” ou “depois”, em virtude das oportunidades de cidadania proporcionadas pelas TIC.

6) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 64.

Fonte: Próprio autor (2017).

Política nacional de conteúdos criativos

As informações sobre essa iniciativa do GF foram escassas, o que dificultou a compreensão da sua proposta em termos de agentes envolvidos, tipos de informações publicizadas, estrutura de comunicação utilizada. Embora não tenha obtido destaque nas notícias, decidimos ressaltá-la, em virtude da importância da produção de conteúdos para a realização dos pressupostos de desenvolvimento cultural e político na cibercultura. As principais considerações sobre esse tema são vistas no Quadro 10.

Quadro 10 – Principais observações sobre a Política Nacional de Conteúdos Criativos no GF

1) A principal consideração sobre o quadro é a negação pelo GF da ideia de que a internet seja vista apenas como infraestrutura, e a afirmação da importância do desenvolvimento dos conteúdos digitais no Brasil.

2) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 65.

Fonte: Próprio autor (2017).

Computador para todos

As ações de ID do GF relacionadas a aquisição/venda de computadores e outros tipos de TIC (como *tablets*, celulares, TV, por exemplo) foram agrupadas em “Computadores para Todos²⁷⁹”, por se tratarem de ações que tinham um sentido comum: a posse/o uso/o contato individual (mesmo que em atividades coletivas) com essas tecnologias. As principais ações nesse sentido foram percebidas na dimensão de incentivo à produção de

²⁷⁹ A partir de 2012, não vimos mais nas notícias o nome do programa “Computador para Todos”. Ainda assim, decidimos classificar as notícias de modo agrupado, em virtude de fazerem uso da mesma estratégia proposta pelo programa para aproximar as pessoas das TIC.

TIC no Brasil e disseminação dessas tecnologias na sociedade. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 11.

Quadro 11 – Principais observações sobre ações do Computador para Todos no GF

- 1) O GF tomou diversas ações para estimular a produção nacional de TIC, principalmente, computadores portáteis, *tablets* e celulares, mas também aplicativos para uso da população, visando implementar a ID e, ao mesmo tempo, desenvolver o País em aspectos como indústria e trabalho.
- 2) Embora não pretendamos abordar os macroaspectos econômicos envolvidos nas políticas públicas no Brasil, mas reconhecendo a validade das discussões em torno das teorias no campo da ID que contrapõem interesses capitalistas do informacionalismo e desenvolvimento social da cibercultura, destacamos o discurso do GF que afirma que os incentivos fiscais à indústria de TIC seriam “mais do que compensados pelo aumento da produção, das vendas e do emprego no setor”. Vivendo em um país onde as decisões econômicas são tomadas em benefício dos interesses dos grupos dominantes, apresentamos esse trecho do discurso do GF, não com a pretensão de afirmá-lo, mas para chamar a atenção de pesquisadores no campo, propondo novos focos de investigação.
- 3) Sobre os indicadores, nossa atenção se volta ao crescimento nos percentuais de formalização do mercado de trabalho no setor de produção de computadores, que, em aproximadamente 10 anos, subiu de 30% para 78%, e de aumento na quantidade de computadores em uso no País, que, de 2008 a 2014, chegou a 300%.
- 4) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 66.

Fonte: Próprio autor (2017).

Governança digital

As ações de ID do GF relacionadas a questões de governança digital estiveram diretamente relacionadas a outros programas, como o PNBL e as Cidades Digitais, e a ações multidimensionais desenvolvidas por outros programas do GF, como o Programa de Apoio Tecnológico Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros (4CMBR) (este visava o fortalecimento dos governos municipais). As ações de governança digital foram desenvolvidas através de programas e projetos nas seguintes dimensões: incentivo ao uso de software livre e adoção deste em instituições públicas, desenvolvimento de software público brasileiro, qualificação e realização de eventos para discutir a ID, participação da sociedade civil no ciclo de política pública de ID. Considerações sobre esse tema são vistas no Quadro 12.

Quadro 12 – Principais observações sobre ações de Governança Digital no GF

- 1) Entre as notícias, acessamos uma de 2010 que já sugeria a ampliação do conceito de ID trabalhado “na sociedade”, quando um estudante de direito sugeriu que as ações de ID deveriam ir além dos pontos de acesso à TIC e mostrou a necessidade de ações voltadas ao governo eletrônico, na prestação de serviços ao cidadão brasileiro.
- 2) Na realização das ações de governo eletrônico, o GF incentivou o software livre e desenvolveu aplicações e portais, com o objetivo de realizar uma gestão pública mais eficiente e eficaz através das TIC, e ainda incentivar o reuso e a adaptação de software e o compartilhamento de ideias e experiências em governança baseada em TIC, sendo essas ações desenvolvidas em escopo nacional ou internacional. Nas relações com a sociedade, o GF estimulou processos de comunicação inovadores e o protagonismo da sociedade civil na proposição de políticas públicas e no controle social através da internet. Por exemplo, tendo como base o discurso de valorização da cidadania, o governo criou o Participa.br, para que cidadãos, redes, movimentos sociais e organizações dialogassem com o governo na construção de políticas públicas.
- 3) Em sua filosofia, o software livre incentiva novos modelos de negócio, baseados em aspectos como colaboração na construção de aplicações, liberdade para adaptação e escolha de plataformas, não obrigatoriamente gratuitas, embora grande parte o seja, e utilização de padrões que permitam o acesso

comum a dados a partir de diversas tecnologias. Essa era a base do discurso do GF na promoção do uso de software livre, que deveria se realizar a partir da abertura dos dados governamentais e do direito ao acesso à informação pública, como forma de desenvolver a democracia, a gestão de conhecimento governamental e a governança pública e o controle social através de um ecossistema composto por diversos atores.

4) Entre os indicadores divulgados, o GF apresentou o crescimento no percentual de internautas que utilizaram o Governo Eletrônico nas áreas urbanas do País, no período que vai de 2005 a 2009. “Apesar do uso dessas ferramentas ter dobrado entre 2005 e 2009 nestas localidades, a diferença é expressiva quando considerado o acesso na zona rural onde somente 10% da população usuária de internet utilizou os serviços de governo eletrônico nos últimos 12 meses. A proporção de uso mostra que, para cada usuário de e-Gov no campo, existem três na cidade”. Nas comunidades rurais que visitamos, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, percebemos dificuldades de acesso à conexão no campo, conforme detalhado no estudo de caso no IFPB.

5) Diversas notícias que envolvem outros países colocaram o Brasil em posição de referência em políticas e ações em ID, o que corroborou com o discurso do IGF, e nos faz pensar que o Brasil esteve trilhando um caminho para experimentar possibilidades em busca da efetividade na ID. O problema é que a exclusão digital representa uma vertente dos problemas de exclusão no Brasil, e que não são fáceis de resolver, diante de tanta desigualdade, corrupção e mentalidade individualista que corrompe a maioria dos representantes políticos brasileiros, que desvirtuam as ações para aumento das vantagens próprias e da manutenção de poder, em detrimento do bem coletivo.

6) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 67.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, não encontramos desdobramentos dessas ações federais em iniciativas estaduais. Em termos de iniciativas municipais, as ações de ID do GM relacionadas à governança digital tiveram ênfase, principalmente nas ações de qualificação dos servidores, ações que, segundo o GM, estavam atreladas à compra de computadores por esses servidores. Outras dimensões em que foram desenvolvidas ações de governança digital: incentivo ao uso de software livre, qualificação e realização de eventos pra discutir a ID, construção de um novo portal para interação entre GM e sociedade. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 13.

Quadro 13 – Principais observações sobre ações de Governança Digital no GM

1) Ao longo das diversas notícias, o GM apresentou frequentemente a ideia de que se tornou referência nas ações de ID para o Brasil, valorizando esse argumento em diversas notícias postadas no portal.

2) O GM incentivou o software livre inclusive na gestão municipal e realizou eventos para discutir seu uso, juntamente com outros aspectos importantes na implementação do governo eletrônico, nas diversas perspectivas técnica e política, quanto a suas possibilidades, limitações e desafios na promoção do diálogo e da participação social em rede.

3) O portal do GM representou um espaço de comunicação com a sociedade, onde o cidadão podia acompanhar as informações postadas sobre as ações do GM, mas também fazer suas postagens, o que demonstrou uma iniciativa de comunicação bidirecional, inclusive para “sugestão de pautas dos internautas”. Acompanhando a popularização das ações nas redes sociais digitais, o GM montou perfis nas plataformas mais difundidas no Brasil, o que também representou uma abertura para a comunicação, já que essas plataformas são abertas ao diálogo entre os seus nós participantes.

4) As notícias apresentaram ações de qualificação através de oferta de cursos, treinamentos, seminários, congressos, encontros, palestras e visitas técnicas em diversas áreas, incluindo ID. Ao longo dos anos, os temas mudaram, sugerindo que talvez tenham buscado acompanhar as demandas em termos de valores e atualização de conceitos nas diversas áreas. Sobre os cursos relacionados às TIC, ao longo dos anos, foram identificados vários temas: Áudio-visual, Informática básica (Iniciação à informática, Informática II e III e Excel, ao longo dos anos), intermediária (Excel) e avançada (Auto Cad, Power Point, Excel e Photoshop), Redes de Computadores, Multimídia.

- 5) Em 2007 e 2008, a qualificação se deu juntamente ao financiamento de computadores. O GM incentivou a compra dos equipamentos para reforço das ações de qualificação e mais efetividade nessas ações (com essas colocações, não pretendemos invisibilizar os interesses capitalistas associados à venda dos computadores). A partir de 2014, não identificamos notícias sobre qualificação, o que talvez signifique que uma cultura de uso de TIC já tivesse se constituído, o que tornaria menos enfática a chamada para os cursos.
- 6) Ao longo dos anos, os cursos foram ofertados pelo centro de treinamento do GM e por parceiros, entre eles CEFET e IFPB (quando o CEFET passou a ser IFPB).
- 7) Nas ofertas de cursos em informática existiam categorias, como exemplo, “básico” ou “avançado”. Em alguns espaços onde se oferecem cursos de informática, não é incomum encontrar um único curso, conforme pudemos ver no IFPB. Entretanto, a estratégia de dividir em “níveis de habilidades a desenvolver” pode favorecer a aprendizagem, conforme discutido a partir das observações no IFPB.
- 8) As ações voltadas aos servidores do GM mostram evolução em termos de planejamento interdisciplinar e de qualificação enquanto cidadãos ou agentes públicos para governo eletrônico. A variedade de áreas envolvidas na qualificação se fazia importante no processo formativo, sugerindo a ideia de integração de aspectos relevantes para a formação, e não apenas TIC isoladas. A perspectiva de foco na prestação de serviço ao cidadão sugeria o reflexo das transformações já encontradas na sociedade em rede apoiada por TIC, onde a gestão não apenas aproximava Estado e cidadãos, mas também deveria caminhar rumo a colocar em suas mãos as decisões sobre as ações públicas em geral.
- 9) Em termos quantitativos, evidenciamos o indicador que representa a quantidade de servidores do GM qualificados de 2005 a 2011, o que representou mais de 15 mil servidores, em apenas 6 anos.
- 10) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 68.

Fonte: Próprio autor (2017).

Centros de recondicionamento de computadores

As ações de ID do GF relacionadas aos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) foram desenvolvidas, principalmente, através das seguintes dimensões: desenvolvimento dos CRC, e promoção da reutilização ou do descarte sustentável de tecnologias. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 14.

Quadro 14 – Principais observações sobre ações do CRC no GF

- 1) Além da sua função de qualificar os jovens, os CRC tinham outras missões sociais importantes, principalmente porque deveriam ser realizadas através de um trabalho “em larga escala”, como tornar possível a reutilização de computadores ou de suas partes e ainda promover a destinação ecologicamente correta do que não fosse reaproveitável, ambas contribuindo para diminuir os impactos do uso de TIC sobre o meio ambiente.
- 2) Evidenciamos o perfil processual do projeto, como forma de atualizar as suas ações ao longo dos anos, acompanhando “demandas sociais”, como a minimização de problemas como o “lixo eletrônico”, através do descarte ecológico desses materiais. A partir da visão produzida pela indústria e pela mídia de que as tecnologias “evoluem rapidamente”, tornando-se “ultrapassadas quanto às novas necessidades sociais”, esses produtos possuem um tempo de vida cada vez menor junto aos seus usuários, o que aumenta o volume do lixo eletrônico e potencializa esse problema nos diversos espaços ao longo do mundo.
- 3) No período pesquisado, João Pessoa se destacou entre as cidades que se envolveram com as ações dos CRC, dando continuidade aos centros em seu território, e acompanhando as novas propostas do GF para formatação do programa.
- 4) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 69.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, não encontramos desdobramentos dessas ações em iniciativas estaduais. Em termos de iniciativas municipais, as ações relacionadas aos CRC foram desenvolvidas na mesma linha das ações do GF, principalmente, através das dimensões de desenvolvimento dos CRC e promoção do

descarte sustentável de tecnologias. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 15.

Quadro 15 – Principais observações sobre ações do CRC no GM

- 1) Mais uma vez, as ações do GM foram postas como referência em ID, o que levou o GF a adotar suas práticas como modelos de ação para propor políticas federais.
- 2) As notícias apresentaram parcerias entre instituições públicas e privadas, locais, nacionais ou até internacionais, para doação de computadores, uso de softwares, apoio à capacitação ou atividades técnicas, de gestão ou de TIC, o que sugeriu a importância das teias de relacionamentos estabelecidas entre vários setores da sociedade, de forma a implementar ações multidimensionais de ID.
- 3) Ao longo do projeto, além de serem incorporadas novas ações, como o direcionamento de máquinas ou peças para a produção de arte ou para o descarte dos resíduos eletrônicos, também foram sendo atualizados os beneficiados com os computadores reciclados, podendo estes ser recebidos tanto por instituições públicas, como telecentros, laboratórios, escolas e bibliotecas da rede municipal, como associações e alunos do CRC.
- 4) Havia uma ligação direta entre as ações do CRC e dos Telecentros: alguns computadores reciclados tinham como destino os Telecentros. As notícias postaram que alguns Telecentros em comunidades foram criados graças a essa parceria (tinham 100% das máquinas provenientes das ações do CRC). A ideia era que os jovens das comunidades se qualificassem para que eles mesmos dessem manutenção nos Telecentros.
- 5) Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRC foram diversificados, potencializando o desenvolvimento dos alunos em várias áreas da informática (como redes de computadores e desenvolvimento de sistemas) e da robótica.
- 6) Em relação aos demais atores sociais envolvidos nas ações, pudemos identificar, mais uma vez, a qualificação associada ao trabalho, o que nos levou a associar o discurso em torno da cidadania à realização desta enquanto direito a uma colocação no mercado de trabalho, sendo a informática um “mercado promissor”.
- 7) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 70.

Fonte: Próprio autor (2017).

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac

As ações de ID do GF relacionadas ao GESAC foram desenvolvidas nos debates com empresas de TIC sobre parcerias para o programa, no desenvolvimento do GESAC e na ampliação para trabalhos em múltiplas dimensões, tendo destaque as ações em áreas quilombolas, indígenas ou zona rural. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 16.

Quadro 16 – Principais observações sobre ações do GESAC no GF

- 1) Em 2010, a abertura para conversa como o GF sugeriu uma forma de viabilizar a implantação dos pontos GESAC. O GF estava disposto a ver as questões técnicas como forma de garantir a implantação dos pontos: “caso não haja viabilidade para a entrega imediata de conexão a 2 Mbps, o edital abrirá a possibilidade de um atendimento provisório aos pontos de presença com velocidade mais baixa, entre 512 Kbps e 1 Mbps. [...] É preferível contar com uma velocidade menor a deixar o ponto sem atendimento”. Lendo essa notícia lembramos da conexão ruim (ou da falta de conexão) em alguns pontos que visitamos durante o trabalho de campo. Será que essas negociações “provisórias”, em nome do “bem dos excluídos”, foram revistas, em algum momento posterior, para “corrigir” esses ajustes que viabilizam as ações (não apenas no GESAC, mas em todos os momentos em que o Estado precisou negociar com o mercado, quando houve algum tipo de dificuldade de realização das ações de ID)? Quanto à pergunta, sabíamos que não conseguiríamos respondê-la, principalmente se considerássemos todas as ações. Até o momento em que estivemos em campo, alguns problemas de “conexão ruim” em uma das escolas que acompanhamos não foram resolvidos.
- 2) Algo que a literatura em ID coloca é que não podemos ver apenas quem está conectado e quem não está. É preciso ver a qualidade do serviço, inclusive de forma relativa e não absoluta. Uns podem estar com uma ótima conexão e outros com uma péssima conexão.
- 3) O GESAC representou uma ação muito importante nas políticas de ID do GF, uma vez que trouxe para si

os desafios de levar as tecnologias para os pontos que não apenas ofereciam maior complexidade em termos de realização técnica, mas, ao mesmo tempo, representavam comunidades historicamente marcadas pela exclusão e pelas injustiças sociais. Inserir essas comunidades era mais do que um dever do Estado, era um compromisso ético e moral como forma de enfrentamento à perpetuação das condições de desintegração e ainda resgate sociopolítico. Vivendo em uma sociedade de identidades plurais, a força das representações sociais entra na disputa pelo poder de transformar “estereótipos” e “condições postas”, o que pudemos identificar no campo da ID a partir de duas perspectivas: nas notícias dos portais, lendo sobre diversas manifestações de comunidades indígenas, quilombolas ou rurais, que chegaram a marcar audiência com o GF para reivindicar suas pautas, entre elas a ID; em campo, vendo a atuação de comunidades quilombolas e movimentos de negritude em eventos como o IGF e a reunião da ANID, reivindicando sua ID e uso de tecnologias como elementos de reconhecimento de suas especificidades e de seus direitos que iam desde “viver” (em virtude dos indicadores de assassinatos de “negros pobres”) até ter acesso aos bens de cidadania “garantidos pela constituição” a todos os cidadãos brasileiros.

4) Viver o campo nos mostrou a resistência dessas comunidades, que lutam por dignidade, embora em pleno Século XXI ainda sejam oprimidas por uma sociedade que baseia parte da sua desigualdade em preconceitos históricos. Narrando apenas alguns detalhes da representação dessas comunidades nos eventos, lembro-me da expressão de surpresa nos rostos dos participantes das reuniões da ANID, em momentos como aqueles em que uma comunidade quilombola invadiu os corredores do Centro de Convenções e as salas de reuniões, reforçando suas tradições através de roupas, instrumentos musicais e cantos entoados, e, ao mesmo tempo, reivindicaram a constituição de novos simbolismos para sua cultura através do uso de TIC, em suas comunidades, e nas trocas culturais que se dão nas “diversas ciberculturas do mundo”. Também ressalto a força dos movimentos de negritude expressa nesses eventos, onde alguns de seus representantes eram reconhecidos por serem lideranças nacionais e tinham “assento preferencial” nas rodas de debate dos ciclos de política pública em ID (no caso, um desses líderes se dizia desafiado em diversas perspectivas para pensar as políticas públicas, uma vez que era “mulher, negra e pobre”).

5) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 71.

Fonte: Próprio autor (2017).

Telecentros

As ações de ID do GF relacionadas aos Telecentros foram desenvolvidas nas seguintes dimensões: desenvolvimento dos Telecentros, abertura para conversar com a sociedade sobre programas e projetos relacionados aos Telecentros. Juntamente aos Telecentros, identificamos as Casas Digitais, descritas pelo GF como “uma espécie de telecentro rural”. As principais considerações sobre esses temas podem ser vistas no Quadro 17.

Quadro 17 – Principais observações sobre ações do Telecentros e Casas Digitais no GF

1) Apesar das possibilidades de acesso individual às TIC, os telecentros ainda se mostravam como espaços de significação dessas tecnologias, pelo fato de serem espaços coletivos, com vistas à integração e o desenvolvimento de projetos e ações culturais, políticas, econômicas.

2) Na relação com outros programas e projetos, o discurso do GF sugeriu que várias pastas tinham ações em ID, e que em termos de rede, as ações precisavam ser organizadas para que seus efeitos fossem potencializados. Para promover a efetividade da ID, além da integração entre as instituições do Estado e aquelas sociais em geral, era preciso que se desse a aproximação entre os “promotores de ação” e as comunidades “beneficiárias”, em busca do sucesso para a inclusão digital e social.

3) Consideramos importantes alguns detalhes sobre os requisitos para ser monitor no Telecentro, como pertencer à própria comunidade, o que sugere que ele deve conhecer as demandas locais, e ainda porque, sendo da comunidade, o GF já estaria iniciando a qualificação da comunidade a partir da qualificação do monitor. Essas ideias nos pareceram democráticas em termos mais amplos de inclusão, a partir do próprio processo de ID. Entre outros critérios para ser monitor, o candidato deveria demonstrar interesse em trabalhos voltados à melhoria de vida nas comunidades. Esse último critério se mostrou importante para a efetividade das ações de ID, pois esta efetividade requer contexto, conforme ações desenvolvidas junto às comunidades e apresentadas no estudo de caso no IFPB. Outros benefícios para a ação a partir desse perfil de monitores eram: facilitação da logística para o monitor; distribuição das bolsas entre as comunidades; multiplicação e distribuição do conhecimento entre as comunidades assistidas.

4) Ao longo dos anos, percebe-se a conexão entre ações de capacitação nos programas e os institutos

federais, o que constatamos em campo, investigando o passado e o presente das ações de ID no IFPB²⁸⁰.

5) Quanto aos indicadores, chamou nossa atenção a queda no número de telecentros entre 2011 e 2017. Na apresentação das notícias, alguns dados do GF em 2014 que já mostravam 22% dos Telecentros com dificuldades estruturais. Deixamos esse ponto como uma sugestão de investigação futura no campo, em virtude de ter sido posta, pelo GF a importância desses espaços para as ações de ID e demais ações coletivas junto às classes economicamente menos favorecidas.

6) A escassez de notícias sobre as Casas Digitais em territórios rurais dificultou análises sobre como essas ações se deram e sugeriu a desproporcionalidade tanto na divulgação quanto nos esforços em prol dos processos de ID na cidade e no campo.

7) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 72 e Quadro 73.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre GF e GE, encontramos algumas iniciativas estaduais, voltadas aos Núcleos de Inclusão Digital. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 18.

Quadro 18 – Principais observações sobre ações dos Núcleos de Inclusão Digital no GE

1) Ações de ID específicas para grupos diferenciados (no caso, idosos) sugerem o respeito com relação a aspectos como expectativas, curva de aprendizado e uso cuidadoso e planejado do espaço público, o que nos pareceu importante diante das experiências dos cursos no IFPB. A informática é um tema que parece constranger as pessoas que “não sabem mexer na máquina” (principalmente os idosos e pessoas de baixa renda, estas caso já se sintam “inferiores” desde a sua condição econômica, o que potencializa o constrangimento por não “saber lidar com TIC”). Quando essas pessoas são colocadas junto a outras que “dominam as TIC”, elas se sentem bloqueadas a “experimentar para aprender”, o que é um pré-requisito para desenvolvimento das habilidades técnicas.

2) A condição de "nativos digitais" dos jovens nascidos já no contexto das TIC dá-lhes uma posição dominante frente aos mais velhos, e eles têm usado a sua habilidade tecnológica para diferenciar-se (criando novas formas de relações, novos usos e novos hábitos) e se sentir superiores em relação a um mundo adulto que, por não ter nascido em meio às TIC, ainda vive na subutilização das capacidades tecnológicas à sua disposição. O uso diário de mídia digital e comunicações, permitiu-lhes desenvolver novas relações e construir seus próprios espaços de autonomia coletiva, e uma cultura que “desvaloriza” diversos códigos culturais dos mais velhos (CASTELLS, 2009a). A forma como jovens, adultos e idosos lidam com essas diferenças, além de influenciar as relações entre eles, ainda gera resistência nos mais velhos, que podem associar às TIC a postura do “não gosto”, “não tenho interesse”, “é besteira” (RODRIGUES et al., 2011, 2012). Essa barreira ao tentar as TIC (seja por “medo da máquina”, medo de errar, ou “medo de que os outros vejam que eu sou burra”) diminui as oportunidades de aprendizado, o que pode levar essas pessoas a ir e vir várias vezes nos cursos de informática, conforme também percebemos no estudo no IFPB.

3) Ter a percepção desses entraves nos processos de desenvolvimento de habilidades de TIC é algo muito importante para a efetividade das ações, e oferecer novas possibilidades de estruturação dos cursos, de acordo com demandas próprias, pode ser uma boa resposta a esses problemas. Durante o trabalho de campo, não chegamos a acompanhar nenhuma turma exclusivamente de idosos, pois o IFPB não ofereceu turmas com essas características (embora eu tenha relatado esse problema a partir das entrevistas).

4) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 74.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF, o GE e GM, encontramos como desdobramento dessas ações de mais amplo escopo, algumas iniciativas locais. As ações relacionadas a Telecentros no GM foram realizadas através das Estações Digitais,

²⁸⁰ Para 2018, o GF anunciou que seriam ofertados cursos de capacitação digital para jovens nos telecentros de todo o País. Essa iniciativa pretendia tornar os jovens monitores desses espaços, para que fossem revitalizados. O curso seria ministrado pelos Institutos Federais de Educação. Ao final do curso, os alunos deveriam desenvolver um projeto para melhorar o serviço prestado pelo telecentro. Essa proposta sugeriu semelhanças quanto ao trabalho que tentamos desenvolver no IFPB em 2016, com os monitores dos programas P1 e P2, e nos pareceu importante, por ampliar o foco dos times de projetos que trabalham com ID para além da técnica, conforme discutido no estudo de caso no IFPB.

sendo desenvolvidas nas seguintes dimensões: desenvolvimento das Estações Digitais, qualificação de beneficiários, avaliação das Estações Digitais pela equipe do projeto e beneficiários. Considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 19.

Quadro 19 – Principais observações sobre ações do Estações Digitais no GM

- 1) Os discursos colocam as Estações Digitais como destaques do governo, como equipamentos bastante valorizados pelo GM enquanto desafios e conquistas.
- 2) As ações de ID nas Estações Digitais por diversas vezes se ligaram a programas mais amplos, como exemplo, políticas de assistência social, saúde e lazer, projetos de acessibilidade na cidade, entre outros. Em alguns casos, as políticas coabitaram os mesmos espaços sociais, como em praças, Centros de Referência da Cidadania, Centros de Referência da Juventude, o que sugere a aproximação entre a ID e as demais perspectivas da vida humana. As TIC se mostravam como recursos que acompanhavam as demais transformações nesses ambientes.
- 3) Por exemplo, a partir do discurso que vê as praças como “espaço para a prática de esportes, manifestações culturais e o entretenimento de crianças, jovens e adultos”, e diz ser importante a “criação de espaços comunitários para a interação dos moradores da cidade”, identificamos a integração entre estratégias que buscavam promover qualidade de vida e transformações sociais, em contextos multidisciplinares. Essas colocações pareceram demonstrar preocupação com o amplo alcance e a multidimensionalidade da ID.
- 4) Em termos de oferta de cursos e realização de ações, o programa atualizou suas grades ao longo dos anos e se manteve aberto para novas possibilidades de atuação, o que sugeriu a preocupação em fazer com que a ID evoluísse, em termos de conceito, juntamente com as novas perspectivas de inclusão, acompanhando a dinâmica do mundo virtual, e as transformações do mundo real.
- 5) Assim como em alguns espaços de extensão no IFPB, conforme relatos sobre esse estudo, nos processos de qualificação do GM (principalmente naqueles voltados à população “carente”, como nos cursos das Estações Digitais), vemos, em geral, o discurso da cidadania ligado ao mercado de trabalho. Em alguns casos, pareceu que o certificado do curso “por si só” seria o recurso necessário para a inclusão social, para abrir as portas para um novo emprego ou a garantia para permanecer naquele já conquistado, já que os postos ou vagas de trabalho pediam expertise em ferramentas de software.
- 6) Ainda sobre o discurso da ID, navegando nas notícias, percebemos um discurso mais técnico, em alguns momentos, o que sugere que talvez os idealizadores tivessem em mente algo mais contextualizado em termos sociais, mas que pode ter sido recebido e reproduzido de forma técnica entre os nós na rede, e, portanto, nos cursos de qualificação ofertados, o que poderia diminuir o potencial de ações cidadãs através das TIC. Em outros momentos, pudemos identificar algumas falas que ampliaram o sentido da cidadania para além do trabalho, também evidenciando os processos de ID e o uso de TIC como base para governo eletrônico, participação e controle social. “Durante as aulas nas estações digitais são mostrados aos usuários como funcionava a Ouvidoria e de que maneira eles podem registrar a sua demanda no espaço virtual, através do portal e, desta forma, contribuir para o melhoramento do trabalho do Governo Municipal”. A partir desse exemplo dado pelo GM, podemos pensar que, de algum modo, o uso das TIC no contexto de cidadania foi motivado: neste caso, o GM pareceu demonstrar interesse em ouvir o *feedback* do cidadão sobre a gestão e em criar um canal de comunicação bidirecional apoiado em TIC.
- 7) A partir de 2013, os novos conteúdos nas grades dos cursos evidenciaram a proposta de integração entre TIC e aspectos sociais, focando em áreas como educomunicação e educidadania. Essa mudança na grade envolveu parcerias entre o GF e os institutos federais. Embora tenham sido identificados projetos de extensão no IFPB desenvolvendo ações em educomunicação desde 2016, o campo não mostrou nenhum envolvimento dessa instituição com o processo de construção dessa nova grade. Sobre esses conteúdos, desenvolvendo projetos juntamente a extensionistas no IFPB que trabalhavam com educomunicação, pude reconhecer o potencial desta área para motivar processos educacionais, conforme relatado no estudo no IFPB.
- 8) De forma geral, tivemos a impressão de que o GM ficava experimentando a ID, promovendo, por exemplo, cursos específicos para demandas específicas, como os cursos de informática oferecidos para comerciantes, o que era importante, pois estavam sendo analisadas experiências diversificadas em contextos próprios, e assim a informática se tornava parte de um contexto, não estava isolada do restante do trabalho.
- 9) Em termos gerais, o curso de Informática Básica tinha um conteúdo trabalhado de forma diferenciada para crianças, jovens, adultos e idosos. Além dos cursos iniciais, as Estações Digitais trabalhavam cursos complementares, intermediários ou avançados. Ambas as estratégias são importantes para a promoção da ID, uma vez que um processo de inclusão precisa levar em conta os indivíduos que se deseja incluir, e as

suas respectivas ausências e demandas de inclusão. Essa percepção certamente complexifica os processos de qualificação em TIC, requerendo mais esforços em termos de efetividade, necessitando de continuidade, o que pode gerar resistência por parte dos promotores das ações.

10) Diante dessa complexidade e das experiências no IFPB, acreditamos que os processos de ID precisam ser construídos “com os sujeitos a ser incluídos”, e por assim pensar, fazemos mais uma reflexão sobre as ações dos governos e, especificamente, do GM: embora o GM tenha diversificado as ações em prol da ID ao longo do tempo, em seus diversos programas e ações, a ideia de construir coletivamente os programas e projetos, em suas minúcias, por exemplo, pensar nos formatos dos cursos, não foi algo evidenciado nas notícias. Esse é um ponto central na pesquisa para a tese, que pensa a ID com vistas à cidadania e a inclusão social. O GM chega a discursar para um público comunitário dizendo que novos cursos seriam pensados “para vocês”, mas não “com vocês”, o que sugere ainda a verticalidade nas decisões e construções públicas, em detrimento da horizontalidade, da democracia plena e da participação popular no ciclo de políticas públicas. Tendo vivido cenários mais abertos e outros mais fechados com relação a esses aspectos, no IFPB, detalhamos um pouco esses temas no estudo de caso realizado nessa instituição.

10) O GM capacitava os instrutores frequentemente, pois se preocupava com a prática pedagógica nas estações. Em 2013, os “monitores” passaram a ser chamados de “educadores sócio-digitais”, e, ao mesmo tempo, foram identificadas transformações nos processos de capacitação desses agentes, que passaram a ser realizados de forma mais próxima às comunidades e aos grupos sociais, com a preocupação em torno de uma inclusão que pudesse compreender e respeitar a cultura e as especificidades desses espaços sociais. A partir do que vivenciamos em campo no IFPB, acreditamos que esse deve ser o discurso e a prática dos processos de ID.

11) As avaliações das Estações Digitais pareceram frequentes e periódicas, e sugeriram ter, como resultados, ações como qualificação dos monitores, ou proposição de novos cursos, talvez para acompanhar o que vinha sendo discutido nos eventos de avaliação dessas estações, e algumas conexões com o que era decidido no Orçamento Democrático, prática que evidenciamos como condizente com a discussão em torno da cibercultura e das possibilidades democráticas em uma sociedade em rede apoiada por tecnologias digitais. Essas práticas pareceram importantes, pois uma vez que o Programa de ID do GM era novo (surgiu em 2005), por algum tempo pelo menos, a ID ainda representou um tema relativamente desconhecido, e o discurso do GM valorizou o debate para repensar as ações com base nas boas práticas e lições aprendidas.

12) Quanto aos beneficiários, as notícias informaram a mudança de comportamentos/rotinas nas comunidades, uma vez que as pessoas passaram a desenvolver hábitos ligados ao consumo/produção/divulgação de informações. Com as Estações Digitais em seus territórios, as atividades com as TIC passaram a tomar parte do tempo e dos interesses das pessoas, já que algumas delas diziam “ir quase diariamente” às Estações para “pesquisar sobre assuntos diversos e acompanhar o noticiário”, ou desenvolver outras atividades. Pelos depoimentos, identificamos o questionamento do que é divulgado pela mídia, as relações com o trabalho, já que a internet passou a representar um espaço para autodesenvolvimento e a ser considerada “um meio muito eficiente para procurar emprego”.

13) Para os jovens, assim como pudemos constatar nos contatos no trabalho de campo no IFPB, a internet é vista como um meio de interação social “virtual”, inclusive para quem tem poucos amigos “reais”. A partir do momento em que são apresentados à internet, as barreiras, que eram físicas, passam a ser mais flexíveis e, embora existam, como no caso da língua, podem ser parcialmente removidas com imagens, ícones, ou formas de interação que eles encontram ou “inventam”. E tudo isso viabilizado por uma conexão “gratuita”, que torna possível navegar nos espaços de relacionamento (como redes sociais) e bate-papo, nos e-mails. Mesmo não sendo as atividades que mais chamam a atenção dos jovens (tanto nos relatos dos portais como no trabalho no IFPB), eles dizem realizar pesquisas e buscas sobre assuntos diversos.

14) Independentemente do que realizassem a partir das TIC, para a maioria das pessoas, o contato com essas tecnologias simbolizava a sua “inclusão”. Para os beneficiários das Estações, esses equipamentos públicos possibilitavam a entrada em um “universo” que antes era quase totalmente desconhecido.

15) Assim como relatado para os Telecentros do GF, em 2015 percebemos uma baixa no número de Estações Digitais, o que sugerimos como foco de investigação para o campo da ID.

15) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 75.

Fonte: Próprio autor (2017).

Casa Brasil

Buscando as iniciativas referentes à Casa Brasil, nenhuma notícia do GF ou do GE trouxe dados sobre a execução desse programa. Assim sendo, a apresentação da Casa

Brasil se dá através das iniciativas reveladas nas notícias do GM. A Casa Brasil era um projeto que apresentava semelhanças com as Estações Digitais²⁸¹, em termos de infraestrutura física e proposta de qualificação das comunidades, e as suas ações foram desenvolvidas nas dimensões de desenvolvimento da Casa Brasil, e ainda qualificação de beneficiários. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 20.

Quadro 20 – Principais observações sobre ações do Casa Brasil no GM

- 1) Através da notícia no portal podemos ver que em 2008 existiam apenas 4 equipamentos desses na Paraíba, entre eles, um do GM e outro do então CEFET.
- 2) A Casa Brasil era vista pelo GM como um espaço comunitário, gratuito e irrestrito que funcionava como centro de aperfeiçoamento tecnológico, entretenimento, articulação comunitária e participação popular, o que estimulava uma gestão participativa com ampliação da cidadania, e fortalecia a ação da sociedade civil.
- 3) O discurso do GM, frequentemente, relacionou as TIC à cidadania. Em geral, a proposta de uso das TIC voltada à cidadania a levava além da manipulação do computador. “O objetivo é promover a inclusão digital, social e cultural; gerar trabalho e renda; ampliar a cidadania e a popularização da ciência e da arte”. O fato de o equipamento estar fisicamente inserido em um Centro de Referência da Cidadania nos leva a pensar que as ações desenvolvidas já eram potencialmente contextualizadas, em virtude da proposta de trabalho em espaços dessa natureza.
- 4) Ao longo do tempo, tanto o espaço se atualizou, oferecendo novas possibilidades de ação, como as atividades e cursos ofertados forem revistos, o que sugeriu a atenção do GM à influência mútua entre mudanças sociais e tecnologias.
- 5) Sobre a gestão do equipamento, o discurso do GM mostrou abertura para a comunidade, sugerindo a sua participação no ciclo de políticas públicas, com relação às atividades na Casa Brasil. Essa ideia de inserção das comunidades no ciclo das ações foi algo que nós tentamos implantar no IFPB, em ações junto às comunidades. Conseguimos fazê-lo em uma delas, entretanto, tivemos resistências junto a alguns extensionistas no IFPB.
- 6) Observando a proposta da Casa Brasil, a nível municipal, através dos seus discursos sobre objetivos, gestão (participativa) e propostas de trabalho nas ações de ID (flexíveis e pensadas juntamente com a comunidade), e dos relatos de resultados, resgatei o que ouvi sobre como era o projeto Casa Brasil no CEFET e o que vivenciamos no programa que “deu sequência ao Casa Brasil”, em tempos de IFPB. Assim, pudemos fazer algumas comparações em termos de ações de ID voltadas às comunidades.
- 7) As notícias relatam que na Casa Brasil alguns cursos foram montados de acordo com demandas específicas, como exemplo, um curso de informática para idosos. Ressaltamos que essas demandas específicas sempre surgem quando se trata de informática. A informática possibilita a aplicação de seus instrumentos (hardware, software, dados e redes) praticamente em todas as áreas do cotidiano humano, então, a visão sobre como aprender e apreender informática certamente vai variar de um contexto para outros. Por isso nós consideramos importante que os programas do IFPB saíssem das propostas generalizadoras e pensassem nos microcontextos de ação, embora tenhamos encontrado resistências para algumas sugestões.
- 8) No cenário da Casa Brasil, o conceito de cidadania pareceu se realizar através não apenas dos cursos, ligados principalmente à perspectiva do trabalho, mas também de ações que buscaram fortalecer a identidade dos grupos sociais, promover o sentimento de inclusão e integração e fazer uso de tecnologias de acordo com contextos próprios.
- 9) Quando a Casa Brasil foi inaugurada, através de um convênio de dois anos do GM com o GF, ela contava com um telecentro, dois laboratórios (um de edição de vídeo e outro de montagem e manutenção de computadores) e uma biblioteca. Após o fim do convênio com o GF, o GM decidiu manter o projeto com recursos próprios e ampliou as atividades oferecidas pelo espaço. Com isso, a Casa Brasil ganhou um segundo telecentro, sala de cinema/auditório, laboratório de montagem e manutenção de celular e laboratório de produção musical e DJ.
- 10) Sobre os cursos, evidenciamos a estratégia de desconstrução da figura de professor, com o objetivo de aproximação entre “monitores” e “alunos”, e potencialização da integração e do aprendizado, conforme

²⁸¹ Alguns indicadores da Casa Brasil foram apresentados juntamente àqueles das Estações Digitais.

fizemos no IFPB, e relatamos no estudo de caso realizado nesta instituição.

11) Quanto aos beneficiários, as notícias trazem a narrativa da motivação para frequentar o espaço da Casa Brasil e usar as TIC, o que trouxe para a comunidade uma maior integração, levou os idosos a desenvolver autonomia no uso de TIC com relação aos jovens (geralmente aos filhos), levou os jovens a trocar a vida à toa nas ruas pela busca de conhecimentos, e garantiu, de alguma forma, a todos os usuários daquele espaço, o acesso às tecnologias e o sentimento de poder viver o mundo virtual e se sentir parte dele.

12) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 76.

Fonte: Próprio autor (2017).

Redes Digitais de Cidadania

As ações de ID do GF relacionadas às Redes Digitais de Cidadania foram desenvolvidas através de projetos que atuaram nas dimensões voltadas ao desenvolvimento dessas redes. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 21.

Quadro 21 – Principais observações sobre ações do Redes Digitais de Cidadania no GF

1) Consideramos importante o governo chamar a sociedade para implementar as políticas públicas, seja através das instituições de ensino, pesquisa e extensão, seja através da sociedade civil e dos movimentos sociais, uma vez que o mercado está sempre presente como agente social que atua junto ao poder público.

2) A ideia de promover a integração entre as ações desenvolvidas pelas várias pastas do GF, e entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) se faz fundamental para pensar a ID, em virtude das teias multidimensionais que compõem as redes nas sociedades modernas. As notícias sobre as Redes Digitais de Cidadania nos permitiram perceber várias tentativas de articulação nessas duas perspectivas, entretanto, a escassez de notícias sobre o programa dificultou a análise sobre a sua execução.

3) A Paraíba mais uma vez se mostrou engajada nas propostas do GF para implementação dos processos de ID, estando entre os 11 estados selecionados para iniciar o programa.

4) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 77.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, encontramos como desdobramento dessas ações federais, algumas iniciativas estaduais, relacionadas às Redes Digitais de Cidadania, e desenvolvidas através de projetos que atuaram nas dimensões voltadas a implantação e desenvolvimento dessas redes, nas linhas temáticas prioritárias para o GE. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 22.

Quadro 22 – Principais observações sobre ações do Redes Digitais de Cidadania no GE

1) Conforme comentado a partir do quadro que tratou as Redes Digitais de Cidadania a nível de GF, as iniciativas de chamar as organizações sociais para a implementação das políticas de ID foi algo importante, principalmente quando o GF se aproximou dos estados para conhecer as diversas realidades brasileiras e utilizar esse conhecimento como base para que “juntos” (representações nacional e locais) pudessem pensar planos maiores para as políticas públicas brasileiras. Em virtude da diversidade de contextos sociais ao longo do Brasil, as políticas não podem ser pensadas a partir de cenários generalizadores que impedem a visualização de problemas específicos, desigualdades e até segregação.

2) Assim como para o GF, nas notícias do GE não foram percebidos dados sobre a execução do programa, o que dificultou a sua análise. Entretanto, a partir da divulgação dos dados do edital e da seleção dos projetos, identificamos a dimensão da Rede Digital de Cidadania que seria constituída na Paraíba, e das suas subredes: os 26 núcleos temáticos atuariam em conexão, através de parcerias, e seus respectivos produtos (técnicos ou pedagógicos) representariam uma ampla cobertura com ações na capital e nas cidades de interior, em termos de ações de qualificação em TIC e geração de softwares (e demais produtos e serviços necessários, baseados nessas tecnologias) em segmentos específicos (gestão municipal, empresas, agricultores, representantes culturais e população em geral). Essa diversificação de ações sugere uma maior penetrabilidade da TIC no tecido social e nas teias multidimensionais que representam a vida humana, potencializando a aplicação dessas tecnologias em contextos mais próprios e, portanto, a sua efetividade.

3) Outro aspecto que consideramos importante evidenciar é a ideia de aproximação entre organizações, por

exemplo, instituições de ensino, pesquisa e extensão e sociedade. Algo comum de ouvir sobre essas instituições é que elas precisam sair das suas fronteiras, estabelecer mais conexões com a indústria e com as comunidades. Quando se trata de áreas tecnológicas, como informática, arrisco-me a dizer que pouco se trabalha com as comunidades, pois os interesses se voltam à indústria de TIC, seja software, hardware, dados ou redes. Enfim, fica difícil encontrar evidências de trabalhos voltados a diversas comunidades que poderiam se beneficiar de ações tecno-sociais. Com base nas experiências vivenciadas no IFPB, pensamos que essa distância entre a informática e a sociedade contribui para a formação de profissionais e cidadãos alheios às suas problemáticas contextuais, conforme discutimos no estudo realizado nessa instituição, quando tive oportunidade de ter contato com projetos mais distantes ou mais próximos dos trabalhos sociais. Então, quando acessamos o discurso do GE convidando profissionais (docentes, pesquisadores ou outros) e alunos para o programa, buscando inseri-los em uma formação cidadã e de responsabilidade social nos contextos locais, sugerimos que essas ações podem tornar possível não apenas o desenvolvimento de produtos técnicos, mas o olhar para o outro, o envolvimento com suas realidades e causas, o despertar para a solidariedade, os laços de integração, o aprendizado mútuo e a gratidão por este, o dever de contribuição para a inclusão, que pode ir além dos aspectos digitais, com chances de sucesso em inclusão social.

4) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 78.

Fonte: Próprio autor (2017).

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

As ações de ID do GF relacionadas à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas através da realização desta enquanto evento anual, embora só tenhamos identificado uma notícia, referente a uma de suas edições. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 23.

Quadro 23 – Principais observações sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

1) O evento era multissetorial e tinha como objetivos reunir governos, empresas e diversos segmentos sociais para discutir como as tecnologias poderiam apoiar as principais questões sociais que se colocavam a cada ano. A temática posta como ponto de discussão em 2014, “importância da pesquisa e extensão na área de ciência e tecnologia, como instrumento de inclusão, transformação social e desenvolvimento humano”, coincidiu com o período em que começamos esse processo de doutoramento e com as discussões que começamos a fazer no IFPB, em 2015, quando entrei em campo para estudar dois programas e projetos de extensão na PROEXC. De 2015 a 2017, esse espaço no IFPB esteve tomado por embates ideológicos e processuais sobre as ações em ID e suas relações com a informática e as ciências sociais, com os conhecimentos técnicos e os saberes locais, com relações verticais e horizontais estabelecidas com comunidades, alguns consensuados, outros não, em torno do uso de TIC em processos de qualificação.

2) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 79.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF e o GE, encontramos a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba, um evento também anual. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 24.

Quadro 24 – Principais observações sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba

1) Embora fosse um evento anual, encontramos poucas referências à realização desse evento pelo GE, e ainda assim, não houve destaque para as ações de ID, embora elas tenham sido incluídas no conjunto de ações financiadas pela fundação de pesquisa do estado.

2) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 80.

Fonte: Próprio autor (2017).

Buscando as relações entre o GF, o GE e o GM, encontramos a Semana Municipal de Ciência e Tecnologia, um evento anual promovido pelo GM. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 25.

Quadro 25 – Principais observações sobre a Semana Municipal de Ciência e Tecnologia

1) Assim como o evento nacional e estadual, embora fosse anual, encontramos poucas notícias sobre ele, ao longo dos anos, o que sugeriu que os governos utilizavam outros espaços de comunicação para divulgar esses eventos, e levantou a possibilidade de que talvez os portais de notícias não fossem acessados em amplo alcance, pelo menos para o público alvo desses eventos.

11) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 81.

Fonte: Próprio autor (2017).

Outras ações de inclusão digital

Algumas notícias não se encaixaram diretamente nos grupos temáticos trabalhados para as demais ações do GF e, portanto, foi criado um último grupo, para apresentá-las. Esse fato deve justificar a amplitude de subtemas e o grande número de notícias tratadas.

Para o período pesquisado, foram encontrados diversos tipos de ações relacionadas à TIC e, direta ou indiretamente, à política de ID: ampliação da infraestrutura de ID, celebração de acordos de cooperação e convênios para ações de ID, incentivo à produção de TIC no Brasil, desenvolvimento de projetos de ID para inclusão social com subtemas específicos (zona rural, assistência social, gênero, comunidades indígenas), funcionamento de centros de ID em espaços sociais diversos, desenvolvimento de software para incentivo a crianças e ou pessoas cegas, realização de eventos pra discutir a ID, participação em eventos para compartilhar experiências em ID, desenvolvimento do Marco Civil da Internet no Brasil, participação da sociedade civil no ciclo de política pública de ID, reestruturação das ações de ID. As principais considerações sobre esses temas podem ser vistas no Quadro 26.

Quadro 26 – Principais observações sobre outras ações de ID no GF

1) Assim como em outros temas, esse quadro trouxe notícias que mostraram o Brasil como referência em ID, e também como um lugar economicamente viável para o desenvolvimento de projetos da indústria capitalista. "Nós temos mostrado que o Brasil é um ambiente interessante, aberto a novas tecnologias e que tem um arcabouço institucional, como o marco civil e o Comitê Gestor da Internet. Todas essas condições consolidam o ambiente digital atrativo para as empresas no Brasil".

2) A realização de eventos para debater a ID se mostrou importante, pois esses momentos representaram debates sobre a inclusão social a partir das TIC, e ainda, momentos para qualificar as pessoas no tema ID, com vistas a potencializar o debate conceitual ou prático sobre o tema e ainda sua participação no ciclo da política pública. Os modelos dos eventos, como a "Oficina para Inclusão Digital" sugeriram práticas inclusivas, como a abertura para debates com sociedade civil e mercado, parecidas com aquelas do IGF.

3) A participação do GF em reuniões e eventos (inclusive internacionais) para debate de boas práticas foi algo frequente, o que representou, a exemplo do IGF, compartilhamento de experiências de ID, qualificação dos participantes e abertura para o ciclo de políticas públicas. Assim como no IGF, os documentos que representavam as saídas desses encontros ficavam disponíveis na internet, uma prática dos eventos internacionais e de interesse mundial. A participação do Brasil nos eventos internacionais era importante em virtude das suas contribuições para o campo das Telecomunicações e ainda para reforço aos modelos participativos propostos com base no CGI.br, que incentivava a qualificação para ampliação de pessoas no debate e nas decisões sobre a governança da internet. Através do CGI.br e do Marco Civil, o Brasil pareceu defender a ideia de que a internet fosse um lugar tanto de gestão como de atuação/ação democráticas, onde fossem respeitados os direitos individuais e coletivos, e cobrados os deveres de todos os agentes sociais.

4) Algo que também deve ser evidenciado, principalmente por não receber tanto destaque entre as perspectivas da ID, inclusive em termos de políticas públicas, é a produção de conteúdos. Em seu discurso, o GF apresenta a importância da diversidade dos conteúdos produzidos pelos vários atores sociais como

forma de constituição de uma cultura que possa valorizar os grupos excluídos e contribuir com a negação dos marcadores sociais, trazendo para si a preocupação com o que é veiculado pela mídia. Nesse sentido, pudemos perceber, por exemplo, o apoio à implantação de rádios comunitárias e pontos de cultura.

5) Uma perspectiva importante para as ações foi pensar nas conexões entre as diversas políticas que se relacionavam à ID e em como estas poderiam ser otimizadas. Em virtude da multidimensionalidade das TIC, várias pastas de governos e agentes sociais se envolviam em ações relacionadas a essas tecnologias, o que poderia ou ser planejado, executado e monitorado de forma integrada, e assim ter mais chances de efetividade em seus objetivos e metas, ou ser construído de forma isolada e correr o risco de ser menos efetivo por ausências, redundâncias e desconexão em torno das diversas dimensões das ações.

6) As iniciativas de ID específicas para grupos sociais específicos (como mulheres e comunidades rurais) pareceram estratégias mais eficazes para a efetividade das ações, do que “modelos genéricos”. No trabalho de campo no IFPB, pudemos presenciar problemas ligados ao desenvolvimento de ações genéricas de ID junto a um grupo de artesãs que acabaram interrompendo seu processo de ID. Sobre o rural, quando o governo diz que tem uma “dívida” em termos de ações de ID, com as comunidades no campo, lembramos dos agricultores que conhecemos em territórios rurais que ainda “sofrem com a exclusão digital e social”.

7) Através das notícias nos portais dos governos e de artigos sobre trabalhos em ID, e ainda da experiência em campo, no IFPB, pudemos identificar projetos que trabalharam as mídias em perspectivas particulares, inclusive a partir da educomunicação (chegamos a executar projetos com perfis semelhantes no IFPB), em espaços variados, e diversos projetos que valorizavam temas diversos, como a negritude, a cultura indígena. Por exemplo, lemos no portal do GF, sobre o desenvolvimento da educomunicação em um projeto indígena, que a adesão da juventude a esse projeto aumentava ao longo dos anos, com a capacitação continuada em novas tecnologias. “A circulação do conteúdo produzido na internet é um fator que motiva os alunos”. Com o sucesso, a ação havia se transformado em uma política de comunicação que permitia aos participantes narrar suas histórias e difundir sua cultura com produções audiovisuais, em vídeos, fotografias e relatórios.

8) Em 2010, as notícias dizem que “Apesar do número de lares com computador ter atingido o maior nível de crescimento desde o início do levantamento, o acesso à rede não acompanhou este aumento”, o que significou que o alto custo da conexão manteve boa parte dos lares brasileiros “ilhados”, sem conexão com o mundo virtual representado pelas redes que usam a internet. O GF diz que “o papel desempenhado pelos centros de acesso, tanto pagos como gratuitos, continua sendo de extrema importância para a inclusão digital, principalmente na área rural”. Concordamos e acreditamos que por “muito tempo” os centros públicos gratuitos serão de grande importância, pois os interesses capitalistas que possivelmente envolvem as discussões sobre o valor dos serviços de conexão e as desigualdades econômicas no Brasil ainda distanciam muitos brasileiros dos “pacotes pagos de internet”. A consequência disso é que as pessoas ou procuram esses centros ou outras infraestruturas de rede públicas ou “privadas, porém gratuitas” (wifi) para se conectar à internet. Andando em contextos territoriais, urbanos e rurais, pudemos constatar que muitas pessoas ainda não têm acesso “privado e pago” à internet. A maioria delas já tem *smartphone*, mas a conexão privada, muitos não têm, pois não conseguem pagar. Em relação aos planos de telefonia celular, as pessoas usavam planos pré-pagos em 2010, porque “as tarifas eram caras”, e havia uma “disparidade entre posse e uso do celular”. Enfim, o problema continua sendo a dificuldade para pagar a conexão.

9) As parcerias entre o MCT e o CNPq para o financiamento de projetos em inclusão digital e social devem ser destacadas. A ideia do discurso em si pareceu boa, porque deu relevância aos contextos comunitários e sugeriu a multidimensionalidade para as ações de ID. Entretanto, nas microinvestigações dessa tese, esse foi um momento apontado como um “desmonte” nas ações de ID no IFPB. Nessa época, pude presenciar o “boom” em projetos de ID no IFPB, com editais exclusivos para projetos em TIC. Lotada em um campus do IFPB no sertão da Paraíba, pude ver alguns projetos de colegas da área de informática, e esses projetos eram essencialmente técnicos, voltados, por exemplo, a ensinar a usar tecnologias como Word, Excel, Power Point e internet, para alunos de escolas públicas municipais ou estaduais, em modelos “padronizados”. Algo que desconheço é se nessa época houve algum tipo de monitoramento ou acompanhamento desses projetos feito pelo GF, no sentido de conceitos de inclusão, quer fosse digital, quer fosse social. Essa informação eu não tenho, inclusive, porque na época, a ID para mim significava “desenvolver habilidades técnicas de uso de TIC” então, a forma como os projetos foram desenvolvidos me pareceu coerente, naquele momento e, portanto, não me levou ao debate que hoje fazemos com relação aos processos de ID.

9) Sobre a parceria do GF com a *Microsoft*, esta ação está diretamente relacionada com um dilema em cursos do IFPB. As instituições querem valorizar o software livre, mas sabem que o mercado “pede” o software da *Microsoft* (*Windows*, *Office*), e que as pessoas que querem desenvolver habilidades principalmente para se inserir no mercado de trabalho, precisam demonstrar “prática” e “certificado” nesses aplicativos. Então, parece incoerente valorizar o discurso sobre software livre e ao mesmo tempo desenvolver ações com empresas capitalistas que comercializam TIC (a um alto custo, como no caso da *Microsoft*), pois, valorizar essas plataformas fechadas, incentiva a dependência de seus fornecedores de

produtos e serviços. Muitos dos cursos de Informática Básica desenvolvem as ações nessas plataformas, como aqueles no IFPB.

10) De forma geral, o software livre pode trazer independência e economia às plataformas tecnológicas, criar comunidades técnicas para reforçar a construção e desenvolvimento dessas tecnologias, potencializando as ações de ID, ou por ser mais barato, ou livre, o que pode permitir menos burocracia e mais colaboração para manutenção dos telecentros e demais iniciativas públicas. A disseminação do uso e desenvolvimento de software livre está diretamente relacionada à cibercultura, uma vez que valoriza aspectos como colaboração e compartilhamento, conhecimento para a inteligência coletiva, autodesenvolvimento e inclusão de todos nessas perspectivas, que se sobrepõem às ideias capitalistas de controle ou monopólio de mercados e plataformas, e cobrança de preços abusivos por produtos comerciais. O incentivo às plataformas livres de TIC potencializam a inclusão digital e social, através do incentivo aos produtos regionais ou até globais, porém flexíveis diante de possibilidades de adaptações locais advindas da colaboração de idealizadores de modelos mais ajustados ao sentimento comunitário que envolve o paradigma da cibercultura.

11) Sobre a parceria com o *Facebook*, conforme as discussões no IGF, a comunidade deveria suspeitar das parcerias entre governos e mercado na constituição das políticas públicas, tanto em virtude dos objetivos comerciais, que poderiam vir disfarçados de propostas sociais e, portanto, talvez essas não fossem as melhores alternativas para os processos de ID, quanto em virtude do cuidado necessários para garantir a neutralidade na rede, e, portanto, que nenhum agente obtivesse benefícios diante dos demais, ou monopolizasse os seus espaços e as ideias sobre o desenvolvimento da sociedade em rede através dele.

11) Embora essa tese não tenha o intuito de avaliar os aspectos econômicos das TIC (inclusive dados de venda e consumo), enquanto “analistas sociais”, não podemos deixar de comentar que nos chamou a atenção as colocações do GF sobre incentivar a produção de TIC para desenvolvimento do país. É certo que um país capitalista e que busca se desenvolver precisa estabelecer “políticas voltadas ao estímulo à produção e ao consumo”, seja de TIC ou de qualquer outro produto que lhe dê vantagens em termos de expertise, ou de abundância de matéria prima, ou outros fatores que lhe coloquem em condições de competir. Enfim, este trecho reflete o que nos chamou a atenção no discurso do GF sobre o tema: “O País é o 7º mercado mundial de tecnologia de informática e comunicação (mercado de US\$ 165 bilhões). O governo quer utilizar a inclusão digital de 69 milhões de alunos da escola pública como atrativo para a instalação da indústria”. Neste momento, pensamos no dito popular utilizado para demonstrar dúvidas/suspeitar sobre a ordem dos fatos: “quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?”. Afinal, a indústria estrangeira (e sua rede de atores sociopolíticos e interesses capitalistas) viria para o Brasil para beneficiar as ações de ID ou as ações de ID eram postas com tanta ênfase para criar um mercado de consumo de bens e produtos de TIC e assim justificar a vinda das indústrias? Essa foi uma das inúmeras perguntas que ficaram sem respostas na tese, por serem derivadas das indagações que surgiram sobre pontos que fugiam do foco central do trabalho, mas que acenderam alertas para reflexões sobre discursos, ações e interesses relacionados.

12) Em 2011, a criação da rede social sobre cultura foi importante enquanto canal interativo na sociedade (Estado, sociedade civil e mercado), para divulgar e fortalecer ações de ID, cibercultura e ciberespaço.

13) Em 2011, o desenvolvimento do portal interativo para ensinar conteúdos científicos a crianças e de tecnologias assistivas para pessoas com problemas de visão (inclusive cegos), com dislexia e outras dificuldades de leitura, ou com deficiência severa de fala, bem como por crianças pré-alfabetizada, representam que o GF esteve atento à questão de “inclusão” de públicos específicos, através de ações específicas. Um ponto importante comentado na notícia é a questão do tipo de acesso que se faz na rede. Sabemos que a cidadania se realiza de formas diferentes, para cada indivíduo, de acordo com seu cenário. De qualquer forma, é importante que as ações de ID apresentem as TIC em termos de possibilidades diversas de promoção da cidadania, não para condicionar qualquer tipo de uso, seja político, cultural ou econômico, mas para despertar as pessoas para a multidimensionalidade do mundo virtual, pois aquelas que estão em seus primeiros contatos com as TIC podem não ter essa percepção sobre o seu uso e ficar presas, por exemplo, à automatização ou informatização de tarefas rotineiras. Uma vez apresentadas essas possibilidades, as pessoas poderão trilhar seu autodesenvolvimento, e assim o espectro de uso dessas tecnologias por cada pessoa ou grupo social, em termos individuais ou coletivos, poderá ser definido e redefinido, dinamicamente, enquanto cidadãos das sociedades em rede.

13) Em 2013 o GF enfatizou a relação entre as políticas de ID e a redução das desigualdades, e pôs as TIC como elementos que vinham contribuindo para mudar os indicadores de pobreza no Brasil.

14) Em 2014, entre as emendas apresentadas ao Ministério das Comunicações, mais de 60% foram voltadas a projetos de ID, o que sugeriu que este foi um “bom tema” para fazer política partidária, em virtude da força do seu discurso em torno da cidadania e da inclusão social e do “boom” de ações que além de chamar

atenção por seu volume, ainda ganhavam o afeto de diversas pessoas, provavelmente envolvidas pelas expectativas de transformações pessoais e sociais advindas do desenvolvimento a partir das TIC.

15) Em 2015, o discurso de exclusão do GF evidencia a importância da ID para as regiões Norte e Nordeste, o que sugere que mais de 10 anos após o início da implementação da política pública de ID no Brasil, a escolha dos territórios ainda era seletiva e, os “estereótipos de excluídos e atrasados”, ainda estava associado aos “mais pobres”.

16) Ações como a criação do Sistema Nacional de Inclusão Digital, em 2015, reforçaram a visão de que o discurso do GF se voltava para o “social”, e levantaram a suspeita de que o *feedback* advindo dos diversos momentos de discussão junto aos parceiros e sociedade em geral, incorporavam transformações nas políticas. Uma mudança identificada e considerada de grande importância foi a “substituição” dos “educadores digitais” pelos “educadores sociais”, ou a junção desses dois tipos de papéis, na implementação das ações de ID.

17) Em 2017, no pacote de ações que resultaram no impeachment da presidenta e na mudança de governo, o Progridir criticou a distribuição de renda, trazendo o discurso de “autonomia” para os beneficiários do Bolsa Família e, entre suas ações, algumas relacionadas à ID, como a oferta de cursos online.

18) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 82.

Fonte: Próprio autor (2017).

Assim como foi feito para o GF, todas as notícias que não se encaixaram diretamente nos grupos temáticos trabalhados pelas ações de ID do GE foram agrupadas em um último grupo. Para o período pesquisado, foram encontrados diversos tipos de ações relacionadas à TIC que, direta ou indiretamente, trataram sobre políticas de ID, nas seguintes dimensões: ampliação da infraestrutura de ID (por exemplo, na criação de duas redes metropolitanas de fibra ótica - Rede Metro JP e Rede Metro CG), regulamentações na ID, realização de eventos pra discutir a ID (com destaque para o IGF), desenvolvimento de projetos de ID para inclusão social (como exemplo, a ressocialização de presos e seus familiares), reestruturação das ações de ID. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 27.

Quadro 27 – Principais observações sobre outras ações de ID no GE

1) Ao longo das notícias lidas nos portais do GF e do GE, a Paraíba buscou tanto acompanhar as mudanças que vinham sendo postas pelo paradigma da sociedade em rede apoiada por TIC, através da colaboração com diversas políticas propostas pelo GF, como também desenvolver uma postura ativa no sentido de definir diretrizes próprias e influenciar novas práticas (inclusive a partir do uso de TIC) nos contextos sociais. Uma prática recorrente do GE foi o desenvolvimento de ações que sugeriram a abertura para as relações entre Estado e sociedade, pensando as TIC como estratégias para aproximar esses atores, conforme fazia Getúlio, através dos seus discursos em rádio. As diferenças entre esses processos são representadas pelo caráter bidirecional da comunicação, nos dias atuais, e pelas possibilidades técnicas proporcionadas pelas novas tecnologias.

2) Em 2011, vendo o desenvolvimento do comércio eletrônico e prevendo a sua expansão, como prática que acompanhava os hábitos incentivados pela economia globalizada e pelos espaços mundializados, o GE propôs projeto para promover equilíbrio tributário (compartilhamento do ICMS entre os estados envolvidos no comércio na internet, e equidade tributária entre as compras online e presenciais), como forma de compartilhar os custos na rede e distribuir os benefícios advindos de sua estrutura.

3) A instalação das infovias por todo o estado pareceu uma proposta menos seletiva e mais democrática de disponibilização da internet e acesso aos benefícios advindos do uso das TIC em redes em geral.

4) Em 2011, identificamos parceria entre GE e IFPB para promover cursos de ID a famílias de detentos, no espaço da então PROEXT. No trabalho de campo no IFPB, ouvi relatos sobre esse curso, pois suas ações envolviam um programa de extensão ainda ativo, o P1, e representavam momentos “especiais” em termos de desafios para sua equipe, mas também de orgulho, pelos aspectos de cidadania envolvidos naquele contexto. Sobre o curso, evidenciamos a relação entre a realização da cidadania e os aspectos de trabalho renda, presentes no discurso de ID do IFPB. As demais considerações sobre os pontos fortes e problemas no

curso podem ser acessadas no estudo de caso no IFPB.

5) Em 2011, o GE criou o Orçamento Democrático Estadual (ODE), o que representou um espaço indiscutivelmente importante para as práticas inclusivas e democráticas idealizadas pela sociedade em rede e pela cibercultura, conforme apontamos ao longo desta tese²⁸².

6) Antes da realização do IGF, o GE promoveu um workshop, com a finalidade de passar aos participantes e a profissionais da imprensa informes sobre o que era o evento, para que foi criado, quais os seus objetivos, além de temas polêmicos a ser discutidos, o que interpretamos como incentivo à participação no evento.

6) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 83.

Fonte: Próprio autor (2017).

Assim como foi feito para os demais governos, um grupo único contemplou todas as notícias que não se encaixaram diretamente nos demais grupos temáticos de ações do GM. Para o período pesquisado, foram encontrados diversos tipos de ações relacionadas à TIC que, direta ou indiretamente, trataram sobre políticas de ID, destacando-se, entre elas: realização de eventos pra discutir a ID (como aqueles que valorizam o software livre), participação em eventos para compartilhar experiências em ID, proposição de ações multidimensionais relacionadas a ID, desenvolvimento de projetos de ID para inclusão social com subtemas específicos (como ações em CRAS, Centro de Formação e espaços de Proteção e Assistência Social,), participação da sociedade civil no ciclo de política pública de ID, reestruturação das ações de ID. As principais considerações sobre esse tema podem ser vistas no Quadro 28.

Quadro 28 – Principais observações sobre outras ações de ID no GM

1) No discurso do GM, a ID é colocada como serviço de cidadania. As notícias potencializam esse discurso, uma vez que sugerem tentativas de integração das ações de ID ao cotidiano da vida em João Pessoa, em diversas perspectivas: na integração com as ações nos centros de cidadania, com a administração da cidade, com ações voltadas à integração e desenvolvimento social e ainda segurança pública preventiva. Destacamos a importância dos projetos de ID que contemplam políticas integradas a uma série de ações sociais para mudar os territórios, em virtude da multidimensionalidade das políticas públicas, da penetrabilidade das TIC na vida moderna e das possibilidades de maior efetividade quando todos esses aspectos são pensados de maneira integrada.

2) Algumas notícias destacam as ações de ID do GM como referência em trabalhos nesse campo, o que pude ouvir “ao vivo e a cores” no IGF, por parte de representantes do GF e de governantes no mundo. De certa forma, esse discurso passa a ter credibilidade, já que o evento foi realizado em João Pessoa e como foi posto no evento, pelo então governador, um dos motivos da escolha dessa cidade foi o fato de ela ser referência em ações de ID.

3) A participação do GM nos eventos que debatiam a ID se dava tanto para qualificar seus agentes para debates e ações de ID, quanto para o compartilhamento de experiências, a discussão sobre práticas e políticas implementadas, a avaliação dessas práticas, enfim, para todo o ciclo das política pública de ID.

4) O fato de o governador ter discursado no IGF em prol da governança participativa pode ser “comprovado” com essas ações que o aproximam da sociedade civil para uma gestão mais democrática, como o planejamento participativo.

5) O planejamento participativo ou democrático, no GM e no GE, representou uma ação frequente, o que potencialmente contribuiu para reforçar a participação popular na gestão, aumentar os acertos em termos de promoção de ações públicas para atender as demandas comunitárias, e aproximar GM e sociedade. “A consistência de um orçamento plural, beneficiando todas as áreas sem perder de vista setores essenciais está ancorada em um orçamento democrático, onde a população define as prioridades que vão resultar em ações estruturantes e determinantes para o desenvolvimento local. [...] Essa construção participativa não só

²⁸² O ODE foi criado por Ricardo Coutinho, que também implantou um espaço semelhante no GM, em período anterior, quando esteve à frente da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

viabiliza o empoderamento da população e aperfeiçoamento da democracia como aumenta a margem de acerto da gestão – que guiada pela população – atende com maior eficiência às necessidades e demandas reprimidas. O Orçamento Democrático que é, em síntese, a bússola da LOA é na prática a maior construção dessa gestão porque inverte a lógica das tomadas de decisões sobre o uso dos recursos, ensinando aos gestores a promover avanços no campo administrativo e político”.

6) O que algumas notícias no portal mostram talvez seja um exemplo do que é proposto pelos modelos de governança participativa e democrática. O governo se abre para negociar com o mercado e a sociedade civil participa das decisões, inclusive sugerindo as prioridades. É isso que vem sendo apresentado, inclusive nos discursos. Mas essas ações devem ser microinvestigadas, de forma que não se trabalhe com generalizações, tanto na Paraíba, como em João Pessoa, pois lá na ponta, realizando o trabalho de campo, percebemos problemas. Em escolas na Paraíba, como em João Pessoa e Lucena, havia demandas de qualificação em ID, além de problemas de infraestrutura. Então, baseadas no que vários trabalhos sobre políticas públicas em ID apontam e no que vimos em campo, consideramos que talvez o Brasil, a Paraíba e João Pessoa, e os seus problemas públicos, sofram pela falta de acompanhamento e retroalimentação das ações implementadas e, portanto, aprimorar esse ciclo de políticas públicas se coloca como um viés imprescindível para que tenhamos mais efetividade nessas ações.

7) Entre as notícias, pudemos perceber parcerias entre o GM e o IFPB para ações de qualificação, incluindo cursos em ID.

8) Detalhes sobre os dados do portal podem ser vistos Anexo A - Quadro 84.

Fonte: Próprio autor (2017).

3.3 Ações Públicas de Inclusão Digital no Instituto Federal da Paraíba

O Instituto Federal da Paraíba²⁸³ (IFPB) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), considerada referência em ensino profissional no estado da Paraíba. Tem como missão ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades, nas modalidades integrado ao ensino médio, subsequente, superior e pós-graduação, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir com “a formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática”.

Em sua estrutura, conta com onze unidades em funcionamento, e outras dez em implantação, todas gerenciadas pela Reitoria, que tem sede em João Pessoa. Como valores institucionais, declara: a ética (requisito orientador das ações), o desenvolvimento humano (integração da sociedade por meio do exercício da cidadania, bem-estar social), a inovação (busca de soluções para demandas apresentadas), qualidade e excelência (melhoria contínua dos serviços), transparência (disponibilização de mecanismos de acompanhamento e publicização das ações, aproximando administração e comunidade), respeito (atenção com alunos, servidores e público) e compromisso social e ambiental (participação em ações sociais e ambientais, cumprindo seu papel de agente transformador da sociedade e promotor da sustentabilidade).

²⁸³ Instituto Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/sobre-o-ifpb>>.

A ação no IFPB começou em 2015, quando a pesquisa de doutorado buscava seu “objeto de estudo”²⁸⁴. Refletindo sobre possibilidades de pesquisa junto ao IFPB, consideramos necessárias algumas reuniões com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura²⁸⁵ (PROEXC), de forma que eu pudesse ser autorizada a fazer a pesquisa e acompanhar as ações de ID nesta Pró-Reitoria, através de trabalho de campo.

A proposta de estudo foi acompanhar os programas ou projetos de extensão que trabalhassem aspectos de ID, investigando desde a sua proposição e submissão a editais internos, até a sua execução e avaliação (como acontece a negociação com grupos ou comunidades, ou como as ações acontecem em fluxo, dinamicamente, inclusive suas possíveis transformações, entre outros aspectos), sob as perspectivas da PROEXC, dos pesquisadores e extensionistas, e do público-alvo²⁸⁶ das ações. Em reuniões feitas com a gestão da PROEXC e representantes de programas ligados a ID, essa proposta foi apresentada e uma vez que a nova gestão estava tentando implantar um novo paradigma para as ações na extensão, o que requeria a revisão dos programas de ID, foi feita a parceria para investigação e reflexões sobre esses programas.

Faz-se importante destacar o que nos unia nessa parceria: eu tinha o interesse em interpretar a relação entre os conceitos que orientavam as ações de ID, com base na cibercultura, e a prática nos processos de ensino-aprendizagem que levavam às TIC aos potenciais cibercidadãos, através das ações de extensão no IFPB; a gestão da PROEXC, em ter novas propostas de trabalho nos programas de ID, de forma que estas se mostrassem mais alinhadas ao novo paradigma de extensão que estava sendo implantado, desde 2014. Esse cenário de mudanças favoreceu as parcerias entre a pesquisa para esta tese e a extensão²⁸⁷.

A entrada e a atuação em campo se deram sem qualquer tipo de impedimento por parte da gestão da PROEXC e com pouca resistência por parte de alguns extensionistas ligados à ID. Ao longo do desenvolvimento desta tese, esses agentes foram sempre convidados a participar dos momentos da pesquisa e, em sua maioria,

²⁸⁴ Além do IFPB, eu e minha orientadora chegamos a cogitar o desenvolvimento da pesquisa no GM (Rodrigues, 2015r) ou na UFPB (Rodrigues, 2015s). Diversas conversas se deram no sentido de pensar o recorte do campo e o objeto de estudo, pesquisadores de outras instituições foram ouvidos, sobre pontos fortes e fracos de suas ações em ID, e sobre a ideia era desenvolver uma análise quali-quantitativas de ações de ID. Eles consideraram essa análise importante, pois em reuniões nacionais sobre extensão e fóruns de Pró-Reitores de IES já fora colocada a necessidade de acompanhar esses projetos mais de perto.

²⁸⁵ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/>>.

²⁸⁶ Supostos beneficiários, porém optamos por não utilizar essa nomenclatura ao longo do texto, de acordo com as orientações da Rede Extensão do IFPB, que os via como parceiros.

²⁸⁷ Faz-se importante ter o apoio de indivíduos-chave nos grupos estudados para entrada em campo (Foote-Whyte, 2005), e ainda permanecer nele.

receptivos às reuniões ou permissivos com relação às minhas ações em campo²⁸⁸. As solicitações de agendamentos de momentos junto à gestão da PROEXC ou aos extensionistas foram quase sempre atendidas, sendo justificadas pelo interesse na proposta deste estudo baseado na extensão. Conforme noticiado na internet²⁸⁹, havia expectativas da gestão da PROEXC quanto à nossa parceria: “Com a adesão da professora Nadja Rodrigues, o diálogo entre as áreas de tecnologia e a extensão se intensificam e as ações de inclusão digital na PROEXC terão um grande impulso”.

A construção dessa relação com a PROEXC e as expectativas envolvidas foi o marco que instigou a decisão pela pesquisa no IFPB, reforçada diante de vários fatores. O primeiro deles foi a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de um trabalho em Antropologia Política, reforçando os trabalhos etnográficos nesse campo temático, tanto através do estudo da dinâmica das estruturas que representavam as políticas de ID no IFPB quanto do sistema de relações que as constituíam (considerando aspectos como incompatibilidades, insatisfações, conflitos, disputas de poder, resistência, enfim, aspectos inerentes à vida em sociedade), e buscando compreender como a PROEXC buscava atingir seu propósito a partir das ações de extensão voltadas à ID (distinguindo a proposta da formulação das ações e os resultados da rotina dessas ações, a partir da consciência do problema que as ações pretendiam solucionar, sem esperar que elas transformassem radicalmente a realidade)²⁹⁰.

O segundo fator foi o contexto, que ressaltou o momento de "transformação" nas ações de ID, evidenciada a partir das discussões em torno do P1²⁹¹, programa que realizava ações de educação digital baseadas principalmente em cursos de informática. Este era um programa que dava continuidade ao Casa Brasil, projeto do GF que fora desarticulado da sua versão original no IFPB. Essa mudança já sugeria a necessidade de investigar o desenvolvimento das ações do Casa Brasil no IFPB e o processo de transição para o P1, ou seja, parecia importante a análise dos fluxos que representavam

²⁸⁸ Embora tenha havido divergências com relação ao que foi proposto no ciclo dos programas estudados, em geral as equipes não se fecharam para conversar ou refletir. Alguns extensionistas não concordaram com algumas sugestões da pesquisa e, portanto, nesses momentos em que não houve consenso, seguiram suas próprias ideias e propostas de ação. No final do trabalho de campo, entretanto, alguns problemas se tornaram mais difíceis, resultando no fim da parceria com um dos programas.

²⁸⁹ Ao longo da tese, diversas matérias sobre as relações entre a PROEXC e esta pesquisa de doutorado foram publicadas no portal do IFPB e na página da PROEXC no *Facebook*. Para preservar as identidades dos programas e pessoas pesquisadas, não serão apresentados os links para essas matérias.

²⁹⁰ Uma vez que a PROEXC vivia a expectativa de “transformações” nas ações de ID, acreditamos que a etnografia possibilitaria o questionamento das práticas na concepção e execução dessas ações, ou na avaliação das propostas de mudança e as mudanças de fato dessas ações.

²⁹¹ Enquanto trabalho antropológico, essa tese protegeu a identidade de agentes e objetos.

a migração de uma política nacional para uma ação institucional, e ainda a gênese e as transformações já realizadas no P1, além das potenciais transformações que seriam realizadas, almejadas pela nova composição da PROEXC. Uma vez que a PROEXC expressara a expectativa de que a pesquisa contribuísse com sugestões para as novas mudanças a serem implementadas nas ações de ID, a partir das suas análises, o trabalho de campo passou da condição “tradicional” para “político”, e eu passei da condição de “estrangeira” para a de “extensionista/representante de um órgão público”, assumindo a preocupação em compreender o cenário das ações de ID para propor intervenções.

O terceiro fator foi o perfil da equipe que naquele momento representava a PROEXC. O grupo trabalhava com extensão em uma perspectiva interdisciplinar, e alguns representantes atuavam em áreas temáticas voltadas às Ciências Sociais, preocupando-se, por exemplo, em priorizar comunidades desassistidas, estigmatizadas²⁹². As possibilidades de discussão sobre ID nessa perspectiva interdisciplinar e a percepção do valor das bases das Ciências Sociais para a PROEXC também foram fundamentais para a decisão pela pesquisa no IFPB.

3.3.1) Trajetória das Ações Públicas de Inclusão Digital

Estudar as ações de ID no IFPB, em uma perspectiva processual, envolveu uma série de atividades específicas, sendo as mais evidentes: investigação sobre a gênese e o desenvolvimento das ações de ID no IFPB, inclusive sobre programas e projetos executados em anos anteriores; observação participante em programas em andamento na PROEXC, o P1 e o P2²⁹³; realização de entrevistas, conversas formais ou informais, que envolveram com monitores e alunos do P1 e do P2, e/ou técnicos administrativos, gestores e ex-gestores de extensão no IFPB, e a comunidade externa em geral, conectada de alguma forma aos núcleos de extensão do P1 e do P2²⁹⁴; levantamento da política de extensão que estruturava a Rede Extensão enquanto orientação para as ações; avaliação e orientação de projetos de ID submetidos ao edital de extensão em 2017.

Conforme explicado, a metodologia a princípio não previu a intervenção direta nos programas e projetos de extensão, entretanto, durante o trabalho de campo, a gestão

²⁹² Desde a primeira reunião com a PROEXC, as discussões trouxeram à tona temas das Ciências Sociais, que foram tratados com naturalidade, como parte do cotidiano de alguns integrantes da equipe. Quanto a esses aspectos, senti facilidade no diálogo e no tratamento de temas que seriam importantes para esta tese. Outro aspecto motivador foi ver na equipe pessoas com formação em Informática e Pedagogia.

²⁹³ Ao longo da pesquisa, esses dois programas apresentaram foco em ID e TIC, voluntariando-se para ser acompanhados.

²⁹⁴ O acesso às pessoas no P1 e P2 será apresentado ao longo da exposição sobre o trabalho de campo. Referente às investigações internas sobre o histórico da ID no IFPB, foram acessados 11 servidores, entre técnicos administrativos, gestores e ex-gestores.

da PROEXC e alguns extensionistas sinalizaram interesse na ampliação das discussões e ações relacionadas à pesquisa e à práxis de ID na instituição e, então, passei a sugerir ajustes ou mudanças maiores em ideias e ações relacionadas à ID.

O acesso aos informantes foi feito a partir de dois grupos e guiado pelos objetivos da pesquisa: os *stakeholders* ativos, representantes institucionais da PROEXC, nos programas ligados à ID, acessados enquanto agentes de ações públicas, e os *stakeholders* receptivos, representando o público alvo das ações de ID desses programas. Quanto aos *stakeholders* ativos, foram entrevistados os monitores dos programas de ID do P1, e ouvidos através de conversas menos formais, ou “lidos” através de uso de TIC (principalmente, através de conversas individuais ou em grupos, inclusive em aplicativos), monitores do P2, extensionistas em geral, gestores e ex-gestores ligados a ações de ID no IFPB. Quanto aos *stakeholders* receptivos, foram convidados para as entrevistas todos os alunos das turmas de ID do P1, concluintes do ano de 2015²⁹⁵. Representantes de comunidades parceiras, alunos e demais envolvidos em ações do N1 ou do N2 também foram ouvidos através de conversas menos formais, ou “lidos” através de uso de TIC (principalmente, através de conversas individuais ou em grupos, em aplicativos).

Referente aos programas acompanhados, no momento da pesquisa, o P1 trabalhava visando “a realização de ações de educação digital e a garantia dos direitos sociais da população de baixa renda residente na Grande João Pessoa e cidades circunvizinhas”, propondo ações de ID através de três projetos com eixos distintos: disponibilização de Espaço Público (ambiente para consulta a livros, revistas, jornais, e outros materiais impressos, e acesso à Internet); oferta de curso em Mídias Audiovisuais (Produção Audiovisual), buscando democratizar o acesso às tecnologias digitais, da comunicação e da informação; oferta de cursos de Informática (Informática Básica - IB e Montagem e Manutenção de Computadores - MMC), buscando democratizar o acesso às tecnologias digitais e promover qualificação profissional na área de informática.

O P2, por sua vez, tinha como objetivos a disseminação de ações educativas de comunicação, e a contribuição para a consolidação da rede de estudantes, servidores, e parceiros sociais, estabelecida a partir dos núcleos da Rede Extensão. Sua proposta

²⁹⁵ No início da pesquisa, nós não sabíamos quantas pessoas seriam entrevistadas, talvez precisasse utilizar um processo de seleção. Entretanto, as turmas eram pequenas e alguns alunos se recusaram a participar, então, foram entrevistados todos aqueles que concordaram com a entrevista, e eles apresentaram perfis diversos (quanto a gênero, classe social, idade, escolaridade, entre outros), o que consideramos importante, já que indivíduos com classificadores diferentes, podem ter visões diferentes sobre as TIC.

pretendia dar início ao desenvolvimento de uma prática alternativa aos modelos de comunicação, inclusive àqueles desenvolvidos no âmbito do IFPB, contando com o protagonismo estudantil para implementar processos educacionais fundamentados na Educomunicação (EC). Esses programas faziam parte da Rede Extensão, estrutura que orientava a formação de núcleos a partir de docentes, técnico-administrativos, discentes e comunidades externas, em uma perspectiva de relações horizontais e de protagonismo estudantil e comunitário para o ciclo de ações.

Gênese, Processo Histórico e Transformações Paradigmáticas

Durante o trabalho de campo, pude conversar com alguns servidores do IFPB e ouvir seus depoimentos e impressões referentes a um tempo mais remoto. A partir dos relatos feitos por gestores, ex-gestores, extensionistas, ex-extensionistas e técnicos-administrativos que haviam trabalhado ou ainda trabalhavam em várias funções na PROEXC, pude acessar diversas visões sobre a história da ID no IFPB.

A visão de quem viveu as primeiras ações de Inclusão Digital

Embora os dias na PROEXC às vezes parecessem ser “mais um dia de trabalho de campo”, nos trajetos pelos corredores, em alguns momentos, tive boas surpresas para a pesquisa. Em um desses dias, fui convidada para tomar um suco junto a alguns servidores, na copa, podendo ouvir um pouco da história da ID no IFPB, na versão de quem fez parte dela, como gestor ou servidor alocado no prédio da extensão.

Eu ouvira falar sobre essas pessoas, nas histórias contadas sobre o tempo em que o GF lançara o projeto Casa Brasil²⁹⁶, e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET²⁹⁷) havia implantado e executado este projeto. Em encontros casuais, algumas pessoas que representaram essas ações no passado ou estiveram de alguma forma envolvidas com elas (por exemplo, foram beneficiários do projeto), revelaram suas “paixões” pela Casa Brasil.

O projeto fora coordenado por uma Técnica Administrativa do IFPB que tinha formação em Assistência Social, e que também havia sido diretora do CEFET em João Pessoa (entre 2003 e 2006). Esta técnica fora convidada para a coordenação da Casa Brasil no IFPB. Durante a existência do projeto (de 2006 a 2011), ficou à frente das suas ações, levando o CEFET Paraíba a ser referência como modelo do Casa Brasil²⁹⁸.

²⁹⁶ O projeto Casa Brasil fora criado em 2003, pelo GF e chegara ao IFPB em 2006.

²⁹⁷ O CEFET-PB foi criado em 1999 e em 2008, passou a ser IFPB.

²⁹⁸ Graças a esse reconhecimento, o CEFET-PB ficara responsável pelo Encontro Nacional Casa Brasil, realizado em João Pessoa, no prédio da extensão, na época quase totalmente dedicado ao Casa Brasil.

Falar sobre esses “bons tempos da Casa Brasil” trouxe saudosismo aos relatos. Naquela época, as pessoas faziam fila à frente do prédio da PROEXC, desde às 4h da manhã, para conseguir uma vaga nos cursos, o que “deixava a equipe louca”, pois “não sabia o que fazer para atender tantas demandas”, mas “ao mesmo tempo feliz, pois a extensão no CEFET cumpria o seu papel, se abrindo de verdade à comunidade”. Aquele era um espaço verdadeiramente “aberto”, e outro exemplo disto era o auditório do prédio estar sempre à disposição dos movimentos sociais, que dividiam seu uso com a equipe do CEFET, compondo um espaço para articulação de grupos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das Profissionais do Sexo, dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entre outros que solicitavam seu uso. Em meio a sorrisos largos, as conversas me disseram que “o CEFET atendia à comunidade”, e ressaltaram a importância do projeto ter se mantido articulado com diversas comunidades, grupos e movimentos sociais, durante o tempo em que existiu.

Com relação às ações de ID, o prédio era aberto para que os alunos dos cursos pudessem usar os computadores, e assim, aqueles que assistiam aulas em escolas das redondezas iam para os laboratórios e para um espaço aberto ao uso de computadores e livros, no tempo livre. A motivação pelo contato com a Informática, através desse espaço aberto, evitava que eles fossem para pontos de drogas, próximos às escolas. Os próprios alunos pediam que os representantes do CEFET falassem com os diretores para que eles pudessem deixar a escola no tempo livre, por exemplo, no “recreio”, e ir para a Casa Brasil usar os seus laboratórios. A equipe do projeto assim fazia e eles podiam ir para lá²⁹⁹.

Preocupada em atender ao entorno do prédio onde se localizava a Casa Brasil, a equipe do projeto costumava caminhar até o Pavilhão do Chá, localizado à Praça Venâncio Neiva, no Centro, onde podiam sempre ser vistas diversas profissionais do sexo. Estas eram convidadas para se matricular nos cursos de Informática Básica, através de discursos voltados à qualificação, à oportunidade de mudar de vida: “mesmo que você queira ficar nessa profissão, você vai se qualificar. Existe a internet, então você vai poder se atualizar e poder usá-la até no seu trabalho!”. Ouvindo essas palavras, uma profissional do sexo teria indagado sobre a sua ida ao IFPB: “Mas as pessoas vão me olhar”. A equipe teria então respondido: “Vão sim, mas essa é você, essa é a sua

²⁹⁹ Sempre era dado “um jeitinho” para lidar com problemas de uso indevido da Informática (como o acesso a pornografia na internet). A educação acompanhava as aulas. Os alunos entendiam os limites de uso das máquinas, desculpavam-se e continuavam se sentindo à vontade para permanecer no curso.

vida. Só não pode entrar com essas roupas, pois é uma instituição de ensino. Ponha uma calça comprida e vá, certo?”. E assim várias delas teriam ido e concluído o curso, possibilitando algumas transformações em suas vidas³⁰⁰.

E assim, de forma aberta, voltada aos trabalhos sociais, teriam sido conduzidas as ações do Casa Brasil. Mas esse processo não fora fácil, inclusive requerendo que fosse implantada a cultura de “como fazer extensão comunitária a partir do respeito às pessoas” entre os próprios servidores do CEFET. Algumas deles perguntavam, quando viam chegar ao portão do prédio, pessoas de comunidades ou grupos estigmatizados: “Essas pessoas vão entrar aqui?”. A equipe respondia: “Vão, sim! Elas têm direito a entrar! Elas pagam impostos, e também o nosso salário, e isso aqui é delas também”.

Sobre o término da Casa Brasil, houvera uma mudança de gestão nacional do projeto, que deixara de ser feita por uma das secretarias do GF e passara a ser feita pelo CNPq³⁰¹. Nesse novo formato, tornara-se necessário um professor com doutorado para coordenar as ações, o que impossibilitara a então gestão de permanecer à frente do projeto. A nova equipe não aceitara a contribuição dos representantes da gestão passada no projeto e assim eles teriam se afastado das ações de ID. Em seus relatos, ainda pude ouvir lamentos pelas várias “mudanças sofridas pelo programa” e pelo fato de a Casa Brasil ter “se perdido no tempo, deixado a sua essência, o seu papel social, e de terem restado apenas os seus cursos”.

Outras visões sobre a trajetória da Inclusão Digital

Foi através de conversas informais que tive acesso a fatos que compuseram a cronologia das mudanças no P1 e a criação do P2 e, portanto, a uma visão processual das ações de ID do IFPB. Tentando resgatar o histórico das ações de ID, as pessoas apontaram os agentes envolvidos nessas ações, seus interesses, valores, conflitos, disputas, estratégias e, portanto, a influência dos seus poderes e contrapoderes na constituição dessas ações.

A princípio, fora desenvolvido no IFPB o projeto Casa Brasil, que representara o início das ações de ID nessa instituição. Este projeto acontecera na época em que o IFPB ainda era CEFET. Para aqueles que viveram o Casa Brasil, ele “era um projeto

³⁰⁰ Algum tempo depois, quando uma integrante do projeto entrara em uma loja, uma das vendedoras oferecera-se para atendê-la, e teria dito: “Não está lembrada de mim? A senhora tinha razão, professora. Era falta de oportunidade”. Aquela era uma das profissionais do sexo que tinham feito o curso, a quem fora perguntado: “Está trabalhando aqui para complementar a renda?”. A mulher lhe respondera: “Não, deixei aquela vida. Agora estou só aqui”. Aquele era um motivo de alegria para a equipe: “se eu puder melhorar a vida de pelo menos uma pessoa, já estou fazendo o meu trabalho”.

³⁰¹ Pesquisando notícias no portal do GF, identificamos momentos em que esse tipo de mudança aconteceu.

fantástico, pela ideia de manter centros de ID no Brasil todo, através de uma política pública federal, proporcionando espaços de convivência e de ações maiores”. Algum tempo depois, a Casa Brasil “fora transformada” em um projeto do CNPq. Esse fora um contexto politicamente delicado e que envolvera muitas emoções das pessoas envolvidas com as ações. Quando essa transformação acontecera, perdera-se muito do que se tinha antes, da proposta inicial, passando-se a ter a ID “apenas” como um projeto de pesquisa.

O processo que transformara a Casa Brasil em projeto do CNPq fora muito “violento” (algo do tipo “me dá tudo, que eu vou refazer”), mudando toda a base empírica (aspectos gerais da pesquisa) e muitos valores do projeto, e ainda mexendo nas equipes, já que exigia a presença de um professor doutor em Informática em sua gestão. Deve-se ressaltar que essa exigência do título de doutor criou uma dificuldade absolutamente equivocada, desqualificando e desmotivando os demais extensionistas, que embora não tivessem o “título de doutor”, possuíam expertises em projetos junto à comunidades, o “*know how* social”. Para que esse requisito fosse cumprido, um professor desta área do CEFET “pusera seu nome” no projeto, mas, na prática, este havia sido executado pela atual coordenação do P1. Ao longo dos relatos, os interlocutores reforçaram que esse momento de transição fora muito delicado e envolvera muitas emoções. Pouco tempo depois, o projeto do CNPq “morrera”, supostamente “em virtude de ele não atender às expectativas, quanto aos seus resultados”. Em seguida a ele, viera o P1.

Idealizado e criado em 2012, por sua atual coordenação, o P1 passara por alguns conflitos no processo de construção da sua identidade. Algumas divergências entre a coordenação do programa e um de seus superiores hierárquicos levaram a coordenadora a sair da linha de frente do programa por um período de tempo, em 2014. As divergências teriam se dado em torno das visões diferentes sobre a importância do P1 e do trabalho dos seus monitores, e ainda de atrasos no pagamento das bolsas (a coordenação entendia que alguns deles dependiam do dinheiro que recebiam do programa, e relutava quando o pagamento atrasava). Esses fatores teriam sido o estopim para a mudança de coordenação no P1, que teria sido assumido por um servidor da PROEXC. Alguns relatos sugeriram que, com essa mudança, o caos teria se instalado no P1: os monitores se sentiram abandonados e, em geral, as ações não refletiram motivação por parte da coordenação, o que repercutira negativamente também nos alunos.

Com a chegada da nova gestão da PROEXC, após a eleição do novo reitor do IFPB, em 2014, ressurgira a esperança de construção de um novo P1. A nova PROEXC reconheceu os problemas do P1, naquele momento, e convidara a sua idealizadora para coordená-lo novamente. Sentindo que poderia trazer novas energias aos trabalhos de ID, ela retornara ao P1, ainda em 2014. A sua visão sobre o desenvolvimento do programa sob a guarda da nova PROEXC era de que ele ainda apresentava problemas mas, ainda assim, agradecia a todos, enquanto equipe, por contribuírem para o programa “renascer”.

Segundo o relato de um dos interlocutores, “as pessoas não souberam lidar com os conflitos ideológicos e, na transição da Casa Brasil para o projeto do CNPq, a essência do projeto de perdeu”. No P1, ficaram as ações do Espaço Público, e as aulas de IB e de MMC, o que para alguns representavam ações muito pontuais, desconectadas e com foco na empregabilidade. Foi considerado pelos interlocutores que esse cenário refletira a ideia da PROEXC na época, que mantinha o foco da extensão nas relações empresariais (sendo muito forte o contato com as empresas, o desenvolvimento de estágios, a ideia de alocar alunos no mercado de trabalho, por exemplo, e tendo pouco foco no trabalho de transformação das comunidades), uma herança do projeto do CNPq.

Com a chegada da nova equipe da PROEXC (em 2014), e a partir dos pressupostos do trabalho na Rede Extensão IFPB, algumas mudanças haviam sido sugeridas para o P1. Este programa havia sido convidado a participar da Rede Extensão, constituindo um de seus núcleos, e como forma de que ele se ajustasse às orientações da Rede, algumas mudanças haviam sido sugeridas: o desenvolvimento de relações horizontais, protagonizadas pelos alunos e parceiros sociais, como comunidades envolvidas com os projetos.

Algumas mudanças estruturais favoreceram o fortalecimento das bases da Rede Extensão na instituição. Em 2015, o IFPB aprovou um Estatuto³⁰² que viabilizou discussões sobre políticas educacionais e sua interface com as políticas culturais no âmbito do IFPB, resultando na mudança organizacional de Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT (associada a uma visão mais técnica das atividades de extensão) para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC (uma visão mais social das atividades de extensão), em junho de 2016. A concepção da PROEXC se baseava no

³⁰² Sobre a PROEXC. Resolução N° 246, de 18 de dezembro de 2015 do CONSUPER/IFPB. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/sobre/sobre-a-proexc>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

desenvolvimento de atividades de extensão e cultura que propiciassem um espaço onde servidores e alunos compartilhassem conhecimentos e contribuíssem para a melhoria das condições de vida na sociedade, visando ainda à formação de profissionais cidadãos.

Como o P2 fora criado em 2016, já com a nova equipe da PROEXC em postos, a filosofia de trabalho já era um pouco mais parecida com o que era pregado pela Rede Extensão, em termos de bases propostas para ações. Somava-se a esse cenário, o fato de que o P2 pôde ter acesso a algumas lições aprendidas dos “erros” e “acertos” ao longo do desenvolvimento de ações de ID, inclusive do P1, beneficiando-se então a partir das análises e informações referentes a todo esse processo. Entretanto, esse programa passou por auto-reflexão sobre alguns problemas inerentes à natureza das suas ações, estava aberto a mudanças e pretendia ainda compor seu núcleo na Rede Extensão.

Em poucas palavras, o conflito ideológico sobre como fazer extensão, como promover ações de ID, foi um elemento presente ao longo do tempo, nas ações na extensão, resultando em aparente falta de identidade em termos de ações, o que poderia ser percebido a partir das discussões em torno do P1 e das suas “origens”, desde o Casa Brasil³⁰³. Enquanto parte das pessoas envolvidas com ações de extensão viam o P1 como um programa eficaz na promoção da ID e da inclusão social, para outros agentes da extensão, as ações de ID deveriam ter a visão mais focada nas comunidades e nas suas demandas, através de um trabalho social desenvolvido de forma continuada. O P2, por sua vez, acabara de nascer e estava em processo de retroalimentação, buscando construir a sua identidade para poder se estabelecer como programa de ID.

Inclusão Digital, período 2012-2014: Análise documental

No início do trabalho de campo, em junho de 2015, havia apenas um programa na PROEXC associado a ações de ID, o P1. Através de pesquisa documental³⁰⁴, foi possível conhecer alguns dos seus indicadores quali-quantitativos referentes às principais ações de atendimento à comunidade, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Indicadores de ações de Inclusão Digital no programa de extensão P1 2012 - 2014

Indicadores do P1	2012	2013	2014³⁰⁵
Certificações em IB e MMC	103	75	79

³⁰³ Ao longo desses conflitos, a sucessão política se dera da seguinte forma: o então Diretor do CEFET fora sucedido pelo primeiro Reitor do IFPB, que por sua vez fora sucedido pelo atual Reitor. Acompanhando essas trajetórias, haviam estado, respectivamente, à frente da gestão da extensão, o Diretor de Extensão do CEFET, quando ocorreram as ações da Casa Brasil e a transição para o projeto do CNPq, a primeira Pró-Reitora de Extensão do IFPB, quando teve continuidade o projeto do CNPq e se deu o surgimento do P1, e a atual Pró-Reitora do IFPB, no período em que teve continuidade o P1.

³⁰⁴ A coordenação do P1 me entregou cópias dos relatórios anuais do programa.

³⁰⁵ Já que houve mudança na coordenação do programa neste ano, o relatório apresentou dados parciais.

Certificação em Mídias Audiovisuais	0 ³⁰⁶	0 ³⁰⁷	0
Atendimentos no Espaço Público	2398	1476 ³⁰⁸	Projeto desativado ³⁰⁹
Parceiros internos	3	1	0 parceiros internos identificados
Parceiros sociais	0 parceiros sociais identificados		
Alunos monitores	9	5	5
Comunidades ou grupos atendidos	Alunos da Rede Pública Municipal de João Pessoa e Rede Estadual da Paraíba; População em situação de vulnerabilidade socioeconômica João Pessoa e cidades vizinhas.		Informação não encontrada no relatório

Fonte: Relatórios do P1 (2012-2014).

As principais considerações sobre os indicadores são vistas no Quadro 29.

Quadro 29 – Considerações sobre os indicadores de ID no Programa P1 2012 - 2014

- 1) O Espaço Público tinha grande alcance, por se tratar de um espaço aberto diariamente a toda comunidade.
- 2) Uma vez que os cursos de informática tiveram foco em qualificação profissional e, portanto, fizeram uso de laboratórios, as vagas foram limitadas, mas aproximadamente 250 pessoas foram qualificadas em 3 anos.
- 3) O curso de mídias apresentou problemas estruturais nos anos analisados.
- 4) Uma vez que o P1 considerou trabalhar de forma aberta ao público em geral, as parcerias sociais com agentes externas não se evidenciaram no período tratado.
- 5) As parcerias internas (com servidores do IFPB) também não se mostraram como pontos de maior visibilidade no programa.
- 6) Quanto às comunidades ou grupos atendidos, as informações identificadas nos relatórios foram genéricas, sem maiores detalhes sobre as relações entre eles e o P1.
- 7) A análise dos projetos do P1 no tempo sugere: o Espaço Público, visivelmente, teve queda no indicador de atendimentos, o que pode ser atribuído ao fechamento do ambiente e à interrupção do projeto³¹⁰; os cursos de IB e MMC se mantiveram ativos, embora também tenham apresentado queda no número de certificações; o curso de mídias manteve o seu indicador de 0 certificações, em virtude de ou não ter finalizado ou não ter ofertado turmas nos anos considerados.
- 8) Os dados do P1 sugeriram aspectos importantes para o estudo da ID no IFPB, em virtude da perspectiva de continuidade do programa ao longo dos anos, e da expectativa de mudanças nas ações de ID na extensão.

Fonte: Próprio Autor (2015)

Inclusão Digital, período 2014: Rede Extensão e Transformações nas Ações

Desde as primeiras andanças pelo prédio da extensão, tive a impressão de que se acreditava e comentava que a chegada da nova gestão à PROEXC sacudiu as ações e programas de extensão, que passaram a se basear em novos pressupostos. Quando se ouvia falar da Rede Extensão, sempre se associava a sua forma de pensar e propor

³⁰⁶ O monitor do curso se desligara do P1 sem que a coordenação do programa soubesse a tempo de providenciar um novo monitor, resultando na interrupção das ações do projeto.

³⁰⁷ A PROEXC não investira em infraestrutura física para a sala de aulas, o que inviabilizara o curso.

³⁰⁸ O número de atendimentos refere-se ao período de 3 meses. Após esse período, o projeto fora encerrado, por “imposição da chefia imediata” ao P1, e “contra a vontade da coordenação do programa”.

³⁰⁹ O projeto não voltou às atividades em 2014, e nem durante o período em que a tese foi desenvolvida.

³¹⁰ No Livro de Registro do Espaço Público, pode ver assinaturas e dados pessoais dos visitantes de 2012 e 2013. Ao me apresentar o livro, a coordenação do P1 reafirmou que discordou do término do projeto, em virtude de sua importância para a comunidade externa, que podia ter contato com as TIC e diversos aspectos do ambiente digital. No relatório de 2013, constavam memorandos emitidos pelo P1, contestando o seu fechamento. Contrariando as evidências de sua importância, este fora finalizado.

relações, ações e decisões a um novo paradigma na instituição. Isso era o que as pessoas envolvidas ou não com a extensão pensavam sobre essa nova forma de trabalho.

Para a PROEXC, a extensão compreendia um espaço através do qual os institutos federais efetivavam o seu compromisso social, produzindo e difundindo conhecimento na busca pela superação das desigualdades sociais. Para a então gestão, a extensão precisava se transformar em essência, e uma das grandes conquistas foi a mudança na nomenclatura da pró-reitoria e nas bases para as suas ações, conforme pode ser lido no portal do IFPB, na página institucional da PROEXC:

“A extensão no âmbito dos institutos federais é entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma relação dialógica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares. [...] No Instituto Federal da Paraíba, o desenvolvimento de atividades de extensão e cultura tem propiciado um espaço em que servidores e alunos compartilham conhecimentos e contribuem para a melhoria das condições de vida da sociedade. Dentro dessa perspectiva, várias ações de extensão vêm sendo desenvolvidas nos diversos campi, as quais possuem, sem dúvida, grande relevância à formação de um profissional cidadão”.

Nesse contexto, a Rede Extensão buscou estabelecer-se de forma alinhada às novas concepções propostas, trabalhando de forma estruturada em rede, a partir dos seus núcleos de extensão, de forma flexível e inovadora através da vivência dos membros desses núcleos, e das reflexões contínuas sobre as suas relações, ações e resultados. Para seus idealizadores, esta representava uma política de extensão em rede baseada em uma postura dialógica e de compartilhamento entre “extensionista” e “beneficiário”, na linha da educação popular, vinculando-se ao conceito de extensão cidadã, onde o “beneficiário” se tornava “parceiro” da ação, o que requeria, tanto a mudança de nomenclatura (rejeitava-se o uso da palavra “beneficiário”, sendo esta substituída por “parceiro”) como da relação em si, dentro do conceito de parcerias para todo o ciclo de projetos e ações, desde a concepção até a avaliação dos seus resultados³¹¹.

³¹¹ Principais bases da Rede Extensão: 1) Teoria da complexidade: prática transdisciplinar e modelo recursivo de construção do conhecimento. 2) Teoria das redes: define uma rede como nós, vínculos e fluxos construídos através da teoria da dádiva. Na “economia da dádiva”, participantes das comunidades deixam o conhecimento à disposição do coletivo. Com as TIC e as comunidades virtuais, a reciprocidade diz respeito à circulação de bens pautada no compartilhamento, caracterizando interações humanas diferentes daquelas pautadas na economia voltada à produção, consumo e lucro (MARTINO, 2015). 3) Conceito de campo social: espaço multidimensional de relações entre agentes que compartilham e disputam interesses, mas não dispõem dos mesmos recursos e competências. 4) Fenômeno da territorialização/desterritorialização/reterritorialização: a rede é um sistema aberto, sujeito a modificações permanentes. 5) Fenômeno da endoculturação/aculturação: a rede buscava conhecer a si mesma e aos parceiros, em termos de demandas e potencialidades, articulando saberes e práticas, dimensões da cultura e direitos humanos, compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais). 6) Princípio da horizontalidade: educação igualitária, em que educador e educando ensinam e aprendem, e não há beneficiários, mas parceiros. 7) Diálogo: educação democrática a partir do diálogo e da leitura crítica do mundo e das palavras para emancipação social.

Aproximando-se dos programas já “estabelecidos”, a nova composição da PROEXC e sua visão sobre a extensão buscavam influenciar as ações de extensão, inclusive aquelas voltadas à ID. O novo formato de ações sugeria que os programas e projetos fossem além das atividades pontuais e de alguma forma acompanhassem a trajetória das comunidades ligadas às suas ações, criando relações com elas, buscando atender às suas demandas, inclusive a partir de parcerias estabelecidas com outras instituições, que também integrariam a Rede Extensão no IFPB.

Para a gestão da PROEXC, a expectativa das conexões na rede era alargar a atuação da extensão, entretanto, para atuar conforme novos pressupostos, as ações precisavam ser repensadas, rejeitando a ideia de apenas juntar o modelo de ações pontuais técnicas ao “desenho de modelos de redes em papel que não tinham nada a ver com o que de fato acontecia e não acrescentavam nada à práxis”. O novo paradigma deveria ainda identificar novos focos de reflexão dentro dos programas e projetos, não sendo atendido, por exemplo, através de modelos tradicionais de relatórios de análise ou registro de andamento de projetos, que deveriam ser substituídos para se alinhar a uma nova estrutura de pensamento. Enfim, fazer parte da rede significava ir além de gerar e enviar o “velho modelo” de relatório de extensão e acrescentar a ele o tal “desenho da rede”. Entretanto, alguns extensionistas resistiam às mudanças sugeridas, mesmo que criassem núcleos associados à Rede Extensão.

Quanto às relações em rede e à forma de trabalho, a Rede Extensão trazia uma proposta de relações horizontais, protagonizadas especialmente pelos alunos e pelas comunidades parceiras. Esta rede reconhecia que alguns servidores do IFPB (docentes ou técnicos) exerciam sobre os alunos não uma postura de liderança nas causas sociais, mas uma forma de “controle autoritário” e regulador, a partir das normas dos projetos, e de acordo com “os aspectos técnicos” destes, o que limitava a atuação desses alunos, que ficavam restritos à repetição da técnica, sob os olhos atentos dos orientadores, que realizavam o controle na garantia da “execução alinhada com os programas pedagógicos para boa formação dos alunos”. Só que essa prática feria os princípios da rede, e para as suas conexões, esse cenário não era bem vindo.

Por parte dos idealizadores da rede, parecia existir o receio de as pessoas ficarem presas aos modelos anteriores, culturalmente voltados às questões mais técnicas e às necessidades empresariais, e assim, ou ficassem “fazendo de conta” que estavam na Rede Extensão, mas sem incorporar o espírito de um trabalho “mais social”, ou até gerassem total resistência, desenvolvendo projetos isolados, ou em redes paralelas aos

pressupostos da Rede Extensão. Para a rede, deveriam ser repensados ou até mesmo totalmente redefinidos, os simbolismos das ações de extensão nos programas e projetos, para não contaminar as suas novas ações, não cortar as inspirações provenientes de um novo cenário político e ideológico. O trabalho de formação nos conceitos da rede, oferecido pela PROEXC, associado às reflexões de aplicação das técnicas envolvidas nos projetos em prol das expectativas das comunidades, ajudariam a garantir o desenvolvimento de trabalhos sociais alinhados às perspectivas paradigmáticas da nova proposta de extensão.

Enfim, cabia à Rede Extensão sugerir as transformações no cenário da extensão, embora os seus integrantes reconhecessem que essas mudanças se dariam de forma processual, em “trabalho de formiguinha”, o que iria requerer esforço e perseverança, em um trabalho de conscientização que não deveria excluir os desviantes, mas tentar aproximá-los da nova perspectiva de trabalho. Não fazia sentido fazer extensão através de ações pontuais com pessoas que passariam pelos programas e projetos e depois seguiriam, sem orientações, sem conquistas maiores, sem potenciais mudanças em suas trajetórias.

O desejo da rede era que a extensão fizesse a diferença nas vidas dessas pessoas, abrindo possibilidades de emancipação, e isso só aconteceria se fosse criada uma relação entre o IFPB, as comunidades atendidas e os demais parceiros, em um trabalho em rede que se desse de forma continuada, sempre reflexiva e flexível à dinamicidade dos dias vividos nos novos modelos de sociedade.

Inclusão Digital, período 2015-2017: Pesquisa Participante e Intervenções

No período que vai de junho de 2015 a dezembro de 2017, as ações junto aos programas P1 e P2 se deram de forma mais enfática, mas a pesquisa também contemplou algumas ações pontuais junto a outros programas ou projetos já estabelecidos ou candidatos a programas ou projetos de extensão do IFPB, em seus diversos Campi.

Sobre os programas acompanhados, suas ações foram retratadas quanto a articulações, disputas, conflitos, formulações, expectativas e alguns resultados, a partir das percepções dos formuladores, executores e público-alvo dos programas, referentes ao tempo em que foi viável acompanhá-lo (em termos de tempo, para um projeto de doutorado) e ainda referente ao que foi possível resgatar do passado, no caso do P1. Os programas P1 e P2 fazem parte da Rede Extensão IFPB, formada por núcleos de extensão que ligam docentes, técnicos administrativos, discentes, parceiros e

comunidades externas em uma perspectiva de relações horizontais e de protagonismo estudantil e comunitário para o ciclo de ações de extensão no IFPB. Os demais programas e projetos, nem sempre apresentaram núcleos nesta rede, sendo executados em outros formatos específicos.

Sobre o trabalho de campo, principalmente em termos de vivência junto aos programas, ao longo do texto foram feitos os relatos referentes às experiências e lições aprendidas, de forma que os comentários a respeito do que foi vivenciado pudessem ser contextualizados juntamente com os episódios que lhe deram origem³¹². Entretanto, consideramos importante fazer algumas considerações referentes a questões mais gerais vividas em diversos momentos, ao longo do trabalho realizado.

O desenvolvimento do trabalho de campo foi algo surpreendente para a mim, que desde 2015 passei a desenvolver as atividades de observação (participante e interventiva) e entrevistas junto aos servidores da PROEXC, equipes e alunos do P1 e do P2 e demais *stakeholders* envolvidos direta ou indiretamente com as ações desses programas. Estudar esses programas significou me aproximar das suas equipes e de pessoas externas ao IFPB, e assim, conhecer mais de perto indivíduos e comunidades ou grupos sociais, através das minúcias do seu dia a dia e da atenção dada às suas vozes, aos seus diálogos, e ao que pôde ser observado durante entrevistas, conversas informais e vivências.

Durante a pesquisa, entendi que o trabalho na Antropologia e nas Ciências Sociais em geral, não tem lugar definido e hora marcada³¹³, tampouco é desenvolvido apenas a partir de formalidades. Desde a primeira reunião com a PROEXC (junho de 2015), até o final da pesquisa em campo (dezembro de 2017), todos os sentidos foram aguçados, com o propósito de que pudesse estar atenta às percepções sobre o mundo ao redor, aos indivíduos isolados ou em interação, às redes institucionais acionadas, às relações positivas ou negativas, de harmonia ou conflitos, às disputas, ao fluxo do poder, aos valores materiais ou simbólicos, ao significado das ações relacionadas à ID através dos programas acompanhados.

Assim sendo, o trabalho de campo requereu, além do esforço intelectual, a disponibilidade de tempo e em alguns momentos, inclusive a priorização dos

³¹² Estivemos atentas à documentação sobre o processo de pesquisa, relatando aspectos sobre métodos e problemas em campo, de forma a contribuir com as reflexões sobre a prática do trabalho etnográfico.

³¹³ O trabalho de campo foi realizado dentro das fronteiras do IFPB (em salas de aula, laboratórios de informática, auditórios, salas de reunião, copas, banheiros e corredores), e além delas, em feiras de exposição, lojas, associações comunitárias, escolas rurais, assentamentos de agricultores, auditórios públicos ou onde tenham estado os indivíduos ou as ações em estudo, e eu tenha conseguido estar.

compromissos do P1 ou do P2 com relação aos profissionais (enquanto docente do IFPB) e até pessoais³¹⁴. Considerando-se o campo além dos espaços físicos do IFPB, e mais especificamente, da PROEXC, faz-se ainda importante registrar as andanças pelo mundo de bits e bytes. A pesquisa requereu esforços de interação com a internet, através de portais ou sítios online, pessoais ou institucionais³¹⁵.

A pesquisa junto aos programas e projetos de Inclusão Digital

De junho de 2015 a outubro de 2016, o foco da pesquisa foi o P1. Isso porque o P2 ainda estava se consolidando como programa de extensão e apenas em novembro de 2016, a PROEXC percebeu a importância de envolver os extensionistas desse programa nas rodadas de reflexões sobre ID cidadã. Dessa forma, os relatos da pesquisa evidenciaram o P1, nos primeiros momentos, trazendo em seguida também relatos do P2 e das relações estabelecidas entre a pesquisa e esses programas.

Durante o trabalho de campo, acompanhei os episódios relacionados direta ou indiretamente ao P1 e ao P2, uns mais de perto, outros através da visão de "informantes" do IFPB, e tive acesso a diversas pessoas que transitaram na PROEXC, o que favoreceu a realização de conversas informais, que se deram nos diversos ambientes do prédio da extensão (recepção, corredores, copa, salas de trabalhos, auditório, laboratórios). A riqueza dessas conversas veio da inexistência de formalização, de rigor, o que favoreceu a espontaneidade e a liberdade, já que as pessoas não se sentiram acudadas diante de instrumentos de pesquisa que inibem ou inviabilizam o acesso a dados importantes.

Referente às questões mais burocráticas, com a parceria com a PROEXC e os dois programas, passei a fazer parte, oficialmente, dos núcleos de extensão da Rede Extensão, tanto para o P1 (em junho de 2015) quanto para o P2 (em abril de 2017), tornando-me extensionista em ambos. Em termos de pesquisas, foram protocolados dois projetos no IFPB³¹⁶. Nesse contexto, as ações desenvolvidas nas atividades oficiais

³¹⁴ Faltei compromissos, sendo estes remarcados ou cancelados, já que alguns eventos do P1 ou P2 aconteceram independentemente da minha agenda (por exemplo, ausentei-me de reuniões da área de Informática no IFPB, adiei a comemoração do meu aniversário para participar da inauguração da loja de artesanato em uma comunidade, passei o aniversário da minha mãe em campo, em Pernambuco).

³¹⁵ No sentido de busca de conceitos, e ainda referente à investigação sobre instituições envolvidas na pesquisa, a partir dos seus respectivos portais, ou de sítios sobre eventos (como o IGF ou a Reunião Brasileira de Antropologia), e ainda ao uso de redes sociais. Usar a internet e sua imensidão de conteúdos relacionados em uma pesquisa densa, como um doutorado, despertou um sentimento paradoxal: lidar com a internet, os *hiperlinks* e as "colagens e montagens" dos textos é bom e ruim. O lado bom vem das possibilidades de buscas, em direções ou sentidos de navegação diversos. O lado ruim deve-se à sensação de que tudo o que pode ser acessado "nunca acaba", em virtude dos inúmeros materiais publicados e da forma como esses sugerem a leitura de outros, através de seus *links*, e assim, sucessivamente.

³¹⁶ Em 2015, protocolei um projeto no Campus João Pessoa, oficializando esta pesquisa de doutorado (Rodrigues, 2015f). Em 2017, percebendo que algumas ações junto ao P2 possuíam caráter de pesquisa,

ligadas ao doutorado envolveram equipes cujos membros fizeram parte das duas instituições (IFPB e UFCG), além dos parceiros externos, principalmente escolas e comunidades, provenientes de relações nos núcleos de extensão. Referente às ações da pesquisa, ao longo do desenvolvimento da tese, ainda foram publicados três artigos em conferências nacionais e internacionais³¹⁷.

Programas de Extensão e Transformações Propostas para Inclusão Digital

A partir da implantação do novo paradigma de construção e desenvolvimento dos núcleos de extensão, passou a existir uma orientação mais objetiva quanto às mudanças que deveriam ser feitas nos programas e projetos que se ligavam à Rede. Em 2015, por ter se estabelecido como “Núcleo P1 na Rede Extensão” (N1), e por trazer em sua proposta ações de ID, o P1 começou a ser observado no trabalho de campo e a ser avaliado por mim, pela gestão da PROEXC e pelos seus integrantes, quanto a potenciais transformações, em busca de maior efetividade para as suas ações.

O cenário em que o P1 se encontrava era percebido pela então gestão da PROEXC como uma herança da gestão anterior, considerada como tendo foco mais na técnica, e menos nas demandas sociais. Nessa visão mais técnica, as ações que se davam de forma “isolada”: o projeto abria os cursos para que os indivíduos se candidatassem às vagas, sendo então selecionados e chamados para participar das aulas, e depois seguiam seus destinos, talvez sem fazer conexão entre as ações do programa e suas trajetórias pessoais ou de grupo. Baseada nesta visão, a Rede Extensão sugeria que as ações no P1 fossem desenvolvidas em conjunto com parceiros, como prefeituras, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e não mais abertas ao público em geral.

A partir desse novo perfil de ações, a PROEXC desejava trabalhar de forma continuada com grupos e comunidades, e a esperar contrapartidas destes grupos/comunidades, voltadas aos próprios grupos/comunidades. Articulado (a) em forma de rede, o grupo/a comunidade poderia potencializar o alcance das ações, reproduzindo-as ou ampliando os seus efeitos positivos, direta ou indiretamente, vivenciando transformações culturais, sociais, políticas ou econômicas em um raio de ação cada vez maior e dinamicamente reconstruído a partir de uma pesquisa-ação moldada especialmente a partir da integração das perspectivas dos seus diversos agentes e atores. Em outras palavras, o P1 deixaria de ser representado por ações

eu e os membros do P2 protocolamos um subprojeto ligado àquele de 2015, com foco em ações de ID junto a comunidades e escolas, com plano de trabalho até 2018 (Rodrigues et al., 2017h).

³¹⁷ Nacional, Rodrigues e Batista (2017o) e internacionais, Rodrigues e Batista (2017n; 2017p).

pontuais voltadas a cursos de informática que eram descontinuadas após a certificação dos alunos, dando lugar a relações construídas e mantidas dinamicamente com as comunidades envolvidas em suas ações.

O P2, por ter sido criado em 2016, já deveria atender a esses pressupostos em suas definições, pois embora não tivesse ainda núcleo proposto na Rede Extensão, seus integrantes usavam a base da rede como orientações para o trabalho. Entretanto, este programa também carecia de aspectos que caracterizassem de forma mais efetiva as bases do novo paradigma: era preciso realçar mais os aspectos de cidadania (vistos com importantes para o trabalho social), do que os detalhes técnicos da Comunicação através das TIC; era preciso desenvolver uma maior articulação com seu público-alvo, interno (alunos e servidores do IFPB) e externo (grupos sociais ou comunidades), pois nas primeiras ações do P2 (que em alguns casos, foram caravanas para levar Educomunicação - EC para os Campi de interior) ou o programa não atingiu o número esperado de pessoas ou não chegou aos grupos idealizados por sua proposta; era necessário desenvolver um trabalho junto aos demandantes de ações ao programa, pois as visões das pessoas (internas ao IFPB) sobre o P2 o relacionavam mais a ações de comunicação, no sentido de “coberturas técnicas sobre eventos do IFPB”, do que as ações de educação para uma comunicação dialógica, descentralizada e horizontal, objetivo do programa (essa visão “equivocada” sobre o P2 inquietava os seus integrantes, que se viam angustiados diante de ter que executar ou negar as demandas técnicas); enfim, era necessário ultrapassar as fronteiras institucionais e chegar aos grupos sociais e comunidades, para as ações de EC.

Nesse sentido, algumas transformações foram sendo propostas pela gestão da PROEXC, por mim e pelos extensionistas, ao longo da atuação do programa P2, especialmente voltadas à qualificação em termos de cidadania e à atuação junto a comunidades parceiras.

A trajetória dos programas de extensão e das ações de Inclusão Digital

No trabalho de campo realizado, foi importante entender como se davam os processos de planejamento, execução e avaliação dos programas de ID, através dos seus embates, negociações, exercícios de poder e de resistência. Nesse sentido, esses processos foram acompanhados, buscando-se compreender quem influenciava as definições e o que norteava as ações de transformação na conformação desses programas.

O trabalho de campo no IFPB se deu em três fases. Na primeira, realizada de junho de 2015 a novembro de 2016, foi acompanhado o P1³¹⁸, que ofertava aulas de IB (editores de texto, planilhas eletrônicas, aplicativos de apresentação e internet) e MMC (montagem e manutenção de hardware e instalação ou uso de softwares para manter o computador funcionando), desde 2012.

Na segunda fase, realizada de novembro de 2016 a maio de 2017, além do P1, o P2³¹⁹ (criado em junho de 2016), com ações de Educomunicação (EC) através do uso de mídias digitais, também passou a ser acompanhado. Ambos os programas relacionavam TIC com ações educacionais e foram acompanhados desde o momento em que seus coordenadores tornaram os seus respectivos programas voluntários da pesquisa, viabilizando reflexões críticas para potenciais intervenções na relação entre processos educacionais para ensino-aprendizagem de TIC e apropriação dessas tecnologias para uso cidadão e inclusão social.

Na terceira fase, realizada de maio a dezembro de 2017, além do acompanhamento dos programas P1 e P2, as ações de pesquisa também passaram a intervir junto a núcleos que trabalhavam com TIC na Rede Extensão, e também foram acompanhados os candidatos a programas e projetos de ID, submetidos aos editais de extensão na instituição. Cada fase será apresentada de forma cronológica.

Primeira Fase da Pesquisa (junho, 2015 – novembro, 2016): Ainda em 2015, a equipe do P1 foi apresentada ao novo paradigma de extensão³²⁰. Embora esse novo paradigma estivesse sendo implantado desde 2014, quando a nova gestão assumiu a

³¹⁸ Dados do P1: equipe formada por coordenadora, servidora da instituição, e cerca de três monitores, em 2015. Em 2016, a equipe cresceu para seis monitores. Em 2017, a equipe teve cerca de quatro monitores. Os monitores eram alunos ou de cursos da área de Informática ou de Engenharia Elétrica, no IFPB.

³¹⁹ Dados do P2: equipe formada por coordenador, servidor da instituição, e dois bolsistas (monitores), em 2016. Em 2017, a equipe cresceu para três bolsistas. Todos eram alunos de Design Gráfico no IFPB.

³²⁰ Juntamente com os membros do P1, eu participei da formação na Rede Extensão, recebendo treinamento nos pressupostos que fundamentavam o trabalho no novo paradigma, de forma a poder contribuir com o P1. Sobre a perspectiva de construção da rede: a criação dos núcleos era um processo e levaria tempo; cada núcleo teria que se fazer enquanto nó e definir sua identidade extensionista; a rede via pesquisa, ensino e extensão como ações que interagiam entre si; cada núcleo deveria ter clareza quanto ao problema social da comunidade em que pretendia intervir e buscar diminuir a desigualdade social; as dimensões da extensão seriam produtiva (geraria oportunidades), investigativa, formativa (formação integral, humana e de responsabilidade social). A proposta da gestão da PROEXC para o P1 era pensá-lo enquanto uma rede, composta por professores, técnicos, alunos e parceiros, que deveria agir junto às comunidades com o intuito de transformá-las. Durante a formação, a coordenação do P1 falou sobre o “renascimento” do programa em 2014: “Essa equipe deu uma vida nova ao P1, porque ele quase foi sepultado. Me alegra, me anima muito... [...] eu vislumbrava novos horizontes. Eu agradeço pela oportunidade do P1 renascer”. A formação ampliou minha visão sobre ações de extensão desenvolvidas junto a comunidades.

extensão no IFPB, diversos programas/projetos ainda estavam começando a refletir sobre como alinhar suas propostas a essa perspectiva de trabalho.

Havia uma nova forma de pensar e propor relações, ações e decisões, buscando efetivar o compromisso social daquela instituição, através da produção e difusão do conhecimento na busca pela superação das desigualdades sociais. O trabalho era orientado por uma perspectiva Freiriana, vista pelos extensionistas como alinhada ao sentido da práxis junto às comunidades, e valorizada em trabalhos de ID, por sua efetividade nas ações educacionais, dada a importância de se levar em conta o contexto social no processo educacional (Santiago et al., 2016), e de se buscar uma educação transformadora, o que requer que as pessoas se sintam sujeitos ativos nos processos de um mundo pluralizado (Nazaré, Ribeiro e Frota, 2016).

Postas em evidência as orientações para a extensão, e considerando que havia convergência³²¹ entre essa base e os conceitos teóricos sobre cidadania e inclusão social (que refletiam sobre direitos, identidades, solidariedade, integração social, emancipação, entre outros), e os pressupostos de uso de TIC alinhado à cibercultura (formação de comunidades, autodesenvolvimento humano, inteligência coletiva, entre outros), parecia estar montada a base conceitual e de políticas institucionais para a proposição de novos programas e projetos de extensão, e revisão daqueles que estavam em andamento.

Reforçando a práxis desses conceitos, a participação no IGF, em 2015, e nas reuniões da ANID, em 2015, 2016 e 2017, trouxeram as orientações sobre modelos de governança multissetoriais e participativos. O fato de haver convergência entre valores e sugestões nessas perspectivas de análise favoreceu a definição de um eixo de orientação e intervenção³²² junto às ações dos programas nos seus respectivos núcleos.

Como forma de observar o P1 mais de perto, foram utilizadas as estratégias de acompanhamento das etapas de planejamento, execução e avaliação das ações para repensar sua proposta. Para que isso fosse possível, desloquei-me entre equipamentos e ambientes distintos, andei pelos corredores do IFPB, por seus laboratórios de informática, salas de aula e de reuniões, auditórios, não deixando de extrapolar as barreiras institucionais, e ainda me fiz presente em ambientes comunitários, estabelecimentos comerciais, associações de bairro, feiras e até evento de lançamento de

³²¹ A ID se relacionava às perspectivas sociais contextualizadas, buscando transformações (essa foi nossa interpretação sobre o discurso do governo brasileiro, que propunha ID para cidadania e inclusão social).

³²² Segundo Perlongher (2008), alguns estudos têm chegado a intervir ativamente sobre o objeto de pesquisa, o que é legitimado por razões metodológicas ou políticas, mas os excessos têm sido criticados pelo risco de se passar de uma “observação participante” para uma “participação militante”, o que repercute no campo da relação saber/poder. A intervenção no P1 se deu através de bases científicas.

livro, como forma de estar mais próxima às pessoas ou comunidades externas que mantinham vínculos com o P1. A parceria entre a pesquisa e o P1 representou um processo inovador na Rede Extensão: a conexão entre um projeto de doutorado e um programa de extensão era algo que nunca havia acontecido naquela rede.

Nas reflexões sobre o P1, foram envolvidos os seguintes atores: gestão da PROEXC, coordenação e monitores do P1, alunos dos cursos e pesquisa (representada por mim). A idealização deste programa na visão interna foi discutida junto à sua equipe e aos gestores da extensão. Enfim, os principais problemas do P1 para a gestão da PROEXC eram: o alto custo não era justificado, principalmente diante da evasão nas turmas (em 2015, o P1 certificou apenas 28³²³ alunos em IB e MMC) e da falta de acompanhamento dos egressos, o que trazia a sensação de que “as ações se perdiam”. Por outro lado, os representantes do P1 consideravam a importância dos cursos, diante de parcerias pré-estabelecidas com alguns agentes sociais (inclusive representantes de instituições públicas ou comunidades) e uma lista de espera³²⁴ de pessoas que aguardavam pela abertura de novas turmas. Ambas as visões (gestão da PROEXC e P1) reconheciam que o programa apresentava custos altos que deveriam ser pagos com o maior retorno social possível.

Na percepção da pesquisa (minha percepção), o impasse começava na falta de consenso quanto ao melhor conceito de “trabalho social”. Para o paradigma de extensão vigente, a “expedição de certificados” desassociada de ações maiores parecia ser um indicador que não se alinhava com as perspectivas da rede. E ainda tinha o problema de evasão das turmas. Para a coordenação do P1, havia um compromisso pré-estabelecido que não deveria ser desfeito, sem falar que o programa tinha um formato elogiado pelos alunos, o que motivava a equipe do P1 a acreditar no potencial de retorno social do programa. Enfim, estava posto o conflito ideológico na PROEXC, em torno do P1.

Entretanto, ainda faltava ouvir o que as pessoas e comunidades externas esperavam das ações de ID no IFPB e no P1, e então iniciei as entrevistas e dei prosseguimento às conversas informais com os alunos dos cursos. A partir das entrevistas, pude levar os discursos dos alunos, em forma de depoimentos, que embora não tenham feito muitas críticas ao programa, trouxeram sugestões que poderiam ajudar

³²³ Em 2015 e 2016, o número de certificações no P1 caiu. Acreditamos que essas quedas foram influenciadas por divergências quanto ao formato que o programa deveria apresentar e que atrasaram o início das turmas.

³²⁴ A lista de espera era composta por interessados em geral, e não especificamente de uma única comunidade, que haviam deixado seus contatos para serem avisados sobre as próximas turmas.

a pensar um novo modelo para o P1. Os principais problemas para os alunos eram: o desejo de continuar aprendendo e se desenvolvendo pedia que o P1 estruturasse um ambiente aberto ao público para uso de TIC (um espaço para uso de TIC) e propusesse sempre novas ações (era comum os alunos cursarem IB e em seguida MMC, mas além desses cursos, não havia ações para que eles continuassem a relação com o programa e a instituição).

Para mim, enquanto pesquisadora, o P1 era um programa importante e não deveria acabar, mas também se fazia importante refletir sobre como aproximá-lo do conceito de cidadania e de possibilidades mais efetivas de inclusão social. Embora o P1 beneficiasse pessoas carentes que precisavam de cursos gratuitos, as suas ações poderiam ser mais efetivas, se fossem contextualizadas em termos de cidadania, apresentando as potencialidades das TIC enquanto estratégias para empoderamento e proposição de ações em termos políticos, sociais, culturais e/ou econômicos, ampliando o sentido do seu uso (as pessoas ouvidas se sentiam limitadas em termos de uso social das TIC). Estavam então postos os principais discursos sobre o P1 em 2015.

No período de junho a dezembro de 2015, o trabalho de campo no P1 ouviu a gestão da PROEXC, a coordenação e os monitores do programa e os alunos dos cursos de IB e MMC, sobre suas respectivas visões sobre as relações entre as ações do programa e as perspectivas de ID para inclusão social e promoção da cidadania. Assim sendo, 2016 seria um ano para trabalhar os dados colhidos e dar a eles um sentido que apoiasse a avaliação do programa e possíveis transformações em seu formato.

Em 2016, o apoio dado por mim às ações de ID na extensão foi direcionado principalmente à intermediação nos processos de debate a partir dos conflitos provenientes de visões sobre o que deveria ser o P1. Nesse sentido, o trabalho de campo teve seus maiores esforços concentrados nas negociações entre a gestão da PROEXC e a coordenação do programa quanto à sua reestruturação, principalmente no que diz respeito a relações com parceiros e perspectiva de continuidade.

O ano de 2016 foi mais difícil para as ações de extensão no IFPB, pois foram feitos cortes em orçamentos ao nível de GF, o que resultou em redistribuição dos recursos e afetou diretamente os programas e projetos. Além disso, continuava o embate das visões divergentes na instituição sobre o formato que o P1 deveria apresentar naquele ano: a primeira visão sugeria que deveria ser posto o mesmo formato, pois uma lista de espera aguardava pela abertura de novas turmas (para os membros do P1, era difícil desconstruir o formato anterior, dispensar a lista de espera e construir o novo

P1); a segunda visão sugeria que o P1 deveria ser ofertado conforme as novas orientações da extensão, construindo relações com comunidades, de forma continuada e contextualizada, através de laços horizontais e dialógicos, com protagonismo comunitário para emancipação, e dos alunos, que deveriam se envolver em projetos de cunho social. Ambas as visões usavam os dados da pesquisa como justificativa para suas posturas: o P1 se apoiava na boa avaliação do programa feita pelos alunos dos cursos durante as entrevistas; por outro, a gestão usava os dados das entrevistas que sugeriam ajustes no P1 (como as solicitações feitas pelos alunos, em termos de mais ações/ações diversificadas pelo P1, e de forma que eles pudessem manter a relação com o programa e o IFPB, após os cursos de IB e MMC).

Amadurecendo as concepções sobre o P1, eu sentia que ele era um programa importante, em função da relevância das ações de ID para as sociedades contemporâneas, e reconhecia o esforço da equipe em termos de promoção do seu conceito de “transformações sociais”, inclusive acreditava que ele trabalhava no sentido de atender a demandas sociais. Entretanto, a padronização das ações prejudicava a abertura, em termos técnicos, para agentes diversos ou propostas de ações diferentes (inclusive professores e alunos em áreas conexas que também representassem ações de ID), e em termos sociais, eu sentia falta de ver uma relação clara entre os aspectos técnicos e os aspectos sociais de cada grupo atendido nas turmas.

O programa poderia ser mais efetivo, se as ações fossem mais direcionadas a ID cidadã, através de ações continuadas junto a comunidades parceiras, que poderiam lutar por sua emancipação, autonomia e/ou desenvolvimento técnico-intelectual, no sentido de buscar resistir aos padrões impostos e a brigar por suas visões de mundo. A ID precisava fazer a diferença, em contextos de extrema desigualdade, de polarização social, como no caso do Brasil, e ficava difícil pensar esses contextos de forma fechada ou pontual.

Essa era a visão de ID que me movia nas ações junto à PROEXC e aos programas de extensão. Fazia-se necessário trabalhar sobre as entrevistas com os alunos que já traziam sugestões de mudanças, embora o programa fosse elogiado por todos os que por ali passavam. Era preciso discutir, por exemplo, as expectativas das pessoas em continuar ali, em ser assistidas por novas ações, o que de alguma forma condizia com a ideia da Rede Extensão de criar relações com as comunidades e trabalhá-las em rede, de forma continuada. Era compreensível que as parcerias “em andamento” através das “turmas prometidas” preocupassem o P1, que queria manter a sua palavra, honrar os

seus compromissos, e eu acreditava que essas demandas deveriam ser atendidas, de forma que o programa não tivesse sua credibilidade posta em cheque por um descompromisso com o público externo, frustrando inclusive as expectativas e esperanças de quem não podia pagar pelos cursos e já tinha introjetado a ideia de que teria aquele conhecimento e o certificado emitido por uma instituição que simbolicamente “abria portas no mercado de trabalho e para a vida”.

Então, o que eu pensava: após essas demandas em andamento serem finalizadas, o P1 poderia experimentar atuar em um novo modelo, que se aproximasse das percepções e expectativas mais específicas das comunidades, e não fosse pré-formatado. Por outro lado, entendia que o P1 não poderia se transformar de um dia para o outro. Então, ambas as partes precisariam ponderar que o processo se daria por fases e que não se poderia transformar aquela diferença ideológica em uma questão de disputa, sem aparente solução.

Como eu entrava no cenário posto: a intervenção trazia ponderações que se baseavam na ciência, nos conceitos, nas análises de práticas, na observação de como as TIC estavam sendo usadas socialmente, no sentido de empoderar e promover mudanças importantes na construção de um mundo mais sustentável (político, econômico e culturalmente falando). No papel de intermediadora, eu insistia na reconstrução conjunta e consensuada do P1. Mas a dificuldade de consenso³²⁵ tinha como consequência a ausência de ações no P1, que ainda não havia sido retomado em 2016.

Em meio a essa “cortina de fumaça” que confundia o que seria o P1, ainda no primeiro semestre de 2016, foi criado o P2, que já se traduzia através do cunho político, buscando levar ao público interno e externo o trabalho com EC. A ideia era levar a essas pessoas os recursos das mídias digitais e da comunicação de forma educativa e autônoma, as possibilidades de produção e divulgação dos discursos emancipatórios ou referentes às diversas visões de mundo, que poderiam disputar audiência na internet.

Parado desde janeiro de 2016, em virtude das indefinições quanto ao modelo de ação a ser desenvolvida, apenas no segundo semestre deste ano (outubro), o P1 voltou às suas atividades, mantendo as ações no mesmo formato (cursos de IB e MMC), mas se comprometendo a apoiar qualificações dos seus membros (as oficinas seriam parte do desenvolvimento dos monitores do P1) no sentido de desenvolver propostas de

³²⁵ A princípio, pensamos em ter dois modelos paralelos de ações no P1 (um referente ao modelo em vigor e outro, às novas propostas de ação), sendo esta ideia descartada em virtude do seu custo em relação ao orçamento do P1, que tinha sofrido um corte de 50%, em 2016. Quanto às listas de espera, a PROEXC sugeriu buscar uma forma de capacitar essas demandas no IFPB, que não fosse através do P1.

projetos sociais, que deveriam ser executados em 2017, e assim viver novas experiências. Sobre os monitores, todos demonstravam interesse em por o P1 pra frente, em desenvolver novos tipos de projetos, inclusive se mostraram inquietos com as questões sociais. Eu intervia dizendo que essa era uma característica importante para a equipe do P1, pois o programa precisava de pessoas que pensassem em ultrapassar as fronteiras da “tecnologia pela tecnologia” e pensar em como outros agentes na Rede Extensão poderiam ser articulados na busca de solução para os problemas ou contextos percebidos em comunidades ou em sala de aula, no contato com alunos.

Um dos novos monitores uma vez me perguntou: “eu tenho uma dúvida: posso lutar pela volta do espaço aberto³²⁶?”. Eu lhe disse: “a pesquisa pede isso, é bom ter um aliado”. Parecia que algum tipo de consenso³²⁷ sobre a nova concepção do P1 estava se conformando. Por um lado, as aulas. Por outro, mudanças no sentido de protagonismo dos alunos e comunidades rumo ao trabalho customizado e continuado, construção de relações e transformação social mais efetiva. Quanto às aulas, em 2016 foram ofertadas duas turmas de IB e uma de MMC, para 60 alunos, sendo certificados 41 deles.

Nesse sentido, nós promovemos duas oficinas³²⁸ (novembro e dezembro, 2016) para qualificação de extensionistas, tendo a primeira o tema “ID cidadã”, e a segunda,

³²⁶ Apesar de o espaço aberto para uso de TIC ter sido algo visto com importante para o P1, por todos os envolvidos nas reflexões sobre o programa (gestão da PROEXC, P1, alunos e eu), até o final do acompanhamento deste programa, o ambiente aberto não voltou a funcionar, pois envolvia uma lógica difícil de articular, como manter bolsistas ou servidores à disposição do ambiente (o que era difícil executar, por questões de cortes em orçamentos do GF), além de infraestrutura física (sala e tecnologias).

³²⁷ Acompanhando o P1, foi possível perceber como os impasses nas relações humanas poderiam influenciar os objetos de pesquisa e o planejamento das ações, como os cronogramas previstos. A espera pela volta do P1 parecia estabelecer uma “névoa” sobre o que aconteceria com o programa. Por várias vezes, tive dúvidas se o programa seria retomado, senti-me desanimada quanto ao seu futuro, pois os embates haviam construído barreiras que pareciam indestrutíveis, e ainda tinha o problema dos cortes orçamentários que haviam atingido o programa. Entretanto, os pedidos de ajuda feitos pela PROEXC e pelo P1 para que eu intermediasse aquele conflito, e a afinidade de alguns monitores com o trabalho social, ajudaram-me a ver possibilidades de “consenso” para os novos caminhos do programa. Além de pensar que o “novo P1” poderia ajudar o IFPB a enveredar por ações mais voltadas à concepção da ID associada à inclusão social e cidadania (foco das diretrizes nacionais), fiquei animada por ver que o objeto de estudo parecia dar possibilidades interessantes para a tese, na construção da sua trajetória.

³²⁸ Sobre a oficina, relatei à minha orientadora o sentimento sobre falar em nome das Ciências Sociais para um público externo ao PPGCS. Apesar da satisfação pela valorização do meu trabalho e por poder trabalhar aspectos sociais junto a pessoas geralmente “treinadas apenas para ver os aspectos técnicos da vida” (os monitores eram alunos de áreas técnicas em que não são prioritariamente valorizados os aspectos humanos dos projetos), eu sentia o peso da responsabilidade de desenvolver reflexões que ampliassem o horizonte social desses jovens. As palavras da orientadora reforçaram a minha autoconfiança no combate às pressuposições de ações de ID exclusivamente técnicas e desassociadas de motivações sociais, percebidas em projetos desenvolvidos em todo o IFPB, inclusive naqueles anteriormente desenvolvidos por mim: “Com relação ao seu projeto e ao seu processo, acho que você está apta, pois agregou a sensibilidade para olhar o mundo social, atenta aos nexos que nos fazem viver como vivemos, sem que isso implique numa lei”. Quanto à oficina, socializei minhas ideias com a orientadora, sendo seu *feedback* imprescindível para a retroalimentação contínua do processo de construção do roteiro.

“elaboração de projetos sociais baseados em TIC”. Aqueles foram momentos muito importantes, porque a PROEXC decidiu alargar o público-alvo (que a princípio seria apenas o P1) e inseriu todos os alunos e alguns servidores que faziam parte dos projetos e ações desenvolvidos no prédio da extensão³²⁹. Para mim, fazia-se importante estimular ações que valorizassem o uso das TIC fundamentado em uma visão social, buscando desenvolver a cibercultura numa perspectiva de transformação da sociedade através da interconexão, da construção de competência informacional e da inteligência coletiva para se alcançar uma sociedade sustentável³³⁰.

Os alunos do IFPB participaram ativamente, discutindo, argumentando, questionando, sobre sistema econômico, pobreza e desigualdades, sobre política, poderes, contrapoderes, participação e democracia, sobre inclusão social, identidade e cidadania, sobre TIC em aplicações contextualizadas, e sobre relações entre esses temas. A forma como as informações foram discutidas, de forma interessada e motivada, surpreendeu-me, principalmente porque durante todo o planejamento, eu me perguntara como as pessoas receberiam aquele conjunto de conceitos, já que alguns eram de “áreas técnicas”. Entre os presentes, a ideia de trabalhar com projetos sociais era algo não apenas aceito, mas apoiado de forma indiscutível, pois como alunos/servidores de instituição pública, eles se viam motivados e no dever de retribuir com a sociedade.

Ao final das oficinas, os alunos deram feedback e suas palavras foram gratificantes: nunca haviam parado para pensar sobre como poderiam e deveriam desenvolver ações voltadas ao social; eles haviam se identificado com aquelas propostas; a partir daquele momento, entendiam de forma mais evidente, que tinham um compromisso social; falaram da importância daquele tipo de debate na formação dos alunos, na construção do conteúdo educativo e da prática cidadã, desde a academia, especialmente através da extensão.

Sobre essa ação, foi feita uma matéria³³¹, que apresentou, entre outras informações, o depoimento de três estudantes: o primeiro deles, do Curso de Engenharia Elétrica, relatou que “a formação oportunizou uma experiência educativa fora da sala de aula, mostrando alternativas para se exercer o papel de cidadania para a transformação da sociedade”; o segundo, do Curso de Design Gráfico, disse que “vê nas ações de

³²⁹ Para minha surpresa, haviam sido convidados: as coordenações do P1 e P2, outros dois servidores da extensão e onze alunos do IFPB (monitores do P1 e P2 e demais bolsistas da PROEXC). A oficina foi facilitada por mim (apresentei a pauta a ser discutida e encaminhei os debates conceituais) e pela gestão da PROEXC (construiu relações entre os conceitos e as atividades de extensão na Rede Extensão).

³³⁰ O conteúdo tratado nas duas oficinas pode ser visto em Rodrigues (2016e) e Rodrigues (2016f).

³³¹ A oficina foi noticiada no sítio do IFPB na internet e na página da PROEXC no Facebook.

extensão uma oportunidade de protagonizar ações em benefício da sociedade”; o terceiro deles, do Curso de Sistemas para Internet, defendeu que a “extensão exerça influência para mudanças na concepção do paradigma educacional”.

Ainda sobre as oficinas, alguns alunos disseram nunca ter imaginado que aquele tipo de trabalho pudesse ser desenvolvido e inclusive ser um espaço para trabalho e carreira profissional. Entretanto, em virtude de esses alunos serem em sua maioria de cursos de áreas exatas, eles se sentiam perdidos quanto a ter ideias sobre projetos sociais³³². Esse era um exercício difícil. Desenvolvendo a pesquisa para a tese em Ciências Sociais, eu conseguia entender que as “ciências duras” deveriam ser trabalhadas em conexão com os aspectos sociais, de forma que seus projetos fossem mais efetivos em termos de transformações nas trajetórias humanas.

Então aquele parecia ser o ponto alto do debate: os projetos precisavam de pessoas que apoiassem a “inspiração social”, a política, a cultura; os projetos precisavam de “contextos”, que eram não apenas entendidos mas vivenciados pelas comunidades, que seriam parceiras no ciclo das ações (formulação, execução, avaliação e retroalimentação dos programas e projetos).

Ao longo das oficinas, durante a minha explanação, a gestão fazia colocações no sentido de provocar o público a pensar nos projetos. Inicialmente, pediu aos alunos que indicassem as relações que eles haviam desenvolvido desde que tinham começado a atuar na PROEXC. Que comunidades haviam conhecido e que uso elas faziam das TIC? Alguns não percebiam essa relação. Um dos monitores do P1 disse que havia se aproximado de alguns alunos na turma e percebia que eles faziam o “uso padrão” das TIC, especialmente das redes sociais (postar fotos, comentar aspectos do dia a dia). Os alunos do P2 tinham feito oficinas em algumas cidades onde existiam Campi do IFPB, mas em geral não haviam conseguido fazer seu trabalho com comunidades, e sim com alunos e professores do IFPB (em função de dificuldades para acessar as comunidades nas cidades de interior, por exemplo, pela falta de articulação dos respectivos Campi com essas comunidades).

A gestão dizia que na extensão era preciso “fazer para fazer”, dando autonomia, emancipando as comunidades, e fez algumas intervenções buscando ideias sobre como o P1 e o P2 poderiam trabalhar com contextos, nas comunidades. Eu sugeria que os projetos precisariam lembrar da reação das identidades e “culturas locais”

³³² Eu compreendia o problema, pois tenho graduação em Computação e percebia como minha visão sobre as ações no IFPB havia mudado, a partir do aprofundamento do contato com as Ciências Sociais.

à globalização e aos padrões "impostos" na tentativa de tornar tudo homogêneo; esse pensamento precisava ser considerado nas oficinas, como forma de mostrar a importância de valorizar os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, na hora de pensar os projetos de extensão que de alguma forma envolviam as TIC e o conceito de ID para inclusão social.

A nova ideia para os projetos era trazer a comunidade e os alunos como protagonistas dos projetos, fazendo com que cada contexto das comunidades fosse a mola propulsora das ações de extensão e, assim, eles deixassem de ter linhas padronizadas de ações, geralmente genéricas, e pensadas por quem estava "de fora", aplicadas de forma não contextualizada e massificada. Todos poderiam construir as ideias juntos, pois todos ali presentes estavam aprendendo a fazer projetos sociais, incluindo a equipe da PROEXC e eu.

Em um momento específico, uma das servidoras sugeriu que o projeto da incubadora social da PROEXC poderia contar com a parceria do P1, pois aquele projeto atendia a mulheres que precisavam aprender a usar o computador, fazer planilhas, rótulos para os produtos das cooperativas. Aquele tipo de relação estava previsto como uma fonte de inspiração para os projetos: pensar nas comunidades já inseridas na Rede Extensão, como havia acontecido também com as ArtesãsComunidadeA³³³. Aquelas comunidades poderiam precisar de ações multidisciplinares, e então o P1 ou o P2 poderiam entrar com focos específicos.

As impressões sobre as oficinas pareciam superar as expectativas para aqueles momentos. A participação dos servidores e, principalmente, dos alunos, e o interesse destes pelos temas e pelos debates, as colocações, as reflexões, enquanto pessoas críticas, fazia-nos pensar que enquanto educadoras e mediadoras, estávamos na direção correta. "A culpa não era deles" das instituições de educação terem "currículos tão secos". Quando os temas sociais eram provocados nas conversas, eles se identificavam com as propostas sociais, com as questões humanas³³⁴.

Em resumo, os discursos dos alunos trouxeram palavras que fizeram valer todo o esforço no embate de intermediação nos conflitos na PROEXC e também para que as

³³³ Comunidade parceira do P1, estudada nesta tese. As artesãs integrantes dessa comunidade chegaram ao programa através da indicação por parte de outros núcleos da Rede Extensão.

³³⁴ A Rede Extensão sugeria repensar os perfis dos alunos envolvidos em ações de extensão, pois a identificação ou pelo menos abertura para os debates sociotécnicos era importante para extensionistas. Esse assunto era delicado na PROEXC, pois alunos extensionistas haviam pedido para se desligar da extensão porque buscavam "trabalho técnico na sua área", e a forma como haviam falado sobre esse assunto sugerira que o trabalho social era desvalorizado diante daquele puramente técnico.

oficinas saíssem. Obviamente, tudo vivido naqueles dias, e também no “antes” e no “depois” fazia parte de um processo, e ainda se teria muito chão pela frente, mas, “trabalho de formiguinha” requer paciência, esperança e persistência. Enfim, juntos, todos nós experimentaríamos modelos novos de trabalho, e descobriríamos como tudo poderia dar certo.

Os principais *outputs* das oficinas foram boas discussões sobre o uso contextualizado de TIC (considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e as possibilidades técnicas), e dois “riscos de propostas” de novas versões para os programas P1 e P2, com foco em ações de cidadania e inclusão social, frutos de um exercício inicial de pensar “no social”, conforme apresentado no Quadro 30. O objetivo era voltar a pensar nesses projetos para a renovação das bolsas em 2017. Logo, os projetos deveriam estar prontos até março de 2017.

Quadro 30 - Riscos de propostas para os programas P1 e P2

Risco de projeto – Programa P1	Risco de projeto – Programa P2
1) Estruturação dos conteúdos técnicos em termos de aspectos básicos e aspectos avançados; 2) Qualificação técnica em aspectos específicos e sob demanda das comunidades parceiras; 3) Qualificação para cidadania e inclusão social; 4) Oferta de espaço aberto no IFPB para uso de TIC pelas comunidades e sob demanda; 5) Recebimento e apoio a demandas de projetos relacionados a TIC, para serem desenvolvidos pelas comunidades, pela equipe do P1 e por outros parceiros na rede de extensão; 6) Fortalecimento da relação continuada com vistas à emancipação comunitária; 7) Acompanhamento e retroalimentação do P1.	1) Formação em TIC; 2) Formação em mídias sociais; 3) Formação em aspectos específicos e sob demanda das comunidades parceiras; 4) Formação cidadã (o conteúdo deveria considerar os aspectos críticos, culturais, políticos, sociais e econômicos); 5) Recebimento e apoio a demandas de projetos relacionados a TIC, para serem desenvolvidos pelas comunidades, pela equipe do P2 e por outros parceiros na rede de extensão; 6) Fortalecimento da relação continuada com vistas à emancipação comunitária; 7) Acompanhamento e retroalimentação do P2.

Fonte: Oficina para elaboração de projetos sociais baseados em TIC (2016).

No P1, as principais mudanças representavam a possibilidade de oferta de novos módulos e de aproximação das comunidades para trabalhos continuados e contextualizados, como alternativa aos trabalhos pontuais dos cursos pré-formatados de IB e MMC, já que as ações de ID sem contextos sociais ou pontuais ficavam restritas ao contato mais superficial com as TIC. Na minha visão, um aspecto importante era que aquela nova proposta havia sido construída em parceria com os próprios agentes do P1. Era perceptível a motivação de alguns monitores do programa para trabalhos sociais, em virtude de suas visões críticas sobre a realidade. Por outro lado, alguns deles ainda estavam muito voltados às questões técnicas (ou por falta de entendimento sobre o que significava a linha de projetos sociais ou por falta de afinidade com esse tipo de ação).

Quanto ao P2, uma vez que já seguia as linhas conceituais críticas da realidade postas pela Comunicação (especialmente orientada pela EC), já existia um elemento

propulsor de ações contextualizadas para o programa. Entretanto, fazia-se importante reforçar no programa a ideia dos formatos abertos (não padronizados) de ação, a qualificação em cidadania e a aproximação com as comunidades, como forma de alinhar as ações do programa às suas identidades. Os “rabiscos” seriam usados como uma referência no trabalho junto às comunidades parceiras.

A notícia divulgada na internet sobre as oficinas ainda reafirmou o objetivo da gestão da PROEXC de instrumentalizar a equipe para a realização de metas para o ano seguinte: o grupo deveria “iniciar o exercício letivo de 2017 com o desafio da construção de parcerias no âmbito da Rede Extensão, para a consolidação dos seus projetos de trabalho”. No encerramento das oficinas, recebi o convite para articular as ideias de uso de TIC e ID cidadã junto ao P2, a partir do trabalho com mídias digitais.

Segunda Fase da Pesquisa (novembro, 2016 – março, 2017): Conforme relatado, após entender a pesquisa de ID cidadã associada à extensão, o P2 se voluntariou para a pesquisa e me convidou para estabelecer parceria com eles, pois o grupo não contava com nenhum professor e o P2 estava relacionado com TIC e ID. O coordenador do P2 me contou sobre o seu entusiasmo para trabalhar com mídias digitais no programa, e eu topei o desafio de pensarmos juntos sobre as relações entre TIC e EC para ID cidadã.

Para o fortalecimento desta parceria, fizemos várias reuniões para pensar em formatos de projetos de ID baseados em EC. A partir desses momentos, aproximei-me da equipe do programa e aos poucos pude ir conhecendo o P2 e suas ideias. Nas conversas formais ou informais, presenciais ou pelas TIC, eram evidentes as suas mensagens de que “o social pedia urgentemente que propuséssemos mudanças e tentássemos implementar ações”: era preciso “descentralizar a educação dos ambientes de ensino, diversificar as metodologias e inserir de forma construtiva as TIC”; era “complicado” o “discurso técnico” que as pessoas queriam “impor aos IFs”, e aquela era uma das coisas que eles questionavam, sempre, pois acreditavam na importância da “humanização no ambiente institucional”; era importante “estimular o povo a raciocinar”, e para quem estava na academia, era importante “continuar raciocinando criticamente também”.

Em uma conversa com um dos alunos do P2 sobre o fazer extensão, sobre expectativas, ele revelou o que parecia ser compartilhado pelos demais:

“Eu trabalho com extensão universitária e popular, diretamente, desde 2011, mas a cada dia que passa, renovo-me, aprendo e sou inspirado com as múltiplas facetas que a extensão nos propicia, sendo que sempre tento estimular ao máximo o

desenvolvimento do senso crítico-reflexivo e do trabalho em rede horizontalizada. [...] sou um adorador do conhecimento e da sabedoria, e a extensão aliada à pesquisa e com finalidade de inovação e intervenção social muito me atraem. E é com isso que quero seguir trabalhando, até o dia que eu acredite em outras formas melhores ou diferentes de transformação social. Sou um entusiasta da educação libertadora, questiono como podemos fazer algo melhor, reflito sobre nossas realidades, busco conhecer outras culturas, dialogar sobre a melhor maneira de preservar as individualidades, sem ferir os direitos humanos e universais de existência”.

Considerando o objeto de estudo, o envolvimento com o P2 foi importante, pois este programa envolvia um jornalista e dois estudantes de mídias digitais que trabalhavam como produtores culturais, o que já ajudava a pensar no uso contextualizado de TIC, indo além do uso mais técnico. O P2 já tinha a pretensão de fazer uso político de TIC (embora não tivesse aplicado modelos diversificados de ações e nem conseguido chegar a comunidades externas). Um aspecto importante da parceria³³⁵ foi o fato de que os extensionistas do P2 sinalizaram a receptividade para as sugestões de mudança com base nas pesquisas sobre ID cidadã.

Essas foram as últimas ações em 2016. Aquele foi um ano importante em termos de expectativas de alinhamento das ações no IFPB com o que era esperado acontecer no mundo. Os conceitos gerais sobre a sociedade em rede e a idealização da internet sugeriam que ambas deveriam ser utilizadas por todos para o empoderamento e a redução das desigualdades. A discussão sobre a governança da internet, debate que poderia ser acompanhado nos fóruns mundiais, reafirmava esses pressupostos e a necessidade de inclusão de todos (o que considera principalmente a participação popular) também no ciclo de políticas públicas voltadas à internet no mundo.

O foco das ações e decisões deveria ir além da infraestrutura (uma vez que apenas esses recursos eram insuficientes para uma ID efetiva) e valorizar a produção de conteúdos diversos e a preparação para o uso cidadão da internet, com vias a transformações sociais advindas de seu uso (o que fortaleceria a ideia do uso contextualizado para empoderamento). Isso porque o ciclo de políticas públicas dependeria de ações de "ID cidadã", ou seja, uma vez que o mundo inteiro precisaria participar das decisões e acompanhá-las, as pessoas teriam que fazer uso de TIC que fosse além de "saber manipular as TIC", tendo ainda que saber como participar de construções sociais, políticas, culturais e econômicas³³⁶.

³³⁵ Em termos pessoais, essa nova parceria me deu novo gás e ânimo e a certeza de que eu deveria acompanhar essas ações em 2017.

³³⁶ O que seria necessário para empoderamento das pessoas através das TIC e participação popular nas decisões públicas sobre TIC? Propor modelos democráticos e horizontais, e, portanto, alternativos aos modelos pré-formatados, centralizados e hierárquicos. Além disso, quanto maior o escopo dos modelos de ciclos de ações e decisões (como fóruns nacionais ou mundiais), para que eles fossem efetivamente

Essa ideia proposta pelo paradigma de participação popular nas decisões públicas sobre TIC trazia a inspiração para testar as suas ideias na construção das ações públicas através de programas de ID em qualquer escopo institucional, e assim poderíamos começar por instituições locais, como o IFPB. As reflexões em torno do processo de reformulação e transformação das ações de ID no P1 e no P2 sugeriam que IFPB deveria se encaixar nesses novos modelos de ação, pensando na sua importância para formação e qualificação com vias à conformação de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

O ano de 2016 sinalizava que o IFPB decidira transformar os seus programas de extensão relacionados à qualificação através do uso de TIC, realçando o protagonismo estudantil e das comunidades para a proposição de modelos participativos e flexíveis tanto para os ciclos burocráticos (etapas e fases de ações e decisões) quanto para as ações técnico-sociais (aplicação contextualizada de TIC). O *status* das mudanças era: as equipes dos programas (alunos, técnicos-administrativos e docentes) já haviam participado de oficinas iniciais para qualificação sobre como fazer ID cidadã (uso crítico e contextualizado das TIC); as equipes dos programas já haviam participado de etapas iniciais para reestruturação dos programas/projetos que envolviam TIC, sendo extremamente valorizada a visão dos alunos sobre como os programas deveriam ser transformados, tendo como foco o seu alinhamento no sentido de valorização da cidadania e dos contextos comunitários; como tudo foi feito às pressas, participantes dos cursos que estavam em andamento haviam sido convidados para essas etapas, mas não se fizeram presentes, talvez porque as ações aconteceram no mês de “dezembro”, já bem perto do Natal.

As etapas seguintes previam a aproximação com as comunidades para avaliação dos seus contextos particulares e planejamento de ações específicas a serem desenvolvidas para atender aos seus anseios, necessidades ou visões com relação à inclusão digital e social. Nesse sentido, os novos modelos de processos associados às TIC seriam aliados e potenciais efetivadores de empoderamento e de promoção da cidadania e da inclusão social.

inclusivos, digital e socialmente, fazia-se necessário que as comunidades estivessem prontas para usar as TIC de forma crítica, enquanto cidadãos de sociedades em rede, o que requeria não apenas acesso físico, mas também ações educacionais e que valorizassem as prerrogativas da cidadania e dos direitos humanos, e direitos "na internet". O modelo tornava imprescindível a participação das comunidades no ciclo das políticas públicas, com vias a democratizá-lo e ter mais efetividade em seus resultados, uma vez que as decisões respeitariam anseios e particularidades (geográficas, sociais, políticas, culturais e econômicas).

O ano de 2017 deveria começar com o desenvolvimento dos “rabiscos” de 2016. Entretanto, o P1 recomeçou as suas atividades no formato anterior (cursos de IB e MMC). A coordenação do P1 informou que estava formatando um novo curso para ser ofertado em 2017³³⁷, mas ainda precisaria pensar nos detalhes e trazer um novo monitor para o programa, de forma a viabilizar as aulas.

Enquanto no P1 as águas pareciam calmas, no P2 a equipe borbulhava ansiedade pelas ações em 2017³³⁸. O P2 começou o ano me convidando para integrar um núcleo na Rede Extensão, que integrasse a ID cidadã e a EC como parceiras de ações reflexivas de uso de TIC. O convite me trouxe ainda uma surpresa: o P2 estava me convidando a “liderar³³⁹” o time de extensão. O núcleo N2 foi criado³⁴⁰, reforçando ainda mais a relação entre a pesquisa e o P2. Dando esse passo, o P2 pretendeu ampliar as suas ações através do N2 e ainda direcioná-las aos propósitos da Rede Extensão (protagonismo comunitário e dos alunos, relações horizontais, parcerias sociais em rede). Para a gestão da PROEXC, aquele foi um momento histórico: “A comunicação, a educação e as ciências da informática juntas!”.

A primeira ação do N2 foi submeter um projeto ao edital que organizaria o Encontro de Extensão do IFPB (ENEX 2017)³⁴¹, encontro bienal no IFPB. O projeto apresentou uma proposta para realização de evento sobre EC³⁴², para apresentar as suas perspectivas de ID cidadã à comunidade interna e externa. A proposta foi aceita. Em resumo, a proposta pretendeu trazer público externo e interno para apresentações orais e abrir um espaço para oficinas e ciclos de debates sobre ID e EC visando qualificação,

³³⁷ Até o final da coleta de dados, em dezembro de 2017, não foi percebida a oferta do novo curso no P1.

³³⁸ Para o início de 2017 foi prevista a construção do material para qualificação no doutorado. Entretanto, a criação do N2 trouxe algumas “borbulhas”, pois a equipe do P2 era muito ativa e gerava demandas para o núcleo, e eu não poderia perder esses momentos, pois lá estaria, mais uma vez, em “aventuras” que jamais pensara em viver! Levar as discussões sobre a ID além dos conceitos, chegando ao trabalho empírico, eram motivações constantes. Sem dúvida, cada ida ao “campo” era uma vivência extraordinária para a pesquisa e a vida. E assim, a escrita do material para qualificação esperou mais alguns dias.

³³⁹ Apesar da surpresa e de acreditar que o coordenador do P2 poderia assumir as atribuições de líder, foi importante para mim perceber a confiança do P2 na parceria que estava sendo desenvolvida. Acreditando que a minha participação no núcleo não comprometeria o projeto de pesquisa, e que ainda poderia contribuir para impulsionar as transformações nas ações de ID no IFPB, dispus-me a liderar o núcleo, que foi integrado por mim, pelo coordenador do P2 e por três alunos de Design Gráfico do Campus Cabedelo.

³⁴⁰ Para a criação do núcleo, tivemos que protocolar na PROEXC um projeto inicial do N2 (Rodrigues et al., 2017a), que seria futuramente reavaliado, em termos de identidade e ações, uma vez que tivemos urgência para criá-lo, para poder submeter uma proposta para o Encontro de Extensão (ENEX) e ainda participar da formação de multiplicadores da Rede Extensão, e ambos aconteceriam dias depois.

³⁴¹ Edital para seleção de propostas para o ENEX 2017, intitulado “Programa Institucional de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão da Rede Extensão IFPB – Tecnologia em Extensão”, publicado pela PROEXC, e que teve como objetivos fortalecer os núcleos da Rede Extensão através da concessão de taxa de bancada, e dar visibilidade às iniciativas educacionais destes núcleos no evento, nas temáticas: Tecnologias Sociais; Arte e Cultura; Educomunicação; Feira de Ideias para Empreendimento Social.

³⁴² A proposta de projeto do N2 para o ENEX pode ser acessada em Rodrigues et al. (2017b).

especialmente dos parceiros sociais. A importância da submissão dessa proposta para o N2 era divulgar e disseminar as ações de EC alinhadas aos pressupostos da Rede Extensão enquanto proposta de ID cidadã.

Quanto ao ENEX em geral, a gestão da PROEXC tinha algumas expectativas: a articulação dos grupos de trabalhos deveria resultar em iniciativas metodológicas, processos e produtos acadêmicos, com a capacidade de promover intervenções sociais através das ações extensionistas; o trabalho dos grupos poderia ampliar o protagonismo dos parceiros sociais da Rede Extensão desenvolvendo ações de extensão com a participação efetiva das comunidades; desta forma, seria fomentada uma ampla articulação que se reverteria em benefícios para a educação profissional no IFPB.

Buscando nos desenvolver enquanto extensionistas, nós, integrantes do N2, participamos do Curso de Formação de Multiplicadores da Rede Extensão. A formação tinha o objetivo de construir, coletivamente, os pressupostos para a política de extensão que vinha sendo desenvolvida desde o início da então gestão da PROEXC, além de viabilizar a continuidade da referida concepção de extensão popular e em rede para outras gestões que, eventualmente, se interessassem pelo método.

A capacitação trouxe o desafio de reunir extensionistas de diversas áreas para refletir sobre a Rede Extensão e seus pressupostos, além de questões estratégicas, táticas e operacionais ligadas às mudanças paradigmáticas propostas por suas concepções. Durante três dias inteiros de curso, cerca de vinte extensionistas de diversos Campi do IFPB e da PROEXC viveram a experiência de reflexão sobre o que já significava a Rede Extensão e sobre o que ela poderia vir a agregar, em termos de ideias, estrutura e ações, e sobre como ela poderia ser sustentável e ter continuidade em termos de metodologia no contexto da extensão. Conforme cita a matéria, como exemplo de pauta no curso podem ser citados alguns aspectos da regulamentação, método para construção de parcerias sociais, realização de câmaras de extensão nas comunidades, criação de uma sistematização da produção acadêmica e elaboração de cartilha com informações conceituais sobre o referido método de extensão em rede.

Uma das grandes motivações para a participação do N2 no evento, foi contribuir com as reflexões sobre a ligação entre as áreas técnicas (exemplo, Informática) e o paradigma de extensão da Rede Extensão, no que diz respeito à proposição de aplicação da técnica às questões sociais, a partir das parcerias com as comunidades, protagonistas dos projetos e ações. Uma vez que no grupo havia outros servidores que pertenciam à área de Informática e Engenharia, essa foi uma pauta

coletiva e o problema de falta de visão social nos projetos dessas áreas foi reafirmado como algo a ser visto com cuidado pelos multiplicadores. De forma mais ampla, o N2 ainda pretendeu discutir o formato as ações de extensão como um todo e se colocar como um multiplicador, especialmente em ações de ID em geral e EC.

A ansiedade do P2 se refletia em diversas ações desenvolvidas no N2. Ainda no primeiro semestre de 2017, o P2 me convidou para produzir um vídeo educativo com informações sobre ID cidadã, que iria para a internet. O P2 possuía um canal no *Youtube* e em 2017 seriam gravadas algumas entrevistas que seriam lançadas mensalmente no canal. Então, eu seria a primeira entrevistada, falando sobre a relação entre ID e cidadania, ressaltando as relações entre TIC e produção e difusão de discursos e visões de mundo na internet³⁴³. O vídeo³⁴⁴ foi ao ar em maio no canal do P2 no *Youtube* e sua divulgação foi feita nas redes sociais, na página do P2 no *Facebook*.

Terceira Fase da Pesquisa (maio, 2017 – dezembro, 2017): Outra ação do núcleo N2 foi o fortalecimento das parcerias sociais com duas ONG. Uma delas atuava na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e a outra, em Pernambuco.

Embora uma das ONG tivesse sua sede em João Pessoa, e atuasse em diversos locais do estado, foi feito um convite para que as atividades na parceria fossem refletidas a partir das realidades de dois municípios no Rio Grande do Norte. A ideia era visitar assentamentos rurais e ver como o P2 percebia a região para planejar ações junto com agricultores e suas comunidades.

Todos estavam muito motivados, pois o P2 até então não havia trabalhado a perspectiva das "parcerias continuadas". Depois de um dia intenso, de muita estrada de barro, muito sol, apesar da dificuldade em termos de apoio financeiro para as ações e da distância, a equipe do núcleo sabia era preciso pensar sobre como levar a EC e a ID cidadã àquelas pessoas. A ideia era voltar às comunidades ainda em 2017 para encaminhar o ciclo da ações juntamente com elas.

³⁴³ Em uma manhã na PROEXC, o cenário e as ações para as gravações foram preparados com cuidado pela equipe do P2: o fundo verde foi definido por um tecido que não poderia ficar “dobrado” ou “em ondas”; a cadeira parecia fria, em frente a um ar-condicionado e diante do silêncio da sala; o tripé e a câmera com lentes profissionais fariam a gravação; as perguntas seriam feitas pelo coordenador do P2, jornalista, e foram formuladas a partir das reflexões de todos sobre o que era mais importante falar em um vídeo de aproximadamente cinco minutos (vídeos grandes causavam impaciência na audiência); as perguntas deveriam apresentar as perspectivas da ID contextualizada, no contexto da EC; o coordenador do P2 me ensinou exercícios faciais para “relaxar face e boca”, e eu fiz alguns, sorrindo e valorizando as particularidades de cada ciência; experiente em vídeos, um aluno ajeitou minha postura e meu cabelo.

³⁴⁴ A entrevista sobre educação cidadã pode ser acessada em Rodrigues et al. (2017c; 2017d).

Enquanto o P1 e o P2 eram acompanhados, a gestão da PROEXC me pediu para apoiar a avaliação das propostas de programas e projetos relacionados à ID ou ao uso mais geral de TIC submetidas a editais de extensão³⁴⁵. A maioria das propostas envolveu áreas de informática nos diversos campi da instituição, e se deu ou em modelos de ações predefinidas (como cursos de qualificação técnica) ou de geração de produtos “para usuários” (como um sistema de software), sugerindo ações pontuais e não continuadas, e as comunidades foram tratadas como seres exógenos, e suas participações nos processos se limitaram àquelas de beneficiários externos e não parceiros.

Ainda assim, a postura institucional não foi de reprovação, mas de orientação nas revisões das propostas, sugerindo a observação cuidadosa dos pressupostos do novo paradigma de extensão e dos aspectos potencializadores da cidadania e da inclusão social³⁴⁶. Entre as propostas, alguns indicadores nos deixaram animados com relação aos efeitos da Rede Extensão: duas propostas se adequaram às orientações de uso contextualizado de TIC; duas delas trouxeram a ideia das parcerias horizontais para pensar as ações; uma delas envolveu o conceito de cidadania (entretanto, não apresentou formato que sugerisse que esse conceito deveria ser debatido junto às comunidades, já que não trouxe o público-alvo como parceiros horizontais no ciclo da proposta).

No segundo semestre de 2017, P1 e P2 se envolveram com o ENEX 2017. Em relação às edições anteriores, o evento de 2017 foi um divisor de águas na extensão no IFPB, um marco histórico que fortaleceu o paradigma da Rede Extensão na instituição. No planejamento do ENEX 2017, a PROEXC articulou coordenadores de extensão e extensionistas dos vários campi e ainda a comunidade externa em Lucena e Cabedelo, (locais onde seria realizado o evento), para transformar a estrutura do evento de acordo com os pressupostos da Rede Extensão, constituída por diversos núcleos na Paraíba.

O ENEX sugeriu o envolvimento prévio dos extensionistas (docentes, técnico-administrativos e alunos) com os parceiros sociais (agricultores, líderes comunitários, educadores ou estudantes das escolas públicas), que desde o primeiro semestre de 2017 construíram relações sociais e institucionais, em momentos de planejamento e fortalecimento da parceria com relação ao que seria desenvolvido no evento, de forma coletiva. Referente aos conceitos da Rede Extensão, os extensionistas e os gestores

³⁴⁵ Edital de Extensão Nº 01, de 07 Março de 2017 Retificado pelo Edital de Extensão Nº09, de 07 de Abril de 2017. Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura: Probexc Projeto.

³⁴⁶ A avaliação dos candidatos a programas/projetos de extensão pode ser acessada em Rodrigues (2017f).

públicos (tanto do IFPB como de Lucena e Cabedelo, entre estes, Secretarias de Educação, Cultura e Meio Ambiente) conduziram o ENEX como possibilidades de desenvolvimento social, econômico e cultural dos municípios envolvidos. Para a realização do evento no modelo proposto e envolvendo um grande número de participantes, a PROEXC articulou parcerias com instituições públicas e lideranças de entidades e movimentos sociais dos municípios envolvidos, para a realização das unidades de vivências, incluindo escolas municipais das zonas rural e urbana.

Ao invés de seguir os paradigmas acadêmicos e “modelos tradicionais” verticais de apresentação de trabalhos em eventos, esse ENEX trouxe o modelo de Unidades de Vivência (UV), construídas pelos extensionistas e pelas comunidades parceiras. Nessas unidades, os participantes do evento (extensionistas, comunidades parceiras e demais inscritos) construíram grupos para trabalhar, de forma horizontal, atividades relacionadas aos temas do evento.

Ao todo, foram definidas aproximadamente 47 UV com diversos temas nas áreas de educação ambiental, tecnologias sociais, comunicação, arte-educação, cultura, agricultura familiar, direitos humanos, empreendedorismo social, economia solidária, inclusão social, educação digital, entre outras. Nelas os inscritos do evento (1.400 pessoas) foram distribuídos e passaram dois dias construindo os produtos de trabalho do evento. A ideia era que as parcerias entre extensionistas e comunidades continuassem após essa experiência.

Seguindo as orientações da PROEXC, P2, eu e Escola Pública³⁴⁷, localizada em Lucena, realizamos atividades colaborativas que antecederam o evento, como forma de construir relações entre parceiros internos e externos (comunidades). A partir dessas relações, pudemos construir juntos a proposta inicial da UV na Escola Pública e, a partir do acolhimento dos demais participantes da unidade (vindos de diversos campi do IFPB³⁴⁸), nós pudemos reavaliar a proposta inicial, flexibilizando-a, e procedendo com as mudanças que eram sugeridas pelos participantes (em tempo real), durante o evento.

Ainda sobre o ENEX, o P1 submeteu dois trabalhos, sendo um deles relacionado à melhoria da digitação a partir de softwares específicos, e o outro, à prevenção de problemas físicos em computadores. Durante a alocação dos trabalhos junto aos parceiros externos, o P1 foi convidado a compartilhar suas experiências junto

³⁴⁷ Escola pública em Lucena, parceira do P2/N2 em ações de extensão em ID e EC.

³⁴⁸ Além de todos os envolvidos inicialmente, outros inscritos no evento se juntaram a nós para as atividades, então pudemos contar com eles também para a troca de conhecimento e experiência no evento.

a uma ONG que trabalhava com crianças e adolescentes em Lucena. A vivência no ENEX fez o P1 perceber que eles precisavam de mais computadores, para melhorar o acesso das crianças e adolescentes às TIC. Assim, após o ENEX, o P1 se mobilizou para realizar algumas ações: consertar dois computadores da ONG que estavam com problemas; montar mais cinco computadores com peças do curso de MMC para doar a esta ONG.

Após a experiência no ENEX, a Escola Pública J se tornou oficialmente parceira social do núcleo N2, para a realização de ações de ID e EC. Visualizando a importância de ações que envolvessem IB aplicada aos temas transversais do currículo em uma escola de ensino fundamental e médio, e uma vez que eu atuava nos núcleos N1 e N2, convidei a equipe do P1 para participar junto com o N2 das ações continuadas junto à Escola Pública J. A princípio, a equipe do P1 se dispôs a integrar o nosso grupo de trabalho e chegamos a dar início ao planejamento interno. Em seguida, em uma das reuniões internas, em virtude de desentendimento conceitual nas perspectivas dos membros do P1, gestão da PROEXC, alguns extensionistas e eu, o P1 decidiu não mais participar das ações e se desvincular das reflexões junto à pesquisa para a tese³⁴⁹. O episódio envolveu diretamente a coordenação do programa e a mim, e se deu de forma relacionada a ideias que proferimos sobre o que considerávamos como modelos mais eficazes de relações entre os núcleos de extensão e as comunidades parceiras³⁵⁰.

Nesse contexto, o N2 fez parceria com uma docente da área de Informática do Campus João Pessoa, que passou a integrar a rede de extensão no N2, dividindo conosco ações de qualificação em IB aplicada. As ações nessa parceria foram até dezembro de 2017, período em que findou o acompanhamento dos programas.

Além das atividades desenvolvidas no N2, em 2017 o P2 deu prosseguimento à produção de material em EC, e apoiou ações de comunicação na extensão, como exemplo, as câmaras de extensão nos diversos campi do IFPB, ou ações da Diretoria de

³⁴⁹ O P1 não chegou a oficializar a sua desvinculação da pesquisa, mas, apesar das diversas tentativas de contato, desde esta última reunião, a coordenação do P1 deixou de responder meus emails e mensagens no aplicativo *Whatsapp* (em grupos onde estavam também representantes da gestão da PROEXC), nossos meios de comunicação oficiais. Os monitores responderam a um contato no *Whatsapp*, dizendo que não teriam disponibilidade para se envolver nas nossas ações, embora tivessem afirmado que o fariam, inclusive demonstrando motivação para desenvolvê-las, em reunião anterior. O fato foi relatado por mim à gestão da PROEXC, já que o P1 deixaria de ser acompanhado. Estes foram os últimos contatos com representantes do P1, em virtude do perceptível desgaste deste programa com relação aos embates que se deram a partir da implantação da Rede Extensão, e que se fortaleceram com o início da pesquisa para a tese. Enfim, o desgaste causado pelos embates das intervenções (minhas e da gestão da PROEXC) havia feito sucumbir as nossas relações com o P1, e este se fechou para a pesquisa, em outubro de 2017.

³⁵⁰ É importante que o pesquisador reconheça as suas obrigações no campo, mas também que se respeite o seu direito de publicar as suas próprias interpretações (Foote-Whyte, 2005).

Cultura (criada em 2017). Todas essas ações produziram materiais que foram divulgados através do canal do P2 no *Youtube* e na sua página no *Facebook*.

O P1, por sua vez, concluiria as atividades nas turmas em andamento, nos cursos de IB e MMC, inclusive realizando as cerimônias oficiais de encerramento e certificação. Essas atividades haviam sido planejadas pelo P1 e relatadas a mim, mas não foram acompanhadas, em virtude da desvinculação do programa com a pesquisa.

Ações transversais ao longo das fases da pesquisa: Retomando o acompanhamento da extensão, algumas ações atravessaram as fases, caracterizando de forma continuada as relações entre a pesquisa e a PROEXC (gestão e programas de extensão).

Algumas dessas ações foram: 1) Participei de várias reuniões com o P1 e/ou a gestão da PROEXC, intermediando o processo de intervenção³⁵¹ junto a este programa. A minha presença nas reuniões era considerada como uma visão “imparcial”, enquanto pesquisadora, e que poderia favorecer a intervenção e ajudar a propor algo mais “contextualizado” para o P1, em termos sociais. Participei de reuniões também com o P2 e a gestão da PROEXC, entretanto, em virtude da abertura deste programa para as intervenções, as reuniões eram mais reflexivas, e não geravam conflitos ou impasses. 2) Ajudei a construir editais para selecionar monitores do P1, revisando conteúdos técnicos em Informática que seriam colocados no edital como necessários para a execução das ações no programa e também ajudei a divulgar esses editais entre os alunos de Informática no IFPB. 3) Participei das aulas inaugurais e das certificações do P1. 4) A partir das minhas observações e, principalmente, das entrevistas realizadas com os alunos do P1, gerei relatórios que contemplaram análises parciais sobre os fatos colhidos³⁵², e discuti esses dados junto à gestão da PROEXC e ao P1. Coloquei-me ainda à disposição para apresentar outros dados colhidos pela pesquisa, a qualquer momento, e os documentos gerados sobre o acompanhamento do P1 ou do P2, visando promover reflexões sobre as ações de ID no IFPB. Discuti informalmente algumas das

³⁵¹ Certo dia escrevi um email à minha orientadora, como forma de dividir angústias e preocupações. O convite para compor as discussões sobre a "reformulação do P1" parecia algo de muita responsabilidade, e o meu sentimento era ter recebido uma "missão institucional" de intervenção, em uma equipe fragilizada diante de tantos embates causados por diferentes visões de mundo. Como se tratava do ambiente em que trabalho, havia a preocupação de zelar pelas relações estabelecidas, mas ao mesmo tempo, o “dever” de expor as concepções conceituais que pudessem direcionar o trabalho de ID a uma perspectiva mais voltada à cidadania e à inclusão social. Eu sentia ainda a expectativa por parte da gestão da PROEXC e do P1 de que essa interlocução encontrasse uma forma de promover uma nova versão do P1 que fosse menos impositiva e mais consensuada. Para diminuir minha angústia, apoiei a intervenção nos conceitos da pesquisa e depoimentos das entrevistas, postura aprovada pela minha orientadora. Ouvila era algo que trazia tranquilidade para o processo de pesquisa.

³⁵² Esses relatórios podem ser acessados em Rodrigues (2015b; 2015c; 2015d; 2015e).

minhas impressões com o P1, o P2 e a PROEXC, ao longo de todo o trabalho de campo. 5) Com base nas discussões junto à gestão da PROEXC e aos programas, e juntando a eles os conceitos teóricos estudados e as informações obtidas nas observações do trabalho de campo, construí propostas de transformação para esses, sempre buscando discuti-las como base para mudanças nas ações de ID no IFPB³⁵³. 6) Estabeleci e desenvolvi relações com alunos do P1 e P2, a partir das ações dos núcleos de extensão. Assim pude me aproximar e “acompanhar a trajetória” daqueles que cultivavam o contato feito comigo nas observações em sala e entrevistas, no P1, e nas oficinas, no P2, tentando sugerir ações que pudessem potencializar algumas mudanças em suas trajetórias, rumo aos seus anseios acadêmicos e profissionais, não deixando de lado a observação dos aspectos humanos inerentes a estes.

Relações entre ações de ID no IFPB e políticas públicas de governo

Referente às relações entre à política de governo e as políticas e programas de extensão no IFPB, foi possível identificar dois aspectos: alguns momentos históricos sugeriram que a política do GF estimulou picos de projetos multiplicados em moldes pré-formatados no IFPB (cursos de IB e MMC); no contexto histórico e ainda durante o trabalho em campo (2015 a 2017), foram percebidas parcerias entre GF, GM ou GE, e o IFPB, na oferta das ações de ID³⁵⁴.

3.3.2) O trabalho de campo nos cenários de pesquisa na extensão

Conforme já relatado, o trabalho junto ao IFPB foi feito através de pesquisa documental (por exemplo, relatórios de acompanhamento dos programas) e do acompanhamento dos episódios presentes ou investigações dos episódios passados, relacionados direta ou indiretamente aos programas, uns feitos mais de perto, através da observação participante, outros através dos "informantes", ou através de reuniões, entrevistas ou conversas informais, com agentes e “beneficiários” ou parceiros do P1 e do P2³⁵⁵.

Em 2015, as observações iniciais do P1 me levaram a interpretar suas ações como voltadas principalmente à qualificação para o mercado de trabalho. Com exceção do Projeto Espaço Público, que apresentou um discurso mais abrangente em termos de

³⁵³ Essas propostas podem ser acessadas em Rodrigues (2015a, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d).

³⁵⁴ O formato do P1 talvez seja uma herança de uma visão mais generalista da ID, proveniente de antigas ações de governos. Essa visão deve ser atualizada a partir dos novos debates e conceitos sobre ID.

³⁵⁵ O diário de campo foi construído em computador ou papel (um caderno vermelho que me acompanhou em todos os eventos da pesquisa). Tudo o que foi gravado foi transcrito. Também foram documentados os relatos das conversas face a face ou ao telefone. Algo que chamou a atenção foi a qualidade das conversas com a coordenação do P1. Mesmo aquelas realizadas através de telefone, foram intensas e chegaram a durar até 55 minutos, fazendo com que muitos dados e informações chegassem frequentemente.

educação em TIC, o discurso e as ações nos demais projetos (Cursos de IB e MMC e Curso em Mídias Audiovisuais) indicava o objetivo maior de promover ou reforçar o contato dos indivíduos com as TIC para qualificá-los profissionalmente³⁵⁶.

Desde então, sugeri à PROEXC e ao P1 que realizássemos uma análise qualitativa do P1 enquanto ações de ID e, portanto, de forma relacionada à inclusão social e à promoção da cidadania. Ou seja, o estudo do P1 deveria ter como base a sua própria perspectiva de construção de ações voltadas à ID, e ainda as suas potenciais contribuições para as transformações sociais, indo além das ações de qualificação dos cidadãos em TIC e do desenvolvimento de habilidades profissionais.

Quanto ao P2, quando foi criado, em 2016, este programa teve o objetivo de realizar cinco oficinas de vídeos para mídias sociais, de forma a capacitar alunos e servidores dos Campi do IFPB e assim intensificar a relação entre os integrantes dos núcleos da Rede Extensão através da EC. Quando o programa se voluntariou para a pesquisa, ainda em 2016, as tentativas de integração das ações do programa com os parceiros sociais e a comunidade acadêmica não haviam alcançado as metas desejadas, em decorrência de falhas no processo de articulação, mas tudo era muito recente e precisava ser repensado.

Ouvindo os relatos sobre as experiências em EC do P2, tive a impressão de que as suas ações poderiam se voltar mais para a comunidade externa, ampliando o alcance social do programa. Uma vez que os integrantes do P2 se mostraram abertos às sugestões da pesquisa e aos pressupostos da Rede Extensão, juntos pudemos experimentar algumas mudanças nas suas ações no sentido de buscar potencializar a inclusão social e a promoção da cidadania.

Durante a observação dos programas, tive contato com vários cenários sociais. Juntamente com parceiros institucionais e comunitários, as equipes do P1 e do P2 compunham, respectivamente, os núcleos de extensão N1 e N2. Ao longo da construção desta tese, fiz parte dos dois núcleos. As informações referentes aos programas serão apresentadas de forma categorizada (por programa e por cenário) e organizadas de acordo com uma cronologia própria (para cada cenário) como forma de apresentar a dinâmica de reflexões, discussões e do próprio processo enquanto ações públicas³⁵⁷.

³⁵⁶ Os relatórios sobre resultados do P1 (para os anos 2012, 2013 e 2014) apontaram em sua maioria o desenvolvimento de beneficiários diretos (alunos) e indiretos (monitores) para o mundo do trabalho.

³⁵⁷ Esta cronologia diz respeito ao trabalho de campo realizado no IFPB de junho de 2015 a dezembro de 2017. As informações relatadas deverão informar sobre as etapas do ciclo da ação em cada programa e cenário - formulação, decisão (aprovação ou não), implementação, monitoramento e controle (*feedback*,

3.3.2.1) Núcleo de Extensão N1

As ações do núcleo de extensão N1 foram acompanhadas a partir do P1, que executou, principalmente, ações voltadas à oferta de cursos de IB e MMC.

a) Programa P1 - Projeto Espaço Público

Durante o período da pesquisa, o projeto Espaço Público não desenvolveu nenhuma ação. Nesse período, o projeto não obteve espaço físico para montar o ambiente necessário às suas ações. A sala em que o projeto funcionava, anteriormente, havia sido destinada a outra ação da PROEXC, e a equipe do P1 não conseguiu viabilizar as suas ações entre 2015 e 2017.

b) Programa P1 - Projeto Mídias Audiovisuais

No início da pesquisa, a gestão da PROEXC demonstrou a preocupação em desenvolver as ações do Projeto Mídias Audiovisuais, então, algumas reflexões e ações foram feitas no sentido levar o projeto aos JovensComunidadeD (jovens de uma comunidade localizada na cidade de Picuí, na Paraíba). Entretanto, este projeto não desenvolveu nenhuma ação durante o período de acompanhamento dos programas³⁵⁸.

c) Projeto P1 - Projeto Informática Básica e Mont. e Manut. de Computadores

O Projeto IB foi estudado a partir de alguns cenários³⁵⁹: em termos de escolas, comunidades ou grupos sociais, foram atendidas as ArtesãsComunidadeA, a EscolaPúblicaI e o GrupoSegurançaPúblicaL; foram acompanhadas outras turmas formadas pelas listas públicas de espera pelos cursos, que não atenderam a nenhuma comunidade ou grupo social específico. A pesquisa ainda acompanhou as negociações para oferta da turma de IB para as CriançasComunidadeB, entretanto, essa turma não aconteceu até o final de 2017. O projeto MMC foi estudado através do acompanhamento das turmas formadas pelas listas públicas de espera pelos cursos, uma vez que este projeto não atendeu a nenhuma comunidade ou grupo social específico.

3.3.2.2) Núcleo de Extensão N2

que inclui avaliação por parte do cidadão e prestação de contas por parte dos formuladores e executores, e eventuais ajustes). Informações referentes a outros períodos foram registradas em outras seções.

³⁵⁸ Com a criação do P2, acreditei que o P1 não mais desenvolveria ações no Projeto Mídias Visuais, pois o P2 manteve o trabalho com mídias digitais, contando com uma equipe técnica integrada por um jornalista e dois alunos do IFPB, que atuavam profissionalmente como produtores de audiovisual.

³⁵⁹ No P1 e P2, os cenários não aconteceram de forma isolada, mas se embricaram ao longo das ações desses programas. Entretanto, alguns relatos foram feitos de forma separada, visando mostrar a trajetória de suas ações junto aos agentes e público-alvo envolvidos. Sobre os cenários: ArtesãsComunidadeA, artesãs de uma comunidade de praia, EscolaPúblicaI, escola pública no centro da cidade, GrupoSegurançaPública, profissionais de segurança pública, CriançasComunidadeB, crianças de uma comunidade, todos em João Pessoa; Comunidades E, F, G e H, comunidades rurais no Rio Grande do Norte; EscolaPúblicaJ, escola pública em Lucena, Paraíba; EscolaRuralC, escola rural em Pernambuco.

As ações do núcleo de extensão N2 foram acompanhadas a partir do P2, e das parcerias que estabelecemos, envolvendo ID Cidadã associada à EC.

a) **Programa P2 – Educomunicação e Inclusão Digital Cidadã**

As ações de EC associadas à ID Cidadã foram estudadas a partir de alguns cenários: em termos de escolas, comunidades ou grupos sociais, foram atendidas ComunidadeE, ComunidadeF, ComunidadeG, ComunidadeH e EscolaPúblicaJ. A pesquisa ainda acompanhou negociações para ações junto à EscolaRuralC, entretanto, essas ações não aconteceram até o final de 2017.

3.3.2.3) Os primeiros contatos e impressões

No início da parceria com a PROEXC, em 2015, algumas turmas de IB ou MMC já estavam em andamento³⁶⁰. As reflexões com o P1 e a gestão da PROEXC, o acompanhamento dessas turmas, juntamente com as entrevistas realizadas com os seus alunos, foram algumas das ações executadas em 2015³⁶¹. Enquanto nós discutíamos os “melhores modelos” quanto à forma de trabalhar as relações com as comunidades externas, inclusive para as ações de ID, as turmas de IB e MMC foram ofertadas.

A gestão da PROEXC considerava a "intervenção" importante para “sacudir” a equipe e "obrigá-la" a ter momentos mais reflexivos, dizendo que sentia a falta desse tipo de ação na instituição. Sempre que tive oportunidade (ou quando provoqueei debates), ressaltai as possibilidades de ligação entre as aulas de informática e a educação cidadã, visando criar uma perspectiva interdisciplinar que pudesse contribuir para aulas talvez mais motivadoras do que usar editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações de slides não contextualizadas e internet padrão (busca e navegação sem propósitos específicos), conteúdo geralmente apresentando em cursos de IB, e dei sugestões³⁶² baseadas no que eu percebia ao longo dos referenciais e das práticas advindos da pesquisa sobre ID. Durante toda a pesquisa, coloquei-me à disposição para conversar e/ou planejar ações, quando fosse necessário.

³⁶⁰ Os relatos das turmas podem ser acessados em Rodrigues (2017r, 2017s).

³⁶¹ Sobre o processo de execução da pesquisa, esta etapa representou um grande esforço de análise documental, e das anotações feitas no diário de campo. Esse esforço foi maior do que aquele despendido nas visitas à PROEXC. Em média, enquanto passava dois turnos semanais em campo, outros seis eram usados na análise do diário e no registro em computador. Paralelamente, prosseguiam as observações e as entrevistas, já que o P1 não esperaria (o tempo de vida das turmas levava no máximo três meses).

³⁶² Algumas sugestões: por foco nos serviços públicos da internet, como sítios de órgãos do governo, entretenimento, cultura e arte, ferramentas de sociabilização (para uso em comunicação, redes sociais); fazer com que essas ações fossem realizadas também no celular, já que muitos resistiam ao "computador", mas a maioria tinha um *smartphone* sendo talvez "subutilizado", segundo suas próprias perspectivas, por reconhecerem que nele existiam diversas possibilidades, mas por falta de conhecimento sobre como utilizar os recursos disponíveis, ficavam restritos a apenas fazer ligações.

Em 2015, foram ofertadas no P1, além da turma de IB para as ArtesãsComunidadeA, outras duas turmas, uma de IB e uma de MMC, sendo as suas vagas destinadas às listas de espera abertas ao público em geral. As turmas de MMC eram mais limitadas do que aquelas de IB: era mais difícil conseguir monitores para esse tipo de conteúdo e o P1 só dispunha de um laboratório para suas práticas (com capacidade para 15 pessoas), enquanto o outro curso dispunha de dois laboratórios (cada um com capacidade para 20 pessoas).

Entretanto, as aulas de IB também tinham seus problemas, na visão da coordenação: não raramente, algumas turmas precisavam de mais aulas, visando melhorar o aprendizado, uma vez que não eram niveladas (não adiantava ter “pressa para cumprir um plano de ensino”, se o objetivo de aprendizado e desenvolvimento das habilidades não fosse atingido); alguns monitores anteriores não haviam concordado com esse pensamento e “queriam reprovar uma turma inteira”³⁶³. Para a coordenação, o desenvolvimento pessoal e profissional e o reconhecimento de habilidades a partir de uma instituição de credibilidade eram missões do P1: “Se não conseguimos certificar essas pessoas, estamos fazendo o que aqui?”. As avaliações nos cursos se davam através de questionários, preenchidos de forma anônima, onde os alunos podiam avaliar aspectos como conteúdo, metodologia, monitor, entre outros.

No trabalho de campo, para dar início às observações e entrevistas, sempre solicitei a autorização da coordenação do P1, que me liberou para frequentar as atividades e falar com “alunos, monitores ou quem mais fosse preciso”. No primeiro dia das observações em cada turma, apresentei aos alunos um roteiro sobre a pesquisa³⁶⁴, para que eles pudessem entender a minha presença nas aulas e as condições de participação nas atividades, principalmente, na entrevista. Enquanto a dinâmica das aulas acontecia, eu convidava alunos e monitores para as entrevistas. Entrei em sala apenas nos momentos previamente combinados com os monitores, e entrevistei apenas as pessoas que se voluntariaram para as conversas.

Nas turmas de 2015, acompanhei as aulas inaugurais, momentos de reflexão e integração no P1, que seguiam um ritual: a coordenação e o monitor se apresentavam; em seguida era feita uma dinâmica, para que todos se conhecessem e discutissem textos

³⁶³ Na época, a coordenação sugerira: “Podemos dar outra chance aos alunos. Uma semana de revisão e outra prova”, lembrando ao monitor os objetivos do curso: o aprendizado e o reconhecimento de habilidades na certificação (o P1 não podia ignorar que parte dos alunos precisava dos certificados por questões de trabalho). Ou seja, o P1 deveria prover o maior aproveitamento possível, o que poderia significar mais tempo de aula e dar uma segunda chance com reforço em conteúdos e avaliações.

³⁶⁴ Informações sobre o roteiro de apresentação da pesquisa constam em Rodrigues (2015o).

(baseados em valores éticos e morais), e ainda visões e experiências profissionais relacionadas aos temas; por último, era oferecido um lanche de confraternização e todos visitavam as instalações dos laboratórios. Geralmente era criado um grupo no aplicativo *WhatsApp*, de forma que todos pudessem interagir com mais agilidade e facilidade.

Com a minha chegada, mesmo que todos soubessem da condição de pesquisadora (inclusive os alunos), passei a ser convidada pela coordenação a me juntar aos alunos e monitores na dinâmica, formando pares com eles, o que favorecia o nosso contato, já que eu era deslocada da posição hierárquica na instituição, favorecendo relacionamentos horizontais com todos³⁶⁵.

A aula inaugural de cada turma vinha antes das aulas de informática. Enquanto educadora, a coordenadora do P1 considerada muito importante esse tipo atividade, para despertar nos participantes, reflexões que “ficavam para o resto da vida”, e ainda desenvolver habilidades como trabalhar em grupo, falar em público e se comunicar. As aulas inaugurais acompanhadas em 2015 trouxeram reflexões sobre a importância da persistência e dos sacrifícios para alcançar objetivos³⁶⁶, sobre valores humanos³⁶⁷, éticos e morais.

Acompanhei também as certificações, momento que representava um marco de ação para o P1, uma etapa importante na trajetória de educação digital dos alunos³⁶⁸.

³⁶⁵ Sobre a observação nas aulas, um dos monitores sorriu e disse: “Não se preocupe, você não vai atrapalhar, eles lhe veem como ‘uma colega!’”. Assim como a aula inaugural tinha seu ritual, eu também criava os meus, chegando cedo para observar, conversar com pessoas e coletar fatos para a pesquisa.

³⁶⁶ No caso, concluir as aulas no P1, mesmo tendo rotinas às vezes pesadas, como conciliar a vida de estudante de Engenharia Elétrica com as atribuições de ser professor no P1 (depoimento de um monitor), ou levar duas horas entre pegar o ônibus e chegar às aulas (no caso das ArtesãsComunidadeA).

³⁶⁷ Essas reflexões traziam surpresas: em 2015, uma aluna expôs o preconceito sofrido por um colega, que era terceirizado, por ele ser “especial” (tinha baixa visão). O aluno acreditava que muitas pessoas no IFPB “queriam derrubá-lo”, através de situações como não “aceitá-lo” para trabalhar em um concurso, “porque não tinha condições de realizar aquela tarefa”. A aluna prosseguiu: “Eu me preocupo com ele, e fico triste por não fazer nada, porque eu me sinto muito pequena”, atribuindo esse sentimento ao fato de ser da equipe de limpeza. Por um instante, todos pareceram mudos. Enquanto a coordenadora parecia procurar palavras, um aluno disse: “é disso que a sociedade precisa: de sentimento”. Ele havia feito a dinâmica junto ao aluno terceirizado e contou que este aluno tinha muito a ensinar sobre os “verdadeiros valores” da vida. Recuperada, a coordenadora do P1 disse que a sociedade se especializou, e que a diversidade de tipos de trabalho era necessária para a sobrevivência, elogiando as profissões que contribuíam para que aquele momento pudesse ser realizado, inclusive o trabalho de limpeza das instalações do IFPB, e disse aos terceirizados: “eu fiquei muito feliz quando soube que vocês três iam fazer o curso!”.

³⁶⁸ Em 2015, dos 25 alunos de IB, 14 concluíram. Os 14 de MMC concluíram. Entre as evasões de IB, algumas se deram no início do curso, outras ao longo das aulas. Juntando as duas turmas, apenas dois alunos não estiveram na certificação. Alguns levaram convidados. Representando os alunos, dois deles discursaram: a aluna agradeceu ao IFPB pela oportunidade de aprendizado concedida especialmente aos que não poderiam pagar pelas aulas, e reforçou o respeito e a boa convivência promovidos por todos; o aluno afirmou sua paixão pela informática e o desejo de dar continuidade ao seu desenvolvimento técnico através do IFPB, agradecendo ao monitor, pelo compartilhamento do conhecimento, e a mim, pelas orientações sobre os cursos superiores no Campus João Pessoa, que o motivaram na escolha do Curso de Sistemas para Internet, para o qual tentaria uma vaga em 2016. O aluno postou fotos na sua página no

Nas certificações de que participei, vi entre os convidados, representantes da reitoria, da gestão da extensão, o prefeito da PROEXC. O P1 considerava a certificação um momento importante e, portanto, costumava convidar representantes de altos cargos no IFPB para compor uma mesa. Além desses convidados, em 2015 e 2016 o P1 chamou a mim e a monitores do programa para fazer parte das mesas.

A mesa representava o prestígio do evento, e proferia discursos que parabenizavam os alunos, e valorizavam a educação e as TIC no empoderamento das pessoas e nas transformações sociais. Após a fala da mesa, os alunos concluintes também eram convidados a discursar. Em geral, eles elogiavam o curso, agradeciam pelo aprendizado. Após as falas, vinham as palestras³⁶⁹, os certificados eram entregues pela mesa, e era servido um lanche de confraternização.

A aula de abertura e a certificação também representavam momentos em que a gestão da PROEXC tentava aproximar os alunos das ações no P1, convidando-os para participar do planejamento das ações do programa, para repensar o seu formato. Entretanto, durante o tempo acompanhado, eles fizeram apenas comentários pontuais junto aos membros do P1 ou nas entrevistas que realizei, não se envolvendo em momentos formais no ciclo das ações.

A certificação de 2015 foi o primeiro momento em que se tornaram públicos os diferentes discursos sobre o formato das ações no P1 e os seus resultados em termos sociais. Eu iniciei as falas e abordei vários pontos: agradei a todos pela acolhida das minhas ações referentes ao doutorado; destaquei a importância de pensar a interdisciplinaridade em cursos que envolviam a área da informática ou as ciências exatas em geral, com o propósito de consolidar os princípios de cidadania e humanização entre os estudantes das áreas tecnológicas; falei sobre a importância da ID com vias à inclusão social e cidadania³⁷⁰.

Facebook sofre a certificação do P1: “o futuro já bate na porta”. Na foto com o monitor, postou “Esse cumpriu o papel de professor como ninguém”. Na foto ao meu lado, postou “Futura professora de TSI”, seguido por um *emoticon* em forma de coração. Diante daquela demonstração de atenção e carinho, respondi: “Isso mesmo! Estamos te esperando. Parabéns!”.

³⁶⁹ Sobre as palestras, pude assistir: falas motivacionais sobre educação, proferidas por um monitor do P1, que apresentou um robô do seu time de robótica no curso de Engenharia Elétrica do IFPB (o robô ganhara prêmios internacionais); palestras de dois servidores sobre o tema “Ética no uso da Tecnologia”, visando completar a formação dos alunos do P1 com orientações sobre a maneira correta de usar as TIC.

³⁷⁰ Ressaltei a oportunidade de viver momentos tão inesperados, onde o tema ID pareceu pequeno, diante de outros como sonhos, medo, vida (e morte), esperança; agradei por tudo, emocionada, e destaquei a importância da convivência com alunos e monitores, ressaltando o desenvolvimento de laços de afetividade entre a equipe; ressaltei que as TIC faziam parte das sociedades modernas, e que talvez esse fosse um caminho sem volta; desta suposição advinha a importância das TIC para a qualificação dos

Em seguida, a gestão da PROEXC proferiu algumas palavras e disse ter ouvido com atenção as demais falas e que estava ansiosa por ouvir o que eu tinha a falar sobre o P1, pois aquela era a primeira vez que o programa estava sendo acompanhado através de uma pesquisa que interpretaria o efeito social de suas ações. Quanto aos alunos, destacou o intuito da PROEXC de estabelecer relações continuadas com alunos do P1. Para a gestão da PROEXC, era responsabilidade da extensão dar prosseguimento na construção dos projetos de vida dos alunos certificados e, portanto, a PROEXC estava aberta para ações institucionais, inclusive através de parcerias, na construção de projetos de vida com o objetivo de promover a transformação social. Enquanto educadora, estimulou os alunos a prosseguir com a formação na área tecnológica em outros níveis educacionais ofertados pelo IFPB.

Fechando as falas, a coordenação do P1 apresentou aos presentes alguns dados, ressaltando que o programa estava em execução desde 2012, e havia formado cerca de 331 alunos nas áreas de informática. Finalizando, falou da sua motivação para dar continuidade ao projeto, em virtude da sua grande repercussão social. Na certificação de 2016, os embates nos discursos ainda se evidenciaram. Enquanto a gestão da PROEXC convidou os alunos para participar das reflexões sobre o programa, a coordenação do P1 contou aos presentes um “caso” que em sua visão comprovava que o P1 cumpria sua missão social³⁷¹.

Na turma de MMC estiveram quatorze alunos³⁷², sendo uma única mulher e, em sua maioria, jovens (alguns adolescentes), garotos curiosos que sentiam-se atraídos pelo sentimento de desafiar a máquina a responder aos seus comandos. Esse fato não me surpreendeu, pois esse era o perfil das turmas de MMC, em função do estereótipo do profissional de Computação/Informática estar associado a homens³⁷³, principalmente quando se trata de hardware (parte física dos computadores)³⁷⁴.

indivíduos, o desenvolvimento coletivo, de forma que todos contribuíssem para a (re) construção contínua de processos culturais, econômicos, sociais e políticos, e a redefinição do mundo em que desejavam viver.

³⁷¹ Foi relatada a história de vida de um rapaz que sofrera um acidente de moto e perdera parte da massa cefálica, apresentando dificuldades em fala, raciocínio, mas apesar de tudo, ele concluíra o curso, sendo visto como um exemplo de superação e de como o P1 cumpria sua missão social.

³⁷² As turmas de MMC eram abertas com 15 vagas, pois o laboratório não comportava mais alunos.

³⁷³ O número de mulheres na Ciência da Computação ou Informática tem aumentado, e diversas mulheres têm se destacado na área, mas a predominância de homens, o preconceito e questões de gênero ainda se fazem presentes de forma perceptível na academia e no mercado de trabalho.

³⁷⁴ Entre os demais alunos, estava um estudante de Ciências da Computação da UFPB. Ele procurara o P1 porque seu curso na UFPB não abordava em profundidade os conteúdos de hardware e por ver o IFPB como uma instituição capacitada para o ensino da prática da informática, enquanto a UFPB se prendia muito à teoria, “apesar de ser uma excelente instituição”. Outro aluno se evidenciou, pois embora não fosse aluno da instituição, ele gostava de usar a camisa do IFPB “como se fosse sua farda”. A camisa fora

Esse foi o cenário típico das aulas de MMC: as aulas eram teóricas e práticas, sendo os momentos teóricos breves e mesclados com a prática nas máquinas, o que motivava os alunos e tornava as aulas dinâmicas; enquanto passava o conteúdo teórico, o monitor pedia atenção aos alunos, que talvez por serem em grande parte, muito jovens, davam um pouco de trabalho para se concentrar na teoria (a internet atraía a sua atenção, principalmente para uso de redes sociais, mas os monitores lembravam que a prioridade em sala era fazer as atividades do curso, e ajudar os demais colegas a fazê-las.)³⁷⁵; quando o monitor fazia perguntas aos alunos pelos nomes, para ajudar a resgatar os alunos desconcentrados, alguns deles faziam brincadeiras, mas o monitor não desistia, até conseguir fazer com que o aluno “da vez” desse uma boa resposta, participando da aula, e os demais pudessem ouvir e dar suas opiniões sobre o que era comentado; não era raro ver algum aluno trazer perguntas para o monitor, especialmente sobre tecnologias recém-lançadas “no mercado”, e a intervenção ativa do aluno despertava nos demais a curiosidade de fazer mais perguntas ou comentários sobre o que teria dado certo ou errado nessas novas tecnologias (falar ou ouvir sobre “o novo”³⁷⁶ para eles era um momento prazeroso e todos permaneciam atentos ao que era dito); quanto à prática, os alunos geralmente usavam os computadores individualmente, o que fazia com que cada um deles fosse responsável pela “sua máquina” (em aulas mais complexas, a prática foi feita em duplas); nessas práticas, eles demonstraram liberdade e autonomia, e o cuidado no manuseio de equipamentos elétricos, sugeriu, além de habilidades técnicas, segurança no que faziam; enquanto praticavam, o monitor passava nas bancadas, revisando o trabalho e atendendo às solicitações de auxílio; os alunos que concluíam as tarefas práticas mais cedo, circulavam entre os demais, ajudando, apoiando ou apenas observando o que era feito, ou aproveitavam o tempo

do seu irmão, que havia concluído um curso técnico no IFPB. Esses fatos me fizeram refletir sobre a relevância do IFPB como referência técnica e o valor dado pela sociedade a essa instituição.

³⁷⁵ Havia um impasse no P1: alguns monitores preferiam deixar a internet desligada durante as aulas, de forma a manter a atenção dos alunos no conteúdo que estava sendo dado, evitando a distração que esta rede proporcionava, com seu poder de atração; por outro lado, outros deixavam a internet “aberta”, pois consideravam importante o seu uso pelos alunos nos horários livres, já que alguns não tinham como fazer uso da rede em outros centros gratuitos. Nas turmas de 2015, a internet era liberada pelos monitores: “eu deixo a internet aberta para eles usarem, e tento treinar isso neles, a questão de obedecer por maturidade, e não por imposição - ‘vou desligar a internet e ninguém vai usar’”.

³⁷⁶ Em virtude da Informática ser uma área que se desenvolve rapidamente, os alunos sentem a necessidade de acompanhar essa evolução. O fato de o monitor sempre ter respondido às indagações dos alunos, demonstrando experiência e opinião formada que lhe permitia o debate, foi importante para a motivação dos alunos. Nos momentos em que novas tecnologias estavam “na berlinda”, todos estavam concentrados e interessados nas “novidades” da área. Algumas tecnologias foram vistas em suas versões mais recentes. O “problema” de eles não terem acesso a outras novas tecnologias no curso foi “minimizado” a partir dos debates sobre semelhanças e diferenças, problemas e soluções, referentes às diversas tecnologias no mercado.

livre para atividades pessoais, como acessar redes sociais, navegar na internet ou utilizar aplicativos para desenhar.

Durante as aulas de MMC, pude viver alguns momentos diferenciados: devido ao caráter participativo dos alunos, que era refletido através da curiosidade para perguntar ou descobrir algo, e da exposição da sua visão ou versão sobre um determinado assunto, por diversas vezes, a “aula tradicional” deu lugar ao debate livre, onde a polifonia se evidenciou e puderam ser ouvidas “frases feitas” de campanhas publicitárias, ou opiniões próprias sobre o tema em debate; durante as observações, cheguei a participar da prática com os alunos, o que nos aproximou ainda mais, em termos de pesquisa e até na vida pessoal, no que diz respeito aos alunos que pude acompanhar mais de perto e sugerir ações em suas trajetórias.

Em uma dessas aulas, um aluno me convidou para trocar um capacitor do computador em que ele e outro colega faziam a simulação. Eu sorri e lhe disse: “Eu não sei trocar peças de computadores”. Ele respondeu: “É bem simples, eu posso te dizer como faz e a senhora troca”. Eu aceitei a tarefa. O monitor se mostrou orgulhoso, talvez pela inversão de “papeis tradicionais” entre mim e o aluno a quem ele ensinara os conteúdos de MMC: o aluno ensinara uma professora de Informática a fazer manutenção em um computador. Aquele foi o momento em que senti tanto a receptividade do monitor e dos alunos, quanto a tranquilidade deles diante da minha presença em sala. A postura de educador do monitor fez com que ele fizesse intervenções, quando discordou de algo feito pelos alunos³⁷⁷.

A última aula da turma teve o propósito de dar as orientações finais sobre questões técnicas e éticas nas atividades relacionadas a MMC. O monitor trouxe a sua experiência como técnico e relatou diversos cenários sobre como proceder de forma a ser um profissional reconhecido por seu respeito ao trabalho e ao cliente. A aula ainda revelou trajetórias de investimento individual e sucesso de alguns alunos do curso na área de MMC³⁷⁸. Com relação ao desejo do monitor de “educar” os alunos do P1, através de sua vivência na área e a partir dos relatos de experiências dos alunos, em suas primeiras ações como técnicos em MMC atuando no mercado, ele estimulou valores

³⁷⁷ Por exemplo, do uso de palavras em sala de aula: “ei, rapaz, não fale isso em sala de aula”. Os alunos pareciam ter aquelas palavras como “naturais” no seu vocabulário, mas o monitor as reprovava.

³⁷⁸ Os alunos comentavam empolgados que um deles havia feito cartão de visita e uma página na internet, como forma de se tornar mais conhecido como técnico e expandir os clientes. Cheio de satisfação e orgulho, o monitor deu um depoimento sobre os bons frutos colhidos por outro aluno: “Ele foi consertar um computador e consertou logo três! Ganhou R\$ 120,00. Ao invés de gastar, vai investir no negócio, comprar um multímetro. Eu fico muito feliz em compartilhar essa história com vocês.” Esse aluno teve trajetória profissional ascendente ao longo da pesquisa, chegando a abrir empresa em TIC.

humanos importantes para a vida pessoal e profissional: clareza técnica e boa apresentação, e ainda aperfeiçoamento, educação, segurança, honestidade e paciência, “não por ganância, mas para crescer na vida”.

No último dia de aula, eu e o monitor combinamos uma dinâmica que nos permitisse ouvir cada aluno falar sobre o P1. O monitor pediu que os alunos falassem sobre como o programa entrara em suas vidas, que mudanças haviam se dado desde então e suas expectativas futuras. Eu falei da importância de refletir sobre as tecnologias e, especialmente, sobre a internet, enquanto elementos potencialmente transformadores das relações humanas, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em seguida, os alunos deram breves depoimentos, exceto dois irmãos que juntos faziam o curso, que pediram para não falar. Esses alunos não se sentiram à vontade para falar, nem nas entrevistas e nem de forma coletiva³⁷⁹. Eles já haviam rejeitado algumas tentativas minhas de interação. Em geral, os alunos comentaram muito bem sobre o P1, mas que havia pouca divulgação das ações do programa.

Relatos de parentes dos alunos me diziam que alguns deles ficavam ansiosos por ir ao IFPB, a cada dia, para participar das aulas. O término dos cursos era um momento triste para aqueles que “estavam perdidos”, não tinham “um rumo” para seguir, e queriam permanecer no programa, no IFPB, buscando descobrir “o que fazer mais adiante”. Algo comum era o fato de as pessoas demandarem mais ações, mais cursos, como forma de continuar a relação com o IFPB. Ao final do curso, sabendo do interesse dos alunos em notebooks, o monitor disse: “Vou falar com a coordenação para oferecer um curso de Montagem e Manutenção de Notebooks³⁸⁰. Se der certo, a gente chama vocês”.

Diante de algumas particularidades, findei o acompanhamento desta turma com a impressão de que as ações de ID a partir das TIC chegavam a abranger um público de que nem elas mesmas davam conta, o que reforçava a importância da pesquisa qualitativa, com o intuito de observar o micro, os indivíduos e suas particularidades, e assim tentar perceber aspectos invisíveis à pesquisa quantitativa. Na convivência com os

³⁷⁹ Em um dia, encontrei um deles no corredor, sozinho, e o convidei para a conversa individual. Sem que me olhasse, com a cabeça baixa, teclando em um celular, ele acenou um sim, confirmando que participaria. Já ao lado do seu irmão, que chegara durante a tentativa de diálogo, ao perguntar-lhe o dia em que gostaria de conversar, ele permanecera em silêncio, não demonstrando constrangimento por me deixar falando sozinha. O outro irmão também não falara uma palavra durante os poucos minutos em que eu tentei interagir. Em sala, interagiam com alguns alunos e realizavam as tarefas técnicas corretamente.

³⁸⁰ Até o final da coleta de dados para a tese, não vi oferta desse curso pelo programa.

alunos, pude criar relações e conhecer problemas pessoais ou familiares de alguns deles, conforme Quadro 31.

Quadro 31 – Aspectos pessoais ou familiares dos alunos no P1

- 1) A observação dos dois irmãos, inclusive nas redes sociais, sugeriu que apesar de alguns indivíduos terem dificuldade para olhar nos olhos e construir interações visuais, ou de diálogos, os aspectos cognitivos despertados a partir das TIC e da internet possibilitavam a construção de novas identidades, de indivíduos virtuais que ultrapassavam o limite do corpo humano e se projetavam através de bits e bytes que fluíam na rede viva sem barreiras de tempo e espaço.
- 2) A mãe de um aluno e tia de outro (aluna de IB), ambos alunos de MMC, dividia comigo algumas preocupações: ela parecia um pouco obcecada pela educação do filho e sempre procurava cursos para ele, fazia a sua matrícula, levava e buscava o filho nas aulas; acreditava que tinha que investir “no estudo” do filho: “é o que eu e o pai podemos dar, e que ninguém vai tirar dele”. No P1, o filho já concluirá o curso de IB, e estava matriculado no curso de MMC. Sobre a vida pessoal, relatou: “Não deixo meu filho namorar. Ele só tem treze anos! Eu já disse que ela só vai namorar quando tiver terminado os estudos e arrumado um emprego. [...] Já cheguei até a mudá-lo de escola porque ele estava apaixonado por uma menina. Não queria que ele se desviasse dos estudos”. O marido dizia para ela se acalmar, pois “cada pessoa tem seu tempo”, e os jovens pensavam diferente dos adultos, tendo menos ansiedade por se fazer profissionalmente, por não deixar escapar nenhuma oportunidade, mas ela era “daquele jeito”. Ela estava matriculada no curso de IB, pois como levava os meninos para a aula e tinha que esperar, acabou se matriculando também.
- 3) Outros dois alunos eram mãe (aluna de IB) e filho (aluno de MMC) e seus relatos de vida sugeriam dificuldades sociais e econômicas. Durante o período da tese eles viveram problemas de desemprego, violência doméstica, preconceito de gênero e de classe, dificuldade para entrar em instituições de ensino, complicações em relacionamentos amorosos, gravidez na adolescência. Ambos desejavam ingressar em universidades, mas não podiam pagar pelos estudos. Eles tentavam aproveitar todas as oportunidades no IFPB ou fora da instituição, e assim trazer algumas mudanças para as suas trajetórias. No IFPB, ambos fizeram cursos de IB e MMC no P1, e a mãe ainda fizera formação em pintura, no programa “Mulheres na construção civil”. O filho procurava sempre cursos de qualificação em informática. A mãe sonhava em cursar Assistência Social ou Jornalismo. O filho era um dos alunos mais próximos a mim e deseja entrar no IFPB, no curso de Sistemas para Internet (curso em que atuo como docente). Então, eu o acompanhei durante toda a tese, nas diversas tentativas de entrada no IFPB (tentou em 2016 e 2017, mas não conseguiu) e também com relação aos seus projetos pessoais em TIC: ao longo das aulas de MMC, já começou a trabalhar com a prestação de serviços nessa área, criou um grupo no *Facebook* para reciclagem de hardware (lixo eletrônico) e montou empresa para desenvolver softwares comerciais; como eu sabia que ele tinha aberto uma empresa, eu o presenteei com livros de programação, convidei para assistir aulas em que os alunos apresentaram temas da Engenharia de Software, recomendei vários cursos online e eventos em TIC, dei dicas sobre temas a estudar ou tecnologias, como forma de apoiar o desenvolvimento de ações na sua empresa; nós criamos um canal de comunicação *online* através do *chat* no *Facebook*, e trocamos informações através dele. Até o fechamento da coleta de dados, esse aluno se destacou, pela pro atividade e motivação para transformar o seu contexto de vida, e também pelo sonho de transformação da sociedade em que vivia.

Fonte: Próprio autor (2015-2017)

Ainda nas primeiras aulas, foi criado um grupo no *Facebook* para facilitar a interação entre os participantes (alunos e monitor). Considerando a oportunidade de me aproximar dos alunos e de saber um pouco mais sobre eles, já que o *Facebook* se caracteriza por ser uma rede social onde as pessoas postam sobre as suas vidas pessoais e profissionais, pedi para entrar no grupo e fui aceita. Através do grupo, tive acesso aos perfis pessoais dos alunos. Reconhecendo que as informações e demais conteúdos (como fotografias, por exemplo) postados na rede e visíveis aos demais usuários desta rede são consideradas “públicas”, observei no mundo online os alunos que tinham perfis

abertos ou os que me enviaram convites de amizade. Mesmo findando as aulas, dois alunos mantiveram contatos frequentes comigo, com propósitos específicos³⁸¹.

Um trabalho antropológico no século XXI pode apresentar muitas diferenças com relação àqueles de períodos anteriores. Uma vez que existem diversas opções de TIC disponíveis, as pessoas se mantêm conectadas, independentemente de tempo e espaço. Em termos de pesquisa, as TIC facilitam a aproximação entre as pessoas, pois além de permitir a comunicação através dos dispositivos ainda quebra algumas barreiras do “contato físico”, permitindo que outros perfis de indivíduos possam ser estudados, como pessoas introspectivas, tímidas ou com dificuldade de comunicação face a face.

Entretanto, essas mesmas características das TIC permitem que a “falta de barreiras e a possibilidade de comunicação a todo instante” se reflitam em aspectos inesperados de pesquisa, o que pude observar e viver, no contato com um dos alunos³⁸². Enfim, uma vez que os trabalhos antropológicos precisam ser claros com relação aos aspectos positivos e negativos das pesquisas, aos sucessos e às dificuldades encontradas, preciso revelar que cheguei a sentir medo de manter contato com este aluno. A partir de seu comportamento nas redes sociais e da sua imagem construída no *Facebook*, e de alguns problemas vivenciados na nossa relação, acreditei que as tecnologias que permitem aproximar as pessoas, paradoxalmente, podem ser também as tecnologias que causam o distanciamento entre elas. Afinal, se não o *Facebook*, quando e como eu teria acesso a aspectos tão íntimos de sua personalidade? Provavelmente, não tão cedo e não tão explicitamente. Em conversas com o monitor, eu soube que ele bloqueara o aluno no

³⁸¹ Um deles falava “Oi” no *Facebook* ou *Whatsapp*, em contatos frequentes, que não tratavam de assuntos técnicos, eram tentativas de conversas pessoais que pareciam pedidos de socorro para combater solidão. O outro aluno, já citado nesta tese, usava apenas o *Facebook*, principalmente para orientações técnicas. Esse último relacionamento se estendeu ao longo da pesquisa e foi relatado em outros momentos.

³⁸² Sobre o perfil desse aluno no *Facebook*: predominava conteúdo sobre pornografia, violência e carência emocional (dizia se sentir sozinho, procurava uma namorada, deixava o seu telefone para as interessadas, ameaçava se matar - “toh passando tantos problemas q já penso em tirar a vd”); quase despercebidas no meio de tantas outras, foram vistas postagens sobre seus serviços em MMC e o curso do P1. Este aluno, que sempre pareceu reservado nas interações pessoais, por outro lado, através das TIC, enviou-me mensagens frequentes. A princípio, achei importante ele se sentir à vontade para interagir através das TIC, o que favorecia o contato entre nós. Entretanto, em alguns momentos me senti incomodada, por exemplo, com mensagens após às 22h, para me pedir para passar o número dele para o monitor. Em outro momento, postou: “queria sabe se vc podia me ajuda em uma coisa. e que eu to precisando de um gravador de dvd e um teclado para meu pc la no if tem vc podia arruma pra mim pq no momento nao to podendo compra. agora nao diga la que e pra mim ta”. Tive que explicar a burocracia que envolve itens tombados nas instituições públicas, sugerindo que ele visse se o IFPB poderia lhe doar as peças. Relembrei que o aluno revelara no *Facebook* que algumas pessoas o haviam “bloqueado”, o que o deixava desesperado. Então, refleti sobre a possibilidade de que as características do seu perfil somadas às suas “interações não apropriadas” poderiam ser a causa da sua solidão física e virtual. As mensagens enviadas pareciam refletir essa solidão, mas eu sabia que não poderia reforçar o contato como forma de suprir esse sentimento no aluno, pois não poderia lhe fazer companhia por longos períodos e, em virtude do que eu via, tinha receios de alimentar conversas que poderiam ultrapassar o limite da conveniência.

Facebook e *Whatsapp*, porque ele “incomodava demais”, com frequentes contatos considerados inconvenientes para a relação estabelecida entre eles.

A segunda turma de IB de 2015³⁸³, foi formada por alunos da Escola Pública I, além de pessoas que haviam deixado o nome na lista de espera para o curso e três colaboradores terceirizados que atuavam na limpeza da PROEXC (eles souberam das vagas não preenchidas no curso e pediram para fazer parte dos alunos). Para esta turma, foram esperados 25 alunos, mas apenas 14 concluíram o curso. Nos cursos de IB, foi possível observar um relativo equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres, de jovens e adultos, havendo inclusive crianças. Quando se tratava de uso geral de computadores, gêneros e idades diversificadas tinham interesse no aprendizado, principalmente, da internet.

As aulas de IB geralmente apresentaram as mesmas características: um pouco de teoria era apresentada para embasar os conceitos estudados, (como internet, sistemas operacionais e de aplicação³⁸⁴, entre esses, editores de textos, planilhas eletrônicas e apresentadores de conteúdo em lâminas³⁸⁵) e em seguida eram desenvolvidos exercícios teóricos e práticos sobre o que estava sendo visto; as aulas geralmente se baseavam em softwares proprietários³⁸⁶; os monitores pediam por várias vezes para que os alunos com mais habilidade técnica tivessem “paciência” para que “todos os alunos concluíssem as suas tarefas”, pois as turmas não eram homogêneas, e os conteúdos de IB eram difíceis para quem estava tendo seus primeiros contatos com o computador (o que requeria

³⁸³ A primeira turma de IB deste ano fora a das Artesãs Comunidade A.

³⁸⁴ Para que se entenda a função de cada tipo de sistema, são utilizadas categorias. Software de sistemas: controla as operações do hardware e se divide em sistemas operacionais (conjunto de programas que controla o hardware e atua como interface com os softwares de aplicação) e programas utilitários (organizam o computador através de funções específicas, como compactar arquivos ou detectar vírus). Software de aplicação: fornece funcionalidades capazes de desenvolver tarefas específicas, como editor de texto, ou softwares organizacionais (entrada de pedidos, estoque de produtos, entre outros).

³⁸⁵ Embora esses softwares tivessem suas últimas versões lançada em 2013, em sala foram apresentadas as versões de 2010. Enquanto usuária desse software e profissional de TIC, eu reconhecia que geralmente esses softwares mantinham a sua estrutura padronizada (telas, comandos, entre outros recursos) de uma versão para outra, facilitando o uso de uma versão posterior a partir do conhecimento sobre uma versão anterior. Logo, esse não significaria um grave problema caso os alunos se deparassem com a nova versão.

³⁸⁶ Outra forma de categorizar o software diz respeito à sua “propriedade” e à “necessidade de licença de uso”: os softwares podem ser proprietários ou livres, pagos ou gratuitos. O software livre permite adaptações ou modificações em seu código, sem que haja a necessidade de solicitar permissão ao seu proprietário. Esse tipo de software pode ser redistribuído livremente, de forma gratuita ou a partir do pagamento de uma taxa. O software proprietário é licenciado com direitos exclusivos para o produtor (em geral, uma empresa privada). O seu uso, redistribuição ou modificação ou é proibido, ou requer uma licença específica para fazê-lo. Embora sejam bastante utilizados nas empresas (o que torna “necessário” o seu estudo nos cursos de IB), os softwares proprietários possuem o “peso” de ser pagos. Assim sendo, embora entendesse a importância desses softwares no curso, reforcei a sugestão de apresentação de softwares livres e gratuitos, visando potencializar a sua aplicação como alternativa à pirataria nos cenários em que os usuários não podiam ou não desejavam pagar por licenças, cenários comuns em ações de ID junto a comunidades. Até o final da coleta de dados, a apresentação desses softwares não foi identificada.

muito esforço do monitor e dos alunos solidários e que se dispunham a ajudar os demais): “Isso é difícil, né, na prática?”³⁸⁷; como forma de reforçar o desenvolvimento dos alunos, os monitores traziam novos recursos para a aula, caso fosse preciso, como o aplicativo para ensinar a digitação (mesmo não estando previsto no conteúdo programático do curso), que era associado a mais motivação e autonomia na construção dos textos; a maior parte dos alunos trabalhava com o computador sem muitas dificuldades, e assim, alguns se antecipavam com relação ao que seria apresentado pelos monitores, demonstrando familiaridade com o computador (esses alunos, geralmente jovens, demonstravam inquietação, pois tudo parecia fácil e assim concluíam rapidamente as tarefas e ficavam ociosos, usando jogos, internet e redes sociais, enquanto esperavam que os demais concluíssem os seus afazeres; outros alunos demonstravam solidariedade e pareciam ajudar aqueles que apresentavam maior dificuldade na execução dos passos práticos); em geral, os alunos que terminavam as atividades mais cedo, usavam o computador para atividades pessoais, em sua maioria, navegação na internet e acesso a redes sociais; durante as práticas, os monitores percorriam as bancadas e ajudavam os alunos que solicitavam seu apoio (“Se for para fazer isso sozinha eu vou me enrolar, vou ficar perdida, tenho certeza!”) motivando-os a usar o computador (“Mexa sem medo, para poder aprender”); para que os alunos tivessem um melhor rendimento nas aulas, principalmente em função da heterogeneidade de perfis, os monitores entregavam as apostilas com os conteúdos das aulas seguintes e pediam aos alunos para ler antes das aulas, mas nem todos seguiam essa sugestão: “Eu não tenho tempo de ler em casa. Eu venho do trabalho direto para cá” (essa aluna, funcionária de repartição pública, havia sido uma das alunas que mais apresentaram dificuldades nas práticas); pouco antes do término da aula, os alunos que concluíam as atividades chamavam o monitor para verificar sua completude e corretude e então eram liberados³⁸⁸; as avaliações eram feitas através de provas práticas,

³⁸⁷ Havia dificuldade, mas as apostilas e as parcerias estabelecidas entre os alunos davam autonomia e confiança para a execução das tarefas, para a maioria dos alunos.

³⁸⁸ Como a maioria dos alunos que terminava antes do tempo previsto era jovem, alguns deles se concentravam pelas escadas da PROEXC, enquanto os responsáveis vinham lhes buscar ou dava a sua hora de ir embora. Certo dia, durante o horário de aula, uma terceirizada da limpeza entrou no banheiro feminino e lá viu uma garota e um garoto trocando carícias. Ela ficou espantada, bateu a porta e saiu correndo. A conversa se espalhou, chegando à coordenação do P1, que investigou o episódio. Era difícil afirmar quem eram os protagonistas da cena, pois no flagrante, seus rostos não haviam sido vistos. Já que não havia certeza sobre quem eram eles, a coordenação fez um discurso impessoal nas salas de aula, explicando que acontecimentos como aquele não eram permitidos em uma instituição de ensino e pedindo que os envolvidos não voltassem e fazê-lo, para que não fossem comprometidas as suas atividades no P1.

realizadas no computador e, apesar de o monitor dar dicas e ajudar alguns alunos em alguns passos (eu também cheguei a ajudá-los, quando o monitor me autorizou), esse momento era temido pelos alunos, que em alguns momentos resistiam às provas ou mesmo desistiam do curso para não fazê-las ou porque tiravam notas baixas³⁸⁹; nos dias posteriores às avaliações (provas) no curso de IB, era comum perceber a presença de poucos alunos em sala, o que não implicava que eles tivessem desistido do curso, embora alguns ficassem mesmo “no meio do caminho”³⁹⁰; era comum os alunos perguntarem sobre a possibilidade de utilizar o laboratório de informática no turno oposto às aulas³⁹¹, mas não existia a prática de abertura desses espaços para a comunidade externa ao IFPB, pois ninguém da equipe da PROEXC tinha disponibilidade de tempo para acompanhá-los.

As perguntas sobre o uso das TIC além das aulas eram bem recebidas pelo P1, como mais um elemento que justificasse a reabertura do Espaço Público: enquanto instituição pública, o IFPB tinha que estar aberto à comunidade, e se assim ele estivesse, diversas pessoas, especialmente jovens, estariam fazendo uso de suas instalações e seus materiais (como livros e computadores), como forma de engrandecimento pessoal, dedicando-se aos estudos, à apreensão de cultura, e até mesmo a um lazer benéfico, e evitando contato com aspectos que poderiam denegrir sua identidade, personalidade, imagem, sonhos, como as drogas.

Ainda sobre os cursos de IB, algo importante a destacar é o fato de que as observações referentes aos problemas de heterogeneidade nas turmas me levaram a

Os “suspeitos” sentavam juntos, e eram sempre vistos pelos corredores, conversando. Após a confusão, passaram a sentar separados, o que “confirmava” que eles eram protagonistas do “episódio do banheiro”.

³⁸⁹ Era difícil ter desistências no curso de MMC, pois os alunos já tinham alguma experiência com informática e então, “era mais fácil aprender os conteúdos”. Já nos cursos de IB, a evasão apresentava índices maiores, pois algumas turmas eram compostas por pessoas que estavam tendo os primeiros contatos com computadores, o que tornava difícil assimilar tantos conhecimentos, principalmente se não tinham como praticar além da sala, já que a maior parte delas não tinha computador em casa e o IFPB não dispunha de ambiente aberto para uso pelos alunos. Algumas intervenções dos seus pares faziam as pessoas voltar às aulas: “Foi um sacrifício para a gente conseguir te liberar para você fazer no seu horário de trabalho e você vai desistir? Você vai dar o gosto às pessoas que torciam para isso?”.

³⁹⁰ Nas turmas de IB, além da evasão, havia a intermitência de alunos, como os terceirizados no IFPB, muitas vezes vistos trabalhando, no horário de aula no P1. Duas das vezes em que vi uma aluna terceirizada trabalhando neste horário, ela se justificou: na primeira vez, disse que “estava muito ocupada, pois tinha que preparar o prédio para um evento”; na segunda, disse “eu vou lavar o corredor, pois alguns colegas não sabem trabalhar com a máquina”. A evasão dos demais nem sempre era justificada. Alguns paravam de ir, desistiam do curso, e o programa nem sempre conseguia ter acesso ao que acontecera.

³⁹¹ Para a coordenação, o P1 deveria estar aberto à comunidade, em todos os sentidos: “Você sabia que o P1 já recebeu aqui pessoas da casa de acolhida? Me ligaram da instituição, pedindo as vagas. Se a gente não receber, que é instituição pública, quem vai receber? [...] eu recebi, e nenhum dos alunos soube que eles eram de lá, só eu e o monitor [...] tinha até um coronel da Polícia Militar, na mesma turma, mas ninguém soube [...]. O que me deixa triste é que poucos deles conseguem concluir o curso, porque eles fogem, e fugindo, perdem tudo [...] até hoje, só conseguimos certificar duas alunas nessa condição”.

sugerir ao P1 que algo deveria ser repensado: ou o modelo de aulas não parecia adequado à turma heterogênea, ou talvez devessem existir tipos de aulas diferentes, para perfis diferentes de alunos (por exemplo, perfis como iniciante, intermediário, avançado, entre outros)³⁹².

Em termos gerais, esta turma também apresentou particularidades³⁹³, como ter sido conduzida por três monitores. Esta turma evidenciou alguns problemas na relação entre a coordenação do P1 e um dos monitores, o que culminou com o seu desligamento do programa. Sobre os fatos, a coordenação do P1 me disse: “eu vou te contar toda a história, desde o início. Como você está acompanhando o P1, você tem que saber de tudo”. O monitor já havia participado da monitoria em outros editais e, como era “carente”, sempre era chamado, caso conseguisse se classificar nas vagas. Neste novo contrato, a coordenação do P1 não aprovava diversas de suas atitudes: falta de atenção às atividades, à equipe e aos alunos do programa; atrasos, faltas, mentiras e não cumprimento de tarefas; não assinatura do ponto para pagamento da bolsa; essas atitudes resultavam em reclamações junto à coordenação do P1.

O desgaste entre ambos resultava em falta de confiança da coordenação no monitor, e no sentimento de ser injustiçado por parte deste. Eles já não conseguiam sequer conversar sobre os problemas, de forma equilibrada. Em desabafo, a coordenação me disse: “Se eu não puxasse as orelhas, ele poderia amanhã se transformar em alguém pior, que cometesse grandes crimes, como esses que a gente vê nos noticiários, em escândalos” e disse ainda que o monitor pedira para sair. Não foi possível ouvi-lo, pois ele se desligou de forma inesperada, sem que eu acessasse sua versão dos fatos e visão sobre o programa. Entretanto, alguns episódios relatados pela coordenação do P1 foram presenciados por mim. Em sala, pude observar apenas uma de suas aulas.

Com sua saída, passei a acompanhar o monitor que o substituiu, mas este também precisou trocar de turma, por questões de horário de aula no IFPB e assim, a turma teve, ao todo, três monitores. A coordenação do P1 zelava pela imagem programa, pela responsabilidade dos monitores e pela motivação dos alunos: “tem gente

³⁹² Até o final da coleta de dados, nenhuma mudança na estrutura de aulas de IB foi identificada

³⁹³ Assim como na turma de MMC, alguns alunos apresentavam características próprias: uma senhora de cabelos grisalhos, levava a sua “caderneta” para a aula e nela registrava informações, a cada explicação do monitor; outra senhora entoava ritos religiosos no pátio; outra aluna trabalhava durante as aulas, recebendo ligações e “carregando créditos em celulares” através de uma máquina portátil.

que pensa que porque trabalha com comunidade pode fazer o que bem quer. Mas as pessoas da comunidade não são bobas não, é preciso fazer as coisas direito”.

Em termos da relação com os alunos, esses tinham um hábito que favorecia a aproximação: eles chegavam antes da aula e se reuniam no pátio. Então, nós conversamos diversas vezes e eu pude descobrir fatos sobre os cursos de IB, colher um pouco das suas expectativas e angústias: alguns alunos já tinham contato com computador, mas frequentavam o curso porque precisavam do certificado, “para questões de trabalho”, ou precisavam aprender algumas coisas novas; outros alunos, ao tirar notas baixas nas provas do curso, já faziam novas inscrições na lista de espera da próxima turma, de forma a rever todo o conteúdo e assim aprender mais³⁹⁴.

Entretanto, outros, geralmente jovens, fugiam de mim, alguns chegando a se mudar de bancada, caso eu sentasse ao seu lado para a observação nas aulas³⁹⁵. Outro momento que abriu possibilidades de aproximação entre mim e a turma foi a aula sobre internet e, mais especificamente, correio eletrônico, quando os alunos tiveram que enviar e-mails para o colega sentado à sua esquerda. Nessa atividade, o monitor me inseriu, e dessa forma, pude interagir com as alunas das bancadas vizinhas, trocando e-mail com elas, informações e boas risadas sobre as figurinhas (*emoticon*³⁹⁶) que eu acrescentava no email e chamavam a atenção das alunas, que não conheciam esse divertido recurso. A aproximação abriu espaço para os primeiros contatos com algumas alunas, entre elas, uma adolescente que se mostrava quieta e desinteressada nos contatos comigo.

Em aulas seguintes, ainda sobre internet, considerando que diversas barreiras já haviam sido quebradas entre mim e os alunos, e que havia a pretensão de permanecer em contato após o curso, “fizemos amizade” no *Facebook*. Assim sendo, o *Facebook* tornou-se um ambiente de observação durante a pesquisa. Em virtude principalmente da dificuldade de aproximação de alguns alunos, que pareciam resistir ao contato comigo, usei a estratégia de procurar conhecer um pouco mais de perto cada um deles, ou pelo menos, conhecer a imagem que eles procuravam criar de si, a sua identidade virtual,

³⁹⁴ "Quem usa *Facebook*, *WhatsApp*, fica mais fácil, mas para quem tá aprendendo pela primeira vez é muito difícil. Se eu tivesse como praticar mais durante o curso, talvez não fosse preciso repetir as aulas”.

³⁹⁵ E assim veio mais uma vez a hipótese de que algumas pessoas ofereciam resistência à pesquisa, talvez por dificuldade na construção da interação com outros, ou especialmente, comigo, por ser pesquisadora ou por outras questões pessoais que eu desconhecia.

³⁹⁶ Imagens ou desenhos que representam a junção das palavras *emotion* (emoção) e *icon* (ícone). A ideia do *emoticon* é expressar emoções ou sentimentos juntamente com os textos trocados pelas pessoas envolvidas na comunicação eletrônica, tornando-a menos “impessoal” ou “fria”.

divulgada aos demais usuários das redes sociais, através da internet³⁹⁷. No momento da pesquisa, o *Facebook* era reconhecido como a rede social com o maior número de usuários no Brasil e no mundo, e vários alunos do P1 faziam parte dela, utilizando-a como ambiente para formação de grupos de interação (como o grupo de MMC), e como ambiente para exposição de seus perfis de usuário (em todas as aulas, referentes às turmas acompanhadas, vários alunos foram vistos navegando no *Facebook*).

Se a utilização do *Facebook* como estratégia para aproximação entre mim e os alunos na turma de MMC se deu a partir do grupo, na turma de IB, os vínculos entre nós na rede se deram de forma mais natural, geralmente, refletindo o vínculo físico-emocional criado entre nós. Embora tenha estabelecido uma relação pessoal com alguns alunos da turma de MMC, o que se refletiu em abertura para conversas nos intervalos de aula, receptividade para ações em sala e para meus convites no *Facebook*, nesta turma a maioria dos alunos eram jovens homens e alguns apresentaram algum tipo de resistência à aproximação. Na turma de IB, composta em sua maioria por mulheres, algumas de mais idade que eu, a receptividade para as atividades de pesquisa foram consideradas equivalentes às da outra turma, mas, para um vínculo mais pessoal, a abertura da turma de IB pareceu maior, e assim criamos alguns vínculos, inclusive baseados em TIC.

Mesmo após o término das aulas, alguns alunos (inclusive entre aqueles que haviam interagido pouco comigo) me enviaram solicitações de amizade, permitindo a criação de novos vínculos a partir das TIC. Essa vivência de criação de vínculos através das TIC foi algo não pensado anteriormente por mim, inclusive pelo perfil reservado que sempre mantive nas redes sociais³⁹⁸. Entendendo a importância das TIC para contatos pessoais e profissionais no formato moldado pela sociedade moderna e suas conexões em rede, refleti sobre a importância de quebrar a minha resistência no que diz respeito a “adicionar contatos” que representassem vínculos com pessoas “pouco conhecidas” ou “quase desconhecidas”, principalmente com a expectativa de que esses relacionamentos pudessem progredir e nos tornar mais próximos.

³⁹⁷ Alguns alunos que resistiram às entrevistas mantiveram contato comigo através do *Facebook*, e assim acompanhei suas postagens. As conexões na rede permitiram o contato com algumas de suas questões pessoais, que talvez jamais fossem percebidas em sala de aula, por serem aspectos muitas vezes íntimos e que não viriam à tona em um ambiente mais frio e técnico, um ambiente de qualificação. Através da rede, talvez o P1 pudesse conhecer mais de perto o auto-retrato do seu público-alvo. Por exemplo, apesar de ser bem quieta e calada no P1, no *Facebook* uma aluna adolescente se mostrou bastante ativa, postando fotos pessoais, expressando sua opinião sobre pessoas e situações, como nos relatos sobre seu amor pela mãe e pelo sobrinho, seu sofrimento e de toda a família por ter uma de suas irmãs presa, mais uma vez, como integrante da “okd”, seu recente namoro, seus recados às “invejosas e recalçadas”.

³⁹⁸ Antes da pesquisa, mantive perfis nas redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*) conectando-me apenas com pessoas próximas, como familiares e amigos com quem convivia.

3.3.2.4) As entrevistas formais

O trabalho de pesquisa junto ao P1 e ao P2 se deu em momentos de pesquisa nem sempre coincidentes e com características próprias³⁹⁹. O contato com o P1 atravessou todas as fases, já o P2 não havia sido criado na fase inicial. Assim sendo, as entrevistas formais foram utilizadas apenas na primeira fase, sendo realizadas com indivíduos que não participavam diretamente dos debates sobre a avaliação do P1. Entrevistá-los me pareceu uma possibilidade de acesso às suas visões sobre ID e, assim, conversas individuais foram realizadas com aqueles que se dispuseram a dialogar.

A tese utilizou entrevistas temáticas que buscaram interpretar as ações de ID na trajetória dos entrevistados, promovidas pelo IFPB, outras instituições ou pelo indivíduo. A entrevista temática versa prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, tendo como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência (Alberti, 2005). Essa entrevista é desenvolvida a partir de um roteiro geral que serve como base para a elaboração de roteiros individuais e, posteriormente, como instrumento de avaliação dos resultados da pesquisa, permitindo que se identifiquem divergências, recorrências ou ainda concordâncias, aprofundando as possibilidades de análise do acervo.

Com relação aos extensionistas (*stakeholders* ativos), foram colhidos fatos para entender como os seus idealizadores relacionaram as ações de ID à promoção da inclusão social e da cidadania. Quanto aos “beneficiários” (*stakeholders* receptivos), foram colhidos fatos buscando apresentar as visões desses indivíduos sobre como as ações de ID se relacionaram à inclusão social e à promoção da cidadania, ao longo da sua trajetória de vida e de possíveis transformações nesta.

A história oral pode ser utilizada com alguns objetivos próprios: recobrir os relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação; completar alguma documentação existente; dar voz àqueles que não se expressaram no registro documental, mas participaram ou testemunharam tal trajetória. Qualquer tema, desde que seja contemporâneo (isto é, ainda vivem pessoas que possam falar sobre ele) é passível de ser investigado através da história oral. Entretanto, esse método supõe que

³⁹⁹ Essas características dependeram, por exemplo, da abertura de cada programa para a pesquisa, da relação que mantinham com seus parceiros e comigo, e até da minha “maturidade” para enxergar que tipo de acesso revelaria fatos para a pesquisa (observação, entrevistas ou conversas menos formais). Com relação aos demais contatos (além das entrevistas), ao fatos colhidos através de conversas informais ou observação foram registrados no caderno de campo, buscando-se relatá-los de forma fiel. Por sua vez, os dados colhidos através de TIC (principalmente em grupos de *WhatsApp*), foram retratados conforme se apresentaram nos canais de comunicação, baseando-se em temas livres, propostos por qualquer um dos agentes envolvidos nesses grupos ou nas conversas individuais, relacionando-se às ações no N1 e N2.

seja efetivamente relevante a recuperação do tema estudado sob a concepção dos que o vivenciaram, pressupondo a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e veem o tema em questão?”, sendo útil, por exemplo, no estudo de padrões de socialização e de trajetórias, e vista como sendo a melhor forma de reconstruir os particulares triviais das vidas das pessoas, devido à riqueza de detalhes que pode proporcionar à pesquisa, favorecendo a “descrição densa” (Alberti, 2004; Alberti, 2005; Prins, 1992; Queiroz, 1988).

As entrevistas tiveram como guia um roteiro geral, elaborado de acordo com os objetivos da tese e com as questões levantadas durante as pesquisas nas fontes primárias e secundárias. O roteiro ajudou a identificar o que já se sabia sobre o objeto de estudo, e aquilo que se deseja saber através das entrevistas, abarcando questões que foram definidas como gerais a todos os entrevistados e buscando acessar diversas visões sobre ID e sobre suas ações. Vislumbrando a possibilidade de obter contextos mais completos de informações relacionadas ao tema central, a ID, as entrevistas realizaram a apreensão de “respostas” ou comentários dos entrevistados de forma narrativa.

A história oral se baseia em narrativas, que revelam o significado dos processos sociais criados, compreendidos, criticados ou destruídos pelos indivíduos com base na narração de suas experiências e ações na sociedade, e assim permitem a investigação detalhada e minuciosa dos contextos das experiências dos indivíduos e quais fatores produziram mudanças ou motivaram ações em suas trajetórias de vida. Entre as situações em que a narrativa é indicada estão: projetos em que variadas “versões” estão em jogo, uma vez que grupos sociais diferentes constroem histórias diferentes, sob perspectivas baseadas em eixos diferentes, e as maneiras como elas diferem são importantes para se apreender a dinâmica plena dos fatos; projetos em que as histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam (Jovchelovitch e Bauer, 2002; Fanton, 2011).

“Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 30). Além dos roteiros geral e individual, utilizei o caderno de campo, registrando informações diversas a respeito do entrevistado e da relação que com ele estabeleci (desde o primeiro contato - os canais de mediação entre mim e o entrevistado; a reação do entrevistado ao ser convidado para a

entrevista; descrições sobre como ocorreu a entrevista; entre outros aspectos). As entrevistas foram realizadas de forma cuidadosa, respeitando as questões éticas em geral e, especificamente, de cessão de direitos das entrevistas.

O contexto das entrevistas foi proposto no sentido de colher dados para avaliar a relação entre o P1 e a promoção da cidadania e da inclusão social. Assim sendo, em 2015, intensifiquei os contatos com a equipe e os alunos deste programa. Ao longo dos “convites feitos aos alunos para participar da pesquisa⁴⁰⁰”, senti a resistência dos jovens adolescentes para as entrevistas. Em sua maioria tímidos e mais retraídos para conversas com os adultos (inclusive comigo), eles só pareciam estar à vontade em rodas de conversa e momentos de socialização com outros da sua faixa etária.

Já as pessoas de mais idade diziam perceber a importância dos pontos trabalhados na pesquisa e que o interesse do IFPB sinalizava que poderiam ser propostas mudanças para melhorar ou ampliar as ações no programa. Isso os motivava a participar. Nesse contexto, senti que teria que ser muito cuidadosa, para não ser invasiva, pois o fato de eu ser professora no IFPB poderia deixar as pessoas constrangidas para recusar os convites para as conversas individuais.

A estratégia então foi me manter presente às aulas de forma a tentar me aproximar mais dos alunos e assim tentar conseguir novos adeptos à pesquisa, além de fazer os convites reforçando sempre o discurso de que a participação do aluno seria totalmente voluntária, e que ele poderia sair da pesquisa no momento em que desejasse, e ainda explicando a possibilidade de realizar as entrevistas em grupo, por acreditar que o perfil de indivíduo jovem se sentiria mais à vontade em conversas coletivas. Todos ouviram atentos os convites, mas nenhum dos potenciais favorecidos pelas conversas em grupo me procurou para as conversas⁴⁰¹.

⁴⁰⁰ A princípio, o convite para as entrevistas foi coletivo. Suspeitando que talvez ele não fosse suficiente para me aproximar dos mais tímidos, perguntei a cada aluno se gostaria de conversar, deixando-o à vontade para o “sim” ou o “não”. Alguns chegaram a marcar comigo, e depois desistiram. Eu ainda perguntei se gostariam de agendar uma nova data mas eles se evadiam: “Ainda não sei quando vou poder. Eu marco quando souber”. Outros responderam que “não gostariam”. Como eu havia construído uma relação próxima com alguns alunos, e porque eles haviam sido entrevistados e julgavam importante a entrevista, eles tentaram quebrar a resistência dos colegas: “Essa pesquisa é muito importante, eu gostei muito!”; “Vai, não tem nada demais. Não seja tímida”; “Marca com ela, sua opinião é muito importante”.

⁴⁰¹ Entendendo o limite entre convidar e persuadir, e considerando as diversas tentativas de contato com esse perfil de alunos, e a resistência deles para conversar comigo, decidi não mais insistir nos contatos, porém me mantive aberta a recebê-los, caso desejassem conversar. Para minimizar esse problema, na turma de MMC, eu e o monitor planejamos uma atividade para ouvi-los sobre as relações entre suas rotinas de vida e as TIC, e a executamos, na última aula. Todos os entrevistados eram maiores de 18 anos.

Para organizar as entrevistas, estruturei os roteiros⁴⁰² para conversar com os pesquisados. Os executores das ações de ID, ou monitores das aulas no P1, deveriam participar de um tipo de entrevista. Já os alunos do P1 poderiam participar de quatro tipos de entrevista, dependendo do que fosse sendo percebido para cada entrevistado, no percurso da conversa. Para cada tipo de entrevista existiu um roteiro e um quadro de análise correspondente (mapeamento). A ideia foi propor um roteiro mais enxuto, em forma de “temas”, e deixar que as pessoas falassem mais livremente sobre eles, sem que perguntas interrompessem reflexões importantes provenientes de um diálogo mais prático por parte do entrevistado.

As perguntas começavam de forma padronizada, seguindo a ideia de investigação geral do roteiro, entretanto, cada entrevista era ajustada de acordo com o andamento da interação pesquisa-entrevistado, sendo feitas perguntas não previstas no roteiro ou descartadas perguntas que nele estavam, mas que não foram consideradas relevantes para determinadas entrevistas. Por outro lado, o mapeamento tratou itens que poderiam me orientar na interpretação da entrevista e me ajudar a tratar os dados. Ou seja, o roteiro foi usado para entrevista e posterior “organização” dos dados colhidos na entrevista. Um dos laboratórios da PROEXC se tornou o ambiente oficial das entrevistas⁴⁰³.

Foram realizadas todas as entrevistas que haviam sido planejadas com alunos e monitores (já que alguns alunos não quiseram participar, foram planejadas apenas entrevistas com aqueles que haviam concordado em dialogar⁴⁰⁴). Os participantes assinaram um termo de consentimento⁴⁰⁵ como forma de autorizar o uso das informações sobre sua participação pela pesquisa. Ao todo foram dezessete entrevistas, sendo três com monitores. Algumas mudanças nos roteiros foram feitas ao longo da execução das entrevistas. Como lição aprendida das entrevistas anteriores, percebi que os roteiros utilizados com os alunos do P1 estavam muito extensos, um pouco confusos

⁴⁰² Os roteiros de entrevistas foram direcionados a formuladores (Rodrigues, 2015g) e executores (Rodrigues, 2015h) de ações, e ainda ao seu público alvo (Rodrigues, 2015i, 2015j, 2015l, 2015m).

⁴⁰³ Havia um ritual de preparação do ambiente para as conversas. Duas cadeiras eram posicionadas uma de frente para a outra, sendo separadas por uma bancada de madeira onde deveria ter um computador, em caso de aula de informática. Eu afastava o computador, deixando espaço para que o entrevistado estivesse mais confortável para a conversa. Entre nós ficavam os dispositivos que gravariam a conversa, caso o entrevistado permitisse e, ao meu lado, os roteiros, para o caso de ser necessário visualizá-los. Antes das entrevistas começarem, eu revisava os temas e me certificava de que os aparelhos para gravação estavam funcionando (um *tablet* e um *smartphone*, simultaneamente utilizados, para manter *backup* das falas).

⁴⁰⁴ Sobre a resistência às conversas comigo (formais ou mesmo informais), entendi que esse fato era parte importante do exercício da pesquisa e devia ser considerado enquanto tal, e assim procurei descobrir e superar essas dificuldades ou considere que a resistência seria um dado da pesquisa.

⁴⁰⁵ O modelo do termo de consentimento pode ser acessado em Rodrigues (2015t).

e traziam perguntas repetitivas. Realizar “rodadas de entrevistas” me ajudou a refinar tanto o roteiro quanto a sua utilização na execução das perguntas, além de me deixar mais familiarizada com os temas abordados. Então, passei a levar um único roteiro, que representou a fusão dos principais pontos utilizados nas entrevistas anteriores, e adicionei novas perguntas sugeridas por minha orientadora. O novo roteiro foi utilizado a partir de macrotemas ao invés de perguntas mais detalhadas sobre um mesmo tema.

Essa abordagem deixou o entrevistado mais à vontade e lhe deu a possibilidade de falar sobre o que considerou importante, o que fez com que as falas fluíssem mais livremente, e me trouxe a oportunidade de ouvir até o que eu nem imaginava que pudesse ser falado, mas que surpreendentemente abriu perspectivas interessantes para a pesquisa. Nessas falas, vieram detalhes que não poderiam ser “padronizados” em respostas previstas, mas que se tornaram fontes “específicas” de reflexão inclusive para os pontos que mereceriam atenção nas próximas investigações. Algo percebido em quase todas as falas foi a ausência de visão de como a ID e a internet poderiam favorecer a cultura, a política, e outros aspectos de cidadania no modelo de sociedade em rede⁴⁰⁶.

Em geral, as entrevistas foram gravadas e transcritas⁴⁰⁷, e o diário de campo se manteve em dia, com relatos sobre observações e conteúdos das conversas. Algumas dificuldades para realização das entrevistas foram: os alunos tinham pouco tempo disponível para conversar, uma vez que boa parte deles chegava no horário previsto para o início das aulas, e alguns saíam da sala de aula já apressados para ir embora. Com alguns, só tive o intervalo de 20 minutos entre as aulas para dialogar. Por outro lado, outras entrevistas foram longas e intensas, uma delas durou mais de duas horas⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ Embora as entrevistas tivessem muito mais a revelar, as evidências de que as TIC deveriam ser apresentadas além das características técnicas me fez propor imediatamente uma palestra sobre “ID cidadã” ao final dos cursos do P1. Essa sugestão não representava uma proposta estrutural, mas algo a ser desenvolvido enquanto o P1 ainda era replanejado. Entretanto, essa palestra nunca foi realizada pelo P1.

⁴⁰⁷ As entrevistas podem ser acessadas em Rodrigues (2015p). Apenas dois alunos me pediram para não gravar suas falas, mas permitiram que eu as copiasse. Dois entrevistados pediram para receber os áudios das suas entrevistas e eu lhes enviei por email. Sobre o cuidado com as mídias, mantive arquivado o *backup* das entrevistas em áudio, para eventual comprovação. Sobre suas transcrições, embora soubesse que poderia fazê-las de forma mais seletiva, até que avaliasse o que seria necessário, o receio de perder algum áudio me levou transcrevê-las sempre que tive espaço no cronograma das atividades da pesquisa.

⁴⁰⁸ Realizada com uma aluna que se negou duas vezes a conversar, mas depois “pediu” para participar. Ao começar a entrevista, eu não fazia ideia do que vinha pela frente. Logo que chegou, revelou, com lágrimas nos olhos e mãos trêmulas e frias: “eu pensei em não vir hoje [...] mataram o irmão de um amiguinho da minha filha, que mora na minha rua. Isso doeu nas minhas carnes. [...] Mas depois eu achei bom vir, para não ficar pensando [...] Vamos falar de coisas boas”. E assim a conversa se deu, de forma mais voltada a reflexões sobre a vida do que sobre ID. Conversamos por mais de duas horas, na entrevista mais longa da pesquisa. Por diversas vezes foram tratados temas pessoais, que iam e vinham em uma conversa aberta sobre loucura, morte, valores humanos, filhos, educação, violência, sociedade moderna e sobre “ter Deus

Ainda sobre as entrevistas, tive a oportunidade de conversar com uma secretária terceirizada na PROEXC e de entrevistar um ex-aluno do P1⁴⁰⁹, por sugestão dela, e a partir deles pude entender que os cursos no P1 de alguma forma haviam produzido mudanças em suas trajetórias. No caso da secretária, ela se destacava na PROEXC por sua rede de relações. Ela “estava por dentro de tudo, dava conta de tudo, desenrolava tudo”, executando suas atribuições e indo além delas (“se metendo até onde não era chamada”), o que agradava a uns, mas era desaprovado por outros.

Por diversas vezes, ela me cumprimentou e aproveitou para esticar a conversa sobre diversos assuntos. Um certo dia, contou-me que ela e outra secretária da PROEXC haviam sido alunas da Casa Brasil, do curso de IB, na primeira turma ofertada. Ela falou emocionada sobre como achava aquele projeto lindo, como ele havia sido importante para o CEFET e para as pessoas, como no caso dela, que havia chegado ao CEFET como parte do pessoal de limpeza e com o tempo, após o curso de IB, havia passado para a função de secretária. Essa era uma prática no IFPB, não apenas permitir, mas apoiar a ideia de que os profissionais terceirizados pudessem optar pela mudança de função a partir das habilidades adquiridas, por exemplo, nas aulas de IB.

Nas entrevistas, os monitores foram ouvidos enquanto executores das ações de ID no P1, pois eles davam as aulas, preparavam material, conduziam as turmas e, assim, faziam o dia a dia junto aos alunos. Ouvi-los foi importante para conhecer suas visões sobre inclusão, uso de tecnologias, principalmente TIC, impressões sobre o P1 e seus resultados, e até sobre relatos que nem foram previstos, mas que considere importantes enquanto feedback para a coordenação do programa, gestão da PROEXC e para a pesquisa. Trechos das conversas com os monitores podem ser lidos no Quadro 32.

no coração”, e de vez em quando, sobre TIC e ID. Após a conversa, a aluna disse: “Eu agora que quero fazer a entrevista: por que você não faz Psicologia? Você leva jeito! Sabe ouvir e falar!”

⁴⁰⁹ Aquele ex-aluno era visto pela secretária como o protagonista de uma história de “sucesso” das ações de ID no IFPB: “Esse menino tem uma história de vida linda! É muito batalhador”. O rapaz era filho de uma lavadeira, sua mãe casara novamente e naquele novo lar existia violência doméstica. Uma vez que residiam nas imediações da PROEXC, a mãe sempre perguntava se tinha algum curso que os filhos pudessem fazer. E assim ele chegou até o P1, e as pessoas na PROEXC puderam ver sua dedicação aos estudos, sua determinação para mudar de vida. Ao conhecer seus problemas e sonhos, a secretária não mediu esforços para ajudá-lo. Mobilizou pessoas e recursos para que ele pudesse entrar no prédio, além dos horários no P1, e assim estudar, usar os computadores, e “ter paz” para correr atrás dos seus objetivos. E assim foi feito. Ele foi aprovado no curso de Direito da UFPB, e sua vida se transformou: passou a trabalhar, depois a estagiar em escritório de Direito e foi morar sozinho. O nome do seu irmão estava na lista de espera de IB “na esperança de que ele também pudesse trilhar bons caminhos”.

Quadro 32 - Trechos de entrevistas com monitores do P1⁴¹⁰

Trecho 1

Como a gente poderia dizer que o P1 ajuda, apoia ou tem a expectativa de apoiar essa inclusão social e promoção de cidadania? “Eu vejo que os alunos que são nosso público alvo, como eles são de comunidades carentes, muitas vezes, eles podem ter algum tipo de más amizades, né? Então, de certa forma, o nosso programa, o P1, ele tenta resgatar esses jovens dessas comunidades e também da violência, porque ele ocupa a mente dessas pessoas, desses jovens adolescentes com um curso, né? Então eles têm que vir todas as manhãs aqui fazer o curso e eles poderiam estar na comunidade deles fazendo outras coisas, se envolvendo com drogas, com violência e tal. Então, de certa forma, essa questão social, eu vejo que, o P1, ele promove essa inclusão social também, né? Além de oferecer as perspectivas de trabalho, esse resgate dessas comunidades”.

Você conhece números desses resultados para passar para a gente? Tem uma previsão de quantos conseguiram se empregar na área? “Assim, que eu tive contato, com 2 ou 3, mas os outros podem ter tido contatos também de trabalho, mas eu não tive esse acompanhamento”.

Trecho 2

Como você enxerga que o P1 contribui para a inclusão digital dos beneficiários? “O P1 promove ministrando aula de informática pra quem não sabe nem ligar o computador pra sair daqui aprendendo a ligar, manusear, trabalhar com Windows, Word, trabalhar da forma básica. O curso de informática básica, o pessoal vai sair daqui sabendo, que pode ajudar eles numa entrevista de emprego, porque, hoje em dia, todos os empregos têm que ter pelo menos um curso básico. Tudo tá relacionado a computador. A pessoa tem que saber assim como, informática básica, montagem e manutenção, que aqui também existe e isso ajuda no desenvolvimento da pessoa. [...] a pessoa vai sair daqui aprendendo [...] vai saber como acessar uma internet, por exemplo, no final do curso, vai poder lidar com qualquer coisa que ela lida... Entrar em contato com outras pessoas através do computador, através da inclusão que ela tá tendo ao acessar aquela determinada página, a ver determinado conteúdo na internet, a criar um email. [...] eu acho que a pessoa vai sair daqui bem direcionada”.

Se o P1 pode contribuir nessas ações, por exemplo, com relação à questão econômica, de trabalho, com relação à questão cognitiva, educacional e com relação mesmo à questão política, isso estaria bem próximo do que a Rede Extensão tá tentando trazer, enquanto filosofia, ou enfim, trabalho... Como favorecer ou qual a expectativa de poder favorecer mais esses aspectos, a partir do P1? “Em relação à educação, já foi feito aqui, pode acontecer novamente, de uma menina que veio fazer o curso de informática básica. Ela já sabia mexer, mas fazendo o curso, ela se viu voltada mais pra área. Hoje em dia, ela ainda cursa o ensino médio, mas ela vê [...] que o mercado de trabalho dela, ela já viu que vai ser desenvolvido justamente nessa área.. Ela viu que se dava bem nas atividades que a gente fazia aqui [...]. Em relação à política, [...] sinceramente, eu não sei comentar nada a respeito disso. Relacionado ao trabalho, tem um caso, a menina hoje em dia tá trabalhando. [...] depois que ela conseguiu o curso de informática básica, ela trabalha no shopping, é caixa. Mas tinha que saber informática. [...] Precisava desse certificado lá. Ela conseguiu a vaga depois que saiu daqui”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015)

Com relação aos alunos entrevistados, um resumo do cenário de cada um deles ajuda a apresentar o público alvo do P1 em 2015, de forma menos abstrata, mais microespecificada, conforme Quadro 33.

Quadro 33 – Resumo dos cenários dos alunos no P1

Aluno1	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Eu tenho 27 anos, trabalhei no ramo de comércio, saí há pouco tempo, moro com minha mãe e meu irmão... o cotidiano lá de casa é só isso mesmo”.	

⁴¹⁰ O quadro apresenta temas que se destacaram nas entrevistas. O material completo trata outros temas relacionados, entre eles: a relação entre os cursos e as perspectivas de um “futuro melhor” e expectativas de trabalho; a dificuldade de percepção da relação entre TIC e aspectos culturais, políticos; a ideia de que o curso de IB é suficiente para tornar o aluno autônomo em TIC; a interpretação sobre o que as pessoas fazem na internet (uso de redes sociais, jogos e emails, envio de currículos, acesso a portais de notícias); a inexistência de relações entre o P1 e empresas, para oferta de estágios aos alunos; os problemas na divulgação dos cursos, de evasão dos alunos e o desejo de ampliação do programa em alcance junto a mais indivíduos e grupos sociais, e de novas ações; a ideia de levar os cursos aos espaços comunitários, para diminuir a evasão; a ausência de acompanhamento dos alunos egressos, com relação ao que mudou nas suas trajetórias pessoais/profissionais, após o curso; o desenvolvimento dos monitores quanto às aptidões para lecionar, falar em público, interagir com pessoas, e à satisfação por ajudar as comunidades.

<u>Impressões:</u> Gosto por informática. Através de rede social, postou com frequência material pornográfico ou violento, e demonstrou carência efetiva.	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava internet para buscas, redes sociais, editores de texto para trabalho.	
Aluna2	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Eu tenho 21, eu tô fazendo o superior incompleto ainda, então a educação para mim sempre foi meu foco principal. E sempre estar estudando, me atualizando e sabendo mais coisas sempre foi meu objetivo. Eu moro sozinha, sou natural do Acre e eu vim para prestar minha graduação aqui, Engenharia Elétrica aqui no IFPB”.	
<u>Impressões:</u> Autonomia no uso de TIC. Através de rede social, postou sua trajetória acadêmica ascendente, mantendo a discrição nos aspectos da vida pessoal.	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava intensivamente TIC nas rotinas diárias. Revelou que faz “tudo pelo celular”, pela praticidade e pelo cenário de insegurança e medo que se vive no Brasil.	
Aluno3	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Eu tenho 20 anos, faço o 4º ano de eletrônica no IFPB, eu faço parte de um projeto da PROEXC, da Rede Extensão. Estou prestes a fazer o Enem para ir pro superior. Eu moro com minha mãe e meus irmãos. São quatro irmãos, todos eles menores de idade, e três estão na escola já. Minha mãe ela tem apenas o ensino fundamental. Ela não trabalha, a gente tem uma pensão porque meu pai faleceu”.	
<u>Impressões:</u> Uma forte ligação com a PROEXC, admiração por seus projetos e ações. Esse aluno não foi acompanhado através de redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Uso de TIC mais para fins acadêmicos e lazer (assistir a filmes)	
Aluno4	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Possuo 20 anos, moro com meus pais. Sou solteiro. Já trabalhei mas não estou trabalhando no momento. Concluí o ensino médio e quero fazer faculdade em computação”.	
<u>Impressões:</u> Gosto por informática, perfil empreendedor (realizou atividades técnicas de MMC antes mesmo de terminar o curso). Usava a camisa do IFPB para ir às aulas, mesmo não sendo aluno em cursos regulares na instituição. Nas redes sociais, fazia postagens sobre prestação de serviços em MMC. “Faço bico em MMC”.	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava redes sociais, usava ainda TIC para trabalhos, busca de informações, compras online.	
Aluno5	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Moro com minha mãe e meu irmão pequeno, estou terminando o ensino médio.”	
<u>Impressões:</u> Gosto pela informática, autodidata em TIC, realizou diversas ações ao longo do desenvolvimento da tese, como buscar outras qualificações e abrir empresa em informática. Nas redes sociais, postou sobre a vida pessoal, inclusive problemas, e sobre seus trabalhos com TIC (prestação de serviços em MMC, desenvolvimento de produtos de software, entre outros)	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Fazia uso básico e avançado de TIC, sendo este relacionado às perspectivas de profissionalização.	
Aluno6	Curso: MMC
<u>Como se descreveu:</u> “Eu tenho 20 anos agora, to cursando ensino superior, Ciências da Computação, na UFPB. Minha família principal é constituída pela minha mãe, meu padrasto e minha irmã. E meu pai. Meu pai mora separado da minha mãe. Atualmente, eu não moro com eles. Eu moro aqui, em João Pessoa, e eles moram na minha cidade natal, em outro estado. Eu convivo, aqui em João Pessoa, com alguns familiares, com primos e tios.”	
<u>Impressões:</u> Autonomia no uso de TIC. Através de rede social, postou sua trajetória acadêmica ascendente, e também diversos aspectos da vida pessoal, como viagens e passeios com familiares, amigos e namorada.	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Uso básico e avançado de TIC, sendo este relacionado às perspectivas acadêmicas e desenvolvimento técnico em Computação.	
Aluna7	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Tenho 35 anos, duas filhas, casada, assim eu sempre falo que eu não tive tempo de estudar, eu atrolei, passei por cima dessa etapa. Casei, tive minhas duas filhas, me separei ai tive que cuidar delas porque o pai não queria saber ai eu tive que cuidar.”	
<u>Impressões:</u> Curiosidade, motivação e pró-atividade para desenvolver o uso da informática. Através da rede social, postou aspectos da vida pessoal, como momentos com a família (esposo, filhas, neto).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava internet para buscas, redes sociais, editores de texto para trabalho.	
Aluna8	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Nasci no interior, na cidade de Areia, tenho 56 anos, nasci no mês de julho, dia 13, sou funcionária pública, trabalho como auxiliar de serviços gerais, e tenho dificuldade... Conclui o ensino médio mas foi um ensino médio assim que não foi muito bem feito, tenho muitas dificuldades, na escrita ainda, e sempre resisti de não aprender nada na área de informática.”	
<u>Impressões:</u> Nunca tinha tido contato com computador e apresentou muita dificuldade no uso de TIC ao longo	

do curso. Essa aluna não foi acompanhada através de redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Esteve em processo de “primeiros contatos” com as TIC, não tinha computador e nem <i>smartphone</i> .	
Aluna9	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Tenho 33. Eu já fui casada, já. Meu casamento não deu certo, passei treze anos, me separei e tenho um menino de 8 anos. No momento, não tenho condições de ficar com ele, porque eu tenho que trabalhar pra me manter, que eu moro sozinha. Ai eu trabalho e só posso pegar ele em final de semana. Ele fica com minha mãe”.	
<u>Impressões:</u> Sentia-se inferior, por “não ter estudo”. Teve muito “medo do curso de IB”, por se achar incapaz. Apresentou dificuldades e quase desistiu de tudo, mas concluiu o curso. Nas redes sociais, postou pouco (dizia não usar por não saber “escrever direito”), sobre aspectos da vida pessoal, como momentos com amigos e filho.	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava pouco as TIC, sendo redes sociais e sites de notícias.	
Aluna10	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> Apenas disse o nome.	
<u>Impressões:</u> Curiosidade, motivação e pró-atividade para desenvolver o uso da informática. Consciência com relação a direitos e deveres e perfil de luta para que o Estado cumprisse o seu papel na sociedade. Essa aluna não foi acompanhada através de redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Uso diversificado de recursos de TIC (emails, videoaulas, tradutores, sites de busca, redes sociais, editores de texto)	
Aluna11	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Sou casada, tenho 2 filhos, fiz o ensino médio completo e trabalho prestando serviço na prefeitura há mais de 15 anos”.	
<u>Impressões:</u> Gosto por informática para lazer. Através da rede social, postou aspectos da vida pessoal, como momentos com a família (esposo, filho e demais familiares).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Uso de redes sociais, sites notícias e músicas.	
Aluna12	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Aposentada, na terceira idade. Eu gosto de estar na terceira idade. A gente paga menos, as pessoas dão a cadeira a gente no ônibus. Vivo com minha filha e minha mãe em Campina Grande, mas toda semana venho a João Pessoa, passar um tempo com minha irmã. Possuo segundo grau incompleto, não terminei o supletivo”.	
<u>Impressões:</u> Havia começado outros cursos antes, mas desistira. Apresentou muita dificuldade no uso de TIC ao longo do curso e acabou desistindo de concluir o curso no P1. Essa aluna não foi acompanhada através de redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Não usava. Dizia que não tinha computador e nem <i>smartphone</i> .	
Aluna13	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Moro com minha filha, tenho 52 anos, segundo grau completo. Já trabalhei em São Paulo, ia ser modelo, depois tive uma filha e a minha vida mudou. Eu não vou mentir, não cheguei nem a casar. Gosto de trabalhar com vendas de roupas ou outros produtos”.	
<u>Impressões:</u> Havia começado outros cursos antes, mas desistira. Apresentou dificuldade no uso de TIC ao longo das aulas, mas concluiu o curso. Essa aluna não foi acompanhada através de redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Usava para ver “coisas da igreja”, do Pe. Fábio de Melo.	
Aluno14	Curso: IB
<u>Como se descreveu:</u> “Tenho 20 anos. Atualmente, eu sou universitário, tô no 5º período do curso de direito da Universidade Federal da Paraíba, moro sozinho, vim de uma família humilde e, a escola, ela sempre teve um papel muito importante na minha vida, no sentido de me proporcionar uma melhor qualidade de vida e poder me trazer novas perspectivas de futuro. Tenho quatro irmãos, cresci num lar onde apenas era eu, minha mãe, meu irmão por parte de mãe... morei com meu pai apenas até os cinco anos e, atualmente, eu estagio em um escritório de advocacia, procuro estudar pra concurso também”.	
<u>Impressões:</u> Curiosidade, motivação e pró-atividade para desenvolver o uso da informática. Esse aluno não foi acompanhado através das redes sociais (não tinha Facebook).	
<u>Evidências no uso de TIC:</u> Fazia uso relacionado às perspectivas acadêmicas e profissionais em Direito.	

Fonte: entrevistas individuais, observação e/ou rede social *Facebook* (2015 - 2018).

Com relação às entrevistas, diversas questões nortearam as conversas com os entrevistados. Sobre as perspectivas simbólicas e materiais do P1, a entrevista buscou interpretar quais seriam as expectativas e os significados dos cursos neste programa. As

respostas de diversos alunos reforçaram a relevância do certificado para o mercado de trabalho e profissionalização, aprendizagem e questões ligadas à sociabilidade, conforme Quadro 34⁴¹¹.

Quadro 34 - “Qual o seu objetivo? Qual a importância do curso?”

“Eu achei que era importante pra mim porque eu sempre tive vontade de aprender, de mexer em computador, só que a oportunidade sempre demora para chegar na vida da gente. Ai chegou o dia em que me deram essa oportunidade e eu agarrei, né? Assim com medo, mas né...”

“Eu não tenho computador, mas tenho o desejo de investir nisso, para o meu próprio uso em casa, com meus filhos, futuramente com os meus netos, que eu sei que vou precisar, que eu não tenho ainda mas eu sei que quando eles chegar e essa tecnologia vai estar lá em cima e ai de mim se eu não tiver de alguma forma acompanhando”.

“Voltei ao curso de IB para saber usar o computador. Da primeira vez que tentei fazer não deu certo, mas dessa vez quero aprender para ver coisas da igreja, a pregação da palavra de Deus, para me comunicar, para fazer contato no dia a dia com as pessoas, com minha filha”.

“Primeiramente eu devo confessar que é uma terapia, onde eu posso fugir um pouco dos problemas diários e ampliar os meus conhecimentos para futuramente usar no mercado de trabalho”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Sobre a escolha pelo IFPB, as respostas apresentaram esta instituição como uma referência diante do mercado de trabalho e enquanto instituição de educação, conforme pode ser visto no Quadro 35⁴¹².

Quadro 35 – “Por que o IFPB?”

“Em algumas empresas, o que vale, é o nome da instituição. Mesmo que você diga que sabe. Mas, se você não tem o certificado de uma instituição que tem credibilidade, não adianta nada [...] Então, isso vai enriquecer o meu currículo.”

“O IFPB, pra mim, sempre teve um peso maior, na questão de seriedade e qualidade de ensino, então sempre tive muito boas referências. [...] acredito que eu não poderia ter feito esse curso em outra instituição, que não fosse aqui”.

“Eu vim, no meu ensino fundamental, de escola particular e meu ensino médio no Instituto Federal. Eu consigo identificar uma grande diferença nesses dois âmbitos escolares, e acredito que, na instituição federal, eu pude ter uma complementação, além do estudo, mas também social e ético”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Sobre a experiência vivida no P1, as entrevistas buscaram compreender a opinião das pessoas tanto sobre a estrutura utilizada no programa quanto sobre os aspectos humanos. Em termos de estrutura, foi elogiada a aula inaugural e também o fato de os cursos serem práticos, sendo destacada a boa relação com professores e a experiência profissional destes. Alguns alunos estavam tendo o primeiro contato com computadores, outros estavam voltando a estudar, depois de alguns anos, o que despertou sentimentos particulares, diante das TIC e da vida em geral, conforme Quadro 36⁴¹³.

⁴¹¹ Outros temas relacionados: enriquecer o currículo; estudar e se manter atualizado; desenvolver conhecimento prático sobre computadores; prestar serviços em MMC; desenvolver questões pessoais, estando na terceira idade; acompanhar os hábitos em TIC nas relações com os jovens (filhos e netos).

⁴¹² Outros temas relacionados: o IFPB é visto como referência em inovação; indicações dos amigos.

⁴¹³ Outros temas relacionados: levar para toda a vida as reflexões da aula inaugural sobre valores humanos; dar importância ao fato da prática ser o foco do curso, o que favorecia o conhecimento para o mercado de trabalho; ter gostado muito dos cursos e desejar fazer novos cursos; surpreender-se com o

Quadro 36 – “Como foi a sua experiência no P1 (estrutura)?”

“Eu queria que tivessem mais oportunidades como essas pra eu poder aproveitar. [...] a gente tem que continuar promovendo conhecimento, que eu acho que é o que mais importa, e, principalmente, pra quem não tem condições de, por si só, adquirir esse conhecimento. Então, eu vejo isso muito na universidade, vários pesquisadores que atuam nessa área, e eu acho isso muito interessante [...] Tem o ditado que fala ‘você não tá dando um peixe, você tá ensinando a pescar’, então, esse ensinar a pescar, [...] tem mais valor, entendeu? Então, que continue o trabalho que tá sendo feito e que busque ainda melhorar e ofertar mais cursos aqui do P1, e promover mais projetos de extensão”.

“A primeira vez quando eu entrei aqui [...] eu fiquei ali, parece que a gente fica travada ali. Você fica pensando no que é que vai falar, se vai saber. Se dá uma folha pra você pra responder algum assunto, se você vai saber responder. Naquele dia [aula inaugural] eu estava ali congelada [...] porque fazia muito tempo que eu não entrava em um lugar assim, tipo um colégio, a gente senta nas cadeiras e já vem a imagem de uma sala de aula. [...] é igual a um adolescente quando tá começando a se formar. [...] eu entrei a primeira vez e fui mexer pela primeira vez no computador, eu não sabia nem como ligava, [...] porque eu nunca tive a oportunidade de fazer um curso. Tudo para mim foi novidade”.

“Eu louvo a Deus porque os professores aqui são pacientes, tem me ajudado e eu estou caminhando, to muito feliz, muito satisfeita pela oportunidade que eu to tendo de me atualizar com as palavras, que são bem desconhecidas do meu vocabulário, e ter assim o contato direto com o computador, que eu nunca tinha nem ligado um computador, então ta sendo assim muito importante pra mim, apesar de que eu acho que para aprender mesmo eu preciso fazer de novo, porque ainda tem muita coisa que eu sozinha ainda vou ter muita dificuldade né?”

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Em termos de relação com as pessoas, a equipe do P1 e da PROEXC também receberam muitos elogios, mas alguns alunos apontaram problemas nas relações aluno-aluno, influenciados pela facilidade ou dificuldade de uso de TIC, conforme Quadro 37⁴¹⁴.

Quadro 37 – “Como foi a sua experiência no P1 (pessoas)?”

“Eu acho que ela [coordenação do P1] não existe não [...] é difícil quem se preocupa com você, pra você fazer um curso, para você estudar, é raro ver. [...] eu dizia: ‘uma pessoa dessa, por que ela está se preocupando comigo?’ Porque a professora já formada, tem a carreira dela, não tem porque ela se preocupar... ela ia lá:, ‘faça o curso’ [...] é uma professora que fica incentivando você a crescer na vida mesmo [...] Tem uma frase que uma vez ela me falou, que a gente nunca deve desistir. [...] Porque eu já passei por tanta dificuldade, por que eu vou desistir do curso que é bom pra mim né? [...] A gente tem que ter força de vontade para aprender”.

“A turma que eu peguei foi excelente, porque teve gente ali que também tava, como o pessoal diz, no mesmo barco que eu... umas senhorinhas que nunca tiveram aula de informática, que não sabiam nem ligar. Ai quando eu aprendi já a ter um pouquinho de intimidade com o computador já fui lá e dei uma ajudinha, porque quando a gente está aprendendo tem que ajudar a quem não sabe né? [...] Tinha coisa que um não sabia já passava para outro. [...] Esse curso pra mim foi a melhor coisa que já aconteceu. Vou encerrar com chave de ouro porque eu nunca tinha tido uma aula de informática e os professores que eu peguei não tenho nem palavras assim para falar deles, foram excelentes”.

“Tudo é direitinho, agradável. Mas alguns colegas não batem com a gente. Ficam mangando, fazendo pouco das pessoas. Mas isso é a vida, eu passo por cima, sou muito na minha. O que vale é ter Deus e eu tenho Deus. A gente tem isso até em família. Se eu achar que tenho que dizer algo, eu digo, sem baixaria. [...] As pessoas deveriam respeitar as outras. Eu morava em sítio, e gostava de ensinar, alfabetizar. Pegava aqueles meninos sujos, e levava para dar aula. Eu estudei, trabalhei, me considero uma batalhadora. Eu sempre digo à minha filha que a gente não pode tratar mal as pessoas. A gente nunca sabe o dia de amanhã. Eu fui filha de pai rico, mas meu pai foi ingrato com a minha mãe. [...] Não sabemos o que será de nós amanhã, então mangoça, falta de respeito, desumanidade, isso não está certo”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

empenho da turma, mesmo sendo em sua maioria jovens e com a experiência do professor, já que MMC era um conteúdo difícil; sentir que contribuiu para melhoria do programa, a partir da entrevista sobre ID.

⁴¹⁴ Outros temas relacionados: ser bem tratado por todos, “mesmo sendo serviço público”; reconhecer que os professores gostam do que fazem, têm paciência, têm carinho pelo curso e prazer em ensinar.

Sobre pontos fortes, fracos e sugestões de melhorias no P1, foram relatados; as principais fragilidades se relacionaram ao acompanhamento das atividades fora de sala, espaço físico, quantidade de vagas e divulgação, além do fato de as turmas não serem niveladas e isso resultar em problemas no dia a dia das aulas; as características positivas foram o foco na prática, a colaboração para aprender, as qualidades individuais dos monitores; as principais melhorias sugeridas foram a ampliação da oferta de turmas e da disponibilidade dos monitores, a criação de novos cursos em novas áreas de conhecimento, a disponibilização de um espaço público aberto para uso de TIC pelas comunidades, conforme Quadro 38⁴¹⁵.

Quadro 38 – “O que foi bom, o que foi ruim, quais as suas sugestões de melhorias?”

“Negativo, acho só que deveriam fazer mais cursos, mais áreas, dar mais oportunidade. E o positivo, é que pelo menos tão tentando, né? [...] Só queria que continuassem ampliando os projetos aí. Pra dar mais oportunidade a quem quer”.

“A dificuldade que eu vejo não é do P1, as deficiências são minhas, sou lenta e tenho dificuldade demais [...]. Eu estou feliz! E fico muito grata pelo privilégio de ter conhecido esse lugar. Sei que é só o principio, de eu poder acrescentar mais aos meus conhecimentos, por exemplo, esse Espaço Público aí, que eu não sabia que já tinha tido, aqui, se ele vier a ser aberto, já que eu tenho dificuldade, quem sabe eu possa vir! Quero ser informada quando isso acontecer!”.

“O bom que você tá ali, tá ganhando conhecimento... se sente valorizado. [...]Tá todo mundo igual a mim, aprendendo, cada um com suas experiências, suas dificuldades, a gente vai aprendendo um com o outro... isso, pra mim, são coisas boas, que servem pra crescer. Em termos de o que deveria melhorar, seria a gente ter o que tinha antes, a Casa Brasil, um ambiente que a gente podia chegar e usar livremente, fazer um trabalho, pesquisa, assistir um filme, usar email, rede social... eu acho que seria bom pra gente, pra comunidade, pra pessoas que não têm os aparelhos em casa”.

“Eu vim ver se existia alguma sala onde eu pudesse usar, pra eu acessar internet, porque eu gosto de estudar pra Enem, concurso, então eu gosto de assistir videoaulas, acho mais prático do que só estudar no livro. Aí eu não tenho internet em casa, nem computador. Quando eu quero, tenho que usar na *lan-house*. Sai muito caro, por isso nem sempre uso”.

“Para me desenvolver mais dependeria de mim e do P1. Se eu quisesse usar em outros horários? [...] Eu viria se tivesse como usar [...] quando terminasse a minha obrigação, nos horários em que posso. Se eu tivesse o meu computador não precisaria, mas não tenho. Quem precisa iria achar bom se pudesse usar simultaneamente enquanto faz o curso. Quando a pessoa tá fazendo, tá aprendendo, fica estimulada, e deveria poder praticar. Talvez não precisasse repetir o curso, como muitos pensam em fazer de novo Informática Básica porque não puderam praticar e não aprenderam como gostariam. Isso eu digo para quem não sabe. Quem veio só pegar o certificado não precisa”.

“O curso em si ele é ótimo, o de Informática Básica, mas eu acho que o período é pequeno para algumas pessoas, por exemplo, tem pessoas ali que não sabem nem teclar. [...] Ai tem gente que fica disperso assim porque ele [o monitor] tem que voltar lá, ficar mais perto daquelas pessoas e o outro que já está mais na frente aí fica sem ter o que fazer. Eu acho que deveria ter ou duas turmas ou ter um horário extra pra essas pessoas que precisam de mais treino”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Ainda sobre as melhorias, alguns entrevistados deram sugestões sobre outras perspectivas de educação digital que poderiam ser trabalhadas no P1, como cursos ou

⁴¹⁵ Outros temas relacionados: sobre o lado bom, a qualidade e a motivação dos monitores (o que motivava os alunos), os cursos eram muito práticos; sobre os problemas: poucas turmas e vagas, alguns alunos não se comprometiam e atrapalhavam as aulas, indisponibilidade dos monitores para apoio em outros horários, falta de divulgação dos cursos, indisponibilidade de espaço aberto para uso de TIC; sobre as sugestões, conscientizar alunos sobre a importância dos cursos, melhorias nas salas e equipamentos, mais monitores e divulgação, oferecer espaço público para uso de TIC.

ações específicas, que foram desde a oferta de novos cursos, como programação, até a busca por ações pensadas de forma específica para novos nichos (grupos de mulheres ou idosos), a ampliação dos sentidos de uso das TIC (como exemplo, as redes sociais) e valorização do uso cidadão dessas tecnologias, conforme Quadro 39⁴¹⁶.

Quadro 39 – “Sugestões de melhoria, como cursos ou ações?”

“Mais opções de curso, alguns mais aprofundados... Acho que é introdução à programação... [...] porque existir aqui em João Pessoa, existe, mas não tem um projeto de extensão assim, são empresas particulares que oferecem isso e tem muita gente que não tem essa condição. E chama muita gente, melhora o mercado de trabalho, e, com certeza, as pessoas que fizerem esse curso, vão ter garantido alguma coisa, alguma renda”.

“Tem um curso que mainha fez, que a gente pagou pra ela, informática básica pra idoso, foi muito legal. Porque tem tanta gente idosa [...] às vezes elas ficam com receio de vir, porque só vai ter jovem, porque elas não vão saber acompanhar, e só com uma turminha delas ali, elas vão ficar mais à vontade”.

“E depois quem sabe até para crianças [o P1 trabalhar com crianças]. A educação, ela muda a vida de qualquer pessoa. [...] Mas a geração ao meu ver de hoje ela está crescendo sem essa educação digital propriamente dita [...] que é uma complexa inclusão digital, ela vai nas responsabilidades, em todos aqueles conceitos de segurança, de ética dentro do mundo virtual [...] tem muita criança também principalmente nas comunidades que não tem essa educação digital na escola, mesmo ou por parte da rede estadual ou municipal, muita vezes não acontece, ou falta professor”.

“Eu acho que o curso de informática, ele poderia ser conectado com outras áreas do conhecimento, né? Como cursos na área de assistente administrativo, poderia dar uma formação conjunta. Ou de recepcionista, sempre alinhando com outra área do conhecimento. Seria uma boa opção, até porque, o curso de informática, ele ensina a manipular a máquina, mas, a partir do momento que você também aprende outro ofício, acaba enriquecendo mais o conhecimento do aluno e trazendo mais perspectivas pra ele [...] Não apenas a possibilidade de dar o acesso à informação a essas pessoas, né? À cultura, enfim, ao conhecimento como um todo, mas também redimensionar aquelas pessoas que não têm nenhuma expectativa. [...] tem pessoas que vêm pra o curso obter um conhecimento, mas não tem um norte, né? [...] Então, acho que isso seria uma boa iniciativa pra poder trazer uma perspectiva de futuro pra essas pessoas”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015)

Sobre as mudanças ou transformações percebidas a partir das ações do P1, trechos das entrevistas individuais buscam contextualizar as impressões pessoais dos entrevistados sobre resultados pontuais em suas vidas (ou de outros) ou perspectivas futuras visualizadas. Alguns temas comentados foram o aumento da autoestima, o desenvolvimento da visão social, a solidariedade para inclusão, o despertar para novas possibilidades de uso das TIC, o desenvolvimento acadêmico e/ou profissional com base em TIC, conforme Quadro 40⁴¹⁷.

⁴¹⁶ Outros temas relacionados: ofertar IB em níveis (básicos ou mais avançados); ofertar mais cursos, como voltados à programação de computadores, design gráfico, montagem e manutenção de *notebooks*, *tablets* e celulares; procurar novos nichos para os cursos, como pessoas mais velhas, mulheres e crianças, e abrir turmas exclusivas para eles; reciclar computadores e doar a quem precisa; desenvolver campanhas nas escolas explicando que TIC não é “só para homens” e internet não é “só para *Facebook*”; ter parcerias com empresas ou setores internos para prática dos alunos através de estágio ou trabalho voluntário.

⁴¹⁷ Outros temas relacionados: vivenciar o “negócio social”, ajudando ao próximo; voltar a estudar, perceber-se capaz; superar o medo das TIC e achar que a internet “não é um bicho de 7 cabeças”; aprender a enfrentar desafios e agarrar as oportunidades da vida; ver as TIC associada a aspectos que ajudam a envelhecer e prevenir o isolamento da terceira idade; “abrir a mente”, trocando ócio ou preguiça por cursos e busca autônoma por conhecimento; mudar hábitos em TIC, trocando vícios em jogos e redes sociais por práticas moderadas e conhecimento técnico; mudar de ramo (por exemplo, comércio), e passar a trabalhar com MMC; ter autonomia por algumas práticas no computador; sentir-se

Quadro 40 – Trechos sobre mudanças, transformações ou planos futuros

“Antes eu só jogava, perdi uns 4 anos da minha vida sem fazer nada. De manhã a *lanhouse* abria e eu estava lá, fechava e eu estava lá, eu gostava muito de computador, mas apenas para jogar. Ai teve um tempo que começaram a *hackear* minha conta, foi quando eu quis saber como fizeram aquilo... ai eu fui me interessando por programas de computador, pelas linguagens e alguns componentes [...] Ai comecei a trabalhar em uma *lanhouse*, acho que com 11 anos eu acho, fiquei uns 2 anos lá, e cada vez eu me interessava mais... só que eu não tinha condições de pagar um curso, nada, ai tava aprendendo sozinho, só que eu [...] aprendia aleatoriamente... ai agora com o curso eu me organizei mais, tenho uma ideia melhor do que fazer no futuro: o curso de Tecnologias em Sistemas para Internet, e é isso ai”.

“Eu acho que é uma troca sabe? Tanto o projeto traz a cidadania para as pessoas, das comunidades [...] educação, responsabilidade, todos esses valores, como também as pessoas trazem para o projeto. Porque não só o projeto entra na vida das pessoas, mas as pessoas entram, entre si, nas vidas umas das outras, dentro do projeto. [...] Ele consegue trazer a extensão pra comunidade, porque é aberto né? Não tem seleção, não tem discriminação, no sentido assim de ser brancos, ou negros, ou de uma determinada classe social que é abrangida, são todos, independente de cor, de nível social, independente de qualquer coisa. [...] Ele me possibilitou ser muito mais humano. Apesar da tecnologia hoje estar em todos os lugares a gente vê que há essa desigualdade, que tem muita gente ainda que não tem acesso, que não esta incluído nesse mundo digital, não tem essa educação digital e assim, ele me possibilitou esse acesso mais no mundo tecnológico. [...] Eu já posso colocar no meu currículo. É muito importante, além do conhecimento, ter esse certificado pra não deixar dúvida que eu tenho domínio sobre o pacote Office e os conteúdos da informática básica.”

“Na minha cabeça, era mais para jovens. Eu pensava: ‘não é do meu tempo, vou ficar fora disso’, ‘o outro faz bem depressa, eu não vou fazer assim então eu vou desistir’. Depois eu dizia para mim mesma: ‘eu não vou desistir. Mesmo que não seja ágil, ligeira, eu vou fazendo devagarzinho’. É como se eu tivesse medo daquele negócio, como é mesmo o nome?! Ah, mouse. É como se eu tivesse medo do mouse. [...] Tem gente que sabe muito. No início eu me senti burra. Mas tem que ser perseverante. Foi como quando eu fui aprender a andar de bicicleta. Meu pai não era bom para a minha mãe e não dava as coisas a gente. Ai foi na [bicicleta] dos amigos mesmo [que aprendeu]”.

O fato de ter feito a prova do Enem está relacionado com alguma coisa aqui do IFPB ou do P1 ou já era algo que você pensava em fazer? “Assim eu sempre quis fazer, mas eu sempre deixava pra depois, e aqui, você convivendo com o pessoal, professores, a gente vê que por mais idade que a gente tenha, você sempre tem uma oportunidade, ai como eu tenho o ensino médio completo eu falei vou tentar. Ai tentei, ai fiz”.

“Isso é uma coisa boba mas pra gente é muito bom. [...] Eu não sabia fazer antigamente [um cartaz no computador para evento da PROEXC], ai fui lá e fiz um cartaz, coloquei na parede [...] fiquei me sentindo muito importante porque antes eu não sabia fazer, e agora eu sei. [...] Agora não preciso mais pedir, eu quero ver uma coisa, eu vou lá e vejo.”

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Ainda sobre o futuro, alguns sonhos revelados foram fazer cursos superiores em Informática, Psicologia ou Serviço Social, ou “simplesmente”, terminar os estudos, “porque eu acho bonito quem termina seus estudos”. Sobre as perspectivas simbólicas e materiais das TIC e da internet, a entrevista investigou hábitos, gostos, intensidade de uso, visão sobre a influência dessas tecnologias no mundo, conforme Quadro 41⁴¹⁸.

Quadro 41 – Trechos sobre o uso de TIC

“Aqui no Brasil, sair na rua para fazer uma compra é muito mais arriscado do que comprar pela internet, que é muito mais fácil de ter uma pessoa que não teve condição nenhuma ir lá te assaltar a mão armada ou não, do que uma pessoa ser instruída para pegar os seus dados e te hackear, e roubar, então, tudo o que for acessível por meio da tecnologia eu prefiro [...] tudo está no meu celular, inclusive, se eu perder, eu perco um pedaço

instigado a incluir outras pessoas, a repassar conhecimentos; sobre os planos para o futuro: fazer qualquer coisa no ramo da tecnologia, cursar engenharia, eletrônica ou outra área relacionada a tecnologia.

⁴¹⁸ Outros temas relacionados: a tecnologia muda o mundo, em aspectos como automatização e rapidez nas tarefas, conexões globais, autonomia e liberdade, e dependência dos artefatos tecnológicos; o uso das TIC tem viés positivo e negativo então as pessoas têm que usar de acordo com o que precisam e acham correto; a educação digital deve contemplar o uso responsável das TIC, cuidado com equipamentos, segurança na internet, limites no uso das mídias, valores éticos, familiares, religiosos e direitos.

de mim, quase (risos). [...] Uma das leis da vida é a evolução e é isso que a internet é pra mim, ela está crescendo comigo. [...] Como engenheira eletricista e ex aluna do P1, [...] quero com certeza ser construtora, engenheira, desse futuro”.

“Quando eu não to bem psicologicamente, eu vou lá [internet] procurar algum site que tenha alguma coisa boa que vai me ajudar a levantar meu astral. Eu já procurei até psicólogo online. (risos) [...] Dá um conselho, fala pra você ir em algum lugar que vai te ajudar, por exemplo, eu cheguei até a ir na casa de apoio à mulher, que lá tem psicólogos e eles fazem uns grupos de terapia, umas oficinas, uns cursos também e eu cheguei lá, e fui muito bem acolhida”.

Então tudo começou no P1? “Tudo começou aqui. Eu só tenho um celular simplesinho que muitas coisas eu nem sei mexer, eu mando meu menino fazer, não sei se porque tenho medo de mexer, talvez, ou porque não sabia mesmo”.

Então começou no email? “É. Ai, do email, eu aprendi a usar salas de bate papo, então comecei a falar com outras pessoas, de outros países, de outras cidades, aí fui gostando. [...] Só falava com quem falava português (risos)... aí aprendi a usar o tradutor online, fui descobrindo aos poucos. Aprendi a enviar imagem, foto, vídeo, essas coisas. Aí foi despertando. Depois vi que poderia ser muito mais do que isso, poderia fazer um trabalho, assistir uma videoaula, que eu não preciso pagar um curso caro pra me preparar pra concurso, pra o Enem... tem tudo na internet, é só pesquisar e ter tempo disponível pra aprender. Aí depois deixei as redes sociais de lado e, agora, vejo mais por esse ângulo”.

“Vejo muitas pessoas viciadas, com problemas porque não conseguem largar o celular. Tem que gostar porque o mundo está aí, mas não quero me viciar. Minha filha usa o *WhatsApp*. Às vezes ia até 4h da manhã. Não soltava o telefone para comer, levava para o banheiro quando ia tomar banho. Ai eu disse: ‘Isso tem que acabar’”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Investigando diversas visões de mundo e a maneira como o conceito subjetivo de “inclusão” se realiza em cada indivíduo, a entrevista trabalhou a relação dos entrevistados com as TIC, a internet e os sentimentos de pertencimento nos alunos do P1, conforme Quadro 42⁴¹⁹. Através desse tema, vieram à tona intimidades, confissões e relatos de vida que foram além da perspectiva da Inclusão Digital. Em termos de pertencimento, os discursos trouxeram em sua maioria a ideia de que estar incluído dizia respeito a ter acesso à TIC e conseguir manusear alguns de seus recursos técnicos.

Quadro 42 - Trechos sobre TIC, inclusão, pertencimento, vida

“Todos os meus irmãos têm a oportunidade de desde criança estar incluído, eu não tive [...] não tinha condições porque quando chegou aqui era muito caro, eu lembro [...]. Hoje facilitou bastante. Eu digo aos meus irmãos que hoje eles têm uma oportunidade assim que eu não tive quando criança [...]. Ai em contrapartida eu tive a oportunidade de brincar mais e ter esse lado humanitário mais forte que meus irmãos. [...] Mesmo sendo crianças, eles já são mais frios, a gente vai dar um carinho e tal, eles já vão logo pro *tablet*, já vão querendo saber o que a gente vai dar para eles (risos)”.

Você se considera incluída? “(risos) No mundo digital, sim. No real, não. Falta muita coisa. Até a questão de

⁴¹⁹ Outros temas relacionados: a inclusão digital se liga à inclusão social em diversas perspectivas (facilita o acesso ao conhecimento; estimula a busca por informações específicas e o desenvolvimento em aspectos de interesse dos usuários da rede; permite o contato com áreas e culturas diversas e apoia o sentimento de identificação e pertencimento a “submundos” técnicos ou humanos específicos; as tecnologias ampliam horizontes, abrem mundos e leques de oportunidades; as habilidades de uso de TIC dão origem à barreira do conhecimento, aumentando as desigualdades sociais; saber usar aplicativos diversos e conhecer o porquê de cada recurso tecnológico potencializa o sentimento de inclusão e de usufruto dos benefícios das TIC; O mundo digital assusta, mas estar fora dele traz uma autovisão de ignorância, considerada horrível; as relações entre pais e filhos se problematizam a partir das discrepância de domínio das TIC; as habilidades em informática podem influenciar ou não o sentimento de exclusão social - a partir destas habilidades, as pessoas podem ou se sentir incluídas, ou ter reforçado um sentimento de inclusão preexistente, ou continuar se sentindo excluídas).

você ser vista como ser humano, pelo que você é e não pelo que você tem. Então eu não tenho muita coisa, aí não tenho muita importância na realidade”. *Isso seria para vizinhos, colegas?* “Mercado de trabalho, ambiente social [...] ‘Ah, quem é você? Você é de onde? Trabalha com o que?’. Aí quando falo ‘Eu sou mãe solteira, desempregada, ainda não fiz faculdade’, então eu não tenho importância porque aquela pessoa já tá bem mais evoluída, o mundo dela é outro. Então, pra ela, interessa se aproximar de pessoas que tenham o currículo melhor do que o dela, e não pior”. *Como você lida com isso?* “Ah, geralmente a pessoa ‘Ah, eu tenho que ir ali, resolver num sei o que’, ‘Não, tudo bem, tudo ótimo, sem problema’ (risos)... to acostumada já”. *O que você espera que mude?* “Eu espero fazer uma faculdade, passar num concurso público e poder ajudar na área que eu tenho visão, jornalismo ou serviço social [...]. Eu não espero crescer pra me mostrar, sabe? Mas pra compartilhar o que eu aprendi, pra repassar... pras pessoas verem ‘Oh, ela conseguiu. Passou por muita dificuldade e tal, mas conseguiu, e continua sendo a mesma pessoa, amiga, companheira’...”.

“Existe uma linha que divide a sociedade, né, a linha de conhecimento. Então, quem tem conhecimento, tem maiores chances de modificar a sua realidade social, obter mais qualidade de vida, seja por questão econômica, enfim... então, o P1, quer queira, quer não, ele acaba por minimizar essas diferenças sociais, que têm muitas pessoas que não podem pagar um curso de informática. Então vem como uma ferramenta de proporcionar a essas pessoas o conhecimento”.

Sentia-se incluída ou excluída do mundo social antes do P1? “Não me sentia fora do mundo. A sociedade é pessoa. O contato para mim é assim, como eu e você agora. [...] na Idade da Pedra, ou depois, as pessoas sempre viveram sem tecnologias. [...] Uma coisa não substitui a outra. [...] Eu penso que presidente, políticos, têm que fazer alguma coisa porque as tecnologias fazem coisas boas e ruins. O celular está tirando a vida. Por causa do celular já roubaram 4 vezes a minha filha. E a gente tem que agradecer porque eles vêm endemoniados. [...] A violência aumentou pela facilidade que o celular trouxe. Dói minhas carnes ver isso [diz em tom de desespero]”.

“Eu me sentia excluída porque hoje até quem não sabe ler nem escrever muito fez [perfis em redes sociais], né, mas só que eu nunca tive vontade de fazer esses negócios, porque como eu já falei eu não terminei os estudos. [...] Hoje eu me sinto mais [incluída]. Porque só em eu saber mexer um pouquinho a gente já se sente no mundo mais real porque hoje, mesmo que você não queira, tem que saber mexer[...]. Minha mãe ficou muito feliz quando soube que eu tava fazendo esse curso. [...] Eu sou muito esforçada para trabalho, mas estudar eu tenho medo, de fazer curso eu tenho medo. [...] Pra mim esse daí foi o pior porque pra quem nunca fez curso de informática é diferente.” *Depois do curso, com celular, essas coisas, você tem mais intimidade?* “Com celular eu tenho, e tenho muita vontade de mexer [...]. *Você participa das redes sociais?* “Não, porque eu tenho dificuldade de mexer, pra escrever, digitar, eu tenho muita vontade de aprender.[...] ela [uma amiga] até fez meu *face* [...] só que eu tenho medo de mexer porque a gente tem que estar digitando, tem que botar as palavras certas e tenho medo de botar palavra errada. Ai ela fez mas tá lá, eu não mexo”.

“Eu já estava incluído digitalmente, porque já tinha acesso à internet, email, estava também nas redes sociais, só que o P1 ele me possibilitou e ele possibilita a todo mundo que faz o curso a usar de maneira muito mais responsável [...]. A tecnologia é uma coisa recente na história da humanidade [...] ainda mais aqui no Brasil onde as desigualdades são bastante elevadas né? A gente tem esse contato e vê que tem uma responsabilidade no mundo, apesar de sermos jovens e tal, mas tem essa responsabilidade de ajudar aquelas pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que a gente”.

“Eu me vejo ainda excluída, porque até mesmo alguns canais que têm abertos pra gente fazer denúncias, dar sugestão, tal, nem sempre eles são realmente avaliados, entendeu? Como, por exemplo, a violência. Hoje mesmo, quando eu vim pra cá, eu vi assalto, tudinho. A gente se sente de mãos atadas. [...] Porque você sabe o roteiro, você sabe onde as pessoas estão, o que elas fazem diariamente, aí você liga, dá as informações, mas não tem um retorno. [...] E, muitas vezes, fica só a gravaçãozinha, ganhando tempo e, se tiver de morrer alguém, morre mesmo e fica por isso mesmo... Tem a tecnologia, que atende a ligação, tecla 1, aguarde, tá ocupado e num sei o que... e ali, alguém tá morrendo, alguém tá passando por algum sufoco e fica por isso. [...]Tenho medo que aconteça com os meus filhos, eu vi acontecer com outros e tentei denunciar, mas não deram a mínima atenção. [...] Meu ponto de vista pessoal: ao invés de se preocuparem só com as salas, o setor físico, o canal, a criação de site, deveria ter uma avaliação, uma revisão pra poder ajudar a sociedade. Não basta só a sociedade participar, é necessário que a gente veja que tem a ação, que a ação tá sendo feita, não só uma vez perdida no jornal, em campanha, mas no dia a dia. Seria interessante a gente ver isso”.

“Eu já me considero incluída, porque eu já procuro o que eu quero, participo de alguns *sites*, essas coisas... posso dar opinião, posso fazer pesquisa... então, já é uma forma de inclusão”.

“Me sinto excluída do mundo. Não quero usar muito, não quero viciar. Tenho muita coisa mais importante para fazer. Nunca me interessei muito. Mas eu tava desatualizada e precisava fazer alguma coisa. Internet é bom e não é”.

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

A entrevista ainda investigou o que seria a visão ideal para o futuro da sociedade em rede apoiada por TIC, na visão dos alunos do P1, conforme Quadro 43⁴²⁰.

Quadro 43 – Trechos sobre o futuro da sociedade apoiada por TIC

Como você gostaria que o mundo fosse construído a partir da tecnologia? “A partir dessa máxima de que tudo vai estar conectado, então tudo vai ser mais eficiente. Nós já temos muitas informações disseminadas pela internet, eu acho que a corrupção não seria tão escandalosa se não fosse todo mundo estar acompanhando o tempo todo pela internet, não teria tido a quebra de muitas ditaduras, ao redor do mundo, através de revoluções que começaram na internet, então a internet veio para revolucionar, para mudar, pra ajudar, a internet é uma ferramenta pra todo mundo”.

“Olha, eu acho que, a tecnologia, ela pode sim melhorar o mundo, a partir do momento em que ela possibilita o acesso à internet, à informação, ao conhecimento, à interação... mas ainda há uma barreira muito grande a ser quebrada, né? [...] Então, eu acho que ai tá o ponto x: levar essa informação, esse conhecimento, para as pessoas, para as classes menos favorecidas. Então, eu acho que deveriam existir mais iniciativas como o P1, para aquelas pessoas que não podem ir a uma instituição de ensino e pagar por um curso de informática e obter essa porta pra o conhecimento, né?”.

Como você gostaria que a tecnologia ajudasse a gente a reconstruir o mundo? “Que desse mais oportunidade às pessoas que não tem. [...] Muita gente começou a trabalhar muito cedo, não teve oportunidade de estudar, de fazer um curso. Se você estudar, o Brasil será muito melhor. Muita gente ai na rua, a toa, não estuda, não faz nada. Só aprende o que? A roubar, a se prostituir, você passa ali você vê aquelas meninas tudo bonita, nova, podendo estar estudando. [...] É bom a gente estudar, porque a gente se sente melhor, a gente se sente grande quando faz um curso [...]. Quando você não estuda, se sente bem pequeno perto de alguma pessoa que está antenado nas coisas que a gente não sabe nem o que é. A gente tem que se esforçar e fazer alguma coisa na vida. Mesmo com dificuldade mas a gente tem que fazer”.

“Seria muito bom que todo mundo pudesse ter acesso a isso [tecnologias], porque a gente diz ‘todo mundo tem’, mas não é bem assim. [...] Eu tava vendo na internet, tem pessoas que nunca pegaram no celular [...] não têm acesso até à escola mesmo [...] eu acho que deveriam levar mais a tecnologia para essas pessoas carentes, [...] mais projetos, porque vai chegar o dia em que a tecnologia vai estar em tudo...”

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

Referente aos dados quantitativos sobre as entrevistas, a pesquisa gerou alguns indicadores, para a população de 14 alunos entrevistados, sendo 8 alunos do curso de IB e 6 do curso de MMC. Algumas considerações sobre esses dados podem ser vistas no Quadro 44.

Quadro 44 – Considerações sobre os dados quantitativos sobre a entrevista 2015

- 1) Por faixa etária, temos os dados aproximados: 7% tinham entre 18 e 19 anos; 43%, entre 20 e 29 anos (em sua maioria, estudantes); 29%, entre 30 e 39 anos; 14%, entre 50 e 59 anos; 7%, entre 60 e 69 anos.
- 2) Sobre como souberam dos cursos do P1, os números aproximados foram: 64% disseram que tomaram conhecimento da ação porque possuem em suas redes de contatos pessoas da PROEXC, 21% souberam porque foram ao IFPB, e 14% souberam através de contatos da comunidade externa ao IFPB.
- 3) Vários alunos sugeriram que a divulgação dos cursos deveria ser melhorada.

Fonte: Próprio autor (2015)

Já os novos indicadores relacionados à ID, estes podem ser vistos na Tabela 2. **2Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Tabela 2 - Indicadores de ID no P1 - 2015

Indicador	Valor	%
<i>Ações de ID</i>		
Alunos em primeira ação	8	0,57

⁴²⁰ Para o futuro, espera-se ainda que se concilie tecnologia com mais ações em saúde, sustentabilidade (causa planetária, cuidado com o meio ambiente), que as TIC sejam mais usadas para o bem coletivo.

Alunos em duas ou mais ações	6	0,43
Alunos envolvidos em outras ações no IFPB concluídas	2	0,14
Alunos envolvidos em outras ações no IFPB não concluídas	2	0,14
Alunos envolvidos em outras ações fora do IFPB concluídas	1	0,07
Alunos envolvidos em outras ações fora do IFPB não concluídas	2	0,14
<i>Primeiro contato com a internet</i>		
Sim	2	0,14
Não	12	0,86
<i>Infraestrutura de TIC</i>		
Alunos que possuem algum tipo de infraestrutura própria (em casa ou portátil)	8	0,57
Computador	8	0,57
Internet (fixa ou <i>wifi</i>)	6	0,43
<i>Smartphone</i>	8	0,57
Internet móvel	6	0,43
Alunos que não possuem infraestrutura própria	6	0,43
Alunos que usam estrutura pública além do IFPB	4	0,29
Alunos que usam estrutura pública apenas no IFPB	3	0,21
Alunos que usaram infraestrutura pública do IFPB quando foi ofertada (Casa Brasil ou Espaço Público)	2	0,14
<i>Exclusão digital e social</i>		
Alunos que se sentiam excluídos digitalmente antes do curso atual no P1	7	0,50
Alunos que verbalizaram se sentir excluídos socialmente antes do P1 (relacionando essa exclusão à exclusão digital)	4	0,29
Alunos que verbalizaram não se sentir excluídos socialmente antes do P1 (relacionando essa exclusão à exclusão digital)	1	0,07
Alunos que não revelaram se sentiam-se excluídos socialmente ou não antes do P1 (relacionando essa exclusão à exclusão digital)	2	0,14
Alunos que verbalizaram não se sentir excluídos digitalmente após o P1	5	0,36
Alunos que não revelaram se sentiam-se excluídos ou não digitalmente após o P1	2	0,14
Alunos que verbalizaram se sentir excluídos socialmente após o P1 (embora não relacionando essa exclusão à exclusão digital)	1	0,07
Alunos que não revelaram se sentiam-se excluídos socialmente ou não após o P1	6	0,43
Alunos que não se sentiam excluídos digitalmente antes do curso atual no P1	7	0,50
Alunos que verbalizaram não se sentir excluídos socialmente antes do P1 (relacionando essa exclusão à exclusão digital)	1	0,07
Alunos que não revelaram se sentiam-se excluídos socialmente ou não antes do P1 (relacionando essa exclusão à exclusão digital)	6	0,43
<i>Percepção de inclusão digital</i>		
Alunos que se sentem incluídos exclusivamente devido às ações do P1	1	0,07
Alunos que se sentem incluídos especialmente devido às ações do P1	3	0,21
Alunos que se sentem incluídos especialmente devido às ações autônomas	0	0,00
Alunos que se sentem incluídos devido ao P1 e às ações autônomas, na mesma proporção	9	0,64
Alunos que não revelaram sua percepção de inclusão digital	1	0,07

Fonte: Entrevistas individuais no P1 (2015).

A observação sobre esses novos identificadores nos permitem algumas considerações, vistas no Quadro 45.

Quadro 45 – Considerações sobre os indicadores de ID no P1 – 2015

- 1) Classificados por participação em ações de ID ao longo da vida, 57% eram alunos em primeira ação; 43% já haviam se envolvido em ações anteriores de ID, sendo que um deles desistiu do curso no P1, ao longo do acompanhamento das turmas de 2015.
- 2) Quanto à internet, através do P1, 14% deles estavam tendo o seu primeiro contato com a rede mundial de computadores.
- 3) Referente à posse e ao uso de infraestrutura própria de TIC, 57% dos alunos disseram possuir algumas dessas tecnologias, e esse mesmo percentual disse possuir *smartphones*. Dos 43% que não possuíam infraestrutura própria, apenas 7% usavam infraestrutura não gratuita, justificando não conseguir usar a biblioteca do bairro no horário em que ela se mantinha aberta e, por isso, precisavam pagar para usar *lanhouse*, mesmo considerando que desembolsar esse dinheiro era difícil e “fazia falta em casa”. Entre os alunos que usavam infraestrutura pública, 14% deles fizeram uso frequente das instalações de TIC do IFPB, no tempo em que lá existia o projeto “Casa Brasil”.
- 4) Referente à exclusão, metade dos alunos (todos do curso de IB) disse se sentir excluída digitalmente antes de fazer o curso atual no P1, enquanto a outra metade (um aluno de IB e os demais de MMC) disse não se sentir excluída digitalmente. Como a maioria dos alunos já me dissera que aquela experiência não significava o seu primeiro contato com as TIC, e por ter ouvido os seus discursos sobre inclusão/exclusão, esses dados me sugeriram que a o conceito de ID para a maioria dos alunos no P1 estava relacionada a ter acesso e algum tipo de contato com as TIC, e não à competência informacional ou autonomia para a realização de processos em perspectivas humanas diversas.
- 5) Entre os alunos que se sentiam excluídos digitalmente antes do P1, 29% também se sentiam excluídos socialmente, relacionando os dois tipos de exclusão, 36% passaram a não se sentir excluídos digitalmente após as aulas nos cursos, 7% continuaram se sentindo excluídos socialmente após as aulas, considerando a exclusão social além das questões da exclusão digital, principalmente por questões de negligência em geral do Estado para com a sociedade.
- 6) Sobre as percepções de ID, 64% dos alunos se sentiam incluídos digitalmente tanto devido ao que aprenderam nos cursos do P1, quanto ao que viveram por conta própria, em ações autônomas, desbravando o mundo virtual, principalmente a internet. Outros 21% se sentiam incluídos principalmente em virtude dos cursos no P1, enquanto 7% relacionaram a sua ID exclusivamente devido às ações do P1, já que nunca haviam usado nenhuma infraestrutura própria para realizar ações autônomas.

Fonte: Próprio autor (2015)

3.3.2.5) As relações nos cenários de pesquisa na extensão

A partir das relações estabelecidas com os programas P1 e P2, e seus respectivos núcleos de extensão, N1 e N2, foram derivadas as relações entre a pesquisa e os parceiros institucionais (internos ao IFPB) e parceiros externos (escolas, comunidades e grupos sociais). Uma vez estabelecidas as relações com a gestão da PROEXC, os programas de extensão e seus parceiros internos e externos, foi trabalhada a abertura no campo para a análise das ações de ID.

Os programas P1 e P2 já se propunham a fazer intervenções técnicas e/ou sociais buscando o desenvolvimento das escolas, comunidades e grupos sociais parceiros. Entre os parceiros externos nos núcleos N1 e N2, alguns se destacaram, pois representaram relações estabelecidas entre comunidades e IFPB, no sentido de ações que se deram além das questões técnicas, entrando de alguma forma, em contextos comunitários. Nesse sentido, nas relações com o N1, destacaram-se as ArtesãsComunidadeA. Já com o N2, destacaram-se ComunidadeE, ComunidadeF, ComunidadeG, ComunidadeH e, principalmente, a EscolaPúblicaJ, em virtude da

intensidade da vivência experimentada por ambas as partes. No final da pesquisa, deu-se início a uma relação entre o N2 e o ColetivoM.

a) **N1: Cenário de pesquisa ArtesãsComunidadeA**

Durante o trabalho de campo, acompanhei diversas ações do projeto IB desenvolvidas pelo N1, juntamente com representantes desta comunidade. As ações de pesquisa nesse cenário se deram desde a minha entrada no N1 (quando as ações junto a essa comunidade já estavam em andamento), até o momento em que a comunidade “suspendeu” a parceria junto ao P1, no que diz respeito ao curso de IB.

Sobre os relatos nesse cenário, as ArtesãsComunidadeA representaram um grupo formado por artesãs que trabalhavam na produção de bijoias feitas principalmente de escamas de peixe. As artesãs pertenciam a uma comunidade de praia, localizada em João Pessoa, e do *status* de donas de casa e artesãs quase anônimas passaram a ser conhecidas nacional e internacionalmente⁴²¹ a partir do seu trabalho artesanal.

Durante a pesquisa, as ArtesãsComunidadeA foram assistidas por vários agentes, através de diversas ações (inclusive ações propostas a partir de parcerias entre projetos), que ora pareciam se complementar, ora pareciam disputar os valores simbólicos dos méritos e créditos da trajetória ascendente dessas mulheres, trajetória essa que em pouco tempo passou por grandes transformações.

Com relação ao IFPB, as ações desta instituição se juntaram a ações do GM e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de um estilista famoso, cada agente tendo um foco diferente, baseado nas expertises de cada instituição, mas atuando a princípio de forma complementar para o desenvolvimento do grupo: o estilista contribuía com a ideia inicial de trabalhar com peixes e escamas e apoiava inovações nas peças, além de “emprestar seu prestígio à imagem das artesãs” junto à mídia, principalmente quando as levava aos grandes eventos de moda, e as acompanhava durante os mesmos, aproximando-as da mídia nacional e internacional; o IFPB entrava com o capacitações para produção das bijoias e outros projetos para desenvolvimento das artesãs (como exemplo, as aulas de IB no P1); o GM executava projetos na linha do artesanato e outras articulações em geral, inclusive mantendo

⁴²¹ A informação passada de boca em boca era que o sucesso delas era tão grande, depois que elas haviam levado as peças para o desfile no “São Paulo Fashion Week (SPFW)”, que elas não estavam conseguindo dar conta da produção de peças em quantidade suficiente para as demandas. O SPFW era visto como o maior evento de moda do Brasil, o mais importante da América Latina, do Hemisfério Sul e a quinta maior semana de moda do mundo, depois das de Paris, Milão, Nova York, Londres.

relações com o estilista, de forma que ele apoiasse o trabalho das artesãs; o SEBRAE apoiava o seu desenvolvimento comercial/empresarial.

Como primeiras impressões, percebi que as pessoas falavam com muito “amor” das ArtesãsComunidadeA, e de como o ProjetoS⁴²² era bem visto pelas pessoas que faziam parte da comunidade. O projeto tinha influenciado diversas transformações no local, além das mudanças na vida daquelas mulheres, como o aumento da autoestima das pessoas da comunidade, a motivação dessas pessoas para seguir adiante e a imagem da comunidade como um todo. Através das matérias publicadas na mídia desde o início do projeto, em jornais e internet, essa trajetória podia ser lida.

As ArtesãsComunidadeA representavam algo muito grande, e envolviam uma complexa rede de agentes que atuavam e se interligavam a partir de objetivos materiais e simbólicos distintos, e muitas vezes opostos e conflitantes. O fato de as ArtesãsComunidadeA serem assistidas por diversos projetos já era um ponto não consensuado entre os extensionistas no IFPB. Havia aqueles que defendiam que elas não precisavam de mais “atenção”, e que esforços deveriam ser direcionados para outras comunidades mais carentes, necessitadas, em situação de vulnerabilidade social. Já para outros extensionistas, aquele projeto não poderia ser abandonado, em virtude de suas potencialidades socioculturais, ou mesmo da visibilidade daquelas ações, que eram frutos de projetos iniciais do IFPB.

Havia ainda uma série de fatores que levavam a elogios ou críticas, e dividiam as opiniões sobre a relação entre o IFPB e as ArtesãsComunidadeA, como o tipo de trabalho⁴²³ (fora do prédio da extensão e junto a comunidades), o envolvimento dos projetos de extensão com agentes políticos⁴²⁴.

⁴²² ProjetoS representou outro projeto relacionado às artesãs e que também fazia parte da Rede Extensão. Esse projeto se voltava mais para as ações técnicas de produção das bijoias e desenvolvimento desse grupo de mulheres. Parte da equipe do P1 também fazia parte desse projeto, ampliando as redes dos respectivos núcleos que envolviam as artesãs.

⁴²³ Os informantes faziam referência às críticas sofridas pelos envolvidos no projeto: muita gente falava mal deles, apontando que ficavam na comunidade e não no IFPB. Quem defendia essa forma de trabalho, argumentava que a extensão precisava dessa dedicação na articulação junto aos demais parceiros e que fazer extensão em birôs era uma “visão provinciana”. Um dos informantes relatou: “não adianta bater de frente com essas pessoas, pois isso só causaria desgaste e elas não mudariam de opinião”. Para ele, o trabalho junto às artesãs era de “extrema dedicação”, o que levava seus agentes a “lavar o chão na inauguração da loja das artesãs, comprar lâmpada e luminárias com seu dinheiro para que a loja ficasse pronta”. Não existia separação entre o trabalho intelectual (coordenar o projeto) e o trabalho com “mão na massa” (estar presente fisicamente e arregaçar as mangas para que “as coisas aconteçam”).

⁴²⁴ A ligação da política com projetos institucionais gerava polêmicas. Desde as fofocas, até as reuniões oficiais do IFPB, muitas pessoas desaprovavam, por exemplo, o envolvimento do GM nos projetos. Entretanto, as pessoas me diziam para ter cuidado com opiniões sobre projetos que envolviam as artesãs, pois a comunidade e os “pais” das ações haviam ganho muita visibilidade, o que gerava despeito, e que os conflitos políticos em torno daquelas mulheres já haviam chegado a gerar um “racha” entre elas. Para

No IFPB, as ArtesãsComunidadeA foram assistidas por dois projetos: o ProjetoS e o P1. Referente às ações de ID, embora o ProjetoS não seja o foco deste trabalho, cabe dizer que através dele, alunos do Curso de Design Gráfico desenvolveram o sítio na internet para as ArtesãsComunidadeA, dando a elas um lugar na web, um espaço público para que o grupo se fizesse presente no mundo digital e pudesse reforçar diversas ações na cibercultura. No P1, as ArtesãsComunidadeA foram assistidas através do curso de IB. Em junho de 2015, quando comecei o acompanhamento do P1, já estava sendo ofertada a turma de IB para as ArtesãsComunidadeA.

Em virtude da fama e “prestígio” das artesãs, este cenário de pesquisa apresentou algumas particularidades: as ArtesãsComunidadeA pareciam uma comunidade bastante assistida, pois estando na mídia nacional e internacional, já atraíam muita atenção e muito agentes políticos com interesses próprios na comunidade, e havia muita disputa pelo seu “apadrinhamento”⁴²⁵; diante de tanta pressão por parte dos agentes, do mercado e da mídia, pelo desenvolvimento das peças e do simbolismo das ArtesãsComunidadeA, elas tinham dificuldades para se envolver com todas as ações, inclusive com as aulas de IB do P1. Então, eu me perguntava: “nesse contexto, qual a prioridade das ações de ID para essas mulheres?”.

Acompanhando as ações do N1, pude estar presente em diversos momentos de vivência junto a esta comunidade, sobre os quais farei alguns relatos em ordem cronológica. Em junho de 2015, participei da inauguração da loja das ArtesãsComunidadeA, um momento que gerou muita ansiedade para aquelas mulheres, parceiros, e toda a comunidade. No evento, estiveram presentes os parceiros do projeto, incluindo representantes do GM, SEBRAE e IFPB, além de seus respectivos convidados, e da imprensa, em virtude do interesse midiático nessa comunidade, cujo nome repercutia em diversas matérias da mídia nacional e internacional. Neste dia, além

aqueles que concordavam com o contexto, “A política está sempre presente nos trabalhos nas comunidades. Não tem como fugir disso.” Ainda ouvi que “boa parte das pessoas que criticam criaram um falso moralismo, porque invejam a repercussão do projeto e dos extensionistas”. Em termos políticos, alguns extensionistas viam o IFPB como “o grande fio condutor do projeto, responsável pelas articulações entre IFPB, SEBRAE e GM, todos imprescindíveis para que o projeto tenha os resultados que hoje tem”.

⁴²⁵ O início das ações com as artesãs envolvia uma série de episódios que relacionavam agentes em teias de difícil identificação dos atores responsáveis pela fama e prestígio das artesãs e, portanto, da atribuição do mérito pelo projeto aos devidos “pais” da conquista (era frequentemente usada a expressão “pais” ou “mãe” do projeto para referenciar os formuladores do projeto). Essa dificuldade resultava em uma disputa simbólica por esse “título”, mais acirrada por parte de alguns agentes, mais discreta por parte de outros. Por exemplo, o agente estilista envolvido com as ações, que representava um recurso para a visibilidade das artesãs, fora contactado tanto pelo IFPB, como pelo GM e pelo SEBRAE, em momentos distintos, então, quem o trouxera para o projeto? Essa era uma pergunta difícil de responder mas que parecia estar sempre direcionando os méritos do projeto para alguns dos atores sociais envolvidos.

da inauguração da loja, foi comemorado o aniversário da então primeira dama de João Pessoa, na associação dos moradores da comunidade, através de uma "festa surpresa" preparada em função de ela ser a "madrinha" das ArtesãsComunidadeA⁴²⁶.

A inauguração da loja foi realizada em clima de festa: a agitação foi grande no eixo central da avenida que dava acesso à comunidade, onde aconteceram os dois eventos; penteados, maquiagem e vestimentas dos convidados foram geralmente apropriados para a ocasião mas, em alguns casos, talvez um pouco exagerados; a recepção dos visitantes foi feita de forma calorosa pela comunidade, mesmo por aqueles que não faziam parte do grupo das artesãs; os moradores da comunidade distribuíram palavras gentis como "Seja bem vindo!" ou "Obrigada por ter vindo!", e ao sentir tamanho e caloroso acolhimento, lembrei das palavras que ouvira sobre o quanto os projetos com as ArtesãsComunidadeA traziam "orgulho para a comunidade", pelas transformações materiais e simbólicas promovidas direta ou indiretamente em seus membros; não foi raro ver pessoas aproveitando para se apresentar como convidadas ilustres, a partir do prestígio de parceiros ("sou convidada da primeira dama!"); a inauguração da loja se deu, inicialmente, através do corte da fita vermelha simbólica que se destacou em contraste com o portão azul, sendo esta ação protagonizada pelos atores: primeira dama, SEBRAE, gestão da PROEXC, coordenação do ProjetoS, e algumas ArtesãsComunidadeA; neste evento estiveram presentes duas emissoras de televisão, diversos moradores e representantes da comunidade, como o Presidente da Associação de Pescadores da Comunidade, e ainda representantes de instituições convidadas e demais convidados dos parceiros do projeto; no interior da loja, um cenário com predominância das cores azul e branco apresentou a coleção de peças das ArtesãsComunidadeA: broches, brincos, colares, pulseiras e anéis feitos especialmente de escamas de peixe, "pérolas" e fios de cobre se espalhavam entre vidros e espelhos, tornando aconchegante e encantador aquele espaço tão pequeno que precisava ser revezado pelas pessoas que desejavam visitar o seu interior e chegar mais perto das peças; em virtude de uma chuva que não parava de cair, ao lado da loja, uma lanchonete com espaço também coberto aglomerou pessoas em grupos, que conversaram, desabafaram ou "focaram", inclusive sobre o evento, enquanto esperaram sua hora de

⁴²⁶ Um pouco antes da hora marcada para as celebrações, 16h, cheguei à praça da comunidade, ponto central entre a loja e a associação, para não perder nenhum momento, desde os bastidores até os discursos e o bolo da primeira dama. O campo de futebol foi um ponto estratégico em termos de localização, durante o registro das minhas primeiras observações (fornecendo a macro visão da rua e dos ambientes onde os eventos aconteceram). Iniciados os eventos, transitei pela loja e associação de moradores, participando daqueles momentos e sendo apresentada como pesquisadora no IFPB.

visitar as instalações, ver as peças ou exercer alguma participação formal no evento (no grupo do IFPB, estando entre nós a coordenação do ProjetoS e um dos diretores da PROEXC, os temas foram o encantamento com aquela comunidade, as relações construídas e as questões simbólicas do projeto para extensionistas e gestores do IFPB⁴²⁷); em meio à agitação, a primeira dama e sua assessoria procuraram e apontaram pessoas que foram entrevistadas pela maior emissora de televisão em João Pessoa, e assim diversas entrevistas e falas rápidas foram produzidas; estacionada em local de destaque, a Estação Digital Móvel do GM esteve durante todo o evento com as portas abertas, sugerindo aos transeuntes a necessidade de ID daquela comunidade, mesmo que nenhuma ação de ID tenha ocorrido naquele dia.

No evento de comemoração do aniversário da primeira dama, alguns fatos foram observados: embora a sua assessoria tenha tentado praticar as “boas recomendações para eventos públicos”, tentando sugerir inclusive em que ambiente deveria ser posto o bolo feito pelas artesãs, a organização foi decidida por estas, que o expuseram na sala interna da associação de moradores, contrariando as sugestões da assessoria da primeira dama; discursos foram proferidos, tendo sido iniciados por palavras da primeira dama, “dona da festa” e “madrinha” das artesãs; desde a chegada da primeira dama à associação até o encerramento do evento da abertura da loja, a imprensa realizou filmagens e fotografias, fazendo a cobertura dos eventos e diversos convidados mantiveram seus *smartphone* ativos, produzindo filmagens e fotografias para compor seus próprios registros do dia; a assessoria da primeira dama ofereceu uma salva de palmas para o presidente da associação de moradores da comunidade, por oferecer a associação para que as ArtesãsComunidadeA continuassem produzindo as

⁴²⁷ Emocionada, a coordenadora do ProjetoS enalteceu as virtudes da comunidade: fica muito perto da cidade, apresenta uma “beleza lindíssima” e uma cultura “original ainda” que tem coco de roda, ciranda. Com os olhos marejados, disse que os limites profissionais se confundiam com os laços pessoais criados com a comunidade, e que chorava sempre, como no SPFW, quando viu a primeira peça na passarela. Refletindo sobre quem deveria representar o IFPB em momentos de grande repercussão, como aquele, sugeriu que o IFPB teria mais poder de representatividade a partir da imagem de pessoas que ocupavam cargos mais altos, como reitores, pró-reitores ou diretores. Para a equipe de extensionistas que trabalhava com as artesãs, os esforços institucionais nas ações deveriam ser maiores, devido à visibilidade do projeto, que poderia agregar reconhecimento ao IFPB. As impressões pareciam sugerir uma discrepância na valorização simbólica do trabalho entre extensionistas e gestores do IFPB. Já SEBRAE e GM pareciam valorizar mais o projeto e aproveitar a visibilidade que as ações lhes davam. Naquele dia, a coordenadora do ProjetoS foi a referência do IFPB durante a inauguração da loja e, teve seu prestígio evidenciado a partir de diversas intervenções que pareciam considerar a existência de uma hierarquia no projeto: os demais parceiros e as artesãs interagiram com ela durante todo o evento, como se ela fosse a “mãe” de toda aquela estrutura (embora isso não se evidenciasse nos discursos dirigidos à mídia).

biojoias⁴²⁸, já que a loja seria apenas para exposição e venda dos produtos; uma vez que as ArtesãsComunidadeA estavam cursando as aulas IB e haviam pedido para adiar as aulas daquela semana em virtude de terem que produzir as peças, preocupada em garantir o retorno das alunas para as ações do P1, a coordenação do programa reforçou as datas acordadas para a volta às aulas; ainda neste evento, quando as pessoas parabenizavam uma artesã que também estava aniversariando, eu fui apresentada a todos os presentes, pois meu aniversário seria no dia seguinte, e assim se deu o primeiro contato com as ArtesãsComunidadeA.

Os discursos compuseram ambos os acontecimentos, determinando ou buscando determinar o lugar do seu orador e dos demais, e ainda sugerindo alguns significados das relações construídas entre os parceiros do projeto e a comunidade, a partir dos projetos desenvolvidos com as ArtesãsComunidadeA. As primeiras palavras foram proferidas na associação, e vieram da primeira dama, que enquanto discursava se manteve ao centro da mesa da sala, onde o grande bolo preparado especialmente para ela adornava o cenário. Ao seu redor, as ArtesãsComunidadeA se organizaram e participaram desse momento. Em um primeiro momento, a primeira dama evidenciou as transformações na vida e na trajetória das ArtesãsComunidadeA, atribuindo o sucesso das ações na comunidade às parcerias estabelecidas para o projeto:

“Essas mulheres, algumas já faziam atividades artesanais, mas boa parte delas [...] eram donas de casa profissionais, e hoje elas são ArtesãsComunidadeA [...] representa muito pra gente contribuir com essa transformação [...] Aqui a gente tem o SEBRAE [...] parceiro nesse projeto vitorioso, graças a Deus, [...] o IFPB, mostrando que quando a gente se dá as mãos verdadeiramente, com muito boa vontade, as coisas acontecem”.

Aproveitando a oportunidade para marcar o seu lugar e o do GM nos méritos do projeto, a primeira dama deu a sua versão sobre a trajetória de desenvolvimento do projeto, citando também a participação de algumas pessoas e alguns parceiros (entre eles, o estilista, o SEBRAE). Em nenhum momento foi percebido neste discurso o nome do IFPB ou de seus representantes: “[...] sentamos, colocamos as parcerias, azeitamos a máquina [...] e em menos de 7 meses nós estávamos figurando como protagonistas no maior evento de moda da América Latina [...] Nós tivemos repercussão mundial, nos jornais da Suíça, da Espanha, o El Dia da Espanha”. Segundo ela, o estilista dissera:

⁴²⁸ Para o presidente da associação, aquele era um espaço da comunidade e estava à disposição das artesãs. A importância material e simbólica da associação na história das artesãs residia no fato de que essa associação representava o lugar onde tudo começara, onde haviam sido produzidas as primeiras biojoias. Mesmo com a loja, e principalmente pela limitação de espaço físico no interior desta, a associação continuaria cedendo as suas instalações para a produção das peças.

“Eu nunca pensei que a gente pudesse ter esse espaço no jornal El Dia mas nós tivemos”. Finalizando suas palavras, a primeira dama disse: “O mais importante é que a gente está aqui, continuamos firmes, acompanhando essas meninas [...] então a gente está inaugurando essa loja, tenho a certeza de que para mim, para os parceiros, o maior presente é que vocês conquistem aí esses mares nunca antes navegados!”.

Ao final do discurso, o público pediu que as representantes do SEBRAE e do IFPB também proferissem algumas palavras. Posicionadas de forma mais tímida, no canto esquerdo da sala, essas agentes sorriram e acenaram concordando com o pedido. A agente do SEBRAE considerou as palavras pronunciadas pela primeira dama, valorizou o espírito empreendedor das ArtesãsComunidadeA, mas ao mesmo tempo afirmou que o SEBRAE influenciou a trajetória do grupo, determinando algumas etapas já realizadas e outras a serem cumpridas no desenvolvimento das ações ao longo do projeto: “[...] A gente tem outros passos a cumprir, formar a associação e cooperativa [...], a gente tá recebendo hoje a visita do pessoal do SESCOOP⁴²⁹, que viu a matéria e veio aqui oferecer parceria para montar o grupo, capacitá-las de forma associativista”. Sobre as parcerias, disse: “O SEBRAE e tenho certeza de que os outros parceiros também vão continuar apoiando, mas agora está com vocês, a missão de continuar empreendedoras [...]”.

A representante do IFPB falou⁴³⁰ emocionada sobre as conquistas das mulheres, e ainda deu destaque à relação construída entre elas e o IFPB, através do ProjetoS, que acompanhou as ArtesãsComunidadeA desde o início e teria entre seus membros a “mãe” do projeto⁴³¹: “[...] esse passo de hoje, tão grandioso, a gente deseja todo o sucesso. E também, em nome da Pró-Reitoria de Extensão do IFPB, a gente se coloca à disposição. E também vocês já têm ProjetoS aqui direto, né?”. Nesse momento, as ArtesãsComunidadeA responderam sorridentes e em coro: “Ééééé!”. A representante do IFPB continuou: “ProjetoS é aqui 24h com vocês. Então a gente deseja tudo de bom para vocês e está à disposição.”

Na loja, foram feitas algumas entrevistas pelas emissoras de televisão. Quanto às entrevistas com as ArtesãsComunidadeA, elas puderam fazer várias colocações.

⁴²⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Tem como missão promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

⁴³⁰ No momento em que a agente do IFPB começou o seu discurso, a primeira dama se ausentou, e a assessora dela pediu que os presentes esperassem, pois uma emissora de televisão precisava ir embora e então teria que gravar algumas palavras da primeira dama. Em seguida, apesar de ausência da primeira dama (e da emissora de televisão), a assessora pediu à representante do IFPB para prosseguir.

⁴³¹ Responsável pela concepção do projeto, pelas articulações com os demais parceiros e portanto, a maior responsável pelos frutos que estavam sendo colhidos pelo projeto.

Sobre a inauguração da loja: “Tô muito realizada, isso tudo é um sonho!”. Sobre a primeira venda, se aquela seria “a primeira de muitas”: “De muitas, graças a Deus, em nome de Jesus, vamos vender bastante!”. Sobre a expectativa de alcance das biojoias: “Nós não estamos na expectativa só daqui de João Pessoa, nós queremos que vá para fora.” Uma das ArtesãsComunidadeA falou sobre a loja e atribuiu os méritos daquela conquista a Deus e à primeira dama (trocando com ela olhares, no momento em que pronunciou seu nome), explicitamente, não tendo sido citados os nomes dos demais parceiros. Sobre o trabalho na loja: “A gente faz de tudo um pouco, e faz tudo junta, mas depois vem mesmo esse trabalho do gerenciamento.” Sobre o aluguel do ponto: “Como a gente tinha vendido algumas peças e tinha uma quantia boa em caixa, aí a gente resolveu dar esse passo, para o crescimento do grupo [...] a gente que tomou a iniciativa, chegou para os parceiros, IFPB, SEBRAE e prefeitura, eles apoiaram a gente, aí aconteceu tudo isso aqui”. Sobre o que significava a loja: “A primeira de muitas, a gente sonha alto...”. Sobre os preços das peças e os custos para produzi-las, puderam ser sentidas algumas mudanças resultantes da passagem do status de “artesãs anônimas” para “ArtesãsComunidadeA” e da chegada da fama: “Aqui você encontra peças de 20 a 150 reais. Depende da peça porque tem peça que é muito trabalhosa, leva muita escama, e todo o material a gente compra. Antigamente a escama era doada, hoje em dia a gente paga por ela”.

Quando as câmeras paravam de gravar, a primeira dama abraçava as ArtesãsComunidadeA e todas sorriram bastante. Clientes também foram entrevistados, valorizando a beleza das peças e o artesanato em geral. “No artesanato, cada peça é única, e eu gosto da ideia das escamas”. Ao final da fala da cliente, quando as câmeras pararam de gravar, a primeira dama também foi abraçada e ambas sorriram bastante. Durante as gravações, a primeira dama gesticulava, aprovando as falas e sorrindo.

Após as primeiras filmagens e falas, com clientes e algumas ArtesãsComunidadeA, o jornalista seguiu em busca dos parceiros do projeto. O SEBRAE falou sobre o perfil empreendedor das artesãs e o apoio aos próximos passos do projeto, que era a cidadania empresarial: “Elas precisam se cadastrar, com CNPJ, se registrar, se legalizar para poder exportar, vender essas peças, com notas fiscais. Então nesse passo a gente vai começar um trabalho para formação de uma associação ou de uma cooperativa, e conseguir o CNPJ”.

Já caindo a noite, a primeira dama disse para entrevistar a coordenadora do ProjetoS. Preocupada com a imagem (por estar “desarrumada para as câmeras”), a

coordenadora disse: “eu trabalhei o dia todinho, criatura”, referenciando seu esforço para que a loja fosse inaugurada e sorriu. Uma artesã “arrumou” a sua roupa, carinhosamente, demonstrando zelo por sua imagem. Antes de ser filmada, ela relatou que pertencia à PROEXC, e que aquele era um projeto registrado no Programa de Extensão do IFPB. Relatou ainda que o primeiro curso das ArtesãsComunidadeA foi dado pelo IFPB. Questionada sobre “quando o projeto chega a esse patamar, o que significa?”, não hesitou em dizer que as ações tiveram início no IFPB, porém enalteceu os benefícios trazidos para o projeto a partir das parcerias:

“Significa que deu certo né? Tudo começou quando o IFPB promoveu um curso de bijoias para essas senhoras da comunidade [...] Só que o curso pelo curso não iria alterar em nada, nós teríamos que orientar. E a melhor forma de fazer isso foi unir a inteligência das três instituições: o pessoal educador, a educação é a base de tudo, que é a nossa expertise, mais o empreendedorismo, a ajuda e a influência que tem o SEBRAE, e a ajuda da prefeitura, a fusão dessas três instituições, isso poderia ter um resultado muito grande”.

A primeira dama também foi ouvida, sobre o passo de alugar a loja: “É a abertura de um espaço onde elas podem estar comercializando o produto, o artesanato por elas produzido então é um momento realmente muito importante pra gerar renda e fazer as coisas acontecerem”. Ao longo das conversas informais, por diversas vezes vieram à tona as questões políticas do projeto. A primeira dama lembrou aliviada, com a coordenação do P1, o quanto foi difícil começar o trabalho⁴³² com as ArtesãsComunidadeA, uma vez que elas ofereceram resistência ao projeto, especialmente aos cursos (reclamaram que seriam muitos cursos) e ainda se queixaram da falta de credibilidade no trabalho das instituições, que segundo elas só buscavam se promover às custas das comunidades.

Enfim, não me pareceu fácil conseguir a confiança das ArtesãsComunidadeA para que o projeto pudesse ser realizado. A primeira dama demonstrou felicidade ao dizer que tudo aquilo havia passado, que o trabalho havia dado certo e que elas poderiam comemorar o sucesso das artesãs.

O encerramento das celebrações daquele dia foi feito na associação, onde foi servido o lanche em comemoração ao aniversário da primeira dama. Para esse momento, ficaram poucos convidados, reunidos em grupos próprios⁴³³. Longe das

⁴³² Em meio a um momento de chuva forte, ao findar a inauguração da loja e ser anunciado o lanche em comemoração ao aniversário da primeira dama, as pessoas precisaram se deslocar da loja para associação. A primeira dama ofereceu abrigo contra a chuva à coordenadora do P1 e a mim, e então compartilhamos a sua sombrinha para atravessar de um ambiente para o outro. Nesse breve momento, a primeira dama desabafou com a coordenadora do P1 sobre os desafios do início da relação com as artesãs.

⁴³³ Uma roda de convidados da primeira dama compôs a sua mesa, que ocupou o centro do terraço da associação. O IFPB (inclusive eu) compôs outro grupo, que se posicionou sentado em bancos, na lateral

câmeras e em profunda espontaneidade, as pessoas ali presentes pareciam realizar a ideia de que embora discursos e cenários planejados e executados tendam a construir imagens, nem sempre essas imagens refletem a realidade do que se passa em cada intimidade. Talvez os “pares” ao longo da vida sejam tão “dinâmicos” quanto peçam os cenários “artificiais ou naturais” vividos a cada momento.

Esses foram momentos importantes, pois representaram a minha entrada na comunidade enquanto agente do IFPB e o início dos trabalhos junto às ArtesãsComunidadeA, e também o primeiro contato com a investigação das ações de ID⁴³⁴ no IFPB em ambiente externo. Como estava entrando em campo, acompanhei a coordenadora do P1, que me apresentou aos demais. Naquele cenário de agitação e emoção, as pessoas pareceram não prestar atenção no fato de eu estar ali como pesquisadora. Entrar em campo em eventos tão intensos me trouxe a sensação de aparente “invisibilidade”, o que dificultou o contato enquanto pesquisadora e a tentativa de descobrir como as pessoas me viam, além da construção da relação entre pesquisador e pesquisados. Por outro lado, eu havia pedido para acompanhar as visitas à comunidade, então, a coordenadora do P1 me convidou para os eventos.

Relembrando as leituras antropológicas já feitas, vislumbrei a importância destes "momentos" para a pesquisa: a festa na loja e a comemoração do aniversário da primeira dama representaram oportunidades de ver os agentes juntos, em tempo real, e colocaram à disposição da pesquisa discursos, ações e manifestações únicas para investigações através da observação participante⁴³⁵.

Após o recesso das aulas no P1, para produção de peças e abertura da loja, as artesãs deveriam voltar às aulas de IB em julho de 2015. Entretanto, elas não voltaram, pois estavam com muitos compromissos: fariam uma exposição da Feira Brasil Mostra

direita da associação. As pessoas da comunidade se espalharam em bancos ou em pé, nas laterais. As artesãs compuseram grupos próprios, com amigos e familiares.

⁴³⁴ Foi um contato indireto, já que as ações até então observadas não tinham como fim a ID das artesãs. Entretanto, aquela havia sido uma oportunidade de estar diante das relações entre agentes que, em rede, influenciavam e traziam tensões também às ações de ID, já que as artesãs faziam parte do P1.

⁴³⁵ Esse foi um momento em que me senti inundada por informações e percepções, uma experiência que confirmou o que eu já suspeitava, a partir das leituras sobre teorias e práticas de trabalhos antropológicos: o trabalho de campo, especialmente a etnografia através da observação participante, requer muita energia e atenção aos detalhes (pois o corpo e a mente trabalham juntos, e a todo o vapor). Ao chegar ao evento, comecei a fazer os registros no diário de campo. Ao perceber que duas emissoras de televisão faziam filmagens, e pessoas da comunidade e convidados produziam vídeos em seus *smartphones*, também fiz vídeos (que foram transcritos). Contar com as TIC favoreceu uma melhor investigação, uma vez que foi possível revisitar os cenários e os discursos várias vezes, pois muita coisa aconteceu ao mesmo tempo. Não foram feitas entrevistas, pois considerei que não seria conveniente fazê-las no primeiro contato com os agentes e não seria fácil atrair a atenção das pessoas, diante de muita agitação. Entretanto, foram feitos contatos com várias pessoas, inclusive com artesãs. Em virtude de a coordenação do P1 ter uma rede de relações positivas com os demais parceiros e com as artesãs, meu acesso ao campo foi facilitado.

Brasil e teriam um encontro com o estilista, tudo naquele mês. Esse cenário exemplificou a dificuldade para execução de ações específicas (no caso, ações de ID) junto a comunidades em transformação (neste caso, de donas de casa para artesãs famosas).

Para viabilizar as aulas do P1, as artesãs pediram duas mudanças: transferência do horário das aulas da manhã para a tarde; diminuição da quantidade de dias de aula por semana (de três para dois dias). Elas queriam terminar o curso e essa adaptação facilitaria os encontros presenciais, diante da sua rotina pessoal e profissional. Para a coordenação do P1 “as ações junto a uma comunidade devem respeitar a vida da comunidade. É preciso conhecer cada realidade para que a execução das ações dê certo”. A previsão era que elas tivessem mais dois ou três meses de aula⁴³⁶.

Em julho de 2015, visitei a Feira Brasil Mostra Brasil, para ver o *stand* de exposição das ArtesãsComunidadeA. Como esse *stand* ficou localizado na última parte da feira, demorei para encontrá-lo, e isso aconteceu de forma casual. Não por acaso, usei nesse dia o brinco que havia adquirido na inauguração da loja das artesãs, e que trazia em si características próprias da sua arte. Podendo ser visto de longe, acabou servindo de “isca” ao chamar a atenção de uma artesã, que do seu *stand* passou a acenar para a mim, quando eu caminhava distraída no meio “do povo”, já desanimada por quase ter chegado ao final das lojas e não ter visto ainda o *stand* das biojoias.

Dirigi-me até um grande stand de produtos artesanais, cujo nome “genérico” fazia alusão à palavra artesanato, mas não me trazia nada familiar à cabeça. Ao me aproximar, a mulher perguntou “onde você comprou esse brinco?” Eu disse ter adquirido a biojoia na loja das ArtesãsComunidadeA. Esticando-se por trás da divisória de madeira e fazendo aparecer o desenho branco estampado em sua blusa preta, marca daquelas artesãs, a mulher disse com um sorriso de satisfação e orgulho: “eu fiz o seu brinco!”. Enfim, ali estavam as ArtesãsComunidadeA.

Uma vez que já se encerravam as atividades daquela noite, nos restou pouco tempo para conversar. Reapresentamo-nos, pois não lembrávamos uma da outra. Relatei à artesã a minha dificuldade para reconhecer aquele *stand* como o das biojoias. Ela

⁴³⁶ O monitor avaliou o desenvolvimento da turma e relatou à coordenação do P1 que as artesãs precisariam de mais aulas além das previstas. A autonomia conferida a ele enquanto agente educador e a flexibilidade para alguns aspectos das ações, resultaram no replanejamento para as aulas nessa turma. Para a coordenação, a necessidade de esforço maior nas atividades junto às artesãs não representava um problema, e o curso seria dado “durante o tempo necessário”. Durante o acompanhamento do P1, a coordenação expressou frequentemente o seu amor pelo programa e a sua dedicação a este, justificados a partir da relevância social daquelas ações, e do seu desejo de ver o P1 ajudar as pessoas a se desenvolver.

relatou que aquele espaço abrigava o grupo, mas também outras artesãs. Despedi-me desejando boa sorte na feira e que em breve pudéssemos nos reencontrar, ou em virtude do projeto, ou na loja, para apreciar algumas peças.

Deixei a feira refletindo sobre o valor simbólico do brinco para a artesã, o significado de reconhecer “a sua peça” nas clientes, a autoestima positiva daquela mulher e a riqueza da identidade “ArtesãsComunidadeA”, e ainda sobre como ter usado a biojoia mudou o desfecho daquela noite, para o trabalho antropológico. A visita à feira me trouxera a impressão de que embora as ArtesãsComunidadeA irradiassem o reconhecimento por suas obras artesanais, naquele espaço, planos e ações direcionados a elas não lhes concediam destaque. Na verdade, elas pareciam apagadas em um stand coletivo que não valorizava as diversas identidades dos variados grupos de artesãs. Dependeria delas, através de ações individuais, apresentar ao restante do Brasil o que já haviam mostrado ao mundo: as biojoias de escamas de peixe e as transformações sociais, culturais e econômicas advindas desse trabalho.

O segundo evento acompanhado pela pesquisa junto a essa comunidade, no mês de julho, foi o lançamento nacional do livro do estilista que apoiava o projeto, realizado em João Pessoa. O livro tinha o apoio do IFPB, do GM e do SEBRAE, e para a coordenação do P1⁴³⁷, aquele seria “um momento histórico, uma vez que o IFPB tem poucas ações nesse sentido”. Uma vez que cheguei antes da hora marcada para o evento, no estacionamento, já pude ver as primeiras ArtesãsComunidadeA, saindo de seus automóveis, em seus uniformes pretos com desenhos brancos.

Logo na entrada do auditório onde se daria o evento, viam-se algumas pilhas de cópias do livro que estava sendo lançado. Em ambiente restrito ao público, emissoras de televisão entrevistaram o estilista e a primeira dama. Já posando para fotos, além desses, foi vista também a coordenadora do ProjetoS, representando o IFPB. A abertura do evento foi representada pelo Quinteto de Metais de uma universidade da cidade, que emocionou o público com suas versões instrumentais de músicas brasileiras e internacionais. Em seguida, um vídeo apresentou a história do livro: a obra trazia estudos e pesquisas do estilista quanto a temas e ideias das suas coleções. Conhecido por seu trabalho “engajado” e voltado para a valorização da capacidade crítica e da

⁴³⁷ A coordenadora do P1 não pôde ir, entretanto, a coordenadora do ProjetoS representou o IFPB no evento. Sobre a minha ida, a coordenação do P1 comentou: “Os seus registros são importantes uma vez que a sua perspectiva é a de alguém que não está envolvido, já que a minha e as dos demais parceiros do projeto são visões apaixonadas. Mas mesmo apaixonados, nós procuramos fazer críticas ao projeto, ver os erros, corrigi-los. Mas não é a mesma coisa porque estamos envolvidos desde o início e vibramos com o andamento do projeto, enquanto você está mais imparcial. Ah, esse projeto é apaixonante!”

cultura brasileira, ele construíra seu livro em parceria com uma consultora de moda, uma jornalista e um pesquisador, e nele apresentara as criações inspiradas em personagens e temas diversificados⁴³⁸. Após o vídeo sobre o livro, o AgenteEstilista contou ao público um pouco da sua história e da sua relação com a Paraíba, que começara em 2000, trabalhando com algodão.

Sobre a sua história, comentou passagens que apresentaram ações e transformações, o que pareceu um eixo reflexivo importante para quem trabalha de forma “orgânica”, através de uma ideologia que vê a moda como instrumento de resistência, de luta e de transformações em questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Sobre o seu primeiro desenho de roupa, narrou: ainda criança, em um dia na escola, a professora fizera sua turma assistir ao desenho animado sobre “O patinho feio”. Em seguida, pediu que fizessem um desenho próprio baseado no que haviam visto. Ele então mostrara a professora um “pato de terno, gravata e cartola”, e disse que o pato havia virado um lindo cisne!

Ainda falando em transformações, usou o seu próprio depoimento e contou que por questões financeiras, na sua juventude, só pudera fazer cursos gratuitos, mas que fizera todos os que tinham aparecido na sua frente, chegando a fazer até curso para aprender a desenhar parafusos, até que um dia uma vizinha o instigara a fazer um curso para desenhar roupas no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Esse curso havia dado início à sua trajetória no mundo da moda, pois graças ao seu destaque no curso, fora convidado para trabalhar em uma loja de tecidos, desenhando vestidos, e depois disso não mais parara de fazer moda, tendo inclusive estudado e proferido aulas em grandes escolas de moda no Brasil e no mundo, tornando-se referência em moda e design. Sobre o seu *début* no mundo da moda, revelou: “Quando a loja abriu as portas, 30 mulheres estavam do lado de fora, esperando para ser atendidas. Eram altas, baixas, magras, gordas, brancas, amarelas, negras [...] trabalhando com essa diversidade e respeitando essa diversidade, eu aprendi tudo o que sei hoje, apesar de ter estudado em grandes escolas de moda no Brasil e no mundo”.

Enfim, apresentava uma postura “inquieta” diante dos problemas sociais. Em seu discurso, ainda comentou diversas questões, entre elas, estigmas associados a estudar moda no Brasil nos anos 80, e como isso havia mudado, sendo atribuídas a esse

⁴³⁸ Entre eles: Zuzu Angel, Nara Leão, Lupicínio Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Pina Bausch, Athos Bulcão e o Rio São Francisco, além de temas mais recentes como o pintor Cândido Portinari, a cultura do Sertão brasileiro, o futebol e o livro “Ô fim do cem, fim”.

país as maiores escolas de moda do mundo. Através de mais um vídeo, o público pôde ver a coleção escolhida para ser apresentada naquele evento. O seu engajamento social e político foi mais uma vez percebido, quando entre as suas 40 coleções, apresentou aquela inspirada em Noel Rosa⁴³⁹.

Logo após esse vídeo, o encanto da plateia pôde ser percebido em uma conversa aberta, onde as pessoas presentes puderam fazer perguntas ao estilista e eu pude entender que imagem sobre ele tinham as pessoas ali presentes, a partir de temas como as relações entre “a educação, o fazer moda”⁴⁴⁰ e o “trabalho junto às ArtesãsComunidadeA”⁴⁴¹, entre “os produtos de moda e as identidades culturais”⁴⁴², entre “os aspectos de dominação a partir da globalização, a riqueza e o luxo, e a cultura popular”⁴⁴³, entre “as blogueiras de moda, a democratização do fazer moda e a internet”⁴⁴⁴.

⁴³⁹ Noel Rosa ficou conhecido como um dos maiores artistas da música no Brasil. A ele é atribuída a legitimação do samba de morro, fato de grande importância não só para o samba (considerado uma das principais manifestações culturais populares brasileiras), mas para a história da música popular brasileira.

⁴⁴⁰ Enquanto profissional de moda e docente de grandes instituições no Brasil e no exterior, comentou: “O Brasil ainda não construiu a sua identidade em ensino de moda, o que eu acho uma pena. [...] Ninguém nasce em um lugar como o Brasil impunemente então tem muito a ser feito [...] é importante que essa nova geração tenha senso crítico e analítico pra que esse cenário seja transformado [...] a moda está pedindo enlouquecidamente para se libertar da roupa, ela quer falar de outras coisas, fazer outras coisas, sentar para discutir com a política, a arquitetura, as artes plásticas, e quando ela o faz, ela toma um corpo mais interessante, em um cenário dominado pelo *fast-fashion*”.

⁴⁴¹ Continuando, ressaltou o trabalho com as ArtesãsComunidadeA: “Esse trabalho está sendo comentado de norte a sul do país, como exemplo de economia criativa, na prática, para um país que é a coisa que nos resta: apropriar da cultura, que é rica, em um momento em que a globalização perdeu a graça e agora o luxo é o genuíno [...]. Então acho que precisamos sim de cabeças pensantes [...]. Então nós nunca vivemos uma época de um tempo tão pobre quanto esse, e quanto mais pobre, mas está na hora de jogar livros de Guimarães Rosa para o alto, está na hora de jogar luz sobre a poesia de Chico César, Suassuna, Manoel de Barros e isso o Brasil tem demais, então, nós não podemos desistir. Otimista, só de raiva”.

⁴⁴² O estilista comentou a importância dos designers desenvolverem o empreendedorismo, e ressaltou como cruciais a identidade e a alma dos produtos: “A gente não tá mais querendo coisas desmemoriadas, é importante que essas coisas tenham fala. [...] E quando falo da importância de criar a alma do produto, um dos caminhos é esse da apropriação cultural”.

⁴⁴³ Com um sorriso que anunciou o peso das suas palavras, o estilista lançou espinhos sobre o conceito de riqueza e luxo, sobre o suposto lugar dado a cultura popular, e sobre quem determina o lugar dado a cada um desses conceitos: “Quanto mais você pensa que não existe uma elite pior, vem uma mais excomungada que a outra, e a gente tá com uma elite horrorosa no Brasil, extremamente burra, focada no consumo rápido, daquilo que é de péssima qualidade e tem um falso brilho de riqueza, e nesse lugar tá difícil preservar não só a renda renascença, tá difícil preservar a memória e a história do país. Então, é assim um momento de guerra que a gente vive. [...] a situação da renda e dos saberes e fazeres tradicionais no Brasil é fragilíssima! [...] Sejamos resistentes [...]”.

⁴⁴⁴ “Hoje [...] nós podemos chegar no *Facebook* ou onde quer que seja, no blog, e fazer uma crítica sobre determinado assunto [...] isso eu acho que no primeiro momento tem uma coisa boa que é a democratização do fazer. [...] O que eu acho ruim: nessa facilidade do ser ou do parecer ser nós estamos com o nosso repertório cada vez mais pobre [...] nós nunca escrevemos tão mal né? Então nesse lugar, eu acho que nós perdemos, todos. É uma sociedade [...] onde virou pecado envelhecer então nesse caso é como se fosse ótima a blogueira que escreve tudo errado, não sabe de nada, não sabe quem foi Dener. Pra que ela precisa saber quem foi Dener [...] se ela sabe quem é Dolce Gabbana? [...] A educação, mais do que nunca, hoje, passa pelo viés do consumo: o que você come, veste, aquele lixo que você produz pelo desespero do consumo. Então eu acho que isso também é o lado ruim [...] é terrível!”

E assim terminou a conversa com o estilista, que foi gravada e transcrita. Sobre as questões técnicas, já tendo sentido a importância de portar dispositivos que permitissem gravar áudios e vídeos, levei ao evento um *smartphone* e um *tablet*⁴⁴⁵. Diante do conteúdo das perguntas, ele decidiu exibir um documentário que tratava uma questão urgente: a verticalização das cidades brasileiras⁴⁴⁶.

Ao fim do documentário, deu-se a sessão de autógrafos e, aos poucos, a plateia começou a deixar o auditório. Poucos prestaram atenção no fato de que as emissoras de televisão entrevistavam uma das ArtesãsComunidadeA. Ainda no auditório, aguardei o final das entrevistas para me aproximar da artesã⁴⁴⁷, que me ajudara a escolher meus brincos no dia da inauguração da loja. Findadas as entrevistas, fui ao seu encontro. Por alguns instantes, conversamos e alguns assuntos foram brevemente comentados. Eu perguntei quando elas voltariam às aulas de IB no P1⁴⁴⁸. Ela desabafou:

“A gente não sabe se vai voltar, porque a gente tá com problemas. Além de produzir as peças, a gente é dona de casa [...] a minha filha tá faltando aula, porque não tem com quem ficar e eu tenho que levar para o IFPB [...] outra coisa ruim é que quando o ônibus vai pegar a gente já é tarde e atrasa a escola da minha filha, que é à tarde”.

Através dessas palavras, pude entender a dificuldade para conciliar a vida de dona de casa, com a de artesã famosa e ainda de estudante no P1. Inclusive, enquanto conversávamos, pude ver a sua filha correr de um lado para o outro do auditório, sem parar, enquanto ela se dividiu entre conversar comigo e procurar a filha. Preocupada com o cenário de dificuldades colocado, que parecia inviabilizar a continuidade das ações do P1, porém entendendo que eu não possuía autoridade para fazer propostas ou

⁴⁴⁵ Optei por fazer vídeos, porque em casos de dificuldade para entender o que era dito, seria possível ainda tentar fazer a leitura labial a partir da imagem. Eu já havia percebido a importância de portar sempre pelo menos um equipamento extra, para casos de falha. Neste dia percebi a importância de fazer vários vídeos mais curtos, pois em caso de falha na gravação em andamento, as anteriores não seriam perdidas (sendo um único vídeo, a falha comprometeria tudo o que tivesse sido gravado).

⁴⁴⁶ O Brasil inteiro aplaudia “o fato de João Pessoa conseguir resistir à obra de construção de prédios altos, e a trancos e barrancos, conseguir manter essa face gentil e humanizada da cidade, coisa que todas as outras capitais perderam. [...] E o que isso tem a ver com moda? [...] o designer tem que ser poético e resistente [...] olhar no meio do caos e falar ‘tem alguma coisa aqui que pode gerar otimismo’. E numa época tão pessimista como essa que a gente está vivendo em todos os aspectos, a gente tem que cavar esse otimismo de algum lugar pra gente dar um passo à frente. E a moda pode fazer isso muito bem”.

⁴⁴⁷ Sobre o sentimento de entrar em campo sozinha, sem outros representantes do IFPB: os fatos públicos foram colhidos sem maiores esforços, já que o estilista falou para a plateia do evento; provavelmente, a aproximação com a artesã foi favorecida pela receptividade que a entrevistada apresentou (o que, obviamente, não é uma regra para as pesquisas), e porque já havia sido realizado algum tipo de contato entre nós, anteriormente, a partir dos interlocutores. Acredito na importância dos interlocutores no processo de pesquisa, entretanto, a receptividade às investidas do pesquisador dependerão de variáveis postas por cenários individuais. Nesse percurso, sozinha, o sentimento de desafio e a sensação de segurança resultaram em novos dados para a pesquisa, e na ideia de dever cumprido em campo.

⁴⁴⁸ Além da pausa para resolver as questões da loja, elas haviam pedido mais duas semanas de adiamento: a primeira, para produzir peças e participar da Feira Brasil Mostra Brasil; a segunda, para que elas pudessem participar de um curso de biojoias dado pelo estilista.

negociar em nome do programa, optei por dividir esse desabafo com a coordenação do P1, em momento posterior, e parti para outro tema na conversa: “O que você acha de ser famosa, sempre dando entrevistas⁴⁴⁹?” Ela então explicou que o grupo se dividiu em cargos, que foram negociados entre elas: “Uma fica no financeiro. Outra é a gerente. Outra dá entrevistas [...] elas me perguntaram ‘Você quer ser o que?’[...] eu prefiro produzir peças porque não gosto de dar entrevistas porque fico nervosa e não sei o que falar. Veja as minhas mãos geladas e tremendo”. Perguntei se as emissoras de televisão iam muito à comunidade para fazer matérias, e ela respondeu: “Sim, elas vão muito lá e muitas vezes vão sem avisar, pegando a gente de surpresa”. Prossegui: “Eu vi na internet uma matéria da TV sobre a inauguração da loja das e você falou muito bem! Você assistiu à reportagem?”. Ela respondeu: “Eu não vi nenhuma das quatro entrevistas que eu dei”. Insisti: “Você pode procurar na internet. Talvez todas estejam lá”. Ela comentou: “Eu não sei ver. Eu estava aprendendo no curso e estava adorando, mas não sei usar a internet para procurar a matéria”. Essas palavras me impressionaram e reforçavam impressões que eu tinha sobre problemas no formato do P1. Então prossegui, em tom brando: “Então, caso possa, não deixe de ir às aulas, para você poder aprender mais coisas”. Ela disse: “Eu vou ver como faço”.

Já sentindo que o horário tinha avançado, lancei o último tema de perguntas, buscando entender a relação das ArtesãsComunidadeA com o lançamento do livro: “Vocês estão no livro?”. Ela respondeu: “Nesse não, mas ele prometeu que estaremos no próximo!”, embora este ainda não tivesse data certa para ser lançado. Finalizando as perguntas, despedimo-nos, deixando um “até breve” no ar.

No caminho de volta para casa, refleti sobre a importância do evento para a pesquisa na tese⁴⁵⁰. O evento trouxe revelações importantes para o trabalho: de fato, as ações de ID eram importantes para as ArtesãsComunidadeA; a suspensão das aulas havia se dado não apenas porque elas não conseguiam “tempo” para voltar às aulas diante de tanta demanda de produção de peças, mas pela dificuldade de conciliar tudo o que estava acontecendo na vida profissional com a vida pessoal (com o fato de serem

⁴⁴⁹ Aquela artesã também havia dado entrevistas na inauguração da loja.

⁴⁵⁰ Eu havia tido dúvidas quanto a ir ou não ao evento, por receio de que ele fosse muito específico e não trouxesse acréscimos ao trabalho de campo, e eu deixasse de trabalhar nos registros da pesquisa. Mais uma vez, surpreendi-me com o valor dos acontecimentos ligados às comunidades, para a compreensão dos aspectos subjetivos do trabalho e do contexto estudado. Embora a pesquisa investigasse o tema ID, o trabalho de campo mostrou a importância de eventos que direta ou indiretamente se relacionaram ao público-alvo das ações de ID no IFPB. Esses eventos me ajudaram a compreender como as relações entre beneficiários e agentes influenciaram ações e resultados, e, portanto, motivaram-me a valorizar as oportunidades de estar entre as pessoas que integravam os cenários de pesquisa.

“esposas, mães e donas de casa”); ao conhecer um pouco mais de perto o estilista que acompanhava as artesãs, sem desmerecer o trabalho das biojoias, atribuí à figura deste agente o grande impulso midiático para a repercussão das ArtesãsComunidadeA⁴⁵¹; diante de tudo o que foi apresentado naquela noite, passei a ver o estilista como alguém que pensa que a moda e o design em geral devem refletir os aspectos sociais e a arte, o conflito entre a "padronização do mundo" e as especificidades dos povos, a reinvenção da arte e da cultura desses povos, seus dramas e suas maravilhas, e esses aspectos se encaixavam no cenário das artesãs e das biojoias; ouvindo o discurso do estilista, que falava, entre outras coisas, sobre globalização, arte e cultura popular, sociedade "pós-moderna" e percebendo a sua figura como reconhecida mundialmente, e somando a esses aspectos a influência dos demais parceiros que apoiavam as ArtesãsComunidadeA (GM, IFPB e SEBRAE), pude entender um pouco os eventos externos que estimulavam tantas ações sobre as ArtesãsComunidadeA.

Um dia após o lançamento do livro, houve mais uma etapa da capacitação⁴⁵² das artesãs, e assim o estilista ajudou a aprimorar os conhecimentos técnicos delas na produção das peças. Segundo a coordenação do P1, que esteve com eles nesse momento, ao perguntar se elas voltariam na semana seguinte para as aulas de IB, as artesãs responderam: “Tá difícil!”, pois tinham muitas peças para produzir para um desfile que seria realizado em João Pessoa, no mês seguinte. Sobre as aulas, a coordenação do P1 desabafou: “Eu entendo o momento que elas vivem e lamento por não poderem estar no curso, pois acredito que as aulas de informática são muito importantes para elas. Eu fico impossibilitada de agir, no sentido de agilizar o curso, uma vez que não posso forçá-las a retornar às aulas”.

Em nossa conversa, eu lhe contei sobre o encontro informal com a artesã, no lançamento do livro do estilista, e relatei o que ela me contara sobre os problemas para frequentar o curso e a possibilidade apontada por ela de não retornar às aulas de informática. A coordenação do P1 se mostrou um pouco surpresa e disse que “nessas conversas informais é que se entende de fato o que se passa com as pessoas envolvidas no projeto”. Ela explicou ainda que as ArtesãsComunidadeA haviam pedido para o

⁴⁵¹ A partir da sua imagem de prestígio e fama, e por associar essa imagem ao projeto das ArtesãsComunidadeA, o estilista transferiu os olhos da mídia para essas mulheres, no Brasil e no mundo. Traçando um perfil inicial do estilista, pude compreender um pouco o que ele pensa sobre moda, design e arte, e ter ideia de como ele se encaixou no trabalho das artesãs.

⁴⁵² Não consegui comparecer a esse evento, em virtude de problemas de comunicação com o P1.

curso ser dado na comunidade. A coordenação do P1 avaliaria as possibilidades de isso acontecer⁴⁵³.

Refletindo sobre as expectativas de retorno das ArtesãsComunidadeA às aulas, e dos problemas pessoais/profissionais que dificultavam as ações do P1 junto a elas, lembrei dos pressupostos da Rede Extensão que valorizavam o envolvimento da comunidade no ciclo das ações de extensão, como forma de construir ações endógenas. Por não ter participado da construção das ações do P1 junto às ArtesãsComunidadeA, eu desconhecia diversos aspectos dessa relação.

Mas algo me parecia evidente: as mudanças bruscas na vida daquelas mulheres tornavam necessário o replanejamento das ações de ID, que não pareciam “prioritárias” diante de diversas outras que estavam sendo feitas junto a essa comunidade e da complexa rede de ações e interesses que envolvia as ArtesãsComunidadeA (e trazia para si os olhos da mídia e do mundo). A indefinição quanto ao andamento das ações no P1 preocupava a equipe do programa e gerava alguns impasses: a equipe queria que elas continuassem, mas com a indefinição de quando elas voltariam, “o laboratório ficava parado”, o que era ruim, pois havia uma lista de espera pelas aulas do P1. “Nesse ritmo de produção das ArtesãsComunidadeA, eu temo que elas demorem meses para retornar às aulas⁴⁵⁴”, disse a coordenação do P1.

Na primeira semana de agosto, as ArtesãsComunidadeA deveriam voltar ao P1. No caso delas, frequentar as aulas no P1 dependeu do GM, que ficou responsável por

⁴⁵³ Alguns aspectos dificultavam essa mudança no P1: para as aulas serem desenvolvidas na comunidade, deveria ser providenciada uma infraestrutura de laboratório, e vistas as questões contratuais para o monitor dar aulas em outro lugar. Ainda existiam aspectos políticos envolvidos: sobre as aulas, caso fossem realizadas na comunidade, seriam em alguma escola da prefeitura (não do estado), em função das relações estabelecidas (o parceiro do projeto era o GM, e a relação entre GE e GM não andava bem); notícias extraoficiais sugeriam adversidade política entre GM e GE, causada pelo apoio deste a uma candidata, para as próximas eleições, em oposição ao então prefeito; o GE estaria tentando apresentar o projeto das artesãs como promovido por ele, o que era “oportunisto político”; em resistência a essas tentativas de “apropriação indevida”, criou-se uma barreira para o GE não entrar. Os conselhos dados a mim e ao P1 nos diziam para ter cuidado com o que nos dispúnhamos a fazer, pois aquele cenário envolvia muitos atores sociais e políticos e diversos interesses. Burburinhos relatavam ainda que outras pessoas se infiltravam nos projetos das artesãs, dificultando ações de quem já desenvolvia trabalhos, inclusive, um novo agente teria sugerido que as aulas de IB fossem na comunidade. Para o P1, “uma coisa é dar a ideia, outra coisa é viabilizar a ideia”. A partir desses relatos, a resistência para volta às aulas poderia apresentar “motivação política” além das questões “domésticas” que estavam sendo consideradas.

⁴⁵⁴ Uma lição aprendida no trabalho de campo foi estar sempre preparada para fazer os registros das ações e discursos o mais breve possível, como forma de relatar de forma fiel e detalhada os acontecimentos e as falas. Ao longo da pesquisa, por exemplo, percebi que as ligações foram se tornando tão ricas de informações (algumas ligações chegaram a 50, 55 minutos), que passei a anotar o que fosse possível ao longo da própria ligação. Por questões éticas, uma vez que não havia sido combinada a gravação das ligações, essas nunca foram gravadas. Algumas pessoas no P1 e no P2 apresentaram uma grande motivação para relatar detalhes, para sugerir o que poderia interessar à pesquisa. Logo, eu sempre estive com o caderno de campo, para poder fazer os registros a qualquer hora, em qualquer lugar, e os relatos no caderno vermelho foram escritos em filas de banco, consultórios, veículos, entre outros.

disponibilizar o transporte das alunas em ônibus da prefeitura e deslocá-las na rota comunidade – IFPB – comunidade. Devido a problemas com esse ônibus, elas não puderam voltar às aulas na data combinada. Apenas na segunda quinzena de agosto, as artesãs retornaram às aulas de IB, o que deixara a coordenação do P1 “muito feliz”!

Retornando às aulas, elas participaram da aula inaugural⁴⁵⁵ juntamente com outra turma de IB, sendo esta formada por pessoas que aguardavam na lista de espera pelo curso, pelos alunos da Escola Pública I e pelos terceirizados que trabalhavam na PROEXC prestando serviços gerais. Por já conhecer as Artesãs Comunidade A, senti falta de ver na aula inaugural, algumas das protagonistas dos episódios anteriores. Entre elas estavam uma criança, filha de uma das artesãs, e outras pessoas, que haviam sido chamadas para completar as vagas da turma, uma vez que algumas artesãs haviam desistido do curso.

Em uma conversa rápida, o monitor da turma relatou-me sobre o andamento do curso: “Eu praticamente recomecei o curso do zero”. As aulas de IB em sua turma haviam voltado aos conceitos iniciais do plano de curso, por diversos motivos: com a desistência de algumas artesãs, novos alunos haviam entrado no curso; o intervalo de dias sem aulas havia sido muito grande (quase dois meses), dificultando a continuidade dos conteúdos; as artesãs precisariam desenvolver bem as habilidades técnicas ensinadas no curso, pois desejavam manter o seu *blog*, fazer planilhas para controles da loja, construir apresentações em aplicativos para os muitos eventos de que participavam, e ainda utilizar diversas funcionalidades na internet.

Ainda em agosto, tendo sido retomada a turma das Artesãs Comunidade A e iniciadas as demais turmas de 2015 (segunda turma de IB e turma única de MMC), perguntei à coordenação do P1 se poderia dar início às observações em sala de aula. A resposta foi sim, deixando-me à vontade para entrar nas salas de aula e conversar com as pessoas (alunos, monitores ou quem mais fosse preciso), e então combinei com o monitor o início das observações das aulas para o dia 01 de setembro⁴⁵⁶.

Uma vez que eu acompanhava as ações da PROEXC e da Rede Extensão a partir da rede social *Facebook*, no dia 27 de agosto (um dia após o consentimento da coordenação do P1 para eu entrar em campo), surpreendi-me ao ver postada nessa rede

⁴⁵⁵ Essa aula sempre era realizada no primeiro dia, mas como a turma das artesãs ocorreram algumas particularidades, e elas fizeram essa aula já durante o curso, juntamente com outra turma de IB ofertada.

⁴⁵⁶ Com receio da minha presença prejudicar as ações do P1, perguntei se poderia fazer observações durante duas ou três aulas, em cada turma. A coordenação do P1 disse: “Se você quiser, pode ir mais vezes, para melhorar ou reforçar as suas observações. Como as três turmas que estão em andamento lhe conhecem, já que você participou das aulas inaugurais, os alunos não vão estranhar a sua presença”.

social uma matéria sobre as ArtesãsComunidadeA, informando que elas haviam concluído a formação no P1. A matéria trouxe fotos do evento de encerramento da turma, depoimentos de alunas e do monitor e relatava que “[...] devido à alta demanda de trabalhos no Projeto ArtesãsComunidadeA, será dada uma pausa às aulas para redirecionamento de algumas ações, sendo retomadas no próximo mês”. No depoimento de uma das alunas, pude perceber o prestígio do IFPB e o reconhecimento dessa instituição enquanto agente formador: “Era meu sonho cursar informática e, quando vi que era pelo IFPB, não pensei duas vezes. Foi um desafio aceito e uma experiência gratificante”. Lendo o depoimento do monitor, pude entender que ele estava se afastando do P1 porque estava sendo contratado por uma empresa de informática. Ele ainda afirmou o quanto aquela experiência havia contribuído para a sua formação, enquanto profissional e cidadão.

Ao ler a matéria na noite do dia 27, não entendi como tudo havia mudado em apenas um ou dois dias, e decidi então que na manhã do dia seguinte iniciaria uma investigação para saber o que havia acontecido. O relato recebido do monitor⁴⁵⁷, através de um email, ajudou a entender que alguns fatos novos haviam mais uma vez trazido impedimentos para a continuação das ações do P1 junto às ArtesãsComunidadeA:

“Aconteceu um pequeno imprevisto: eu tive que sair do projeto, pois consegui um emprego, e já vou começar a trabalhar amanhã. A turma das ArtesãsComunidadeA também pediu uma pausa nas aulas, pelo motivo de terem recebido um contrato para uma produção em grande escala. Elas voltarão após terminar esse contrato, com prazo de 1 mês. Até lá, outro monitor terá assumido a turma”.

Em conversa com a coordenação do P1, também colhi algumas informações sobre os motivos da interrupção das aulas e sobre o remanejamento de alguns alunos entre as turmas. Sobre a interrupção das aulas, o monitor havia sido chamado para trabalhar em uma empresa, e como casaria em setembro, havia se desligado do P1 para melhorar a sua condição financeira com os rendimentos do emprego. As ArtesãsComunidadeA, por sua vez, estavam com vergonha de interromper novamente o curso, porém precisavam que isso fosse feito, uma vez que haviam fechado um contrato. Sabendo do contexto do então monitor (embora entendendo que um novo monitor seria contratado para dar continuidade às aulas), as artesãs haviam se sentido aliviadas, pois

⁴⁵⁷ Fiz alguns contatos com ele por email. Uma vez que esse monitor havia acompanhado fases importantes do P1 no cenário de ID das ArtesãsComunidadeA e de outras duas turmas, tentei marcar uma conversa, de forma que ele pudesse falar um pouco sobre as experiências vividas no P1. Ele se dispôs a conversar e ficou de sugerir um dia e um horário em que a conversa pudesse acontecer. Apesar das várias tentativas que fiz, não foi possível realizar uma conversa com esse monitor.

as dificuldades de ambos os lados coincidiam, e isso fazia com que ambas as partes ficassem menos constrangidas diante de mais “imprevistos” com as aulas dessa turma.

Eu então previ a angústia da coordenação do P1, diante dos novos problemas, porém me surpreendi com as palavras que me foram ditas: “Antes eu me angustiava com as interrupções das aulas. Agora estou sabendo lidar melhor com a situação”. Essa fala me fez acreditar que a coordenação do P1 havia “processado” as ideias da Rede Extensão: a preocupação com números pareceu ter sido diminuída, dando lugar à compreensão de que a ID era um processo, e que ele se dava de forma integrada aos aspectos pessoais, sociais, políticos, econômicos e culturais dos grupos envolvidos com suas ações. Como a “turma das ArtesãsComunidadeA” tinha passado a atender outros alunos, esses haviam sido remanejados para a outra turma de IB.

Durante todo esse mês de outubro, busquei notícias sobre o possível retorno das ArtesãsComunidadeA ao P1, mas as informações só reforçavam a complexidade do cenário referente às relações que envolviam essas artesãs e os agentes que propunham ações com elas. Os relatos falavam sobre uma dissidência no grupo das artesãs, com relação às ações no IFPB: dois grupos no IFPB acompanhavam e “davam suporte” aos dois grupos de artesãs; parte das ArtesãsComunidadeA levava o nome original “ArtesãsComunidadeA”, enquanto o grupo divergente passou a usar um novo nome⁴⁵⁸; sobre o que levava a essa cisão, disputas pelas ações no projeto entre alguns pesquisadores no IFPB haviam gerado fortes conflitos entre eles, o que resultara em divergência de opiniões e desavença entre as artesãs, que por tomarem partido por pesquisadores diferentes, haviam decidido se separar, originando os dois grupos.

As evidências e os relatos me levavam a crer que a coordenação do ProjetoS gerenciava o grupo inicial, mas ao longo de todo o projeto, diversas pessoas teriam tentado “se infiltrar”, com interesse na repercussão do projeto e nos bônus da fama das artesãs. Os desabafos inflamados de indignação apresentaram a cisão como oportunismo do segundo grupo de pesquisadores, que se promovia às custas do reconhecimento das ArtesãsComunidadeA, ou seja, dos esforços do primeiro grupo.

Em novembro, em conversa com o P1, eu soube que as ArtesãsComunidadeA não voltariam ao programa no ano de 2015: elas estariam envolvidas em muitos eventos ainda naquele ano e por isso tinham muitas encomendas para produzir. O novo

⁴⁵⁸ Embora os nomes fossem diferentes, eram tão parecidos que se tornava difícil diferenciar os grupos a partir dos nomes. Isso sem falar que ambos produziam as mesmas biojoias. Rumores diziam que a ideia era mesmo confundir, para que o “grupo dissidente” pudesse se apropriar das conquistas do “grupo original”, o que era visto como oportunismo, pelas equipes que apoiavam o “grupo original”.

planejamento previa a volta delas ao P1 em 2016. Sobre os acontecimentos previstos ainda para 2015, o estilista e as ArtesãsComunidadeA faziam um evento em João Pessoa, buscando reproduzir o desfile do SPFW e as peças produzidas por elas ficariam em exposição por três meses, em local aberto ao público. O desfile aconteceu em novembro e por ter sido um evento apenas para convidados, eu não pude participar, já que os convites destinados ao IFPB foram insuficientes para os interessados em participar do evento. Segundo a coordenação do P1, o evento foi glamoroso, e para a sua felicidade, o reitor do IFPB comparecera, representando a instituição, e proferindo um discurso que emocionara os presentes.

A participação no evento associada às perspectivas de sucesso da exposição das artesãs parece ter feito com que o P1 entendesse os desafios enfrentados por elas, o volume de trabalho que elas tinham naquele momento, e as dificuldades postas para voltar ao curso de ID no IFPB. Até o fechamento do processo de coleta de dados desta tese, as ArtesãsComunidadeA não haviam retornado às aulas no P1.

b) N2: Cenário de pesquisa EscolaRuralC

Durante o trabalho de campo, acompanhei algumas ações desenvolvidas por parcerias firmadas entre projetos e núcleos da Rede Extensão (entre eles, o núcleo de extensão que trabalhava com tecnologias sociais) e a EscolaRuralC, e também a relação que estava sendo construída entre o N2 e representantes desta comunidade. As ações de pesquisa nesse cenário tiveram início antes da minha entrada no N2, e se deram até o final da coleta de dados, em dezembro de 2017.

Em 2016, a convite da PROEXC, viajei com um grupo de pesquisadores e extensionistas⁴⁵⁹ para participar de uma visita técnica à EscolaRuralC⁴⁶⁰ (em Pernambuco) e do I Fórum sobre Tecnologias Sociais do IFPB (em Monteiro, município da PB). Nessa viagem, tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho na EscolaRuralC, uma escola agrotécnica voltada ao desenvolvimento de tecnologias alternativas para apoio aos pequenos agricultores, que há vinte e seis anos desenvolvia experiências com tecnologias sociais que contribuía para melhorar a qualidade de vida e fixar o homem do campo ao seu território.

Na visita à essa escola, ficamos o dia inteiro sob o sol escaldante, entre representantes da escola e do IFPB, e ainda junto a porcos, gansos e cactos, e sai de lá

⁴⁵⁹ Eu e outros pesquisadores que trabalhavam com “projetos sociais” fomos convidados pela gestão da PROEXC para participar dos eventos citados.

⁴⁶⁰ A EscolaRuralC já era um parceiro social do IFPB, através de alguns núcleos da Rede Extensão.

refletindo sobre a determinação daqueles agentes sociais na busca pela melhor "convivência com o cariri/semiárido". O IFPB estava se envolvendo em um acordo de cooperação técnica com essa escola e assim, todos os professores com perfil de "trabalhos sociais" haviam sido convidados pela PROEXC para participar do evento. No final da visita, a EscolaRuralC nos ofereceu um café e nesse momento todos puderam compartilhar as ideias de projetos que vinham desenvolvendo. Eu falei sobre a importância da ID com foco em cidadania e inclusão social.

Após a visita, os participantes do Fórum tiveram em Monteiro seções técnicas que apresentaram visões do conceito de tecnologias sociais e foi montado um grupo de discussão sobre o tema. Além da larga abertura de conhecimentos teóricos e práticos sobre os temas relacionados às tecnologias sociais, a viagem em si me aproximou dos temas e das pessoas que realizam trabalhos sociais na perspectiva da Rede Extensão.

Ainda neste ano, quando o P2 foi criado, este programa estabeleceu uma parceria formal com a EscolaRuralC, buscando desenvolver ações de EC. A ideia de desenvolver essa relação foi reforçada em 2017, com a criação do N2, que buscava criar laços com ONG para atuação em comunidades e assim viabilizar conexões perenes e ações continuadas. Entretanto, até o fechamento do processo de coleta de dados desta tese, nenhuma ação do P2 com a EscolaRuralC foi realizada.

c) N2: Cenários de pesquisa Comunidades E, F, G e H

Durante o trabalho de campo, vivenciei mais algumas ações desenvolvidas pelo N2 juntamente com o núcleo de extensão que trabalhava com tecnologias sociais, nas comunidades rurais ComunidadeE, ComunidadeF, ComunidadeG e ComunidadeH. As ações de pesquisa nesse cenário tiveram início com a minha entrada no N2, no primeiro semestre de 2017, e se deram até o final da coleta de dados, em dezembro de 2017. Durante a pesquisa, percebi que essas comunidades eram assistidas por outros agentes, sendo visível a relação entre elas e uma ONG que se tornou parceira formal do N2.

Em termos de relações externas, o primeiro parceiro social do N2, a EscolaRuralC, já havia sido visitado por alguns integrantes do núcleo em março de 2016 (embora o núcleo ainda não tivesse sido criado). Seguindo na construção das relações, os integrantes do N2 decidiram visitar algumas comunidades que já vinham sendo assistidas por uma ONG e por outras ações do IFPB. Tudo ainda era muito recente no núcleo, mas era preciso se aproximar das comunidades parceiras para que fosse possível planejar e desenvolver ações conjuntas. Conhecê-las então era o primeiro

passo para construção de uma parceria efetiva e que precisava ir além dos documentos e burocracias que pontuavam os projetos e ações de extensão em editais da PROEXC.

Nesse sentido, o N2 seguiu em viagem a dois municípios do Rio Grande do Norte. Embora a ONG tivesse sua sede em João Pessoa, e atuasse em diversos locais na Paraíba, o convite foi feito para que as atividades na parceria fossem refletidas a partir das realidades desses municípios. A ideia era visitar assentamentos rurais e ver como o N2 percebia a região para planejar ações junto com agricultores e suas comunidades. Todos estavam muito motivados, pois antes do N2, o P2 não trabalhava a perspectiva das "parcerias continuadas". O programa vinha desenvolvendo ações mais pontuais.

A ONG parceira se definia como “uma associação educacional, sem fins lucrativos, que realiza oficinas nas áreas de tecnologias sociais e energias renováveis para jovens”. Conhecendo mais de perto o seu trabalho foi possível entender que suas ações envolviam pesquisadores, extensionistas e técnicos que trabalhavam juntos na geração e difusão de tecnologias sociais. Uma matéria publicada sobre a visita técnica realizada⁴⁶¹, a partir da nossa viagem, apresentou o conceito de tecnologias sociais como “um método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social”.

O trabalho era parecido com aquele desenvolvido na EscolaRuralC, inclusive, alguns dos técnicos ligados ao projeto eram ex-alunos dessa escola, formados por ela. A diferença maior em termos de ação era que a EscolaRuralC representava uma escola formal, que formava alunos formais, enquanto a ONG era uma escola “na vida”, que junto às comunidades produzia e transmitia conhecimento para que essas e outras comunidades fossem pró-ativas, autônomas e autossustentáveis. Esta ONG fora criada em janeiro de 2016, e passara a contar com o apoio de um professor do IFPB que trabalhava com tecnologias sociais desde 2012. Nas ações da ONG, o professor do IFPB tinha o trabalho de articulação burocrática e desenvolvimento mais voltado ao laboratório de tecnologias sociais, enquanto outros agentes, embora também trabalhassem no desenvolvimento e na estruturação das tecnologias sociais, ainda tinham o trabalho rotineiro de campo junto às comunidades parceiras. Juntos, trabalhavam nas ações educacionais da ONG.

⁴⁶¹ A visita técnica foi noticiada no sítio do IFPB na internet e na página da PROEXC no Facebook.

Naquela região, a ONG trabalhava junto a oito comunidades ou assentamentos de agricultura familiar, no total de 266 famílias. Eram comunidades de portes e características distintas, umas maiores, outras menores, umas mais organizadas, outras menos. Então, a ONG escolheu quatro comunidades diferentes para a nossa visita, de forma que a equipe do N2 pôde ter contato com diversos contextos.

Essas comunidades estavam inseridas em um cenário de transformação material e simbólica promovida a partir da exploração de alguns recursos naturais da região, como o “vento”. A transformação estava aos olhos de todos os visitantes e moradores do local. Mais de três mil torres eólicas e sua expressão de modernidade faziam o contraste com o verde bucólico da zona rural potiguar. Estava prevista a instalação de pelo menos mais duas mil e quinhentas antenas.

A vista impressionava os que ali estavam pela primeira vez. A imponentia das torres sobre uma ou outra evidência humana mais “simples”, como uma casa, ou um roçado de milho, mais parecia uma invasão de alienígenas dos filmes de ficção científica que botavam medo em crianças. Sempre vistas “em bando”, nos parques eólicos, essas torres exigiam espaços largos e estruturas grandes e complexas, em virtude de sua funcionalidade. Em uma torre eólica, o vento girava uma hélice conectada ao aerogerador, que produzia eletricidade. Então, por questões naturais, aquela região era vista como “o local” da energia eólica no Brasil.

Nesse contexto, as transformações na região se davam em virtude do “boom” para desenvolvimento das infraestruturas dos parques eólicos, o que trouxera aspectos como a supervalorização financeira de terras e imóveis, além de mudanças sociais diversas, inclusive aquelas específicas junto às comunidades rurais.

Os relatos e as impressões sugeriam que havia muito agentes atuando naquele lugar, e era complexa a rede de relações que havia se estabelecido, de forma convergente ou não: proprietários de terras negociavam seus lotes para a instalação das torres; grandes empresas (inclusive multinacionais) investiam nos parques eólicos; o SistemaS apoiava ações de empreendedorismo no local, inclusive junto às comunidades; o BNDES exigia das empresas a contrapartida social pela exploração da região, onde entrava particularmente a ONG e as suas ações (junto às pessoas que haviam sido retiradas de suas terras ou afetadas de alguma forma pela chegada da infraestrutura eólica, pelas empresas que exploravam a região), patrocinadas pelas empresas.

Por outro lado, algumas pessoas “sofriam” as consequências das ações ali desenvolvidas: alguns agricultores e suas famílias ou até comunidades inteiras tinham

que se mudar, já que suas terras eram desapropriadas, em virtude de terem sido “escolhidas” para dar lugar aos novos habitantes eólicos; algumas famílias tinham que se reestruturar, a partir dos novos postos de trabalho que tiravam os pais dos seus lares durante a semana, e os levavam para o trabalho junto aos parques eólicos, devolvendo-os nos finais de semana. Como estranhar isso em um país em que vez por outra se escuta a repetição do discurso de “Tudo em nome da modernidade!”?

Voltando ao relato da viagem, na visita às comunidades, foi percorrido muito chão de terra vermelha, como forma de observar o impacto das transformações que se refletiam sobre elas. Alguns desses aspectos puderam ser entendidos na observação da primeira comunidade visitada, a ComunidadeE. Aquela era uma das comunidades “só de mulheres”, já que os maridos passavam a semana trabalhando nos parques eólicos. Ou seja, naquela comunidade, as mulheres faziam seus papéis e os “trabalhos dos homens”. Ao todo, ali viviam doze famílias de trabalhadores na agricultura. Naquela comunidade, as mulheres estavam participando de uma oficina para construção de uma cisterna com a tecnologia de ferro e cimento, com baixo custo e que armazenaria água para consumo humano e irrigação de culturas de subsistência. Nesta comunidade, pudemos perceber o trabalho de dois ex-alunos da EscolaRuralC, que faziam parte da equipe da ONG. Junto com três mulheres da comunidade, eles executavam mais uma etapa técnica da construção de uma cisterna. Mas todos ressaltavam que as três mulheres haviam colocado “sozinhas” todo o cimento da cisterna. Sobre TIC, uma delas disse que usava *Facebook*, inclusive “para ver se o pessoal da ONG está vivo, quando eles passam alguns dias sem vir por aqui”.

A segunda comunidade visitada foi a ComunidadeF, onde viviam 30 famílias. Nesta comunidade também foram vistas cisternas em construção. Um dos seus moradores aprendera a construir cisternas junto a ONG e já multiplicava aquele conhecimento em outras comunidades, inclusive sendo pago pelas cisternas que construía “para fora”. Sobre TIC, eu lhe perguntei o que ele usava, o que costumava fazer com elas. Ele me respondeu que tinha dois celulares: um analógico, que levava para “o mato”, e um digital, para usar em casa, mas que este era mais usado pela mãe e pela filha, que faziam fotos e usavam *Facebook*. “Eu não gosto de usar essas coisas, meu negócio é o mato, é disso que eu gosto”.

Essa era uma das comunidades mais organizadas e por isso tinha um restaurante “famoso” na região, onde muita gente passava para apreciar a comida fresca e podia desfrutar do sossego garantido “pelo mato” e se deliciar com os “dindins” que

eram distribuídos, como cortesia da casa. Em meio a gatos, patos e marrecos, nós do N2 e representantes da ONG fizemos uma parada mais demorada. Em meio às conversas de moradores e trabalhadores de outras localidades, pudemos ouvir alguns rumores: algumas pessoas ou empresas (nacionais e multinacionais) haviam recebido informação privilegiada, antes de começar o desenvolvimento na indústria eólica. A partir dessas informações, essas pessoas teriam feitos negócios em propriedades (compras, vendas ou trocas), apropriando-se “indevidamente” de benefícios advindos das torres que deveriam ter sido desfrutados por comunidades locais ou pequenos proprietários. “O povo pensa que a gente não vê isso, não entende”, disse um morador da comunidade sobre o “esquema de compra das terras”. Nesta comunidade, a ONG desenvolvia ações que beneficiavam famílias de trabalhadores rurais com água e produção de renda.

Na terceira parada, na ComunidadeG, nós fomos recebidos por um grupo de oito agricultores. Nessa comunidade estava sendo construída uma sala de aula, e lá também seria criado o “Caminho das Tecnologias Sociais”, uma estrutura ao ar livre onde seriam postas lado a lado todas as tecnologias desenvolvidas pela ONG e pelas comunidades locais, formando uma espécie de ambiente modelo (e referência) para o portfólio de mais de vinte tecnologias produzidas, que poderiam ser estudadas em teoria e prática, na sala de aula e no campo, respectivamente. Essas tecnologias atuariam de forma integrada nas áreas de segurança hídrica, educação, produção de renda e sustentabilidade. Nessa comunidade, o silêncio do ambiente rural e as faces duras do sol forte deram lugar a um diálogo sobre educação, tecnologias e o mundo contemporâneo.

Sentados no alpendre que abrigava a sala de aula em construção, extensionistas da ONG, nós do IFPB e agricultores refletimos sobre as relações entre a realidade de quem ali vivia e as TIC, buscando encontrar na EC e na ID cidadã, formas de transformar os aspectos que incomodavam aquela comunidade. Sobre a importância das TIC em um mundo que não se via mais sem aquelas tecnologias, a exclusão digital afastava ainda mais as pessoas dos seus direitos, da disputa da audiência, das agendas por transformações políticas. A EC e a internet poderiam potencializar as ações educacionais e comunicacionais e, portanto, o empoderamento das comunidades, que de forma autônoma poderiam lutar por sua emancipação, em termos de discursos e de ações. Essas reflexões foram se colocando, enquanto olhos tímidos e que às vezes pareciam desesperançosos, por se tratarem de adultos e até já senhores que trabalhavam de sol a sol, de forma pesada, aos poucos foram se tornando mais firmes, em direção aos visitantes.

Os discursos “de fora” foram sentindo cada vez mais receptividade, até que com o passar da conversa, foram enfim interrompidos pelas colocações de um dos agricultores, que falou sobre a importância das TIC, o preconceito com o rural, e reclamou das pessoas que falavam em nome “deles”. O “rural” poderia fazer uso de TIC. “Por que não?”. O rural precisava das TIC, da educação, da comunicação, da ID, os agricultores e as comunidades queriam que as ações chegassem até eles, orientassem os jovens, as mulheres, dando oportunidades de eles mesmos se apresentarem e falarem por si, como resistência à mídia patrocinada que manipulava informações a favor de redes de poder e dominação. A polifonia entoou à conversa: os membros do P2 falaram sobre educação e comunicação, eu refleti sobre cibercultura, apropriação das mídias digitais, democracia, transformações e inclusão digital, um dos agricultores falou sobre comunicação e mídia⁴⁶².

“[...] Sabe-se que os meios de comunicação estão aí, detonando a todo custo as coisas erradas e mostrando para o povo como coisas certas. Sabe que uma mentira bem colocada ela chega a ser uma verdade de fato. Eu acho que o nosso campo, ele tem que se empoderar disso, de uma forma que venha a gerar conhecimento também no campo, porque a discriminação com a gente é muito grande [...]” (Agricultor da ComunidadeG, 2017).

Diante de palavras tão conscientes, enquanto equipe que trabalhava tecnologias e comunicação, nós sentimos que precisávamos refletir sobre tudo o que acontecera naquela comunidade para que junto a eles pudéssemos pensar em ações a serem desenvolvidas na região. A pró-atividade daqueles agricultores era evidente⁴⁶³, o que nos fez pensar no seu potencial de autodesenvolvimento também em TIC.

Chegando na quarta comunidade, ComunidadeH, diversos moradores estavam reunidos na Pastoral da Criança de um dos assentamento e faziam um treinamento do SEBRAE, voltado para formação de cooperativas e associações. Lá estavam crianças, jovens e adultos, em sua maioria mulheres, em todas as faixas etárias. Em um intervalo do SEBRAE, a pedido da ONG, eu e o coordenador do P2 mais uma vez apresentamos nossas propostas de trabalho com tecnologias e conversamos sobre temas como EC e ID cidadã. Ao perguntar quem ali acessava a internet, vi umas quatro ou cinco mãos levantadas, em um conjunto de aproximadamente 30 pessoas. Outras perguntas se

⁴⁶² O P2 fez um vídeo sobre alguns trechos vivenciados por nós naquele momento e divulgou esse material no seu canal no *Youtube* (Rodrigues et al., 2017e).

⁴⁶³ A ONG havia começado com cinco pontos de desenvolvimento de tecnologias sociais (por exemplo, as cisternas) em paralelo. Aquela comunidade respondera de forma ativa inclusive no que não havia sido previsto, com relatos do tipo “A estrutura estava arriando e a gente colocou uma escora aqui”, destacando-se entre as demais. Esses relatos eram transmitidos pela ONG, afirmando o desenvolvimento acima da média por parte daquelas pessoas.

seguiram e surgiram os indicadores que mostravam que entre eles quase ninguém acessava internet (ou sabia o que ela significava) e poucos conheciam as redes sociais, embora a maioria fizesse uso do aplicativo *WhatsApp*.

Nós então fomos convidados para o lanche comunitário. Enquanto eu bebia o suco de cajarana, quatro mulheres e um senhor se aproximaram e me perguntaram se eu voltaria na segunda, e a que horas seria, pois eles queriam muito participar, mas preferiam à tarde, já que as crianças iam para a escola, o que demonstrou a receptividade deles aos nossos discursos. A ONG então respondeu aos moradores que tudo seria planejado com eles, em breve.

Sobre TIC, ainda tive acesso a dois fatos importantes: a associação da comunidade pagava uma operadora de telefonia para ter acesso à internet, já que não havia outra forma de se conectar ao mundo virtual; a filha da representante da comunidade fizera cursos de informática e já dera aulas sobre diversos temas. Enfim, esses eram dois dados importantes para o planejamento e a execução das ações naquela comunidade.

Depois de um dia intenso, de muita estrada, muito sol, parecia que N2 pensava de forma unânime: não havia como voltar atrás e fazer de conta que não se tinha visto o esforço daquelas pessoas para realizar seus planos, seus sonhos, ou pelo menos viabilizar a sua sobrevivência; não havia como apagar o depoimento impactante proferido pelo agricultor do “Caminho das Tecnologias Sociais”, e os olhares ou expressões atentos e receptivos que pareciam refletir a teoria da dívida na práxis (dar, receber e retribuir), pareciam viver a expectativa da troca de conhecimentos e ações em busca de dias melhores. Para o N2, a questão não era mais “se teria como fazer algo”, mas sim “como se poderia fazer algo”, pois as parcerias estavam postas, e não havia como mudar tudo isso.

Sobre o que a EC e a ID cidadã poderiam fazer por aquelas pessoas, ainda era preciso se debruçar sobre os conceitos e bases teóricas, entender melhor os detalhes de cada comunidade, sentar com elas e buscar as respostas. Entretanto, mesmo diante de cenários distintos, a impressão e os relatos eram de que a grande maioria estava excluída digitalmente e sem estratégias de uso de comunicação para empoderamento cultural, social, político ou econômico.

Na semana seguinte à visita às comunidades, a equipe do N2 se reuniu com o núcleo de extensão que já atuava na região, para avaliação de viabilidade e planejamento das nossas ações. A ideia era reusar lições aprendidas, sincronizar

pensamentos e atividades e mesmo buscar apoio para as questões burocráticas e financeiras (deslocamento e hospedagem da equipe, por exemplo). Em outras palavras, a ideia era unir forças. Como o núcleo parceiro já tinha uma agenda de ações nas comunidades da região, juntamente com a ONG, previstas para o começo de junho, a equipe do N2 tentaria integrar as ações de EC e ID às ações de desenvolvimento das tecnologias sociais, em agenda ainda a confirmar. Como passos seguintes, o N2 se reuniria para planejar a ação junto às comunidades, que deveriam participar do processo de construção e desenvolvimento da proposta, através das parcerias horizontais. Até o fechamento do processo de coleta de dados desta tese, a equipe do N2 não conseguiu retomar as ações nessas comunidades.

d) N2: Cenário de pesquisa EscolaPúblicaJ

Durante o trabalho de campo, vivenciei algumas ações desenvolvidas pelo N2 juntamente com representantes da EscolaPúblicaJ. As ações de pesquisa nesse cenário tiveram início com a criação do N2 e a submissão de um projeto para o ENEX, no primeiro semestre de 2017, e se deram até o final da coleta de dados, em dezembro de 2017. Durante a pesquisa, não identifiquei ações de agentes externos (inclusive IFPB) junto a essa escola, o que contribuiu para estreitar as relações entre o N2 e seus representantes, que se mantiveram dedicados ao ciclo de ações propostas pela parceria entre as duas instituições.

O início da relação com a EscolaPúblicaJ se deu a partir dos contatos feitos pela gestão da PROEXC para o ENEX. Como forma de participar do ENEX, o N2 propôs um projeto para realizar oficinas de EC. Com a proposta de trabalhar com as Unidades de Vivências (UV), o N2 firmou parceria com a EscolaPúblicaJ, uma instituição estadual de ensino fundamental e médio localizada em Lucena. Desde então, as ações coletivas deram forma à relação, que se consolidou como modelo horizontal de proposições e decisões, ao longo de todo o ciclo (planejamento, execução, monitoramento, controle e feedback para retroalimentação), envolvendo agentes do IFPB (equipe do N2 e parceiros, como docentes e servidores dos Campi João Pessoa, Cabedelo Camboinha e Cabedelo Centro) e da EscolaPúblicaJ (alunos, professores, técnicos e diretores).

Nos contatos com a escola, tivemos junto a nós, professores dedicados, enquanto educadores, e que buscavam promover diversos tipos de ações e trabalhos com os alunos, no enfrentamento aos problemas locais, como a desmotivação para

estudar, a alta taxa de evasão e reprovação, além dos problemas pessoais e familiares que envolviam esses alunos, como drogas, casamento e/ou gravidez na adolescência (resultavam em abandono escolar), violência doméstica. Constantemente, eles precisavam encontrar formas de incentivar os alunos a prosseguir com os estudos, ter gosto por suas práticas, mostrar a eles o que fazer depois de terminar os estudos naquela escola, dar-lhes algumas opções de caminhos a seguir além daquela de parar as atividades acadêmicas e “vagar a toa, esperando pela sorte”.

Diante desse cenário, e acreditando que os jovens se envolvem com as TIC, o que favorece ações relacionadas a essas tecnologias, propusemos juntos as ações no ENEX⁴⁶⁴: trabalhar as TIC com foco em comunicação cidadã, dando voz aos alunos e às comunidades para construir discursos na internet, de acordo com suas visões de mundo, empoderando-os diante de problemas e contextos sociais, políticos, econômicos e/ou culturais. Eles deveriam desenvolver essas ações com o reforço dos conteúdos passados pelos professores da escola e pela equipe N2 e, assim seguiria a parceria, até que, posteriormente, eles tivessem alguma autonomia para prosseguir sozinhos.

Em contato com uma comunidade vizinha à escola, estigmatizada pelos próprios moradores (que negavam suas residências naquele local), os educadores da escola agendaram o café social, que foi realizado na casa de uma senhora da comunidade, esposa de um pescador, como iniciativa do Pré-ENEX 2017. Para a realização do café, nós (os cinco integrantes do N2, juntamente com duas professoras, a diretora e dez alunos da escola) fizemos uma caminhada que seguiu da Escola Pública J até a residência onde foi realizado o café social. A realização da caminhada foi uma iniciativa dos alunos (nós havíamos levado um ônibus para realizar o transporte de todos), que sugeriram que todo o grupo deveria observar aquela comunidade, e assim proceder com o reconhecimento do território, por um trajeto de aproximadamente três quilômetros. No percurso, alunos e professores da Escola Pública J puderam demonstrar vários problemas sociais da comunidade, relacionados a questões de meio ambiente e

⁴⁶⁴ Nessa perspectiva, as duas equipes construíram juntas uma primeira versão da proposta de ação para o ENEX: a) as duas equipes de educadores trabalhariam com os alunos de forma interdisciplinar, cada uma com suas contribuições, na construção, tratamento técnico e disponibilização de conteúdos (em redes sociais na internet); b) como locus para construção da ação, seria escolhida uma comunidade parceira a ser trabalhada com vias a buscar os temas geradores do conteúdo a ser trabalhado pelos alunos; c) a escola faria contato com essa comunidade para propor um café social, de forma a estreitar o contato entre alunos, educadores, N2 e comunidade parceira; d) os demais passos da ação seriam planejados por todos os integrantes durante a realização do café social e das etapas posteriores na parceria.

culturais⁴⁶⁵. Na residência, estavam a proprietária e duas filhas (seu marido é pescador e havia saído para o trabalho), representando a comunidade⁴⁶⁶. Alguns dos alunos selecionados para a ação pelos educadores também residiam naquele bairro. Na residência, todo o grupo participou da preparação do café da manhã⁴⁶⁷ e, ao redor da mesa, deu-se a conversa.

Nós do N2 apresentamos o conceito de extensão no IFPB, o nosso núcleo, o ENEX, e apresentamos o objetivo da parceria que estava sendo iniciada com as atividades Pré-ENEX, como forma de desenvolver a UV na Escola Pública J. A proposta era trabalhar as TIC de forma aplicada à EC, através de questões ambientais, sociais e culturais da comunidade ou da cidade, que indicariam temas geradores para o trabalho. Entretanto, aquele deveria ser um momento de troca, de aprendizagem coletiva. Como as linhas de ação daquela UV eram aquelas trabalhadas pelo N2, internet e cidadania (a partir das minhas pesquisas em ID) e EC (a partir do trabalho do P2 enquanto integrantes do núcleo), o grupo deveria formular uma proposta coletiva alinhada a essas linhas de ação na extensão. Os estudantes da escola se sentiram à vontade para propor temas como turismo, cultura local, patrimônio, agricultura, meio ambiente, política, economia, entre outros. As discussões sobre a teoria e a práxis relacionada a esses temas foram empolgantes, pois os alunos demonstraram senso crítico e postura politizada⁴⁶⁸, e assim a interação entre os grupos levou mais de duas horas.

A evidência maior nos temas foi a pesca e a polêmica em torno da construção do estaleiro em Lucena. Então, o grupo chegou a uma proposta com as seguintes características: a) antes do ENEX, os alunos da escola se dividiriam em dois grupos e utilizariam TIC para gravar vídeos sobre a pesca⁴⁶⁹; b) os estudantes refletiriam sobre a

⁴⁶⁵ No caminho até a residência, o grupo passou ao lado de um rio que cortava a comunidade e pôde perceber a preocupação dos alunos com a poluição e destruição do rio, onde o lixo boiava e podia ser visto sem qualquer esforço. O grupo ainda cruzou com pescadores que seguiam a pé para o trabalho com suas “redes de arrasto”, e ainda pôde ver a forma tradicional de secar peixes miúdos naquela comunidade, no “jardim de casa” dos pescadores.

⁴⁶⁶ A equipe do N2 havia proposto que houvesse a representação da comunidade na reunião, mas ao chegar lá apenas parte da família que residia na casa estava presente para participar da ação. Como alguns alunos da escola também eram moradores da comunidade, acreditou-se na viabilidade da ação para busca dos temas geradores e então a ação foi realizada.

⁴⁶⁷ O fogão foi dividido entre o café preto, as massas para tapiocas e os ovos mexidos, enquanto na sala, os sanduíches foram montados e os bolos fatiados. Na pia da cozinha o suco de maracujá foi preparado à moda antiga, já que não havia liquidificador para bater as frutas. O abacaxi foi descascado e servido como entrada. Outros itens como leite e queijos também foram postos à mesa. Enfim, foi um momento de descontração, de conversas iniciais, de interação entre o N2, a escola e a comunidade.

⁴⁶⁸ Segundo as educadoras da escola, esse foi o critério de seleção dos 10 alunos que participariam da ação. Cada um deles foi indicado por um professor, sendo todos do 1º, 2º ou 3º ano do ensino médio.

⁴⁶⁹ Poderiam ser usadas duas perspectivas, sendo a primeira o resgate da cultura de pesca em Lucena (identidade cultural), junto aos pescadores locais, e a segunda, as diversas visões de mundo (poder

formação de um grupo local⁴⁷⁰ para trabalhar em prol das questões da cidade, de forma continuada e voltada às linhas de ação de ID e EC; c) durante o ENEX, esse material seria trabalhado de duas maneiras: tecnicamente tratado, em termos de TIC (enquanto revisão e edição de vídeo) e publicizado (como sugestão, a partir de uma rede social), porém a sua principal utilização seria para discussão em torno da educação para comunicação e para empoderamento comunitário, através de rodas de conversa; d) essa ação seria avaliada para dar prosseguimento às parcerias firmadas após o ENEX. A experiência do café social e das ações em torno deste foi reportada como de grande importância para os extensionistas no N2, educadores e alunos na Escola Pública J.

Após o café social, criamos um grupo de *Whatsapp*. Todos estávamos muito motivados! Os alunos eram participativos, interagiam na produção dos vídeos que seriam apresentados no ENEX. Todos se sentiam à vontade no grupo (nós do IFPB – N2 e gestão da PROEXC, diretores, professores e alunos da Escola Pública J). Tudo era decidido coletivamente, construído colaborativamente: os vídeos, as fotografias, a programação da UV⁴⁷¹. A boa relação entre os professores e os alunos na escola foi fundamental nas atividades de EC junto à comunidade de pescadores: juntos, eles foram a campo, nos “arrastos”, e ajudaram os pescadores a colher peixes e camarões presos nas redes de pesca; tudo isso aconteceu em meio às entrevistas e fotografias feitas por celulares, na construção do material que apresentaria ao ENEX a visão dos alunos da Escola Pública J sobre a cultura da pesca em Lucena⁴⁷².

“[...] o apoio das professoras foi essencial. ontem a tarde tivemos um debate para que hoje pudéssemos acompanhar os pescadores em sua rotina e vimos que essa profissão não é pra qualquer um, hoje a tarde o grupo que se destaca na mídia irá se encontrar para entrevistar um pescador. E amanhã todos nós iremos colocar tudo em prática [...]” (Aluno2 da Escola Pública J, 2017).

Ainda sobre os passos desenvolvidos pelos alunos e professores da escola:

“[...] juntamente com as professoras, pudemos conhecer mais a vida dos pescadores e como é sua rotina de trabalho buscando então entender seu trabalho, suas opiniões, e relatos em relação a pesca. Realizamos também algumas breves entrevistas, onde encontramos relatos para a reportagem [...]” (Aluno1 da Escola Pública J, 2017).

“Parabéns aos alunos pela motivação, foi muito bom hoje. Vamos que vamos, esta chegando o dia da UV” (Professora1 da Escola Pública J, 2017).

público, moradores de Lucena, pescadores, entre outros grupos sociais) em torno da construção do estaleiro na cidade (política, economia, meio ambiente).

⁴⁷⁰ Caso eles optassem por criar esse grupo, a sugestão era que o grupo pudesse ir além da escola, envolvendo outras comunidades, ONG ou outros parceiros sociais interessados nas questões e ainda envolvesse os alunos, mesmo quando eles concluíssem sua formação na Escola Pública J.

⁴⁷¹ A programação da UV Escola Pública J pode ser acessada em Rodrigues et al. (2017g).

⁴⁷² Por questões de logística e tempo para execução das atividades de produção dos vídeos, apenas um deles foi gerado. O acesso aos diversos atores necessários para construir a segunda perspectiva da pesca precisaria de esforço inviável para os alunos e professores da Escola Pública J, naquele momento.

E assim o grupo do *Whatsapp* rendeu muita conversa sobre o trabalho na parceria N2 – Escola Pública J: “Está sendo muito produtiva essa experiência” (Aluno3 da Escola Pública J, 2017). Sobre a ideia posta pelo coordenador do P2 de que aquele trabalho deveria repercutir nas redes sociais: “essa é nossa intenção” (Aluno2 da Escola Pública J, 2017). Durante as conversas no grupo, os alunos tinham medo de que o projeto morresse após o ENEX, caso nós do IFPB nos afastássemos das ações. A ideia do N2 era desenvolver a autonomia de trabalho em ID e EC na Escola Pública J. O que eu pensava sobre o grupo de trabalho na Escola Pública J e relatei a eles:

“Se a ideia de criar o grupo de vocês (pessoas de Lucena que mesmo que saiam da escola, continuarão trabalhando pelos temas da cidade) for adiante, acredito que o grupo não morre. O grupo vai ter autonomia para trabalhar, de forma continuada. O que a UV vai fazer é despertar isso em vocês, se é que estava adormecido porque vocês se mostraram muito atentos. Acredito muito em vocês, mesmo tendo convivido pouco. Não vemos jovens assim todos os dias e em cada esquina. Vocês são críticos da realidade, são pessoas que pensam e observam alternativas. Isso já é o mais importante para continuar o projeto. E vocês estão acompanhados por pessoas incríveis (seus professores), dispostas a levar adiante as ideias que vocês nos apresentaram. Nós estamos ‘apenas’ fazendo com que vocês vejam tudo isso e sugerindo que se organizem para continuar”.

Como os alunos da escola enxergavam aquela relação que estava sendo construída e o resultado das suas ações:

“Pois é, estamos nos esforçando para que seja uma coisa que marque bastante .. pois não é todo dia que recebemos uma oportunidade dessas...” (Aluno2 da Escola Pública J, 2017).

“Verdade ainda mais em nossa cidade!” (Aluno1 da Escola Pública J, 2017).

“Achei essa iniciativa maravilhosa, para podermos mostrar um pouco de nossas culturas, suas demais maravilhas e seus pontos negativos tmb... pois assim iremos tentar conscientizar a população para trazer melhoria a comunidade, através desse projeto” (Aluno4 da Escola Pública J, 2017).

Sobre a consciência da participação no ciclo das ações, de propor, dar sugestões, protagonizar a construção da UV:

“[...] para dar continuidade depende de nós também ... Pois assim vcs contam com nossos interesses e conhecimentos” (Aluno2 da Escola Pública J, 2017).

“Verdade esse é nosso foco mostrar nossa cultura ou seja nn deixar a msm morrer !” (Aluno3 da Escola Pública J, 2017).

“Agradeço a vcs por nos ter dado essa grande oportunidade, e pela grande confiança, em nós alunos e professores” (Aluno2 da Escola Pública J, 2017).

O que nós expressamos em resposta a uma gratidão que se manifestava diariamente, vinda de diversos participantes: “Nós também temos desfrutado muito dessa relação e também agradecemos demais... é uma troca, pode ter certeza”. A vivência na Escola Pública J não havia sido prevista pelos extensionistas do IFPB, e sim, “imposta pela gestão da PROEXC”, que acreditava que a maioria deles valorizaria o modelo posto, arregaçaria as mangas e trabalharia junto com a comunidade de acordo

com o que preconizava o paradigma da Rede Extensão. O P2 foi um dos programas que acreditou no ENEX, deixando isso claro no grupo de trabalho, conforme Quadro 46:

Quadro 46 - Conversa entre membros do P2 sobre o ENEX

Coordenador: “Depois do ENEX teremos uma excelente oportunidade de crescimento na Extensão no IFPB. Já imaginaram a interação que esta sendo feita nesses dois municípios? É um avanço de, no mínimo, 50 anos na Extensão. A educação profissional deve contemplar os pequenos produtores e as pessoas mais humildes da sociedade, e não apenas os empresários, como querem alguns”.

Monitor1: “Realmente, podemos notar nitidamente os avanços que a construção destas relações com as comunidades tem tido uma real significância, partindo do princípio de empoderamento e da articulação de pequenas redes produtoras, que não visam em si o crescimento exacerbado, mas sim uma mudança e prospecção de possibilidades de empreendimentos sociais e comunitários, contribuindo para a melhoria de vida individual e coletiva destas comunidades. Particularmente, já sinto-me contemplado com o ENEX”.

Coordenador: “Não sei se já se vê, mas esse modelo pode ser um caminho para a educação profissional na Paraíba; para isto, precisaríamos entender que não somos um Estado do mundo desenvolvido, mas em desenvolvimento”.

Monitor1: “Concordo, vejo que a questão está em entender que o que nos faz desenvolver, é o processo pelo qual passamos até o resultado esperado, e não a chegada a este momento esperando, status ou qualquer outra coisa semelhante, esse processo se resume ao sentindo cognitivo e com ele, e nossa visão atual de mundo, como conseguiremos compreender, isso deveria ser algo simples e de entendimento geral, afinal, o que faz uma sociedade desenvolvida, não é uma super economia, mas o crescimento individual e coletivo de seus cidadãos, de forma que consigam compor uma sociedade com o mínimo de desigualdades possíveis e oportunidades de desenvolvimento pessoal de cada um e para todos”.

Fonte: Adaptado do Grupo de *Whatsapp* da UV na Escola Pública J (2017).

Eis que chegou o ENEX. Desde a sua concepção, O ENEX se propôs a ser um evento diferente, buscando aproximar os extensionistas e participantes em geral do evento, da filosofia de extensão proposta pela Rede Extensão⁴⁷³. O ENEX resultou em cerca de 50 UV, distribuídas em espaços comunitários, escolas públicas, assentamentos rurais e outros tipos de espaços, em Lucena e Cabedelo. A proposta do evento era que os participantes ficassem hospedados e fizessem as refeições nesses espaços, viabilizando a convivência com a comunidade externa e portanto, a aproximação entre todos os envolvidos. Para cobrir as despesas, os visitantes pagariam taxas simbólicas que seriam utilizadas para comprar os itens de alimentação.

Essa proposta dividiu os quase 1400 inscritos no evento em dois grupos: por um lado, os otimistas viram o ENEX como uma forma mais autêntica de fazer extensão e, portanto, uma oportunidade de vivência comunitária jamais experimentada em um evento acadêmico de grande porte no IFPB; por outro lado, os pessimistas não concordaram que seria um bom plano e então ou desistiram e retiraram seus trabalhos do evento ou se encaixaram parcialmente na vivência, recusando os momentos de

⁴⁷³ A gestão da PROEXC convidou a comunidade interna para construir o evento mas a maioria ou não quis ou não conseguiu se envolver nessa ação. Devido aos cortes financeiros, campi fora do João Pessoa argumentaram não ter como vir às reuniões sobre o ENEX e mesmo a gestão da PROEXC tendo se deslocado até alguns campi (conforme pedido de alguns coordenadores locais de extensão), não foi possível ir a todos. Assim sendo, o ENEX gerou dúvidas e ansiedade para os que estavam mais distante.

refeição e/ou a hospedagem propostos pela organização do evento⁴⁷⁴. Enfim, foram muitas polêmicas, e algumas delas acabaram inviabilizando o trabalho em algumas UV, sendo essas “desativadas”, gerando frustração na organização do evento e também nas comunidades envolvidas. Apesar das muitas justificativas para se desacreditar no evento, ainda assim ele aconteceu, pois a maioria das pessoas concordou em experimentar o novo modelo.

A abertura do evento se deu na Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo. A estrutura contou com os espaços da Fortaleza que foram abertos ao público e personalizados com uma ornamentação especialmente desenvolvida para o evento, que aconchegava os participantes em seções de credenciamento, refeições e apresentações culturais. Durante a tarde e começo da noite as caravanas dos campi e os demais participantes foram chegando para o credenciamento e para a programação cultural que incluiu o Festival de Intérpretes do IFPB e a apresentação de corais e grupos musicais de Cabedelo e Lucena. As pessoas puderam comer alimentos característicos da culinária local, dançar ou mesmo responder às manifestações políticas dos grupos musicais de Lucena que aproveitaram a oportunidade de “voz” para resistir ao cenário político brasileiro com alguns “FORA TEMER”, bem aceitos e entoados em alto e bom som pela grande maioria dos presentes. No final da noite, os ônibus organizados pelo evento seguiram para levar as pessoas às UV em Cabedelo e Lucena, onde os hóspedes puderam se acomodar para começar os trabalhos nas unidades no dia seguinte.

E assim se deu o evento. Cada UV teve uma programação previamente montada, mas que deveria estar aberta a modificações propostas pelos participantes. Na UV na Escola Pública J, cujo tema foi EC e ID, o dia 24 começou com o “Acolhimento (Apresentação do Grupo)”, momento em que as pessoas puderam se conhecer, se perceber no grupo e pensar como poderiam enriquecer aquele momento com suas contribuições. O grupo inicial foi formado pela equipe do N2 (que já era multi campi – Reitoria, João Pessoa e Cabedelo Camboinha, e multidisciplinar – Informática, Comunicação e Design Gráfico), por uma equipe de sete pessoas do campus Sousa (seis alunos do curso técnico em Meio Ambiente e um professor, com formação em Filosofia e Meio Ambiente), por dois alunos do campus Monteiro (Informática) e um aluno do

⁴⁷⁴ Para muitos, a estrutura do evento trazia um alto risco à integridade das pessoas, especialmente dos alunos que vinham nas caravanas dos campi. Por exemplo, era muito perigoso fazer a travessia na balsa Cabedelo-Lucena na primeira noite, por volta das 22h ou mais, quando o evento de abertura fosse concluído. Outros fatores se ligavam aos “riscos” na vivência junto a comunidades carentes, ou a fazer refeições em restaurantes dessas comunidades, por exemplo, perto da linha do trem, em Cabedelo.

campus Cabedelo Camboinha (Design Gráfico). Da escola, ficou o grupo dos dez alunos selecionados desde o Pré-ENEX, três professoras e a diretoria. Fomos 28 pessoas ao todo. Nesse momento, foram identificados os trabalhos inscritos na UV e dos nove, apenas cinco enviaram integrantes e foram discutidos (pouco mais de 50%). Os representantes dos demais trabalhos não se fizeram presentes na escola.

Em seguida à integração dos membros, foi feita a apresentação e discussão sobre o vídeo e as vivências dos estudantes da Escola Pública J na comunidade de pescadores. Embora os estudantes tenham se mostrado inseguros quanto ao que produziram, o trabalho foi bastante elogiado pelos presentes, que apontaram a qualidade técnica (considerando que são jovens “curiosos” e que não tiveram treinamento formal), o cuidado na relação com os pescadores e com as questões investigadas sobre a cultura da pesca em Lucena, a sensibilidade no discurso narrativo que conectou as falas dos entrevistados e as imagens obtidas através de fotos e vídeo. Os poucos aspectos que mereciam revisão eram alguns textos que não atendiam a regras da Língua Portuguesa.

Na análise do vídeo, as pessoas foram convidadas pela organização da UV a apresentar a sua visão sobre a relação entre aquele trabalho, a EC e a ID. Uma vez que vários trabalhos inscritos na UV se relacionavam a EC e ID, os seus representantes foram também convidados a discutir as relações entre os seus trabalhos e esses temas. Em formato de roda de diálogos, deu-se então a “Oficina temática sobre Educomunicação, Internet e Cidadania”. Enfim, o trabalho da Escola Pública J foi visto como um sucesso enquanto iniciativa de ação em EC e ID, pois as tecnologias tinham propósitos explícitos de aplicação, entre eles, dar voz à comunidade e valorizar a cultura local entre a própria comunidade, aproximar e integrar os alunos e esta comunidade, trazer sentido ao uso das tecnologias por grupos sociais.

Embora não tivesse sido previsto um momento que envolvesse todos os integrantes da escola (pois havia sido acordado entre a diretoria da Escola Pública J e o IFPB que o evento não “atrapalharia” a rotina da escola), a movimentação causada com a chegada dos visitantes (que se hospedaram e fizeram as refeições na escola) chamava a atenção e já não parecia ser possível manter a “rotina normal” por ali. Nos corredores, os alunos e professores que não haviam se envolvido diretamente nos momentos Pré-ENEX estavam curiosos, ansiosos e fazendo perguntas sobre o que estava acontecendo. Tendo essa percepção, o grupo que realizava a UV decidiu realizar um momento coletivo que envolvesse todos, e este foi realizado no pátio.

Com um grupo bem maior que o primeiro (por volta de 80 ou 100 pessoas, pois vários alunos e professores foram embora quando a diretora decidiu liberá-los para participar da atividade do ENEX), deu-se o momento de “(Con) vivência – IFPB/EscolaPúblicaJ”, com mais uma apresentação e discussão sobre o vídeo e as vivências dos estudantes na comunidade de pescadores, e mais uma roda de conversa sobre EC, Internet e Cidadania. Todos os presentes foram convidados a falar sobre o que acharam do vídeo e o que pensavam sobre os temas postos. Como se tratavam de jovens, na grande maioria, eles não se manifestaram espontaneamente.

Após os organizadores da UV terem lançado diversas perguntas sobre como eles usavam a internet e as redes sociais, buscando motivar o diálogo, alguns revelaram que faziam uso das TIC para bate-papo, montar perfis em redes sociais, fazer nudes. O momento foi interrompido pelo alvoroço para pegar os ônibus que os levariam para casa. A diretora pediu desculpas ao grupo e informou que a maioria deles dependia de transporte público e o ônibus não podia esperar, pois passava em várias escolas recolhendo quem não residia ali por perto.

Os trabalhos da tarde tiveram início com duas atividades paralelas: uma “Roda de conversa sobre Educação, tecnologias e mídias sociais” e a “Aplicação de jogo temático em Educomunicação⁴⁷⁵”. O grupo maior seguiu com a programação prevista, realizando a roda de conversa e, em seguida, uma atividade fora da escola, “Aula de campo e coleta de dados para produção do vídeo sobre Educomunicação Ambiental”. Essas atividades de campo foram realizadas em duas perspectivas: a aula foi ministrada pelo professor de Meio Ambiente, e a coleta de dados (em foto e vídeo) foi orientada pelos integrantes do N2. O lócus de ação foi representado pelo bairro em que se encontrava a escola e pela Praia de Lucena.

Essa atividade também não havia sido prevista inicialmente mas foi considerada como excelente pelos participantes do ENEX, por diversos motivos, entre eles: a caminhada pela comunidade e pela praia apresentou Lucena de forma mais autêntica do que apenas os relatos dos seus moradores; a aula de campo discutiu problemas e soluções ligados a temas como construções e estrutura das casas, água, clima, solo, animais, plantas, lixo, entre outros temas que foram surgindo durante as andanças dos grupos pelos espaços de Lucena; a experiência da saída da escola para

⁴⁷⁵ Um grupo de dois professores e dois alunos do Campus Cabedelo Camboinha que havia inscrito trabalho na UV chegou no início da tarde e optou por não se juntar ao grupo maior, realizando suas atividades de forma separada, em algumas turmas da escola. Após a aplicação do jogo, o grupo foi embora e levou consigo um aluno que também era daquele campus e chegara na UV na noite anterior.

visita aos temas estudados e as práticas ambientais trouxeram riqueza para ações educativas e para os registros técnicos das imagens e discursos; a ida à praia culminou com os alunos do interior da Paraíba deliciando-se do banho de mar nas águas que lhes pareciam tão distantes, a maior parte do ano. Esse foi um desfecho descrito como “incrível” pelos participantes da experiência.

Na volta para a escola, umas das alunas da Escola Pública J recebeu de um dos monitores do N2 a câmera fotográfica do P2. Ele sugeriu que ela fizesse os registros na câmera, pois sabia do seu amor pela fotografia e também que ela até aquele momento só fizera fotos em celular. E assim as flores e os elementos que lhe chamaram atenção foram sendo fotografados, nos últimos momentos das atividades de campo.

Sobre os momentos de vivência na escola, faz-se importante registrar que uma vez que os visitantes e os alunos e professores envolvidos na ação faziam as refeições juntos (café, almoço e jantar), esses foram momentos ricos para reforçar os laços entre eles, e também para trazer revelações importantes para o trabalho junto à escola, que foi replanejado após a vivência coletiva.

Ainda na noite do dia 24, foi feito um evento com a programação cultural do ENEX, na praça nova de Lucena. Em um palco montado na praça apresentaram-se músicos da cidade ou do IFPB. Vários grupos folclóricos também se apresentaram, enquanto as pessoas circulavam pela praça, nas lojinhas de artesanato, lanchonete e na praia. Esse foi mais um momento de descontração e integração entre as pessoas e a cidade de Lucena.

Como replanejamento do dia 25, o grupo de trabalho na UV na Escola Pública J decidiu realizar todas as atividades daquela manhã no pátio, visando envolver toda a escola. O dia teve início com as apresentações culturais, que foram apreciadas por mais de 100 pessoas. Iniciando os trabalhos, um dos monitores do N2 fez um recital de cavaquinho, contando um pouco a história desse instrumento musical e trazendo canções que marcaram épocas distintas dessa história. Em seguida, dois alunos da escola apresentaram uma canção composta por eles sobre a história de Lucena, e entoaram mais algumas canções “da moda”, o que somou um coro de vozes aos protagonistas. Fechando o momento cultural, um grupo de alunos encenou uma peça teatral escrita por eles e que criticava o racismo. O enredo da obra foi visto como “forte”, o que refletia a visão crítica dos alunos sobre aquele tema.

Seguindo o momento cultural, foram iniciados os trabalhos sobre EC e ID, tendo-se, inicialmente, a “Apresentação e discussão sobre a vivência dos alunos do

IFPB e da Escola Pública J na aula de campo do dia anterior, e sobre o vídeo produzido nesse momento”. Mais uma vez, foram feitas algumas considerações técnicas e sobre a relação entre esse trabalho e os temas EC e ID. O trabalho foi bastante elogiado, dessa vez especialmente pelos esforços dos alunos para produzirem o vídeo em menos de 24h. Aquele trabalho serviu como base para que mais uma vez se falasse sobre os temas em pauta, sobre o sentido do uso de TIC e das ações de EC e ID.

Como forma de inserir todos os participantes no evento e nas discussões sobre os temas da UV, os organizadores convidaram todos os presentes para participar da “Oficina Temática”. A ideia da oficina era fazer reflexão e práticas iniciais em EC e ID, pensando em gerar temas e subtemas para ações futuras, e assim rabiscar projetos sociais baseados em temas comunitários. Cartolinas, *post-its* e lápis coloridos se espalharam pelo pátio junto aos alunos e professores do IFPB e da escola, gerando propostas de trabalhos em Lucena sobre alcoolismo, esportes, violência, turismo e escola. Após a formulação das primeiras ideias sobre o tema, os alunos as apresentaram no momento “Círculos de Extensão e Cultura – apresentação de trabalhos produzidos na oficina temática”. Os depoimentos dos professores da escola emocionaram muitos participantes, pois eles reconheciam entre os alunos na oficina, alguns que nunca haviam se envolvido em qualquer tipo de atividade, não interagiam ou apresentavam trabalhos, alunos que se excluía das atividades em geral da escola. Para a escola, aquele era um momento importante, por ter conquistado tantos adeptos em atividades, de forma espontânea.

Seguindo as apresentações do trabalho, passou-se ao momento “Reflexões sobre a UV e sobre atividades futuras de extensão”. O microfone no pátio ficou aberto para que todos pudessem falar, no fechamento do ENEX. O clima de despedida trazia um pouco de tristeza pois todos relatavam que aquele havia sido um momento único em suas vidas e a incerteza de continuidade deixava dúvidas sobre o futuro dos relacionamentos ali construídos. Alunos e professores da escola e do IFPB falaram, todos agradecendo pelas construções realizadas no ENEX e desejando que outros momentos como aquele pudessem ser vivenciados. Um dos professores aproveitou o momento para reivindicar ações no sentido de valorizar o esporte enquanto prevenção a diversos problemas locais (a escola não tinha um local apropriado para a prática de esportes, como uma quadra). Contatos foram trocados, novos grupos de *WhatsApp* foram criados, como forma de viabilizar contatos de ali em diante.

Referente aos objetivos traçados para a UV, acreditamos que a maior parte deles foi atendida⁴⁷⁶. Arrumando as bagagens para deixar a EscolaPúblicaJ, tivemos as despedidas no grupo de *Whatsapp*. Uma chuva de *emoticons* carinhosos e palavras já saudosas vieram em seguida, trazendo à tona a emoção que era compartilhada por todos, ou pela maioria de nós, conforme pode ser visto no Quadro 47:

Quadro 47 - Conversa entre membros do N2, professores e alunos EscolaPúblicaJ

Eu: Obrigada a todos! Foram momentos incríveis.

Aluno1: “Ameiiii estar com vcs”

Aluno4 EscolaPúblicaJ: “Nós é que agradecemos o momento vivenciado”.

Professora1 EscolaPúblicaJ: “Obrigada a todos por ter nos agregado valores e conhecimentos...”

Eu: Enx finalizado, graças ao acolhimento de Cabedelo e Lucena, com uma avaliação superpositiva.

Aluno3 EscolaPúblicaJ: “Graças a Deus e ao empenho de Todos! Digno de aplausos.”

Eu: Isso mesmo! Um viva às parcerias e construções coletivas.

Aluno3 EscolaPúblicaJ: “são nossas ações hoje, que tornarão o presente e o futuro diferentes e melhores”.

Monitor1 P2: “Vocês são incríveis, obrigado”.

Aluno2 EscolaPúblicaJ: “Amei ter feito amizade com todos!!! Foi uma das melhores experiências da minha vida!!! Vou sentir saudades de vocês! Mas tenho certeza que verei vocês em breve!”

Coordenador P2: “Finalmente, uma ação de Educomunicação realizada: Sonho concretizado. Vamos sonhar mais, enquanto podemos...”

Aluno2 EscolaPúblicaJ: “Com certeza! Foi uma ação muito importante para nós! Estamos muito gratos pelas experiências e conhecimentos compartilhados!”

Aluno1 EscolaPúblicaJ: “Aff estou com saudades dos nossos cafés juntos galera”

Professora1 EscolaPúblicaJ: “Saudades desses dias juntos, muito bom essas experiências extra paredes de sala, devemos nos unirmos para colocar em prática ações pos enx, vcs alunos juntamente com outros alunos. Alargando e fortalecendo esses laços”.

Aluno1 EscolaPúblicaJ: “Aah que bom vai dar tudo certo”

Eu: Estamos na torcida e vamos tentar planejar a nossa volta. Não podemos nos despedir agora... temos trabalho pela frente... queria repetir meus agradecimentos pela acolhida, pela parceria e pelos momentos de vivência... e também pelas palavras carinhosas, pelos abraços, pela energia boa que fluiu entre nossos mundos que pareciam tão distantes e agora tão próximos... toda essa coisa boa há de ser o combustível para próximos encontros, se Deus quiser!!!

Aluno7 EscolaPúblicaJ: “foram os melhores momentos. Melhor experiência vivida”

Fonte: Adaptado do Grupo de *Whatsapp* da UV na EscolaPúblicaJ (2017).

Finalizada as ações na UV, nós, professores e alunos do IFPB, pegamos o ônibus que nos levou até o campus Cabedelo, onde todos os participantes do ENEX deveriam se reunir para fazer o fechamento do evento. Apesar do apelo da gestão da

⁴⁷⁶ Quanto a proporcionar vivências comunitárias à comunidade do IFPB, todos os presentes na UV nunca haviam vivenciado nada parecido; quanto a promover o mútuo conhecimento de realidades (potencialidades e dificuldades), os estudantes e professores estiveram abertos e construíram as relações uns com os outros, independente das instituições; quanto a construir/aprofundar relações (IFPB/EscolaPúblicaJ), o plano do N2 foi dar continuidade às ações de ID e EC até que a escola tivesse autonomia para seguir de forma mais independente; quanto a promover protagonismo estudantil no IFPB e na EscolaPúblicaJ, ações foram desenvolvidas e *outputs* foram gerados por alunos das duas instituições; quanto a fortalecer a participação comunitária em Lucena, as ações envolveram, além da EscolaPúblicaJ, a comunidade de pescadores do bairro; quanto a exercitar a práxis (Ação – Reflexão) em EC e ID, esse ponto foi desenvolvido em diversas perspectivas teóricas e práticas, ao longo de todo o ENEX.

PROEXC⁴⁷⁷, integrantes de várias UV foram embora, alguns pela distância que teriam que percorrer até chegar às suas cidades, outros insatisfeitos com o que haviam vivido (ou não vivido) junto às comunidades. Para os que ficaram, o encerramento apresentou grupos de dança e discursos que afirmaram o “sucesso” do evento, visto como inovador e próximo ao conceito de extensão que todos ali presentes queriam viver daquele momento em diante.

No grupo dos extensionistas do IFPB, a gestão da PROEXC agradeceu aos representantes institucionais encarregados das UV. Sobre a nossa UV: “Muita emoção com a construção da UV Escola Pública J. Parabéns a Professora Nadja pelo empenho na colaboração com o P2 e na articulação do N2 um caçulinha da Rede Extensão”. Em resposta, eu postei: “Nós agradecemos pela oportunidade de ‘viver’ o ENEX. A energia proveniente da experiência nos faz sentir que não conseguimos e nem queremos deixar que ele se vá... em meio às emoções, não sabemos ao certo o quê e como faremos para seguir, mas as relações pedem que ele permaneça vivo... sigamos!”. Diversos docentes e técnicos também postaram suas impressões sobre o evento, conforme Quadro 48:

Quadro 48 - Conversa entre gestão da PROEXC e extensionistas sobre o ENEX

“Mesmo com todos os ventos contrários, conseguimos avançar rumo às novas rotas para o IFPB. Os pontos negativos falaremos depois. Feliz por ter uma pró-reitora que entende de arte e além de cantar, sabe dançar coco e ciranda”.

“Unidade de Vivência no Sítio A, um exemplo da sinergia, entre a realidade acadêmica e a realidade do dia a dia de um homem do campo, interagindo e convergindo para resultados e benefícios práticos no arranjo produtivo local [...]”.

“Vivência na unidade Casa B. Experiência riquíssima de troca de conhecimentos. Importante trabalho de ressocialização de menores. Obrigado equipe ENEX por nos proporcionar esta experiência!”

“Acho que o Enex teve um saldo positivo e foi muito valioso, transformador para muita gente, pois em cada Unidade de Vivência aconteceu, na verdade, um encontro entre escolas”.

“[...] inovação, diversidade, ousadia, inclusão... a partir deste, o olhar para a extensão será diferente...”.

“Foi um ENEX que deixou [...] relacionamentos fortalecidos com a comunidade interna e externa. Foi um dos maiores e melhores aprendizados. Desconstruímos e reconstruímos o tempo todo. Que Deus ilumine a força, a fé e a esperança de sermos sempre ousados e ousadas na educação profissional por meio da integração com a comunidade”.

“Parabenizo todos que ousaram experimentar o novo. Houve dificuldades, mas grandes ganhos. O que fazer agora diante de toda esta vivência [...] Precisamos planejar ações pós ENEX [...], ouvindo parcerias e comunidades [...]. É preciso [...] publicizar. É a nossa contribuição para um mundo melhor, parceiro,

⁴⁷⁷ Texto postado no grupo de extensionistas da PROEXC no *Whatsapp*, no último dia do ENEX: “Gostaria de colocar pra vocês todos [...] uma situação que muito me preocupa hoje: o que vamos fazer dessa experiência ENEX para construção de identidade institucional e amadurecimento de nossas práticas e de relações acadêmicas e humanas como extensionistas que somos. [...] A PROEXC decidiu fazer o ENEX 2017 com zero de orçamento com uma equipe mínima para sua organização [...]. Na decisão fomos lidando com as boas surpresas: a melhor delas 1360 inscritos. [...] Pra mim o esforço todo da PROEXC não terá valido a pena se não formos capazes de pensar a extensão com o coletivo que construímos nesse ENEX: extensionistas, gestores e parceiros. [...] Finalmente o apelo: fiquemos todos, vamos finalizar esse momento potencializando o encontro e superando juntos os desafios. A construção dessa metodologia é nova para todos. Não se faz uma coisa dessas sem ouvir a todos. Não há organismo político capaz de discutir o que fizemos por representação em comitê de extensão e cultura”.

pulsante, solidário, e possível”.

Fonte: Adaptado do Grupo de *Whatsapp* de extensinistas no IFPB (2017).

O ENEX parecia finalizar suas etapas mais imediatas. Os relatos ainda seriam analisados, nos pontos fortes e, não de forma menos importante, no que foi apontado como problemas sentidos nas UV⁴⁷⁸, e muito trabalho ainda teria que ser feito.

“O ENEX 2017 antes de acontecer não passava de mapa mental. Tínhamos previsão das dificuldades operacionais e de suas consequências [...] Mas enfim arriscamos. E com muitas imperfeições conseguimos compreender como promover um evento em um novo formato de concepção filosófica contemporânea, pedagogia relacional e epistemologia interativa. O ENEX 2017 ampliou nossas perspectivas de práticas e de projeto de instituição e também nos apontou novos compromissos. Ainda não acabou: precisamos sim nos encontrar, avaliar as lições aprendidas, e reparar com ações as expectativas frustradas de algumas UVs. Muita coisa boa aconteceu mas gostaria de convidar vocês (os que tiverem condições) a retornarem nas UVs onde os trabalhos não foram realizados. Nesses locais tivemos frustrações e as relações institucionais precisam de uma segunda chance. Temos problemas a resolver juntos, conto com todos [...]” (gestão da PROEXC, 2017).

A partir da experiência no ENEX, a Rede Extensão fortalecia os seus conceitos e agora trazia a práxis como evidência dos seus pressupostos, no dia a dia da extensão, nos eventos, na vida em rede. Essas lições deveriam ser levadas tanto para minimizar problemas em parcerias feitas para o ENEX, como para o “fazer extensão” de forma continuada, conforme sugeriam as parcerias fortes das relações provenientes do evento.

“Saímos de um modelo de organização de evento de comissões (que centraliza decisões e informações) para um modelo de organização de um evento em redes construídas de vínculos fortes mas em sua grande maioria de vínculos frágeis. Onde antecipadamente fomos capazes de tornar os vínculos fortes a experiência apresentou visivelmente mais resultados. Onde os vínculos com a rede de organização do ENEX se encontravam frágeis, os resultados foram de certo modo frustrante. Mas a Rede Extensão nos ensina a ver a fragilidade de vínculos não como um problema mas como uma grande oportunidade de ação e composição de recursos e de redes operativas. Também não orienta a atenção nos resultados mas na oportunidade de reformulação de processos. Vejamos o que vamos fazer com isso [...] Rede é isso: potencialidade e incertezas. [...] Ainda não descansi, ainda não senti que acabou, pelo contrario sinto que só começou porque ParceiraA, ParceiraB, ParceiraC, ParceiraD, ficaram com expectativas frustradas. Por outro lado as escolas, as ParceirasE, o ParceiroF, os nossos estudantes desejam mais relações” (gestão da PROEXC, 2017).

Em grupos locais de *Whatsapp*, os alunos dos diversos campi do IFPB também expressavam suas opiniões sobre o evento, que eram compartilhadas nos demais grupos, dando a impressão de que aquele era um caminho sem volta, um modelo que conquistara a comunidade interna e externa, conforme pode ser visto no Quadro 49:

⁴⁷⁸ Por não entender o espírito de construção das programações nas UV, alguns relatos trouxeram “problemas” de fato, mas outros, relataram “problemas” que na verdade refletiam a inovação no sentido do evento. De qualquer forma, tudo precisava ser esclarecido e categorizado ou não como problema: “os incômodos, a falta de serviços de informação precisa, os desencontros, o ócio, a falta de orientação e direcionamento, a preocupação com as pessoas de menoridade, as diferenças de resultados nas UV, as incertezas no transporte, as reações dos parceiros frente a nossas ausências, a falta de conteúdo em algumas unidades, tudo que foi incompletude” (gestão da PROEXC, 2017).

Quadro 49– Mensagens de grupos locais dos campi sobre o ENEX, encaminhadas a outros grupos

Aluno1: “A sensação nunca será transpassada por palavras. Foi único e incrível, realmente”.

Aluno2: “Eu sei que houveram problemas de deslocamento, que teve gente que foi parar no canto errado, mas gente, VIVÊNCIA É EXATAMENTE ISSO. A extensão no IFPB nos aproxima de uma coisa que nenhuma outra atividade é capaz de nos aproximar: dos conflitos REAIS da sociedade e nos força a aprender nos inserindo naquela realidade que jamais entraríamos em qualquer outra ocasião. Esse evento foi OUSADÍSSIMO!!! E OUSAR é a meta!!! O QUE NÃO PODEMOS ACEITAR é que se use o problema de LOGÍSTICA como desculpa para NÃO REALIZAR MAIS O ENEX, ou voltar a realizar dentro das paredes da alguma universidade. NÃÃÃÃÕ!!!! NÓS FAZEMOS CIÊNCIA COM O POVO E PARA O POVO!!! É pra isso que a gente ta sendo formado no IFPB. Somos as próximas lideranças que serão requisitadas pra resolver os diversos conflitos da sociedade, cada um na sua área de atuação. Eu estou no finzinho do meu curso e é por isso que eu quero agradecer do fundo do meu coração aqueles que se desafiaram a colocar um evento dessa magnitude dentro da comunidade! O IFPB tem sido maravilhoso, não só por formar profissionais excelentes, mas por realizar ações que melhoram verdadeiramente as comunidades! [...] O ENEX 2017 foi um exemplo do que é a extensão mesmo. E extensão é tentativa e erro. É encontrar solução quando ninguém mais ver. É fazer gestão de recurso humano tendo que lidar com diversos pensamentos diferentes! ESTUDANTES: NÃO VAMOS PERMITIR que as próximas gestões queiram colocar o ENEX de volta entre quatro paredes, utilizando a desculpa que for. Pelo contrário, vamos incentivar e cobrar que o ENEX seja sempre assim!!! E vamos nos mobilizar para AJUDAR a gestão sempre que aparecer um evento desafiador como esse, porque afinal, O EVENTO É NOSSO! Ps. A água que tava no meu ouvido, que entrou quando eu tomava banho de rio saiu agora”.

Fonte: Adaptado do Grupo de *Whatsapp* de extensionistas no IFPB (2017).

Os primeiros dias após o ENEX foram diferentes, porque o evento finalizou, mas fiquei (acredito que os demais também ficaram) conectada ao que estávamos vivendo junto à EscolaPúblicaJ desde os primeiros contatos e a cabeça estava fervilhando de ideias⁴⁷⁹. Voltando aos contatos com a EscolaPúblicaJ para o Pós-ENEX, nosso grupo interno construiu uma proposta para pensar, aplicar e avaliar modelos genéricos (aplicados/ajustados conforme aspectos e demandas locais) dinâmicos e continuados de ID e EC nas comunidades, através de vivência comunitária, e de ciclos de ações participativos e baseados em relações horizontais. Enfim, o projeto⁴⁸⁰ foi protocolado e caminhou como mais uma ação do N2, orientando o nosso Pós-ENEX e sendo refletida e retroalimentada a partir dele.

⁴⁷⁹ Eu me pegava revendo as cenas, ouvindo as vozes, sentindo a energia dos abraços e isso me trazia muitas ideias sobre propostas de trabalhos de ID em comunidades, o que eu chamava de *framework*, no sentido de modelo-base sustentável de ID cidadã nas comunidades. O que nós estávamos vivendo nos ajudava a conformar, nas nossas cabeças, propostas iniciais para esses modelos. Escrevemos então um projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo N2, juntamente às suas ações de extensão.

⁴⁸⁰ Esse foi o segundo projeto de pesquisa protocolado no IFPB e relacionado à tese. A ideia do projeto era viver experiências semelhantes na EscolaPúblicaJ e em outras escolas, e colher os frutos, observando problemas, soluções, aspectos comuns ou particularidades, e assim estar repensando novas possibilidades de ações, a partir de *feedbacks* das vivências. Se nós conseguíssemos deixar núcleos ou pólos de ações em ID implantados em algumas comunidades, isso nos ajudaria a pensar nas associações entre a técnica e os aspectos sociais e a estudar e descobrir novos modelos, e ainda multiplicar a aplicação desses modelos de forma reflexiva e autoalimentada, nesses polos, observando os aspectos gerais e específicos. O P2 conseguiu se aproximar de mais uma comunidade, localizada no centro de João Pessoa, em 2018. Em virtude do cronograma do processo de doutoramento, não consegui acompanhá-los. O projeto tem previsão de conclusão em setembro de 2018, ou seja, embora o projeto acompanhe a tese e traga elementos para ela, ele deverá ser continuado após a previsão de conclusão do doutoramento.

Em setembro, no Pós-ENEX, o N2 prosseguiu com as ações de ID a partir de ações de EC⁴⁸¹. Quando voltamos à EscolaPúblicaJ, para o planejamento do Pós-Enex, encontramos uma quadra de esportes construída em um espaço onde só havia grama e mato, até o ENEX⁴⁸². Para o Pós-ENEX, entendemos que todas as pessoas envolvidas na oficina temática deveriam ser convidadas a participar das próximas etapas, e assim o fizemos: o nosso alcance chegou a mais de 80 pessoas convidadas para essa nova etapa.

O Pós-ENEX teve algumas metas, voltadas à busca da autonomia da EscolaPúblicaJ com relação às diversas práticas em EC e ID: qualificação técnica e em temas de cidadania dos envolvidos, visando a preparação de multiplicadores desses conhecimentos na escola; criação do núcleo de tecnologias e mídias digitais na EscolaPúblicaJ, em formato “guarda-chuva”, como forma de reforço à continuidade das ações em TIC na escola e de poder incorporar a diversidade de projetos que as várias áreas da escola desejassem desenvolver⁴⁸³.

A estratégia sugerida para a formação dos multiplicadores previa alguns passos: resgatar os temas geradores da oficina temática⁴⁸⁴; os professores da EscolaPúblicaJ desenvolveriam esses temas com os alunos em sala; os temas seriam trabalhados também durante as atividades de preparação para multiplicação, que incluíam a realização de oficinas temáticas em “mídias cidadãs” (foco em produção de vídeo e mídias sociais aplicadas, construção de pauta temática) e “internet Cidadã” (uso

⁴⁸¹ Resgatando o ENEX, a última ação na UV havia sido a proposição de outros temas geradores para novas ações com TIC, que fossem transversais na educação e alinhados com os conteúdos vistos em sala na EscolaPúblicaJ. A escolha dos temas havia sido democrática (pois toda a escola havia sido convidada para participar das ações no pátio) e refletia problemas locais (como gravidez na adolescência, alcoolismo e fumo, violência) ou oportunidades para melhorias na escola e em Lucena (prevenção de problemas através do envolvimento com práticas de esportes, desenvolvimento do turismo na cidade).

⁴⁸² Isso nos trouxe a impressão de que as atividades da UV na EscolaPúblicaJ de alguma forma poderiam ter contribuído para esse ganho na escola. Um dos temas trabalhados na oficina temática, no ENEX, fora o esporte, de forma relacionada à prevenção ou remediação de problemas como gravidez na adolescência, alcoolismo, violência. A apresentação deste tema, no ENEX, finalizou com um desabafo do professor de Educação Física sobre a impossibilidade de prática de esportes na escola, por não ter uma quadra.

⁴⁸³ A expectativa de autonomia se baseava na experiência antes, durante e após o ENEX. Juntos definimos e aplicamos um modelo baseado em práticas pedagógicas em sala de aula, mas também em vivência e trabalho de campo, a partir de conceitos e técnicas, mas também de temas geradores, contemplando etapas de multiplicação. Nós atuávamos enquanto apoio a essas atividades, ou a outras inovadoras, que por ventura surgissem, mas sem que tivéssemos protagonismo, pelo menos a princípio. Nós acreditamos que eles perceberiam em si essa condição de emancipação e continuariam produzindo e multiplicando as ações. Como na rede extensão os parceiros fazem parte dos núcleos e esses núcleos podem ser perenes, continuaríamos parceiros no N2, e estaríamos acompanhando as suas ações, inclusive através das plataformas online, como já fazíamos e poderíamos ampliar essa parceria através dos canais de TIC do novo núcleo de tecnologias e mídias da escola, vivenciando presencialmente ou remotamente, as novas experiências, de acordo com as possibilidades de ação conjunta.

⁴⁸⁴ Violência (inclusive homofobia), alcoolismo e fumo, esportes (como viés terapêutico e preventivo aos problemas associados aos demais temas) e gravidez na adolescência (em substituição ao tema turismo, por sugestão dos educadores que consideraram o tema prioritário na escola e em Lucena).

contextualizado e colaborativo da internet, especialmente para produção e publicização de conteúdo na rede). Para que essas ações fizessem sentido, seria importante que o laboratório de informática da escola, desativado há um bom tempo, voltasse a funcionar⁴⁸⁵. Através das reuniões de planejamento e avaliação das ações, constantes ao longo de toda a relação com a escola, o Pós-ENEX propôs uma série de atividades que serão relatadas de forma cronológica.

Em outubro, a primeira atividade do N2 foi promover um evento em parceria com os Campi Cabedelo Camboinha⁴⁸⁶ e Cabedelo Centro. O evento teve três objetivos maiores: o primeiro deles, foi atender ao pedido dos estudantes da Escola Pública J, para conhecer as instalações e os cursos do IFPB, no município de Cabedelo, instituição em que vários jovens de Lucena ou já estudavam ou “sonhavam em estudar”; o segundo objetivo foi aproximar a Escola Pública J e os Campi do IFPB geograficamente mais próximos de Lucena, como Cabedelo Camboinha e Cabedelo Centro, no intuito de que novas parcerias pudessem surgir, em diversas áreas, entre a escola e o IFPB⁴⁸⁷; o terceiro objetivo foi realizar duas oficinas temáticas com os alunos da Escola Pública J: a oficina de produção de vídeo para desenvolvimento de ações em EC, e a oficina de produção de conteúdo para ID Cidadã, ambas com o propósito de continuar desenvolvendo os alunos nos contatos contextualizados com as TIC⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵ No pós-ENEX nós do N2 e alguns professores conversamos com o técnico administrativo que apoiava a infraestrutura de laboratório na escola para entender o porquê de o laboratório estar quase desativado. A ideia era por o laboratório para funcionar e assim o núcleo e toda a escola poderiam utilizá-lo. O laboratório recebera os computadores do GE, mas só tinha recebido duas visitas da equipe de suporte do governo, para ligar os computadores, e nenhuma explicação havia sido passada. “A gente pede para virem, mas eles não vêm. A gente solicita o que entende que está faltando, mas não recebe”. A situação do laboratório era: dos computadores (18 no total), pouco mais da metade estava pronto para funcionar (10); os demais precisavam de adaptadores para as tomadas; sobre a internet, apenas um possuía conexão; o cabeamento era muito antigo (referente ao antigo laboratório que tinha na escola há mais de 10 anos) e não tornava tecnicamente viável a ligação dos demais computadores à rede. Após a reunião, a escola nos afirmou que algumas alternativas técnicas seriam buscadas para tentar contornar esses problemas, e viabilizar o uso dos computadores, inclusive da internet. Esses problemas resultavam na falta de acesso às TIC pela escola como um todo. Apenas a secretaria possuía dois computadores ligados e conectados em rede, mas uma regra na escola proibia o uso daquela infraestrutura para questões de alunos e professores, e as máquinas deveriam ser usadas apenas para atividades burocráticas do setor.

⁴⁸⁶ A parceria com o Campus Cabedelo Camboinha, além de proporcionar a infraestrutura para realização do evento, ainda viabilizou o transporte dos alunos e professores no percurso entre a balsa de Cabedelo e o campus, e disponibilizou as refeições para as quase 70 pessoas envolvidas no evento.

⁴⁸⁷ O N2 era composto por servidores alocados na Reitoria e no Campus João Pessoa, o que trazia uma logística mais difícil para executar ações em outros municípios. Para as ações do ENEX, o N2 contou com recursos de uma taxa de bancada que financiou hospedagem, deslocamento e refeições do grupo, mas essa taxa finalizaria em novembro. Como o N2 havia tomado conhecimento de diversas demandas da Escola Pública J, nós apresentamos à escola e aos Campi em Cabedelo a ideia de aproximá-los para futuras parcerias, sem que fosse necessária nossa intermediação, e eles se encontraram no evento.

⁴⁸⁸ No momento planejado para as oficinas, o laboratório de informática da Escola Pública J já possuía todos os computadores ligados na energia, porém não possuía acesso à internet, então, poder usar as instalações do Campus Cabedelo Camboinha foi um fator que viabilizou algumas ações com TIC.

O evento se materializou como a vivência de um intercâmbio institucional, com troca de expectativas, experiências e saberes (formais ou populares): servidores e alunos das duas instituições puderam interagir, questionar e debater aspectos educacionais dos espaços envolvidos. Os momentos de integração se deram durante as refeições: no café social pela manhã, ao ar livre, em um lanche construído e desfrutado de forma compartilhada, entre todos; no almoço, quando os participantes puderam percorrer os espaços do Campus e se juntar em grupos, para fazer a refeição e observar a vida naquele lugar.

Os contatos com os Campi da Cabedelo se deram em momentos distintos. No auditório do Campus, a direção de ensino de Cabedelo Camboinha recepcionou os quase sessenta alunos e cinco professores da Escola Pública J, e apresentou um vídeo sobre a infraestrutura física e acadêmica do Campus, enfatizando a qualidade dos cursos e aspectos da gestão institucional; em seguida, esta diretoria levou os alunos no *IF Tour*⁴⁸⁹, apresentando toda a estrutura física do IFPB Cabedelo. Na parte da tarde, em meio às oficinas temáticas, um servidor e um docente do Campus Cabedelo Centro fizeram rodadas rápidas de conversas e distribuíram panfletos sobre os cursos daquele campus, mostrando a relação entre a cultura e a vida em Lucena e as expertises desenvolvidas nos cursos, como questões relacionadas à atividade de pesca.

Diante da imponência da infraestrutura do campus Cabedelo Camboinha, alguns alunos da Escola Pública J chegaram a comentar “esse lugar não é para mim”. Essas palavras foram rebatidas por uma das diretoras do campus, que comentou que aquele lugar deveria atender exatamente às comunidades daquela região, entre elas, os jovens de Lucena. Por outro lado, alguns alunos ficaram tão animados que nos apresentavam suas estratégias e planos para entrar no IFPB⁴⁹⁰, para que nós pudéssemos orientá-los.

Em retribuição ao acolhimento do IFPB e apresentando sua visão sobre os temas trabalhados, no intervalo entre as atividades, alguns alunos da Escola Pública J fizeram uma apresentação teatral enfatizando problemas sociais da cidade de Lucena,

⁴⁸⁹ Quando apresentei a demanda dos alunos de Lucena para conhecer os cursos e a infraestrutura do Campus Cabedelo Camboinha à diretora de ensino, ela me falou que já estava pensando em dar início a um formato de atividade de visitação no campus, para receber escolas da região. A nossa parceria foi o pontapé para que essa atividade se materializasse e nascesse o modelo de recepção das escolas, o *IF Tour*.

⁴⁹⁰ Para alguns deles, fazer parte do IFPB era algo tão importante que eles fariam sacrifícios, os mais diversos: como se mudar para Cabedelo, ou atravessar o rio de balsa ou lancha diariamente, para assistir aulas; como uma aluna estava concluindo o primeiro ano do ensino médio, ela pensou em se inscrever no processo seletivo para o ensino técnico integrado ao ensino médio, mesmo sabendo que para isso teria que repetir o primeiro ano do ensino médio.

ligados aos temas geradores, protagonizando o debate sobre sexo, drogas, gravidez na adolescência e assédio, que foi assistido pelos discentes do Campus Cabedelo Camboinha e todos os demais participantes do evento.

Nas oficinas temáticas, mediadas pelo N2, e por uma parceira interna⁴⁹¹, as ações aconteceram nos dois laboratórios de informática do campus, e tiveram como foco o desenvolvimento de aspectos técnicos (busca de conteúdos, produção de texto e vídeo, desenvolvimento de trabalho colaborativo, entre outros) que seriam contextualizados no desenvolvimento das ações gerais de ID e, mais específicas, em EC. Para essas oficinas, os alunos foram divididos em dois grupos⁴⁹², e cada grupo foi encaminhado para uma oficina.

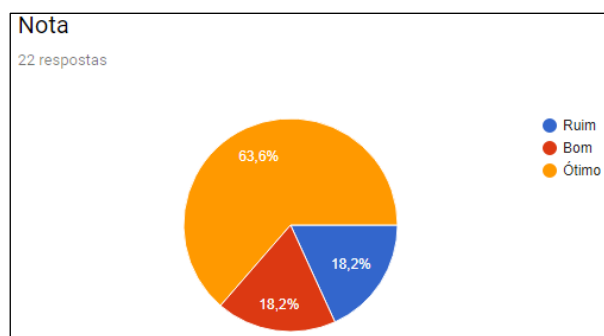
Assim sendo, eu e a professora convidada mediamos o trabalho de ação rumo à cibercultura, valorizando a visão crítica sobre as informações disponíveis na internet, e a produção de conteúdo público para esta rede. Os integrantes do P2 mediarão o trabalho mais voltado à produção de vídeos, valorizando os processos de intervenção social a partir das ferramentas da comunicação social.

A professora convidada havia preparado um formulário eletrônico para avaliação da oficina em cibercultura (o P2 disse faria o *feedback* com os alunos em outro momento, ao final de todas as atividades em 2017). O formulário ficou online e os alunos puderam respondê-lo. Até o final da coleta de dados, 22 alunos haviam atribuído uma nota a esta oficina, conforme Figura 1. A maior parte dos alunos considerou a oficina “Ótima”.

⁴⁹¹ Para as ações de ID, buscando ampliar a rede do N2, convidei uma docente do Campus João Pessoa, da Unidade Acadêmica de Informática, onde atuo como docente. Em conversa sobre as ações na EscolaPúblicaJ, a docente se interessou pelo projeto e se dispôs a contribuir. Eu havia vivido experiências acadêmicas anteriores, juntamente com esta docente, e conhecia seu amor por tecnologias, e sua afinidade com o trabalho de educação de jovens (principalmente quando envolvia tecnologias). Assim sendo, eu a convidei para falar sobre internet e seus recursos, e juntas mediamos a discussão sobre possibilidades de ação social a partir dessa rede, buscando motivar os alunos a ampliar a visão de uso da internet.

⁴⁹² Na divisão nos grupos, houve um desentendimento dos professores da EscolaPúblicaJ, pois enquanto um deles queria sugerir quais alunos deveriam participar de cada oficina, o outro desejava que os alunos pudessem escolher qual delas cursar. Para o professor “mais democrático”, ainda existia o problema de que os alunos que tinham mais habilidades técnicas concentravam as ações, o que bloqueava a disseminação do conhecimento e impedia que os demais se desenvolvessem. A nossa sugestão foi que os alunos se distribuíssem nas oficinas de acordo com as suas habilidades para produção de texto ou de vídeo, pois aquelas atividades se complementariam na produção dos temas transversais que inspiravam as ações em ID e EC. Para minimizar o conflito entre os professores, nós lembramos que as oficinas seriam cruzadas em um momento posterior (a ideia das oficinas cruzadas era nivelar o conhecimento entre todos, ou seja, todos fariam as duas qualificações). Essa era uma ação importante, pois queríamos fortalecer os conteúdos das oficinas junto aos alunos, de forma que eles pudessem ser multiplicadores de ações de ID e EC, dentro e fora da escola, a partir do núcleo de tecnologias e mídias da EscolaPúblicaJ.

Figura 1 – Avaliação da oficina voltada à cibercultura – Etapa inicial



Fonte: o autor (2017).

Em novembro, foram realizadas as oficinas cruzadas, que contaram com mais ou menos metade dos alunos da etapa anterior⁴⁹³. Em virtude de a quantidade de alunos ser reduzida, as oficinas foram realizadas na EscolaPúblicaJ: a oficina de vídeo foi facilitada pelo P2, no ambiente multifuncional, e a de valorização da cibercultura, por mim, acontecendo no laboratório de informática, uma vez que conseguimos três notebooks emprestados para conectar na rede sem fio e assim poder usar a internet, juntamente com os dois únicos computadores do laboratório que estavam online.

Os problemas de infraestrutura de informática na escola dificultavam as ações, e tanto o N2 quanto os professores da escola buscavam alternativas para uso de laboratórios em outras instituições, como acontecera no Campus Cabedelo Camboinha. Mas nós persistíamos⁴⁹⁴ e essa postura insistente acabou empurrando algumas ações na escola. No dia das oficinas cruzadas, recebemos do técnico responsável pelos computadores a notícia de que uma empresa privada iria na escola para tentar conectar

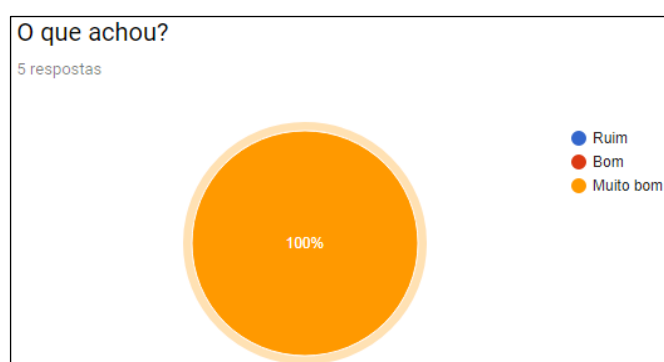
⁴⁹³ Infelizmente, nós tínhamos pouco tempo para as ações e tivemos que marcar algumas atividades em datas muito próximas ao ENEM e ao MédioTEC, ações do governo federal que trazem ansiedade para os alunos e tiram o foco de atividades locais, como as nossas e outras atividades da EscolaPúblicaJ. Segundo os professores, o final do segundo semestre era um período difícil para atividades extras, mas como estávamos fomentados pela taxa de bancada do ENEX, tínhamos até o final de novembro para custear as nossas atividades. E havia outra restrição para a execução das nossas ações: o calendário da escola terminava junto com a “Caminhada da Paz”, um evento realizado pela escola que sempre acontecia na primeira semana de dezembro. Ou seja, este era o nosso prazo final para ações em 2017.

⁴⁹⁴ Para as oficinas cruzadas, nós tivemos uma longa discussão no grupo da UV, analisando as possibilidades de realizá-las em outros locais, já que na escola só duas máquinas funcionavam online e a previsão inicial era ter em média uns 20 alunos. Enquanto debatíamos as opções, eu lembrei alguns pressupostos da ID: “Aproveito para refletir sobre o discurso da inclusão digital. A ideia é incluir todos, mas sabemos que a ‘inclusão’ só chega onde chegam os cabos, as máquinas, a internet. Então, em ação de resistência à exclusão, ou de promoção de inclusão, talvez a gente tenha que ‘invadir’ espaços. Mas se pudermos entrar como convidados, pela porta de frente, e sermos bem acolhidos, nos sentiremos bem melhor. Por nós, a gente vai ‘onde o povo está ou for’. Podemos ir ao polo, ou nos pescadores, e também podemos ir na ONG ou outro local comunitário que nos receba. Vamos ver quem se abre e nos recebe e lá nós estaremos. Em termos técnicos, só precisamos de internet e navegadores (*browsers*)”.

os demais computadores à internet. Isso era algo muito importante para viabilizar a rotina na escola e as atividades do núcleo de tecnologias e mídias digitais.

Sobre a avaliação da oficina de cibercultura, fizemos alguns ajustes no formulário eletrônico que havia sido disponibilizado na etapa inicial, mudando a escala das notas e acrescentando alguns campos para que os alunos pudessem nos dar algumas informações sobre seu contato com as TIC. O formulário ficou online e os alunos puderam respondê-lo. Até o final da coleta de dados, 5 alunos haviam atribuído uma nota à oficina, conforme Figura 2. Todos os alunos disseram que a oficina foi “Muito boa”⁴⁹⁵.

Figura 2 – Avaliação da oficina voltada à cibercultura – Etapa cruzada



Fonte: o autor (2017).

Sobre as perguntas feitas a respeito das TIC, pudemos observar que os alunos se motivavam para aprender novos detalhes técnicos sobre essas tecnologias e outras possibilidades de uso social, passando a perceber um alcance cada vez maior de aplicação de tecnologias em suas vidas pessoais e profissionais, conforme Quadro 50.

Quadro 50 – Avaliação das oficinas cruzadas

<p>Questão 1: Tem sugestões para melhorar? Respostas obtidas: “seria melhor se na minha escola os computadores funcionassem, mas aí não se refere a vocês”; “só tenho a agradecer!”; “Nenhuma”; “Estamos indo muito bem!”.</p> <p>Questão 2: Já conhecia os temas? Quais deles usa no dia a dia? Respostas obtidas: “alguns, um deles foi o sistema operacional Microsoft Windows no qual eu uso com bastante frequência”; “Alguns. O Google Drive, Gmail, Agenda... e Alguns outros”; “sim alguns! como o <i>gmail</i>”; “Já conhecia, mas não tinha conhecimento de todas as ferramentas que o aplicativo disponibilizava”.</p> <p>Questão 3: O que achou dos novos temas? Quais deles te motivaram a usar a informática? Respostas obtidas: “foram ótimos! Na verdade eu uso a informática diariamente, mas mesmo assim eu aprendi temas bastante importantes que me ajudaram a descobrir novos meios de utilização na informática”; “Os novos temas foram ótimos. Bom, a motivação ela sempre me aparece quando aprendo algo a mais de informática”; “são muito importantes. O que mais motivou-me foram as novas formas de usar a ferramentas que eu tinha só ‘uma noção’ de como utilizar”; “Confesso que sou um pouco leigo de falar sobre informática, pois uso simplesmente o básico, mas gostei da forma em que posso usar a informática a meu favor positivamente”.</p>

Fonte: Adaptado do formulário de avaliação das oficinas cruzadas (2017).

⁴⁹⁵ Nota máxima na escala, já que trocamos “Nota” por “O que achou?” e “Ótima” por “Muito boa”.

Ainda sobre as avaliações das oficinas, recebi um email de um aluno que participou das duas etapas, com suas impressões e algumas expectativas quanto à aplicação dos conhecimentos na multiplicação das ações junto ao Núcleo de Tecnologias e Mídias da Escola Pública J e à comunidade em geral:

“[...] sou aluno do 3º ano da Escola Pública J, da cidade de Lucena, estou participando das oficinas que o IFPB esta realizando, onde o primeiro encontro foi na IFPB, onde foi realizado oficina e apresentação da Instituição, onde conhecemos um pouco da historia da IFPB, foi apresentado de forma gratificado cada departamento, confesso que amei o laboratório, foi nos dada toda assistência a qual estava ao alcance, foram realizada duas oficinas na qual foi texto e vídeo e a outra informática, fiquei na de texto vídeo foi algo muito gratificante esta ali presente, confesso que foi mostrada técnicas que para alguns eram simples mais para mim foram técnicas que eu não conhecia como, posições de câmera, ângulos de imagens e etc. Depois deste encontro tivemos outros na Escola Pública J, onde tivemos assuntos debatidos e participei da oficina de Internet também foi muito gratificando foi apresentado, ferramentas, configurações, foi ensinado como criar blogs e etc... Levando em conta que com essas oficinas sejamos semeadores de conhecimentos futuros, espero que todos se empenhe no projeto”.

Na última reunião de planejamento, os resultados da parceria se mostravam diversificados, a partir das visões dos envolvidos com o N2: além das ações de ID e EC em si, alguns citavam a construção da quadra de esportes, outros apontavam o andamento das ações técnicas no laboratório de informática⁴⁹⁶, uma professora da Escola Pública J citou “foi fruto do nosso trabalho a revelação das habilidades de alguns alunos, como duas alunas que passaram a fazer a cobertura fotográfica dos eventos na escola”. Sobre as ações de ID e EC e, mais especificamente, a importância do núcleo que estava sendo criado, uma professora desabafou:

“[...] Os pais ou dizem que só botam os filhos aqui porque não podem pagar uma escola particular ou botam em escolas estaduais em Cabedelo. Precisamos mostrar o que essa escola faz. As pessoas aqui acham que nessa escola não acontece nada, nem aulas. Então nós precisamos mostrar a eles o que nós produzimos, o que nós pensamos, o que nós somos [...]”.

Outra professora completou esse desabafo, reforçando a ideia de reconstruir a imagem da escola junto à comunidade, à cidade de Lucena: “Precisamos mudar a cara dessa escola, tirar o olhar da comunidade do que nós não somos... desconstruir a imagem errada, reconstruir através do que fazemos de bom”.

Para o encerramento das ações em 2017 junto à escola, o grupo envolvido (IFPB e Escola Pública J) tinha os seguintes planos: após as oficinas, os alunos e professores da Escola Pública J produziram vídeos, jornais e demais materiais para apresentar ao grupo e divulgar na internet; deveria ser criado um espaço para divulgação

⁴⁹⁶ Todos os computadores haviam se tornado disponíveis para uso, embora poucos tivessem sido conectados à internet. As empresas de suporte estavam dando andamento às ações para conectar os demais computadores à internet até a inauguração do Núcleo de Tecnologias e Mídias na Escola Pública J.

do material em uma rede social (*Facebook*), que seria uma página do núcleo de Tecnologias e Mídias da Escola Pública J na internet; esse espaço deveria ser pensado em termos de “identidade”, como forma de apresentar elementos que o caracterizassem, conforme as visões de mundo dos seus integrantes; o encerramento desta etapa se daria em um evento com uma agenda de ações, como uma conversa aberta de *feedback* sobre o trabalho na nossa parceria, além da certificação dos participantes no ENEX, nas oficinas técnicas e de formação de multiplicadores em ID e EC para o núcleo, e ainda simbolizaria a inauguração do Núcleo de Tecnologias e Mídias na Escola Pública J (já que o laboratório estaria pronto para uso, segundo a previsão das equipes técnicas); esse evento aconteceria no mesmo dia da “Caminhada da paz”, um evento tradicional na escola, em que os alunos fazem caminhada pela cidade, e era visto como um momento importante para a nossa confraternização final; antes da caminhada em si, os alunos apresentariam os produtos dos seus trabalhos para a comunidade e fariam a produção de cartazes sobre os temas geradores trabalhados para levar à caminhada.

Após a troca de inúmeras mensagens em grupos de *chat* sobre os preparativos para o evento, deu-se o último dia de trabalho na parceria de 2017. A agenda daquela tarde começou na sala de multimídia da Escola Pública J, com a apresentação de um dos vídeos produzidos pelos alunos e professores da escola, a partir da parceria, relacionado ao “Dia Nacional da Consciência Negra”, e que trabalhava a negritude, refletindo a ideia de valorização da beleza negra para trabalhar a autoestima dos alunos.

Em seguida, foi feita uma reflexão conjunta sobre a importância de uso das TIC aplicadas às questões de cidadania e uma conversa aberta sobre o *feedback* de ações na parceria IFPB – Escola Pública J. Nesse momento puderam ser ouvidas várias vozes de alunos e professores das duas instituições. Alunos da escola agradeceram e valorizaram a convivência, refletindo sobre o aprendizado na construção de vídeos, no uso de vários aplicativos com utilidades diversas, e sobre o fato de que a internet ia além do *Facebook* e do *WhatsApp*. Prosseguindo, disseram ter despertado para olhar o mundo ao redor, como os problemas locais, e para fazer uso das mídias para combatê-los. Um dos alunos comentou que o projeto contribuiu para melhorar o entendimento sobre o uso da mídia e incentivou a utilização das tecnologias para a cidadania e a educação. Uma das professoras disse acreditar na importância da parceria com o IFPB, enfatizando que o projeto fortaleceu as ações para desenvolver questões técnicas e culturais, e ainda melhorar a autoestima dos alunos.

Segundo ela, era preciso desenvolver ações empreendedoras e promover mudanças na educação: “É preciso trabalhar a autoestima – ‘pra que estudar se eu vou para a EmpresaX’⁴⁹⁷?” Esse era o questionamento de vários alunos daquela escola, que pareciam não ver sentido em despender esforços estudando, se as perspectivas de futuros lhes ofertavam apenas oportunidades de trabalhar em um espaço onde se precisava de “apenas alguns poucos conhecimentos para desenvolver as atividades laborais-operacionais”. Parecia que o futuro de alguns deles estava precisamente traçado, aprisionado em um contexto de poucas (ou nenhuma) possibilidades de mudança, sendo a educação vista como algo dispensável, desnecessário, supérfluo e “que dava muito trabalho a toa”.

Um dos maiores problemas para aquela professora era a evasão e ela ficava correndo atrás de resgatar os alunos, sem deixar que eles fossem embora. “Eu me vejo em vocês, fui da zona rural e tive muita dificuldade para terminar minha licenciatura em Letras. Mas hoje estou aqui e por isso luto contra esse pensamento sem projeções futuras”. A partir desse depoimento, juntos, refletimos sobre sonhos, pois embora acreditássemos que qualquer trabalho era digno, e um não seria melhor que o outro, era preciso sonhar, para não se acomodar, pois era possível ir mais além, para aqueles que desejassem fazê-lo.

Sobre os depoimentos da equipe do IFPB⁴⁹⁸, um dos monitores do P2 destacou a importância do projeto para estimular o pensamento e a produção coletiva: “Aprendi que é possível fazer muito com pouco e a importância do uso das ferramentas midiáticas para o exercício da cidadania”. Os demais alunos integrantes do N2 externaram a vivência no projeto como “uma oportunidade de crescimento como cidadão e profissional”, e “uma experiência muito gratificante”. A coordenação do P2 falou sobre ter aprendido a trabalhar com comunidades, entendendo os limites de cada equipe e dessas comunidades, repensando os papéis de agentes e trabalhando de forma mais próxima, mais horizontal: “Refletir sobre a cidadania e sobre como por em prática essa cidadania no contexto do projeto me fez questionar a minha forma de exercitar a cidadania. Por diversas vezes, questionei-me se eu o faço como acho que deveria e, se eu não faço, como posso cobrar que as pessoas o façam?”.

⁴⁹⁷ Indústria nacional que trabalhava com produtos alimentícios e possuía sede na cidade de Lucena, onde explorava principalmente a industrialização de produtos à base de coco.

⁴⁹⁸ Conforme postado no portal do IFPB e nas redes sociais da PROEXC e do P2.

Esse relato nos levou a refletir sobre as posturas individuais de cada um dos ali presentes, e sobre o fato de que é a proporção da inquietude de cada um que gera ações em prol de mudanças, que podem ser maiores, ou menores, mas que são significativas em cada contexto, principalmente porque podem ser o despertar de reflexões que potencialmente se coloquem como transformações profundas. Enfim, concordamos que não existia um modelo de cidadania, pois esse conceito se realizava de formas particulares e em intensidades próprias.

Após as reflexões e *feedbacks* iniciais, nós pedimos aos professores e alunos da EscolaPúblicaJ que preenchessem um questionário de avaliação do projeto⁴⁹⁹. Em seguida, foram realizadas duas cerimônias simbólicas para entrega dos certificados do ENEX e das oficinas de EC e ID, e para a inauguração do Núcleo de Tecnologias e Mídias da EscolaPúblicaJ, sendo servido um lanche de confraternização, enquanto a televisão projetava mais um vídeo produzido pelos alunos e professores da EscolaPúblicaJ, em que eles debatiam questões contra ou a favor da legalização do aborto no Brasil.

Algumas ações previstas para esse dia não puderam ser realizadas: os espaços de divulgação das atividades do núcleo da escola não foram apresentados aos presentes, pois não haviam sido finalizados até aquele momento, entretanto, os alunos e professores já haviam começado a construção de um espaço no *Facebook* e, em seguida, pretendiam criar um canal no *Youtube*; o laboratório de informática ainda não apresentava todos os computadores conectados à internet, porém, o técnico em TIC da EscolaPúblicaJ nos afirmou que tudo seria resolvido o mais breve possível, devendo-se apenas ter que respeitar os trâmites da burocracia em espaços públicos gerenciados pelo Estado⁵⁰⁰.

Após essas cerimônias, os representantes do IFPB, juntamente com os alunos e professores da EscolaPúblicaJ, participaram de uma caminhada pela Paz, evento que faz parte do calendário de atividades desta escola. Durante a caminhada, as manifestações pela paz se apresentaram através de diversas formas: os alunos exibiram cartazes e materiais produzidos por eles e que pediam paz para o mundo; as músicas altas

⁴⁹⁹ Nós acreditamos que algumas pessoas se sentiriam mais à vontade para falar sobre as ações do projeto de forma anônima, e então montamos um pequeno questionário com quatro perguntas.

⁵⁰⁰ O que reforçava em nós a ideia de que essa perspectiva se realizaria em breve eram dois fatores: todos na escola – diretoria, professores, setores técnicos e alunos - estavam envolvidos com a causa, apoiando as ações necessárias para as melhorias no laboratório e cobrando das empresas prestadoras de serviço essas novas condições para aquele espaço; o técnico em TIC fora convidado pelos professores e alunos envolvidos com o projeto do Núcleo de Tecnologias e Mídias da EscolaPúblicaJ para coordenar as ações deste núcleo, e desde então, havia sido personificado o sentido de viabilizar as atividades do núcleo.

reproduzidas em carros de som também apelaram para a paz; as camisas dos alunos e professores da Escola Pública J também trouxeram a pomba branca, símbolo da paz. Na realização do evento, algumas centenas de alunos caminharam em um trecho da cidade conhecido por ser marcado por problemas de tráfico de drogas e seguiram pelas principais ruas da cidade, terminando na antiga praça de Lucena, onde foram feitas reflexões pela paz, e apresentações culturais de música e dança. No dia seguinte ao evento, uma das professoras da Escola Estadual J deixou uma mensagem de avaliação da parceria e, de certa forma, de despedida das ações, conforme Quadro 51:

Quadro 51 – Mensagem de avaliação de parceria por uma professora da Escola Pública J

“Saudação pessoal, como já tinha justificado antes, infelizmente por motivos maiores não pude comparecer hj no nosso encerramento. Sendo assim, quero agradecer a cada um de vcs, equipe ENEX, que lançaram suas sementes no solo da Escola Pública J. Apesar da minha ausência, me sinto contemplada por minhas colegas que são Escola Pública J, assim como eu e sei da dedicação de todas. Deixo uma filosofia africana que nos remete bem esse período de troca, partilha de conhecimentos e que nos sirva como reflexão: Uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade faz parte da essência de ubuntu, filosofia africana que trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa da tradução para o português, ubuntu seria ‘humanidade para com os outros’. De ubuntu, as pessoas devem saber que o mundo não é uma ilha: ‘Eu sou porque nós somos’. No fundo, este fundamento tradicional africano articula um respeito básico pelos outros. Ele pode ser interpretado tanto como uma regra de conduta ou ética social. Ele descreve tanto o ser humano como ‘ser-com-os-outros’ e prescreve que ‘ser-com-os-outros’ deve ser tudo. Portanto, através desses conceitos do Ubuntu percebemos o quanto foi importante essa vivência com diversas realidades, mesmo havendo as dificuldades que surgem, as sementes germinarão, acredito que todos nós professores e demais envolvidos daremos continuidade. Enfim, crescemos, aprendemos juntos... Gratidão por tudo!”

Fonte: Adaptado do Grupo de *Whatsapp* da UV na Escola Pública J (2017).

A análise dos questionários foi feita nos dias seguintes. Obtivemos dezenove respostas de alunos e apenas uma de professor. O objetivo do questionário foi perceber se havia alguma mudança quanto à visão dos integrantes do projeto sobre uso de TIC em prol do exercício da cidadania. As primeiras perguntas trataram a relação entre o uso de TIC e as ações de EC, conforme Quadro 52.

Quadro 52 – Avaliação final das oficinas de Educomunicação

Questão 1: O que a oficina de Educomunicação acrescentou ao seu conhecimento sobre comunicação?
Algumas respostas obtidas de alunos: “A forma simples de linguagem que pode chegar a todos esclarecendo sobre qualquer problema que envolva o nosso contexto social”; “Além de abrir minha mente para tecnologias me proporcionou mais conhecimento e me fez ver que o mundo da tecnologia não é apenas fazer coisas, o que me impressionou de uma forma intensa”; “[...] Vi de um modo diferente o que as redes de comunicação influenciam e como elas funcionam”; “Diversas coisas bem importantes no cotidiano atual como formas mais amplas de comunicar-se com diferentes ferramentas”; “A utilização do celular para levar alguma notícia”.

Resposta obtida de professor: “Ferramentas que posso usar na sala para melhorar o aprendizado”.

Questão 2: O que não gostou e sugere que mude em uma próxima oficina?
Algumas respostas obtidas de alunos: “Ter mais tempo para poder explorar mais”; “[...] pequenas coisas sobre internet e praticar outras formas de produção de vídeo”; “Não há nada para mudar. Só acrescentar cada vez mais. E que vocês fiquem mais”; “Não sei, foi incrível”; “Não tenho que dizer, só agradecer. Foi muito importante”; “Na verdade essa foi uma grande oportunidade. Não tenho críticas negativas”; “Melhor participação dos alunos, incluindo mais interesse”; “Pouca objetividade. Poderiam ser bem mais incisivos”.
Resposta obtida de professor: “Foi muito boa essa parceria, só acrescentar. Tudo de bom”.

Fonte: Adaptado do questionário final de avaliação das oficinas (2017).

De forma geral, acreditamos que as oficinas de EC despertaram reflexões sobre o poder da comunicação através das mídias sociais, sobre como as visões de mundo podem ser influenciadas a partir do material produzido a partir de recursos como o celular e publicizados na internet, sobre um uso mais coletivo das TIC, em termos de cidadania. Nas sugestões para melhoria da oficina puderam ser vistas respostas que sugeriram um maior tempo para as oficinas (3 alunos, aproximadamente 16% das respostas), mais diversidade de conteúdo (outros conteúdos), que “nós ficássemos mais” (o que nos sugeriu mais ações na parceria ou mais tempo na execução de ações junto à Escola Pública). Uma das respostas criticou a postura dos alunos na oficina (sugeriu falta de interesse dos mesmos, o que podemos dizer que foi parcialmente sentido por nossa equipe com relação a alguns alunos, que ou não produziram o material das oficinas, como os vídeos, ou demoraram para entregar o material, descumprindo os prazos acordados por todos nós), outra reclamou da falta de objetividade na realização da oficina (o que nos deixou com algumas dúvidas sobre onde exatamente deveríamos melhorar, mas que nos levantou a ideia de rever tanto questões de conteúdo quanto didáticas). Entre as respostas dos alunos, grande parte delas não sugeriu mudanças ou melhorias, apenas expressou, de forma gentil, elogios, agradecimentos (9 alunos, aproximadamente 47% das respostas).

As perguntas seguintes trataram a relação entre o uso de TIC e as ações de ID. As perguntas e algumas respostas podem ser vistas no Quadro 53.

Quadro 53 – Avaliação final das oficinas de Inclusão Digital

Questão 3: O que achou da oficina de inclusão digital (muito ruim, ruim, boa, muito boa)? Quais temas já conhecia? Algum dos temas (conhecidos anteriormente ou na oficina) te motiva a usar a informática?

Algumas respostas obtidas de alunos: “[...] os mais variados programas são de extrema importância”; “Com certeza me influencia e me ajuda de diversas formas”; “Eu já conhecia alguns temas mas não da forma que foi nos apresentado”; “Ótima oportunidade”; “A partir da oficina os meus olhos se abriram para o uso proveitoso da informática”; “Me motivou a ver a informática com outros olhos”; “A oficina foi uma grande motivação sobre a questão da informática”; “Muito criativa, muito divertida para aprender. Alguns temas eu não tinha nenhum conhecimento sobre, mas aprendi bastante. Já me motiva muito, e agora mais ainda com essas novas coisas”; “Todos os temas trabalhados e desenvolvidos foram motivadores para o uso da informática”; “A maioria dos temas me motiva bastante”; “Qualquer tema relacionado à informática me motiva”.

Resposta obtida de professor: “Muito boa. Conheci ferramentas novas que não sabia usar”.

Questão 4: O que não foi bom? O que sugere para melhorar?

Algumas respostas obtidas de alunos: “Pouco tempo com o pessoal do ENEX. Poderiam estar mais presentes”; “Mais prática para se recordar”; “Várias opções de oficinas”; “Tudo ótimo. A volta de vocês novamente”; “Tudo foi bom. Adorei. Pena que acabou”; “A distância”.

Resposta obtida de professor: “Não houve momentos ruins, tudo foi trabalhado dentro das nossas condições”.

Fonte: Adaptado do questionário final de avaliação das oficinas (2017).

Quanto à avaliação das oficinas de ID, a maioria dos alunos (17 alunos, aproximadamente 89% das respostas) avaliou as ações com o conceito máximo (“muito boa”), enquanto um deles avaliou como “boa” e outro não expressou nenhum grau de avaliação. De forma geral, constatamos através dos questionários o que já havíamos percebido em sala de aula: os jovens usam muitos recursos de informática, mas para questões pontuais (como fazer um trabalho da escola, geralmente um navegador para uma pesquisa na internet ou um editor para construção de texto), e para interação em aplicativos de *chat*, principalmente para conversas pessoais privadas ou em grupos de interesse.

Buscando potencializar as perspectivas de uso das TIC, as oficinas de ID apresentaram propostas de uso coletivo e colaborativo para consumo, produção e disseminação de informações e apropriação de conhecimento, sendo todas essas ações focadas em uso de TIC para promoção da cidadania e da inclusão social. Nas sugestões para melhoria da oficina de ID, as respostas não foram muito diferentes aquelas obtidas na avaliação das oficinas de EC: as respostas sugeriram um maior tempo para as oficinas (2 alunos, aproximadamente 10% das respostas), mais prática (o que para nós significou, implicitamente, precisar de mais tempo para poder praticar mais com os alunos durante as aulas), mais diversidade de conteúdo (outros conteúdos), que “nós voltássemos” (o que novamente sugeriu mais ações na parceria ou mais tempo na execução de ações junto à EscolaPúblicaJ). Uma das respostas criticou a “distância”, o que interpretamos como a separação geográfica entre nós do IFPB – João Pessoa e a EscolaPúblicaJ – Lucena, o que visivelmente trouxe dificuldades para execução das ações, e para um contato mais frequente para a realização do projeto de forma mais efetiva.

Desde os primeiros encontros, acreditamos que estivemos unidos pelos objetivos do projeto e pelos laços que construímos através da vivência juntos, e da valorização das relações pessoais e profissionais estabelecidas, e esse fato nos fez descartar a ideia de que essa distância estivesse relacionada aos aspectos subjetivos do projeto. Entre as respostas dos alunos, a maioria delas não sugeriu mudanças ou melhorias, apenas expressou, de forma gentil, elogios, agradecimentos (12 alunos, aproximadamente 63% das respostas). Um dos alunos usou o verso do questionário para escrever algumas palavras: “Oportunidades são dadas mas cabe saber aproveitá-las.

Agradeço ao ENEX e toda a equipe do núcleo pelo aprendizado que aqui foi feito”. E assim aconteceram as últimas ações na parceria IFPB – Escola Estadual J, em 2017.

e) **N2: Cenário de pesquisa ColetivoM**

Ainda como ações remanescentes do ENEX, em outubro de 2017, a gestão da PROEXC organizou atividades para reparar alguns problemas com algumas UV e realizar a avaliação do evento, o que não aconteceu de forma coletiva já que muitas caravanas não puderam ficar para os momentos finais do evento. Ambas as ações aconteceram nos municípios de Rio Tinto (mais precisamente, no distrito de Barra de Mamanguape) e em Marcação.

Barra de Mamanguape, uma região no Litoral Norte da Paraíba, representava um espaço em que atuavam diversos projetos sociais relacionados a instituições como IFPB, UFPB, além de organizações da sociedade civil como ONG e fundações. A região se organizava através de um coletivo local (apoiado pelas instituições parceiras citadas) formado por ambientalistas, lideranças comunitárias e empreendedores sociais que atuavam em projetos na área da preservação ambiental na Barra do Rio Mamanguape. Em termos de IFPB, as ações na região eram realizadas através do Núcleo Avançado de Lucena, administrado pelo Campus Cabedelo Centro.

O principal objetivo da viagem foi reparar os “danos relacionais” das ações que deveriam ter acontecido no ENEX, pois a UV que seria realizada em Barra de Mamanguape “não deu certo”⁵⁰¹. Sensibilizada com os problemas provenientes das relações não estabelecidas entre extensionistas e a região, a gestão da PROEXC convidou representantes de projetos sociais em diversos Campi, e realizou um encontro entre eles e as pessoas que estariam envolvidas com o trabalho no ENEX naquela região. A proposta foi dar início a novas relações, através dos contatos feitos em hospedagens comunitárias, visitas aos empreendimentos sociais, no reconhecimento do território através dos projetos de proteção ambiental, junto a pescadores, artesãos, ONG, fundações e demais pessoas ou instituições envolvidas com ações sociais na região.

O encontro contemplou uma programação diversificada, mas que se interligou em torno do coletivo local (e das ações educacionais do IFPB e da UFPB), um dos principais grupos de agentes responsáveis pelas transformações que desenvolviam a

⁵⁰¹ Os participantes do evento que foram convidados a integrar esta UV justificaram que ela estava geograficamente “muito longe” e, portanto, não seria viável o deslocamento até lá. Essa negativa de desenvolvimento das ações deixara a UV fora do ENEX, o que frustrara todos os que haviam se organizado para receber os participantes do evento, inclusive haviam investido recursos financeiros para proporcionar ações como hospedagem comunitária, alimentação, acolhimento em geral.

sustentabilidade na região. E assim, experimentamos: vivência na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, órgão administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e nos projetos de preservação ambiental e desenvolvimento social sustentáveis; vivência junto à comunidade e aos empreendedores sociais, organizados economicamente através de projetos sustentáveis de produção de renda, na comercialização de alimentos, artesanato, e desenvolvimento do Ecoturismo, todos orientados de acordo com as ações de preservação na região; debates sobre trabalhos sociais e ações de extensão junto a representantes da UFPB e do coletivo local; visita a uma aldeia indígena no município de Marcação, através da barra do Rio Mamanguape.

Na reunião de avaliação do ENEX, extensionistas, gestão da PROEXC e diretores dos Campi Cabedelo Centro e Cabedelo Camboinha puderam debater a vivência durante o evento, a partir dos pontos considerados fortes ou fracos, sob as diversas visões que ali estavam representadas. A reunião foi realizada em uma das sedes do coletivo local. Segundo matéria publicada⁵⁰², a avaliação do ENEX foi positiva:

“Os extensionistas chegaram à conclusão de que o Enex 2017 foi uma proposta desafiadora de mudança de paradigma nas ações de extensão no IFPB, sem possibilidades de retorno ao modelo convencional. Na referida reunião, também se chegou ao consenso de que o método de extensão popular da Rede Extensão estaria consolidado na Instituição e que, este modelo, tem promovido melhorias na qualidade da produção acadêmica, integrado o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Os principais resultados dessas ações, em termos de relação com a tese e com as ações de ID, foram os contatos com outras ações de extensão. No grupo de extensionistas que participaram da viagem, conheci dois servidores que trabalhavam com projetos de informática no Campus Sousa e no Campus Cabedelo Centro. A gestão da PROEXC me pediu para apresentar a eles e aos representantes da UFPB a forma como no N2 estávamos desenvolvendo ações sociais integradas às técnicas da informática, através de ID e, mais especificamente, EC. Para a PROEXC, as nossas ações haviam se tornado referências de projetos de TIC que se alinhavam aos pressupostos da Rede Extensão. Nesse subgrupo ligado à informática, cada um apresentou os seus projetos em andamento, trocando ideias sobre como unir os pressupostos da Rede Extensão e as potencialidades das TIC para desenvolver projetos em comunidades e demandas distintas.

Em virtude de o N2 estar com projetos em andamento com a Escola Pública J, em Lucena (território geograficamente ligado às ações do Campus Cabedelo Centro), eu

⁵⁰² Matéria publicada no sítio do IFPB e na rede social da PROEXC.

propus que firmássemos parcerias para que o Campus Cabedelo Centro participasse das ações em Lucena e nós pudéssemos participar também de ações em Barra de Mamanguape (levando a eles EC, por exemplo), onde esse Campus estava desenvolvendo ações de ID dos pescadores. A partir desse momento, o servidor do Campus Cabedelo Centro se tornou mais um parceiro nas ações na Escola Pública J.

As parcerias nos cenários da extensão

Considerando os contatos com escolas, comunidades ou grupos parceiros, ao longo da pesquisa, evidenciaram-se onze grupos e seus respectivos contextos. Os parceiros do P1/N1 foram: Artesãs Comunidade A (Parceiro Social A - PSA); Crianças Comunidade B (Parceiro Social B - PSB); Comunidade D (Parceiro Social D - PSD); Escola Pública I (Parceiro Social I - PSI); Grupo Segurança Pública L (Parceiro Social L - PSL). Os parceiros do P2/N2 foram⁵⁰³: Escola Rural C (Parceiro Social C - PSC); Comunidade E (Parceiro Social E - PSE), Comunidade F (Parceiro Social F - PSF), Comunidade G (Parceiro Social G - PSG), Comunidade H (Parceiro Social H - PSH); Comunidade J (Parceiro Social J - PSJ). Os contextos sociais dos parceiros e os objetivos estabelecidos para as ações de ID nas parcerias⁵⁰⁴ podem ser vistos no Quadro 54.

Quadro 54 - Parceiros, contextos sociais e objetivos das ações de educação digital

ASPECTO: Contexto social/ Objetivo da ação	
Parceiro	PSA ou Artesãs Comunidade A
Artesãs de uma comunidade litorânea de João Pessoa, que trabalhavam na produção de bijoias. Saíram do <i>status</i> de “donas de casas e artesãs anônimas” para “artesãs conhecidas nacional e internacionalmente”. Em virtude da sua nova perspectiva de trabalho, e dos parceiros envolvidos com o grupo (inclusive o IFPB), foi sugerido a elas que fizessem o curso de IB (recursos da internet, editores de texto, planilhas eletrônicas, construtores de apresentação).	
Parceiro	PSB ou Crianças Comunidade B
Crianças de uma comunidade no centro de João Pessoa considerada desassistida. Agentes do GM já mantinham relação com o IFPB, e sugeriram que fosse ofertado o curso de Introdução à Informática para as crianças, com foco em softwares educacionais, visando desenvolvimento cognitivo e apoio aos processos educacionais.	
Parceiro	PSD ou Jovens Comunidade D
Jovens de uma comunidade de Cuité, considerada estigmatizada pelo uso de drogas, e vista como desassistida. Os jovens migravam para o sudeste, sem formação para conseguir emprego, envolvendo-se com o crime. O IFPB já havia desenvolvido projetos com jovens na comunidade, e mantinha parceria com instituições de assistência social da cidade. A proposta era realizar oficinas em Mídias Audiovisuais,	

⁵⁰³ Além dessas parcerias efetivadas, o P2 iniciou uma relação com outro núcleo de extensão do IFPB, que desenvolvia ações de ID em parceria com Coletivo M.

⁵⁰⁴ Informações mais detalhadas sobre as parcerias podem ser consultadas a partir de categorias de registros: parcerias com ações de ID desenvolvidas (pelo menos iniciadas) em comunidades ou grupos sociais específicos (Artesãs Comunidade A, Escola Rural C, Comunidade E, Comunidade F, Comunidade G, Comunidade H e Escola Pública J) foram registradas em Rodrigues (2015n, 2017i, 2017j, 2017l); as parcerias que não tiveram ações de ID desenvolvidas por estarem ainda em processo de articulação (Crianças Comunidade B, Jovens Comunidade D e Coletivo M) para realização de ações podem ser consultadas em Rodrigues (2017q, 2017m); parcerias acompanhadas durante as aulas de IB (Escola Pública I e Grupo Segurança Pública L) em turmas que juntaram grupos sociais a pessoas na lista pública de espera podem ser consultadas em Rodrigues (2017r).

incentivando o uso do celular como potencial instrumento de transformação, através da produção e publicização de informações e de conhecimento, de forma autônoma.	
Parceiro	PSE ou ComunidadeE, PSF ou ComunidadeF, PSG ou ComunidadeG, PSH ou ComunidadeH
Comunidades e assentamentos rurais localizados no interior do Rio Grande do Norte, em um polo de energia eólica. A região estava em transformação em virtude das ações para desenvolvimento das infraestruturas dos parques eólicos, o que trouxera aspectos como a supervalorização financeira de terras e imóveis, além de mudanças sociais junto às comunidades rurais. Uma ONG atuava junto às comunidades para dar apoio às novas necessidades comunitárias advindas das mudanças. Outros agentes no IFPB já haviam estabelecido parcerias de cooperação técnica com essa ONG, promovendo atividades educacionais em tecnologias sociais nas comunidades. Essas ações valorizavam a produção e transmissão do conhecimento para que as comunidades fossem autossustentáveis. Esses agentes sugeriram que processos de ID e EC fossem desenvolvidos a partir das demandas das comunidades.	
Parceiro	PSC ou EscolaRuralC
Escola agrotécnica localizada no interior de Pernambuco, mantida por uma ONG, e voltada ao desenvolvimento de tecnologias alternativas para apoio aos pequenos agricultores. Outros agentes no IFPB já haviam estabelecido parcerias de cooperação técnica com essa ONG, promovendo atividades educacionais que desenvolviam tecnologias sociais junto à escola. Essas ações valorizavam a produção e transmissão do conhecimento que potencializasse a permanência dos pequenos agricultores em suas regiões. Esses agentes sugeriram que processos de ID baseados em EC fossem desenvolvidos com alunos de escola e agricultores, de acordo com suas demandas.	
Parceiro	PSI ou EscolaPúblicaI
Escola municipal de ensino fundamental e médio, localizada no centro de João Pessoa. Fatores que motivaram a ação: a escola sugeriu a parceria, a aproximação física entre PROEXC e escola, e o desejo desta pró-reitoria de atender às comunidades vizinhas. A escola julgou necessária a qualificação dos alunos em IB.	
Parceiro	PSJ ou EscolaPúblicaJ
Escola estadual de ensino fundamental e médio, localizada em Lucena. A parceria se deu a partir dos contatos feitos pelo IFPB para realização do ENEX. Para o evento foram contatadas instituições de governo, ONG, escolas, igrejas, assentamentos rurais, associações comunitárias, entre outros parceiros no evento. Os agentes envolvidos com o evento sugeriram que processos de ID baseados em EC fossem desenvolvidos com alunos e professores da escola e comunidades vizinhas, de acordo com suas demandas.	
Parceiro	PSL ou GrupoSegurançaPúblicaL
Grupo de profissionais ligados à segurança pública do estado da Paraíba. A associação que os representava demandou aulas em IB para esses profissionais.	

Fonte: Autor (2017).

Uma vez firmadas as parcerias, essas foram acompanhadas pela pesquisa e as ações foram planejadas em ambos os programas (P1 e P2). Entretanto, os formatos das relações construídas pelo P1 e P2 apresentaram algumas diferenças. Quanto à abertura para as sugestões da equipe de pesquisa, provenientes dos eixos de análise, enquanto o P1 se mostrou pouco aberto a mudanças em sua estrutura, mantendo praticamente inalterado o formato das suas ações, o P2 iniciou um processo de permanente monitoramento e avaliação das ações, para promoção de ajustes e melhorias. As características das relações construídas junto a cada parceiro dos programas influenciaram todo o ciclo de ações (planejamento, execução, monitoramento e controle, retroalimentação e continuidade) e os seus resultados. Alguns aspectos dessas relações podem ser vistos no Quadro 55.

Quadro 55 - Relações de parceria e ações de educação digital

ASPECTO: Público alvo	
PSA	Mulheres artesãs.

PSB	Crianças.
PSD	Jovens que faziam uso de drogas ilícitas.
PSE, PSF, PSG, PSH	Na ComunidadeE, principalmente mulheres do campo (os homens passavam a semana fora, trabalhando nos postos de trabalho abertos na indústria de energia eólica); na ComunidadeG, principalmente os agricultores que trabalhavam com as tecnologias sociais; na ComunidadeF e ComunidadeH, as ações foram abertas a toda a comunidade.
PSC	Professores e alunos da escola, e agricultores em parceria com eles.
PSI	Alunos da escola.
PSJ	Professores e alunos da escola, e comunidades próximas a ela.
PSL	Profissionais da área.
ASPECTO: Recurso educacional	
PSA	Curso de IB
PSB	Curso de Introdução à Informática
PSD	Oficinas em Mídias Audiovisuais
PSE, PSF, PSG, PSH	Oficinas em ID e EC, com temas voltados à cidadania e demandas comunitárias próprias
PSC	Oficinas em ID e EC, com temas voltados à cidadania e demandas comunitárias próprias
PSI	Curso de IB
PSJ	Oficinas em ID e EC, com temas voltados à cidadania e demandas comunitárias próprias
PSL	Curso de Informática Básica
ASPECTO: Parceiros da ação	
PSA	ComunidadeA, GM, Sistema S, outros projetos do IFPB, estilista de moda, entre os mais evidentes.
PSB	ComunidadeB, GM, ONG que atuava na comunidade.
PSD	ComunidadeD, instituições de assistência social de Cuité, outros projetos do IFPB
PSE, PSF, PSG, PSH	ComunidadeE, ComunidadeF, ComunidadeG, ComunidadeH, Sistema S, outros projetos do IFPB, ONG que atuava nas comunidades.
PSC	EscolaRuralC, outros projetos no IFPB, ONG que mantinha a escola.
PSI	EscolaPúblicaI.
PSJ	EscolaPúblicaJ, governo municipal de Lucena, outros projetos do IFPB.
PSL	GrupoSegurançaPública, associação desta categoria profissional.
ASPECTO: Principais ações desenvolvidas	
PSA	Oficialização da parceria. Planejamento de ação. Aulas no curso de IB. Participação em ações e eventos ligados ao desenvolvimento profissional das artesãs.
PSB	Planejamento inicial.
PSD	Planejamento inicial.
PSE, PSF, PSG, PSH	Visitas técnicas nas quatro comunidades. Na ComunidadeG e na ComunidadeH também foram realizadas conversas com parceiros, agricultores, líderes comunitários e membros da comunidade em geral, sobre o uso de TIC, nas perspectivas da ID e da EC para que fossem pensadas demandas comunitárias próprias. Na ComunidadeH, ainda houve a participação em um café social promovido pela comunidade para os parceiros. Oficialização da parceria com a ONG. Planejamento inicial.
PSC	Visita técnica e vivência na escola. Oficialização da parceria com a escola.
PSI	Oficialização da parceria. Planejamento de ação. Aulas no curso de IB.
PSJ	Visitas técnicas e vivência na escola. Promoção de café social para compreensão da demanda comunitária. Oficialização da parceria com a escola. Planejamento de ação. Oficinas de ID e EC. Criação do Núcleo de Tecnologias e Mídias da EscolaPúblicaJ.
PSL	Oficialização da parceria. Planejamento de ação. Aulas no curso de IB.
ASPECTO: Facilitadores da ação	
PSA	Já existira parceria entre IFPB e GM, em momentos anteriores, e outras parcerias estavam em andamento, para desenvolvimento de projetos semelhantes em ID. Artesãs em processo de desenvolvimento profissional e de visibilidade. Ações interinstitucionais e multidisciplinares reforçavam a motivação dos parceiros e das artesãs para a sua inclusão digital.
PSB	Já existira parceria entre IFPB e GM, em momentos anteriores, e outras parcerias estavam em andamento, para desenvolvimento de projetos semelhantes em ID.
PSD	Já existira parceria entre IFPB e instituições de assistência social de Cuité em momentos anteriores, inclusive para desenvolvimento de projetos sobre dependência química junto a esses jovens.
PSE, PSF	Já existia parceria em andamento entre IFPB, ONG e comunidades para desenvolvimento de

PSG, PSH	projetos em tecnologias sociais.
PSC	Já existia parceria em andamento entre IFPB e escola para desenvolvimento de projetos em tecnologias sociais.
PSI	A proximidade física entre IFPB e escola facilitava algumas questões de logística, por exemplo, não era preciso providenciar transporte para os alunos envolvidos com os cursos.
PSJ	A parceria firmada entre IFPB e agentes do governo municipal de Lucena para realização do ENEX abriu as portas para parcerias autônomas entre projetos do IFPB e instituições da cidade.
PSL	O interesse da associação dos profissionais na parceria com o IFPB para realização das ações.
ASPECTO: Bloqueadores da ação	
PSA	Muitos compromissos sociais e técnicos (produção de peças artesanais). Sobrecarga em qualificação profissional promovida pelos diversos agentes parceiros. Mudanças bruscas na vida pessoal e profissional (que acarretaram em problemas familiares, pessoais e profissionais). Dificuldade de logística em geral para aulas no IFPB (principalmente por problemas com transporte, fornecido pelo GM). Conflitos entre parceiros que apoiavam o projeto resultaram na divisão do grupo de artesãs. Supostas divergências entre GE e GM, o que dificultou levar as aulas do IFPB para a comunidade.
PSB	Dificuldades enfrentadas pelos parceiros na viabilização dos recursos para articular as ações conjuntas.
PSD	Dificuldades enfrentadas pelos parceiros na viabilização dos recursos para articular as ações conjuntas, como corte em orçamento feito pelo GF, o que inviabilizou algumas ações do IFPB fora de João Pessoa.
PSE, PSF PSG, PSH	Dificuldades enfrentadas pelos parceiros na viabilização dos recursos para articular as ações conjuntas, como, corte em orçamento feito pelo GF, o que inviabilizou algumas ações do IFPB fora de João Pessoa. Uma dificuldade técnica percebida para desenvolvimento da ação foi a inexistência/insuficiência de ações ligadas a políticas públicas para prover infraestrutura pública de TIC nas comunidades ou em suas proximidades.
PSC	Dificuldades enfrentadas pelos parceiros na viabilização dos recursos para articular as ações conjuntas, como corte em orçamento feito pelo GF, o que inviabilizou algumas ações do IFPB fora de João Pessoa..
PSI	Não foram identificados bloqueadores da ação.
PSJ	A ação foi financiada por recursos do IFPB destinados a taxas de bancada para realização do ENEX e atividades posteriores em 2017. Entretanto, as equipes preveem dificuldades para continuidade das ações em 2018, caso não consigam novos recursos para financiamento, já que a escola está localizada fora de João Pessoa. Uma dificuldade técnica percebida para desenvolvimento da ação foi a insuficiência de ações ligadas a políticas públicas para prover infraestrutura pública de TIC na escola.
PSL	Não foram identificados bloqueadores da ação.
ASPECTO: Status da ação	
PSA	Curso de IB parcialmente executado, interrompido pelas artesãs, devido aos bloqueadores da ação.
PSB	Atividades de ID não realizadas, devido aos bloqueadores da ação.
PSD	Atividades de ID não realizadas, devido aos bloqueadores da ação.
PSE, PSF PSG, PSH	Atividades de ID interrompidas, devido aos bloqueadores da ação.
PSC	Atividades de ID não realizadas, devido aos bloqueadores da ação.
PSI	Curso de IB realizado.
PSJ	Oficinas em ID e EC realizadas. Formação de multiplicadores em ID e EC realizada. Implantação de Núcleo de Tecnologias e Mídias na escola parcialmente realizada ⁵⁰⁵ (devendo ser continuada ou através da parceria IFPB-EscolaPúblicaJ, ou pelos professores e alunos da EscolaPúblicaJ).
PSL	Curso de IB realizado.

Fonte: Autor (2018).

⁵⁰⁵ Uma vez que o estudo de uma comunidade ou organização não tem um ponto final, torna-se importante planejar a variável tempo (Foote-Whyte, 2005). No nosso caso, ainda tivemos o problema do término dos recursos financeiros.

Quanto ao público-alvo das ações, no N1, os parceiros externos assistiram às aulas juntamente com pessoas da lista de espera aberta ao público, como forma de “completar as turmas”. No N2, as ações foram desenvolvidas exclusivamente com cada grupo parceiro. Quanto ao recurso educacional nas ações, no N1, como as aulas de IB eram tradicionais e seu conteúdo era fixo, as pessoas em geral sabiam do que se tratavam, o que despertou o interesse nessa parceria. Os parceiros externos do N1, em geral, procuraram o programa para pedir vagas nos cursos de IB. Já o trabalho em EC, por ser uma linha de ação mais recente e menos tradicional em ações de ID, geralmente as parcerias foram intermediadas por agentes que já conheciam o trabalho do P2, e perceberam a importância desse trabalho enquanto potencializador para transformações junto a escolas e comunidades parceiras (inclusive comunidades rurais).

Quanto ao tipo de aproximação entre os programas de extensão e seus parceiros externos, e à participação destes no ciclo das ações, o P1 se mostrou flexível no sentido de ajustar detalhes de execução nas demandas dos parceiros (como mudar cronogramas, ampliar carga horária dos cursos, inverter turnos das aulas, entre outros), mas em termos de envolver os parceiros para juntamente com eles pensar as ações para os contextos específicos, isso não foi percebido durante o acompanhamento do programa. Desse modelo de relação, resultou o formato de ação no N1: em geral, os parceiros tiveram aulas de IB em modelos pré-formatados, sem muita flexibilidade para desenvolvimento das ações contextualizadas de acordo com seus espaços sociais ou suas visões de mundo. Já no N2, em todas as etapas do ciclo das ações de ID e EC, os parceiros externos foram considerados imprescindíveis e se fizeram presentes, participando, sugerindo, concordando ou divergindo, construindo as ações juntamente com os demais integrantes do N2. Assim sendo, esses parceiros, em geral, puderam construir modelos de ações de ID baseadas em EC e orientadas por seus respectivos contextos, espaços sociais ou suas visões de mundo.

No N2, uma observação importante em termos de parceria foi que havia parceiros em comum atuando em algumas escolas, comunidades ou grupos sociais, o que fortaleceu os laços entre os agentes e potencializou as ações. Por exemplo, alguns ex-alunos da Escola Rural C, formados por essa escola, passaram a ser técnicos no projeto de tecnologias sociais nas Comunidade E, Comunidade F, Comunidade G e Comunidade H.

Sobre as parcerias em si, o P2 via o sentido das suas ações na aproximação de escolas, comunidades ou grupos sociais, uma vez que tinha como objetivo desenvolver

perspectivas de educação cidadã para comunicação, de acordo com os temas comunitários e as visões de mundo de cada um desses parceiros. Em linhas gerais, a proposta era desenvolver mídia alternativa à tradicional (que geralmente prevalece e é reconhecida como autêntica), e que por ser digital poderia fluir com a rapidez necessária à construção de pensamentos, ideologias e ações referentes a questões sociais, culturais, econômicas e política, capazes de empoderar indivíduos e grupos, ampliar os focos de resistência e as disputas de poder e assim influenciar as transformações no mundo moderno.

No trabalho localizado no N2, cada cenário foi observado com atenção, para que as ações fossem construídas de forma coletiva e alinhadas com as demandas comunitárias. Nas ações com a EscolaPúblicaJ, por exemplo, os temas estiveram conectados aos eixos curriculares, abordando assuntos importantes para a comunidade local, como alcoolismo, violência e gravidez na adolescência. Por sua vez, o P1 viveu um dilema recorrente: como o paradigma de extensão sugeria as parcerias com instituições e comunidades, esse programa ficou aguardando que os parceiros conseguissem viabilizar as ações na parceria, mas isso nem sempre aconteceu, ou o processo para fazer tudo acontecer demorou demais. Então, o P1 sofreu com a decisão de ou esperar indefinidamente pelos parceiros ou abrir as vagas dos cursos para a lista de espera aberta ao público em geral.

Apesar dos esforços de ambos os programas (P1 e P2) para que as parcerias viabilizassem todos os aspectos necessários para o desenvolvimento das ações de educação digital para ID, nem sempre essas ações puderam acontecer, ou foram concluídas com sucesso. Quanto aos facilitadores das ações, destacaram-se parcerias anteriores com instituições de governo ou da sociedade civil, como os fatores que impulsionaram as novas parcerias para ações, o que ressaltou a importância de manter os vínculos com parceiros para ações, quer sejam mais pontuais (no caso do N1), ou em geral tenham perspectivas de continuidade (no caso do N2).

Quando se observam os bloqueadores das ações, parece existir um paradoxo, pois em alguns casos as parcerias dificultaram as ações no N1, que esbarraram em problemas burocráticos e foram inviabilizadas⁵⁰⁶ (ArtesãsComunidadeA e

⁵⁰⁶ Na montagem das turmas, o P1 elogiou a ideia de trabalhar com grupos a partir de parcerias: “[...] tem a convivência com o grupo, tem o acompanhamento das ações, tem continuidade”. Por outro lado, apontou alguns problemas dessa estratégia: o trabalho andava mais lento (em função de burocracia, dependências institucionais, interfaces entre parceiros das instituições), aconteciam problemas com o grupo e então o curso parava (como as ArtesãsComunidadeA). O P1 se mostrou satisfeito com as ações

CriançasComunidadeB). No N2, a pouca disponibilidade de recursos financeiros para a extensão no IFPB levou à interrupção das atividades junto a alguns parceiros, fora da Região Metropolitana de João Pessoa (JovensComunidadeD, EscolaRuralC, ComunidadeE, ComunidadeF, ComunidadeG, ComunidadeH).

Quanto ao *status* das ações, aquelas junto à EscolaPúblicaI, à EscolaPúblicaJ e ao GrupoSegurançaPúblicaL foram realizadas de acordo com os objetivos propostos pelas parcerias, e dentre estas, a parceria com a EscolaPúblicaJ desenvolveu ações além daquelas previstas, como a criação do Núcleo de Tecnologias e Mídias e formação de multiplicadores em ID e EC. Por outro lado, várias parcerias ou foram interrompidas ou sequer chegaram à fase de desenvolvimento das atividades específicas de ID, em virtude dos bloqueadores de ação, que nem sempre resultaram das parcerias em si, mas de condições estruturais da sociedade brasileira: burocracia para realizar atividades que dependem direta ou indiretamente do Estado; pouca disponibilidade de recursos financeiros destinados a instituições públicas ligadas ao GF, GE ou GM, para desenvolvimento de projetos ou ações públicas; problemas no ciclo das política pública de ID, em suas vertentes de garantia de infraestrutura, promoção de qualificação (técnica e cidadã) ou incentivo à produção de conteúdo.

Em uma das parcerias, foi identificado que a ação de transferência das aulas do P1 para a comunidade assistida, conforme proposta pensada para resolver a logística de transporte e de outras questões pessoais dos parceiros, era uma ideia inviável, de acordo com relatos de interlocutores, em função das supostas rivalidades políticas entre governo estadual e municipal, e de questões simbólicas quanto ao apoio à projetos de grande visibilidade.

Sobre as relações entre as ações dos programas P1 e P2 com as políticas públicas de governo, perceberam-se algumas conexões. A estrutura do P1 herdou características de programas precursores da ID no Brasil, propostos a nível federal, e que se desdobraram em propostas estaduais e municipais, voltadas ao acesso à infraestrutura e à qualificação técnica em TIC. Historicamente e ainda durante o período da pesquisa, puderam ser percebidas relações de parceria entre o N1 e instituições do GM na oferta dos cursos. Entretanto, deve-se ressaltar que os programas de ID a nível

individuais (fora de grupos), que também atendiam à função social do programa, e o conhecimento podia chegar a diversas comunidades, e classificou seus projetos como muito importantes, tendo um grande alcance social (havia benefícios para alunos dos cursos, como conhecimento adquirido e ressocialização, e ainda para monitores, que tinham a oportunidade de ser protagonistas em projetos sociais). Entretanto, o P1 não justificou o problema de evasão nos cursos, o que era preocupante para a gestão da PROEXC e para a pesquisa, em virtude de esse problema se evidenciar através de altos indicadores.

de governo fazem parte de políticas maiores, que se propõem a trabalhar de forma transversal à infraestrutura, à produção de conteúdos, à qualificação técnica e aos aspectos humanos, como ações voltadas à cultura, à economia, e outros aspectos de cidadania. Essa análise reforça a sugestão de que o P1 deveria fortalecer a efetividade de suas ações, caso trabalhasse de forma mais ampla os projetos sociais.

O P2, por sua vez, mostrou-se como uma proposta mais diferenciada de ação para ID, especialmente por sua flexibilidade em termos de ações. Sobre as conexões com as políticas de ID, embora tenha apresentado cunho mais político e foco na comunicação, através da pluralidade de ações desenvolvidas no núcleo de extensão N2, aproximou-se das bases das ações gerais de programas de ID propostos pelo governo federal, no sentido de que promoveu acesso às TIC, evidenciou a produção de conteúdo e a qualificação transversal, abordando aspectos técnicos e educação cidadã.

Em termos de conexões mais diretas com as políticas de ID, o N2 se deparou com algumas dificuldades para realizar as suas ações, uma vez que em sua maioria as ações não fizeram uso da infraestrutura do IFPB. Em alguns cenários, o N2 buscou infraestrutura física de hardware (por exemplo, laboratórios de computadores ou centros de informática) e de rede (por exemplo, conexões a partir da internet) nos territórios dos parceiros, mas se deparou com a inexistência ou o não funcionamento desses recursos.

Na visão das escolas e comunidades envolvidas, a inexistência dos recursos, em alguns casos, foi atribuída à descontinuidade de programas de ID de governos estaduais ou municipais. O não funcionamento, por sua vez, foi colocado como precariedade técnica dos recursos disponibilizados (por exemplo, por falta de manutenção ou de atualização) e/ou descaso dos governos com relação à assistência às comunidades beneficiárias das política pública de ID. Em alguns contextos, as comunidades se sentiram “obrigadas a pagar” por bens que deveriam ser providos pelo Estado, fazendo uso de computadores e impressoras em *lanhouses* ou comprando pacotes de conexão à internet junto aos provedores, pois essa era a sua “única alternativa para fazer parte do mundo digital”.

Sobre as ações nos programas e núcleos acompanhados, podem ser feitas algumas ponderações mais específicas. Algumas características se evidenciaram na diferenciação das ações nos programas e núcleos de extensão acompanhados. Acompanhar o P1 no N1 resultou em ações mais no espaço do IFPB, embora algumas delas tenham sido desenvolvidas em ambientes comunitários. Em termos de base de análise, o P1 foi um programa que se manteve pouco aberto a mudanças em sua

estrutura, pois acreditou que seu formato de ação se ajustava às necessidades de apropriação de TIC por comunidades em situação de vulnerabilidade ou por pessoas que precisavam de capacitação técnica para o mercado de trabalho, mas não podiam pagar pelos cursos.

Em termos de relações com parceiros, durante o período acompanhado, o N1 estabeleceu e desenvolveu relações com uma comunidade, uma escola e alguns grupos específicos, como uma associação de profissionais de segurança pública. Entretanto, o formato do P1 juntou alunos de grupos diferentes em uma mesma turma de IB, e assim as aulas realizadas foram em sua maioria voltadas ao desenvolvimento da técnica, sem representar demandas comunitárias específicas ou contextualizadas de acordo com os parceiros. As ações nos cursos foram, em sua maioria, pontuais, e uma vez concluídos os cursos, ficou a impressão de que as relações entre as partes enfraqueceram ou findaram. As aulas aconteceram principalmente nos laboratórios de informática do IFPB (o que trouxe algumas dificuldades para comunidades que ficavam fisicamente distantes). Embora tenha sido percebido um relacionamento aberto entre coordenação, monitores e alunos, mantiveram-se as posições hierárquicas tradicionais coordenação-professor-aluno em termos de condução das aulas e de produção de conhecimento, em sua maioria técnico e não aplicado a questões de cidadania.

Quanto aos principais pressupostos da cibercultura, o formato das ações no N1 não parece fortalecer de forma direta a formação de comunidades, já que as turmas foram em sua maior parte formadas por pessoas que vieram de lugares distintos, com trajetórias diversas, e uma vez que o trabalho foi mais técnico do que social, essas pessoas aprenderam a técnica de forma desconexa de suas realidades. A partir do P1, o conteúdo dos cursos poderá apoiar essas pessoas na realização dos aspectos técnicos relacionados aos processos sociais e à vida, o que indiretamente talvez possa contribuir para o autodesenvolvimento humano e a inteligência coletiva, mas contribuições sociais de mais amplo alcance não foram evidenciadas pela ação.

Acompanhar o P2 no N2 resultou em um pouco mais de diversidade: levar computadores, *smartphones*, equipamentos de fotografia e filmagem, até ambientes comunitários urbanos e rurais; atravessar muita estrada de barro e muito sol, visitar assentamentos rurais, conversar com agricultores, líderes comunitários e suas comunidades, refletir sobre o “paradoxo” que tenta combinar tecnologias e modernidade com a tradicional tranquilidade da zona rural; ou andar de balsa para chegar a uma

comunidade de praia, experimentar vivências em escolas públicas, realizar aulas de campo diante do mar ou no meio da rua; fazer refeições junto com esses parceiros e dormir em alojamentos improvisados, nas comunidades visitadas, dividindo com elas visões de mundo, planos, sonhos, ou mesmo estratégias de sobrevivência, praticando juntos a teoria da dádiva na práxis (dar, receber e retribuir).

Em termos de base de análise, o P2 foi um programa que se manteve mais receptivo às intervenções, buscando levar ao público interno e externo o trabalho com EC. Para a equipe do programa, ouvir as pessoas, principalmente as comunidades, sobre possibilidades de efetivação deste trabalho era algo naturalmente bem vindo, inclusive necessário, pois os processos deveriam ser endógenos. Durante a pesquisa, o N2 somou às suas ações de EC algumas ações em ID sugeridas pela intervenção da pesquisa, e assim o núcleo N2 contemplou um conjunto mais amplo de possibilidades de ações (como oficinas de internet cidadã e produção de textos, além das oficinas de produção de vídeo, todas voltadas à EC).

Em termos de relações com parceiros, durante o período acompanhado, o N2 estabeleceu e desenvolveu relações com uma ONG e, através dela, com quatro comunidades rurais, e ainda com uma escola e com alguns grupos internos de docentes e professores dos campi do IFPB. As ações no N2 tiveram formatos flexíveis e assim as aulas ou oficinas realizadas foram voltadas ao desenvolvimento da técnica de uso das mídias digitais, mas de forma contextualizada às demandas comunitárias específicas apontadas pelos parceiros no N2. As ações foram, em sua maioria, contínuas, e a cada passo dado foram planejados ou revisados os próximos, construídos de forma democrática, coletiva e colaborativa, e todos os envolvidos puderam sugerir alternativas para as ações. As relações com os parceiros começaram, mas não tiveram um fim programado, pois tudo ocorreu conforme as demandas e a viabilidade das ações. As aulas aconteceram principalmente ao ar livre, em campo, em território comunitário, e poucas vezes em espaços do IFPB, o que trouxe algumas facilidades para que os parceiros pudessem prosseguir com as ações e facilitou a reflexão sobre os temas geradores das ações contextualizadas, que foram vivenciados *in loco*. Nas relações entre os membros das equipes do N2 e dos parceiros, desapareceram (ou foram aproximadas) as posições hierárquicas tradicionais coordenador-professor-aluno, pois todos consideraram estar em processo de aprendizagem, através da troca de saberes, tanto técnicos como populares ou de cidadania.

Quanto aos principais pressupostos da cibercultura, o formato das ações no N2 parece ter fortalecido de forma direta a formação de comunidades, já que cada conjunto de ações foi direcionado a um grupo específico, de acordo com as suas demandas comunitárias, e assim os aspectos técnicos puderam ser conectados às suas realidades. Uma vez que o modelo de ações no N2 esteve diretamente conectado aos temas geradores comunitários, que alimentaram as atividades técnicas, durante conversas, aulas e oficinas, as pessoas foram levadas a conhecer esses temas mais de perto, de forma ligada aos aspectos de cidadania, o que sugeriu uma contribuição direta ao autodesenvolvimento humano e à inteligência coletiva. Considerando ainda que as atividades no N2 incentivaram não apenas a construção de vídeos, imagens e textos sobre temas de cidadania, mas também a publicização desses conteúdos na web, o conhecimento produzido e suas visões de mundo poderão ser acessadas a qualquer momento, pelos cibernavegadores, o que pode ser visto como uma contribuição de mais amplo alcance social.

Alguns dados quali-quantitativos expressam o alcance das ações de ID promovidas pelo IFPB em conjunto com seus parceiros. Em termos de território, o N1 atuou em João Pessoa; o N2, por sua vez, explorou as relações na Região Metropolitana da João Pessoa, levando seus extensionistas e algumas de suas ações a João Pessoa, Lucena e Barra de Mamanguape, e indo um pouco mais além, abriu alguns diálogos com Cuité; cruzando as fronteiras da Paraíba, o N2 criou laços de vivência com municípios rurais, sendo um deles, em Pernambuco, e dois deles, no Rio Grande do Norte. Durante o período acompanhado pela pesquisa (2015 – 2017), o P1 atendeu aproximadamente 120 pessoas no triênio. Uma vez que o acompanhamento do P2 (através do N2) em campo se deu apenas em 2017, o número de pessoas envolvidas com suas ações foi aproximadamente 90 pessoas acompanhadas diretamente nas ações de aulas e oficinas, aproximadamente 60 contatadas em comunidades com ações pontuais sobre EC e ID, e um número difícil de contabilizar de pessoas envolvidas indiretamente nessas ações, nos trabalhos de campo⁵⁰⁷. Quanto aos parceiros diretos nas ações, os números aproximados sugerem: 20 artesãs parcialmente qualificadas em IB (PSA), 10 jovens (PSI) e 20 profissionais de segurança pública (PSL) qualificados em IB, 60 membros de comunidades rurais envolvidos em diálogos e reflexões sobre o uso

⁵⁰⁷ O N2 desenvolveu ações que ultrapassaram as fronteiras institucionais do IFPB e das escolas, comunidades ou grupos sociais parceiros, sendo difícil contabilizar o alcance indireto das ações, pois suas ramificações, principalmente em campo, envolveram outros atores, como os pescadores em Lucena.

cidadão de TIC a partir de ações de ID e EC (PSE, PSF, PSG e PSH), e ainda 80 alunos e 8 professores envolvidos com aulas e oficinas em EC (PSJ).

Embora o trabalho de campo tenha sido finalizado em dezembro de 2017, as relações criadas tiveram continuidade. Assim sendo, devem ser evidenciados dois fatos referentes ao período que se deu após o encerramento das observações e da coleta de dados e que embora não tenham sido explorados nessa tese (por questões de inviabilidade de tempo para novas investigações), de alguma forma fazem referência a aspectos tratados pela pesquisa.

O primeiro deles, ocorrido ainda em dezembro de 2017, foi a exoneração da então Pró-Reitora da PROEXC, o que rendeu muitos burburinhos no IFPB em virtude das suspeitas de que isso tenha ocorrido por questões políticas, pois havia rumores de que ela se candidataria à reitoria em 2018. Essas questões políticas geraram tensões também nas ações de extensão, pois os extensionistas não sabiam se a Rede Extensão seria continuada, já que havia sido idealizada e implantada por esta Pró-Reitora.

Quanto ao segundo fato, em janeiro de 2018, fui adicionada ao grupo criado pela EscolaPublicaJ, uma página fechada construída na rede social *Facebook* para planejar, construir e divulgar as ações do seu núcleo de Tecnologias e Mídias. A partir dela, nós poderíamos manter a nossa interação e dar prosseguimento aos trabalhos juntos, inclusive partindo para divulgação das ações em outros canais de comunicação. Como disse uma das professoras ligadas ao projeto: “O grupo foi uma ideia de alguns componentes da escola juntamente com o pessoal que fez parte do ENEX (Projeto de Extensão do IFPB), ação realizada ano passado na escola. Enfim, a profecia foi cumprida”. Ver o grupo criado e seguindo adiante já com os primeiros “*posts*” me fez sentir que o projeto deixara raízes e que as ações seguiriam adiante. O que já estava em andamento mostrava as primeiras ações autônomas do pessoal na escola.

Os pressupostos teóricos sobre do século XXI sugerem que os processos educacionais (referentes a ensino, pesquisa, inovação e, principalmente, extensão) desconstruam os modelos pré-formatados dentro de instituições de educação e observem “o mundo lá fora”, além das fronteiras institucionais, aproximando-se das comunidades. Em algumas áreas que envolvem o uso de tecnologias, como a Informática, torna-se necessário abandonar os modelos de “ações padronizadas e predefinidas” (como cursos de qualificação técnica) ou repensar os modelos de geração de produtos “para usuários” (como um sistema de software), especialmente quando se fala em trabalhos junto a comunidades, em cenários de ações de extensão.

Em cenários de extrema desigualdade e anomia social, os processos de educação para a cidadania se colocam como o eixo base para potenciais transformações. A partir dele, todos os demais conceitos e técnicas podem ser incorporados às aulas realizadas em salas institucionais ou em campo, e ainda no dia a dia da vida. Em países de extrema polarização social, como o Brasil, por se conformarem a partir das demandas da sociedade, através da educação, as ações de extensão podem ser pensadas como propostas de combate à desigualdade, de criação de oportunidades para acesso a bens públicos e direitos, ou de efetivação da cidadania. Entretanto, elas só fazem sentido se são propostas a partir de demandas comunitárias endógenas, contextualizadas e continuadas a partir de relações de parcerias que perdurem por tempos maiores de convivência, reflexão e ação. A conexão entre comunidades e ações deve ter em vista a potencialização da cidadania e da inclusão social, o que implica em estabelecer parcerias com essas comunidades e trazê-las para o ciclo das ações.

4. TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA INCLUSÃO: PARADOXOS E FENDAS SOCIAIS

Pensar as políticas e ações em ID requer considerar a relatividade dos projetos para com o campo, ou seja, as pesquisas não podem se fechar e desconhecer influências relacionais. Por exemplo, como podemos pensar as políticas públicas de ID como autônomas, diante da dependência que os projetos que as implementam sofrem com relação às empresas que comercializam produtos e serviços, como infraestrutura? No campo da ID, devemos considerar as relações com os agentes que desenvolvem os projetos/programas de ID e também as relações com o campo intelectual, que produzem os “conceitos” e “sentidos” do que venha a ser a ID, ou a exclusão digital.

Bourdieu (1968) sugere a importância de pensar sobre campo intelectual: o campo intelectual busca influenciar os conceitos e os conceitos buscam influenciar a vida humana, as mentes, as ideologias, que se revertem em práticas sociais; mas a vida humana também influencia os conceitos e nessa via dupla de influência, as teorias sobre o campo intelectual podem ser levadas para o campo prático das ações. No campo da ID, embora todos os agentes dependam dos demais, isso não implica em equilíbrio de poder nas “teia das interconexões”.

Alguns agentes têm maior peso sobre a definição do que vai ser apresentado como ideologia (estando autorizado e “patrocinado” por quem têm força para legitimar o que é a ID), a visão divulgada nas mídias (sobre o “projeto de ID”), o que vai ser proposto e de “como a ID vai acontecer”, quanto a questões técnicas (por exemplo, que tipo de tecnologia vai ser usada para “incluir”), territoriais (quem se beneficia das ações de ID, ou seja, quem vai ser “incluído”, e em que ordem de prioridade), estratégias para desenvolver as ações (exemplo, linhas de financiamento de TIC, parceiros do governo). Enfim, são muitas particularidades, e estas abrem brechas para o exercício do poder.

Em um campo social, podemos identificar vários tipos de temas e problemas, maneiras de pensar esses elementos, formas de percebê-los, e tudo isso pode estar associado à forma como os agentes sociais se relacionam com o campo, nos processos sociais históricos. Compreender a ID nos leva a pensar que ela não pode ser travestida das questões técnicas. Mas não é “natural” fazer com que todos os agentes sociais pensem nela como algo além da técnica, pois diferentemente de problemas historicamente mais antigos (como fome, desigualdades), as pessoas pensam as TIC e os processos virtuais há menos tempo, e ainda, diversas delas podem usar TIC de forma “automática” e não reflexiva, o que evidencia o contato técnico com seus instrumentos,

e muitas vezes não o seu uso cidadão. Dessa mesma forma (“automática”), a ausência de TIC é colocada como um problema contemporâneo, o “analfabetismo digital”, e sua “solução” passa a ser a “alfabetização em TIC”. Então, fazer com que as pessoas pensem na exclusão digital além do acesso às TIC e das habilidades de manuseio delas não é algo fácil.

Em todo o mundo, podem ser percebidos muitos esforços públicos em torno da implementação da autoestrada, ou seja, da infraestrutura física da comunicação, entretanto, o que mais importa, do ponto de vista social, cultural e político, é a forma como essa infraestrutura se torna adequada ao cidadão, ou seja, as novas concepções temporais e espaciais objetivas pensadas por meio de práticas e processos materiais apoiados por suportes técnicos devem servir para trazer alternativas à vida social (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2000; HARVEY, 1994). O exercício dos programas e projetos que envolvem as tecnologias em contextos humanos, deve ser aquele de pensar esse campo como um conjunto de elementos sistêmicos, vivos, com interesses próprios, visões de mundo particulares, e, portanto, que usam estratégias de poder alinhadas a si.

O termo “inclusão digital” é empregado em diversos e amplos contextos, relacionando-se com ações transversais que envolvem diferentes áreas (por exemplo, educação, comunicação, ciência da computação e ciência da informação) e ações que devem ser apoiadas pelos diversos atores sociais. A complexidade das sociedades modernas dificulta o fechamento da ID e, portanto, da exclusão digital, enquanto conceitos e, assim sendo, torna-se importante pensar nestes enquanto conceitos em evolução, que partiram de contextos históricos em que o elemento central era ter ou não o acesso aos recursos tecnológicos, e chegaram a definições que consideram as múltiplas dimensões da vida humana, incorporando o desafio de capacitar as pessoas para a competência informacional e o autodesenvolvimento enquanto indivíduo ou parte de um grupo social.

A partir dessa perspectiva mais abrangente, a exclusão digital deve ser vista como uma condição relativa, mutável no tempo, impactada por diversos fatores e, portanto, não se refere a uma noção dicotômica de ser ou não excluído, mas de gradação resultante de uma série de barreiras: deficiências de infraestrutura, carências educacionais, baixa renda, inadequação de conteúdo, barreiras comportamentais, além das deficiências física, sensorial e motora (BONILLA, 2001).

Assim como em praticamente todos os campos que envolvem a vida humana, a ID vem sendo desenvolvida através de redes (o paradigma da arquitetura da complexidade),

que articulam as políticas públicas no combate à exclusão digital através dos diversos atores sociais: Estado, mercado e sociedade civil. Nessas redes, os atores compartilham alguns interesses relativos à política, colocando suas habilidades e poderes à disposição do que é comum e trocando recursos com o objetivo de atender aos seus interesses específicos.

Considerando que a fratura digital se constituiu enquanto problema público, e que as políticas públicas são manifestadas em programas, projetos e ações do Estado, desenvolvidos em parcerias com outros atores sociais, com intuito de garantir direitos de cidadania, do ponto de vista das ações governamentais, a ID deve possibilitar a todos os cidadãos um novo cenário de conexões sociais e processos humanos, desenvolvidos através de várias perspectivas: garantia de acesso às tecnologias; garantia de produção, publicização e consumo de informações; garantia de qualificação técnica e cidadã para ações individuais e coletivas.

A garantia desses bens potencializa tanto as ações dos indivíduos e grupos sociais na multidimensionalidade das relações humanas, quanto a presença das TIC nas relações entre os atores sociais, e destes atores com eixos como economia, trabalho e renda, cultura, comunicação, educação, qualidade de vida, cidadania, entre outras. Dessa forma, o uso das TIC se caracteriza, ao mesmo tempo, como uma oportunidade e um risco ao equilíbrio social, pois pode conduzir tanto à redução da desigualdade de renda entre as classes e à melhoria da qualidade de vida, pela equidade de oportunidades, como à perpetuação da desigualdade, pelo surgimento de uma classe excluída digitalmente (BRASIL, 2015).

Conforme dados da ONU⁵⁰⁸, fazendo um comparativo internacional, através do Índice de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (IDI⁵⁰⁹), da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Brasil está na 66ª posição, enquanto o *ranking* é liderado pela Islândia, em um total de mais de 160 países avaliados⁵¹⁰. Preocupado com o andamento dos processos de ID no Brasil, o Tribunal de Contas da

⁵⁰⁸ *Measuring the Information Society – Report 2017*. Disponível em: <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/mis2017.aspx>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

⁵⁰⁹ Esse indicador combina outros onze indicadores para classificar o desempenho dos países quanto às TIC em termos de infraestrutura, uso e habilidades. Os principais objetivos do IDI são: medir o nível e a evolução ao longo do tempo das TIC nos países e em relação a outros países; medir o progresso no desenvolvimento das TIC em países desenvolvidos e em desenvolvimento; medir a exclusão digital, ou seja, diferenças entre países em termos de seus níveis de desenvolvimento das TIC; medir o potencial de desenvolvimento das TIC ou de uso destas para aumentar o crescimento e o desenvolvimento, com base em capacidades e habilidades disponíveis.

⁵¹⁰ Os países de melhor IDI são economias de alta renda, possuem mercados de TIC liberalizados e concorrenciais na vanguarda da inovação, bem como uma população habilitada para fazer uso das TIC.

União (TCU) pondera: a banda larga “não é somente uma infraestrutura, mas, sim, uma tecnologia de propósito geral que pode reestruturar fundamentalmente uma sociedade e, portanto, tem impacto significativo no crescimento econômico, sendo central nas estratégias nacionais de desenvolvimento”; o preço de serviços de acesso à internet é fator determinante para sua adoção; a “alfabetização digital” é essencial para permitir às pessoas adquirir conhecimento, habilidades, aptidões, aumentar sua rede social, disseminar conteúdo e produzir inovações, todos esses fatores contribuindo para empregabilidade e para a melhora no capital humano, “condição necessária para aumentar a competitividade e o crescimento econômico”; políticas claras e estruturadas são essenciais para o avanço da banda larga, de maneira a promover maior potencial de alavancar o desenvolvimento econômico e social de todos; a importância das TIC ultrapassa as questões econômicas, sendo o acesso à tecnologia um “fator determinante ao desenvolvimento social, à melhoria na distribuição de renda e ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2015).

A análise da ID nos espaços públicos, nesta tese, representou investigar as relações entre os paradigmas sociotécnicos que orientam a sociedade em rede (principalmente as bases da cibercultura e as propostas de uso de TIC em contextos políticos e culturais), os discursos que dão sentido às iniciativas de governos em prol da ID (que evidenciam a promoção da cidadania e da inclusão social) e as políticas e ações públicas desenvolvidas pelos atores sociais (principalmente GF, GE, GM e IFPB) em busca da aproximação entre sociedade e tecnologias.

Como forma de interpretar essas relações, além do acesso aos conceitos teóricos, foi possível observar o campo, participar dele e até intervir em aspectos pontuais, em alguns momentos, através das experiências desenvolvidas, principalmente, em três estratégias empíricas: na primeira delas, aproximei-me das ideologias e dos processos de ID, através da vivência nos “grandes eventos políticos”, como o IGF e as reuniões da ANID, que trouxeram visões e falas sobre ID, nas perspectivas do Estado, do mercado e da sociedade civil; na segunda, através do acompanhamento do que foi narrado nos portais oficiais de governo na internet, foram acessados os processos de ID desenvolvidos pelo GF, GE e GM, e foi percebido como eles interagiram com o que era posto pelos conceitos teóricos e pelas “recomendações e boas práticas” nos principais eixos para o desenvolvimento de políticas públicas de ID (infraestrutura, centros públicos, qualificação, governo eletrônico, ciclo de políticas públicas); na terceira, através de representantes institucionais no IFPB e da comunidade externa, foram

acessadas narrativas que ajudaram a construir a história da ID nos espaços de extensão dessa instituição, e ainda observados *in loco*, dois programas que atuaram nesses espaços, entre 2015 e 2017, desenvolvendo ações públicas com o objetivo de aproximar TIC e sociedade. As discussões que trazemos sobre a ID refletem as teias de conexões que pudemos perceber ao experimentar o desenvolvimento desses percursos.

4.1) Tecnologias e universalidade: a inclusão do próximo bilhão

Em termos de análise das propostas internacionais sobre a relação entre desenvolvimento humano e TIC, principalmente internet, e da importância de atenção quanto aos aspectos de incluir as pessoas nos processos de governança da internet e no ciclo de propostas de políticas públicas para ID, o IGF foi um momento importante para que eu não apenas tivesse acesso aos discursos em torno desses temas, mas pudesse vivenciar algumas de suas realizações em campo empírico. Relacionando o que ouvi e vivi no IGF ao que acessei nas notícias, comecei a construir algumas relações.

Em virtude de o IGF ter sido realizado em João Pessoa, Nordeste do Brasil, as reflexões desse trabalho puderam ser feitas de forma generalizada, quanto aos macroaspectos do evento, mas também de forma localizada, buscando relacionar a ideologia política que leva o Brasil, a Paraíba e João Pessoa ao discurso da implementação das ações de ID (com vias à promoção da cidadania e da inclusão social), e os fatos observados durante o evento, como forma de positivar ou negatizar alguns aspectos dessa relação.

A inspiração para pensar o evento considerou, além dos teóricos do campo da ID, as contribuições de Gluckman (1987) na análises das situações sociais⁵¹¹. O texto de Gluckman inspirou a reflexão sobre o lugar dos diferentes grupos sociais nas situações apresentadas, sobre as questões colocadas por cada um dos seus respectivos mundos e sobre como essas pessoas e mundos interagiram nas situações sociais colocadas pelo macrossistema, o “sistema mundo”, e assim sendo, tornou-se preciso relacionar alguns aspectos: a estrutura idealizada para o ciclo das políticas públicas de governança da internet; o sistema representado pelas dinâmicas e fluxos oriundos das relações entre a estrutura vigente e os diversos grupos de *stakeholders* das políticas públicas de governança da internet; o ambiente para a realização do evento (emails, sítio na internet

⁵¹¹ O autor considera que um evento é uma situação social, sendo esta definida como “o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões”. A análise da situação social “revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade”.

e espaço físico onde foi realizado o evento); os pressupostos da sociedade em rede apoiada por TIC ou a cibercultura; algumas particularidades processuais (históricas e atuais) referentes a aspectos culturais, políticos, econômicos ou sociais no Brasil.

Os discursos de abertura e encerramento do IGF foram realizados em ambientes amplos e contaram com recursos de tradução para vários idiomas. Tirando a insatisfação de alguns brasileiros que pretendiam aproveitar o potencial difusor do evento para manifestar a sua indignação com o momento político vivido pelo Brasil⁵¹², tudo transcorreu conforme o “*script*”: os agentes políticos discursaram e o público aplaudiu⁵¹³.

O discurso da Presidenta enfatizou a ideia de construção de uma internet global, baseada em multilateralismo e multissetorialismo, inclusiva e sustentável, que respeitava os direitos humanos, as diferenças e buscava os consensos. Esses requisitos impunham o desafio de macro e micro articulações entre países, setores e grupos sociais, trazendo a participação política do cidadão como elemento imprescindível para as definições democráticas⁵¹⁴. Ou seja, a discussão da sociedade em rede na internet requeria a revisão do conceito de cidadania, e das relações entre os agentes sociais. A configuração da “grande sociedade em rede” demandava: a cooperação de cada Estado politicamente constituído com vias à inclusão de todos os cidadãos e a rejeição de modelos autoritários; do debate multilateral, através do respeito às diferentes culturas e possibilidades econômicas, sentimentos e recursos materiais, que davam forma à sociedade em rede, assim como à humanidade.

Em cada território nacional, é papel do Estado proporcionar os meios para inclusão objetiva de todos os cidadãos, como condição de garantia de cidadania, principalmente daqueles que não possuem condições de realizar essa inclusão por conta própria. Trazendo o multissetorialismo como estratégia de ação, a responsabilidade seria transferida, em suas devidas proporções, através da rede, política e tecnicamente falando, distribuindo-se entre os demais atores dos diversos grupos sociais. Esse seria o

⁵¹² O Brasil vivia o potencial *impeachment* da Presidenta Dilma. Por se tratar de um evento com evidente caráter político, que se intitulava como democrático, multissetorial e participativo, trazendo diversos níveis de representação do governo como elementos chaves na concepção do evento, para interagir com o “povo”, representantes de grupos sociais externaram sua indignação diante do Brasil e do mundo, sentindo-se legitimados enquanto cidadãos em um ambiente que se dispunha a discutir aspectos públicos.

⁵¹³ Os discursos em língua portuguesa arrancaram aplausos empolgados dos expectadores, representados expressivamente por brasileiros que somavam 49% dos participantes do evento.

⁵¹⁴ “A participação dos cidadãos é considerada um elemento valioso da cidadania democrática, uma vez que pode significar maior eficiência e eficácia para as políticas públicas”(PAPADOPOULOS; WARIN, 2007, apud PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2014, p. 214).

papel da inclusão objetiva, mas nos processos de ID, ela deve ser acompanhada pela inclusão subjetiva⁵¹⁵, responsável por despertar o interesse e a motivação para a entrada e permanência na rede, além de promover o autodesenvolvimento, necessários à cidadania ativa na rede.

Quanto aos atores sociais, suas disputas e consensos dependem da forma como eles se colocam na rede em termos de interconexões e de como buscam o autodesenvolvimento em nome de uma inteligência necessária ao posicionamento individual ou coletivo, e assim, no contexto do IGF, as coalizões passavam a ser uma possibilidade de trabalho conjunto entre os atores, considerando suas identidades plurais. Esse cenário reforçava a importância da ID dos indivíduos que, se executada de forma efetiva, tornaria possível não apenas o acesso às tecnologias (infraestrutura), mas também a ações agregadas, voltadas a ensino, desenvolvimento cultural e político, e ainda, inclusão social. O discurso da Presidenta ainda deu ênfase ao modelo “multissetorial e pluriparticipativo” de governança da internet no Brasil, através do CGI.br. Entretanto, a composição desse comitê é questionável quanto a proporções justas de participação dos setores sociais e, portanto, de “modelo referência” enquanto comitê democrático⁵¹⁶.

O discurso do Ministro das Comunicações do Brasil reforçou a importância do trabalho multilateral, uma vez que um dos grandes desafios do IGF era pensar na inclusão dos países e cidadãos do mundo ainda excluídos da sociedade da informação. Mais uma vez, o modelo brasileiro de governança da internet e as ações implementadas no Brasil foram postos como motivo de orgulho do governo, propostas de referência a serem seguidas pelo mundo, principalmente como alternativas para a proposição de políticas públicas para conectar o próximo bilhão de usuários.

O Marco Civil da internet no Brasil também foi colocado como referência, a partir das suas características de “respeito à liberdade de expressão, aos direitos humanos e o desenvolvimento da personalidade”, e que anunciavam de forma evidente que “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania” e, portanto,

⁵¹⁵ O fato dos processos sociais estarem cada vez mais alicerçados nas plataformas virtuais, implica, de certa forma, um controle coercitivo do Estado sobre esses processos (como exemplo, cadastramentos, serviços públicos na internet, entre outros). Por sua vez, a motivação do indivíduo para desenvolver processos de seu interesse representa uma espécie de força subjetiva que o impulsiona rumo à sociedade digital. Essa motivação deve estar principalmente associada à consciência da importância de sua participação, enquanto sujeito coletivo, na reconfiguração das relações entre os atores, cultural, social, política e economicamente, mas depende ainda de sua qualificação enquanto ator sociopolítico.

⁵¹⁶ Composição do comitê: nove representantes do setor governamental; quatro, do empresarial; quatro do terceiro setor, três da comunidade científica e tecnológica; um representante de notório saber em internet.

representavam que o país tinha feito “grandes esforços para promover o acesso à internet para todos”. Uma vez que a sociedade em rede é um paradigma em que se baseiam as concepções sociais modernas, que as TIC são vistas como elementos imprescindíveis às práticas individuais e coletivas, parecia não restar alternativa de conformação à vida em sociedade.

Diante de contextos sociais complexos, e de disparidades evidentes, seria esse então o novo “discurso integrador” a ser aplicado ao nível de Estado-nação e até de sociedade-mundializada⁵¹⁷? Ou haveria de fato o interesse em trazer a sociedade para discutir e implementar a construção das mudanças em “uma nova sociedade”?

Rediscutir o conceito de cidadania requer refletir sobre a relação entre os atores sociais, sob as perspectivas de conceitos como Estado, nação, autoridade e solidariedade. Como forma de propor mudanças aos modelos autoritários de cidadania podem ser pensados, como ideais ou referenciais, modelos baseados em solidariedade, em integração, em que os sentimentos e os pressupostos comunitários, inclusive ao nível da “nação” sejam endógenos, e não artificiais. Não há como viabilizar esses modelos sem a participação política dos grupos sociais, que deve se dar através de estratégias de representatividade legítima, ou de suas próprias vozes⁵¹⁸. Em outras palavras, as sociedades democráticas devem posicionar a sociedade civil acima do Estado e do mercado.

Se a sociedade civil deve trazer à tona a luta do “povo” pelos cenários que esse povo deseja construir, como garantir que os diversos grupos sociais estariam representados pela então “sociedade civil”, e qualificados para disputar a arena política em um modelo multissetorial e multiparticipativo, em um país de extrema desigualdade, com inúmeras particularidades geográficas e humanas, e com identidades tão plurais, como o Brasil? Que garantia se tinha de que as ações públicas, inclusive as de ID, estavam no caminho certo?

⁵¹⁷ Seria essa a nova ideologia necessária para “reger”, em forma de “sinfonia harmônica”, escopos sociais que em sua maioria já haviam percebido as possibilidades de poder advindas dos novos recursos técnicos e de uma consciência de emancipação do povo sobre os modelos não autênticos de governo? Seria interessante, para os detentores de poder, mudar a estratégia e manter a legitimidade necessária aos modelos representativos?

⁵¹⁸ As representações ideais de como a sociedade deve ser organizada desempenham um papel importante no esforço de democratização, mas esse esforço só pode ser fundado em estratégias de construção da “nação” que por sua vez se baseiem na dinâmica social concreta, e esta, por sua vez, não pode abrir mão de contemplar arranjos institucionais e organizacionais que maximizem a capacidade do Estado de responder aos anseios da sociedade (REIS, 1998).

No ciclo que compreende a vida das políticas públicas, há de se esperar que tão naturais quanto as etapas de planejamento e execução, sejam também as etapas de monitoramento, controle e reavaliação das ações, a partir das metas estabelecidas e dos resultados. Através de análises quali-quantitativas, devem ser buscadas evidências que sugiram a aproximação ou o afastamento entre os objetivos propostos e os dados colhidos como respostas às ações, o que deverá indicar se as políticas públicas caminham no sentido de resolver problemas e transformar cenários indesejados, ou se elas devem ser revistas à luz de novas estratégias e metodologias.

Algumas dessas questões não seriam postas e nem muito menos respondidas pelo IGF, pois supostamente não eram de interesse comum e poderiam incomodar os “centros econômicos” no Brasil e no mundo. Mas algumas estavam implícitas e o governo tinha estratégias para mostrar que estava trabalhando em prol da ID, e que algumas transformações já poderiam ser vistas. Embora seja questionável, a ideia de que a representatividade fora garantida pelo evento foi “defendida” pelo governo, através dos indicadores quantitativos de participação por grupos sociais (conforme apresentados mais à frente, nesta seção). Quanto aos esforços despendidos em ações de ID e seus resultados, além de números, o GF e o GE também tinham dados qualitativos para apresentar.

Alguns dados dos discursos de governos no IGF e nas notícias dos portais podem ser comparados a resultados de outras pesquisas. Os discursos buscaram mostrar o avanço das políticas de ID, apresentando a evolução da penetração da internet na sociedade brasileira, sugerindo o “crescimento econômico, aumento da produtividade, integração nacional e acima de tudo, inclusão digital e social da nossa população”. Embora se acredite que de fato o acesso às TIC aumenta a cada dia, para falar em políticas públicas deve-se ter a preocupação de contrastar o que é macro e o que é micro, como os resultados de suas ações.

O problema é que algumas aferições priorizam os macroindicadores, sugerindo semelhanças onde há, por exemplo, desigualdades e extremos de pobreza e misérias, ou ausências de ações públicas de diversas naturezas, como políticas de ID. Além dos macrodados, a especificidade, o cotidiano, os modos de vida as particularidades, as miudezas e os detalhes interessam (SCALCO, 2012). A dificuldade em ver as

microsituações tente a generalizar os bons resultados e a deixar que parte da sociedade permaneça desassistida e sem acesso a bens e serviços de cidadania⁵¹⁹.

Principalmente em cenários de mudanças mais radicais, como aquelas paradigmáticas, é preciso que se reconheça como se dão as reconfigurações sociais a partir de cada ator, através de microanálises, com vias a prosseguir na promoção do desenvolvimento humano a partir de estratégias tradicionais ou inovadoras, que acompanhem os processos históricos e proponham cenários de transição adequados à estruturação dos novos modelos de sociedades.

Em sua pesquisa, Rodrigues e Maculan (2013) focaram na construção e análise de indicadores que possibilitassem uma avaliação sobre a realidade da ID no Brasil, segundo categorias socioeconômicas e regionais. Entre os estados que precisavam de melhorias em várias dimensões e políticas de ID que considerassem suas especificidades regionais, estavam: Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Paraíba, Amazonas, Pernambuco, Ceará, Amapá, Rio Grande do Norte, Sergipe e Roraima. As autoras sugeriram algumas relações entre esses resultados e a estrutura econômica do país⁵²⁰.

Percorrendo as notícias do portal do GF, pude acessar algumas ações evidenciadas no Norte e no Nordeste, o que reforça a especificidade dos indicadores e das ações em resposta aos problemas revelados por eles. No caso da Paraíba e de João Pessoa, apesar de serem classificadas sob o estereótipo de “lugares pobres e atrasados”, os dados dos portais de governo revelaram esses territórios como espaços sociais onde as gestões públicas atuaram no sentido de buscar a diferenciação através de investimentos em esforços voltados a ações de ID e de construção de uma gestão democrática e participativa, da inovação no uso de TIC.

Descendo ainda mais o nível dos indicadores, embora os dados do GE e GM sugiram as tentativas de cobrir todos os seus territórios com as ações de ID, assim como aqueles do GF, esses indicadores continuam refletindo a preocupação, por parte dos governos, com a persistência da exclusão de algumas comunidades e lugares

⁵¹⁹ Por exemplo, embora o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) destacasse “o extraordinário progresso que o desenvolvimento humano registrou no último quarto de século” e ainda que o Brasil continuava a seguir uma tendência de crescimento (UNITED, 2015), devia-se continuar buscando os microindicadores sociais, como forma de conhecer os resultados das ações localizadas, para cada realidade, principalmente em territórios com grandes disparidades, como o Brasil.

⁵²⁰ Enquanto indicadores que representavam uso privados de TIC, como acesso pago à internet, evoluíam em regiões com maior poder econômico, como estados do Sudeste e Sul, indicadores como oferta de acesso público e gratuito eram mais altos em estados de “regiões pobres”, como Acre e Tocantins.

particulares e, por parte do campo como um todo, com a dinamicidade do conceito de ID, tanto para pesquisas sobre o tema, como para definir políticas públicas.

Em um último nível de análise, aproximando-me de alguns espaços sociais visitados no trabalho em campo, pude perceber a presença ou ausência dos benefícios advindos das TIC, e problemas ainda mais específicos a ser resolvidos, como exemplo, a espera por tempo indefinido por uma equipe que seria enviada pelo GE para mudar um cabeamento de internet e conectar computadores a esta rede. Levar em consideração essas múltiplas perspectivas, que influenciam os processos de ID, é indispensável para o esforço de entendimento e avaliação da fratura digital no Brasil (RODRIGUES; MACULAN; 2013).

Os dados dos portais indicam que as políticas públicas voltadas à ID ainda têm um longo caminho a percorrer, pois embora diversas iniciativas governamentais tenham sido iniciadas há vários anos, e ao longo desses, muitos benefícios possam ser percebidos, ainda persistem grandes desigualdades no acesso às TIC, expressas pelas disparidades entre classes ou grupos sociais, entre as áreas urbanas e rurais, entre as diferentes regiões geográficas do país. Estudos relacionados voltados a escopos mais específicos de pesquisa, as notícias nos portais e as observações no campo sugerem a importância dos microindicadores e apontam as dificuldades de se considerar os discursos generalizantes enquanto “termômetros” das políticas públicas.

O discurso do Governador da Paraíba relacionou a realização do IGF em João Pessoa, Nordeste do Brasil, ao que seria a essência do IGF: a construção de uma internet aberta e atenta à distribuição da riqueza ao longo das regiões e comunidades, especialmente nas menos desenvolvidas. Apresentando dados de uso da internet na Paraíba, o Governador fez referência a macroindicadores que associaram a esse estado taxas de uso de internet maiores do que aquelas em “estados economicamente mais fortes”.

Os macroindicadores podem ter sido utilizados como recursos simbólicos de poder, visando evidenciar as diversas ações realizadas por esse governo e que o colocaram como “referência em ID”, em virtude das diversas transformações trazidas à Paraíba. Entretanto, enquanto elementos analíticos, esses dados tornaram homogêneos cenários que suponho ser díspares, e não refletiram as supostas especificidades que compunham um dos estados mais pobres do país, até porque várias políticas de ID propostas pelo GF se relacionaram diretamente com os governos municipais e, então,

não se deve achar que toda a Paraíba se desenvolveu em ID na mesma velocidade que João Pessoa o fez, outra referência, ao nível de Brasil.

Outro ponto citado pelos demais representantes do GF e reforçado pelo Governador fez menção à necessidade de repensar a relação entre o governo e a sociedade, a partir de modelos democráticos que cobrissem o ciclo das políticas públicas. Era preciso “continuar avançando pela via da discussão participativa e multissetorial”, o que vinha sendo motivado por ele e implementado pelo estado sede do evento, a Paraíba, e que de forma geral reforçava a ideia de que o Brasil fosse visto como um modelo de referência, já que neste país a internet era muito mais do que uma “questão de Estado propriamente dita”, pertencendo à sociedade, à academia e ao povo.

Considerando as perspectivas paradigmática e técnica da sociedade em rede apoiada por TIC, e somando a elas a legitimação da participação política dos *stakeholders* em geral, especialmente do cidadão e da sociedade civil, nos processos de discussão sobre a internet, a princípio pode-se ter uma proposta de reconfiguração democrática dos modelos políticos. A importância da abertura para recebimento das diversas visões de mundo se dá a partir do momento em que cada indivíduo ou grupo pode apresentar os seus sentimentos sobre como acontece a governança da internet e os demais processos na sociedade em rede, ou como estes deveriam acontecer. Enfim, abrem-se novas perspectivas de se pensar a internet, ou qualquer outro tema que deva ser levado ao debate, a partir da diversidade de perspectivas dos atores participantes.

A partir da comunicação é possível abordar as percepções, crenças e valores que constituem representações sociais do universo político, e colocá-los à disposição dos debates, como recursos a serem consumidos pelo ciclo de políticas públicas. Nesses aspectos, as notícias revelaram as iniciativas do GE para se aproximar da sociedade, mas não garantiram que esse processo se deu em toda a Paraíba e que ocorreu com a mesma profundidade em todo o seu escopo de alcance.

Sobre as contradições do mundo apoiado por tecnologias, o Governador julgou ser “inconcebível” ter “um nível de tecnologia acumulado extremamente forte”, e não fazer uso dela para que as pessoas vivessem mais felizes e de forma mais digna, ou para ajudá-las a conviver de forma produtiva com determinadas regiões, ressaltando a importância da ID dos “mais variados segmentos populacionais”, como base para a democracia, rejeitando a ideia de que as tecnologias fossem controladas por países mais desenvolvidos. Enfim, contribuições de diversos *stakeholders* deveriam ser dadas de

forma incisiva, rumo à aplicação das tecnologias com foco na paz, na justiça, na harmonia e no mínimo de “igualdade entre os diferentes”.

O discurso do Governador ultrapassou as questões técnicas e se aproximou dos pressupostos da cibercultura, e assim a internet foi relacionada a direitos humanos, a necessidades e também a sonhos, ressaltando a importância dos esforços por sua democratização, por compartilhamento de mais conteúdo, por oferta de chances iguais de desenvolvimento individual e coletivo, por empoderamento para garantia de direitos, entre outros, em busca do “projeto democrático de sociedade”. Era preciso discutir a rede, e todos deveriam ser incluídos nesse projeto.

Nesse sentido, o discurso do Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia apresentou em números a importância do IGF para o mundo⁵²¹, o que representara a viabilidade de organização e debates coletivos e democráticos sobre a governança da internet e, portanto, de transformações no ciclo de políticas públicas. Na estruturação e na dinâmica desse novo modelo de “arena pública”, as TIC são recursos imprescindíveis à participação cidadão, desde os processos de qualificação até a disputa ideológica e ações.

O discurso do coordenador do CGI.br trouxe macroindicadores que informaram que apesar da crescente penetração da rede, esse indicador ainda era superado pelo número de pessoas desconectadas, ou *offline*. Então, era preciso que a internet de fato fizesse a diferença na vida de todos, em termos de saúde, educação, emprego e segurança, contribuísse com a preservação do meio ambiente, reduzisse a discriminação e as desigualdades, tivesse seus frutos distribuídos de forma justa. Em virtude de sua essência e múltiplos pontos de vista ali representados, o IGF se apresentava como um espaço democrático para a reflexão e construção de ações a partir das perspectivas dos diversos grupos sociais que representavam a diversidade cultural ao longo dos continentes.

Ao trazer uma retrospectiva das “conquistas do IGF”, o coordenador evidenciou pontos que relacionaram a natureza técnica da rede à fundamentação e ao desenvolvimento do ser humano. A partir dessas palavras proferidas, pode ser pensada a relação entre as conquistas do IGF e alguns pressupostos da cibercultura. A primeira conquista, “o reconhecimento da natureza *multistakeholder* da internet”, se relaciona

⁵²¹ Milhares de pessoas acompanharam o IGF remotamente; mais de 2.500 representantes de governos, sociedade civil, setor privado, organizações internacionais e comunidades técnicas e acadêmicas debateram *in loco*.

com o pressuposto que propõe a participação de todos no ciberespaço⁵²². Nesse contexto, devem-se ressaltar os diferentes papéis dos atores sociais no ciberespaço, como exemplo, a responsabilidade do Estado em promover políticas públicas tanto para viabilizar o ciberespaço enquanto infraestrutura física, como para inclusão dos indivíduos e desenvolvimento da competência informacional, rumo à inteligência coletiva. A segunda conquista, “a expansão das discussões do IGF, com a inclusão de questões sociais, econômicas e políticas” se relaciona com a ideia de que o movimento social anda associado ao movimento técnico⁵²³. A terceira e quarta conquistas, tanto “a realização de reuniões IGF em áreas menos centrais do mundo” como “o lançamento dos jovens na iniciativa IGF 2015”, trouxeram novos atores sociais à arena política⁵²⁴, potencializando a ideia de que diversos atores sociais e políticos vêm redefinindo suas estratégias de atuação no mundo físico e virtual, de forma a construir relações, criar vínculos e tomar decisões ou influenciá-las, de acordo com as suas necessidades e interesses, e assim reconfigurar os cenários sociais de acordo com a dinâmica característica dessa nova realidade.

Os discursos políticos têm como consequência a transformação do significado das relações entre os atores envolvidos, pois coloca em ação atores “autorizados” (aqueles que têm o direito de falar), estabelece obrigações, cria “expectativas”, reforça a confiança. Em uma análise inicial do caráter político da abertura por parte dos governos e da participação da sociedade na perspectiva de mudança na governança da internet, nos processos de ID, na condição de cidadania e na democratização da relação entre Estado e sociedade, acredito que essa ação “inovadora” contribuiu para afirmar a necessidade do caráter bidirecional na política pessoense, paraibana, brasileira, internacional e mundial⁵²⁵.

Mesmo que as Ciências Sociais reconheçam as dificuldades (ou impossibilidades) dos consensos, cada discurso ou fala, proferidos no IGF e nos portais

⁵²² Indivíduos e instituições podem integrá-lo, e desenvolver com ele uma relação de direitos e deveres, focada no compromisso com a inteligência coletiva e as sucessivas reconfigurações sociais.

⁵²³ Contrariando as ideologias de que a rede se mostra “simplesmente” como uma estratégia técnica de controle dos governos e/ou como uma estratégia comercial do sistema capitalista.

⁵²⁴ O que reforçaria a negação da crítica que associa às TIC, exclusivamente, o domínio e o controle dos “povos subjulgados”.

⁵²⁵ Mesmo que exista algum possível propósito manipulador por parte do Estado a partir do discurso de abertura para debate, ou da consciência da importância da participação da sociedade nas decisões políticas, a partir do momento em que o modelo autoritário de orientação da sociedade tornou-se obsoleto, os modelos democráticos se colocam como alternativas para as novas conformações sociais. Ou seja, produzir alternativas para a administração burocrática exige um ambiente político mais aberto, contextos políticos que concedam aos cidadãos canais legais de participação (REIS, 1998).

de notícia, por representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil, foi acessado e significou uma potencial contribuição a ser considerada, e mais que isso, uma atividade política. Dependendo da forma como foram escritos e lidos, contribuíram para que algumas mudanças tenham se dado ou sido semeadas, em termos coletivos ou individuais, nos processos de reflexão e ação que mantém vivas as ações entre os diversos atores sociais.

Como forma de já por em relação os discursos e algumas práticas sobre eles, observei as dinâmica das ações do IGF, através das interfaces do evento, desde os procedimentos de inscrição, em seguida através do contato presencial com os participantes do evento, nas salas e demais ambientes físicos, e por fim, através do sítio na internet, onde puderam ser revisitados discursos, informações, dados, relatórios e toda a documentação tornada pública pelo evento.

Referente aos primeiros contatos com o IGF, percebi os problemas referentes à “língua oficial do evento⁵²⁶”. Visitando as salas, vi problemas e ouvi questionamentos quanto ao uso da língua inglesa, e refleti sobre a quantidade de pessoas (especialmente brasileiras, nordestinas, paraibanas, anfitriãs do evento) que estavam presentes no IGF, mas ao mesmo tempo excluídas do evento, em virtude das barreiras impostas por seu idioma oficial⁵²⁷. Embora a Língua Inglesa seja reconhecida por sua difusão a nível mundial, as raízes históricas de vários processos humanos ainda associam a povos de língua inglesa nativa, especialmente os americanos, práticas imperialistas.

Nesse sentido, teria sido relevante considerar que uma base importante da democracia é a inclusão dos potenciais beneficiários e demais interessados nas ações públicas nos debates sobre o ciclo de políticas públicas. Por se tratar de um evento com alcance mundial, oferecer interfaces de comunicação em outras línguas, as mais diversas possíveis, em todas as etapas do evento, teria ajudado a quebrar barreiras ideológicas, comunicacionais, e assim, aproximado mais pessoas do evento, qualificando-as e incluindo suas perspectivas como potenciais pontos de contribuição

⁵²⁶ Desde a inscrição, questionei-me porque o IGF construiu o sítio na Língua Inglesa, e não fez uso do recurso técnico conhecido como “internacionalização”, o que faria com que as informações do sítio pudessem estar acessíveis em outros idiomas. Em ambientes globais como a internet, o uso da internacionalização é considerado uma boa prática, pois a rede se torna mais inclusiva, em termos de conteúdo e processos.

⁵²⁷ Pessoalmente, senti-me um pouco excluída, desde as dificuldades para interagir com as interfaces do evento nos e-mails, na minha “não participação” enquanto debatedora e quando não consegui entender o Inglês apressado ou cheio de sotaque, importado dos quatro cantos do mundo. Tendo sido convidada para integrar ações que precederiam o evento, ao responder o e-mail convite (em Inglês), comentei que não tinha fluência naquela língua, mas tinha interesse em integrar grupos, devido ao processo de doutoramento e do trabalho que desenvolvia no IFPB. Como nunca obtive resposta, supus minha exclusão do processo.

para as reflexões e ações sobre a governança democrática da internet, caso essas pessoas participassem do evento de forma presencial ou remotamente. Lévy (1999) ressalta a importância do idioma nativo para a inclusão das pessoas no ciberespaço e na cibercultura.

Diante da ampla dimensão das discussões do IGF, e da complexa rede de interligação entre os temas debatidos, mesmo as salas tendo seus temas de discussão pré-determinados, muitos deles “saíram dos seus *scripts*” e esbarraram em questões postas por intervenções do público em geral, que foram construindo os cenários particulares das salas de debate. Um dos pontos colocados foi que, idealmente, os governos de todo o mundo deveriam reconhecer a importância da participação política dos diversos grupos sociais, trazendo a sociedade civil para os processos deliberativos. Ou seja, as recomendações e demais subprodutos do IGF deveriam ser considerados como *inputs* legítimos para o desenvolvimento das ações públicas relacionadas à governança da internet. Entretanto, alguns discursos apresentavam as discrepâncias entre as visões sobre internet, tecnologias em geral, e aspectos básicos como direitos humanos, além de aspectos políticos que traziam desafios às ideias democráticas, diante de modelos ditatoriais que se afirmavam em pleno Século XXI.

Ainda em virtude da legitimidade associada ao evento enquanto articulação para qualificação e implementação do ciclo de políticas públicas de ID, idealmente, no IGF deveriam estar representados todos os grupos sociais, todas as identidades humanas, e suas particularidades, com iguais chances de proposição de agenda, de forma a constituir uma arena política baseada em bases democráticas. Entretanto, as observações demonstraram que atualmente ainda se vive longe desse cenário ideal. A partir de discursos próprios ou de terceiros, diversos grupos sociais disseram que ou não “enviavam representantes” ou não se identificavam com as representações ali estabelecidas, inclusive pela sociedade civil, e afirmaram que as ações públicas deviam ir às comunidades, como forma de se tornar endógenas e, portanto, autênticas.

Enfim, a representação era algo a ser discutido, em virtude da diversidade humana no contexto moderno⁵²⁸. A partir do momento em que a internet ampliou o seu

⁵²⁸ Em tempos de debates intermináveis sobre alteridade e necessidade de dar voz ao povo, especialmente quando esses debates associam ao contexto atual as características parciais e de clamor dos diversos grupos sociais em defesa de suas identidades plurais e valores diversos, faz-se importante conchamar esses grupos a trazer sua representatividade para a arena, disputar por seus interesses, valores e visões, nas reconfigurações constantes do mundo contemporâneo. A participação dá voz a indivíduos e minorias geralmente alheias aos processos políticos, permitindo que eles digam diretamente o que desejam,

espectro e ultrapassou os muros dos laboratórios técnicos, mostrando-se como instrumento para redefinição social, cultural, econômica e política, o mundo se dispôs a discutir a sua implementação, e incluir a diversidade de grupos sociais no debate político se tornou um requisito imprescindível para os processos que buscam o equilíbrio de poder e as conformações democráticas. Justamente por isso, no IGF, deveriam estar representadas todas as comunidades humanas, e a ideia da “representação” foi por diversas vezes discutida, tal como um subtema, dentro de todos os temas, quando se tratava de refletir, planejar, deliberar sobre alguma ação a ser tomada para incluir o próximo bilhão de usuários da internet.

Como garantir a inclusão sem a representação de todos? A internet deve considerar a diversidade de grupos que já compõem e deverão compor a comunidade planetária online. Outras questões ainda se colocavam, como exemplo, como garantir a inclusão de todos sem considerar a equidade?

Nas sociedades modernas, as políticas públicas de acesso à internet devem estar associadas a ações educativas e técnicas no sentido de promover tanto a qualificação do cidadão como um ambiente tecnológico propício para o desenvolvimento de uma sociedade em rede forte, baseada na inteligência coletiva, construída a partir da análise crítica sobre dados, informações e conhecimento advindo de pontos de difusão plurais e em diferentes perspectivas, e recursos técnicos que deem suporte a ações individuais e coletivas, e que consigam acompanhar as dinâmicas de uma rede em constante transformação, de forma aderente aos fluxos sociais.

Garantir os meios técnicos e intelectuais de uso da rede não é uma tarefa simples, especialmente se forem consideradas as particularidades de cada ponto do mundo. Nesse contexto, cada indivíduo em toda a sociedade deve contribuir para a discussão de novas figurações sociais, e estar consciente de seu papel como parte desse processo, dos seus direitos e deveres, da forma como pode contribuir para a dinamicidade dessa nova sociedade. Entretanto, a representação ainda se mostrou como um problema difícil de resolver, mesmo que o IGF mundial já fosse o resultado de IGF menores (nacionais, regionais). O poder centralizado advindo de regimes autoritários resistia à participação política do cidadão, calando as vozes do “povo” e podando as possibilidades de contribuição da sociedade civil na construção das ações para ID do próximo bilhão, em diversas partes do mundo.

encoraja virtudes cívicas, estimula a deliberação pública e aumenta o suporte para os resultados dos processos democráticos (Michels, 2011, Apud Penteadó; Santos; Araújo, 2014).

A equidade, por sua vez, trazia as questões de minoria e também não se mostrava como algo simples de resolver, pois a desigualdade é um problema recorrente e não existe consenso sobre formas e políticas necessárias para combatê-la. Incluir todos no mundo digital e implementar a cibercultura significa aproximar extremos de desigualdades, de modo que se tenha a mesma base de desenvolvimento intelectual e, se possível, material. Ainda que o IGF e diversos outros grupos de trabalho comprovassem indicadores de melhoria nas condições humanas e diminuição das desigualdades, muitos territórios estavam longe do equilíbrio econômico, social e político.

O Século XXI trouxe novas propostas políticas, sociais, culturais e econômicas, que unidas aos recursos técnicos promoveram novas ideologias e, portanto, novas discussões, a partir de atores empoderados pelo consumo e produção de informações e de ações coletivas impulsionadas pelas TIC. Nessa linha, o IGF discutiu a democracia. Se antes das TIC os modelos democráticos se valeram dos votos na eleição direta de representantes para as construções políticas, com as tecnologias, fazia-se importante pensar em novos modelos participativos. A interação entre sociedade civil e Estado devia ser repensada, levando em conta os efeitos das TIC na ampliação das vozes e das ações populares, no debate acerca do que a sociedade pensava e se propunha a construir, junto com o Estado.

O IGF fez esse exercício e se mostrou como uma espécie de “modelo piloto” a ser seguido, em diversos níveis políticos (de país, de estado ou de município), trazendo a ideia de formação de alianças e de redes multissetoriais como estratégia base para as suas articulações. Durante o evento, representantes de governo, mercado e sociedade civil puderam ser ouvidos na condução das sessões técnicas e nos diálogos a partir das intervenções da plateia.

A ideia de que os *outputs* do IGF influenciavam as propostas de governança da internet nos países, legitimava as ações coletivas, multilaterais e *multistakeholders*, e reunia o mundo para reflexões em torno de postulados que deveriam guiar as comunidades. Esses documentos e suas propostas orientaram ações em diversas partes do mundo, gerando mudanças no ciclo das políticas públicas, como o Marco Civil da internet no Brasil, diretamente ligado à “Carta de direitos Humanos e Princípios para a internet”. A consciência dos direitos, associada ao exercício desses e a sua garantia são de fundamental importância para a construção da cidadania com base em pressupostos democráticos.

Embora represente uma abertura política importante para a aproximação entre Estado e sociedade, há problemas estruturais no IGF que ainda precisam ser ajustados (como exemplo, a distribuição equivalente de poder da oratória entre os diversos grupos sociais), de forma que ele possa ser visto como uma base mais refinada para pensar os modelos de participação multissetorial.

O IGF se mostrou como uma arena ativa, onde Estado, mercado e sociedade civil disputaram espaço não apenas para a participação no ciclo das políticas públicas, mas também, poder para a reconfiguração das conformações sociais modernas. Nessa arena, os conceitos de inclusão e democracia se colocam extremos aos de exclusão e autoritarismo, e uma nova estrutura deve favorecer a distribuição ou o equilíbrio de poder nas relações entre Estado, mercado e sociedade, já que a nova plataforma tecnológica favorece o monitoramento dos atores sociais e as novas relações entre esses atores influenciam ou constroem tomadas de decisão.

Entendo que a essência da cibercultura talvez não seja o sentimento que prepondera e move todos os agentes sociais, rumo à concretização da sociedade em rede apoiada por TIC⁵²⁹. Entretanto, trazer os atores para a arena, promover as disputas sobre os temas não “consensuados” e aproximá-los através de coalizões talvez represente o início de dias melhores.

O fato de o IGF ter sido realizado no Brasil, pela segunda vez, talvez tenha trazido a alguns de seus cidadãos, e reforçado nos demais, o desenvolvimento do sentimento de identidade com a comunidade mundial em termos de pressupostos conceituais da cibercultura. Em virtude de o Brasil ter tido um processo histórico que refletiu o predomínio ou de modelos políticos autoritários, ou de modelos “democráticos”, mas que mantiveram o Estado e o mercado acima da sociedade civil, a relação entre a sociedade civil e os demais atores não se mostrou positiva ao longo do tempo, tendo como consequência um cenário de desintegração, desequilíbrio social, político e econômico. E quando o senso comum parecia sugerir grupos sociais politicamente apáticos, e desanimar as perspectivas de reação, pude ver a sociedade civil brasileira mais uma vez se reinventando, unindo forças para se qualificar, para participar de processos e de decisões políticas.

Sem dúvida, a desintegração ainda é um problema no Brasil, entretanto, as TIC passaram a ser vistas como força capaz de promover mudanças estruturais e nas

⁵²⁹ A influência do capitalismo e dos interesses econômicos egoístas assombra a humanidade, e talvez um longo caminho ainda seja percorrido até que se possa viver em um ambiente mais justo e igual.

relações entre os agentes sociais, novos modelos de interação entre as partes, o que pode ainda reforçar as identidades coletivas. No dia em que as ações de ID no Brasil tiverem a força e as intenções dos seus discursos políticos, provavelmente este será um país referência em participação e democracia.

Enfim, se o IGF traria a realidade da governança da internet em termos de mundo, temas transversais se manifestaram, em diversas plenárias, quando homens ou mulheres, brancos ou negros, jovens, adultos ou idosos, de classes sociais diversas, de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, com regimes políticos democráticos ou ditatoriais, colocaram suas realidades locais em testemunhos racionais ou emocionais, compartilhando-as através de suas próprias vozes.

O IGF nos trouxe uma fonte jamais esperada de dados, informações, conhecimento, hipóteses, sugestões de problemas a serem investigados, mas acima de tudo, a compreensão da necessidade de repensar o mundo, a partir de desafios enormes e apenas potencialmente superáveis a partir da união de diversos grupos que detinham ou tinham que exercer o poder da mudança. De repente, diversas culturas distantes e suas peculiaridades estiveram tão próximas que pude compartilhar a alegria de tantas conquistas já alcançadas pela e para a humanidade nas edições anteriores do evento, mas também a dor dos que ali depositavam esperanças em dias melhores, a partir dos seus pedidos de socorro à “comunidade global”.

Havia algo no IGF que fazia com que cada participante saísse da sua zona de conforto, no sentido de parar de pensar “apenas” em seus problemas cotidianos (nacionais ou regionais) e, de forma ativa, se sentisse responsável pelas pessoas que de alguma forma gritavam por um mundo mais justo e igual, um mundo mais humano, que se construía material e digitalmente, na nova era vivida pela humanidade.

A investigação sobre o IGF também trouxe dados quantitativos, publicados por seus organizadores: “A reunião contou com a presença de 2.137 participantes no local, de 112 países, representando todos os grupos interessados e regiões. Cerca de 50 centros remotos foram organizados ao redor do mundo, com um número estimado de 2.000 participantes ativos *online*”. Entretanto, a observação da classificação detalhada dos dados comprovou os problemas de representatividade para alguns grupos de *stakeholders* da internet, como a disparidade apresentada quando os dados são vistos por região geográfica ou gênero, conforme apresentado na **Tabela 3**.

Tabela 3 – Participantes presenciais do IGF por região, gênero e grupo de stakeholders

Participantes presenciais por região

País anfitrião (Brasil)	49%
Europa Ocidental e Outros	26%
América Latina e Caribe	09%
Ásia-Pacífico	08%
África	05%
Europa Oriental	03%
Participantes presenciais por gênero	
Masculino	62%
Feminino	38%
Participantes presenciais por grupo de <i>stakeholders</i>	
Sociedade Civil	44%
Governo	22%
Setor Privado	12%
Comunidade Técnica	10%
Mídia	08%
Organizações Intergovernamentais	04%

Fonte: Adaptado e traduzido do sítio do IGF (2015).

Quanto às regiões geográficas, os dados mostraram uma expressiva presença de brasileiros, o que era de se esperar, já que foram os anfitriões do evento, mas a baixa presença de latino-americanos e caribenhos e, principalmente, asiáticos, africanos e europeus orientais. Quanto a gênero, os dados mostraram uma expressiva presença do gênero masculino (pouco mais de 1/3 dos participantes do evento eram do gênero feminino). Quanto aos *stakeholders*, os dados mostraram uma expressiva presença da sociedade civil (na inscrição, o participante atribuiu a si um dos classificadores sociais).

Caso estes dados reflitam as classificações reais dos participantes no IGF, podemos considerar que o evento caracterizou-se como um processo democrático em termos de representatividade multissetorial (considerando a proporcionalidade dos dados locais, mas não em termos de mundo), e no que diz respeito às definições ou recomendações políticas, entretanto, caberia à comunidade IGF e aos participantes do evento, esperar que a “baixa” representatividade de governo não comprometesse a “força política” das deliberações do fórum. Enquanto espaço internacional, o IGF apresentou o problema da representatividade por região geográfica, uma vez que mesmo considerando que os IGF nacionais e regionais tenham levado contribuições para o evento, a “baixa presença” de participantes de diversas regiões do mundo poderiam comprometer as discussões democráticas em âmbito global. De forma semelhante, as questões de gênero poderiam comprometer as discussões democráticas com relação a esse classificador.

Sugiro ainda que outras estatísticas se faziam necessárias para discutir a representatividade dos diversos grupos sociais no evento, com vistas à democracia. Por exemplo, o IGF 2015 se preocupou com a inserção dos jovens nas deliberações,

incentivando a sua presença no evento e discussões específicas com esse público alvo de ações, mas sem as devidas estatísticas, como saber se eles estiveram significativamente representados no evento?

Quanto aos números, a análise estatística ainda trouxe mais um desafio aos participantes do evento: esperar que as pouco mais de 4 mil pessoas diretamente envolvidas no evento⁵³⁰ (entre participantes presentes e remotos) e as suas reflexões em nome do “consenso” sobre as “melhores políticas de governança da internet” pudessem influenciar as mais de 7 bilhões que em 2015 representavam a população em todo o mundo. Quanto aos pessimistas, os grandes desafios do IGF enchiam os seus olhos, diante das possibilidades de fracasso, pois era chegado o momento de levar a ID e a governança democrática da internet aos contextos menos inóspitos. Os otimistas, entretanto, pareciam aproveitar fóruns como o IGF como momentos para renovar as energias, reabastecer a força do grupo, pois ainda havia muito trabalho a ser feito nas lutas contra o fosso digital e as práticas antidemocráticas, em nome do desenvolvimento da cibercultura, e da construção do paradigma da sociedade em rede apoiada por TIC.

4.2) Políticas para inclusão no Brasil: discursos, ações e contradições

Permeando os contextos mais específicos no Brasil, grandes desafios que se colocam aos processos de ID se relacionam ao fato de que este se mostra como um país de excluídos, possuindo muitas regiões pobres, com difícil acesso à educação e má distribuição de renda, o que dificulta a construção do simbolismo da inclusão, seja social, econômica, política e cultural, baseada ou não em tecnologias.

Considerando mais uma vez as referências a trabalhos relacionados que realizaram análises sobre as políticas públicas brasileiras, neles evidenciaram-se algumas críticas e, a partir delas, mantive-me atenta a observação de alguns detalhes. A primeira delas sugeriu que os diferentes programas de ID de abrangências nacionais, estaduais e municipais, desenvolvidos ao longo dos últimos anos no Brasil têm seus resultados longe do desejado, pois tais ações foram construídas de forma isolada, ou seja, não são articuladas entre si. A segunda crítica relacionou alguns dos problemas ligados à ID e as dificuldades para melhoria da educação básica no país, além de as enormes diferenças entre as áreas rurais e urbanas, e as estruturas produtivas em

⁵³⁰ Participar do IGF, em João Pessoa, em meio ao processo de doutoramento, foi uma experiência muito importante, por tudo o que ele representou para a construção desta tese, e pelas contribuições humanas e sociais para minha vida, pelo que pude experimentar na relação com tantos “outros”.

diferentes graus de produtividade⁵³¹. Uma terceira crítica faz referência ao problema da ambiguidade das redes políticas: essas redes podem tanto aperfeiçoar quanto reduzir a eficiência e a legitimidade da formulação de políticas, devido a “conxaves”, subredes corruptas, e assim as políticas estão sujeitas a desvios em torno de interesses de poucos grupos sociais. Outra crítica importante sugere a falta de sistematização na avaliação das políticas públicas de ID⁵³².

Analisando a ID no Brasil, o TCU identificou uma série de problemas que dificultam “o bom andamento da política pública de inclusão digital”, entre eles: a precariedade, em algumas regiões do Brasil, da infraestrutura de telecomunicações, a qualidade da conexão instalada, e a infraestrutura física (rede elétrica, construção civil) dos locais que receberiam a estrutura de rede (escolas, postos de saúde, órgãos públicos municipais, entre outros); a pouca oferta de conteúdos adequados e personalizados para suprir as carências de serviços públicos e informacionais das diferentes realidades regionais⁵³³; quanto ao acesso, o preço elevado dos planos disponibilizados para conexão e o valor dos equipamentos; quanto à “alfabetização digital”, o pouco letramento formal de parte da população, combinado com baixo interesse na aquisição de novos conhecimentos⁵³⁴; em relação à gestão da política pública, a dificuldade de coordenação e articulação tanto entre os diversos órgãos do GF que atuam na política pública de ID como entre o GF e os órgãos estaduais e municipais, em termos de elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos e ações, além dos poucos estudos prévios para embasar o lançamento de novos programas e ações governamentais, e da ausência de práticas sistemáticas de avaliação das ações.

As deficiências na articulação dos diversos atores envolvidos nas ações governamentais foram consideradas um dos maiores desafios a serem enfrentados para a efetiva ID da população. “A precariedade na articulação não só agrava a possibilidade de isolamento ou redundância das ações, assim como obstaculiza o desenvolvimento de uma visão sistêmica da política como um todo” (BRASIL, 2015).

⁵³¹ Desses fatores decorrem dificuldades próprias de acesso às TIC e apropriação das suas potencialidades e, portanto, desigualdade na inserção digital e social dos atores envolvidos em cada contexto.

⁵³² Diante do volume de recursos públicos envolvidos e das expectativas de mudanças sociais, essas políticas devem ser avaliadas, enquanto instrumentos de *feedback* para a sociedade e lições aprendidas para o planejamento e execução da continuidade dessas ações rumo ao desenvolvimento social, e, portanto, combate à exclusão digital e social.

⁵³³ Dentre as causas dessa falha estava o fato de que a população não foi ouvida quanto a suas demandas.

⁵³⁴ “Consequência, em grande medida, do desconhecimento das potencialidades das TIC, de uma cultura digital incipiente e da desconfiança de sofrer fraude, roubo de identidade, vírus e outros problemas de segurança on-line”, corroborando para a perpetuação dessa conjuntura o fato de a qualidade e a oferta de treinamentos para o uso das TIC não serem “ideais” (BRASIL, 2015).

Os trabalhos relacionados trouxeram ainda pontos fortes com relação às políticas públicas de ID desenvolvidas no Brasil, o que também posso tentar afirmar ou negar, a partir dos dados empíricos dessa tese. O primeiro ponto forte faz referência às relações entre os níveis de governo, já que as iniciativas de ID vêm sendo trabalhadas nas esferas federal, estadual e municipal, partindo-se de disposições mais genéricas até se chegar a ações customizadas em escopos locais, como tentativas de responder aos problemas particulares de alguns grupos ou territórios. Ou seja, o governo reconhece a importância de levar em consideração as diferentes variáveis ligadas à ID e as especificidades de cada região do país, e por isso desenvolveu diferentes programas de ID de abrangências nacionais, estaduais e municipais, ao longo dos últimos anos. O segundo ponto ressalta que, em termos processuais, os programas e projetos de ID vêm passando por diferentes concepções conceituais e operacionais, buscando uma melhor integração entre ID, cidadania e inclusão social.

Mais uma vez gostaria de referenciar o relatório desenvolvido pelo TCU, em que os seus auditores expressam que há mais de dez anos apontam em seus trabalhos preocupação com a política de ID no Brasil. Com base em estudos acadêmicos, a equipe de auditoria identificou um modelo de política pública de ID, com foco na garantia de efetividade, que deve contemplar três pilares: alfabetização do indivíduo para o uso das TIC; infraestrutura que garanta a disponibilidade de acesso; conteúdo adequado às necessidades dos usuários. Esses já são pilares conhecidos pelo GF brasileiro e, de alguma forma, trabalhados em sua política. Inclusive podem ser identificados programas, projetos e ações voltados à ID em cada um dos pilares citados, na estrutura do portal do GF na internet.

Entretanto, as contribuições do TCU ajudaram a pensar no diferencial para essas ações, que condizem com o que acessei em teoria e vi na prática, no trabalho empírico no IFPB. Enfim, o diferencial sugere que programas, projetos e ações, em qualquer um dos três pilares, devem se preocupar com os quatro tipos principais de desafios enfrentados pelo “cidadão excluído digitalmente”, ou seja, pelos supostos beneficiários das ações de ID: 1) Acesso: refere-se à capacidade de estar *online*, conectar-se à internet, o que depende de fatores como política de preços, condições de renda e limitações da infraestrutura; 2) Habilidades: referem-se a aspectos de formação e competência dos indivíduos, que vão além da capacitação técnica para utilização das TIC, dependendo de fatores como o nível de instrução da população (o que faz variar a sua capacidade de usar essas tecnologias); 3) Motivação: refere-se às dimensões da

alfabetização e conteúdo, a querer utilizar as TIC, ou seja, ter conhecimento das potencialidades dessas novas tecnologias para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo;

4) Confiança: refere-se ao sentimento de segurança de uso das TIC, com relação a aspectos como o receio de ter dados e informações violadas, e até questões psicológicas, como o receio do erro, de não saber por onde começar, ou sua incapacidade individual de lidar com as TIC.

Mas afinal, o que a investigação nos portais revelou como macro e microcontextos sobre as políticas públicas? Em tempos de explosão de uso de TIC, onde se parece viver constantemente a iminência de um mundo totalmente conectado em rede, o discurso dos governos brasileiros sugere que a ID seria a grande mola propulsora da inclusão social, permeando a multidimensionalidade da vida humana. Esse discurso se assemelha àquele proferido pelo IFPB. E assim posso analisar alguns detalhes das ações de ID em múltiplas dimensões, nesses espaços institucionais. Antes de fazê-lo, gostaria de resgatar estudos de Reis (1998) sobre pobreza e desigualdades, como forma de pensar as mudanças potencializadas pelas TIC de forma processual⁵³⁵.

No final do Século XX, na visão da elite brasileira, entre os principais obstáculos enfrentados pela democracia no Brasil estavam as questões sociais, a pobreza e a desigualdade, juntamente com o baixo nível de instrução da população, aspectos que deveriam representar as prioridades máximas entre os objetivos políticos do país em médio prazo⁵³⁶. Os membros da elite deram mais ênfase às dimensões volitivas (relativas à vontade) do que a fatores estruturais (por exemplo, à “lógica do capitalismo”) quando explicaram a persistência da pobreza no Brasil: o Estado não cumpria seu papel social e havia ausência da vontade política na luta contra a pobreza.

Sobre os motivos pelos quais as políticas sociais não atingiam suas metas, os principais citados (em ordem decrescente de citação) foram: erros de planejamento e execução; falta de vontade política e baixa prioridade; uso de políticas para fins eleitoreiros ou pessoais; corrupção; políticas paternalistas ou meramente paliativas; falta de participação da sociedade civil. Mais uma vez, as razões de natureza estrutural (como exemplo, “insuficiência de fundos” e “problemas econômicos estruturais”) tiveram menor atenção das elites.

⁵³⁵ Em seus estudos, Reis entrevistou representantes das elites e das camadas mais pobres da sociedade, buscando conhecer as suas visões e supostas explicações para a pobreza e a desigualdade.

⁵³⁶ De forma detalhada, as cinco metas mais citadas foram: em primeiro lugar, aumentar os níveis educacionais; em segundo, reduzir o tamanho do Estado; em terceiro, erradicar a pobreza e a desigualdade; em quarto lugar, aumentar a participação da população e, por fim, preservar o regime democrático.

“Apesar dessa alta proporção de explicações volitivas para a pobreza e o fracasso das políticas sociais, a ideia de usar a ação afirmativa para corrigir a pobreza e a desigualdade não goza de popularidade entre as elites brasileiras” (REIS, 1998, p. 284). Embora muitos entrevistados acreditassem que mulheres e negros eram vítimas de discriminação, a maioria rejeitava um sistema de quotas para beneficiar os grupos prejudicados. O fato de as respostas apontarem para a “falta de vontade” do Estado para resolver os problemas, associado à falta de popularidade das ações afirmativas para resolvê-los deve implicar na ideia de que as questões estruturais não precisavam de ajustes. E se a elite não tinha relação com o problema e, portanto, não se faziam necessárias mudanças estruturais, então o Estado devia agir a partir de políticas que amenizassem as condições de pobreza dos desafortunados, não através da universalização dos direitos de cidadania, mas através de alguma forma de assistencialismo para combater a pobreza.

Em outras palavras, as elites tinham consciência das consequências negativas desses problemas (violência e altas taxas de criminalidade), preocupando-se na medida do que eles pudessem lhes trazer como ameaça, não ficando evidentes preocupações com aspectos redistributivos com vistas a um maior equilíbrio social ou com aspectos emancipatórios, e assim, eximiam-se da responsabilidade, atribuindo a culpa ao Estado. E assim o discurso da elite colocava toda a responsabilidade pela pobreza e desigualdade sobre o Estado, que parece “despersonalizado” com relação aos indivíduos que o conduzem ou usufruem de suas opções políticas.

Em outras palavras, na visão das elites, o Estado devia manter a ordem social, através de ações diferenciadas para pobres (políticas assistenciais que aliviassem a sua condição de pobreza ou miséria, mas não promovessem a sua emancipação) e ricos (estratégias políticas, econômicas e sociais, disfarçadas de políticas voltadas ao desenvolvimento nacional, mas que privilegiassem a sua condição de poder, garantindo a sua distinção, e ainda a sua proteção diante das consequências do desequilíbrio social, político e econômico).

Quanto à visão do brasileiro pobre sobre as questões de pobreza, esta era “muito menos politizada”, dando lugar a uma sensação de impotência e pessimismo quanto ao seu futuro⁵³⁷, e os principais problemas do país estavam relacionados a

⁵³⁷ No passado, as camadas mais pobres da população acreditavam que suas condições pessoais fossem melhorar, e essa crença estava intimamente associada à confiança num projeto nacional de

inflação, crime, desemprego, saúde pública, salários baixos, alto preço dos alimentos. A educação também era vista como um problema sério, mas as classes mais pobres não davam tanta atenção a essa questão quanto as elites estratégicas. Sobre o porquê de as coisas não melhorarem, das políticas sociais não darem certo, a maioria via tais fracassos como consequências de falhas morais, ou seja, que explicariam a violência, a corrupção, a exploração dos mais pobres e tudo aquilo que ameaçava a ordem social⁵³⁸.

Questionados sobre o voto, um número muito grande desses indivíduos disse que não se daria ao trabalho de ir as urnas caso não fosse obrigatório, pois não valia a pena. Enfim, a perpetuação dos problemas brasileiros, mantidos a níveis extremos e resultando em desequilíbrios intensos, somada à resistência dos detentores de poder para criar melhores condições de vida coletiva, pareciam levar a sociedade à falta de perspectivas para a mudança social.

Essas questões são importantes para entender a sociedade brasileira, as sucessivas formações relacionais entre os atores, as prioridades para cada um deles quanto aos problemas e à forma como as políticas públicas são pensadas para minimizar os seus efeitos ou exterminá-los, em contextos onde as relações pessoais geralmente visam trocas de interesses privados, em detrimento do bem público, imersas em uma cultura de corrupção que é tratada como herança geracional.

Se, por um lado, a corrupção e a troca de favores infiltradas nesta sociedade parecem atrofiar os frutos do trabalho político, por outro, é possível ver algumas políticas de governo se voltarem para problemas graves, como a pobreza e a desigualdade no acesso a bens de cidadania. Evidenciando a importância de ter cuidado com as visões genéricas na construção das políticas públicas, Marques et al. (2012) expressam que as últimas décadas representaram um momento de importante amadurecimento quanto às políticas implementadas, uma vez que passou-se a dispor de um conjunto de programas diferenciados para atender a demandas e problemas específicos. Pensar as políticas públicas sobre essa perspectiva se faz particularmente importante diante das micro-sociedades brasileiras, que reforçam a necessidade de atenção com as questões de segregação, uma vez que estas podem intensificar a pobreza e as desigualdades.

desenvolvimento. Entretanto, na década de 90, esse tipo de identificação com a nação, a pátria, o desenvolvimento, não era mais comum entre os pobres.

⁵³⁸ Assim como nas respostas da elite, fatores econômicos e sociais não foram citados, o que indicou que problemas estruturais não eram percebidos como causa da pobreza e da desigualdade, mas sim a forma como os indivíduos assumiam o Estado e gerenciavam os recursos públicos, no caso, vista como imoral.

Enfim, através dos portais, pude associar às políticas federais um caráter relativamente abstrato, em termos de diretrizes nacionais para orientar políticas estaduais e municipais, que poderiam ter contornos específicos e ajustados aos seus respectivos contextos, como forma de buscar combater mais efetivamente os problemas que se propunham a resolver. Pude perceber, ainda, várias tentativas de articulação entre os três níveis de governo (embora não tenham sido evidenciadas ações em que os governos avaliaram essas articulações⁵³⁹).

Nesse contexto, de algumas formas, pessoas pobres foram empoderadas e puderam reconhecer essas mudanças. Com relação às TIC, a mudança social se deu, em parte, de acordo com a forma como aconteceram as experiências de uso ou apropriação das TIC pelos indivíduos, como os diversos atores sociais e políticos foram integrados ou não, a partir de suas visões de mundo. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas sobre como os processos de ID vêm se dando.

Em uma análise geral, a ID deve multiplicar os indivíduos com acesso à tecnologia e à informação, nivelando-os indiferenciadamente. Entretanto, ainda se vê um *gap* entre incluídos e excluídos⁵⁴⁰. O mundo que seria comum e aberto a todos é na verdade restrito, e não está parado, em *stand by*, esperando que todos o integrem para depois prosseguir em seus avanços. Na verdade, ele continua se reconstruindo, aumentando a distância entre incluídos e excluídos, diminuindo as oportunidades para quem está “*out*” e de alguma forma não cedeu aos seus padrões, já que muitas práticas desse novo mundo são “impostas”, tendo sido transferidas para plataforma digitais, como a internet (não restando opção de realizá-las no mundo material ou físico).

Empresas, governos, indivíduos, legitimaram e continuam legitimando a web, a tecnologia, como meio ou recurso para os novos processos, em uma velocidade que não acompanhou e não acompanha os processos de ID. Indo um pouco mais além, entre os “incluídos”, nem todos conseguem se desenvolver em um ritmo que acompanhe as oportunidades no mundo virtual, e a “culpa” dessa desigualdade recai, em parte, no fato de que não lhes foram dadas as mesmas condições de desenvolvimento, algo que referencia toda a sua trajetória de vida. Então, o que seria estar “incluído”? Quando os

⁵³⁹Uma das críticas feitas à política de ID foi a dificuldade nessa articulação. Entre as tentativas de articulação pude identificar, por exemplo, editais que convidaram estados e municípios para operacionalizar os programas. Outra crítica feita à política de ID foi a ausência de sistematização nas avaliações e, nesse aspecto, percebi apenas relatos de avaliações em eventos, não sendo evidenciados supostos problemas encontrados e soluções para estes, ou estratégias para sistematizar essas análises.

⁵⁴⁰ Geralmente, pobres ou “consumidores falhos” de TIC, e pessoas com dificuldade no uso de TIC, como analfabetos ou idosos que não aprenderam a manipular essas tecnologias, entre outros.

governos sugerem a ID de todos com vias à inclusão social, indo além do discurso, que visão de mundo eles utilizam?

Assim como comentei ao longo da tese, não tive como objetivo analisar os aspectos econômicos relacionados aos processos de ID, porém não omiti comentários que levantassem reflexões sobre os interesses das classes dominantes nos processos que levam as TIC às diversas camadas sociais. Assim sendo, não posso desconsiderar que as classes dominantes não se preocupam em consensuar, mas em impor seus valores e oprimir os demais grupos através do poder e em nome dos seus interesses. Então, por mais que os governos possam ter “boas intenções” nas ações de ID para cidadania e inclusão social, provavelmente, eles continuam sendo pressionados pelos “patrocinadores” da política nacional e das relações internacionais.

Onde eu quero chegar? Por tudo o que vim discutindo ao longo das minhas reflexões, reafirmo que acredito que os objetivos da ID podem se realizar junto com alguns objetivos capitalistas, desde que haja equilíbrio de forças entre os benefícios sociais da ID e as estratégias econômicas da indústria, pois a ID requer artefatos técnicos, e a indústria, clientes consumidores. Então, por exemplo, quando o governo oferece linhas de crédito a compra de computadores e celulares, essas ações beneficiam a indústria, e, de alguma forma, até a sociedade, mas essas ações não resolvem os problemas da exclusão⁵⁴¹. As pessoas precisam de competência informacional, de educação, de estímulos de diversas formas para que a tecnologia disponível não seja subutilizada.

Uma questão que se evidencia é que não é “fácil” e nem “barato” reestruturar a educação brasileira, visando promover a competência informacional e a preparação para o autodesenvolvimento, já que essas mudanças requerem recursos (inclusive financeiros) e tempo para que esse processo transforme a sociedade, em termos políticos e culturais. Para complexificar ainda mais esse cenário, posso somar, às dificuldades de reestruturação da educação, a suposição de que a emancipação pode não ser interessante para “o sistema”, que pressupõe opressores e oprimidos, ricos e pobres. Então, como

⁵⁴¹ A cibercultura é uma cultura de consumo e, portanto, apresenta demandas econômicas, tecnológicas e sociais. Sobre as demandas econômicas no ciberespaço: “exige pelo menos o acesso a algum dispositivo de conexão, como um computador, um celular ou um *tablet*. Isso não é gratuito: mesmo quando oferecido por governos ou empresas, essas tecnologias tem um custo a ser pago por alguém, seja na forma de publicidade, seja na obtenção de dados do usuário”; as conexões acontecem “a partir de programas e aplicativos, em muitos casos, desenvolvidos por grandes corporações com alto custo de produção e repassado de alguma maneira ao consumidor”; textos, *games*, livros, filmes e “todo tipo de produção cultural, mesmo no contexto da cibercultura, estão potencialmente sujeitos a comercialização” (MARTINO, 2015).

lidar com a “pressão pela inclusão social” e ao mesmo tempo “atender aos patrocinadores”?

Uma alternativa seria oferecer o acesso, mas não efetivar a qualificação, o recurso físico e não o intelectual, e fazer de conta que o Estado cumpriu o seu papel tutelar, como se a vida fosse uma “história de faz de conta”. Nesse cenário, os incluídos estariam sujeitos a um projeto “do sistema”, que visa controlar a inclusão, determinando como ela deve acontecer (preferencialmente, de forma alienada, como consumidor de produtos capitalistas com sentidos pré-fabricados). Diante da possibilidade de inclusão, se ainda assim, alguns ficassem de fora, eles seriam os culpados por sua exclusão, “outsiders por vontade própria”, na nova configuração social.

Partindo desse cenário, todos seriam incluídos socialmente desde que se incluíssem digitalmente, inclusive porque há práticas que atualmente migraram em massa para o mundo digital (inscrições em processos seletivos, realização de alguns cursos, acesso a informação do governo, recadastramento em programas sociais, entre outros). Uma vez que o governo parece não apenas apoiar, mas fomentar essa migração dos processos sociais e dos canais de interação entre o Estado e a sociedade para a plataforma tecnológica, surgem mais algumas questões: será que o governo fez/faz por onde (deu/dá meios) para que isso acontecesse/aconteça? Ele fez/faz a sua parte como agente propulsor de novas ordens/configurações sociais? O fato é que seu discurso coloca muita responsabilidade sobre o indivíduo, por sua inclusão social a partir das TIC, ou seja, transfere para os “excluídos” digitais, a culpa e a desculpa por tantos “excluídos” sociais.

Investigando as ações dos governos brasileiros ao longo de 2007 e 2017, reconheço as diversas linhas de ação no combate da exclusão digital, e considero não só a importância, mas as parcelas de responsabilidades (em suas devidas proporções) dos demais atores na formação de parcerias que ampliem as possibilidades de efetividade nessas ações. Nesse contexto de combinação de expertises e poderes, a garantia de acesso, o incentivo à produção e divulgação de conteúdo, a qualificação das pessoas em TIC somada à educação para exercício da cidadania são os pontos-chave para a efetividade da ID. Ou seja, a educação e a comunicação para ações coletivas são o sentido maior na busca de uma inclusão digital para inclusão social⁵⁴².

⁵⁴² Se essas ações se voltarem unicamente a um público específico (como comunidades pobres, estereótipo comum quando se pensa em políticas públicas), enquanto coletivo, estaremos subentendendo que os demais não necessitam de atenção quanto aos pressupostos utópicos da cibercultura e a valores

Proponho então pensar a ID a partir do conceito de fratura digital (e das suas especificidades em termos de lacunas sociais) e dos desafios que a teoria e a práxis sobre a sua complexidade colocam aos formuladores e executores de políticas públicas, e sugiro que as reflexões sobre o tema sejam contínuas, enquanto processo que deve acompanhar a dinamicidade das sociedades contemporâneas.

Visando complexificar a discussão nos principais eixos da política pública de ID, retomam-se esses eixos para análise de algumas de suas particularidades. Pensando no eixo trabalho, entre as políticas públicas de governo e também nas ações no IFPB, pude acessar vários discursos que ligaram as ações de ID à realização da cidadania, através do trabalho e do acesso à renda. Na economia informacional, a estrutura ocupacional contempla tanto profissões em serviços mais simples e não-qualificadas, quanto o trabalho que passou a ser desempenhado, em grande parte, de forma colaborativa, intelectual, em equipe e a partir das tecnologias, e a depender do valor associado à autonomia dos profissionais para tomada de decisões em tempo real, de mão de obra qualificada para pensar e agir com base na flexibilidade, visando alcançar todo o potencial das novas tecnologias e acompanhar as mudanças nos ambientes em que se encontram ou pretendem chegar. No informacionalismo, cresce a importância dos recursos do cérebro humano no processo trabalho. Essas diferenças podem dar origem a uma estrutura social cada vez mais polarizada, que embora tenha seguido valores comuns do capitalismo global e do informacionalismo, em cada lugar, foi conformada conforme questões culturais, institucionais, históricas e políticas⁵⁴³.

Então, quando a ID se volta ao trabalho, em que contexto ela pretende realizar a inclusão? Em campo, ouvi pessoas elogiando a oferta de cursos de Informática Básica no IFPB, através de turmas abertas ao público. Os elogios sugeriam o “sucesso da

como igualdade e justiça social, e assim, estreitaremos os potenciais alcances e resultados das ações. Nessa generalização, correremos o risco de comprometer aspectos importantes, como pensar as TIC a partir da educação cidadã, sendo esta indispensável ao contexto de individualização egoísta, distanciamento e falta de solidariedade social vividos no Brasil. Por outro lado, entendo que há pessoas prioritárias com relação a alguns aspectos (como o acesso às TIC), e que essas representam o público-alvo mais evidente das ações de ID. Enfim, há muito o que se pensar em termos de trazer efetividade para a associação das TIC aos processos humanos.

⁵⁴³ No Brasil, além das questões de diferenciação profissional, outras características são fontes evidentes de polarização social, como características setoriais, territoriais, étnicas, de gênero e de faixas etárias, ou seja, as disparidades se dão tanto na estrutura ocupacional quanto nas exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho, causadas por opções feitas por governos e empresas, na constituição de ambientes institucionais e trajetórias econômicas, e ainda por políticas governamentais e estratégias empresariais. A divisão resultante dos padrões de trabalho e a polarização da mão de obra não são necessariamente consequências do progresso tecnológico, ou de tendências evolucionárias, mas determinadas socialmente e projetadas administrativamente no processo da reestruturação capitalista que ocorre em nível de chão de fábrica, dentro da estrutura e com a ajuda do processo de transformação tecnológica, e por opções políticas (CASTELLS, 2000).

ação”, porque ela mudava a vida das pessoas, já que aumentava a chance de concorrer a vagas de trabalho (os relatos apontaram dois ex-alunos que arrumaram emprego em estabelecimentos comerciais, como vendedor de loja ou caixa de supermercado). Por outro lado, ouvi relatos que criticaram a oferta deste mesmo curso, porque “Eles formam pessoas sem contexto algum achando que estão fazendo grande coisa. Onde esse curso leva às pessoas? A ser caixas de supermercado? E depois disso, o que vem?”. As discussões sobre educação e trabalho nos levam a entender como a cidadania se realizava de forma diferente para cada pessoa: “Se as ações são para outros, elas são suficientes. Mas se fossem para mim, eu ia querer mais”.

No informacionalismo, as redefinições no trabalho se ligam aos novos desafios de pensar a educação e os processos de converter informações em conhecimento: embora um número substancial de empregos esteja melhorando de nível em relação à qualificação (e, às vezes, a salários e condições de trabalho) nos setores mais dinâmicos, outros estão sendo eliminados gradualmente pela automação da indústria e de serviços; qualificações educacionais cada vez maiores, gerais ou especializadas, exigidas nos cargos requalificados da estrutura ocupacional segregam ainda mais a força de trabalho com base na educação (que, por si só, é um sistema altamente segregado) (CASTELLS, 2000).

Na investigação das políticas públicas dos governos, pude perceber a preocupação com aspectos como cursos básicos, intermediação de mão de obra para empregos que exigem ensino básico ou técnico (no Sistema Nacional de Emprego) e algumas interfaces entre ações de ID e de assistência estudantil para manter alunos nas universidades. Considerando que o Brasil é um país em que o trabalhador com ensino superior tem mais oportunidades de “entrar no mercado de trabalho e ter salários mais condizentes com o custo de vida” em um país onde os serviços públicos são geralmente vistos como sucateados (em termos de creches, escolas, saúde, por exemplo), ou seja, onde os empregos de nível básico ou técnico talvez não sejam devidamente valorizados, os processos de ID para inclusão social devem ser integrados ainda a ações da política pública de educação, no sentido de estimular os indivíduos rumo a perspectivas de autodesenvolvimento para desafios maiores, continuidade, como cursos de nível superior⁵⁴⁴. Nas devidas proporções, o problema de descontinuidade também foi algo

⁵⁴⁴ As ações de ID me pareceram muito concentradas na base da pirâmide social. Entretanto, o sentido da inclusão não obrigatoriamente se realiza com um curso de informática que habilita um indivíduo para um emprego ou trabalho que exige nível fundamental ou médio, sendo importante que a política pública de

que o P1 vivenciou no IFPB, o que fazia com que os processos de qualificação não pudessem ir “mais além na cidadania e na inclusão social” em termos processuais, e se dessem basicamente em torno da “alfabetização digital⁵⁴⁵”.

Então, no paradigma informacional, os tipos de empregos mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado, dando origem a um novo sistema produtivo que requer uma nova força de trabalho. Nesse novo sistema, indivíduos e grupos incapazes de adquirir conhecimentos informacionais podem ser excluídos do trabalho ou desvalorizados em suas funções.

Pensando no eixo educação, as novas tecnologias da inteligência individual e coletiva e os contextos humanos nas sociedades modernas também mudam profundamente os cenários de educação e formação, e requerem que esses eixos sejam repensados na cibercultura: o que é preciso aprender não pode mais ser precisamente planejado e definido com antecedência; os percursos e perfis de competência são singulares e podem cada vez menos ser canalizados em programas ou cursos generalizadores; as informações e os conhecimentos estão distribuídos na rede, transformando-se e se atualizando dinamicamente, em tempo real.

Esse cenário sugere que devem ser construídos novos modelos do espaço dos conhecimentos, emergentes, abertos, contínuos e em fluxo, de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular. Enxergar os desafios colocados pela cibercultura, aos processos educacionais, significa pensar nas TIC enquanto elementos que fazem parte de um projeto maior, que fundamenta as suas discussões nas relações entre os seres humanos e os conhecimentos, considerando as possibilidades técnicas trazidas pelas tecnologias.

A grande questão que a cibercultura põe à educação e ao conhecimento de forma geral, principalmente porque pressupõe o acesso de todos aos processos

educação mostre isso a esse indivíduo, e que oportunize a ele novas realizações. Embora reconheça que esse é um discurso da política de educação, e não daquela de ID, considero que esse discurso deveria ser proferido junto às ações de ID, mas o que vi foi um discurso que parecia apresentar os cursos de informática quase como que “ações suficientes para a realização da cidadania e da inclusão social”, o que limitaria os efeitos da ID. Enfim, a ênfase dos discursos e ações que relacionam ID, educação e trabalho devem ir mais além e evidenciar outras possibilidades nesses campos.

⁵⁴⁵ Uma forma de problematizar as “qualificações em TIC” seria pensar nas bases utilizadas para desenvolver suas propostas: a “alfabetização digital” sugere uma postura redutora no sentido de preparar o indivíduo para lidar com os meios de comunicação, vendo-os “apenas” como uma ferramenta a ser utilizada; a “competência midiática”, por sua vez, sugere o sentido de “entender”, mais do que saber usar, e assim levaria a pensar o ambiente midiático como o espaço no qual os meios se articulam com as experiências cotidianas, representando uma dimensão mais trabalhosa, por ser construída em longo prazo a partir de uma contínua reflexão, porém mais adequada aos processos de comunicação nos quais o indivíduo está inserido (MARTINO, 2015).

educacionais, não é nem tanto à passagem do “presencial” à “distância”, nem do “escrito” e do “oral” à “multimídia”, mas a transição de uma educação estritamente institucionalizadas (a escola, a universidade) para uma situação de troca generalizada de saberes, o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento contextual das competências, sendo cada conhecimento valorizado dentro de seu contexto específico, sem necessariamente implicar na desqualificação dos outros (o que promove a equiparação entre os diversos tipos de saberes e “dispensa” sua classificação em categorias distintas - “cultura universitária x cultura popular”, “escola x mercado”). Em outras palavras, a necessidade, no contexto, é a medida do valor dos conhecimentos. (MARTINO, 2015; LÉVY, 1999).

Se as sociedades contemporâneas apresentaram um crescimento antes inimaginável, se essas se transformam, especializando-se e se complexificando, novos modelos são propostos de forma a acompanhar essas transformações, a dar suporte às novas estruturas de geração e transmissão de conhecimento. Segundo Lévy (1999), a partir do século XX, com a ampliação do mundo e a descoberta da sua diversidade, além do crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto de domínio do saber por um indivíduo ou por um pequeno grupo tornou-se ilusório, sendo o conhecimento intotalizável. Harvey (1994) também apresenta as qualidades abertas pelas conversas comuns, nas quais as regras podem encorajar a maior flexibilidade de enunciação, atribuindo muita importância à contradição entre essa abertura e a rigidez com que as instituições (reinos do direito, da academia, da ciência e do governo burocrático, do controle militar e político, da política eleitoral e do poder corporativo) circunscrevem o que pode ser dito, e como pode ser dito.

As tecnologias permitem a criação de um repositório virtual de conceitos, conteúdos diversos e experiências que traduzem a vida humana, sob perspectivas diversas e próprias, de forma universal, compondo um conjunto de saberes a disposição de quem precisar se servir deles, contribuindo para a inteligência coletiva, enquanto processo não simplesmente mecânico, mas principalmente cognitivo. “O funcionamento de qualquer sistema depende, em boa medida, da interação entre as partes, que precisam, a cada momento, *saber o que fazer*” (MARTINO, 2015, p. 22).

A valorização do conhecimento aberto, da quebra dos centros de referência, do reconhecimento das contribuições das vozes locais, da desterritorialização das ações, da priorização das relações horizontais, foram elementos que conheci de perto no trabalho de campo no IFPB, através do novo paradigma de extensão implantado e cultivado pela

PROEXC. Se por um lado, ao longo de quase toda a pesquisa, esse paradigma enfrentou a resistência pelo fim das cátedras no IFPB, por outro lado, a Rede Extensão e os seus pressupostos também encontraram aliados e começaram a construir uma cultura de não apenas olhar além dos seus muros físicos e fronteiras invisíveis, mas de ver o outro como uma fonte legítima de aprendizagem, com quem se tem muito que trocar, através de relações construídas sobre confiança e respeito, sem prazo de validade e com fluxos bidirecionais de crescimento técnico e humano.

No dilúvio de informações e conhecimentos que não podem ser totalizados nas sociedades modernas, cada um deve reconstruir “totalidades parciais” à sua maneira, de acordo com seus próprios critérios de pertinência, devendo essas zonas de significação ser necessariamente móveis, mutáveis, em devir, favorecendo os processos de inteligência coletiva nas comunidades virtuais. “A noção de ‘inteligência’, neste caso, não se confunde com ‘formação’ e nem com ‘erudição’, mas com a dinâmica da transformação dos saberes dentro das práticas e relações humanas” (MARTINO, 2015, p. 32), e o valor de um conhecimento depende do contexto no qual se está, podendo ser baseado em “visões de mundo de filósofos” ou em “vídeos do YouTube sobre culinária”.

Enfim, nas sociedades modernas, a geração do conhecimento e o acesso a este passam a envolver redefinições sociais que incluem o questionamento de papéis (professor e aluno) e processos educacionais tradicionais. “Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de *acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização* (LÉVY, 1999, p. 172)”.

Embora não tenha acessado detalhes dos projetos e das ações educacionais desenvolvidas a partir dos estímulos das políticas públicas, pude perceber, nas notícias dos portais, esforços dos governos para pensar em propostas de ensino e qualificação que valorizassem o contato com as comunidades, com suas culturas e seus conhecimentos particulares, como em territórios rurais, espaços quilombolas ou indígenas. Pude ainda identificar ações de qualificação de professores, alunos, monitores de espaços públicos (esse sendo chamados de “educadores sociodigitais”), voltadas não apenas ao desenvolvimento das habilidades em TIC, mas ao desenvolvimento do “pensar o social”, em termos de contextos, problemas e soluções, e de colocar as TIC como elementos desses processos, e não como o centro deles.

Mesmo que não possa afirmar que essas ações foram efetivas em seus propósitos, o fato de ter acessado, através da literatura sobre o campo, diversos projetos

que associam tecnologias às especificidades dos contextos humanos e ao respeito à diversidade cultural, e de ter somado a essas leituras toda a experiência vivenciada em campo, nos eventos públicos e espaços de pesquisa no IFPB, leva-me a acreditar que a visão técnica sobre as TIC tem sido aplicada como potencial fator para transformações, em escopos e profundidade mais amplos. Em uma das escolas que acompanhei em campo, os trabalhos sociais já tomavam conta dos projetos pedagógicos e das ações cotidianas, mesmo antes da TIC, tomando dimensões maiores, depois que o P2 apresentou a Educomunicação e o poder dos *smartphones* aos alunos e professores.

As palavras de Giddens (1991) sobre reflexividade, associadas aos contextos vividos no campo, junto a alunos e docentes do IFPB ou de outras instituições, pesquisadores e extensionistas, e, principalmente, às comunidades visitadas, levaram-me a perceber a importância da valorização do conhecimento acadêmico e também do popular, dos temas transversais que contextualizavam o empírico, nos processos de aproximação entre pessoas e TIC. A reflexividade era o princípio propulsor das ações em campo, e me fazia pensar que não havia certo e errado, mas experiências, vivências e resultados, que deveriam ser revistos continuamente e, possivelmente, revisados à luz de novas práticas, propostas, executadas e monitoradas de forma participativa. A internet potencializou a difusão de conhecimento, de práticas, de valores e, cada vez mais, os conceitos sociais não podem ser separados das atividades e eventos da vida humana.

Ainda sobre as escolas, faz-se importante lembrar que esses espaços devem ser pensados em termos de “responsabilidades” sobre a estruturação dos *habitus* sociais, influenciando a cultura enquanto instituições de socialização dos agentes (assim como a família), uma vez que atuam como centros de formação e, assim, ajudam a construir modos de pensar sobre o mundo e agir nele. Isso requer dessas instituições a reflexividade e a postura ativa sobre os processos de inclusão e de uso das tecnologias. Volto então ao problema da técnica pela técnica. Pude acessar indicadores que sugeriram picos de projetos de ID no IFPB, incentivados por editais específicos para financiar esses projetos, embora voltados “apenas” ao desenvolvimento da técnica em informática, em sua maioria. Pude ver a execução de alguns deles no campus de que fiz parte e eram aulas para ensinar parceiros a usar recursos técnicos dos aparatos tecnológicos (no caso, vi de perto a relação com uma escola pública municipal). Mas

isso sem contexto ou visão crítica sobre suas realidades, o que sugeri, em geral, que pessoas técnicas no IFPB não desenvolviam uma visão social sobre a ID⁵⁴⁶.

Se as políticas públicas ou outras fontes legitimadas produzem o conceito de uso de TIC para promoção da cidadania e da inclusão social e estruturam esse conceito em ações que desenvolvem habilidades técnicas desassociadas das propostas sociais, então as instituições podem internalizar esse conceito e promovê-lo, reforçando os seus objetivos e as suas limitações, assim como acredito ter acontecido em alguns projetos no IFPB. E se as próprias instituições não questionam os seus conceitos, quem questionaria? Pensando no que vivenciei no IFPB, esta instituição tinha (e tem) capital social para legitimar as suas ações e, portanto, não seria facilmente questionada. Mas ela precisa se questionar, avaliar suas ações, pois se não o faz, não enxerga novas possibilidades que podem ser mais efetivas.

As escolas precisam trabalhar novos conceitos de ID, redefinindo os projetos nesse campo, e assim repensando as relações entre TIC e sociedade, incluindo familiares dos alunos e comunidades nos processos de reprodução desses conceitos, em virtude da credibilidade associada ao seu papel social. Pensando nessas perspectivas e vendo o trabalho crítico desenvolvido em uma das escolas com as quais estabelecemos parcerias, sugerimos que o trabalho em Educomunicação fosse multiplicado por seus agentes, dentro da própria escola, mas também nas comunidades do entorno (pais, irmãos, comunidade em geral) e, se possível, indo além delas, presencialmente, ou através dos canais de interação baseados em TIC. A escola deve se aproximar das comunidades, dos contextos, trazer as pessoas para o ciclo das ações e junto com elas avaliar os resultados do que foi desenvolvido, e a partir delas, ampliar o alcance das novas concepções.

Não pretendo, com esse discurso, responsabilizar as escolas pelos processos públicos de ID, pois continuo acreditando que são, em proporções absurdamente maiores, de responsabilidade do Estado⁵⁴⁷. Por outro lado, o potencial de pensar e propor as mudanças conceituais tem na escola uma origem natural, em virtude de sua posição no campo como agente formador, com capacidade de pensar e agir no sentido

⁵⁴⁶ Atribuí essa realidade a uma “desconexão” entre os aspectos científicos e aqueles sociais, no desenvolvimento dos profissionais que trabalham com áreas exatas, o que não seria, a princípio, “culpa deles”, mas dos currículos e campos em que são imersos em instituições de ensino. É muito mais fácil tratar a ID como ter ou não contato com as TIC do que analisar o seu uso e encontrar e ter que publicar, por exemplo, “falhas” em políticas de educação ou na “integração social”.

⁵⁴⁷ Inclusive porque os processos de ID das próprias escolas, ao nível de políticas públicas, dependem de governos e empresas, para receber, instalar, atualizar os seus artefatos de tecnologias e, como vi em campo, isso pode demorar, ou simplesmente não acontecer.

das transformações históricas. A reprodução pode ceder lugar à transformação (BOURDIEU, 1930).

Pensando no eixo comunicação, a partir da estrutura da sociedade em rede e das suas conexões, as tecnologias possibilitam uma série de possibilidades de mudanças em diversas perspectivas sociais. Os meios de comunicação representam um importante campo social de formação de opiniões sobre o mundo, sendo de grande influência para a criação e reprodução de tradições, memórias, estereótipos, poder e mitos sociais, e, portanto, na formação da mente, dos modos de sentir, perceber e compreender a realidade, o que reforça a necessidade de levar novas vozes às redes, como forma de compor narrativas alternativas para o grande público *online* (NORONHA, 2016; MARTINO, 2015). Todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter essa voz aceita como autêntica e legítima (HARVEY, 1994).

Os processos de produção, publicização e consumo de conteúdos devem envolver os diversos atores e grupos sociais, uma vez que as possibilidades abertas pelas TIC mudam de forma fundamental o caráter da comunicação, e esta, por sua vez, tem o poder de moldar a cultura, influenciando sistemas de crenças e código e as ações humanas. “A consciência humana, longe de ser algo estritamente natural, é produzida no contexto onde se vive, incluindo aí as tecnologias de comunicação” (MARTINO, 2015, p. 204). As TIC potencializam a captação das expressões culturais em toda a sua diversidade e a disponibilização destas em plataformas digitais acessíveis nas redes sociotécnicas.

Reconhecendo esse cenário, em campo, vi agricultores pedindo espaço para suas vozes, vi professores e alunos de escolas públicas produzindo mídias com suas opiniões e visões de mundo, e vi ainda um artista famoso internacionalmente questionando em público os valores atuais da arte, da moda, e acredito que a sociedade democrática prescinde dessa dinâmica. Como sugere Giddens, os fatores que conduzem à coesão social não são mais evidentes ou merecem mais atenção do que aqueles que produzem divisão e conflito. “O enfoque na estabilidade e na ordem significa que divisões ou desigualdades na sociedade – baseada em fatores como classe, raça e gênero – estão minimizadas” (GIDDENS, 2005, p. 35).

Em termos de comunicação, gostaria de evidenciar as ações realizadas pelo N2 junto às comunidades parceiras do P2 do IFPB. As estratégias de ação elaboradas com essas comunidades, principalmente uma escola pública, tinham o sentido de produzir transformações tanto no processo de educação como naquele de comunicação. Essa

escola estava localizada em um espaço de “rejeição social”, sendo posta como “mal vista” na cidade, com problemas comunitários que envolviam temas como falta de identidade, drogas, homofobia, violência de vários tipos, entre outros. Nesse contexto, a Educomunicação foi posta como motivação para novas propostas pedagógicas em ensino, pesquisa e extensão naquela escola (e também no IFPB) e ainda como forma de derivar novos canais de comunicação entre a escola, o entorno e o mundo.

Martino (2015) diferencia a simples presença física do instrumento de mídia da efetiva participação dessas mídias no cotidiano dos indivíduos. A presença das mídias, por si, já traz algum tipo de alteração, mas elas ganham sentido a partir da sua inserção na vida cotidiana. E assim, a Educomunicação fez uso dos *smartphones*, dos computadores e dos demais artefatos técnicos da escola para produzir educação cidadã e conteúdos públicos, em processos que buscaram ultrapassar a “alfabetização digital” e dar sentido às ações do envolvidos. “É necessário pensar em como desenvolver elementos cognitivos e culturais que levem em conta as mudanças nas formas de percepção e apropriação da cultura, bem como de sua produção [...]. Mais do que o desenvolvimento de estratégias para lidar com os meios, a proposta parece caminhar na direção do estabelecimento de outras formas de entender e interagir com a mídia, modos de percepção e ação dentro da realidade e na relação com os outros” (MARTINO, 2015, p. 231), criando espaços para construção de contra-hegemonias, a partir de processos de educação dialógicos, não específicos para o estudo das mídias (embora as incluam entre seus temas), mas mediadores da experiência relacional humana.

Pensando em eixos mais específicos tratados pela política pública de ID, essa nova sociedade, sociedade de consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade *hight-tech* (JAMESON, 1991), entre outros codinomes, também requer transformações nas cidades. Lévy (1999) já sugeria a importância de práticas que potencializassem a exploração do mundo virtual por todos e de forma gratuita, sendo um exemplo o desenvolvimento das “cidades digitais”, projetos responsáveis por levar instituições da cidade clássica ao mundo virtual e, acrescento, a criar novas instituições, próprias a esse mundo.

Esses projetos poderiam contemplar aspectos como: representação dinâmica dos recursos e fluxos de todas as ordens; instituições multissetoriais de todas as esferas; informações administrativas, horários de abertura dos serviços municipais; locais virtuais de encontros entre ofertas de competências, de emprego e de formação; bibliotecas; painéis de controle ecológicos, econômicos, pedagógicos, sanitários outros,

legíveis por todos, alimentados a partir dos próprios processos; controle dos sistemas de transporte e de comunicação baseados no *feedback* em tempo real dos usuários; sistemas de avaliação dos equipamentos e dos serviços pelos usuários (frequência, opiniões, sugestões) acompanhados de transparência das alocações orçamentárias, optando pela aferição da utilidade social pela sociedade, e não pelos especialistas. Esses instrumentos deveriam ser acompanhados por conferências eletrônicas que permitissem o confronto das interpretações contraditórias, a sugestão ampliada por melhorias e a troca de informações e serviços mútuos entre os habitantes. Projetos dessa natureza eram ligados ao sucesso popular devido ao seu caráter gratuito, ao fato de usar a língua nativa e por ter caráter livre de comunicação, tendo como objetivo a luta contra a exclusão e a compensação dos desequilíbrios entre os “inforicos” e os “infopobres”.

A sociedade deve ser sustentável, conhecendo seus problemas e buscando soluções, priorizando as ações que se traduzam em resultados no mundo virtual e físico, pois a vida e o exercício da cidadania, o gozo dos direitos e a prática dos deveres se dão, a princípio, no mundo físico, onde também se dão diversos problemas da sociedade. Não se pode então imaginar que a vida nas sociedades contemporâneas vai se dar “apenas” no mundo virtual, que os processos sociais migrarão para esse mundo, e que este deverá substituir o mundo físico. Logo, a sociedade deve ser pensada com base nos dois mundos, que devem se completar, embora a presença física tenha deixado de ser algo imprescindível a diversos processos humanos (individuais ou coletivos), em virtude dos novos instrumentos *online*. Articular os dois espaços significa tentar fazer o melhor uso coletivo das possibilidades que cada um oferece para a vida em sociedade, o que incita a democracia.

Alguns aspectos que potencializam a sustentabilidade nas cidades (e até em escopos maiores) e são viabilizados tecnicamente a partir do mundo digital podem ser citados: as possibilidades de comunicação diminuem a distância social entre áreas geográficas distintas e/ou dispersas, o que poderia favorecer a distribuição das populações nos territórios; as possibilidades do teletrabalho podem trazer benefícios como a redução dos custos, o que favorece principalmente as pequenas organizações; a diminuição de presença física em determinados lugares favorece o desafogamento dos centros urbanos, o que pode melhorar a circulação dos automóveis, a redução da poluição, a qualidade de vida; as teleuniversidades e os sistemas de aprendizagem interativos e cooperativos podem ser acessíveis a qualquer ponto do território; as possibilidades de comunicação e interação viabilizam a ampliação da participação

política dos diversos segmentos sociais (ampliam o alcance e a capacidade de mobilização e articulação dos cidadãos; possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado; possibilitam a maior participação dos atores da sociedade civil). Embora esses sejam benefícios potenciais, não se pode desconsiderar que as TIC são instrumentos à disposição dos interesses humanos e, portanto, sujeitos a toda subjetividade inerente às suas visões de mundo.

Nos portais dos governos foi possível ver várias ações sendo propostas para conformar as “Cidades Digitais” e as “Cidades Digitais Inteligentes”, e ainda as “Redes Digitais de Cidadania”, com incentivos não apenas à implantação de infraestrutura de TIC para melhoria de serviços prestados pelo poder público, mas como elementos propulsores de transformações multidimensionais (em dimensões como segurança pública, saúde e educação), através da qualificação das pessoas, da oferta de recursos (técnicos e humanos) para apoio à produção de conhecimento e de ações individuais e coletivas.

Essas políticas públicas evidenciaram o investimento nas cidades pequenas, como menores índices de desenvolvimento e com mais dificuldade técnica para viabilizar a implantação das TIC. Esses aspectos usados na seleção das cidades beneficiadas nos pareceram lógicos, no sentido de promoção da democracia e quebra da “localização nos grandes centros”, detentores de poder com relação aos demais espaços.

Lévy já sugeria que projetos como as “cidades digitais” deveriam ser uma etapa transitória de uso das TIC “em direção a um questionamento das formas institucionais clássicas”, uma vez que os instrumentos do ciberespaço permitem rumar para formas que atenuam a separação entre administradores e administrados, professores e alunos, organizadores e visitantes, autores e leitores, tendo como principal característica valorizar e compartilhar a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia, em tempo real.

Pensando mais especificamente nas ações de “administradores e administrados”, entre as ações dos governos brasileiros, pude identificar a implantação e o desenvolvimento do governo eletrônico como uma das ações do programa “Cidades Digitais”. Categorizadas mais especificamente como “Governança Digital”, essas ações se voltaram a melhorar a gestão do país, dos estados e municípios, através do alargamento dos canais e processos de interação entre governo e sociedade civil, e do investimento em diversos recursos (principalmente, pessoas e softwares) para desenvolvimento das novas formas de gestão.

O debate da participação social se relaciona diretamente com a ideia das práticas democráticas, mas como seriam desenvolvidas essas práticas no mundo das TIC? Não há tecnologia que garanta, por si só, uma maior ou menor participação das pessoas na política. A difusão de propagandas governamentais na rede, o anúncio dos endereços eletrônicos dos líderes políticos, ou a organização de referendos pela internet nada mais são do que caricaturas da democracia eletrônica (LÉVY, 1999).

O uso político da internet deve ser expandido para alcançar seus propósitos potencialmente democráticos, relacionando-se a aspectos como: a criação de plataformas de diálogos entre os diferentes atores (locais, regionais, nacionais ou transnacionais)⁵⁴⁸; constituindo a esfera pública⁵⁴⁹ na expressão e elaboração dos problemas pelos próprios interessados; promovendo auto-organização das comunidades locais e ativismo político, embates institucionais e partilha de poder nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões; realizando processos de prestação de contas ou de supervisão desses processos; avaliando todos esses aspectos) (MARTINO, 2015; CASTELLS, 2000; PENTEADO, SANTOS E ARAÚJO; 2014).

Observando as notícias nos portais, pude identificar a abertura de canais de interação entre governos e sociedades em orçamentos participativos, eventos que discutiram ID, governança da internet e gestão de políticas públicas, em canais *online* ou presenciais para debater chamadas públicas para implementação de políticas, além de publicar dados sobre o andamento destas em forma de prestação de contas e possibilidades de controle social. Por acreditar que os problemas contemporâneos não poderão ser resolvidos a partir de projetos autoritários, reforço a necessidade de empoderar o cidadão e envolvê-lo nos processos de participação política, e de desenvolver o uso das tecnologias, especialmente as redes, no sentido de reconstrução da sociabilidade.

“Esse projeto do ciberespaço em proveito da inteligência coletiva visa tornar, o quanto for possível, os grupos humanos *conscientes daquilo que fazem em conjunto* e a dar-lhes meios práticos de se coordenarem para colocar e resolver os problemas dentro de uma lógica de proximidade e de envolvimento”(LÉVY, 1999, p. 196).

⁵⁴⁸ Ampliando a capacidade de comunicação e atuação, permitindo que muitos indivíduos possam participar do mundo virtual (interpretando interesses e construindo identidades coletivas na disputa pela atenção de outras pessoas para problemas diversos, procurando tanto engajamento como visibilidade).

⁵⁴⁹ Martino (2015) apresenta algumas reflexões sobre a relação entre internet e o conceito de esfera pública, resgatando a concepção de Habermas que relaciona a esfera pública a um espaço de discussão de temas de caráter político, a partir da relevância que esse tema pode assumir dentro da democracia. No ciberespaço, o fato de um tema se tornar público por conta de sua divulgação na internet não significa, de antemão, que ele faça parte de uma “esfera pública” virtual. Ao contrário, na avalanche de informações presentes na rede, apenas uma pequena parte, de fato, poderia ser incluída entre os temas de discussão afinados com as perspectivas da proposta original de Habermas (MARTINO, 2015).

Em suas análises, Penteadó, Santos e Araujo (2014) apresentam sistemas que utilizei para arriscar uma macrocategorização da sociedade brasileira, quanto às formas de relacionamento entre governo e cidadãos⁵⁵⁰: o primeiro sistema, trabalhado por Macintosh (2004), categoriza essa relação em termos de e-participação do cidadão nos processos democráticos⁵⁵¹; o segundo sistema, utilizado nos estudos realizados por Tambourius (2007), também considera diferentes níveis para participação *online* da sociedade civil; o terceiro sistema, considera a escala de democracia digital proposta por Gomes (2005), que corresponde aos modelos de democracia participativa.

Segundo esses autores, as TIC possibilitam maior participação, engajamento e empoderamento da sociedade civil no processo de políticas públicas, contribuindo para sua maior efetividade, transparência e democratização. A participação política democrática deve envolver os mecanismos que possibilitem ao cidadão ser informado, participar de tomadas de decisão, contribuir e influenciar a agenda política.

Com base nas informações acessadas nos portais, e considerando os canais de comunicação entre governos e sociedade, conforme os níveis de participação propostos, sugiro que o Brasil e João Pessoa⁵⁵² se encontram no nível e-colaboração⁵⁵³, por constituir um canal interativo entre cidadãos e GF que viabiliza alguns tipos de abertura para o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções preferidas. Na escala de democracia digital, observando as notícias sobre a participação política pela internet, entre os cinco graus de democracia digital, que correspondem aos modelos de democracia participativa, sugiro que o Brasil e João Pessoa podem ser categorizados no

⁵⁵⁰ Nesse contexto, podem ser definidas como as bases das possíveis formas de relacionamento entre o governo e os cidadãos: 1) Informação: uma relação de mão única em que governo produz e fornece informações voltadas ao uso pelos cidadãos; 2) Consulta: uma relação de mão dupla em que cidadãos fornecem *feedback* ao governo, e que se baseia na definição prévia da informação. O governo define as questões para consulta, disponibiliza essas questões e gerencia o processo, enquanto os cidadãos são convidados a contribuir com as suas ideias e opiniões; 3) Participação ativa: uma relação baseada na parceria com o governo em que os cidadãos envolvem-se ativamente no processo e conteúdo de formulação de políticas. Esse nível reconhece a igualdade na posição dos cidadãos na definição da agenda, embora a responsabilidade pela decisão final caiba ao governo.

⁵⁵¹ Macintosh (2004) propõe um modelo composto por dez dimensões necessárias para caracterizar esses processos, como o nível de participação, a tecnologia utilizada, a fase do processo de formulação de políticas e várias questões e restrições, incluindo potenciais benefícios.

⁵⁵² Em virtude do portal do GE ter disponibilizado menos notícias do que os outros portais de governo, as análises sobre os detalhes dessas notícias não puderam ser feitas na mesma profundidade das demais.

⁵⁵³ A escala segue pelos seguintes níveis: e-informação (canal de informação para os cidadãos); e-consulta (canal de comunicação *online* para coletar respostas e alternativas do público); e-envolvimento (visa assegurar que as preocupações públicas sejam compreendidas e levadas em consideração); e-colaboração (canal interativo entre os cidadãos e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e da identificação de soluções preferidas); e-empoderamento (facilita a transferência da influência, controle e formulação de políticas para o público).

quarto grau⁵⁵⁴, uma vez que já adotaram alguns tipos de mecanismos digitais de participação popular, indo além da prestação de informações pela internet.

Enfim, faz-se importante refletir sobre as novas formas de democracia online. Não só na construção do sentido e da comunicação, mas também nos processos de interação entre os diversos atores sociais, no sentido de construção de um novo mundo material e virtual, onde a participação cidadã seja a regra na composição da esfera pública e na definição das mudanças sociais, e as negociações dos conflitos sejam transparentes e autônomas.

Sobre outros aspectos relacionados ao desenvolvimento das políticas e ações públicas de ID, pelos governos ou pelo IFPB, pude identificar o incentivo a projetos e desenvolvimento destes em diversas perspectivas, entre as quais destaco: produção e comercialização de produtos e serviços em TIC, principalmente computadores, *smartphones*, *tablets* e internet banda larga, a preços “acessíveis”, ou distribuição destes, “gratuitamente”, principalmente através de ações educativas; disponibilização de produtos e serviços em TIC gratuitos, por instituições de ensino, pesquisa e extensão, órgãos públicos e governos, associações sem fins lucrativos, indivíduos e de grupos de interesses diversos e ainda empresas; ações de qualificação em territórios diversos⁵⁵⁵.

Alguns aspectos desenvolvidos pelos governos sugeriram a valorização das premissas da cibercultura, entre elas: o amadurecimento na estrutura do governo (instituições e suas missões, órgãos e suas responsabilidades), para lidar com as premissas da sociedade da informação, no sentido de execução dos ciclos da política pública de ID; o portfólio de ações interdisciplinares que a princípio tentaram seguir em diversas perspectivas com o objetivo de fechar as fendas digitais; a promoção de alguns eventos ou participação em outros, buscando qualificação técnica e/ou

⁵⁵⁴ A escala de democracia digital apresenta as seguintes possibilidades: Primeiro grau (garante o acesso do cidadão aos serviços públicos através das TIC e a prestação de informações pelo Estado, e ainda iniciativas para agilização da burocracia estatal, melhoria da gestão e diminuição dos custos da administração pública); Segundo grau (o Estado consulta os cidadãos pelos canais das TIC para averiguar a opinião pública sobre temas da agenda e formar a agenda pública. Nesses dois graus iniciais, o fluxo de comunicação parte da esfera política institucional, que utiliza as TIC para obter *feedback* da esfera civil); Terceiro grau (o Estado é caracterizado por um elevado grau de transparência de suas ações, mas as decisões políticas ainda estão sob sua responsabilidade. A partir do terceiro grau, o fluxo de informação tem origem na sociedade civil); Quarto grau (adota mecanismos digitais de deliberação pública, tornando as decisões estatais mais “porosas” à participação popular); Quinto grau (as TIC possibilitam práticas de democracia direta, diluindo a esfera política, que fica encarregada da administração pública, cabendo à esfera civil a decisão sobre os negócios públicos, formando um Estado governado por plebiscitos).

⁵⁵⁵ Quanto a estas, gostaria de evidenciar mais uma vez aquelas voltadas a desenvolvimento da competência informacional e autodesenvolvimento, uma vez que informação e conhecimento potencialmente empoderam, mas para que isso aconteça é preciso ir além de garantir acesso e habilidades para manipular tecnologias, e pensar em aspectos cognitivos, culturais e históricos que supostamente ajudam o indivíduo a saber buscar informação e transformá-la em conhecimento útil para a sua vida.

compartilhamento de práticas de sucesso; a relação multilateral e multissetorial para pensar e agir com relação a aspectos públicos mundiais, como a internet; a busca pela implantação e desenvolvimento de processos de governo eletrônico, e a abertura dada à sociedade civil para participar em processos ou momentos chave, como no desenvolvimento de recursos técnicos ou na construção do Marco Civil da Internet no Brasil (no caso do GF), ou a prática de orçamento democrático e prestação de contas (no caso do GE e GM), sugerem novas formas de interação, novas vozes e novos modelos de escuta e, portanto, a promoção de uma nova dinâmica política; a distribuição de recursos técnicos (como exemplo, computadores ou softwares), o esforço em qualificação e a multiplicação dos espaços de ID em locais abertos (por exemplo, praças e mercados públicos) ou instituições (por exemplo, Telecentros ou espaços de assistência social), bastante diferenciados, sugere a preocupação de disseminação da ID para todos; a ampliação da visão de gestão de uma cidade em termos de saúde, educação, lazer, convivência, segurança pública, habitação, entre outros aspectos, relacionados à melhoria da qualidade de vida e inclusão social sugere a valorização da promoção da cidadania; a transparência através da divulgação de indicadores que apresentaram cenários de ID e inclusão social.

4.3) Extensão e inclusão: um olhar sobre processos locais

Buscando penetrar os microcontextos da ID, pude desenvolver as ações no estudo de caso no IFPB, e assim desenvolver análises mais próximas de algumas categorias investigadas, principalmente os aspectos de “qualificação para uso de TIC com vistas ao exercício da cidadania e da inclusão social”.

Historicamente falando, as ações de ID no IFPB foram influenciadas por políticas nacionais, estaduais e municipais, sendo identificadas parcerias entre os três níveis de governos e o IFPB, em diversos momentos, entre 2007 e 2017, períodos contemplados pela pesquisa. Nesse espaço de tempo, o IFPB se candidatou e participou de programas e projetos nacionais, implementando, como exemplo, a Casa Brasil, mas também executou ações pontuais como a oferta de qualificação em ações de ID para grupos sociais específicos, em parceria com o GE ou o GM. Sendo assim, o IFPB também influenciou o sentido das ações junto aos governos, principalmente, nos cursos de qualificação⁵⁵⁶.

⁵⁵⁶ Por que sugiro isso? Primeiramente, porque o IFPB sempre foi visto como referência em educação (o que atesto com base no que ouvi em campo, dos beneficiários e de representantes do GM), e em segundo lugar, porque pude acompanhar uma parceria entre esta instituição e o GM e nela pude perceber que o

Em termos processuais, essa relação de influência mútua foi condicionada, dinamicamente, nos dois sentidos da relação entre os agentes envolvidos: pelos contextos políticos dos governos nacionais, estaduais ou municipais, que direcionaram ações (e motivaram interesses político-partidários) através do maior ou menor incentivo ao desenvolvimento da ID através de algumas políticas públicas específicas; e também pelas diferentes equipes que assumiram os cargos de gestão ou os papéis de extensionistas nos projetos da PROEXC e suas respectivas visões de mundo e contextos de interesses, inclusive, em alguns casos, político-partidários.

Em outras palavras, os rumos da trajetória de ID no IFPB oscilaram entre fases que considero como tendo avanços e retrocessos, em termos sociais, no sentido das visões e interesses dos grupos que detiveram o poder de incentivar, planejar e legitimar os investimentos em ações institucionais de ID (grupos de gestão), por um lado, e aqueles que detiveram algum tipo de poder para determinar como essas ações seriam de fato executadas (grupos de execução dos projetos). Afinal, talvez nem sempre os discursos proferidos tenham sido as bases para a realização das ações junto às comunidades.

Nesta instituição, pude identificar diversas visões sobre a ID e o uso de tecnologias, em alguns aspectos, completamente distintas. Com relação ao que vivenciei entre 2015 e 2017, período em que acompanhei mais de perto alguns projetos na PROEXC, o que mais me chamou a atenção foi ver, associado a algumas ações na instituição, o reflexo de uma estrutura técnica que parece assombrar as ações de ID não contextualizadas, mesmo diante das constantes atualizações dos conceitos de “inclusão”. Isso pareceu incoerente, já que as instituições de ensino, pesquisa, inovação e extensão primam por sua atualização conceitual e de práxis, como forma de acompanhar as transformações de paradigmas sociais.

Por outro lado, saindo do escopo mais local dos projetos, o novo paradigma de extensão proposto pela PROEXC e a proposta da cibercultura estão alinhados em seus principais pressupostos em termos de base para ações sociais, e vêm fazendo com que esta instituição “se repense”, como forma de acompanhar as transformações de paradigmas sociais, podendo-se perceber o esforço institucional no sentido da convergência da técnica e do contexto em programas participativos e conduzidos pelas partes interessadas em suas ações, especialmente as comunidades externas.

IFPB teve autonomia para ofertar um curso de Informática Básica com base em sua proposta pedagógica, sem que fosse questionado em torno de qualquer aspecto que ela tenha apresentado.

Durante o desenvolvimento desta tese, assim como qualquer mudança paradigmática, aquela nova forma de pensar a extensão apresentou brechas entre as concepções antigas e as novas, fazendo com que alguns programas ainda precisassem se debruçar sobre as suas propostas, caso pretendessem se ajustar aos pressupostos do trabalho na nova rede de extensão. Entretanto, entendi que a PROEXC e seus programas e projetos viviam um processo de transição, o que tornava “natural” a necessidade de despender tempo e esforço para que o novo modelo se estabelecesse com mais vigor. Em outras palavras, a transição de um “modelo de extensão tecnológica” para um “modelo de extensão sociocultural”, como aquele em implantação no IFPB, trazia inúmeras fendas que precisavam ser trabalhadas, no sentido de efetivação paradigmática.

Sobre os programas estudados e as suas ações relacionadas à ID, as intervenções junto ao P1 ressaltaram seus pontos fortes e a sua importância para as ações de ID, mas também tentaram apresentar os principais problemas do programa, sob perspectiva diversas: para gestão da extensão, o programa tinha um alto custo que se agravava diante da evasão nas turmas e do fim da relação com os egressos, e assim o programa deveria ser redefinido em termos de atender a comunidades, de forma continuada e contextualizada, através de relações horizontais e dialógicas, com protagonismo comunitário para emancipação; para os alunos, o desejo de continuar aprendendo e se desenvolvendo pedia que o P1 propusesse sempre novas ações (além dos cursos que já ofertava); para esta tese, embora o P1 fosse um programa importante no sentido de ofertar a cursos gratuitos para pessoas que em sua maioria não poderiam pagar por eles, as suas ações poderiam ser mais efetivas, se fossem além da “alfabetização digital” e do contato com os aspectos físicos dos computadores, sendo contextualizadas e expandidas em termos de cidadania, apresentando as potencialidades das TIC enquanto estratégias para empoderamento e proposição de ações em termos sociais, políticos, culturais e/ou econômicos, ampliando o sentido do seu uso.

Quanto às parcerias estabelecidas pelo programa e acompanhadas por esta tese, sugeri que o modelo de relação aplicado no N1 deveria se ajustar à base conceitual sugerida (paradigma de extensão e pressupostos da cibercultura), de forma que fossem desenvolvidas ações mais específicas e flexíveis, de acordo com os contextos das escolas, comunidades e grupos sociais parceiros. Entre 2015 e 2017, apesar das sugestões apontadas pelos diversos agentes envolvidos com o P1, o programa fez alterações pontuais em suas ações para o público externo, acrescentando uma palestra

temática em Informática, voltada a algum tema social (como as questões legais de uso das TIC) no final das aulas nos cursos pré-definidos de IB e MMC (nenhuma outra mudança estrutural foi percebida). Os monitores, por sua vez, puderam participar de oficinas com foco em cidadania e no desenvolvimento de projetos sociais, buscando repensar as ações do N1 de forma mais ligada às comunidades parceiras.

No cenário das parcerias no N1, além da interrupção das ações junto a um dos parceiros, ficou evidente o problema de evasão nas turmas. Por mais que o P1 tenha ajustado alguns detalhes de execução (horários, carga horária das aulas), e por mais que alguns parceiros tenham apresentado a demanda de IB como importante para eles, os problemas geraram angústias para o programa. Por ter utilizado a infraestrutura do IFPB no desenvolvimento das suas ações, o P1 não foi diretamente afetado pelas políticas públicas de ID, entretanto, parceiros se queixaram da dificuldade de acesso às TIC, inclusive para “treinar o conteúdo que era visto em sala”, por ausência ou inadequação de políticas em territórios comunitários.

Quanto ao P2, uma vez que suas primeiras atividades em EC, no momento de criação do programa, envolveram público interno do IFPB (alunos e professores de diversos Campi), as principais intervenções feitas pela gestão da extensão e por esta tese apontaram a importância de reforçar a qualificação em cidadania nas aulas e oficinas propostas e a aproximação com as comunidades externas, como forma de alinhar as ações do programa às suas identidades. No N2, quanto aos participantes das atividades nas comunidades, praticamente não havia sugestões de mudanças, pois eles já faziam parte de processo de proposição de ações e assim tinham voz para propor as mudanças durante as ações.

Entre as etapas de ações continuadas, alguns participantes pediram que “a equipe do IFPB no N2 não os deixasse”, para que os seus projetos de EC e ID não morressem. Embora as parcerias entre o N2 e as comunidades fossem perenes, esse fato despertou na equipe do P2 e dos parceiros internos a importância de reforçar o sentimento de autonomia nas comunidades, de forma que elas pudessem promover seu autodesenvolvimento e ainda fossem multiplicadoras das ações.

O P2 se manteve aberto a mudanças durante todo o período acompanhado, e em constante avaliação e retroalimentação, em termos de ações, a partir das experiências junto às comunidades e das intervenções desta tese. Seus monitores também puderam participar de oficinas com foco em cidadania e projetos sociais, e as reflexões desses momentos reforçaram sentimentos e percepções que eles já possuíam

sobre o desenvolvimento de trabalhos continuados com comunidades parceiras. Das ações no N2, nós derivamos um projeto de pesquisa para definir, aplicar e avaliar práticas de ID e EC em modelos sustentáveis de ID cidadã nas comunidades.

Com relação às políticas públicas, uma vez que as ações do N2 se deram em territórios de escolas e comunidades parceiras, este núcleo vivenciou junto a esses parceiros o sentimento de desproteção por parte do Estado com relação ao acesso a bens de direito em TIC (carência de professores de Informática, infraestrutura e técnicos em TIC ou problemas relacionados a todos esses aspectos).

Ainda sobre os programas, sugiro que o P1 não refletiu diretamente os pressupostos do uso cidadão de TIC, o que pode estar relacionado à influência de dois fatores: a dificuldade relatada na conformação de projetos sociais, mas também, a resistência à mudança. Quanto ao P2, por sua natureza menos condicionada ao uso puro de TIC, e uma vez que ele foi criado em 2016, apropriando-se de algumas lições aprendidas do P1 e da sua própria experiência, o processo de transição foi mais simples.

Sobre algumas variáveis dos programas, como a relação com as comunidades e os demais parceiros técnicos dos projetos, retomo alguns fatos: ainda em 2015, o P1 desenvolveu ações junto às ArtesãsComunidadeA; essas ações foram desenvolvidas no modelo pré-formatado de aulas de IB, dadas no IFPB; essas ações foram interrompidas por diversas vezes, até que foram descontinuadas, em virtude de não terem se adequado à realidade da comunidade; as parcerias técnicas não foram evidentes no sentido de poder reforçar as ações de ID junto a esta comunidade; no caso do P2, por já ter tido dificuldades de atuação junto a comunidades em 2016, em 2017, o programa estabeleceu parcerias com duas ONG, e assim, esperou ter estabelecido vínculos mais perenes, potencializando suas ações junto às diversas comunidades atendidas pelas ONG, tendo ainda atuado de forma continuada por aproximadamente seis meses junto à EscolaPúblicaJ, e deixado a parceria já estabelecida “aberta” para ações futuras.

O acompanhamento da extensão em ID, nos anos de 2015 a 2017, sugere que as ações de ID pontuais e não contextualizadas, e que evidenciam o acesso à infraestrutura e a qualificação técnica em TIC dos envolvidos, inclusive internet, não são suficientes para promover a cibercultura, a cidadania e a inclusão social. Acredita-se que este modelo de ações não condiz com os cenários sociais que valorizam a diversidade e as identidades, a integração e a inclusão. A ID deve contar com processos educacionais que promovam a competência informacional e a inteligência coletiva,

imprescindíveis à autonomia e à emancipação para os processos participativos e democráticos idealizados pela sociedade em rede.

Em outras palavras, ações educacionais para autodesenvolvimento, conscientização e “libertação”, como a qualificação contextualizada, são vistas como a ampliação do sentido, das perspectivas simbólicas das TIC. A ID efetiva requer sentido, e assim, supõe a formulação de políticas e ações provenientes de demandas próprias, executadas a partir de relações horizontais e de protagonismo das comunidades nos ciclos dessas políticas e ações, que devem ser voltadas não apenas à disponibilidade de acesso, mas também à qualificação técnica a partir dos temas geradores provenientes de várias visões de mundo e das diversas perspectivas de cidadania.

Quanto às redes colaborativas para desenvolvimento de ações de ID, o campo nos faz acreditar na ideia das parcerias e relações (entre GF e governos locais, entre governos, mercado e sociedade civil) para trazer expertise, dinamizar e ampliar o alcance das ações que são desenvolvidas a princípio pelos governos. Entretanto, o Estado deve garantir os recursos primordiais, ou as ações ficam comprometidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final do século XX, o tema ID passou a se constituir enquanto fato social (CORRÊA, 2007), ao ponto de envolver diversos atores sociais, sobretudo os governos, na elaboração de políticas e programas de ID. O reconhecimento da importância das TIC para o desenvolvimento das sociedades, aliada a essa pressão mundial para que a população seja incluída digitalmente tem acelerado a reflexão sobre como planejar e executar as ações neste sentido, e ainda sobre os resultados dessas ações nas sociedades, o que reforçou o objetivo desta tese de contribuir com informações e conhecimentos que representem tanto *feedback* sobre o que já foi feito, quanto potenciais insumos para ações futuras.

O campo de ID se mostra como complexo e desafiador, diante de questões que envolvem atores diversos, em uma rede de ações que têm escopo mundial, já que alguns recursos envolvidos ultrapassam territórios geográficos e chegam aos espaços virtuais dos quatro cantos do mundo, como a internet. Embora o discurso da ID seja voltado à inclusão de todos, as suas ações só conseguem ser desenvolvidas onde chegam a infraestrutura física (o hardware, o software, as redes), os dados, as informações e o conhecimento sobre como fazer uso de todos esses recursos em prol de uma vida melhor, sob certa visão de mundo.

Mesmo sendo considerada um direito, a internet não chegou para grande parte das pessoas no mundo. De forma geral, as TIC também não estão espalhadas por todo o planeta. As pesquisas e os fóruns internacionais especializados em internet e TIC informam que esses recursos já se encontram disponíveis nos lugares onde o homem consegue adentrar mais facilmente. Ou seja, apesar de todo o esforço despendido para “incluir digitalmente”, o trabalho mais árduo ainda está por vir.

Entendendo a complexidade inerente às relações sociais no mundo moderno, cabe aos modelos democráticos prover novas formas de governo, de articulações econômicas, políticas e sociais, de construção cultural, de vida coletiva. Ainda em virtude de tal complexidade, não se pode esperar que alguns poucos atores sejam agentes da mudança, uma vez que a democracia tem como requisito levar às arenas de disputa todos os grupos sociais, que serão responsáveis por suas propostas de reconfiguração a partir de suas visões de mundo. O foco na democracia, em sociedades complexas, deve rediscutir a ideia de representação, oferecendo como alternativa ou

complemento aos modelos tradicionais de eleição de “representantes”, a possibilidade de uma participação cidadã mais autêntica, natural e espontânea.

Como elementos fundamentais, nesse contexto de mudança, as TIC proporcionam o meio para a comunicação social, difusão de informação e promoção de conhecimento, e, portanto, potencialmente promovem o diálogo entre os agentes. Indiretamente (por vias de ações educacionais complementares), as TIC possibilitam ainda a qualificação cidadã necessária aos debates e coalizões democráticos. Ou seja, as TIC se apresentam como recursos estratégicos para redefinição da esfera pública, mas as mudanças não poderão acontecer “no vazio da sociedade”. Cabe ao Estado propor e viabilizar a aproximação dos grupos sociais para esses debates e coalizões, de forma a concretizar as estratégias de uso de TIC em geral, e internet, especificamente, rumo aos modelos de participação multissetorial, trazendo mercado, sociedade civil e cidadão para as mesas e rodadas do ciclo de políticas e ações públicas⁵⁵⁷.

Na tarefa de difusão das tecnologias, questões de natureza diversas precisam ser ponderadas: embora haja tendência para se pensar em modelos de ID padronizados e globais, os processos devem respeitar as culturas locais, sendo talvez únicos, específicos, e devem trazer o protagonismo das comunidades envolvidas para todo o ciclo das ações públicas desenvolvidas; a ID diz respeito muito mais a aspectos humanos do que técnicos, não se tratando de levar as TIC para informatizar os processos, mas de dar um sentido ao uso dessa tecnologia para melhorar a vida em coletividades, promover a participação, a democracia direta, a autogovernança.

Embora seja indiscutível o aumento da capacidade de promoção de ID, se todos os atores da sociedade contribuem com suas expertises e recursos disponíveis (sociedade civil, mercado e Estado), o maior responsável diante dos processos de ID continua sendo do Estado, enquanto representante de uma sociedade, devendo promover um ambiente institucional estruturado e normatizado, e que considere todas as suas vertentes de desenvolvimento (infraestrutura, conteúdo e qualificação para ação), até porque diversos territórios mantidos pelos governos são fechados a intervenções não autorizadas (por exemplo, em termos de infraestrutura de TIC). Esse cenário supõe que as parcerias institucionais e sociais têm o poder de potencializar os processos de ID e, portanto, combater a fenda digital, sendo esta responsável pelo aumento das fraturas

⁵⁵⁷ De forma geral, o multissetorialismo e a participação de todos seriam a base democrática para as decisões locais ou regionais, e o multilateralismo, o ponto de partida para a construção e afirmação de uma rede mundial que saiba respeitar as diferenças, e que, a partir delas, repense, continuamente, os aspectos comuns da vida em sociedades de amplo escopo, rumo ao alcance planetário.

sociais, disparidades e assimetrias políticas e econômicas, em sociedades em rede apoiadas por TIC.

Sobre as questões de governança, e os eventos que buscam promovê-la, penso que olhar o mundo a partir de um lugar estruturado, não representa a realidade, embora já possa ser visto como uma mudança importante em termos de abertura para diálogo e construção coletiva. É preciso também investigar quais estudos baseiam as decisões e definições políticas. Sobre os discursos nos IGF ao redor do mundo e nas reuniões da ANID, no que diz respeito ao convite para que as pessoas ali estivessem, ou enviassem representantes, embora tenha sido percebida uma diversidade de representações, inclusive “ícones de movimentos sociais”, ainda é preciso ir ao “povo” e não esperar que este “povo” vá a uma reunião no centro de convenções, sentar e tomar café enquanto se planeja o futuro da sua comunidade, e da humanidade.

Cada lugar tem suas particularidades e não se pode achar que os modelos padronizados atendam à universalidade, mas que sejam referenciais, servindo para tentar identificar o que é global, mas respeitando o que é local e dialogando com suas especificidades. Esses modelos podem ser vistos como inspiração, mas precisam ser pensados olhando o campo, sentindo o que ele fala, as suas dores, os seus amores.

Pensar a ID no Brasil requer exercitar a ideia de que se vive uma sociedade em rede e que esta pressupõe a ideia de uma ampliação ou relativização de fronteiras: elas não são mais físicas, uma vez que todos supostamente estão conectados, o que requer ações e políticas no sentido de permitir que os espaços sociais se reconstituam, acompanhando esses novos requisitos sociais. Nessa nova forma de viver, entretanto, há um descompasso nos processos de encaixe, desencaixe e reencaixe, e por mais que as ideologias contemporâneas e as estruturas sociais levem às tecnologias, ainda há aqueles que vão ficar desencaixados, supostamente porque não terão fichas simbólicas para se reencaixar⁵⁵⁸.

Nesse contexto, os dois macroobjetivos associados às propostas da ID novamente vêm à tona: realizar os interesses capitalistas e/ou promover o desenvolvimento humano-social. Embora o Estado Brasileiro possa não ser considerado autoritário, atualmente, as evidências do contexto político sugerem que ele continua trabalhando em parceria com a elite econômica, com os centros de poder, o que requer a entrada da sociedade civil na disputa pelos caminhos para as políticas brasileiras e até

⁵⁵⁸ Essa particularidade requer que as políticas públicas atuem também no sentido de essa “exclusão” não ameaçar os interesses capitalistas, e assegurar que os produtos para a rede terão público para consumi-los.

de interesse mundial. O trabalho desenvolvido nesta tese aponta que há desconpassos entre as minúcias dos conceitos e as práticas políticas concretas, que precisam ser mais discutidas, monitoradas de ponta a ponta no portfólio de ações e nos territórios diversos, e analisadas continuamente, de forma sistemática, em processos que envolvam todos os atores sociais, de forma que haja pelo menos equilíbrio entre os dois macroobjetivos da ID, e que os interesses capitalistas não se realizem em detrimento daqueles sociais.

Em qualquer tempo, a consciência sobre o direito, a garantia e o exercício destes, se fazem necessários enquanto objetos de análise. Embora alguns direitos estejam “garantidos” pela Constituição, eles podem não se efetivar, de fato, sejam eles o direito à educação de qualidade, à saúde pública, ou mesmo o direito à internet e a todas as possibilidades advindas dos seus benefícios. Em termos de efetividade, ter um hospital que não comporta o atendimento a todos é como ter um computador em uma escola que não dá acesso à internet, e ter que pagar um plano particular de saúde para garantir um atendimento é como ter uma associação de moradores de uma comunidade pagando pela conexão de acesso à internet, já que esta rede não chega a comunidades rurais, ou o sinal não tem qualidade, e então “Não tem jeito, não temos opção. Ou é isso, ou é nada”.

Se a sociedade brasileira é considerada democrática, a democracia, através da rede, não se vale, não se dá, não está disponível para todos. No Brasil, a ID é uma reivindicação social, e embora esteja associada à cidadania e à inclusão social, não está disponível para todos e, mesmo estando disponível para alguns, não se realiza plenamente.

De uma forma geral, a política pública de ID contribui, fortalece, promove a cidadania e inclusão, à medida que realiza expectativas da sociedade, entre elas, favorece as novas perspectivas de trabalho, educação e comunicação, discute com os demais atores sociais os seus ciclos de ação⁵⁵⁹, desenvolve ações multidimensionais e específicas em contextos, incentivam processos escolares, aproximam, de alguma forma, as pessoas das TIC. Entretanto, essa realização se dá através de passos lentos, de processos que ainda são seletivos e apresentam diversos problemas em termos de análise de efetividade.

Uma forma de enxergar os benefícios advindos dos processos de ID, alcançados através das mudanças operacionalizadas através da política pública que

⁵⁵⁹ Formulação, decisão - aprovação ou não, implementação, monitoramento e controle - *feedback* que inclui avaliação por parte do cidadão e prestação de contas por parte dos executores e eventuais ajustes.

aproxima as pessoas das TIC, é observá-los em relação com o Marco Civil, segundo o qual todos devem ter acesso à internet, à informação e ao conhecimento, e ainda à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos. Nessa relação, sugiro que a política pública de ID se alinha parcialmente a esse eixo regulatório, por diversos motivos. Em primeiro lugar, embora apresente um leque de ações no combate à exclusão, essa política caminha a passos ainda lentos, pois a exclusão quantitativa persiste. Deveria existir um período transitório entre a exclusão e a inclusão, entretanto, a exclusão se transformou em um “modo de vida permanente” e paralelo, para uma parte da sociedade, que é incluída do ponto de vista econômico (enquanto consumidora de TIC), mas que é excluída do ponto de vista social, moral e político (SCALCO, 2012), em uma lógica que reflete as desigualdades ou ausências do mundo físico, também no mundo virtual, em territórios localizados no Brasil e no mundo. Em segundo lugar, os governos apresentam os indicadores de acesso, que embora demonstrem os altos investimentos em infraestrutura e em qualificação, ainda sugerem que grande parte das pessoas ainda está “*offline*”, em desigualdades que se manifestam em várias perspectivas (como rural/urbano, gênero, etnias). Mesmo que eu faça uso dos indicadores de qualificação na análise do direito à informação e conhecimento (embora eu considere esses indicadores insuficientes para atestar “conhecimento”), ainda assim posso perceber que muitas pessoas não participaram desses processos de formação. Por fim, não identifiquei indicadores quantitativos que comprovassem a participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos, embora reconheça, através das notícias de governo, dados qualitativos de algumas ações que se deram nesse sentido.

Enfim, os processos de ID no Brasil estão caminhando, o lugar ocupado pelos “antes excluídos” mudou, de alguma forma, levando-os a se perceber e ser percebidos como “mais cidadãos”, pois alguns sentidos de cidadania e inclusão social estão se realizando (ser reconhecido pelo Estado, que destina atenção aos seus problemas e necessidades; alcançar algum tipo de trabalho ou renda; estar conectado à rede mundial e ter um pouco de autonomia para algumas relações e ações, entre outros), e de alguma forma, essas pessoas estão constituindo redes de maior amplitude social, e, portanto, de mais “possibilidades” sociopolíticas, econômicas e culturais. Ressalto, entretanto, que essas “possibilidades” não demonstram a efetividade, pois não apresentam realizações, apenas especulações, logo, muito ainda tem que ser feito, em termos quali-quantitativos, principalmente porque muitos ainda estão completamente afastados desses processos.

Quanto ao IFPB, este representou um lugar onde ainda pude experimentar o processo de intervenção, como forma de buscar contribuir com as ações de ID, com base no que pude acessar através da teoria e da prática no campo. Sobre a intervenção, alguns aspectos representaram as bases para realizar as ações junto aos programas: por atuar na informática, eu tinha familiaridade com algumas ações técnicas e por ter me aproximado de várias teorias sociais, pude perceber as diferenças entre seus pontos de análise, o que me mostrou algumas limitações da técnica em relação aos problemas sociais; no desenvolvimento da tese, pensei a extensão, li pessoas e teorias do campo, tentando produzir uma análise sobre este, tendo feito um percurso de conversas, feiras e eventos em geral, e construindo um material, em diferentes níveis, o que me ajudou a tentar definir o campo de maneira mais concreta e em rede.

Através do estudo de caso no IFPB, pude refletir, principalmente, sobre os processos da qualificação, percebendo experiências educacionais “tradicionais”, que ofereceram produtos prontos e fechados, que não incluíram as pessoas em seus processos de construção e não dialogaram com as condições reais de existência, e outras mais contemporâneas, no sentido de serem reflexivas, repensadas continuamente, através de ideias inovadoras, e que não se fecharam em padrões genéricos.

Através das ações tradicionais, pude perceber processos desenvolvidos junto a comunidades que de alguma forma caminharam, mas encontraram seus limites, e até foram interrompidos, como as aulas de IB realizadas junto às ArtesãsComunidadeA, o que representou uma frustração para a equipe do projeto, e para a rede estabelecida em torno dessa comunidade⁵⁶⁰. A ID era importante para essas artesãs, e diversas ações com as TIC estavam em andamento⁵⁶¹, entretanto, elas não conseguiram um grau de escuta e de relação que lhes permitisse protagonizar o seu processo, e assim, “nadaram e morreram na praia”, objetivamente na impossibilidade de ID, que representava um requisito para que elas pudessem avançar em diversos aspectos. As turmas de MMC também apresentaram sentimentos de desencanto porque lá as pessoas queriam desenvolver ações complementares e o P1 não teve o que lhes oferecer, já que a proposta pedagógica se limitou às aulas e a coordenação do programa não se abriu para repensá-la.

⁵⁶⁰ O projeto era uma parceria entre várias instituições, sendo IFPB, GM e SEBRAE, as mais evidentes.

⁵⁶¹ De forma geral, o sentimento de inclusão a partir das TIC e da internet, e, mais especificamente, instrumentos tecno-sociais, entre eles, a página na internet pra divulgar seu trabalho, suas ações, eventos de que participavam (como o SPFW e apresentações fora do Brasil), instrumentos de gestão para a loja, como planilhas financeiras.

Em termos de ID, as críticas feitas com base nesses problemas levaram às ações contemporâneas, e através delas, as pessoas sonharam e começaram a tentar processos com bases diferentes, como fazer a extensão ir até as comunidades e trabalhar em parcerias com elas, pois o vazio das ações “prontas e padronizadas” era uma lacuna na própria definição dos processos da extensão, inclusive naqueles de ID. O que passou a sustentar essa ideia foi o conjunto de evidências sobre os projetos já implementados (inclusive os fracassos) e os diversos elementos que confluíram para um novo desenho dos projetos (entre eles, sugestões da Rede Extensão).

Enfim, o IFPB nos apresentou vários cenários para pensar os processos de ID, sendo o mais marcante deles a trajetória do ENEX (Pré-ENEX, ENEX e Pós-ENEX). O ENEX representou um marco na implantação da ideologia e da prática propostas pela Rede Extensão, enquanto modelo que abriu as possibilidades para que todos os extensionistas e participantes do evento fossem juntos às comunidades, recebessem as demandas sociais, e construíssem, junto com essas comunidades, ações que seriam desenvolvidas em ciclos participativos, através de parcerias entre programas e projetos que envolviam o IFPB, comunidades e parceiros externos. O papel do IFPB nesse instante foi alargar o espaço da cidadania⁵⁶², inclusive a partir das tecnologias digitais.

O ENEX não foi bem visto por todos e algumas pessoas se negaram a participar do evento, devido ao seu formato inovador e comunitário. “Não vou sair da minha casa para dormir no chão, em uma escola ou ONG⁵⁶³”. Entretanto, para a maioria dos participantes, fossem do IFPB ou externos a essa instituição, o ENEX representou uma revolução em termos de extensão, e um modelo a ser seguido para construção das próximas edições do evento.

As ações no IFPB ainda nos fizeram compreender a importância de pensar na ID e propor seus processos de forma horizontal, em forma de diálogo entre as partes interessadas, o que contrariou a forma “tradicional” de realizar ações “para outros”, comumente visto na forma de fazer extensão no IFPB, e também em modelos de “fazer políticas públicas” ainda encontrados no Brasil, ambos pensados através de ações ditadas “de cima para baixo”⁵⁶⁴. Nesses modelos verticais, o “público beneficiário” não existe até que se tenha um projeto pronto, ou seja, as pessoas não são pensadas em suas

⁵⁶² Esse processo já vinha ocorrendo, porém de forma menos evidente, durante toda a gestão da então equipe da PROEXC, desde quando foi implantada a Rede Extensão.

⁵⁶³ Eu pude ouvir esse “desabafo” em uma reunião sobre o ENEX, realizada no campus João Pessoa.

⁵⁶⁴ Embora esta tese tenha identificado mudanças em processos de construção de projetos de extensão e de políticas públicas, ainda existem práticas que não consideram a participação social nesses processos.

especificidades e não protagonizam suas demandas. Para nós no N2, esse foi mais um aprendizado que pudemos praticar através do ENEX, uma vez que precisamos desconstruir todas as ações que havíamos proposto no projeto inicial que submetemos ao evento, e reconstruí-las em parceria com a comunidade, na sua versão final⁵⁶⁵.

Resgatando mais alguns detalhes sobre o sentido da cidadania e da inclusão social através dos programas de extensão, foram evidenciados diversos cenários: no P1, as entrevistas me permitiram identificar pessoas que já se sentiam incluídas, mas que buscavam nos cursos mais qualificação para a vida acadêmica ou profissional; ainda neste programa, a maioria das pessoas se sentiam excluídas digital e/ou socialmente, e, de alguma forma, depositavam nas ações no IFPB, a esperança no desenvolvimento necessário para buscar novas possibilidades de qualificação para o trabalho, a integração em escopos sociais maiores, o autodesenvolvimento para uma cidadania mais ampla; no P2, as narrativas revelaram, em sua maioria, pessoas que se sentiram excluídas digital e socialmente, de alguma forma, pela ineficiência e/ou ausência dos artefatos e/ou processos de ID e pela falta de oportunidades sociais ou acesso a bens de direito.

Em ambos os programas, o “fim” das ações do IFPB, fossem cursos “rápidos” (como no P1) ou processos “maiores” (como no P2), parecia um momento de “interrupção” em projetos de vida, em sonhos, e as pessoas pareciam ficar perdidas, não saber o que fazer dali em diante, para prosseguir com suas ações, fossem em ID, ou mesmo no exercício da cidadania. Nesses espaços, sempre faltava algo, sempre se pedia mais, ou infraestrutura, ou qualificação, o que evidenciou o sentimento de “abandono” vivido por projetos públicos temporários⁵⁶⁶ e, em geral, demonstrou que as condições para autonomia e autodesenvolvimento ainda não eram percebidas por eles mesmos, e, portanto, que o processo de ID para inclusão social e cidadania é complexo e precisa de

⁵⁶⁵ Muita coisa mudou, como as aulas em campo, os temas geradores. O que seria uma oficina em moldes mais tradicionais se tornou um projeto vivo, continuado, dinâmico e relativamente imprevisível, pois cada etapa vivida nos inspirava para pensar/repensar as próximas etapas e desafios.

⁵⁶⁶ Referentes à prática através da qual instituições formulam projetos com cronogramas e objetivos definidos, algumas vezes para atender às suas próprias necessidades, e então, ou vão às comunidades ou levam-nas a espaços próprios para executá-los. Finalizando o projeto, “desfazem as relações” e em diversos casos, sequer dão algum *feedback*. Referencio os projetos de que participei para explicar esse tipo de problema. No P1, as pessoas passavam pelos cursos e depois nada mais acontecia. No N2, embora a Rede Extensão cultivasse uma nova forma de relação com as comunidades, nós sabíamos que em algum momento nossos recursos financeiros iriam acabar, assim como a liberação parcial para terminar o meu doutorado, assim como os conflitos pessoais ameaçavam a permanência da então gestão da PROEXC. Enfim, não seria fácil continuar o projeto em Lucena e o que nós já tínhamos feito não era “suficiente” para eles. Embora tenhamos trabalhado no sentido do autodesenvolvimento dos professores e alunos da Escola Pública J e da continuidade das nossas relações para eventuais ações futuras, sai de lá com o sentimento de que estávamos contribuindo para mais uma condição de “abandono”. Quanto a esse sentimento, confiei nas expectativas de continuidade da nossa relação através do N2 e, vendo os esforços da escola para desenvolvimento autônomo, em 2018, senti-me mais confiante nos seus passos futuros.

tempo, o que requer políticas e ações multidimensionais e contínuas, em períodos de médio ou longo prazo.

Conforme sugerido ao longo da tese, a ID se relaciona com várias dimensões, como educação e renda, e, portanto, sua efetividade requer que esses eixos sejam absolutamente efetivos (em si), para que essa efetividade também possa se dar na relação com outros eixos (em relação)⁵⁶⁷.

Apesar de todos esses problemas, considero que as ações desenvolvidas pelo P1 e P2 deixaram contribuições importantes para as comunidades e grupos atendidos, a partir de suas perspectivas próprias de inclusão, aliadas às suas visões de mundo. No caso do P1, através dos cursos que de alguma forma aproximaram as pessoas das TIC. No caso do P2, em alguns dos territórios de ação, os níveis de pobreza, de demandas diversas, eram tão grandes que, para as pessoas, as TIC poderiam não fazer sentido ou não ter significados evidentes. Entretanto, essas tecnologias foram trabalhadas enquanto elemento motivador para pensar em aspectos que estavam esquecidos ou naturalizados, mas que requeriam mudanças nas ações das comunidades ou mesmo do poder público, como a limpeza dos rios, a violência no entorno comunitário, a integração das comunidades rurais, a construção de um estaleiro, temas importantes para a esfera pública.

No caso da Escola Pública J, às estratégias de ensino que já vinham sendo desenvolvidas pelos professores foram somadas às novas propostas de atividades em TIC (por exemplo, o estudo das condições ambientais com aulas de campo, fotografias, filmagens, “aulas vivas”), o que foi considerado por todos os envolvidos com o N2 como sendo mais efetivo do que as aulas tradicionais. Nesse cenário, a importância da análise multidimensional se evidenciou, sugerindo, por exemplo, que embora a efetividade dos aspectos educacionais se relacionasse de forma direta à efetividade da ID, outras dimensões eram também muito importantes para os processos de inclusão⁵⁶⁸.

Tomando essa micro-realidade como exemplo, sugiro que problemas podem ter acontecido com as ações de ID executadas por diversos projetos dos governos, caso esses tenham estado desconectados de uma sequência lógica de integração de ações em várias dimensões, ou executadas em períodos descontínuos de ações. Entretanto,

⁵⁶⁷ Por exemplo, a educação tem que ser efetiva, para que os processos educacionais voltados ao uso de TIC também sejam efetivos.

⁵⁶⁸ Além dos problemas inerentes a diversas condições sociais desfavoráveis naquele território, os alunos estiveram expostos a problemas pontuais, por exemplo, enquanto o orçamento da escola não foi aprovado, faltou merenda para os alunos que, ou ficaram com fome, ou procuraram lanches baratos, como as coxinhas com refrigerantes vendidos na “carrocinha” que estacionava todos os dias na frente da escola.

consegui perceber várias conexões: por exemplo, qualificar em TIC para o mercado de trabalho e garantir a intermediação de mão de obra para as vagas, assim como oferecer cursos e infraestrutura para que rádios comunitárias exercessem seus processos de comunicação, pareceram-me ações com algum potencial de efetividade. Mesmo em um país onde as vagas com ensino superior potencializam as possibilidades de qualidade de vida, as demais vagas atendem ao pressuposto de realização de cidadania que requer outros tipos de ocupação e renda. Nos casos das rádios comunitárias, embora as ações não garantam sua equiparação de poder com a indústria da comunicação, elas potencializam as expressões através de novas vozes.

A efetividade da ID enquanto ação dos governos deve ser potencializada através tanto da idealização de uma macropolítica multidimensional (em contextos educacionais, de trabalho e renda, de saúde pública, de integração social, entre outros) quanto do caminhar no sentido da realização de suas concepções, em ciclos propostos e autoalimentados ao longo do tempo.

Enfim, a ID representa um processo que relaciona múltiplas dimensões, e requer tempo, mas não se pode ficar passivo enquanto a modernidade impõe a uns os efeitos e as consequências das decisões e escolhas dos demais. As tecnologias precisam chegar aos diversos contextos, inclusive para que possam revelar ao mundo cada particularidade geográfica, econômica, cultural, política, e assim, as fendas sociais possam ser percebidas e os debates públicos sobre elas possam ser priorizados, a partir de várias perspectivas e visões sobre quais projetos de cidadania se deseja realizar, e que possam ser reivindicadas posturas coletivas em busca de novas formações, pensadas de forma autoral pelos que necessitam de mudanças, de novos rumos, novas possibilidades históricas.

Esta tese se propõe a mostrar às pessoas o quanto o campo da ID precisa “pensar” e se abrir para debates, o quanto as ciências exatas e as ciências sociais precisam trabalhar suas respectivas expertises de forma conjunta, pois nessa interdisciplinaridade pode estar a riqueza das novas formações sociopolíticas. A técnica abre possibilidades que precisam ser desfrutadas pela vida, que é antes de tudo humana, relativamente simbólica, e recheada de experiências, sejam individuais ou coletivas. As pesquisas não podem simplesmente fomentar o que as teorias talvez tentem lhes impor, quando muitas vezes essas teorias nem vêm junto com pesquisa, não apresentam

dados⁵⁶⁹. Por sua vez, o campo é vivo, aberto, dinâmico, fluido, e ele me pediu que olhasse a diversidade de grupos sociais, culturas comunitárias, cenários políticos, interesses econômicos, que delimitasse os objetos, mas que me mantivesse sempre aberta para novas descobertas durante as análises, de forma que percebi relações não previstas, influências não pensadas anteriormente.

O campo fala, aponta, reivindica. Mas precisei estar disposta a construir essa interação que me possibilitasse receber, aprender com ele, quem sabe lhe ensinar algo que soubesse, enfim, fazer trocas, como na teoria da dádiva. Eu não podia ignorar o local, ou buscar ajustá-lo diante das teorias genéricas. O que me pareceu mais lógico é que as especificidades serviriam de *feedback* para repensar o que pudesse parecer “geral”.

Em nenhum momento, tive a pretensão de me tornar referência no campo da ID, mas lembro-me de que na banca de qualificação, uma examinadora me perguntou para quem eu gostaria de falar e, no momento, eu tive dúvidas. Hoje eu posso dizer que gostaria de que as reflexões desta tese, construídas por diversos autores, embora costurada por mim, pudessem dialogar com gestores (em geral e, principalmente, de TIC), projetistas de TIC, profissionais de TIC, educadores em TIC, técnicos que trabalham com TIC.

Gostaria de lhes dizer que os processos de ID não devem pensar nessas tecnologias sem “o humano”, sem “o social”, que não podemos falar sobre elas sem que tenhamos contextos, que elas são capazes de potencializar a cidadania, diminuir as desigualdades, caso sejam objetivados novos modelos de plataformas de interação, comunicação, decisão, ação e construção, baseados em perspectivas democráticas, participativas, inclusivas em grande escala.

Gostaria ainda de ressaltar que diversas pessoas já pensam nessa linha, e que pude ver congressos de informática trazer experiências em que as TIC conversaram com as neurociências ou trouxeram sociólogos em suas equipes, que trabalhos em redes sociais são apresentados por antropólogos, e nem sempre por cientistas da computação

⁵⁶⁹ Pode parecer meio assustador sair da caixinha, criticar o que parece consagrado pelos autores legitimados. Mas o contato com outros autores, o aumento da amplitude analítica a partir de outras linhas de análise, os debates ao longo das etapas do processo de doutoramento (em sala de aula, nas bancas avaliativas, nas reuniões de orientação) e o próprio trabalho de campo me ajudaram a contrapor ideias, visões, supostos interesses em discursos, e assim chegar a um pensamento mais próprio, não condicionado aos olhares puros da informática ou dos cenários já postos pelos “grandes autores sociais no campo da ID”.

(embora eles ainda sejam maioria nesses espaços)⁵⁷⁰. Por outro lado, seria importante que trabalhos com esses perfis fossem evidenciados, pois geralmente são estereotipados como “seções desprestigiadas”, com pouca ou quase nenhuma “plateia”, sendo, em geral, ainda desconhecidos, ou suas sessões não são prioritárias para o “grande público”, o que leva à alocação destes em salas algumas vezes fisicamente isoladas.

Referente às dificuldades na realização das ações da tese, não foi fácil categorizar as notícias dos portais dos governos, principalmente do GM, e interpretá-las, pois as ações de ID se capilarizam, penetrando diversos espaços e sendo penetradas por várias políticas públicas (segurança, saúde, educação) o que tornou denso o trabalho nos quadros. Por outro lado, essas correlações entre as áreas trouxeram as impressões de que os governos se preocupavam com a transversalidade das áreas técnicas, sociais e humanas, com a multidimensionalidade da ID, o que potencializa os resultados das ações com tecnologias.

Algumas dificuldades constatadas pela pesquisa para o desenvolvimento das ações nos núcleos N1 e N2 foram: cortes financeiros sofridos pelas instituições públicas (no nosso caso, pelo IFPB), em seus orçamentos, feitos ao nível de GF, o que resultou em escassez de recursos para ações, principalmente em campo, e enfraqueceu algumas parcerias, em virtude de inviabilizar algumas ações⁵⁷¹; as supostas divergências entre governos locais (estaduais e municipais) dificultaram algumas ações junto a escolas e comunidades⁵⁷²; a indisponibilidade de recursos provenientes de políticas públicas de ID (por ausência ou insuficiência) limitou ações em territórios de parceiros. Outro aspecto difícil para a pesquisa foi promover reflexões críticas e propor intervenções no IFPB, sem que houvesse desgaste em relações pessoais e profissionais.

Como trabalhos futuros, penso que posso seguir diversas das questões de pesquisa que ficaram em aberto, ao longo da trajetória para esta tese, no que diz respeito às investigações sobre a política pública de ID no Brasil. Outra ação importante requer a

⁵⁷⁰ Como experiências próprias, vivi o reconhecimento dos três trabalhos que submetemos e aprovamos em congressos: um deles, em congresso de educação (tendo unanimidade na aprovação pela banca avaliadora); um em TIC na educação (neste, o artigo foi escolhido para ser publicado com “*full paper*”, o que aconteceu com poucos trabalhos, sendo a maioria publicada como resumo); um em computação, em trilha com tema “inclusão digital” (neste, houve discrepância na avaliação, que variou desde o conceito mais alto de aprovação, dado por um avaliador, até ser rejeitado, por outro avaliador). O foco dos artigos se deu no desenvolvimento do trabalho etnográfico no IFPB, com temática que explorou as relações entre a antropologia e as pesquisas em TIC voltadas aos aspectos sociais.

⁵⁷¹ Por exemplo, de transporte para levar os extensionistas em visitas a comunidades mais distantes, inclusive fora de João Pessoa.

⁵⁷² Por exemplo, escolas estaduais apresentaram dificuldades para dispor de recursos municipais para ações de ID, como transporte de alunos, ou comunidades em alguns municípios não conseguiram dispor de recursos providos pelo estado, como uso de escolas da rede estadual para realizar ações em ID.

apresentação dos resultados dessa tese à nova equipe de gestão da PROEXC, empossada a partir da exoneração da antiga Pró-Reitora e de alguns diretores. Ao que tudo indica, a nova composição na gestão segue a linha dos trabalhos sociais, com foco semelhante à Rede Extensão, o que sugere um potencial interesse nas sugestões que esta tese pode dar, como contribuições para refletir sobre os processos de ID junto às comunidades, a partir de projetos de extensão. Por fim, precisa ser finalizado o projeto de pesquisa que trabalha os macromodelos para ID em comunidades, como forma de identificar indícios de efetividade em estruturas de ações já desenvolvidas, e a partir deles propor eixos-base que possam ser reusados para futuras ações.

6. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Manual de História Oral. 3ª. ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, V. Ouvir Contar. Textos em História Oral. Cap. 1. O lugar da História oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. RJ: Ed. FGV, p. 13-32, 2004.
- BALBONI, M. R. Por Detrás da Inclusão Digital. São Paulo: USP, 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), USP, São Paulo, 2007.
- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- BERREMAN, G. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia IN ZALUAR, Alba (org.) Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- BEZERRA, F.O. Cidades digitais: entre a inovação em gestão local e a mudança social. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=1>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- BONILLA, Maria Helena. O Brasil e a alfabetização digital. Jornal da Ciência, Rio de Janeiro, 2001.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 1992. Editora Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.), Problemas do estruturalismo, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, P. 1930. Pierre Bourdieu: sociologia / organizador [da coletânea] Renato Ortiz; [tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi]. – São Paulo: Ática, 1983.
- BÖRZEL, T.A. Organizando babel: redes de políticas públicas. In: O tempo das redes. Fábio Duarte, Carlos Quandt, Queila Souza, organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Política pública de inclusão digital / Tribunal de Contas da União. - Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecom, 2015. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm>> Acesso em: 22 fev. 2018.
- BUZATO, M. E. K. Entre a Fronteira e a Periferia: linguagem e letramento na inclusão digital. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. 351f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CALDEIRA, T. A pós-modernidade na antropologia, in Novos Estudos Cebrap 21. São Paulo, Cebrap, 1988.
- CAPRA, F. Vivendo as redes. In: O tempo das redes. Fábio Duarte, Carlos Quandt, Queila Souza, organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- CARDOSO, F.H. Prefácio. CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, M.F.L. “Amanhã vai ser maior” (?): notas sobre os usos da internet nos (in)sucessos de duas manifestações de rua do ativismo de pessoas trans. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=39>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- CASTAÑEDA, M. Midiativismo: tecnologias, práticas e contextos nas lutas no Rio de Janeiro. 30ª. RBA, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=39>. Acesso em: 12 jan. 2017.

- CASTELLS, M. A Network Theory of Power. 2011. Disponível em: <<http://ascnetworksnetwork.org/wp-content/uploads/2010/02/IJoC-Network-Theory-2011-Castells.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, M. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. 2007. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- CASTELLS, M. Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red. Los medios y la política. 2008a. Disponível em: <<https://telos.fundaciontelefonica.com/url-direct/pdf-generator?tipoContenido=articulo&idContenido=2009100116310137>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- CASTELLS, M. Democracy in the age of the Internet. 2009b. Disponível em: <http://lull.cat/IMAGES_175/transfer06-not01.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.
- CASTELLS, M. Globalisation and Identity. 2010. Disponível em: <http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/14/qm14_pdf/15.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.
- CASTELLS, M. La apropiación de las tecnologías. La cultura juvenil en la era digital. 2009a. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/DYC/TELOS/SOBRETELOS/Nmerosanteriores/DetalleAnteriores_81TELLOS_DOSSIER15/seccion=1268&idioma=es_ES&id=2009110317560001&activo=6.do#>. Acesso em: 22 out. 2016.
- CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. 2008b. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/content/616/1/78.short>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- CASTELLS, M.; MONGE, P.; CONTRACTOR, N. Prologue to the Special Section: Network Multidimensionality in the Digital Age. 2011. Disponível em: <<http://ascnetworksnetwork.org/wp-content/uploads/2010/02/IJoC-Network-Theory-2011-Prologue1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- COLOMBO, S. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. Folha de São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- CLIFFORD, J. “Sobre a autoridade etnográfica” in A experiência etnográfica. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.
- CLYDE-MITCHELL, J. C. “A dança Kalela” in FELDMAN-BIANCO, Bela, A Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Editora UNESP, 2010.
- CORRÊA, R. A. A Construção Social dos Programas Públicos de Inclusão Digital. Brasília: UNB, 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNB, Brasília, 2007.
- COSTA, L. F., I. Comunicação, Novas Tecnologias e Inclusão Digital. Salvador: UFBA, 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), UFBA, Salvador, 2007.
- DAMATTA, R. “O Ofício do Etnólogo ou como ter ‘Anthropological Blues’”. in NUNES, Edson de Oliveira (org.), A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 23-35, 1978.
- DUARTE, F.; FREY, K. Redes urbanas. In: O tempo das redes. Fábio Duarte, Carlos Quandt, Queila Souza, organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUSA, Q. Prefácio. In: O tempo das redes. Fábio Duarte, Carlos Quandt, Queila Souza, organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.

- ELIAS, N. O processo civilizador - uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 243-255, 2005.
- FANTON, M. Sujeito, sociedade e linguagem. Uma reflexão sobre as bases teóricas de pesquisa com narrativas biográficas. In: Civitas Porto Alegre v. 11 n. 3 p. 529-543. 2011.
- FELICIANO, A. M. Contribuições da Gestão do Conhecimento para Ações Empreendedoras de Inclusão Digital. Florianópolis: UFSC, 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.), UFSC, Florianópolis, 2008.
- FERREIRA, A.C. Junho de 2013: hiperetnografia de uma insurreição "invisível". 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=1>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- FERREIRA, V. R. B. A Utilização de Práticas de Gestão do Conhecimento em Organizações da Sociedade Civil que Trabalham com Projetos de Inclusão Digital – Um Estudo de Caso. Florianópolis: UFSC, 2007. 242 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), UFSC, Florianópolis, 2007.
- FOOTE-WHYTE, W. Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: 2005.
- GAIGE, D.S. “Aprendendo a aprender”: uma análise antropológica dos idosos na era digital. 30ª. RBA, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=39>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- GEERTZ, C. Um Jogo absorvente. Notas sobre a Briga de Galos Balinesa in A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 278-321, 1989a.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura in A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 13-41, 1989b.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna in BIANCO, Bela Feldman (Org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos, São Paulo: Global, pp. 227-344, 1987.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade/ Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker – São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. 2001. Sociologia, 4ª Edição. [tradução de Sandra Regina Netz] – São Paulo: Artmed, 2005.
- GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política, 2005.
- GONÇALVES, V. H. P. Inclusão Digital como Direito Fundamental. São Paulo: USP, 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito), USP, São Paulo, 2011.
- GOV.BR. Governo Federal. Governo Eletrônico. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 04 mar. 2015.
- HALL, S. A identidade cultural na Pós-modernidade. 2ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1994.

- HELOU, A. R. H. A. et al. Políticas Públicas de Inclusão Digital. Revista Renote: Novas Tecnologias na Educação. V. 9 N° 1, julho, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/21920/12720>>. Acesso em: 03 set. 2013.
- JAMBEIRO, O.; SILVA, H. P. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 9, n. 17, 147-169, 2004. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/about>>. Acesso em: 05 set. 2013.
- JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 1991.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
- LANDINI, T.S. A sociologia de Norbert Elias. BIB, n. 61, 1º. Semestre, pp. 91-108. 2006.
- LATOURETTE, B. Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. International Journal of Communication. 2011. Disponível em: <www.bruno-latour.fr/sites/default/files/121-CASTELLS-GB.pdf 2011>. Acesso em: 27 out. 2016.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.P.; CASTELLO G. “A Construção Política das Sociedades Cívicas”. In LAVALLE, A. G. (org.), Horizonte da Política. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp: Cebrap: Centro de Estudos da Metrópole, 2012.
- LEITÃO, D.K., GOMES, A.G.F.F. Antropologia Digital, Tecnologia e Cibercultura. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=39>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIMA, E.C.A. A Construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=39>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- LOWY, M. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MACINTOSH, A. Characterizing e-participation in policy-making. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, Hawaii. Computer Society Press, 2004. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/un-dpadm/unpan038449.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.
- MAGNANI, José G. Quando o campo é a cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole in Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana, 3. ed. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008.
- MARQUES, E.; BICHER, R.; GOMES, S.; GONÇALVES, R.; PAVEZ, T. “Os desafios da metrópole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metrópole”. In LAVALLE, A. G. (org.), Horizonte da Política. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp: Cebrap: Centro de Estudos da Metrópole, 2012.
- MARTINO, L.M.S. Teoria das Mídias Digitais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, G. J. N. Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 67-94, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/about>>. Acesso em: 07 set. 2013.

- MEDEIROS NETO, B. ; MIRANDA, A. L. C. Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. Repositório Institucional – UNB. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun., 2010.
- MENDONÇA, A. V. M. A integração de Redes Sociais e Tecnológicas: Análise do Processo de Comunicação para Inclusão Digital. Brasília: UNB, 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), UNB, Brasília, 2007.
- MESQUITA, D. S. C. T. Um Estudo Teórico sobre a Gestão do Conhecimento e a Inclusão Digital no Brasil: apresentação dos casos Rede Piá e Navegapará como exemplos de aplicação. Florianópolis: UFSC, 2011. 68 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), UFSC, Florianópolis, 2011.
- MICHELS, A. Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy? *International Review of Administrative Sciences*, UK, v. 77, n. 2, p. 275-293, 2011.
- MORI, C. K.. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000- 2010. Brasília: UNB, 2011. 351 f. Tese (Doutorado em Política Social), UNB, Brasília, 2011.
- NAZARÉ, W.B.; RIBEIRO, M.B.; FROTA, V.B. “Um modelo interdisciplinar com ênfase na inclusão da informática na formação básica e média”. In: *Nuevas Ideas en Informática Educativa*, Volumen 12, p. 511 - 516. Santiago de Chile, 2016.
- NORONHA, D. P. Reflexões sobre as representações da diferença no jornalismo hegemônico brasileiro. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=7>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia / organizador [da coletânea] Renato Ortiz; [tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi]*. – São Paulo: Ática, 1983.
- PAPADOPOULOS, Y.; WARIN, P. Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making effective and democratic? *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 4, p. 445-472, 2007.
- PARK, H. W.; THELWALL, M. Redes de hyperlinks: estudo da estrutura social na internet. In: *O tempo das redes*. Duarte, F., Quandt C., Souza Q., organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- PENTEADO, C., SANTOS, M. e ARAUJO, R.. Democracia, Sociedade Civil Organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 206-235, 2014.
- PERLONGHER, N. *O Negócio do Michê: a Prostituição Viril em São Paulo*, São Paulo:Perseu Abramo, 2008.
- PRADO, G. Redes e ambientes virtuais artísticos. In: *O tempo das redes*. Duarte, F., Quandt C., Souza Q., organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- PRINS, G. História Oral. In: Burke, P. *A escrita da história*. SP: UNESP, 1992.
- QUEIRÓZ, M. Isaura P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Von Simson, Olga M., *Experimentos com Histórias de Visa (Itália- Brasil)*. SP: Vértice, Editora dos Tribunais, pp. 14-43, 1988.

- REIS, E. P. Processos e escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- RODRIGUES, A. V.; MACULAN, A. M. D. Indicadores de Inclusão Digital. TIC Domicílios e Empresas 2012: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. São Paulo: CETIC.BR, p. 43-50, 2013. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
- RODRIGUES, N. N. Virtualização bancária: a experiência em João Pessoa – PB. João Pessoa: UFPB, 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), UFPB, João Pessoa, 2002.
- RODRIGUES, N. N. et al. Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Terceira Idade: A Descoberta do Mundo Virtual. Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Aracajú, 2011.
- RODRIGUES, N. N. et al. Virtualização Social: Uma Proposta Para Inclusão Digital Da Terceira Idade. Anais da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Luís, 2012.
- SANTIAGO, L.B.M. et al. O uso das Tecnologias Digitais na busca da superação do analfabetismo. Anais do Congresso Brasileiro de Informática na Educação, Uberlândia, 2016.
- SCALCO, Lucia Mury. Máquinas, conexões e saberes: as práticas de “inclusão digital” em famílias de grupos populares. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade do Rio Grande do Sul. Doutorado, 2012.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e estado, Brasília, v. 21, n. 1, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- SEGATA, J., RIFIOTIS, T. Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=1>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- SOUSA, R. A. F.. Futuros desafios para o programa nacional de banda larga. Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, IPEA, n. 17, 9-17, 08/2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10306&Itemid=8>. Acesso em: 02 set. 2013.
- SOUZA, Q.; QUANDT, C.. Metodologia de análise de redes sociais. In: O tempo das redes. Duarte, F., Quandt C., Souza Q., organização. São Paulo: Perspectivas, 2008.
- TAMBOURIUS, E. et al. Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium, 2007.
- THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 1995.
- TRAVANCAS, I. S., NOGUEIRA, S.G. Antropologia da comunicação: teorias, metodologias e experiências etnográficas do campo. 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=7>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. Síntese do Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

VAN DER HAAK, B.; PARKS, M.; CASTELLS, M. The Future of Journalism: Networked Journalism. 2012. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1750/832>>. Acesso em: 27 out. 2016.

VELHO, G. Prefácio. FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: 2005.

WILLIAMS, R. Cultura. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

WINKLER, I. A Implementação das Políticas Públicas Brasileiras de Inclusão Digital. Salvador: UFBA, 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração), UFBA, Salvador, 2005.

Produções e publicações

RODRIGUES, N.N.; BATISTA, M.R.R. *Cibercultura e redes institucionais: a busca da efetividade na inclusão através da educação digital cidadã*. In: *Anais da XXII Conferência Internacional sobre Informática na Educação, Fortaleza, 2017p*.

RODRIGUES, N.N.; BATISTA, M.R.R. *Educação para Inclusão Digital: Relações entre Contextos, Ações e Políticas Públicas*. In: *Anais do IV Congresso Nacional de Educação, João Pessoa, 2017o*.

RODRIGUES, N.N.; BATISTA, M.R.R. *Tecnologias Digitais e Cidadania: visões e políticas públicas relacionadas à inclusão digital em João Pessoa*. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Informática na Educação – XXIII Workshop de Informática na Escola, Recife, 2017n*.

RODRIGUES, N.N.; BATISTA, M.R.R. *Made In Paraíba: Relatos de pesquisa empírica sobre um modelo Multilateral e Multissetorial para construção e análise de Políticas Públicas de Inclusão Digital*. Artigo apresentado como seminário de tese ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Campina Grande, 2015.

RODRIGUES, N.N. et al. *Programa P2: Caminho das Tecnologias Sociais*. Youtube, Canal Programa P2. João Pessoa, 2017e.

RODRIGUES, N.N. et al. *Programa P2: Entrevista sobre educação cidadã (transcrição)*. João Pessoa, 2017c.

RODRIGUES, N.N. et al. *Programa P2: Entrevista sobre educação cidadã*. Youtube, Canal Programa P2. João Pessoa, 2017d.

Projetos institucionais

RODRIGUES, N.N. *Políticas Públicas de Inclusão Digital no Brasil enquanto instrumentos de promoção da cidadania e da inclusão social: uma análise em João Pessoa*. Projeto de Pesquisa IFPB - Campus João Pessoa. João Pessoa: IFPB, 2015f.

RODRIGUES, N.N. et al. *Cibercultura e Educomunicação nas comunidades: aplicação de tecnologias para modelos sustentáveis de inclusão digital cidadã*. Projeto de Pesquisa IFPB - Campus João Pessoa. João Pessoa: IFPB, 2017h.

RODRIGUES, N.N. et al. *Proposta de núcleo de extensão – N2*. João Pessoa: circulação restrita, João Pessoa: PROEXC, 2017a.

RODRIGUES, N.N. et al. *Proposta para o ENEX 2017 – N2*. João Pessoa: circulação restrita, João Pessoa: PROEXC, 2017b.

RODRIGUES, N.N. et al. ENEX 2017 - Programação da U.V. Escola Pública J. João Pessoa, 2017g.

Artefatos do trabalho de campo

1. ID no IFPB - P1. Cadernos de campo. João Pessoa: circulação restrita, 2015.
2. ID no IFPB – P1 e P2. Cadernos de campo. João Pessoa: circulação restrita, 2016.
3. ID no IFPB – P1, P2 e outross. Cadernos de campo. João Pessoa: circulação restrita, 2017.
4. Primeira proposta de transformação no P1. João Pessoa: circulação restrita, 2015a.
5. Relatório parcial de campo no P1 – parte 1. João Pessoa: circulação restrita, 2015b.
6. Relatório parcial de campo no P1 – parte 2. João Pessoa: circulação restrita, 2015c.
7. Relatório parcial de campo no P1 – parte 3. João Pessoa: circulação restrita, 2015d.
8. Relatório parcial de campo no P1 – parte 4. João Pessoa: circulação restrita, 2015e.
9. Entrevistas com formuladores de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre ação pública de inclusão digital. João Pessoa. 2015g.
10. Entrevistas com executores de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre ação pública de inclusão digital. João Pessoa. 2015h.
11. Entrevistas com “beneficiários” de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre ação pública de inclusão digital. João Pessoa. 2015i.
12. Entrevistas com “beneficiários” de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre ação autônoma de inclusão digital – Parte I. João Pessoa. 2015j.
13. Entrevistas com “beneficiários” de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre ação autônoma de inclusão digital – Parte II. João Pessoa. 2015l.
14. Entrevistas com “beneficiários” de ações de ID: Roteiro de Entrevista temática sobre visão de mundo. João Pessoa. 2015m.
15. Relatório N1 – Artesãs Comunidade A. João Pessoa: circulação restrita, 2015n.
16. Roteiro de Apresentação da Pesquisa. João Pessoa, 2015o.
17. Entrevistas com monitores e alunos do P1. Caderno de campo, áudio e transcrição. João Pessoa: circulação restrita, 2015p.
18. Vivência no Fórum de Governança da Internet 2015. João Pessoa, 2015q.
19. Proposta de pesquisa - Prefeitura Municipal de João Pessoa. João Pessoa, 2015r.
20. Proposta de pesquisa - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015s.
21. Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. João Pessoa, 2015t.
22. Segunda proposta de transformação no P1. João Pessoa: circulação restrita, 2016a.
23. Terceira proposta de transformação no P1. João Pessoa: circulação restrita, 2016b.
24. Quarta proposta de transformação no P1. João Pessoa: circulação restrita, 2016c.
25. Quinta proposta de transformação no P1 e Primeira proposta de transformação no P2. João Pessoa: circulação restrita, 2016d.
26. Relatório N2 – Escola Rural C. João Pessoa: circulação restrita, 2017i.
27. Relatório N2 – Comunidades E, F, G, H. João Pessoa: circulação restrita, 2017j.
28. Relatório N2 – Escola Pública J. João Pessoa: circulação restrita, 2017l.
29. Relatório N2 – Coletivo M,. João Pessoa: circulação restrita, 2017m.
30. Relatório N1 – Crianças Comunidade B e Jovens Comunidade D. João Pessoa: circulação restrita, 2017q.
31. Relatório Turmas de IB do N1. João Pessoa: circulação restrita, 2017r.
32. Relatório Turmas de MMC do N1. João Pessoa: circulação restrita, 2017s.
33. Vivência Associação Nacional de Inclusão Digital (ANID). João Pessoa, 2017t.
34. Avaliação dos candidados a programas/projetos de extensão (Edital de Extensão Nº 01, Março 2017, Retificado pelo Edital de Extensão Nº 09, Abril 2017). João Pessoa, 2017f.
35. Oficina de Inclusão Digital Cidadã – Parte I: Reflexões sobre a aplicação de TIC associada à inclusão social e à promoção da cidadania. João Pessoa. 2016e.
36. Oficina de Inclusão Digital Cidadã – Parte II: Elaboração de Projetos Sociais baseados em TIC. João Pessoa, 2016f.
37. Indicadores indiretos das políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal. João Pessoa, 2017u.

ANEXO A – Principais dados dos portais de governo

Este anexo apresenta os quadros referentes à coleta de dados sobre o política pública de ID nos portais do GF, GE e GM.

Narrativas sobre educação e trabalho

As principais ações de educação e trabalho, no GF, podem ser vistas no Quadro 56 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Além dessas, outras ações educacionais foram desenvolvidas através do “Banda Larga nas Escolas” e do “Prouca”.

Quadro 56- Integração com políticas Educacionais e de Trabalho

Tema: Integração com Políticas Educacionais e de Trabalho ⁵⁷³
Período de publicação das notícias ⁵⁷⁴ : 2009: 1; 2010: 5; 2011: 1; 2012: 14; 2013: 3; 2014: 11; 2016: 1; 2017: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas ⁵⁷⁵
Sobre os programas <u>Projeto Educação Digital</u> : política para computadores interativos (equipamento que reunia projeção, computador, microfone, DVD, lousa e acesso à internet) e <i>tablets</i> , cujo objetivo era oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas para o uso intensivo das TIC no processo de ensino e aprendizagem. <u>Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)</u> : programa educacional criado em 1997, pelo MEC, funcionava de forma descentralizada e tinha por atribuição principal introduzir o uso pedagógico de TIC nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição. Incentivava a utilização de softwares livres, produzia e publicizava conteúdos específicos (em espaços como o Portal do Professor), voltados para o uso didático-pedagógico. 2009 – Mais Educação e ProJovem Urbano : GF: “Investir no desenvolvimento do cidadão e das comunidades em todo o País é sinônimo de desenvolvimento e crescimento para o Brasil”. Através do programa Mais Educação ⁵⁷⁶ o GF financiou projetos de ID nas escolas, em diversas áreas. Outro programa que se relacionou à ID foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na modalidade Projovem Urbano ⁵⁷⁷ , que combinou a formação do ensino fundamental com iniciação profissional e práticas de cidadania, “além da inclusão digital”.

⁵⁷³ Os quadros de análises das políticas públicas contemplam os seguintes elementos com relação às notícias no portal: tema, períodos de publicação, categorias de ID, histórico de discursos e ações, resultados qualitativos, indicadores processuais. Para os temas em que esses elementos não foram identificados, seus espaços nos quadros foram suprimidos. Alguns dados das ações não foram conhecidos durante a pesquisa, devido ao alto esforço que implicaria em conhecer todos os desdobramentos das ações de ID e das suas relações com outras políticas públicas. Nesse sentido, essas análises ficaram fora do escopo desta tese, tendo-se mantido o foco no que foi publicado pelos agentes em seus portais.

⁵⁷⁴ O número associado ao ano representa a quantidade aproximada de notícias publicadas no portal sobre o tema, no ano citado, pois o trabalho sobre as notícias foi denso, sujeito a algum equívoco humano.

⁵⁷⁵ As notícias trouxeram textos do narrador, falas de representantes dos governos (GF, GE ou GM), de parceiros e/ou beneficiários das ações, e estas foram apresentadas em cada quadro construído.

⁵⁷⁶ O Mais Educação induzia a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, financiando projetos das escolas para oferecer atividades ligadas aos temas Cultura e Artes; Esporte e Lazer; Prevenção e Saúde; Acompanhamento Pedagógico; Direitos Humanos, Ética e Cidadania; Educação Econômica e Cidadania; Educomunicação, Meio Ambiente e ID. Era uma iniciativa do GF, em parceria com governos locais para promover a Educação Integral nas redes públicas de ensino.

⁵⁷⁷ Criado em 2005 e reestruturado em 2008, o Projovem passou a Projovem Integrado, dividindo-se em quatro modalidades (adolescente, urbano, campo e trabalhador), contando com a parceria de estados e municípios. O Projovem Adolescente oferecia oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O Projovem Urbano destinava-se a jovens que não haviam concluído o ensino fundamental, e previa a articulação de três dimensões: a formação no ensino fundamental; a qualificação profissional inicial composta de formação técnica geral e específica; e a formação para a participação cidadã. Dentre várias finalidades do programa, estava a ID como instrumento de inserção produtiva e de comunicação. O Projovem Campo integrava as políticas de educação do campo e de juventude, dando oportunidade a jovens agricultores, excluídos do sistema

2010 – Educação de jovens e adultos: O GF ressaltou a criação de laboratórios de informática como parte dos programas de ID, que eram considerados programas de inclusão social, através da “garantia do acesso a computadores e a internet, essencial para educação de jovens e adultos.” Outras ações desenvolvidas foram implantação de banda larga nas escolas, “alfabetização digital” de professores e alunos, além de “estimular a autonomia dos estudantes na formação do conhecimento” através do uso de TIC, e promoção de novas estratégias pedagógicas com o uso de conteúdos digitais. “Queremos tornar a sala de aula menos aborrecida, mais atraente. Até o momento, implantamos laboratórios em 42.688 instituições, mas é idiotice fazer isso sem capacitar o professor e é isto que estamos fazendo”.

2010 – Editais para a criação de tecnologias educacionais voltadas a escolas urbanas e rurais: O GF abriu editais para que instituições inscrevessem tecnologias da educação⁵⁷⁸ voltadas à escola pública em algumas áreas de interesse, entre as quais estavam: correção de fluxo escolar, formação continuada de professores, gestão de escolas, ID, e ainda alfabetização e ensino fundamental das escolas públicas da área rural, que trabalhavam com alunos de várias séries na mesma sala de aula. O investimento na aplicação de tecnologias na correção do fluxo escolar era uma resposta às demandas dos municípios em 2007 e 2008. “A prioridade no atendimento é das redes municipais com baixos índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb)”.

2011 – Lançamento do Pronatec: A Presidenta Dilma lançou o Pronatec⁵⁷⁹ e destacou que a luta mais obstinada de seu governo seria o combate à pobreza e à miséria, no qual a educação exercia papel de destaque.

2012 – Assistência estudantil para ensino superior: Através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes⁵⁸⁰), o GF investiu em assistência estudantil a alunos de ensino superior federal, como o objetivo de proporcionar a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições, evitar a repetência e a evasão.

2012 - Projovem Adolescente e Projovem Urbano: Em 2012, o GF apresentou o Projovem Adolescente e o Projovem Urbano como programas que incluíam ações de ID.

2012 - Abertura do Proext para ID: O GF abriu o Programa de Extensão Universitária⁵⁸¹ (Proext) com o objetivo de contribuir com instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão que cooperassem com as políticas públicas. “Pela primeira vez, o programa apoiará projetos voltados para a temática inclusão digital”, apoiando projetos voltados a espaços de acesso público e gratuito às TIC, a instalação de equipamentos para acesso à internet em áreas rurais e remotas, entre outros.

2012 - Distribuição de tablets: O GF distribuiria *tablets* para uso dos professores do ensino médio de escolas públicas federais, estaduais e municipais, através do projeto Educação Digital. “O mundo evolui em direção a uma sociedade do conhecimento e a escola tem que acompanhar esse processo. [...] Estamos definindo que, na educação, a inclusão digital começa pelo professor”. Para qualificação, eram oferecidos cursos pelo ProInfo.

2013 Projovem Urbano e Projovem Prisional: O GF abriu vagas para o Projovem Urbano e lançou o Projovem Urbano Prisional (este tinha o objetivo de melhorar a escolaridade e incentivar a participação social de jovens privados de liberdade), incluindo ações de ID).

2013 - Pronatec Campo: O GF realizou a primeira oficina de capacitação digital para instrutores do Pronatec Campo. O conteúdo foi elaborado em conjunto pelo governo federal e por entidades dos movimentos sociais.

2014 - ID no campo: O GF realizou um encontro para analisar o contexto da educação do campo em relação às TIC e compartilhar experiências em educação de comunicação capazes de contribuir com a educação do campo nas suas especificidades e realidades.

2016 Assistência estudantil para ensino superior (idem 2012).

Resultados qualitativos divulgados:

2012 – Ensino médio: “O ensino médio é o grande nó da educação. Os indicadores não são bons e a evasão escolar é alta. A escola não está atrativa para o jovem. Esses equipamentos [*tablets*] fazem parte do esforço para melhorar o ensino médio. Além de enviar equipamentos, o MEC oferece cursos de formação aos professores”.

2014 - Projovem Urbano: Segundo a notícia, muitos jovens encontraram no Projovem Urbano uma

formal de ensino, de concluir o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional. O Projovem Trabalhador preparava os jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

⁵⁷⁸ “Ferramentas, materiais e processos que, pré-qualificados pelo Ministério da Educação, ficam à disposição das escolas e dos sistemas públicos de ensino estaduais e municipais”.

⁵⁷⁹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tinha como finalidade ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de qualificação técnica e assistência financeira.

⁵⁸⁰ O Pnaes contemplava assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, ID, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso de estudantes com deficiência.

⁵⁸¹ O Proext financia projetos em áreas como combate à fome, erradicação do trabalho infantil, juventude e desenvolvimento social, violência urbana, direitos humanos, educação ambiental, dentre outros.

possibilidade de redimensionar suas vidas.
Aluno, 20 anos: “O programa é uma oportunidade extraordinária, que está ajudando muito, pois através do Projovem muita gente sai da violência. Sabemos que muitos alunos não tiveram essa oportunidade de estudar, e nós temos que fazer a diferença nas nossas vidas”.

2014 - Educação e desenvolvimento no Nordeste: "Estou convencido de que o maior instrumento de desenvolvimento econômico é a combinação de educação, ciência e tecnologia, articulado com projetos de desenvolvimento. [...] Eu vejo que está havendo uma transformação profunda do Nordeste brasileiro, embora o nível de renda seja menos de 50% da média nacional. Estou convencido de que o elemento mais importante nesse contexto é o avanço do sistema educacional, das universidades".

Indicadores processuais diretos⁵⁸² divulgados:

- Quantidade de professores capacitados em 2009: 332.184 professores.
- Quantidade de tecnologias educacionais produzidas por pessoas físicas ou jurídicas e pré-qualificadas pelo MEC de 2007 até março de 2010: 89 tecnologias.
- Quantidade de laboratórios implantados em escolas (abril de 2010): 42.688 laboratórios.
- Quantidade de tecnologias educacionais produzidas pelo MEC de 2007 até março de 2010: 53.
- Quantidade de professores que já haviam feito o ProInfo (fevereiro de 2012): mais de 300 mil.
- Quantidade de aulas disponíveis no Portal do Professor (fevereiro de 2012): 15 mil aulas.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

As ações do Banda Larga nas Escolas, no GF, podem ser vistas no Quadro 57.

Quadro 57 - Banda Larga nas Escolas

Tema: Banda Larga nas Escolas
Período de publicação das notícias: 2010: 1; 2015: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: <u>Programa Banda Larga nas Escolas:</u> Lançado em abril de 2008, tinha como objetivo levar a internet para as escolas públicas – municipais, estaduais e federais do Brasil. Além de um incremento no ensino, o acesso à internet nesses locais proporcionava a inclusão social de milhares de alunos. O programa era colocado em prática por empresas telefônicas autorizadas. Estava acordada com as empresas a garantia da manutenção da estrutura, sem ônus, até 2025.
Indicadores processuais diretos divulgados: <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de escolas conectadas à banda larga até 2011: 58.754 escolas. • Quantidade de escolas públicas com internet gratuita no Brasil (março de 2015): 84 mil escolas. • Quantidade de escolas públicas urbanas com internet gratuita no Brasil (março de 2015): 66 mil. • Quantidade de escolas públicas em áreas rurais de municípios com internet gratuita no Brasil (março de 2015): 18 mil escolas.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

As principais ações do Prouca, no GF, podem ser vistas no Quadro 58.

Quadro 58- Programa Um Computador por Aluno (Prouca)

Tema: Programa Um Computador por Aluno (Prouca)
Período de publicação das notícias: 2010: 1; 2011: 3; 2012: 3.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: <u>Programa Um Computador por Aluno (Prouca):</u> Começara em 2007, tendo o objetivo de promover a inclusão digital, pedagógica e social mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis, com conteúdos destinados ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem em escolas públicas municipais, estaduais ou distrital. 2010 - Edital do CNPq e MEC: O MEC e o CNPq lançaram um edital para financiar projetos do Prouca, nas

⁵⁸² A pesquisa identificou diversos indicadores indiretos sobre as ações do GF e também no GE e do GM. Esses indicadores podem ser acessados em Rodrigues (2017u).

linhas: inovações e fundamentação científica para a educação, formação e a avaliação no âmbito do programa; processos e produtos relacionados à aprendizagem com o suporte do uso do laptop educacional; impactos sociais e comunicacionais e de ID provocados pelo uso do laptop educacional; investigação de práticas pedagógicas e de gestão, com foco na sala de aula, na escola e nos sistemas de ensino, decorrentes do uso do laptop educacional; formação de redes de pesquisa interdisciplinar e intersetorial.

2011 - Edital do CNPq e MEC: O MEC e o CNPq lançaram novo edital para financiar projetos no Prouca (*idem* 2010). Alguns pré-requisitos para os projetos: o pesquisador devia ter título de doutor, currículo na Plataforma Lattes, experiência em projetos educacionais e no uso pedagógico de TIC, e vínculo formal com a instituição do projeto.

2012 - Computadores portáteis em escolas do campo e quilombolas: Com o objetivo de atender escolas rurais e quilombolas, o GF ampliou o atendimento do Proinfo. A iniciativa fazia parte das metas do Programa Nacional de Educação do Campo⁵⁸³ (Pronacampo), e distribuiria computadores portáteis para alunos de escolas rurais de pequeno porte, por meio do Prouca, além de construir laboratórios de informática nessas escolas..

2012 - Plano de incentivo à economia e novo regulamento do PROUCA

O GF lançou o Plano Brasil Maior⁵⁸⁴ e ampliou as ações de ID. “A Lei cita e amplia uma série de programas e iniciativas já implementadas pelo governo, além de definir procedimentos para novas ações”, restabelecendo o Prouca e criando o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional⁵⁸⁵ (Reicomp).

Resultados qualitativos divulgados:

2014 – Contribuições para a escola

Representante de governo estadual: “É um projeto referência em políticas públicas, cujo carro chefe é o binômio educação e tecnologia, ancorado na inclusão social e no desenvolvimento humano. [...] o programa contribuiu para melhorar o rendimento escolar, além de ter atraído ações pedagógicas inovadoras”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de computadores distribuídos a estudantes na segunda fase do projeto (outubro 2011): 150 mil.
- Quantidade de *laptops* adquiridos pelo GF em 2011: 345 mil.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

O desdobramento das ações federais de educação e trabalho, no GE, pode ser visto no Quadro 59.

Quadro 59- Integração com Políticas Educacionais e de Trabalho

Tema: Integração com Políticas Educacionais e de Trabalho
Período de publicação das notícias: 2009: 1; 2010: 1; 2011: 13; 2012: 4; 2013: 1; 2014: 2; 2015: 3.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: <p>2009 Assinatura de convênio para ID das escolas: O GE e a operadora de telefonia Oi Brasil assinaram o convênio “Escolas Conectadas” para que as escolas públicas estaduais e municipais tivessem acesso à internet. “A parceria com a Oi vai permitir a completa informatização nas escolas públicas”.</p> <p>Oi Brasil: “O convênio com o Governo da Paraíba está inserido no projeto que acontece em todo o País, que é conectar as escolas públicas. [...]A Oi é uma empresa de telecomunicação com interação muito grande com as comunidades, através da banda larga, telefonia fixa, telefonia móvel e muito em breve através de televisão por assinatura. A Oi é a maior do país e é 100% brasileira”.</p> <p>2011 Lançamento de Programas escolares que incluem ID: O GE lançou o Plano de Gestão Paraíba Faz Educação⁵⁸⁶, com projetos para “qualificar professores, dar segurança às escolas, ampliar oferta de ensino,</p>

⁵⁸³ O Pronacampo tinha o objetivo de atender escolas rurais e quilombolas com ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; educação de jovens e adultos; e educação profissional e tecnológica. A ideia era formar agricultores em universidades e cursos técnicos para que aplicassem conhecimentos em ações nas pequenas propriedades. “O Pronacampo trabalha a educação contextualizada, promovendo a interação entre conhecimento científico e os saberes das comunidades”.

⁵⁸⁴ O Plano Brasil Maior era amplo e fora instituído por meio de Lei. Em termos de TIC, reduzia impostos, estimulava redes de banda larga, compra de computadores.

⁵⁸⁵ O Reicomp tinha o objetivo de facilitar a compra de aparelhos para uso por alunos e professores da rede pública federal, estadual, municipal, e para as escolas sem fins lucrativos que prestavam atendimento a pessoas com deficiência, dando prioridade aos computadores de software livre e de código aberto. “A forma de tributação é diferenciada e suspende o IPI sobre matérias-primas e produtos intermediários para fabricação de computadores, e o PIS/Pasep e Cofins sobre venda e importação de matérias-primas e produtos intermediários ou prestação de serviços por empresas habilitadas”.

fazer inclusão digital e difundir programas de gestão e incentivo na rede escolar”.

2011 Ampliação do Programa Mais Educação: O GE discutiu a expansão do Programa Mais Educação no Estado. “O Mais Educação é um dos programas mais importantes do Ministério da Educação e da educação brasileira hoje, no que se refere à educação integral, e ele precisa se consolidar cada vez mais como política pública”. As escolas integrais poderiam oferecer oficinas sobre meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

2011 Implantação do e-Tec: O GE aderiu ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil⁵⁸⁷ – e-Tec e, a partir de 2012, ofereceria cursos profissionalizantes à distância para alunos do ensino médio da rede estadual. “A Paraíba era um dos poucos Estados da Federação que ainda não havia aderido ao programa. Então, através de uma parceria com o IFPB, daremos início aos cursos”.

2012 Capacitação através de cursos de Educação a Distância: Buscando “promover a inclusão social por meio da inclusão digital”, o GE capacitava professores, gestores e alunos da rede estadual de ensino, através de cursos desenvolvidos na modalidade de Educação a Distância (EAD).

IFPB: “A parceria surgiu dentro do programa e-Tec, implantado pelo Governo Federal desde 2008, mas nunca desenvolvido na Paraíba. [...] O programa prevê esse tipo de parceria entre o instituto e órgãos locais, por ser uma ação inserida dentro das políticas públicas do governo brasileiro”.

2013 Orçamento Democrático Escolar: O GE realizou o Orçamento Democrático (OD) Escolar através de plenárias em todas escolas da rede estadual, visando ampliar a participação das comunidades escolares e locais na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, com vistas à melhoria da qualidade da educação. Alunos, professores, funcionários e pais de alunos das 806 unidades de ensino da rede estadual teriam participado do OD Escolar 2013. Para o GE, o OD Escolar era importante “para a realização de uma gestão pactuada com a comunidade escolar, onde todos têm vez e voz”.

2014 Promoção do Fórum Internacional de Líderes em Educação e Tecnologia: O GE promoveu o evento, destinado a profissionais convidados das áreas de educação e tecnologia, onde o educador era visto como parte integrante das ações de incorporação das TIC nos processos educacionais. Estiveram presentes no evento mais de “800 convidados do Brasil e do exterior”. Durante o evento, as palestras “abordaram as boas práticas com tecnologias educacionais”. O evento teve transmissão online.

2015 Formação para tutores do Proinfo Integrado: O GE realizaria formação para 150 Tutores do Proinfo Integrado⁵⁸⁸, em várias cidades da Paraíba. “A partir da capacitação os tutores vão repassar os conteúdos aos professores [da rede estadual de ensino], para que estes possam aplicar em sala de aula.”.

Resultados qualitativos divulgados:

2012 Destaque para a Paraíba no desenvolvimento do Mais Educação: Uma escola estadual no município no sertão paraibano foi destaque no portal do GF, por sua experiência com a implantação do Mais Educação, desenvolvido em parceria com o GF, e que incluía ações em ID. O texto enfatizou a melhora das notas e o convívio social dos estudantes. O GE considerou a notícia um reconhecimento do trabalho desenvolvido.

2012 Educação à distância: Pedagoga, sobre o curso de Educação para as relações étnicorraciais através de EAD: “Me senti interessada, pois a temática é nova, pouco discutida nas salas de aula. Acredito que precisamos nos aperfeiçoar constantemente. [...] O conteúdo trabalhado pela internet é riquíssimo”.

2013 Orçamento Democrático Escolar: Professor de Filosofia de uma escola estadual: o professor apresentou vídeos sobre a situação da escola antes e depois do OD Escolar, mostrando as melhorias em infraestrutura, mobiliário, iluminação, ID com a instalação de laboratório de informática, material didático e demais benefícios e ressaltou o apoio do governador, que era “sensível às necessidades da escola e conseguiu

⁵⁸⁶ O programa era a reunião de diversos projetos, planos e ações que o GE vinha implantando, englobando oito eixos temáticos: identidade, cultura, cidade, campo, comunicação, tecnologia, cidadania e trabalho. Os projetos no plano retratavam “inovações propostas numa vertente interdisciplinar, marca da educação nos tempos modernos”, e também divulgavam “as ações do dia a dia da Educação no Estado, com a preocupação de reverter situações negativas ainda presentes, a exemplo do analfabetismo de jovens e adultos na Paraíba”. O Paraíba Faz Educação era composto por 33 projetos, entre eles, o Educador Digital (capacitação dos professores da rede estadual de ensino, utilizando a metodologia do Proinfo). Uma das bases do programa era a “Educação Cooperada” com a finalidade de “ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas estaduais, com estímulo à prática do controle social para melhoria da qualidade da Educação”.

⁵⁸⁷ “O sistema e-Tec visa à oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios”.

⁵⁸⁸ O Proinfo Integrado era composto por módulos, como Introdução à Educação Digital, Aprendendo e Estudando com as TIC, Elaboração de Projetos e Redes de Aprendizagem.

transformar a realidade dela”.

2015 Formação de educadores: “Há um crescimento nas políticas de formação de educadores, o que fortalece o aprendizado e valoriza o profissional de Educação, resultando no melhor desempenho dos alunos e, consequentemente, na melhoria dos índices da Educação Básica”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de escolas na rede estadual de ensino com laboratórios de informática concluídos (abril de 2009): aproximadamente 374 escolas (de um total de 1.048 escolas).
- Quantidade de escolas na rede estadual de ensino com laboratórios de informática em fase de instalação (abril de 2009): aproximadamente 100 escolas.
- Quantidade de escolas na rede estadual de ensino com acesso a internet (abril de 2009): 205 escolas.
- Quantidade de tablets entregues a alunos e professores na rede estadual de ensino até 2013: 61 mil.
- Quantidade de tablets adquiridos em 2014 para ser entregues a alunos e professores na rede estadual de ensino em 2015: 43 mil *tablets*.
- Quantidade de laboratórios de Robótica montados na rede estadual de ensino de 2011 a março de 2015: 300.
- Quantidade de professores que participaram do curso Educador Digital na rede estadual de ensino de 2011 a março de 2015: 12 mil educadores.

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

O desdobramento das ações federais e/ou estaduais de educação e trabalho, no GM, pode ser visto no Quadro 60.

Quadro 60 - Integração com políticas de Educação e Trabalho

Tema: Integração com políticas de Educação e Trabalho
Período de publicação das notícias: 2007: 4; 2008: 3; 2009: 4; 2010: 18; 2011: 8; 2012: 2; 2014: 3; 2015: 3.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Governo Eletrônico, Ciclo de Políticas Públicas
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre os programas/projetos: <u>Formação Continuada em Tecnologias (FCT):</u> Criado em 1996, tinha como objetivo subsidiar os profissionais da educação em uma melhor sistematização de sua prática com relação ao processo de ensino e aprendizagem escolar, centrado em uma perspectiva de educação inclusiva. “O programa promove ainda a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira”. <u>Escola Digital:</u> Programa de ID do GM, iniciado em 2005 e que abordava vários projetos, realizando o processo de ID dos educadores da rede municipal de ensino. Os profissionais lotados nas escolas municipais em exercício do magistério ou em atividade pedagógica, após realização de curso no FCT recebiam um <i>notebook</i> , para agregar qualidade às suas rotinas, participar de formações à distância e atuar nos sistemas de informação do GM, oferecendo dados em tempo real que auxiliariam a administração pública da educação. <u>Robótica Pedagógica:</u> Usava recursos tecnológicos disponíveis nas escolas municipais “na tentativa de explorar com veemência o potencial pedagógico dos laboratórios de informática transformando-os em ambientes facilitadores da inclusão digital e social dos alunos”, oferecendo condições de diversificar a metodologia de ensino e proporcionar um “diferencial de qualidade a partir da aplicação de temas transversais e de interdisciplinaridade”. <u>Sistema Acadêmico Municipal (SAM):</u> Sistema on-line para controle acadêmico das escolas municipais, cujo objetivo era oferecer às escolas de João Pessoa um “sistema que garanta a efetividade dos processos acadêmicos facilitando as atividades escolares e permitindo um maior controle e interação da escola com a secretaria de educação”. <u>Portal da Educação:</u> O portal tinha como objetivo divulgar as ações planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Sedec) e os programas e projetos desenvolvidos pelas escolas e Creis, tendo espaço para o professor, para o aluno, agenda da educação, bem como informações úteis para o desenvolvimento das atividades pedagógicas das unidades escolares, promovendo transparência e informação. <u>Professor Plugado:</u> Desenvolvimento em parceria com o GF, tinha como foco a capacitação dos educadores (docentes, especialistas e gestores efetivos e em atividade pedagógica) nas tecnologias usadas para auxiliar na melhoria da qualidade do ensino e na ID, apresentando como meta o desenvolvimento humano e a construção da cidadania. <u>Workshop de Tecnologia na Educação (WTE):</u> Promovido anualmente desde 2007, foi elaborado “a fim de atenuar problemáticas referentes às questões da inclusão digital, contextualizando o novo perfil da utilização das tecnologias nas escolas”, tendo como principal objetivo “incentivar a utilização pedagógica e sistematizada

dos recursos tecnológicos disponíveis, trazendo a sensibilização aos usuários da sua viabilidade, a fim de proporcionar compartilhamento de conhecimentos e experiências”.

2007 Realização do Workshop de Tecnologias na Educação: Em 2007 o GM realizou o WTE, voltado a professores, alunos e profissionais de informática, promovendo palestras, debates e mesas redondas sobre vários temas que relacionaram TIC e educação, envolvendo questões técnicas, humanas e sociais. “Por ser um assunto novo e dinâmico, é preciso ter o processo de treinamento. Atualmente, a inclusão digital é uma condição para a inclusão social. Daí a necessidade de se familiarizar com o uso dessas ferramentas”.

2007 Projetos com TIC nas Escolas: O GM apresentou projetos em ID: FCT, SAM e Escola Digital (Robótica Pedagógica⁵⁸⁹). Inicialmente o objetivo do FCT era capacitar secretários escolares com cursos de informática básica (Windows, Word, Excel e Internet), para uso do SAM, mas o treinamento tomou uma dimensão maior, chegando a outros servidores da rede municipal.

2008 Educação para Elevação do IDH: Um dos valores associados às ações de ID em escolas foi elevar o IDH: “A inclusão digital faz parte da realidade dos alunos que contam com mais de três mil novos computadores e aulas de xadrez e robótica no currículo. Iniciativas que estão contribuindo para elevar o IDH de João Pessoa”.

2008 Projovem e inclusão digital: Em 2008, o GM lançou o ProJovem Adolescente, que seria executado em áreas de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) do município, criando oportunidades para aumento do nível de escolaridade, formação profissional e desenvolvimento humano dos jovens. As atividades tinham foco em protagonismo juvenil, ID, esportes, formação cultural (teatro e dança) e se ligavam a questões da juventude, como violência, drogas e sexualidade.

2008 Escola em Tempo Integral: Em 2008 o GM desenvolveu o Mais Educação e o Escola Aberta⁵⁹⁰, abrindo as escolas no turno oposto para a realização de oficinas em oito macro-campos (acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; inclusão digital; prevenção e promoção da saúde; e educomunicação) e nos finais de semana para oficinas artísticas, culturais, pedagógicas e esportivas, “mas agora não só para os alunos, a comunidade escolar, pais, familiares e amigos são convidados a participar”.

2009 Apresentação para Ações da Educação em 2010: Em 2009 o GM apresentou ações para a educação em 2010: programas e projetos que tinham por objetivo lançar metas que motivassem as escolas municipais a buscar a qualidade de ensino, entre eles a Escola Digital. Várias ações poderiam ser desenvolvidas no Portal da Educação.

2010 Notebooks e kits de robótica nas atividades em sala de aula: O GM repassou computadores portáteis aos docentes, especialistas e gestores em atividade pedagógica que tivessem concluído cursos no Professor Plugado, tornando-os “agentes no processo de inclusão digital e social dos alunos matriculados na rede de ensino, assim como participantes ativos e beneficiados no processo de inclusão digital”. Em paralelo, o GM capacitou professores através do curso Proinfo I, e seria ofertado o curso Proinfo II, com aulas semipresenciais. Referente ao projeto Robótica Pedagógica, foram entregues às escolas da rede municipal de ensino kits para a confecção dos robôs. Os cursos identificados na parceria GM-Proinfo, ao longo do período de 2007 a 2017, variaram entre as propostas: Proinfo I – “Introdução à Educação Digital” (contribuía para a ID de profissionais da educação, preparando-os para utilizarem computadores com softwares livres e internet); Proinfo II – “Tecnologia na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC” (oferecia subsídios teórico-metodológicos práticos para que os professores, especialistas e gestores escolares compreendessem o potencial pedagógico das TIC no ensino e na aprendizagem em suas escolas); Proinfo III – “Elaboração de Projetos” (capacitava professores e gestores escolares para que eles identificassem as contribuições das TIC para o desenvolvimento de projetos em salas de aula); Proinfo IV – “Redes de Aprendizagem” (preparava os professores para compreensão do papel da escola frente à cultura digital e utilização das novas mídias sociais no ensino).

2010 Ciranda circular e as ações de ID: O Ciranda Circular⁵⁹¹ representou outro programa com ações de ID, através de suas oficinas, nas áreas: “esporte e lazer, inclusão digital, geração de renda, música, literatura, artes

⁵⁸⁹ “A robótica não é apenas um instrumento que possibilita a construção de protótipos, ela permite que os protótipos sejam instrumentos de crescimento cognitivo e interação interdisciplinar, estimulando o estudo das ciências e ampliando a percepção para a utilização da inteligência artificial. Os equipamentos utilizados na robótica estão sendo utilizados [...] ampliando e fortalecendo as ações pedagógicas, fortalecendo o potencial dos recursos tecnológicos para aquisição da aprendizagem significativa”.

⁵⁹⁰ A Escola Aberta escola era um espaço para o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e esportivas para estudantes e comunidades. O programa apoiava a abertura, nos finais de semana, de escolas públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social, visando fortalecer a convivência comunitária, evidenciar a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade, além de contribuir para valorizar o território e os sentimentos de identidade e pertencimento.

⁵⁹¹ O Ciranda Curricular era um programa sócio-educativo e cultural, realizado com recursos próprios do GM, com o objetivo de promover a integração entre estudantes, familiares e comunidade, por meio de

cênicas, artes visuais, danças e patrimônio cultural”. As oficinas aconteciam “aos sábados nas escolas da rede municipal e durante a semana nos espaços parceiros como: Unidades do Programa Saúde da Família (USFs), Associações de Moradores e Centro de Arte e Cultura Municipal Teatro Ednaldo do Egypto”.

2010 Entrega de laboratórios de informática nas escolas: A rede municipal de ensino estava recebendo do MEC laboratórios de informática, adquiridos com recursos do ProInfo. “Os laboratórios não vão atender apenas aos alunos, mas também a toda a comunidade nos sábados pela manhã e os professores nos sábados a tarde”.

2010 Realização do Workshop de Tecnologia na Educação: O GM realizou o evento em modelo semelhante às edições anteriores.

2010 Disponibilização de acesso à internet em escolas: Em 2008 João Pessoa passou a contar com o projeto Banda Larga nas Escolas, do GF, sendo assinado formalmente o convênio para instalação de internet banda larga em todas as unidades até o fim de 2010, com foco na melhoria da qualidade do ensino público.

2010 Ampliação do acesso à internet nas escolas municipais: O GM assinou termo com a empresa Oi, visando ampliar o acesso das escolas públicas urbanas à internet banda larga. “Estamos procurando capacitar não só os nossos estudantes, mas a população”.

2010 GM destaca avanços na Educação: O GM destacou alguns avanços na educação durante os 5 anos de gestão, entre eles: melhorias na qualidade do ensino; o acesso à Informática.

2011 Capacitação em ID no ProJovem Adolescente: Os adolescentes participaram do II Ciclo da Formação Técnica sob a temática “A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho”, através de cursos que incluíram a ID.

2011 Oferta de cursos no Professor Plugado: A parceria entre GM e GF “reforçou a inserção da informática no cotidiano escolar, com a valorização e o estímulo aos profissionais da educação para integrar as atividades dos softwares educacionais ao conteúdo curricular de suas disciplinas através do projeto”. Em 2011 o programa teve continuidade nos cursos do Proinfo. Ao final do Proinfo I os aprovados receberam um *notebook*.

2011 Oferta de formação à distância: O GM incrementou o programa de FCT com a implantação do ensino à distância, “tendo em vista que é crescente o número de educadores que, em consonância com o seu tempo, objetiva a sua inclusão digital”.

2012 Realização do Workshop de Tecnologias de Informação no Ensino: O GM realizou o evento em modelo semelhante às edições anteriores.

2014 Capacitação no Proinfo: O GM ofertou o cursos no Proinfo Integrado (Proinfo I, Proinfo II, Proinfo III e Proinfo IV), na modalidade semipresencial.

2015 Parceria IFPB e GM para ações no Pronatec: Uma parceria entre GM e IFPB, através do Pronatec⁵⁹² ofereceria capacitação no Sine-PB a beneficiárias do Mulheres Mil⁵⁹³. “A expectativa é que tão logo conclua os cursos, essas mulheres estejam capacitadas para se inscrever no Sine para encaminhamento ao mercado de trabalho”.

Resultados qualitativos divulgados:

2007 Formação Continuada em Tecnologia: “O projeto contribuiu para mudanças na estrutura organizacional das escolas municipais e ampliou a visão dos funcionários quanto à importância da utilização da tecnologia, dessa forma, observou-se que as barreiras quanto ao uso do computador foram vencidas”.

2009 Mais Educação e inclusão digital: “Avaliações são realizadas semestralmente e o resultado revela aproveitamento do processo educativo, além de inserção social e diminuição de situação de risco, já que muitos dessas crianças e adolescentes acabavam passando muito tempo ocioso, na rua, o que gerava violência e fragilidades”.

Aluno em escola integral: “Antes não gostava de vir estudar, mas agora estou mudado, esse programa tem me ajudado muito, aprendo cada vez mais, e o que mais gosto de fazer é a oficina de judô, quero ser um atleta”.

2010 Melhorias na educação: “Estamos dando um passo importante no sentido da busca da qualificação permanente. [...] O aluno da escola pública não pode ficar abaixo dos avanços em função do crescimento das tecnologias. Iniciativas como essa, voltadas à Inclusão Digital de alunos e professores das escolas públicas, propiciam uma mudança no parque tecnológico das escolas municipais, facilitando ainda mais o trabalho pedagógico e burocrático do universo escolar. [...] a informação é o bem estimulador de conhecimentos”.

oficinas lúdicas e pedagógicas em diversas áreas “fazendo entender a escola como um verdadeiro ambiente de inclusão social”.

⁵⁹² O Pronatec era executado através do IFPB que, em parceria com GF e GM, ofertava cursos de qualificação profissional para preparar o cidadão para o mercado de trabalho.

⁵⁹³ “O Mulheres Mil tem como objetivo oferecer cursos de profissionalização e complementação de estudos às mulheres em vulnerabilidade social. São cursos de formação inicial e continuada [...] estruturados nos eixos da educação, cidadania e desenvolvimento sustentável [...] utiliza uma metodologia que privilegia temas como elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres, inclusão digital e cooperativismo, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania”.

2011 ProJovem e mercado de trabalho: “[...] após a conclusão do curso [no ProJovem Adolescente], os jovens estão aptos para o mercado de trabalho”.

2012 Workshop de Tecnologias na Educação: A capacitação contribuiu para o avanço tecnológico, gerando mudanças significativas na prática educativa.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de servidores da rede municipal treinados através do FCT entre 2006 e 2007 (outubro de 2007): mais de 500 servidores.
- Quantidade de escolas com protótipo do SAM (outubro de 2007): 30 escolas
- Quantidade de pessoas que participaram no WTE (outubro de 2007): mais de 400 pessoas
- Quantidade de *notebooks* entregues pelo programa Professor Plugado (março de 2010): 135
- Quantidade de kits de robótica entregues para ampliação do projeto Robótica Pedagógica nas escolas da rede municipal de ensino (março de 2010): 607 kits.
- Quantidade de *notebooks* entregues aos educadores da rede municipal de ensino (docentes, especialistas e gestores efetivos em atividade pedagógica) (abril de 2010): 135 notebooks.
- Quantidade de educadores da rede municipal de ensino (docentes, especialistas e gestores efetivos em atividade pedagógica) qualificados através do Proinfo I (abril de 2010): 219 educadores.
- Percentual de escolas do município com acesso à internet (maio de 2010): 95% das escolas.
- Quantidade de escolas do município com acesso à internet (maio de 2010): 87 escolas.
- Quantidade de Centros de Referência em Educação Infantil com acesso à internet (maio de 2010): 18.
- Quantidade de escolas do município com laboratórios de informática (maio de 2010): 89 escolas.
- Percentual de escolas públicas no Brasil com acesso à internet (maio de 2010): 56% das escolas.
- Quantidade de escolas públicas no Brasil conectadas pelo Banda Larga (maio de 2010): 35.869
- Quantidade de escolas públicas na Paraíba conectadas pelo Banda Larga (maio de 2010): 962 escolas
- Quantidade de escolas públicas em João Pessoa conectadas pelo Banda Larga (maio de 2010): 182.
- Quantidade de escolas públicas da rede municipal em João Pessoa conectadas pelo Banda Larga (maio de 2010): 91 escolas
- Quantidade de educadores capacitados no Proinfo I em 2010: 2.011 educadores;
- Quantidade de educadores capacitados no Proinfo II em 2010: 100 educadores.

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Plano nacional de banda larga

As principais ações do PNBL, no GF, podem ser vistas no Quadro 61.

Quadro 61 – Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)

Tema: Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)
Período de publicação das notícias: 2011: 5; 2012: 12; 2013: 2; 2014: 3; 2015: 4; 2016: 2; 2017: 2.
Categorias de ID: Infraestrutura, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre os programas: Plano Nacional de Banda Larga (PNBL): Criado em 2010, tinha o objetivo de ampliar os serviços de conexão em banda larga no País, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade, já que a internet no Brasil era “cara e para poucos”. O projeto agregou ações para inclusão digital e social, políticas de incentivo à indústria e à tecnologia além do desenvolvimento de conteúdos e aplicativos. Programa Banda Larga Popular: Relacionado ao PNBL, foi criado para oferecer “pacotes populares” de serviços de internet banda larga, através da parceria entre GF e empresas de telefonia. 2011 Projeto de lei para expansão da internet em banda larga: O GF aprovou projeto de lei para expansão da internet em banda larga para todo país. Segundo a notícia, a aprovação desse projeto era importante, principalmente para as classes de renda mais baixa. 2011 Desafios para o PNBL: Técnico do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), sobre os futuros desafios para o PNBL: “[...] ajustes nas políticas de inclusão digital, como a ampliação da oferta de planos pré-pagos e de preços fracionados para acesso à internet. A inclusão digital das famílias na base da pirâmide também depende da criação de modelos de negócios inovadores, condizentes com sua disponibilidade de renda”. A ID dessas famílias ainda dependia de outras ações: “aumento do número de telecentros públicos, novas formas de acesso

à internet para população de baixa renda, como o telefone celular e a criação de novos cursos para a capacitação da população”.

2011 Barateamento da internet banda larga: A internet passou a ser oferecida pelo Programa Banda Larga Popular, buscando “massificar a internet, para que chegue a todos os municípios brasileiros”.

2011 GF debate com empresas Espanholas e Coreana que queriam investir em Telecom: O GF participou de encontros com empresas estrangeiras que tinham interesse em investir no Brasil.

2012 Ampliação do acesso à banda larga: O GF definiu ações para ampliar o conjunto de ações do PNBL: programa de Banda Larga Popular, redução de impostos, incentivos para construção de infraestrutura de Telecom, modernização da legislação e construção de um satélite geoestacionário, entre outras.

2012 Conexões internacionais por banda larga: Brasil, Argentina e Paraguai criaram um grupo de trabalho para pensar o “projeto ambicioso de conectar os países latino-americanos através do acesso à banda larga, transportada por cabos de fibra óptica”.

2012 Plano de incentivo à economia é ampliado: O GF lançou o Plano Brasil Maior. Entre os benefícios para o PNBL, estava a desoneração de impostos federais para construção de estações terrenas de satélites e para o mercado de comunicação entre máquinas, a criação de regime especial de tributação para criação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações para acesso à internet em banda larga, e a desoneração dos serviços de internet rural.

2013 Expansão do Banda Larga Popular: Em 2011, a Banda Larga Popular já beneficiava mais de 3.200 municípios brasileiros.

2014 Avaliação do PNBL: O GF utilizaria uma série de perguntas sobre o acesso do brasileiro à internet, os dispositivos usados para conectar à rede e a recepção do sinal de TV, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (PNAD), para orientar políticas para banda larga e TV digital. “A ideia é [...] olhar para o passado para ver o que foi feito e olhar para frente para melhorar as políticas públicas”.

2017 Prioridades do PNBL: GF: “Estamos discutindo tecnologias de Internet das Coisas e 5G, mas 40% dos lares brasileiros estão desconectados. A prioridade do governo é garantir o atendimento desses excluídos da internet e da inclusão digital”.

Resultados qualitativos divulgados:

2012 Problemas e possibilidades de soluções: Pesquisador do Ipea: sugeriu que a política de desoneração de tributos para computadores pessoais não era suficiente para o PNBL; novas tecnologias (principalmente telefone móvel e televisor) deveriam dar ser consideradas para acesso à internet pela população de baixa renda e, conseqüentemente, na política de desoneração fiscal; mais telecentros públicos deviam ser colocados à disposição da população; a capacitação da população avançava em ritmo lento, sendo necessário estimular novos cursos e ampliar vagas nos já existentes; em relação à internet banda larga, a ID das famílias na base da pirâmide também dependia da criação de modelos de negócios condizentes com sua disponibilidade de renda; o uso de satélites era imprescindível para a expansão da banda larga, em virtude da dimensão continental do Brasil.

2012 Aumento nas conexões e melhoria na infraestrutura: “O número de domicílios com acesso à internet aumentou em todas as regiões do País, passando de 27% para 38% entre 2011 e 2010. [...] O aumento aconteceu no mesmo período em que o governo lançou o PNBL. A pesquisa mostra importantes avanços também na zona rural.”

2012 Centros de Inclusão Digital: Pesquisador na Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre as diferenças no acesso a TIC no Brasil: “[...]as desigualdades sociais não são os únicos fatores para esse resultado. [...] Copacabana é um bairro rico, mas tem uma grande população de idosos que não costumam usar computadores e internet”. Era importante “o Estado criar mais centros de inclusão digital em oposição ao computador pessoal como forma de socializar os custos de acesso à internet”.

2015 Crescimento da banda larga móvel: O GF divulgou dados sobre a banda larga móvel em todo o país, destacando o crescimento nas regiões Norte e Nordeste, que registraram os maiores números de novas assinaturas do serviço. “As empresas começam oferecendo o serviço em regiões mais populosas, onde o retorno financeiro é mais rápido, e depois buscam novas fronteiras”.

2015 Aquisição de TIC: “No País, 94 milhões de brasileiros já navegam pelo mundo virtual. Esse cenário foi facilitado pela disseminação de smartphones e computadores na última década”.

2016 Brasil em destaque nas ações de ID: “O Ministério [das Comunicações] é um incentivador da inovação, que é potencializada pela universalização da internet. O 5G e a 'internet das coisas' estão evoluindo mundialmente com o pioneirismo do Brasil”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de usuários da tecnologia 3G no Brasil em maio de 2010: 15,2 milhões
- Quantidade de municípios brasileiros que contavam com o serviço 3G (julho de 2010): 681
- Percentual de domicílios com acesso à internet em 2010: 27%
- Percentual de brasileiros que usavam celular para acessar internet em 2010: 5%

- Percentual de acesso via banda larga móvel, com uso do modem 3G em 2010: 10%
- Percentual de domicílios com acesso à internet no campo em 2010: 6%
- Percentual de brasileiros que usavam celular para acessar internet no campo em 2010: 2%
- Quantidade de acessos à banda larga móvel em todo o Brasil em dezembro de 2010: 20,6 milhões
- Quantidade de acessos à banda larga móvel na região Nordeste em dezembro de 2010: 4 milhões
- Percentual de municípios brasileiros com conexão à internet (julho de 2011): 27% dos municípios.
- Percentual de domicílios com acesso à internet em 2011: 38%
- Percentual de brasileiros que usavam celular para acessar internet em 2011: 17%
- Percentual de acesso via banda larga móvel, com uso do modem 3G em 2011: 18%
- Percentual de domicílios com acesso à internet no campo em 2011: 10% %
- Percentual de brasileiros que usavam celular para acessar internet no campo em 2011: 8%
- Quantidade de acessos individuais em banda larga móvel (abril de 2012): 47,2 milhões de acessos
- Quantidade de usuários da tecnologia 3G no Brasil em maio de 2012: 56,3 milhões
- Percentual de brasileiros que têm acesso à internet em casa (maio de 2012): 33%
- Percentual de brasileiros com acesso à internet banda larga em casa (maio de 2012): metade dos 33%
- Percentual de pessoas que acessam a internet em casa, utilizando banda larga (maio de 2012): 46,92% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Percentual de pessoas que acessam a internet em centros públicos de acesso pago (maio de 2012): 35,11% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Percentual de pessoas que acessam a internet no trabalho (maio de 2012): 31% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Percentual de pessoas que acessam a internet na casa de amigos e parentes (maio de 2012): 19,7% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Percentual de pessoas que acessam a internet em instituição de ensino (maio de 2012): 17,5% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Percentual de pessoas que acessam a internet através CE acesso público gratuito (maio de 2012): 5,52% (na pesquisa, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de acesso)
- Quantidade de municípios brasileiros que contavam com o serviço 3G (julho de 2012): 2.261
- Percentual de crescimento do número de municípios que contavam com o serviço 3G, de julho de 2010 a julho de 2012: 232%
- Quantidade de acesso à banda larga no Brasil (agosto de 2012): 81 milhões
- Quantidade de acesso à banda larga fixa no Brasil (agosto de 2012): 18,9 milhões
- Quantidade de acesso à banda larga móvel no Brasil (agosto de 2012): 62,4 milhões
- Quantidade de novos acesso à banda larga ativados no Brasil de setembro de 2011 a agosto de 2012: 32 milhões de novos acessos foram ativados
- Percentual de crescimento do uso de internet em celulares de setembro de 2011 a agosto de 2012: 97%
- Quantidade de municípios brasileiros que contavam com conexão de velocidade de 1 megabit por segundo por R\$ 35 mensais (dados de agosto de 2012): 1.842 cidades (25 estados e Distrito Federal)
- Quantidade de cidades beneficiadas pelo Banda Larga Popular (agosto de 2013): mais de 3.200
- Quantidade acessos de banda larga fixa no Brasil em agosto de 2014: 23,46 milhões de acessos
- Quantidade acessos de banda larga fixa no Nordeste em agosto de 2014: 2,73 milhões de acessos
- Quantidade de brasileiros que usavam a internet (dados de novembro de 2015): 94 milhões
- Quantidade de acessos à banda larga móvel em todo o Brasil em dezembro de 2014: 157,9 milhões
- Percentual de crescimento na quantidade de acessos à banda larga móvel em todo o Brasil entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014: 735% de crescimento
- Quantidade de acessos à banda larga móvel na região Nordeste em dezembro de 2014: 35,9 milhões
- Percentual de crescimento na quantidade de acessos à banda larga móvel na região Nordeste entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014: 795% de crescimento

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

Cidades digitais

As principais ações das Cidades Digitais, no GF, podem ser vistas no Quadro 62.

Quadro 62 - Cidades Digitais

Tema: Cidades Digitais
Período de publicação das notícias: 2010: 1; 2011: 4; 2012: 10; 2013: 8; 2014: 13; 2015: 5; 2016: 9.
Categorias de ID: Infraestrutura, Centros Públicos, Qualificação, Governo Eletrônico, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: Cidades Digitais: Faziam parte do PNBL, prevendo parcerias entre órgãos e entidades da administração pública federal e entidades da sociedade civil para a criação de infraestrutura de conexão (construção de um anel de fibra óptica para interligar órgãos públicos locais), implantação de ações do tipo governo eletrônico (que ajudassem a organizar e a melhorar a gestão municipal e facilitassem a vida dos cidadãos – nos setores financeiro, tributário, de saúde e educação, por exemplo, divulgando horários de ônibus ou agendando consultas médicas pela rede.), instalação de pontos públicos de acesso gratuito à internet nas cidades (em locais públicos, como praças, rodoviárias ou praias e deveriam promover a melhoria e a agilidade na prestação de serviços públicos ao cidadão), qualificação (os servidores públicos eram capacitados no uso específico dos aplicativos e da rede, assim como nas TIC em geral e os cidadãos aprendiam a usar as novas tecnologias) e apoio a espaços públicos e comunitários de uso das tecnologias digitais (incluindo requalificação dos telecentros já existentes e apoio a programas de inclusão social e de áreas, como saúde, cultura e educação) e formação de agentes de inclusão digital (eram fornecidas bolsas de estudos para formar jovens para atuar como monitores e multiplicadores em espaços públicos e comunitários para uso das TIC). Minha Cidade Inteligente: “O Minha Cidade Inteligente é uma evolução do programa Cidades Digitais, lançado em 2012. [...] Uma cidade inteligente é aquela em que funcionam serviços que permitam acompanhar a vida da cidade e o cidadão possa se apropriar desse funcionamento. Nós vislumbramos alguns serviços como sistemas de monitoramento e vigilância, sensoriamento de frota de veículos, transporte coletivo e da iluminação pública”. 2010 Pregão para implantar as Cidades Digitais: O GF abriu pregão para implantação das cidades digitais, em 25 estados em todas as regiões do país. A empresa vencedora deveria fornecer equipamentos e softwares. 2011 Edital para participar das Cidades Digitais em 2012: “Serão priorizadas as localidades com menores níveis de desenvolvimento humano e com mais dificuldades de acesso à internet”. 2012 Empresas contratadas para as Cidades Digitais: O GF selecionou empresas especializadas em infraestrutura de telecomunicações para implantar a infraestrutura de telecomunicações nos 80 municípios selecionados. 2012 Consulta pública para as Cidades Digitais: O GF abriu consulta pública para discutir as Cidades Digitais. 2012 Seleção de municípios para a primeira fase das Cidades Digitais: O GF selecionou 80 municípios de todas as regiões brasileiras para a primeira fase do projeto, que informatizaria prefeituras, com o objetivo de aumentar o acesso das comunidades à internet e aos serviços do governo, sendo priorizados as seguintes características: baixa densidade de conexão à banda larga, menores índices de desenvolvimento e populações pequenas. O programa tinha um modelo estruturante e sustentável, sendo de longo prazo, possibilitando a melhoria na administração pública, a transparência e o desenvolvimento local dos municípios, e o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (determinava que órgãos e entidades governamentais divulgassem, na internet, informações de interesse geral da sociedade). Do total escolhido, 49 municípios eram das regiões Norte e Nordeste, sendo 9 na Paraíba. 2013 – Cidades Digitais no PAC: Em 2013, as Cidades Digitais foram incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do GF, selecionando 262 cidades com população de até 50 mil habitantes 2013 Audiência pública e seleção de municípios para a segunda etapa das Cidades Digitais: O GF anunciou que realizaria uma audiência pública para discutir a contratação das empresas que atuariam no programa. 2013 Estratégias para desenvolvimento das Cidades Digitais: “O foco do programa Cidades Digitais é criar um ecossistema de inovação e colaboração, a partir do qual a tecnologia é meio para que os cidadãos usufruam de melhores serviços públicos e possam efetivamente contribuir para a melhoria das cidades” A implantação do programa em diversos municípios integrava uma série de medidas desenvolvidas pelo GF com o intuito de democratizar o acesso à internet de alta velocidade. 2013 Evento sobre Cidades Digitais: GF realizou evento para discutir a implantação e os benefícios do programa. Representantes dos 80 municípios escolhidos na primeira chamada participaram do evento, podendo

tirar dúvidas e obter mais informações sobre as possibilidades trazidas pelas Cidades Digitais.

2014 Capacitação de servidores e contratação de hospedagem do portal dos municípios: O GF ofereceu o primeiro curso de capacitação em Governança de Tecnologia da Informação voltado aos servidores dos municípios atendidos pelo programa. O curso enfocou questões como gestão de projetos, governança em tecnologia, gestão de serviços de TIC e também gestão de redes.

2014 Cursos para a população: “Além de formar servidores municipais, o projeto atua na profissionalização da população desses municípios, por meio do Pronatec Comunicações. Cursos como Agente de Inclusão Digital, Programados de Sistemas e de Dispositivos Móveis estão sendo oferecidos gratuitamente em 11 municípios. Outras 19 localidades que integram o projeto piloto ainda devem receber essa iniciativa”.

2014 Realização de pregão para contratação de empresas: “As empresas serão responsáveis pela elaboração do projeto-executivo e pela implantação da rede de fibras ópticas nos municípios selecionados”.

2016 Minha Cidade Inteligente e expansão das Cidades Digitais nos estados brasileiros: Em 2016, o Cidades Digitais foi integrado ao Brasil Inteligente e se chamou Minha Cidade Inteligente, desenvolvendo ações na área de Internet das Coisas. Junto à rede de fibras, as cidades também deviam receber aplicativos para o monitoramento inteligente de serviços como iluminação, trânsito e segurança.

2016 Municípios para o programa Minha Cidade Inteligente: O GF abriu edital para seleção para o Minha Cidade Inteligente. Os requisitos eram: “baixos indicadores de acesso à internet, serviços que serão levados ao cidadão e sustentabilidade da proposta”.

Resultados qualitativos divulgados:

2013 Autonomia e prestação de serviços: “As prefeituras conectadas podem ter acesso a uma série de serviços federais, além de prestar melhores serviços às pessoas”.

2014 Softwares e serviços disponíveis: “[...] os aplicativos se concentram nas áreas de gestão tributária e patrimonial, saúde, educação e transparência. O sistema de gestão está hospedado na primeira nuvem do governo federal, projetada pelo Serpro”.

2015 Acesso ao conhecimento: “[...] a tecnologia permite o desenvolvimento profissional e a transformação social, além de estimular a mudança de paradigmas no Brasil. [...] Garantimos a igualdade de oportunidades para todos também pela conectividade. Hoje, se o jovem desejar ser médico, ele consegue pelo acesso ao pleno conhecimento”

2016 Política bem sucedida: “O Cidades Digitais é uma política bem-sucedida, que mostra um potencial muito grande para a ação do governo federal”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de cidades selecionadas na primeira fase do projeto em 2012: 80 cidades
- Quantidade de cidades selecionadas na primeira fase do projeto em 2013: 262 cidades
- Quantidade de pontos de conexão existentes no total (novembro de 2014): 422 pontos
- Quantidade de pontos de conexão existentes em escolas (novembro de 2014): 107 pontos
- Quantidade de pontos de conexão existentes em postos de saúde e hospitais (novembro de 2014): 65
- Quantidade de pontos de conexão existentes em órgãos municipais (novembro de 2014): 61 pontos
- Quantidade de pontos de conexão existentes em praças públicas (novembro de 2014): 41 pontos
- Quantidade de pontos de conexão existentes em entidades de atendimento de assistência social e telecentros (novembro de 2014): 40 pontos
- Quantidade de Cidades Digitais funcionando no Brasil (novembro de 2015): 46 unidades
- Quantidade de municípios com Cidades Digitais (setembro de 2016): 71 municípios
- Quantidade de estados com Cidades Digitais (setembro de 2016): 16 Estados e Distrito Federal

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

O desdobramento das ações federais das Cidades Digitais, no GE, pode ser visto no Quadro 63.

Quadro 63 - Cidades Digitais

Tema: Cidades Digitais
Período de publicação das notícias: 2012: 1; 2014: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Governo Eletrônico.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas:
2012 Participação no projeto piloto das Cidades Digitais: Os nove municípios da Paraíba selecionados para a fase piloto do Cidades Digitais foram: Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Esperança, Itaporanga, Lagoa Seca, Nova Floresta, Pocinhos, Queimadas e São João do Rio do Peixe. O projeto pretendia “melhorar a gestão

pública municipal, resultando em maior acesso das comunidades à internet e aos serviços de governo”.
GF: “O que nós queremos com a inclusão digital dessas cidades? É contribuir com nosso país para que a gente tenha cada vez mais gestões públicas transparentes – quanto mais transparente, nós sabemos que há menos corrupção. E que possamos criar uma cultura digital”.
2014 Implantação das Cidades Digitais na Paraíba: O GE coordenaria o programa em municípios paraibanos intermediando o processo de implantação junto ao GF. Na primeira fase do programa, os municípios selecionados ganhariam internet gratuita. “Os equipamentos já estão nas primeiras nove cidades contempladas e a inclusão digital começa a funcionar dentro de três meses”.

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

Ações semelhantes aquelas das Cidades Digitais, no GM, podem ser vistas no Quadro 64.

Quadro 64 - Jampa Digital

Tema: Jampa Digital
Período de publicação das notícias: 2010: 12; 2011: 1; 2012: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Governo Eletrônico
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o projeto: Jampa Digital: Iniciado em 2010, possibilitaria o envio de dados da gestão municipal, interligando escolas, hospitais, estabelecimentos de saúde, de promoção da cidadania e as demais repartições públicas, que eram unidades assinantes, incluindo também o acesso à internet gratuita, sendo resultado de uma parceria entre GM e GF. Aliadas à internet livre, o GM colocava as ações de ID realizadas pelas Estações Digitais e as iniciativas de governo eletrônico. Juntas, essas ações traziam as tecnologias para João Pessoa. 2010 Inauguração do Jampa Digital: “O Jampa Digital está previsto no Plano de Ações Integradas . Para a execução do projeto, foram mapeados 450 endereços eletrônicos da PMJP. O programa faz parte da política de inclusão digital da PMJP que teve início com a implantação de estações digitais em praças e bairros da Capital. 2010 Jampa Digital e as ações de qualificação: O Jampa Digital também ofereceu qualificação, como o curso em gestão de projetos. 2010 Expansão e avaliação do Jampa Digital: O GM anunciou a implantação de outros pontos do Jampa Digital. “Com o projeto ‘Jampa Digital’ o cidadão deixa de ser um agente passivo e começa a participar e interagir com o poder público, inclusive, sugerindo.”. 2012 Desenvolvimento do Jampa Digital: João Pessoa estava a um passo de se tornar uma cidade digital. O projeto estava 90% instalado e em execução. “Queremos ver a aplicação e a utilidade dos equipamentos. Nas escolas, por exemplo, vamos aplicar questionários com diretores e alunos. Além de unificar o sistema de informação da gestão municipal, garante internet em 262 prédios públicos (unidades assinantes) e em mais 15 pontos, e o monitoramento da cidade por 36 câmeras”.
Resultados qualitativos divulgados: 2010 Integração com outros projetos: “Hoje em dia a tecnologia está ao alcance de todos. [...] Para implementar o processo de inclusão digital da população, a Prefeitura disponibiliza 26 Estações Digitais. [...] Estamos muito felizes com o trabalho desempenhado, pois é uma demanda que procura espontaneamente nossos serviços”. Sobre o Jampa Digital, era “uma febre” entre os internautas”, e a sua aceitação revelava o caminho certo para possibilitar a todos o acesso gratuito à internet. 2013 Jampa Digital em funcionamento: O Jampa Digital estava em funcionamento e a prestação de contas do projeto fora concluída, sendo devolvidos R\$ 1,3 milhões ao GF, já que etapas da instalação do projeto não foram cumpridas pela empresa que faria os treinamentos.
Indicadores processuais diretos divulgados: <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de antenas instaladas (março de 2010): 15 antenas • Quantidade de áreas cobertas pelas antenas instaladas (março de 2010): 2 praças • Quantidade de áreas cobertas pelas antenas instaladas (março de 2010): 2 praças e 1 praça • Total de recursos investidos no Jampa Digital até março de 2010, na compra de equipamentos, que dão infraestrutura física de tráfego ao sinal, e também em aplicativos e conteúdos: R\$ 27 milhões • Quantidade pessoas beneficiadas com o Jampa Digital (maio de 2010): cerca de 30 mil pessoas • Quantidade de pontos previstos para o Jampa Digital (maio de 2010): 329 pontos

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Política nacional de conteúdos criativos

As principais ações desta política, no GF, podem ser vistas no Quadro 65.

Quadro 65 - Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos

Tema: Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos
Período de publicação das notícias: 2014:1.
Categorias de ID: Qualificação, Governo Eletrônico.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos: Era desenvolvida pelo GF ao lado de vários órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, para desenvolver e fortalecer os segmentos produtores destes conteúdos no País. “Nosso objetivo é fomentar as cadeias produtivas desses conteúdos. [...] o ministério passou a trabalhar com a ideia de investir também em capacitação, com o objetivo de fomentar a produção”. 2014 Conteúdos digitais: “A internet é mais do que infraestrutura, não é só banda larga. [...] Por isso, [...] o MiniCom deixou de ter propostas ligadas apenas à infraestrutura, tanto na área de telecomunicações quanto na de radiodifusão. Essa nova visão deu origem à Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos. [...] nos últimos anos foi criado um conjunto de medidas para superar o déficit de produção de conteúdos digitais no Brasil, que, paradoxalmente, é um dos maiores usuários de internet do mundo. É preciso romper essa nossa barreira entre consumo e produção”.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

Computador para todos

As principais ações do Computador para Todos, no GF, podem ser vistas no Quadro 66.

Quadro 66 - Computador para Todos

Tema: Computador para Todos
Datas de publicação das notícias: 2011: 1; 2012: 1; 2014: 3; 2015: 2.
Categorias de ID: Infraestrutura.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2011 Incentivo à produção e à venda de computadores: “[...] o Computador Para Todos desenvolveu a indústria nacional, que vendeu cerca de 14 milhões de computadores em 2010. [...] todo este pessoal que comprou computador quer acesso à internet que ainda hoje no Brasil é pouca e cara. [...] o Brasil poderia ter vendido 6 milhões de computadores a mais no ano passado, caso os serviços de internet fossem mais acessíveis”. Os <i>tablets</i> seriam enquadrados como computadores, entrando no programa, barateando o custo e incentivando a produção nacional. 2011 Incentivo à produção de semicondutores, componentes de computadores, celulares e televisores: Incentivar essa produção para desenvolver a indústria nacional foi um dos desafios do GF. 2012 Desoneração de tablets: O GF aprovou o Processo Produtivo Básico (PPB) de empresas e passou a ter 11 fabricantes habilitados a fabricar <i>tablets</i> no Brasil com a desoneração fiscal prevista na Lei 12.507, de 2011, que incluiu o <i>tablet</i> no Programa de Inclusão Digital, beneficiando-o com os incentivos previstos para os computadores. 2014 Prorrogação do benefício fiscal para ID: O GF prorrogou benefícios fiscais na venda a varejo de computadores, <i>notebooks</i> , <i>tablets</i> , <i>modems</i> , <i>smartphones</i> e roteadores digitais, que terminaria em dezembro de 2014, para dezembro de 2018. 2015 Aprovação de aplicativos para os smartphones: O GF aprovou 340 aplicativos brasileiros que poderiam compor o pacote exigido dos fabricantes de <i>smartphones</i> nacionais. A disponibilidade de pelo menos 50 softwares desenvolvidos no País era uma das exigências para que os equipamentos contassem com os benefícios fiscais. A ideia era oferecer serviços/conteúdo para os usuários.
Resultados qualitativos divulgados: 2014 Benefícios fiscais em ID: “A chamada Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) reduziu a zero das alíquotas do PIS/Cofins na venda a varejo de computadores e notebooks -- e que hoje também abrange <i>tablets</i> , <i>modems</i> , <i>smartphones</i> e roteadores digitais. [...] O programa que busca incentivar a Inclusão Digital, criado em 2005, além de reduzir os preços dos produtos, também atuou no combate à informalidade [emprego] e ao contrabando de equipamentos utilizados na montagem de produtos em oficinas de fundo de quintal”.
Indicadores processuais diretos divulgados:

- Produção nacional de computadores em 2005 (criação do programa de ID do GF): 4 milhões
- Quantidade de computadores vendidos pelo Computador Para Todos em 2010: cerca de 14 milhões
- Produção nacional de computadores em 2014 (agosto de 2014): 22 milhões de unidades (incluindo *tablets* e *notebooks*)
- Percentual de aumento no quantidade de computadores em uso no País no período de 2008 a 2014 (agosto de 2014): 300%
- Quantidade de telefones celulares no Brasil (agosto de 2014): 271,1 milhões de unidades
- Média de celulares por habitantes no Brasil (agosto de 2014): 1,35 aparelho por habitante

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

Governança digital

As principais ações de Governança Digital, no GF, podem ser vistas no Quadro 67.

Quadro 67 - Governança Digital

Tema: Governança Digital
Período de publicação das notícias: 2010: 4; 2011: 5; 2012: 1; 2013: 4; 2014: 2; 2015: 1; 2016: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Governo Eletrônico, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: <p>Sobre os programas e projetos: Software Público Brasileiro (SPB): Era uma “iniciativa pioneira no mundo”, criada em 2007. “É um modelo de disponibilização e de gestão das soluções desenvolvidas na administração pública e sua rede de parceiros”. Ambiente Colaborativo em Governo Eletrônico (e-GOV): Tinha como objetivo “expor experiências dos estados-membros (Angola, Brasil, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e Timor-Leste) em assuntos como modernização da gestão pública e a prestação de serviços por meios eletrônicos”, através de ferramentas para suporte ao intercâmbio entre os usuários dos diversos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Participa.br: Projeto de comunidades em rede, representado por um portal baseado em Software Livre que visava promover o diálogo e a participação social dos cidadãos por meio de ferramentas para debates e consultas com a população, pelos diversos órgãos do governo. Portal de Serviços de Telecomunicações: O espaço apoiava os gestores públicos na implementação de programas na área de telecomunicações. “Além disso, os cidadãos podem entrar em contato direto com o ministério para solicitar informações sobre os serviços públicos sob responsabilidade do governo federal”.</p> <p>2010 TIC e órgãos públicos: <u>Estudante de Direito</u>, sobre o conceito de ID: “Inclusão digital não se limita a lutar pelo acesso à rede e os telecentros, mas também ampliar o uso de computadores nos órgãos públicos, como os tribunais.”</p> <p>2010 Valorização do software livre e divulgação de ações sobre esse tema: A utilização de software livre em órgãos federais fazia parte da Política de Tecnologia de Informação e Comunicação adotada a partir de 2003. O GF ainda pretendia fortalecer ações existentes de software livre dentro e fora do governo e incentivar o mercado nacional a adotar novos modelos de negócios em tecnologia baseados em software livre. “Cabe ao cidadão a opção de escolha do tipo de software que irá usar, seja ele livre ou proprietário”.</p> <p>2011 Realização de Congresso sobre software livre e governo eletrônico: O evento teve como temas a abertura de dados governamentais e o direito do acesso à informação pública, sendo aberto e com inscrições gratuitas. “Inclusão digital precisa de política pública. É muito mais complexa que apenas equipamentos, terminais e acesso à internet”.</p> <p>2011 Regulamentação do Software Público Brasileiro (SPB): O GF publicizou procedimentos para desenvolvimento, disponibilização e uso do SPB, que trouxeram melhorias para o cidadão, empresas e setor público, como o aumento de softwares no portal. A utilização de ferramentas públicas de TIC, como aquelas do Portal SPB e que poderiam ser utilizadas pelos municípios era imprescindível para as cidades digitais.</p> <p>2011 Lançamento do portal Ambiente Colaborativo em Governo Eletrônico (e-GOV): O GF lançou o portal e-GOV, “para promover a troca de informações e experiências entre os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.</p> <p>2011 Proposta de modernização da gestão pública: O GF propunha a “modernização da gestão pública baseada na disseminação da internet nos municípios e estados brasileiros”. O que significava a proposta: “Com a ampliação da cobertura da internet em banda larga, a gente espera poder melhorar o nível de governança nas prefeituras e também em muitas áreas de alguns estados. [...] O controle social fica muito mais eficiente quando você tem as informações publicadas em sites governamentais e o acompanhamento sendo feito</p>

diretamente pela população”.

2012 Ampliação dos serviços relacionado ao SPB: O GM incentivou o SPB, permitindo que instituições privadas e públicas participassem das Intenções de Registro de Preços (IRP) para prestação de serviços relacionados a esses softwares. Os municípios poderiam adquirir serviços de implantação, migração, treinamento, suporte assistido e hospedagem dos softwares públicos no SPB.

2013 Aplicativos para interação entre Estado e sociedade: O GF lançou um concurso que premiou propostas⁵⁹⁴ para fomentar o ecossistema de participação mediada por internet e para o fortalecimento de uma rede de inovação aberta, o Participa.br.

2014 Ferramentas, metodologias e tecnologias para participação social: GF assinou acordo com o Serpro, para o desenvolvimento de ferramentas, metodologias e tecnologias inovadoras para subsidiar e aprimorar a participação social e o relacionamento entre o poder público e a sociedade civil. Entre as iniciativas estava o Participa.Br.

2014 Realização do evento Apoio Tecnológico aos Municípios: Prefeitos, gestores, servidores municipais e representantes de diversos órgãos federais participaram do evento e tiveram a oportunidade de conhecer soluções tecnológicas para tornar a administração municipal mais eficiente, como o Participa.br, o Novo Portal do Software Público Brasileiro, o aplicativo Cidades Digitais e programas de gestão.

2016 Portal de Serviços de Telecomunicações: O GF disponibilizou o Portal de Serviços de Telecomunicações. A página trazia informações, estatísticas e canais para comunicação entre gestores públicos, cidadãos e GF.

Resultados qualitativos divulgados:

2010 Uso de software livre em empresas públicas: “Além da economia gerada, os gestores dessas instituições veem na adoção do Software Livre caminhos mais efetivos de evolução tecnológica”. Na época, o Banco do Brasil possuía o maior parque de soluções nesta plataforma na América Latina.

2014 Aplicativos para uso pelos municípios: Os aplicativos usados pelos municípios eram hospedados pelo Serpro, o que facilitava a manutenção dos serviços em cidades que não possuíam uma infraestrutura de gestão de tecnologia.

2014ID e serviços na internet: Os serviços mais procurados pela população na internet eram obtenção de documentos e emissão de boletos de tributos.

2014 Softwares para participação popular: “[...] a iniciativa contribui para estreitar os laços entre o governo e a população. [...] Fomentar as iniciativas de participação social é aproximar o governo da sociedade”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de internautas que utilizaram o governo eletrônico nas áreas urbanas em 2008: 25%.
- Quantidade de internautas que utilizaram o governo eletrônico nas áreas rurais em 2009: 10%.
- Quantidade de internautas que utilizaram o governo eletrônico nas áreas urbanas em 2009: 30%.
- Proporção de internautas que eram usuários do governo eletrônico no campo e na cidade em 2009: para cada um no campo, existiam 3 na cidade.
- Percentual de aumento no uso do governo eletrônico nas áreas urbanas entre 2005 e 2009: 100%.
- Percentual dos internautas que não utilizaram serviços de governo eletrônico por preferir fazer as consultas ou o contato com os órgãos públicos pessoalmente (abril de 2010) : 56%
- Percentual dos internautas que não utilizaram serviços de governo eletrônico por considerar uma barreira a dificuldade de usar a internet para entrar em contato com a administração pública (abril de 2010): 12%
- Percentual dos internautas que não utilizaram serviços de governo eletrônico porque os serviços dos quais necessitavam não estavam disponíveis na internet (abril de 2010): 9%.
- Percentual dos internautas que não utilizaram serviços de governo eletrônico porque os serviços desejados eram difíceis de ser encontrados nos portais de governo (abril de 2010): 8%.
- Quantidade de servidores de agência do Banco do Brasil baseados em plataformas abertas (agosto de 2010): 5.000 servidores de agências
- Quantidade de estações de trabalho do Banco do Brasil baseados em BrOffice (agosto de 2010): 100.000 estações de trabalho
- Economia proporcionada pela substituição de programas proprietários por softwares livres no Banco do

⁵⁹⁴ Os aplicativos vencedores foram: “Políticos Futebol Clube”, que levaria ao universo dos *games* os processos políticos baseados nas atividades dos parlamentares”; “Auditoria Cívica na Saúde”, que seria alimentado pela sociedade civil e analisaria os indicadores de saúde do GF, notificando as autoridades sobre melhoras ou piores; “Diapha”, uma ouvidoria que mapearia problemas da comunidade, monitoraria as ações da prefeitura e permitiria acompanhar o andamento da resolução dos problemas.

Brasil (agosto de 2010):cerca de R\$ 110.000.000.

- Quantidade de softwares públicos brasileiros disponíveis no portal (janeiro de 2011): 44 softwares
- Quantidade de instalações para uso de softwares públicos brasileiros (janeiro de 2011): mais de 1.000
- Quantidade de usuários do portal de softwares públicos brasileiros (janeiro de 2011): mais de 100.000 usuários do portal (entre usuários dos softwares e colaboradores que mantinham os softwares)
- Percentual das prefeituras no Brasil que já possuíam um site na internet em novembro de 2014: 84%
- Percentual das prefeituras no Brasil que já estavam nas redes sociais em novembro de 2014: 56%

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

As principais ações de Governança Digital, no GM, podem ser vistas no Quadro 68.

Quadro 68 - Governança Digital

Tema: Governança Digital
Período de publicação das notícias: 2007: 5; 2008: 6; 2009: 4; 2010: 5; 2011: 5; 2012: 6; 2013: 6; 2015: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Governo Eletrônico, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2007 Divulgação do financiamento para compra de computadores: O financiamento se destinava à aquisição de computadores a preços populares pelos servidores do GM. 2008 O Programa de Inclusão Digital e a aquisição de computadores: “[...] o benefício está sendo oferecido dentro do Programa de Inclusão Digital, implantado pela prefeitura [...]. O objetivo é proporcionar aos servidores acesso à informática tanto em termos de equipamentos quanto de capacitação”. 2008 Qualificação de servidores do GM: “A atual administração segue princípios de ética e transparência que norteiam o novo conceito de gestão pública e que tem participação direta do cidadão na definição de ações, a exemplo do Orçamento Democrático. [...] assim como todo cidadão, o servidor participa da construção de um modelo mais eficiente e transparente de gestão e por isso a Prefeitura se empenha em oferecer cada vez mais ferramentas de qualificação”. Sobre os cursos de informática: “[...] são os mais procurados pelos servidores”. 2009 Qualificação de servidores do GM: “Essa é a área mais procurada e na qual investimos bastante”. 2010 Qualificação de servidores do GM: “Hoje, os órgãos e empresas públicas estão se dando conta de que formar bons servidores é muito mais do que apenas informar. [...] Na prestação do serviço público, o mais importante é o servidor, e a população de João Pessoa está cada vez mais exigente quanto ao serviço [...]”. 2010 Realização de Encontro de Software Livre: O GM apoiou o Encontro de Software Livre da Paraíba (ENSOL), cujo objetivo era “fazer um intercâmbio de ideias, conhecimento e experiências que vão possibilitar o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da região Nordeste”. 2011 Mudanças no portal da PMJP: O portal do GM fora criado em 2005 e sua nova proposta, “além de promover a inclusão digital e divulgar o trabalho realizado”, abria espaço para a participação da população. 2012 Qualificação de servidores do GM: Era muito importante aproveitar a oportunidade para se qualificar, adquirir novas habilidades e melhorar no desempenho das funções na gestão municipal. 2013 Qualificação de servidores do GM: Os cursos faziam parte da “política de valorização do servidor”, que reconhecia “o trabalho e a importância dos servidores” para que o GM trabalhasse melhor. 2013 GM promoveu Fórum de Software Livre e Governo Eletrônico: O GM promoveu o 1º Fórum Municipal de Software Livre e Governo Eletrônico, abordando temas como Dados Abertos, Segurança Digital, ID, Governança eletrônica, Governo nas Redes Sociais, Participação Popular e Combate à Corrupção. 2015 GM na Expotec: No evento, o GM apresentaria seus projetos na área de robótica e ID, além do Portal da Transparência e experiências na área do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, o e-SIC.
Resultados qualitativos divulgados: 2009 “Impactos” da informática: Os cursos de informática haviam impactado “programas como os da Secretaria Municipal de Saúde, informatizando os sistemas de marcação de consultas e de protocolo para os diversos órgãos”. 2010 Desempenho em informática: “Os servidores públicos municipais estão se profissionalizando, melhorando seus desempenhos e melhor atendendo a nossa sociedade”. 2011 Programa de qualificação de servidores do GM: “Oferecemos diversos cursos voltados para os servidores, buscando aumentar a qualificação deles e estamos felizes com a receptividade”. 2013 Mais cursos: “Os primeiros cursos foram um sucesso de procura [...]. Estamos muito satisfeitos com a procura”.
Indicadores processuais diretos divulgados: <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de servidores qualificados em informática (outubro de 2008): mais de 1.000• Servidores beneficiados com o financiamento para aquisição de computadores (desde 2005 até fevereiro

de 2008): mais de 500 servidores

- Quantidade de servidores qualificados em Inclusão Digital (Informática Básica e Excel Básico) no ano de 2010 (até outubro de 2010): 277
- Quantidade de matérias produzidas e postadas no portal do GM em seis anos de existência (abril de 2011): em média, 9 mil matérias.
- Quantidade de acessos mensais ao portal do GM (abril de 2011): mais de 227 pessoas
- Quantidade de visualizações mensais do portal do GM (abril de 2011): 795 mil visualizações

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Centros de recondicionamento de computadores

As principais ações desses centros, no GF, podem ser vistas no Quadro 69.

Quadro 69 - Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC)

Tema: Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC)
Período de publicação das notícias: 2011: 1; 2012: 2; 2014: 1; 2015: 2; 2016: 3.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre os programas e projetos: Computadores para Inclusão: O programa promovia a ID e a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social com a oferta de oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas, “com foco no recondicionamento e manutenção de equipamentos de informática, e na conscientização ambiental sobre os resíduos eletroeletrônicos”. Os Centros de Recondicionamento de Computadores eram parte deste projeto. Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC): Surgiram em 2006 e eram espaços estruturados para realizar, em larga escala, os processos de recepção, recuperação e destinação de computadores usados, descartados por órgãos públicos, empresas privadas e cidadãos, transformando-os em máquinas recicladas e prontas para uso em telecentros e escolas, bibliotecas ou prefeituras, ou descartando suas partes de forma ambientalmente correta. Nos CRC, “os processos foram estabelecidos de modo a promover a qualificação profissional de jovens de baixa renda, moradores das periferias de grandes metrópoles, onde, em geral, existem poucas oportunidades de formação técnica e profissional”. 2011 Edital para seleção das entidades responsáveis pelos CRC: O GF lançou edital para selecionar as entidades responsáveis pela coordenação e manutenção dos CRC. “Essas entidades podem ser Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) ou de Utilidade Pública Federal”. As entidades teriam que formar os jovens e realizar captação, armazenamento, recondicionamento e distribuição dos equipamentos usados nas iniciativas de ID. 2012 Seleção de instituições responsáveis pelos CRC: O GF selecionou cinco entidades para participar do programa, em Belo Horizonte, Brasília, Belém, Florianópolis e Recife. Outros seis CRC estavam em funcionamento no País em Belém, Belo Horizonte, Brasília, Lauro de Freitas (BA), Porto Alegre e Recife. 2014 Parcerias para novos CRC: O GF firmou novas parcerias para garantir o funcionamento de cinco CRC em Brasília, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e João Pessoa. Dois desses convênios faziam parte de um novo modelo e foram firmados com as prefeituras de Curitiba e João Pessoa. “Nas duas capitais, serão instalados Centros Municipais de Recondicionamento de Computadores. Os outros três centros já existiam e tiveram os convênios renovados”. 2014 Coleta de resíduos eletroeletrônicos: Em parceria com diversos órgãos, o GF lançou a campanha de coleta de resíduos eletroeletrônicos, visando à coleta de material para cursos de formação técnica, recuperação e doação de máquinas para instituições que atuavam na ID, diminuição do descarte incorreto de peças e equipamentos. 2015 Qualificação dos jovens: “O CRC é um investimento inteligente porque faz três coisas importantes de uma só vez: reaproveita equipamentos com economia de recursos, capacita jovens e preserva o meio ambiente. [...] Atualmente, há cinco CRCs conveniados em funcionamento no País (MG, PE, PB, PR e DF)”. 2016 Novos CRC: Em 2016, novos CRC foram criados, chegando ao total de 9 unidades (Curitiba, João Pessoa, Recife, Petrolina – PE, Belém, Maracanaú - CE, São Paulo, Valparaíso - GO, Porto Alegre).
Resultados qualitativos divulgados: 2016 Os processos no CRC: Para o GF, os CRC passaram por uma evolução ao longo dos 10 anos de funcionamento. “Inicialmente, os centros foram criados para recondicionar máquinas e formar jovens em regiões com alto grau de vulnerabilidade social. Ultimamente, [...] o programa incluiu a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos. [...] Os CRCs passaram a prestar um serviço para a sociedade e ajudar na solução de um

problema contemporâneo, que é a destinação correta dos materiais e componentes eletrônicos que não têm mais utilidade".

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de CRC em funcionamento no País em 2012: 6 centros.
- Quantidade de CRC em funcionamento no País (setembro de 2015): 5.
- Quantidade de equipamentos recuperados (junho de 2015): quase 7.000 equipamentos.
- Quantidade de equipamentos recondicionados de 2005 a setembro de 2015: 13,8 mil computadores.
- Quantidade de jovens em situação de vulnerabilidade social formados a partir dos cursos dos CRC (novembro de 2016): 8 mil jovens.
- Quantidade de equipamentos recuperados (novembro de 2016): 16.000 equipamentos.
- Quantidade de CRC em funcionamento no Brasil (novembro de 2016): 9 unidades.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

O desdobramento das ações federais dos CRC, no GM, pode ser visto no Quadro 70.

Quadro 70 - Centros de Recondicionamento de Computadores

Tema: Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC)
Período de publicação das notícias: 2014: 2; 2015: 1; 2016: 4.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2014 CRC de João Pessoa é referência para o Ministério das Comunicações: “O projeto do CRC de João Pessoa será adotado como referência pelo MiniCom para as iniciativas nos municípios do Norte e Nordeste. [...] a proposta apresentada pela Prefeitura de João Pessoa [...] traz avanços e inovações na política de inclusão digital e no manejo e destinação do lixo eletrônico e, por isso, será utilizada como modelo pelo Governo Federal para os próximos projetos”. GF: O projeto era inovador “na proposta político-pedagógica apresentada, no projeto arquitetônico do Centro e na interdisciplinaridade com a Emlur [Autarquia Municipal de Limpeza Urbana]”. 2014 Ações no CRC: “Além da formação e qualificação [...], a função do CRC é fazer um ciclo completo que vai desde a recepção e triagem dos equipamentos, recondicionamento dos itens que podem ser aproveitados, distribuição de kits de computadores para iniciativas de inclusão sociodigital ao descarte correto do lixo eletrônico que não poderá ser mais reutilizável. [...] Serão oferecidos cursos de Suporte Avançado e Manutenção de Computadores; Administração de Redes de Computadores; Robótica Educacional Livre; Desenvolvimento Web; Produtora Colaborativa; e Oficinas para Gestores e Educadores de iniciativas de Inclusão Sociodigital”. 2015 Qualificação no CRC: Em 2015, os cursos oferecidos foram: na trilha “Inclusão sociodigital”, foram oferecidos Informática Fundamental com ênfase em Suporte e Informática Fundamental com ênfase em Desenvolvimento, Arte-educação com Materiais Eletroeletrônicos; na trilha “Suporte”, foram oferecidos Suporte Técnico e Manutenção de Computadores e Administração de Servidores de Rede; na trilha “Desenvolvimento”, foram oferecidos Introdução ao Desenvolvimento de Sistemas, Desenvolvimento de Sistemas Web e Móvel, e Robótica Educacional Livre. 2016 Doação de computadores para alunos: “[...] o programa também prevê a doação desses computadores [recondicionados] aos alunos que vivem em comunidades carentes e em situação de vulnerabilidade social”.
Resultados qualitativos divulgados: 2015 Execução do projeto: GF: “O projeto de inclusão digital, por meio do CRC, é do Governo Federal, mas executado pela administração municipal. Ter a possibilidade de ver de perto nos dá a visão do que podemos melhorar e dá continuidade a um projeto tão importante e tão bem executado em João Pessoa”. 2016 Doação de computadores: “Esse projeto interfere diretamente na política de inclusão digital do município, já que os computadores recondicionados serão doados a laboratórios de informática da rede pública, bibliotecas, telecentros, associações e aos alunos capacitados nos cursos do projeto”. 2016 Caráter ambiental – diminuição do lixo eletrônico: “Ao iniciar um novo ciclo de uso para os equipamentos, nós estamos prolongando a sua vida útil, economizando recursos de produção de novas máquinas e retardando o descarte. Trata-se de uma política pública indispensável”. 2016 Cursos ofertados: “Foram formados neste ciclo turmas de Informática fundamental, suporte e manutenção de micro, robótica e metareciclagem”. 2016 Revolução na inclusão digital: “A política de inclusão digital da PMJP deu um passo revolucionário em 2015, com a implementação do CRC”, promovendo a ID, recuperando computadores e diminuindo o lixo

eletrônico.

2016 Experiências com as comunidades: “No bairro Mandacaru, [...] a comunidade ganhou um telecentro com computadores recondicionados pela equipe técnica do CRC. A ideia, no futuro, é que os alunos que estão em formação sejam responsáveis pela recuperação das máquinas”.

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac

As principais ações do GESAC, no GF, podem ser vistas no Quadro 71.

Quadro 71 - Governo Eletrônico - Serviços de Atendimento ao Cidadão - GESAC

Tema: Governo Eletrônico - Serviços de Atendimento ao Cidadão - GESAC
Período de publicação das notícias: 2010: 1; 2011: 2; 2012: 1; 2013: 3; 2015: 1; 2016: 2.
Categorias de ID: Infraestrutura, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: Gesac: Levava conexão gratuita à internet a pontos espalhados por todo o País. Criado em 2001, tinha como objetivo promover a ID no território nacional, priorizando cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso e comunidades em estado de vulnerabilidade social que não contavam com nenhuma outra maneira de acesso à rede mundial de computadores, entre elas, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos rurais. 2010 Realização de audiência pública sobre o edital para o GESAC: O GF chamou as empresas para debater os termos do edital e a proposta de ampliação do Gesac. 2010 Lançamento do edital para o GESAC: O GF lançou edital para licitação que previa a contratação de mais 13 mil pontos de conexão à internet para o Gesac, por terra ou por satélite, em regiões urbanas e rurais. 2013 Realização de pregão para ampliar os pontos do GESAC: O GF realizou pregão em cinco lotes (quatro terrestres e um por satélite) para ampliação e aprimoramento do Gesac. 2013 Demais ações para ampliação do programa GESAC: O GF discutiu a ampliação do programa através de audiência pública, abriu pedido de preços e negociou com empresas, buscou parcerias (como o Ministério da Saúde) e lançou o edital. “Com essa ampliação, vamos atender a novos pontos de cultura, manter conexões em escolas, centros de assistência social e telecentros. [...] Nós temos no país inúmeras comunidades em regiões remotas, de poucas centenas de pessoas, como assentamentos e escolas na zona rural”. 2015 Banda larga para comunidades indígenas, quilombolas e rurais: “Um total de 167 antenas vão levar acesso a internet em banda larga para comunidade indígenas, quilombolas e rurais. [...] A reivindicação do acesso à banda larga e à comunicação em aldeias é antiga”. Cacique, diretor do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília: “O acesso às redes digitais e o protagonismo dos povos indígenas na condução das políticas públicas são essenciais. Essa disputa pelas antenas mostra isso”. 2016 Desigualdades: “As políticas públicas de ID têm como objetivo reduzir todo tipo de desigualdade”.
Resultados qualitativos divulgados: 2015 Banda larga para comunidades indígenas, quilombolas e rurais: “Esta parceria com o Ministério da Cultura é essencial e complementar para suprir demandas reprimidas desses grupos e proporcionar uma vida mais digna às pessoas. As pesquisas mostram que, com a ID, os indicadores sociais também crescem”.
Indicadores processuais diretos divulgados: <ul style="list-style-type: none">● Pontos do GESAC com conexão gratuita à internet via satélite (setembro de 2010) : mais de 11.000.● Quantidade de pontos GESAC (novembro de 2013): 13.379 pontos● Qualidade da banda GESAC (novembro de 2013) : 256 Kbps● Quantidade de pontos do GESAC em comunidades quilombolas (março de 2016): 98 pontos● Quantidade de estados brasileiros com pontos do GESAC em comunidades quilombolas (março 2016): 22.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

Telecentros

As principais ações de Telecentros, no GF, podem ser vistas no Quadro 72.

Quadro 72 - Telecentros

Tema: Telecentros
Período de publicação das notícias: 2010: 3; 2011: 8; 2012: 2; 2013: 4; 2014: 3; 2016: 1; 2017: 5.

Categorias de ID: Centros Públicos, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.

Histórico dos principais discursos/ações divulgadas:

Sobre o programa:

Telecentros: Pontos de ID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, que visavam “promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos”. O programa Telecentros fora criado em 2009, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas entre órgãos do GF, estados, municípios e sociedade civil que possibilitassem a implantação e manutenção de telecentros, em larga escala, e assim oferecer computadores e internet, e atividades que aliassem as tecnologias à cidadania, cultura, comunicação, educação, lazer e acesso a direitos..

Telecentros de Informação e Negócios: Tinham o objetivo de inserir o empreendedor na era digital, estimulando o associativismo e a atuação em rede com o objetivo de gerar novas oportunidades de negócio, emprego e renda, sendo instalados em associações, cooperativas, sindicatos, organizações representativas de setores e organizações da sociedade civil. Buscavam a alfabetização digital do empresário, além de diversas oportunidades de treinamento e capacitação, consultoria, comércio eletrônico, busca de informações, serviços públicos e privados em meio eletrônico.

Telecentros Pesca-Maré: Voltados a áreas específicas que desenvolviam atividades de pesca.

Casas digitais: Telecentros localizados em assentamentos e comunidades rurais (ver “Territórios Digitais”).

2010 Seleção de monitores para telecentros em todo o País: O GF abriu edital para selecionar monitores-bolsistas para orientar os usuários dos Telecentros Maré em todo o País.

2011 Importância dos Telecentros: “Os telecentros que nós apoiamos são gratuitos e de acesso livre, inclusive a redes sociais, [...] ferramentas importantes para a inclusão. O próprio conceito de inclusão digital evoluiu ao longo dos anos. Hoje sabe-se que não basta distribuir máquinas e ensinar a população a usar um computador. É preciso que a população possa fazer o uso efetivo desta tecnologia, em todas as dimensões sociais, econômicas, culturais, etc.”.

2011 Implantação de Telecentros Pesca-Maré: “O pescador vai poder acessar todos os programas do Ministério da Pesca por meio do telecentro, além de fazer cursos educativos e de capacitação profissional à distância”. O Telecentro também tinha a proposta de qualificação de jovens das comunidades de pescadores.

2011 Seleção e capacitação de monitores: O GF anunciou a capacitação de monitores nos telecentros: eles teriam aulas de hardware, software e redes, além de cidadania e comunicação, “ministradas por professores e alunos-tutores dos institutos federais e por promotores de inclusão digital”.

2013 Potencial transformador: Os telecentros tinham um alto potencial transformador, sendo apontados como valiosos. “Com eles, dá para promover inclusão digital a baixo custo”.

2016 Telecentros no interior do Brasil: Representante de governo municipal, sobre os telecentros no interior: “É com ações integradas que o interior prospera”.

2017 Novos cursos: Os telecentros passaram a ofertar cursos online de programação, informática básica e empreendedorismo, buscando promover cursos de capacitação para qualificar jovens de baixa renda.

2017 Importância dos Telecentros: “Recentemente, houve a discussão no governo se os telecentros ainda teriam espaço diante do avanço significativo da telefonia e da banda larga móvel. Uma pesquisa do Cetic.br mostrou que esses espaços se constituem como uma ferramenta fundamental para a formação e construção de conhecimento”.

Resultados qualitativos divulgados:

2011 Formação de monitores: Monitor: “Sempre gostei dessa área. Ser escolhido como monitor foi a melhor coisa que me aconteceu, pois é a primeira vez que trabalho e sei agora como é gratificante lidar com o público”.

2014 Importância dos Telecentros: O CGI.br realizou uma pesquisa, em uma amostragem de 5.013 dos 9.514 Telecentros cadastrados no GF. Foram registrados 22% de Telecentros funcionando precariamente, por falta de conexão, equipamentos, manutenção ou assistência técnica. “Mas 78% estavam em pleno funcionamento. [...] São 4,5 milhões que fazem uso contínuo dos Telecentros”, com o perfil “estudantes do ensino médio, com idades entre 16 e 24 anos, integrantes da classe C. A maioria dos usuários procura os Telecentros para fazer pesquisas escolares, ao contrário do que ocorria nas *lan-houses*, onde a maioria dos internautas iam para assistir a filmes e vídeos ou para jogar games. Os Telecentros têm funcionado também como um espaço de capacitação e formação de habilidades. Quase metade [45%] dos usuários declarou que já fez algum curso no Telecentro”.

2014 Efetividade dos Telecentros e das políticas de ID: O GF destacou o caráter transversal e colaborativo não apenas do projeto Telecentros, mas de todas as ações públicas de ID. “A efetividade dessas ações depende diretamente do envolvimento dos nossos parceiros, tais como os gestores estaduais e municipais, as ONGs e também diversos órgãos do Governo Federal”. Era importante o envolvimento da comunidade para o sucesso das ações de ID. “Não é simples fazer a universalização, mas é uma ação absolutamente importante”.

2016 Acesso a conteúdo e novas oportunidades: “Hoje, cada jovem ganhou a chance de poder sonhar com o

que desejar para o seu futuro, pois foi eliminada a barreira de acesso a qualquer conteúdo. Com a internet rápida, o Brasil será ainda mais igual para todos".

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de municípios com Telecentros (janeiro de 2011): 98,25% dos municípios brasileiros
- Quantidade de Telecentros em funcionamento (fevereiro de 2011): mais de 10 mil telecentros
- Quantidade de Telecentros funcionando de forma precária no Brasil (dezembro de 2013): 22%
- Quantidade de Telecentros "em pleno funcionamento" no Brasil (dezembro de 2013): 78%
- Quantidade de usuários que faziam uso contínuo dos Telecentros (dezembro de 2013): 4,5 milhões
- Percentual de usuários que já havia feito algum curso no Telecentro (dezembro de 2013): 45%
- Percentual de usuários que já havia pedido orientação do monitor (dezembro de 2013): 86%
- Quantidade de telecentros no Brasil (dados de julho 2017): 6,5 mil telecentros

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

As principais ações dos Territórios Digitais, referentes às Casas Digitais, no GF, podem ser vistas no Quadro 73.

Quadro 73 - Territórios Digitais

Tema: Territórios Digitais
Período de publicação das notícias: 2011:2.
Categorias de ID: Centros Públicos, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: <u>Casas Digitais:</u> O programa fora criado em 2008, tendo como objetivo "levar capacitação e inclusão digital para o campo por meio das Casas Digitais, que são estruturas instaladas nas áreas selecionadas com computadores, conexão, além da capacitação, tudo isso em conjunto com os parceiros locais, estaduais e federais, com ampla participação das comunidades alcançadas". O programa visava promover o desenvolvimento nas áreas rurais que mais precisavam, como assentamentos e comunidades ribeirinhas isoladas, com baixo IDH, incluídos no programa Territórios da Cidadania e nas áreas prioritárias do Brasil Sem Miséria. "O Territórios Digitais é fruto de uma grande articulação política que o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] faz, através do Nead [Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA], para capacitar e empoderar as comunidades, chegando ao rural mais distante". 2011 Debate sobre a implantação de Casas Digitais: Uma comissão de representantes do Movimento dos Sem Terra (MST) apresentou ao GF uma pauta de reivindicações, onde pediu, entre outras coisas, ajuda para implantar 500 casas digitais e o apoio na expansão de rádios comunitárias nos assentamentos.
Indicadores processuais diretos divulgados: <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de Casas Digitais distribuídas pelo Brasil (dados de outubro de 2011): 108 casas

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

O desdobramento das ações federais dos Telecentros, no GE, pode ser visto no Quadro 74.

Quadro 74 - Núcleos de Inclusão Digital

Tema: Núcleos de Inclusão Digital (Telecentros)
Datas de publicação das notícias: 2010:3; 2012: 2; 2013: 1.
Categorias de ID: Centros Públicos, Qualificação
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2010 Núcleos de inclusão digital nos Centros Sociais Urbanos: Em 2010, a Paraíba foi contemplada pelo Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital do GF, com a criação de telecentros que passaram a funcionar nos 16 Centros Sociais Urbanos ⁵⁹⁵ (CSU) do GE, os CSU Digitais, onde eram ofertadas aulas de informática básica, beneficiando moradores das comunidades, alunos de escolas públicas, jovens e idosos. O objetivo era criar uma rede de telecentros, que ficaria disponível para a comunidade, além de ampliar e qualificar o atendimento do CSU. 2013 ID nos CSU da Paraíba: A Paraíba contava com CSU em diversas cidades (João Pessoa, Campina Grande e Catolé do Rocha, Cajazeiras, Souza, Patos, Esperança, Guarabira, Santa Rita, Esperança e

⁵⁹⁵ Os CSU eram espaços importantes para a capacitação e socialização das pessoas.

Mamanguape). “Os CSU fazem um papel importante em lugares onde há pouco espaço de socialização. Eles agregam a população do bairro, da cidade, e oferecem um ponto de acesso à cultura e a convivência”.

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

O desdobramento das ações federais e/ou estaduais de Telecentros, no GM, pode ser visto no Quadro 75.

Quadro 75 - Estações Digitais

Tema: Estações Digitais
Período de publicação das notícias: 2007:4; 2008:7; 2009:12; 2010: 11; 2011: 19; 2012: 12; 2013: 17; 2014: 11; 2015: 19; 2016:5; 2017:3.
Categorias de ID: Centros Públicos, Qualificação, Ciclo das Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre os projetos: Estações Digitais: Iniciadas em 2007, eram Telecentros cujo objetivo central era o combate à exclusão digital. Ofereciam acesso gratuito à internet, cursos de informática e oficinas especiais, com conteúdo pensado para investir na capacitação e qualificação profissional, além de facilitar o exercício da cidadania, funcionando em prédios públicos como os Centros de Referência da Cidadania e Centros de Referência da Juventude, e em parceria com ONG, associações e sindicatos. “As Estações Digitais são espaços com computadores conectados à internet banda larga. Todos esses equipamentos têm como objetivo [...] compor um ambiente público que propicie o aprendizado das pessoas em relação, tanto ao manuseio dos microcomputadores, quanto aos benefícios do acesso à internet”. Estação Digital Móvel: Era um projeto que fazia parte das políticas públicas do GM, com o objetivo de reduzir o “analfabetismo digital”, mostrando que a informática podia ser usada como um importante instrumento para o mercado de trabalho, mas também contribuindo para que as pessoas pudessem usar a internet como ferramenta de participação e controle social, nos bairros de João Pessoa que ainda não dispunha de telecentros fixos. “A Estação Móvel Digital é um ônibus transformado em sala de aula. [...] A estrutura conta com duas equipes de educadores, que ministram os cursos e prestam orientações a quem chegar ao local”. 2007 O sentido das Estações Digitais: “O projeto das Estações Digitais teve inspiração na inclusão social”. 2008 O ciclo de proposição das Estações Digitais: O GM apontou a ID como estratégia para inclusão social, a partir dos cursos básicos de informática e acesso livre e gratuito à internet. Uma prática já percebida em 2008 foi a proposição de eventos participativos para avaliação das Estações Digitais. 2009 Entrega de Estações Digitais: Estações digitais foram implantadas em espaços sociais diversificados, como no Clube da Pessoa Idosa ⁵⁹⁶ , e no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e da Construção Civil (Sintricom). 2009 Escolha de locais para implantação de Estações Digitais: Os locais seriam definidos de acordo com a necessidade apresentadas pelas comunidades, após prévio estudo feito pelos técnicos da gestão municipal. 2010 Criação do site das Estações Digitais: O GM disponibilizou o site do projeto, o que possibilitou interatividade ao público que frequentava as Estações e fez com que este conhecesse as novidades do projeto. 2011 Implantação de Estações Digitais em locais diversificados: “Foram escolhidas dez localidades com baixo IDH”. Sobre novos cursos: seriam criadas turmas de <i>webdesigner</i> e o curso de redes sociais. O GM noticiou a implantação de outras Estações Digitais: em mercados públicos; e, centro de atendimento a usuários com transtorno mental e psíquico; em centro de referência para inclusão social, um ponto convergente de diversas escolas, para atender às demandas dos alunos e de suas famílias, com o apoio da equipe multidisciplinar. O GM também criou a Estação Digital de Verão, stand provisório na praia de Tambaú, para atender moradores e visitantes, e o “Circo Digital”, que funcionou de forma itinerante, nos bairros que não tinham Estação Digital, oferecendo internet e cursos. 2012 Inauguração de Estações Digitais em uma comunidade e na Bica: “A Estação Digital é um dos projetos mais importantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia”. 2013 Cursos oferecidos: As Estações ofertaram cursos em <i>design</i> gráfico, redes sociais e digitação, internet. 2013 Capacitação dos Educadores sócio-digitais: GM ofertou capacitação para os educadores sociodigitais que operacionalizavam as Estações Digitais, de forma diferente, a partir do trabalho de cidadania desenvolvido pela Escola Viva Olho do Tempo (Evot), em Gramame. A realização dessa capacitação estava ligada à nova proposta de atuação das Estações Digitais, que era trabalhar a inclusão social através das novas TIC. A Evot era referência em promover a ID através de um trabalho social em uma área rural e que integrava uma comunidade

⁵⁹⁶ O Clube atendia idosos em um espaço de desenvolvimento de atividades lúdicas, artísticas, culturais, terapêutica e esportiva, e era aberto a todos os idosos da Capital, acima de 60 anos.

quilombola, trabalhando o resgate cultural e a valorização da cidadania, tendo a ID como um importante mecanismo. Ainda em 2013, os sócio-educadores participaram de encontro pedagógico com representantes da justiça, sobre temas como delitos praticados a partir da web e ações para prevenir e punir essas contravenções.

2013 Nova grade de cursos para as Estações Digitais: Em 2013, foi implantada uma nova grade de cursos que incluía as áreas de educicidania, educomunicação, hardwares e softwares, elaborada pelo GF, envolvendo os Institutos Federais de Educação (IFEs) do país. “A grade contempla curso de introdução à informática, que já existia mas que foi reformulado [...], bem como o de DJ. Entre os novos, estão edição e produção de áudio digital, *design* gráfico, aplicativos de escritório, manutenção de computadores e suporte técnico, rede de computadores, multimídia, animação em 3D, manutenção de celulares e *smartphones* e mídias sociais”.

2013 Metas de ID no Orçamento Participativo (OP): O GM discutiu as demandas do Plano Plurianual Participativo⁵⁹⁷ (PPA-P), sendo apresentadas as metas de ID para os quatro anos seguintes. O GM destacou a melhoria dos indicadores de ID, a reestruturação das Estações Digitais existentes, da implantação de uma Estação Móvel Digital e de uma plataforma de EaD, e ainda da criação de um CRC. Quanto aos projetos existentes, as metas incluíram: capacitação tecnológica; melhorias na infraestrutura da Casa Brasil; melhoramento da malha de conectividade (abrangência e velocidade) no Jampa Digital; entre outros.

2013 Entrega da Estação Digital Móvel: O GM entregou o ônibus da Estação Digital Móvel, que tinha como objetivo circular pelos bairros oferecendo cursos gratuitos de informática fundamental e uma oficina sobre Governo Eletrônico e Serviço para o Cidadão e outra de Mídias Sociais, além de acesso livre à internet.

2013 Chegada da estação móvel nas comunidades: “Queremos reduzir o analfabetismo digital na nossa cidade, mostrando que a Informática pode ser usada como um instrumento para o mercado de trabalho, mas também para que as pessoas possam usar a internet como ferramenta de participação e de controle social”.

2014 Promoção de ID através da Estação Digital Móvel: Em 2014, a Estação Móvel circulou por vários bairros, com várias ações, inclusive algumas exclusivas para mulheres..

2014 Qualificação nas Estações Digitais: Os conteúdos eram pensados de modo “a investir na capacitação e qualificação profissional, além de facilitar o exercício da cidadania”, estimulando “o acesso da população às ferramentas de governo eletrônico e o uso da internet como instrumento de participação e controle social”.

2014 ID e Centros de Referência da Cidadania: O GM atendeu, durante 2013, cerca de 70 mil pessoas nos 11 Centros de Referência da Cidadania⁵⁹⁸. “O acesso livre à inclusão digital e o apoio aos grupos culturais dos bairros foram as maiores demandas”. Foram ofertados cursos de ID a 461 pessoas, sendo 89 do Projovem Adolescente.

2014 Certificação de alunos: “Os cursos não são apenas uma oportunidade de inclusão digital, mas social”.

2015 Projeto Rota de Inclusão Digital e Estações Digitais: “O projeto consiste em percorrer bairros e comunidades da Capital ofertando cursos de Informática Fundamental, Multimídia e acesso livre à internet para os moradores dessas localidades. Outro objetivo da ação é divulgar o trabalho das Estações Digitais, que são os pontos fixos do projeto”. Em 2015, as Estações (inclusive a Móvel) realizaram parcerias dentro de programas voltados mulheres em geral, idosos, mulheres quilombolas, “lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

2015 Robótica nas Estações Digitais: O GM levaria a formação em Robótica para educadores e ainda disponibilizaria kits de robótica nas Estações Digitais, visando implantar o Núcleo de Robótica nesses espaços.

2016 Oferta de cursos no ProJovem: As Estações Digitais incluíram cursos para alunos do ProJovem, através do projeto Jovens Pró Conectados. “Após a conclusão do curso, todos serão automaticamente cadastrados no Sine Municipal. Algumas empresas já estão em contato com a coordenação do projeto para recrutar os alunos”.

2016 Listas de espera nas Estações: “Alguns alunos acabam desistindo [...] então a gente recorre as listas de espera para não desperdiçar nenhuma vaga”.

2016 Níveis e público dos cursos: “Os cursos ofertados na Estação Digital Móvel são preparatórios para cursos mais avançados disponibilizados gratuitamente nas Estações Digitais”. Em 2016 apareceu um novo curso, Robótica Educacional. “Oferecemos cursos para idosos, pessoas com deficiência, adultos e jovens”.

2017 Estação Digital Móvel, novos cursos e potencialização do uso de TIC: Era muito importante a chegar nas comunidades através da Estação Digital Móvel. Em 2017, os cursos abordaram Word, Excel, Power Point e Windows. “Em breve abriremos novas turmas com outros cursos [...] Serão cursos pensados para vocês [...]”.

2017 Cursos internacionais: O GM ofertou cursos ofertados através de uma plataforma de educação americana, Cisco Networking Academy, sendo a única instituição credenciada para isto na Paraíba.

Resultados qualitativos divulgados:

⁵⁹⁷ Postado no portal: O PPA-P era uma ferramenta de participação popular onde constavam as ações que seriam executadas nos anos seguintes pelo GM, definindo prioridades de atuação.

⁵⁹⁸ Os Centros de Referência da Cidadania foram descritos como espaços dinâmicos que promoviam a inserção social e apoiavam as atividades das comunidades em prol dos direitos sociais e exercício pleno da cidadania em suas diversas dimensões. “Os Centros são importantes porque acolhem e provocam a participação da comunidade, tanto ligado à educação como no controle social”.

2007 Cursos de informática: “[...] mais que diminuir a exclusão digital, as Estações estão contribuindo para incluir as pessoas socialmente. Essa é uma atividade que vem mudando a vida das pessoas nas comunidades”.

2008 Seminário de avaliação das Estações Digitais: Após o seminário de avaliação das Estações Digitais todas as demandas foram encaminhadas para que fossem tomadas as providências para a melhoria das política pública de ID.

2009 Inclusão Digital de jovens: Aluno, estudante: “Essa é a primeira vez que tive a oportunidade de [...] ficar na frente de um computador. No momento estou desempregado e não teria condições de fazer um curso de informática pago. [...] estou aprendendo muita coisa e, quando terminar, voltarei ao mercado de trabalho”.

2011 Cursos diferenciados: O GM ofertou cursos para comerciantes e pescadores em Tambaú, entre eles Internet, Planilha e Design Gráfico, e iniciou o Telecentro Negócio, levando os cursos a outros comerciantes.

2011 Públicos variados nas Estações Digitais: “São crianças, adolescentes, adultos e idosos”.

2012 Investimentos e inclusão participativa: “Enquanto os jovens estão sendo atingidos digitalmente, eles estão deixando a criminalidade, a ociosidade e as drogas”. Sobre a troca de equipamentos nas Estações Digitais: “Isso foi uma reivindicação do Orçamento Democrático”.

Centro de Referência da Cidadania: “João Pessoa dispõe de uma nova identidade, quando falamos em cobertura digital”.

2012 Oportunidades para todos: Instrutor de curso: “O nosso objetivo é formar turmas que tenham o mesmo ritmo. Naturalmente, os mais jovens têm mais facilidade, muitos já são usuários de internet, enquanto as turmas formadas por adultos e idosos possuem um tempo diferente. Muitos sequer tiveram contato com computador”.

2013 Relações com comunidades, agentes sociais e próximos passos: “Em apenas quatro meses nós inauguramos sete Estações Digitais e restauramos outras cinco. [...] Há muitas solicitações de associações comunitárias e outras instituições que querem receber uma Estação na sua comunidade. [...] Uma das coisas que achei fantástica foi a nossa relação com os instrutores. Conseguimos conhecer todos os problemas e dar andamento às resoluções. Caminhamos bem e deixamos a casa limpa e organizada para o próximo gestor”.

2013 Qualificação social dos educadores digitais: Educador sócio-digital: “A qualificação foi não só positiva, mas inspiradora [...] principalmente por mostrar como lidar com a comunidade, através da sua cultura e do resgate aos mestres, [...] pessoas que têm o dom de ensinar, educar e repassar o seu saber à comunidade”.

2013 Estação Móvel e demandas comunitárias: “[...] fomos procurados por líderes da comunidade São Rafael e hoje estamos atendendo a este pedido [...]. Ainda estamos construindo o calendário dos outros locais por onde vamos passar, com a ajuda do Orçamento Participativo e da Secretaria de Desenvolvimento Social”.

2014 Certificação nos cursos: Presidente de associação de moradores: “Estou emocionada e feliz em observar crianças e pessoas da melhor idade, de diversas comunidades, radiantes de felicidade pela chance de vivenciar o mundo da informática”.

2015 Rota de Inclusão Digital nos bairros: Cursos ofertados: Informática Fundamental (Hardware, software e internet); Cursos Multimídia (Criação, edição e produção musical); Acesso a Internet (Aprender a utilizar).

2015 João Pessoa tem o maior projeto de ID do NE: Uma pesquisa do IBGE divulgara que a ID atingira 49,4% da população brasileira acima dos 10 anos e o GM dispunha do “maior projeto de inclusão tecnológica do nordeste”.

2016 Motivações dos jovens para uso de internet: “Entre as motivações, 73% dos meninos e 84% das meninas disseram que se conectam para fazer trabalhos escolares. Enviar mensagens instantâneas é a atividade declarada por 77% do público feminino e 78% do masculino. 78% dos jovens de ambos os sexos disseram que utilizam as redes sociais”. A pesquisa realizou entrevistas em 350 municípios, entre 2015 e 2016. O trabalho foi realizado pelo CGI.br.

Indicadores processuais (diretos e indiretos) divulgados:

- Quantidade de pessoas com acesso às Estações por dia (agosto de 2007): aproximadamente 800
- Quantidade de Estações entregues (agosto de 2007): 16 estações
- Quantidade de alunos certificados em informática básica pelas 16 Estações (setembro de 2007): 502
- Percentual de conclusão nos cursos nas Estações (setembro de 2007): 78% dos inscritos
- Quantidade de pessoas em cursos de informática nas Estações (setembro de 2007): 640 pessoas
- Quantidade de acessos livres de internet por mês nas Estações (setembro de 2007): 44.800 acessos.
- Quantidade de pessoas certificadas nos cursos básicos em Informática nas Estações (de julho de 2007 a fevereiro de 2008): 1.043 pessoas
- Quantidade de Estações entregues (junho de 2008): 18 estações
- Quantidade de pessoas que se conectavam por mês aos computadores de cada uma das Estações que funcionavam durante o dia/durante o dia e a noite (junho de 2008): 1.200 e 1.500 pessoas, respectivamente;
- Quantidade de demandas das Estações enviadas à ouvidoria do GM através de cartas, internet ou de forma presencial (setembro de 2008): 719 demandas (reclamações, sugestões, denúncias e elogios)

- Quantidade de demandas das Estações enviadas à ouvidoria do GM através da internet (setembro de 2008): 576 demandas (reclamações, sugestões, denúncias e elogios)
- Quantidade de pessoas acessando os computadores de cada Estação por mês (setembro de 2009): 1.200
- Quantidade de pessoas capacitadas nas Estações (setembro de 2009): 2.366 pessoas
- Quantidade de Estações entregues (dezembro de 2009): 26 estações
- Quantidade de alunos formados em informática básica pelas 26 Estações (outubro de 2010): 1.500
- Quantidade de alunos certificados pelas Estações (novembro 2010): mais de 4.000 alunos
- Quantidade de alunos inseridos no mercado de trabalho (novembro 2010): 30% dos concluintes dos cursos
- Quantidade de pessoas que tiveram acesso à internet na Estação de Verão em janeiro de 2011: 7.000
- Quantidade de acessos ao site das Estações Digitais, em oito meses de uso (fevereiro de 2011): 18 mil
- Quantidade de pessoas qualificadas em Informática nas Estações (julho de 2011): mais de 5.000
- Quantidade de alunos certificados em Informática Básica em 2012 pelas Estações: mais de 1,8 mil
- Quantidade de alunos certificados em Informática Básica e oficinas especiais entre 2010 e 2012: 5,8 mil
- Quantidade de Estações em dezembro de 2012: 37 Estações
- Quantidade de Estações Digitais em janeiro de 2013: 38 Estações
- Quantidade de educadores sócio-digitais atuantes nas Estações em 2013: 63
- Quantidade de estudantes formados nas Estações (outubro de 2013): mais de 1.500 estudantes
- Quantidade de atendimentos nas demandas de acesso à ID e o apoio aos grupos culturais em 2013: 18.639
- Quantidade de pessoas em curso de ID nos Centros de Referência da Cidadania em 2013: 461 pessoas
- Quantidade de alunos certificados nos cursos das Estações e Casa Brasil em 2014.1: 971 alunos;
- Quantidade de pessoas certificadas na 3ª turma de 2014 dos cursos de Informática Fundamental e Aplicativos de Escritório nas 38 Estações: cerca de 800 pessoas
- Quantidade de Estações Digitais (maio de 2015): 30
- Quantidade de pessoas capacitados nas Estações Digitais e Casa Brasil de janeiro a maio de 2015: 1.100
- Quantidade de vagas em cursos de informática fundamental, internet e multimídia (maio de 2015): 5.000
- Quantidade de atendimentos a alunos na Estação Móvel em 2015: quase 500 atendimentos
- Quantidade de alunos capacitados em janeiro de 2016 através “Jovens Pró-Conectados” : 150.
- Quantidade de Estações em João Pessoa (outubro de 2016): 32 Estações, sendo uma estrutura móvel.
- Quantidade de alunos formados nas Estações Digitais entre 2013 e 2016: 8.598 alunos
- Quantidade de jovens capacitados através das Estações Digitais em 2016: mais de 2200 alunos
- Quantidade de Estações Digitais (dezembro de 2016): 32
- Quantidade de educadores sócio-digitais nas estações Digitais (dezembro de 2016): 26 educadores
- Quantidade de certificados entregues em abril de 2017 aos alunos das Estações Digitais: 200
- Quantidade de pessoas capacitadas em cursos e que foram absorvidas por programas, com destaque aos voltados para a política de geração de emprego e renda, no primeiro semestre de 2017: mais de 400.
- Quantidade de pessoas capacitadas em cursos internacionais, no primeiro semestre de 2017: 200.

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Casa Brasil

As principais ações da Casa Brasil, no GF, podem ser vistas no Quadro 76.

Quadro 76 - Casa Brasil

Tema: Casa Brasil
Período de publicação das notícias: 2007: 1; 2008: 3; 2011: 4; 2012: 2.
Categorias de ID: Centros Públicos, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o projeto Casa Brasil: Criado em 2007, era um projeto do GF que tinha como principal objetivo reduzir a desigualdade social em regiões de baixo IDH, levando para esses locais um espaço que privilegiava “a formação e a capacitação em tecnologia aliada à cultura, arte, entretenimento e participação popular, com forte apoio à produção cultural local”. As atividades desenvolvidas estimulavam “a apropriação autônoma e crítica das

tecnologias, como por exemplo o software livre, a democratização das comunicações e o desenvolvimento local orientado pelos princípios da economia solidária. Superando os conceitos de inclusão digital vigentes, a Casa Brasil não leva somente computadores e conectividade, mas permite que a comunidade se aproprie da sua unidade, transformando-a em um espelho cultural do local em que foi implementada, concedendo também aos cidadãos a liberdade de decidir, via conselho gestor, os rumos das atividades que são oferecidas aos frequentadores”.

2007 Criação da Casa Brasil: A Casa Brasil era um equipamento localizado no Centro de Referência da Cidadania, “um centro qualificado na área de inclusão digital”, tendo em seu espaço: um telecentro para qualificação em informática e acesso à internet; uma sala de leitura (acervo de livros diversos), destinada à leitura ou a oficinas; auditório; laboratórios de Montagem e Manutenção de Micro, de Metareciclagem e de Multimídia, para cursos nessas áreas (os cursos de multimídia envolviam temas como comunicação e inclusão, incluindo atividades como gravar CD e DVD, fazer cartão de visita, fanzine, jornal mural, editar áudio e vídeo.). “Além das iniciativas tecnológicas, o projeto oferece ainda atividades em anfiteatro e auditório, voltadas ao resgate da cidadania”.

2008 Equipamentos do projeto Casa Brasil: O objetivo do projeto era a construção de conhecimento e cidadania, através da desmistificação da tecnologia e popularização da ciência. “Já que a Casa Brasil está instalada dentro do Centro de Referência da Cidadania, procuraremos potencializar o que já é desenvolvido em termos de cultura”.

2011 Reformulação da Casa Brasil: O GM reformulou o projeto e disponibilizou atividades e cursos de informática básica, multimídia, web-rádio e montagem e manutenção de computadores, ofertados em espaços como laboratórios, telecentro, auditório com cinema, biblioteca e estúdio de gravação.

2011 Lançamento do Portal Casa Brasil: “Na internet, o portal da Casa Brasil promove a interatividade com os usuários, oferece uma Biblioteca Virtual [...], divulga notícias sobre inclusão digital e cidadania e publica material de áudio e vídeo produzidos pelos alunos. Tem também fórum de discussão, um mural de recados e uma galeria de fotos”.

2012 Entretenimento na Casa Brasil: Em 2012, a Casa Brasil ofereceu ações diferenciadas durante as férias escolares: cursos de design gráfico, informática básica, montagem e manutenção de micro, manutenção de celulares, fotografia, DJ, desenho digital, web rádio, biblioteca, acesso livre à internet, cursinho pré-vestibular e pintura predial. “Os cursos atendem solicitações feitas pela comunidade”, proporcionando contato com cultura e ID.

2013 Inclusão Social: Os cursos representavam inclusão social.

Resultados qualitativos divulgados:

2008 Primeiros resultados: “Em apenas 13 meses de funcionamento”, as atividades no projeto haviam beneficiado “mais de 400 pessoas de todas as faixas etárias, com inclusão digital e resgate da cidadania”.

2011 Procura pelos cursos: Usuário, 22 anos, participa das atividades da Rádio Web: “Quero ser radialista”.

2012 Inclusão Digital: “A Casa Brasil tem um papel fundamental [...]em relação à inclusão digital. [...] a qualquer hora que você chega, tem gente utilizando e aprendendo como manusear essa ferramenta tão importante.”

Indicadores divulgados:

- Quantidade de pessoas qualificadas nos cursos de informática e montagem e manutenção de micro (novembro de 2008): aproximadamente 350 pessoas
- Quantidade de pessoas capacitadas em cursos da Casa Brasil (julho de 2011): mais de 2.000

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Redes Digitais de Cidadania

As principais ações das Redes Digitais de Cidadania, no GF, podem ser vistas no Quadro 77.

Quadro 77 - Redes Digitais de Cidadania

Tema: Redes Digitais de Cidadania
Período de publicação das notícias: 2012: 2; 2013: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Governo Eletrônico.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas:
Sobre o programa <u>Redes Digitais de Cidadania:</u> Criado em agosto de 2012, visava promover a integração das políticas de ID às políticas sociais e, também, a articulação das políticas de ID federais às estaduais e distrital. O programa era uma parceria entre o GF e as Fundações de Apoio à Pesquisas (FAP) estaduais, com a participação dos

departamentos de extensão das universidades do País, tendo como objetivos: “criar uma rede nacional de instituições públicas para promover formação no uso das TIC e qualificar o uso da internet em espaços públicos de acesso livre”, através da seleção e apoio a projetos de ID que contribuíssem para melhoria da gestão municipal, competitividade e desenvolvimento local. As parcerias com as FAP tinham como objetivo apoiar projetos de qualidade que pudessem dar suporte às diversas iniciativas de ID dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive o programa Cidades Digitais.

2012 Assinatura de convênio para desenvolvimento das Redes Digitais de Cidadania: O GF assinou acordos de cooperação técnica com secretarias de Ciência e Tecnologia e FAP de 11 estados para iniciar a implementação do programa. Na primeira etapa foram selecionados os estados Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe. O programa serviria de base para o PNBL 2.0. As Redes Digitais da Cidadania apoiariam projetos de ID nos seguintes temas: capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das TIC; capacitação de micro e pequenas empresas no uso das TIC para melhoria da competitividade; apoio à qualificação dos espaços de acesso público à internet; profissionalização nas cadeias produtivas da agricultura familiar; preservação, promoção e acesso à cultura; TIC direcionadas ao trabalho, emprego e renda e apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços em microempreendimentos de TIC e provedores locais.

2013 Abertura de chamada pública para as Redes Digitais de Cidadania: O GF lançou chamada pública das Redes Digitais da Cidadania. As FAP selecionariam os projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de acordo com as linhas temáticas do programa e dariam suporte aos projetos.

2013 Cultura digital: “As ferramentas da internet, como blogs e redes sociais, e as novas tecnologias de telefonia celular mudaram não apenas os meios de comunicação, mas a própria cultura global, interligada e hipermoderna. O conceito de Cultura Digital ainda está em construção e parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é cultural e capaz de mudar comportamentos. A internet está [...] aumentando a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte”.

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade estados conveniados para implementação das Redes Digitais de Cidadania em 2012: 11

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

O desdobramento das ações federais das Redes Digitais de Cidadania, no GE, pode ser visto no Quadro 78.

Quadro 78 - Redes Digitais de Cidadania

Tema: Redes Digitais de Cidadania
Período de publicação das notícias: 2012: 1; 2013: 5; 2014: 1.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: <p>2012 Convênio com GF para implantar as Redes Digitais de Cidadania: O GE noticiou a assinatura de acordos de convênios entre o GF e as secretarias de Ciência e Tecnologia e FAP dos 11 estados selecionados, entre elas, a Paraíba.</p> <p>2013 Redes Digitais de Cidadania na Paraíba: O programa visava consolidar parcerias locais qualificadas para o fomento a processos formativos no uso das TIC para públicos específicos e o melhor acesso à internet. Entre os parceiros estariam governos, instituições de ensino superior e/ou de pesquisa, públicas ou privadas, empresas e demais agentes locais cujos projetos fossem aprovados. A proposta era implantar 26 Núcleos Temáticos, gerando 26 produtos/soluções inovadores (processos formativos ou soluções de TIC em apoio à ID), e habilitando empresas locais a atuar na oferta de serviços especializados, constituindo um modelo de gestão colaborativo para a Rede de Núcleos Temáticos na Paraíba.</p> <p>2013 Seleção dos projetos: A Fapesq divulgou o resultado do edital, que contemplou as linhas temáticas prioritárias para o GE: Capacitação de gestão municipal; Capacitação de micro e pequenas empresas; Qualificação nos espaços públicos; Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar; Preservação, promoção e acesso à Cultura; Trabalho, emprego e renda.</p> <p>2014 Liberação de recursos do GE para o programa: As metas eram: aproximar as instituições públicas de ensino superior e de pesquisa integrantes do sistema estadual e federal de Ciência e Tecnologia, das temáticas estabelecidas pelo GE; financiar bolsas para a melhoria de competitividade de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e formação de públicos específicos, pelo desenvolvimento de ferramentas por estudantes e especialistas, proporcionando sua formação cidadã e fomentando o compromisso social das instituições públicas; e aproximar as políticas de inclusão sócio-digital dos governos federal, estaduais e municipais.</p>

Indicadores processuais diretos divulgados:

- Quantidade de projetos selecionados para o programa em novembro de 2013: 26 projetos
- Quantidade de pesquisadores recebendo bolsas de fomento do programa (junho de 2014): 120

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

As principais ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no GF, podem ser vistas no Quadro 79.

Quadro 79 - Semana Nacional de Ciência a Tecnologia

Tema: Semana Nacional de Ciência a Tecnologia
Período de publicação das notícias: 2014:1.
Categorias de ID: Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa <u>Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)</u> : evento anual que tinha como finalidade vincular a produção científica nacional aos desafios vividos pela sociedade brasileira, sendo aberto ao público em geral e promovendo atividades em parcerias com universidades, instituições de pesquisa, escolas, institutos de ensino tecnológico, centros, museus, ONG, entre outros. 2014 Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia : O GF realizou a 11ª SNCT, com o tema “Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social”. A temática desta edição visava estimular pesquisa e extensão como instrumento de inclusão, transformação social e desenvolvimento humano, valorizando os avanços da ciência e tecnologia e, ao mesmo tempo, os pontos de vista e os conhecimentos locais praticados.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

As principais ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba, promovida pelo GE, podem ser vistas no Quadro 80.

Quadro 80 - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba

Tema: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba
Período de publicação das notícias: 2013: 1; 2014: 1.
Categorias de ID: Qualificação.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2013 Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Paraíba : O evento teve o tema “Ciência, Saúde e Esporte”. Entre as ações no evento, o GE apresentou os valores investidos pela Fapesq naquele ano (mais de R\$ 22 milhões) através de editais de incentivo à pesquisa em diversas áreas, entre elas, ID, além de outras iniciativas para o desenvolvimento do Paraíba, a exemplo da Rede de Fibra Ótica, que levava internet a vários municípios paraibanos.

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

As principais ações da Semana Municipal de Ciência e Tecnologia, promovida pelo GM, podem ser vistas no Quadro 81.

Quadro 81 - Semana Municipal de Ciência e Tecnologia

Tema: Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
Período de publicação das notícias: 2007: 1; 2010: 2; 2013: 1.
Categorias de ID: Qualificação
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: Sobre o programa: <u>Semana Municipal de Ciência e Tecnologia (SMCT)</u> : Evento integrante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, desenvolvida desde 2004, pelo GF, e que realizava em todo o país atividades de divulgação, difusão e apropriação social de conhecimentos científicos e tecnológicos. O encontro era aberto para especialistas em Ciência e Tecnologia e também para os estudantes das Estações Digitais. 2007 Missão da SMCT : Uma das missões do evento era “levar a tecnologia mais avançada para toda

população, sem nenhum preconceito”, tendo como uma de suas ações a apresentação de trabalhos desenvolvidos nas Estações Digitais.

2010 Inclusão digital para inclusão social: O GM considerava o evento uma oportunidade para desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico, através das ações promovidas com o intuito de inclusão social.

2013 Elogios à SMCT em João Pessoa: O evento teve o tema “Ciência, Saúde e Esporte”.

GF: “É importante destacar que a semana está sendo incorporada aos municípios e chegando ao cotidiano dos cidadãos de forma concreta”.

Resultados qualitativos divulgados:

2013 Trabalhos nas Estações Digitais: “A cada ano o nível dos trabalhos apresentados melhora e permite ao alunado das Estações a oportunidade de vivenciar a ciência de uma maneira mais prática, dentro de um contexto educacional”.

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

Outras ações de inclusão digital

Outras ações de ID promovidas pelo GF podem ser vistas no Quadro 82.

Quadro 82 - Brasil em redes de TIC

Tema: Brasil em redes de TIC
Período de publicação das notícias: 2010: 18; 2011: 62; 2012: Janeiro 23; 2013: 18; 2014: 40; 2015: 36; 2016: 5; 2017: 11.
Categorias de ID: Infraestrutura, Centros Públicos, Qualificação, Governo Eletrônico, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas ⁵⁹⁹ : 2010 Discussão sobre o Marco Civil da Internet no Brasil ⁶⁰⁰ que regularia a internet no País 2010 Destinação de parte do espectro de radiofrequência para serviço de telefonia móvel 2010 Realização de/Participação em eventos em nacionais e internacionais sobre ID 2010 Investimentos do MCT e CNPq em projetos de extensão voltados à inclusão digital e social 2011 Construção de praças públicas ⁶⁰¹ com centros de cultura, esporte e lazer, assistência social e ID 2011 Planejamento de respostas às demandas de ações de ID para comunidades rurais, quilombolas e indígenas 2011 Lançamento do programa Brasil Sem Miséria, com ações em assistência social que incluíam ID. 2011 Realização de/Participação em eventos em nacionais e internacionais sobre ID 2011 Criação do Fórum de Articulação das Ações de Inclusão Digital para potencializar essas ações 2011 Parceria com a <i>Microsoft</i> para doação de licenças de softwares para qualificação em programas do GF 2011 Criação de Rede Social para integrar cidadãos, governo, empresas estatais, sociedade civil e o mercado 2012 Estímulo à ID e à abertura de veículos de comunicação como rádios comunitárias e pontos de cultura 2012 Desenvolvimento de ações de ID com foco em segurança pública através do projeto Mulheres da Paz ⁶⁰² 2013 Lançamento de edital de projetos para Ocupação dos Centros de Artes e de Esportes Unificados ⁶⁰³ (CEU)

⁵⁹⁹ Uma vez que esse quadro apresentou um grande número de notícias indiretamente associadas à política pública de ID, ele foi resumido, como forma de viabilizar a sua apresentação na tese.

⁶⁰⁰ “Conjunto de normas que estabelece direitos, determina responsabilidades e orienta a atuação do Estado no ambiente virtual”.

⁶⁰¹ Instalação de equipamentos de esporte e cultura nas praças visando estabelecer parcerias com as prefeituras para enfrentar os problemas urbanos dessas cidades. “As praças serão o primeiro equipamento público com característica multissetorial desenvolvido pelo governo, com objetivo de promover a cidadania e a redução da pobreza em áreas de alta vulnerabilidade”, representando uma ação interministerial que envolvia as pastas do Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça, e Trabalho e Emprego, integrando no mesmo espaço físico, cultura, esportes, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, prevenção à violência e ID.

⁶⁰² O Mulheres da Paz tinha o objetivo de fortalecer as redes sociais e proporcionar emprego, esporte e cultura para jovens com histórico de criminalidade, uso de drogas e passagem pela prisão. As mulheres do projeto viviam nas mesmas regiões destes jovens e recebiam informações necessárias para aconselhar e orientar a eles e a suas famílias, e recebiam cursos sobre mediação de conflitos, técnicas de abordagem, cidadania, prevenção ao uso de drogas, adolescência e ID.

⁶⁰³ A função dos CEU era integrar, num mesmo espaço, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socio-assistenciais, prevenção à violência e ID, para cumprir a missão de promover a cidadania, em áreas de alta vulnerabilidade social.

2013 Realização de/Participação em eventos em nacionais e internacionais sobre ID
 2014 Entrega de CEU em diversos espaços do Brasil
 2014 Desenvolvimento das Praças da Juventude⁶⁰⁴ em gestão compartilhada com a comunidade
 2014 Realização de/Participação em eventos em nacionais e internacionais sobre ID
 2014 Sanção do Marco Civil da Internet estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres na rede
 2014 Mapeamento de ações de ID voltadas a comunidades indígenas e quilombolas para expansão dessas ações
 2014 Lançamento do Programa de Extensão Universitária - PROEXT 2015, com incentivo a ações em ID
 2014 Orientação para apresentação de emendas parlamentares a projetos de ID
 2015 Lançamento de edital de projetos para Ocupação dos CEU
 2015 Gestão compartilhada dos CEU entre prefeituras e comunidades.
 2015 Parceria com a rede social *Facebook* para ampliar a ID e facilitar o acesso à rede em regiões remotas
 2015 Criação do Sistema Nacional de Inclusão Digital para potencializar as ações de ID
 2015 Recebimento de demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra incluindo ações em ID
 2015 Priorização da política pública de ID no governo da presidenta
 2016 Valorização da integração governo – academia para ações em ID
 2017 Realização de/Participação em eventos em nacionais e internacionais sobre ID
 2017 Lançamento de satélite para promover a ID e serviços como saúde e educação
 2017 Lançamento do Programa Progredir⁶⁰⁵ que incluía ações e cursos voltados à ID

Indicadores processuais (diretos ou indiretos) divulgados:

- Percentual de domicílios com computador portátil em 2007 e 2008: 3% e 5%, respectivamente.
- Quantidade de domicílios com computador em 2008 e 2009: 28% e 36%, respectivamente.
- Quantidade de domicílios com conexão à internet em 2008 e 2009: 20% e 27%, respectivamente.
- Percentual de usuários de internet que fizeram acesso domiciliar em 2009: 48%.
- Percentual de usuários de internet que fizeram acesso em *lan-houses* em 2009: 45%.
- Percentual de domicílios urbanos com telefone celular em 2009: 82%,
- Percentual de domicílios com telefone celular em todo o país em 2009: 78%,
- Percentual de pessoas que não compraram pela internet até dezembro de 2009 porque preferiam comprar o produto pessoalmente: 56%.
- Percentual de usuários de internet que usaram Internet Banking até dezembro de 2009: 7%.
- Percentual de conexões do tipo banda larga nos domicílios com acesso à internet (abril de 2010): 66%.
- Quantidade de espaços públicos e comunitários de ID em funcionamento (setembro 2010): mais de 10.000.
- Percentual de brasileiros sem acesso à internet pelo alto custo desses serviços (março de 2011): 48%
- Posição do Brasil no ranking de mercado de TIC (agosto de 2011): 7º mercado mundial de TIC
- Percentual de pessoas que usavam a internet (setembro de 2011): 42%.
- Percentual de pessoas da classe C que usavam a internet (setembro de 2011): 24%.
- Percentual de pessoas na classe D e E que usavam a internet (setembro de 2011): 3%.
- Percentual de municípios da zona rural com conexão à internet (outubro de 2011): apenas 6%.
- Quantidade de projetos de extensão de IFES aprovados em edital para ações de ID em comunidades rurais (dezembro de 2011): 63 projetos, de 48 IFES, em 21 estados.
- Quantidade de pessoas contempladas com os projetos de extensão de IFES aprovados em edital para ações de ID em comunidades rurais (dezembro de 2011): cerca de 35 mil pessoas.
- Percentual da população com acesso a computador, internet, celular e telefone fixo julho de 2012): 51,25%
- Média mundial de acesso à conectividade (julho de 2012): 49,1%.
- Percentual de domicílios com computadores em 2012: 46,4%.

⁶⁰⁴ Criado em 2007, o projeto tinha o objetivo de levar atividade física e inclusão social a população por meio de equipamentos esportivos públicos e, ao mesmo tempo, criar um ponto de encontro e referência para a juventude, em comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, aliando saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas, incluindo ID.

⁶⁰⁵ Criado para funcionar em três eixos, capacitação, incentivo ao empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho, tinha a meta de emancipar até um milhão de famílias em dois anos. Na qualificação profissional, seriam criadas vagas em cursos de formação inicial ou continuada. A intermediação de mão de obra cruzaria currículos e vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras. Uma linha de microcrédito investiria em pequenos negócios e ações de assistência técnica.

- Percentual de domicílios com celular em 2012: 51,4%.
- Percentual da população que tinha se conectado à internet alguma vez (casa/outro local) em 2012: 49,2%.
- Percentual de domicílios com computadores em 2013: 49,5%.
- Percentual da população que tinha se conectado à internet alguma vez (casa/outro local) em 2013: 50,1%.
- Quantidade de domicílios brasileiros com computadores em 2013: 32,2 milhões.
- Percentual dos 32,2 milhões de domicílios com computadores em 2013 que tinham acesso à internet: 28%.
- Quantidade de governos estaduais que afirmaram desenvolver ações de ID (março de 2013): 18
- Quantidade de jovens de comunidades rurais qualificados através de projetos de ID para a Juventude Rural executados por UF e IF entre 2011 e 2013: 6.400
- Percentual de dos lares do planeta sem acesso à internet em 2013 (“lacuna digital”): 63%.
- Percentual dos lares sem acesso à internet localizados em países em desenvolvimento em 2013: 90%.
- Quantidade de pessoas que tinham acesso a internet no Brasil (junho de 2014): 85,9 milhões.
- Percentual de pessoas que tinham acesso a internet no Brasil (junho de 2014): 51% da população
- Percentual de jovens entre 10 e 15 com acesso à internet no Brasil (junho de 2014): 75%
- Percentual de jovens entre 16 e 24 anos com acesso à internet no Brasil (junho de 2014): 77%
- Percentual de jovens entre 25 e 34 anos com acesso à internet no Brasil (junho de 2014): 66%
- Percentual da população entre 9 e 17 anos que conectava à internet mais de uma vez por dia em 2014: 21%
- Percentual da população entre 15 e 17 anos que navegava na rede mais de uma vez por dia em 2014: 17%
- Quantidade de crianças e adolescentes que utilizavam a internet em 2016 (junho de 2016): 23,7 milhões
- Quantidade de crianças e adolescentes desconectados em 2016 (junho de 2016): 5,9 milhões
- Quantidade de crianças e adolescentes que nunca tinham se conectado à rede (junho de 2016): 3,4 milhões
- Percentual da população entre 9 e 17 anos que utilizava a internet (junho de 2016): 80%.
- Percentual da população entre 9 e 17 anos que utilizava a internet no Nordeste (junho de 2016): 71%
- Percentual da população entre 9 e 17 anos que conectava à internet mais de uma vez por dia em 2016: 66%
- Percentual da população entre 15 e 17 anos que navegava na rede mais de uma vez por dia em 2016: 77%
- Percentual da população entre 15 e 17 anos que utilizava a internet no celular (junho de 2016): 83%
- Valor investido em 2017 em um satélite para ações de ID: R\$ 2,7 bilhões.

Fonte: Adaptado do Portal do GF (2015-2018).

Outras ações de ID promovidas pelo GE podem ser vistas no Quadro 83.

Quadro 83 - A Paraíba em redes de TIC

Tema: A Paraíba em redes de TIC
Período de publicação das notícias: 2011: 11; 2012: 7; 2013: 19; 2015: 6; 2016: 3; 2017: 2.
Categorias de ID: Infraestrutura, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.
Histórico dos principais discursos/ações divulgadas: 2011 Proposição de projeto para promover equilíbrio tributário nas compras interestaduais pela internet 2011 Implementação de Rede de Fibra ótica da Paraíba para pesquisa, educação, segurança, saúde e governança 2011 Parceria com IFPB para promoção de curso de ID para filhos de detentos. 2011 Criação do Orçamento Democrático Estadual promovendo decisões com a sociedade, inclusive sobre ID 2011 Promoção do Fórum Paraíba Unida pela Paz utilizando TIC para integração entre GE e a população 2012 Lançamento de campanha para descarte responsável de componentes de TIC 2012 Realização da Conferência Brasil 3.0 ⁶⁰⁶ reunindo especialistas e empresários em TIC do Brasil e Canadá 2013 Desenvolvimento do Programa Cidadania é Liberdade ⁶⁰⁷ que continha, entre suas ações, ID dos apenados 2013 Realização da Conferência Brasil 3.0 com foco na produção de conteúdo digital 2015 Realização da 8º Encontro da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid) (relatado nesta tese)

⁶⁰⁶ Conferência que tratava as mídias digitais e os seus “impactos” na sociedade, com o objetivo de definir desafios para o futuro digital do Brasil com engajamento e participação dos setores da sociedade.

⁶⁰⁷ O programa trabalhava com a reinserção dos apenados na sociedade, transformando suas vidas através de cinco eixos principais: família, trabalho, educação, cultura e esportes e saúde. O GE cumpria o seu papel de qualificar os reeducandos, melhorar as condições de vida e saúde e auxiliar no contato com os familiares, de acordo com os direitos individuais dos reclusos e com os direitos humanos.

<p>2015 Realização do IGF2015 (relatado ao longo da tese)</p> <p>2016 Promoção de reunião aberta com GF e setores da sociedade para debater sobre temas ligados à internet</p> <p>2016 Lançamento de financiamento do Programa Empreender PB⁶⁰⁸ (Empreender Inovação Tecnológica⁶⁰⁹)</p> <p>2017 Lançamento de edital para selecionar projetos (incluindo ID) no Programa Empreender PB</p> <p>2017 Realização da feira de inovação e tecnologia Expotec com tema “A Internet e as Cidades Inteligentes”</p>
<p>Indicadores processuais diretos divulgados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor gasto pelos paraibanos em comércio eletrônico pela internet em 2010: mais R\$ 730 milhões • Média de acessos na internet ao programa Fala Governador, transmitido em tempo real (julho de 2011): média de 1.500 acessos • Média de acessos na internet ao programa Fala Governador na Web, direcionado aos internautas (julho de 2011): aproximadamente 2.500 acessos por edição • Quantidade de lixo eletrônico coletado em 2 meses e encaminhado para a reciclagem (janeiro de 2012): aproximadamente 1.200 quilos • Quantidades de participantes presenciais na Conferência Brasil 3.0 de 2012: aproximadamente 800 pessoas. • Quantidade de apenados que fizeram capacitação em ID através do Programa Cidadania é Liberdade no período de janeiro a junho de 2013: 18 apenados • Quantidade de pessoas inscritas na Conferência Brasil Canadá 3.0 em 2013: 2,4 mil pessoas • Quantidade de inscritos na Expotec 2017: mais de 5.000 inscritos

Fonte: Adaptado do Portal do GE (2015-2018).

Outras ações de ID promovidas pelo GM podem ser vistas no Quadro 84.

Quadro 84 - João Pessoa em redes de TIC

Tema: João Pessoa em redes de TIC
Período de publicação das notícias: 2007: 2; 2008: 5; 2009: 2; 2010: 4; 2012: 3; 2013: 11; 2014: 7; 2015: 6; 2016: 13; 2017: 11.
Categorias de ID: Infraestrutura, Centros Públicos, Qualificação, Ciclo de Políticas Públicas.
<p>Histórico dos principais discursos/ações divulgadas:</p> <p>2007 Inauguração de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)⁶¹⁰ com infraestrutura e ações para ID.</p> <p>2007 Participação em evento internacional em que João Pessoa foi apresentada como referência em ID</p> <p>2008 Inauguração de Centro de Formação com ID para crianças e adolescentes de unidades de acolhimento⁶¹¹</p> <p>2008 Realização de debates sobre educação e ID no ciclo sobre o orçamento público</p> <p>2009 Aplicação de recursos acima da constituição para saúde e educação (incluindo projetos em ID)</p> <p>2009 Apresentação das Estações Digitais como “Caso de Sucesso” na 8ª Oficina para Inclusão Digital do GF</p> <p>2010 Reunião do Orçamento Democrático para debater as ações para 2011, inclusive ID</p> <p>2010 Destaque para João Pessoa em pesquisa do IBGE em diversos aspectos e políticas, inclusive em ID</p> <p>2010 Realização da 1ª Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia e elogios do GF para ações de ID do GM</p> <p>2010 Reconhecimento do Jampa Digital como referência para Brasil e países do exterior</p> <p>2011 Audiência pública para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, envolvendo ações de ID</p> <p>2013 Participação em evento nacional com reconhecimento do destaque do GM em ações de ID</p> <p>2013 Apresentação dos projetos Praças de Esporte e Cultura e Praça da Juventude com ações em ID</p> <p>2013 Parceria com IFPB para inserção de mulheres no Programa Mulheres Mil (este tinha ações em ID) do GF</p> <p>2014 Implantação e desenvolvimentos dos Pontos de Cultura⁶¹² que incluíam ações em ID</p> <p>2016 Construção e inauguração do Centro Cultural, espaço que continha uma Estação Digital e ações em ID</p> <p>2017 Parceria com o GF para levar a João Pessoa acesso à internet banda larga através de satélite</p>

Fonte: Adaptado do Portal do GM (2015-2018).

⁶⁰⁸ O programa concedia crédito visando a geração de ocupação e renda, o combate à pobreza, a redução das desigualdades e promoção do crescimento econômico com inclusão social.

⁶⁰⁹ Linha de crédito destinada principalmente a micro e pequenas empresas do setor de produção e desenvolvimento de produtos e processos com tecnologias inovadoras.

⁶¹⁰ O CRAS se destinava a atender às famílias da comunidade em que estava localizado, com apoio e atendimento psicológico, educativo e trabalho social, assessoria jurídica, e ID.

⁶¹¹ As unidades de acolhimento destinavam-se ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e rua, integrando a Política Nacional da Assistência Social para a garantia de direitos a esse público.

⁶¹² Criados em novembro de 2014, os pontos funcionavam como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades. A parceria com o GF firmava um elo mais sólido.